DIÁRIO OFICIAL

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Belém, Sexta-feira
07 de Janeiro de 2022

ANO CXXXI DA IOE
131º DA REPÚBLICA
Nº 34.823

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

61 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO
GABINETE DO GOVERNADOR
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 4
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 4
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO ..... - PÁG. 5
FUNDAÇÃO PARÁPAZ ..... - PÁG. 5

SECRETARIA DE ESTADO
DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO ..... - PÁG. 6
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO ..... - PÁG. 7
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 7
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 8

SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA ..... - PÁG. 9
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A ..... - PÁG. 10

SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA ..... - PÁG. 11
HOSPITAL OPHIR LOYOLA ..... - PÁG. 15
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ ..... - PÁG. 16
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA
E HEMATOLOGIA DO PARÁ ..... - PÁG. 17
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL
DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA ..... - PÁG. 18

SECRETARIA DE ESTADO
DE TRANSPORTES ..... - PÁG. 19
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO
E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS ..... - PÁG. 19

SECRETARIA DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E DA PESCA ..... - PÁG. 20
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ ..... - PÁG. 21
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL ..... - PÁG. 22
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 22
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 23
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A. ..... - PÁG. 23

SECRETARIA DE ESTADO
DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE ..... - PÁG. 24
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 25

SECRETARIA DE ESTADO
DE SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL ..... - PÁG. 25
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ ..... - PÁG. 26
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ ..... - PÁG. 27
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 28
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ ..... - PÁG. 28
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 30

SECRETARIA DE ESTADO
DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA ..... - PÁG. 31

SECRETARIA DE ESTADO
DE CULTURA ..... - PÁG. 36
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ ..... - PÁG. 36
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES ..... - PÁG. 36

SECRETARIA DE ESTADO
DE COMUNICAÇÃO
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO ..... - PÁG. 37

SECRETARIA DE ESTADO
DE EDUCAÇÃO ..... - PÁG. 38
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 41

SECRETARIA DE ESTADO
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,
TRABALHO, EMPREGO E RENDA ..... - PÁG. 42
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ ..... - PÁG. 44

SECRETARIA DE
ESTADO DE JUSTIÇA
E DIREITOS HUMANOS ..... - PÁG. 44

SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
MINERAÇÃO E ENERGIA
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ ..... - PÁG. 46
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 46
NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA
MUNICÍPIOS VERDES ..... - PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO
DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E OBRAS PÚBLICAS ..... - PÁG. 47
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ ..... - PÁG. 48
AGÊNCIA DE TRANSPORTE METROPOLITANO ..... - PÁG. 48

SECRETARIA DE ESTADO
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR,
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ..... - PÁG. 48
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO
A ESTUDOS E PESQUISAS ..... - PÁG. 49
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 49

SECRETARIA DE ESTADO
DE ESPORTE E LAZER ..... - PÁG. 49

SECRETARIA DE ESTADO
DE TURISMO ..... - PÁG. 50

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO ..... - PÁG. 50

JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 50

MUNICÍPIOS ..... - PÁG. 52

PARTICULARES ..... - PÁG. 60

EMPRESARIAL ..... - PÁG. 60

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
GOVERNADOR

Vice-Governador

Francisco Melo
Presidente da Assembleia Legislativa

Célia Regina de Lima Pinheiro
Presidente do Tribunal de Justiça

João Paulo Carneiro Gonçalvez Ledo
Defensor Público Geral do Estado

Cesar Bechara Nader Mattar Júnior
Procurador Geral de Justiça

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Jorge Luiz Guimarães Panzera
Presidente

Aroldo Carneiro
Diretor Administrativo e Financeiro

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Técnico

Raimunda Helena Nahum Gomes
Diretora de Documentação e Tecnologia

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271, Marco - 66.093-410 Belém - Pará
RECEPÇÃO: 4009-7800
www.ioepa.com.br

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810 | 4009-7819

cm x coluna R$ 80,00

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

A IOE TEM UM RECADO PARA SUA EMPRESA PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL FICOU MAIS RÁPIDO E MAIS SEGURO.

O sistema e-Diário, que recebe publicações para o Diário Oficial do Estado, mudou. É um reforço do compromisso da Imprensa Oficial do Estado com seus usuários.

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO DE ARQUIVOS FECHADOS

Fonte Verdana, Corpo 7, Entrelinhamento 120%
Novo Formato DOE: A4 - Área de Trabalho (19 x 27)
Devem ser fechados no formato PDF X1A, sem marcas de cortes, texto em preto 100%
Imagens devem estar em P&B ou em escala de cinza e resolução mínima de 220 dpi.
Não condensar ou expandir as fontes e imagens
Não serão aceitos arquivos fora dos padrões.

RECEBIMENTO DE ARQUIVOS NO BALCÃO DA IOE
Devem ser entregues até as 14 horas do dia útil anterior à publicação

MAIS INFORMAÇÕES
(91) 4009-7800 / 4009-7842 | suporte@ioe.pa.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR
Governador: Helder Zahluth Barbalho
Tel.: (91) 3216-8829/ 3342-5663

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
Vice-Governador:

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: Iran Ataide de Lima
Tel.: (91) 3216-8831 /8832/8833/8830

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: CEL. PM Osmar Vieira da Costa Júnior
Tel.: (91) 3214-0601/ 33425672

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE
Procurador Geral: Ricardo Nasser Sefer
Tel.: (91) 3344-2742/2798/2786/2700

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE DO PARÁ
Secretário: João Chamon Neto
Tel.: (94) 98402-9275 / (94)98404-7928

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZONAS
Secretário: Henderson Lira Pinto
Tel.: (93) 98412-6196

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO MARAJÓ
Secretário: Jaime da Silva Barbosa
Tel.: (91) 98585-2595

SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA
Secretário: Ricardo Brisolla Balestreri
Tel.: 3342-0351/0352/0363

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE
Auditor: José Rubens Barreiros de Leão
Tel.: (91) 3239-6477 /6450/ 6677

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE
Auditor: Arthur Houat Nery de Souza
Tel.: (91) 3216-8883/8899

FUNDAÇÃO PARÁPAZ
Presidente: Alberto Henrique Teixeira de Barros
Tel.: (91) 3321-4303 /98510-8012/ Geral: 3321-4300

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD
Secretária: Hana Sampaio Ghassan
Tel.: (91) 3194-1010/1004/1012/1427

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE
Presidente: Jorge Luiz Guimarães Panzera
Tel.: (91) 4009-7860/7800/7801

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP
Presidente: Bernardo Albuquerque de Almeida
Tel.: (91) 3366-6111/6117/6118

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV
Presidente: Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Tel.: (91) 3182-3585/3587

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA
Diretora Geral: Elisângela Mara da Silva Jorge
Tel.: (91) 3214-6860/6802/6803

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
Secretário: René de Oliveira e Sousa Júnior
Tel.: (91) 3222-5720/3218-4200/4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ
Presidente: Braselino Carlos Assunção da Silva
Tel.: (91) 3348-3310/3320/3209/ 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA
Presidente: Cilene Moreira Sabino de Oliveira
Tel.: (91) 3217-5802/5804

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
Secretário: Rômulo Rodovalho Gomes
Tel.: (91) 4006-4347/4356/4006-4800/4804/4805/4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA
Diretora Geral: Ivete Gadelha Vaz
Tel.: (91) 3265-6530/6529/6500

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
Presidente: Bruno Mendes Carmona
Tel.: (91) 4009-2241/2202/0329/2333

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA
Presidente: Paulo André Castelo Branco Bezerra
Tel.: (91) 3110-6500/6502

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
Presidente: Margareth Maria Braun Guimarães Imbiriba
Tel.: (91) 4005-2506

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN
Secretário: Adler Gerciley Almeida da Silveira
Tel.:(91) 4009-3801/3802

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH
Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3221-4102/4100/4103

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON
Diretor Geral: Eurípedes Reis da Cruz Filho
Tel.: (91) 3321-9680 / 9675

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP
Secretário: Giovanni Correa Queiroz
Tel.: (91) 4006-1206/1207 /3226-8904/1363

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
Presidente: Bruno Yoheiji Kono Ramos
Tel.: (91) 3181-6513/6516/6548 / Geral: 3181-6500

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL
Gerente Executivo: Felipe Coêlho Picanço
Tel.: 3342-0150/0151/(91)98426-1383

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA
Diretor Geral: Jamir Junior Paraguassú Macedo
Tel.: (91) 3210-1104 / Geral: 3210-1100

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER
Presidente: Rosival Possidônio do Nascimento
Tel.: (91) 3299-3413/3469/3400

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS
Secretário: José Mauro de Lima O' de Almeida
Tel.: ((91) 3184-3398/3318/3319/3384/3380

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio
Presidente: Karla Lessa Bengtson
Tel.: (91) 3342-2637/2670/ 3184-3377/3362

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP
Secretário: Ualame Fialho Machado
Tel.: (91) 3184-2525 / 3184-2555

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM
Comandante Geral: Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior
Tel.: (91) 3258-9906/9907

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBMPA
Comandante-Geral: CEL. QOBM Hayman Apolo Gomes de Souza
Tel.: (91) (91) 4006-8313 /8355

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
Delegado Geral: Walter Resende de Almeida
Tel.: (91) 4006-9094 /9045

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ
Diretor Geral: Celso da Silva Mascarenhas
Tel.: (91) 4009-6012/6032

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN
Diretora Superintendente: Renata Mirella Freitas Guimarães de Sousa Coelho
Tel.: (91) 3214-6235>gabinete/3289-7500

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP
Secretário: Jarbas Vasconcelos do Carmo
Tel.: (91) 3239-4201/4202

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
Secretária: Úrsula Vidal Santiago de Mendonça
Tel.:(91) 4009-8454/8451

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP
Presidente: Guilherme Relvas D'Oliveira
Tel.: (91) 3202-4350/4349

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES
Superintendente: Maria da Glória Boulhosa Caputo
Tel.:(91) 3201-9478

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM
Secretário: Vera Lúcia Alves de Oliveira
Tel.: (91) 3202-0901/0910/0911 Vera Oliveira: 32020931

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA
Presidente: Hilbert Hil Carreira do Nascimento
Tel.: (91) 4005-7733

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC
Secretário: Elieth de Fátima da Silva Braga
(91) 3201-5127/5147/3211-5026/5107/5160/5161

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
Reitor: Clay Anderson Nunes Chagas
Tel.: (91) 3299-2202/2200

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER
Secretário: Inocêncio Renato Gasparim
Tel.: (91) 3239-1414/1400

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA
Presidente: Luiz Celso da Silva
Tel.: (91) 3210-3308

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADÃO
Gerente Executivo: Tercio Junior Sousa Nogueira
Tel.: (91)3205-7250/7257

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH
Secretário: José Francisco de Jesus Pantoja Pereira
Tel.: (91) 4009-2744/2722/2723/2700

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME
Secretário: José Fernando de Mendonça Gomes Júnior
Tel.: (91) 3110-2558/2552

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ
Presidente: Cláudia Bitar de Moraes Barbosa
Tel.: (91) 3224-2663/98116-9087 (secretária)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC
Presidente: Lutfala de Castro Bitar
Tel.: (91) 3236-2884/3205-4704

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ
Presidente: Rafaela Barata Chaves
Tel.: (91) 3217-0524/0500

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA
Presidente: José Antonio Scaff Filho
Tel.: (91) 3228-9171/3205-4055/4054

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP
Secretário: Benedito Ruy Santos Cabral
Tel.: (91) 3183-0003/0004/0020

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Presidente: José Antonio De Angelis
Tel.: (91) 3202-8514/8567/8400

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB
Presidente: Orlando Reis Pantoja
Tel.: (91) 32148500 / 32148502 / 32148442

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO
Diretor Geral: Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Tel.: (91) 3110-8450/8453

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SECTET
Secretário: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 4009-2511/2510/2543

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA
Presidente: Marcel do Nascimento Botelho
Tel.: (91) 3323-2573/2574

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA
Presidente: Marcos Antonio Brandão da Costa
Tel.: (91) 3344-5438/5201/5411

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL
Secretário: Nivan Setubal Noronha
Tel.: (91) 3201-2320/2312/2320

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
Secretário: André Orengel Dias
Tel.:(91) 3110-5003/5022/5000

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 02/2022
CONTRATO Nº. 02/2022-CCG/PA.

CONTRATANTE: CASA CIVIL DA GOVERNADORIA, inscrita no CNPJ sob o n°. 07.730.458/0001-45.
CONTRATADO: BRASIL SHOW E EVENTOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.894.357/0001-11.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na LOCAÇÃO DE APARELHAMENTO PARA EVENTOS DIVERSOS, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCOS, TENDAS, SONS E ILUMINAÇÃO, GRUPO GERADOR, TELÕES, SOM MÓVEL, FECHAMENTO/CERCA, ARQUIBANCADAS, CAMARINS, CARRETA PALCO, CAMAROTES, TABLADOS, CADEIRAS, MESAS, BANHEIRO-QUIMICO, SHOW PIROTÉCNICO, SEGURANÇA DESARMADA E AFIM, sob demanda, nas CIDADES PÓLOS das Mesorregiões do Baixo Amazonas, do Marajó, da Metropolitana de Belém, do Nordeste Paraense, do Sudeste Paraense, do Sudoeste Paraense, de acordo com o cronograma e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Pregão Eletrônico SRP nº 001/2021 – SECULT/PA.
FUNDAMENTO: Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; Lei n.° 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n°. 555, de 08 de agosto de 2000; Decreto n° 877 e 878, de 31 de março de 2008; Decreto Estadual nº 991/2020, Decreto Estadual 2.069, de 20 de fevereiro de 2006 e demais regras do Direito Público e Privado, aplicáveis à matéria que o subsidiarem.
ASSINATURA: 05/01/2022.
VALOR: R$ 3.305.200,00 (Três milhões trezentos e cinco mil e duzentos reais).
VIGÊNCIA: 05/01/2022 a 04/01/2023.
EXERCÍCIO: 2022.
ORÇAMENTO:
Un.orçamentária: 11105
Função: 04
Sub-função: 122
Programa: 1297
Projeto atividade: 8314
Natureza de despesa: 339039
Fonte: 0101
Ação: 233368
ORDENADOR
Luciana Bitencourt Soares
Chefia Administrativa da Casa Civil da Governadoria.

Protocolo: 749042

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 03/2022
CONTRATO Nº. 03/2022-CCG/PA.

CONTRATANTE: CASA CIVIL DA GOVERNADORIA, inscrita no CNPJ sob o n°. 07.730.458/0001-45.
CONTRATADO: S DA C SANTOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.508.894/0001-40.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) UNIDADES DE NOTEBOOKS (ITEM 01), para atendimento das necessidades do Núcleo de Representação do Governo do Estado do Pará no Distrito Federal.
FUNDAMENTO: Lei n°. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar nº. 123/2006 e demais regras do Direito Público e Privado, aplicáveis à matéria que o subsidiarem.
ASSINATURA: 06/01/2022.
VALOR: R$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).
VIGÊNCIA: 06/01/2022 a 05/01/2023.
EXERCÍCIO: 2022.
ORÇAMENTO:
Un.orçamentária: 11105
Função: 04
Sub-função: 122
Programa: 1297
Projeto atividade: 8338
Natureza de despesa: 449052
Fonte: 0101
Ação: 213476
ORDENADOR
Luciana Bitencourt Soares
Chefia Administrativa da Casa Civil da Governadoria.

Protocolo: 749049

PORTARIA Nº. 033/2022-CCG DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011,
CONSIDERANDO os termos do Processo 2022/11232,
R E S O L V E:
autorizar GIOVANNI CORREA QUEIROZ, Secretário Extraordinário de Estado de Produção, a viajar no trecho Belém/Marabá / Belém, no período de 7 à 9 de janeiro de 2022, a fim de cumprir agenda institucional, concedendo para tanto, 2 e ½ (duas e meia) diárias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 06 DE JANEIRO DE 2022.
LUCIANA BITENCOURT
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado em exercício

PORTARIA Nº. 034/2022-CCG DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
R E S O L V E:
I. exonerar, a pedido, ANTONIO EDUARDO MORAES SAMPAIO do cargo em comissão de Coordenador de Unidade de Atendimento à População, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, a contar de 1º de janeiro de 2022.
II. nomear ANDRESA BARROS DE ARAÚJO ABREU para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Unidade de Atendimento à População, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, a contar de 1º de janeiro de 2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 06 DE JANEIRO DE 2022.
LUCIANA BITENCOURT SOARES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado em exercício.

PORTARIA Nº. 035/2022-CCG DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 13, inciso I, da Lei nº 7.543, de 20 de julho de 2011,
R E S O L V E:
relotar ANA CARLA LIMA DA CONCEIÇÃO, Assessor de Gabinete, na Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 06 DE JANEIRO DE 2022.
LUCIANA BITENCOURT SOARES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado em exercício.

Protocolo: 749199

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

FÉRIAS

PORTARIA Nº 001/2022 – CMG, DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO as informações constantes no Processo nº 2021/692997.
RESOLVE:
I – CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao biênio 2021/2022, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Casa Militar da Governadoria do Estado.

	SERVIDOR	MF	PERÍODO
1.	CÉLIO NEGRÃO GOMES	5018951/2	01/02 a 02/03/2022
2.	MARÍLIA CASTRO ALVES	6401403/2	01/02 a 02/03/2022
3.	NELSON WILLIAM RIBEIRO FONTENELE	6401975/2	01/02 a 02/03/2022
4.	SHIRLENE OLIVEIRA DE BRITO	5910618/2	01/02 a 02/03/2022

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 06 DE JANEIRO DE 2022.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR - CEL QOPM RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 749091

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 007/2022-PGE.G., DE 05 DE JANEIRO DE 2022.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
DESIGNAR, o Procurador do Estado Artemio Marcos Damasceno Ferreira, Id. Funcional nº 5819067/1, para responder pelo Cargo de Procurador-Chefe, por motivo de residual de férias da titular, Susanne Schnoll Petrola, identidade funcional nº 55589692/1, no período de 05.01 a 19.01.2022.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 748875

PORTARIA Nº 006/2022-PGE.G., DE 05 DE JANEIRO DE 2022.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
DESIGNAR, a servidora Marilea Cardoso Gomes Santos, Id. Funcional nº 2019450/9, para responder pelo Cargo de Chefia de Gabinete, por motivo de férias da titular, Tania Maria Teixeira Gomes, identidade funcional nº 3158500/1, no período de 03.01 a 17.01.2022.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 748880

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 570/2021 – PGE.G PUBLICADA NO D.O.E Nº34.793, DE 13/12/2021
Onde se lê: Contrato nº 021/2021
Leia-se: Contrato nº 020/2021

Protocolo: 748849

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 297 DE 06 DE JANEIRO DE 2022
A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE No. 34.814 PÁG 20 de 29 de dezembro de 2021, em observância aos termos da Lei no 8.097 de 01de janeiro de 2015.
RESOLVE:
DESIGNAR o servidor SÍLIO DE ALMEIDA BARBOASA, MATRÍCULA: 54190572/2, para responder pelo cargo de COORDENADOR DE NUCLEO DE POLITICAS SOCIAIS, no período de 03/01/2022 a 02/02/2022, em virtude da titular a servidora THATIANE COELHO LIMA, matrícula: 59468814/2, encontrar-se de férias.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DANUZIA SILVA DE SOUZA
Presidente da Fundação PARÁPAZ EM EXERCÍCIO

Protocolo: 748934

ERRATA

ERRATA DO RESUMO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO DO EDITAL Nº 001/2022, PUBLICADA NO D.O.E N° 34.819, PAG. 8 DE 04.01.2022 – Protocolo: 748076.
Onde se lê:
As inscrições serão gratuitas e estarão abertas no período de 06 de Janeiro às 00:01 a 07 de Janeiro às 23:59
Leia-se:
As inscrições serão gratuitas e estarão abertas no período de 06 de Janeiro às 00:01 a 10 de Janeiro às 23:59

Protocolo: 749044

ERRATA DO RESUMO DA PORTARIA Nº 296 DE 05 DE JANEIRO DE 2022, PUBLICADA NO D.O.E N° 34.822, PAG. 07 DE 06 DE JANEIRO DE 2022 – Protocolo: 748715.
Onde se lê:

IDENTIDADE FUNCIONAL	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO GOZO
5946654/1	LIANA CRISTINA LOPES RIBEIRO	12/02/2021 A 11/02/2022	10/02/2022 A 24/02/2022

Leia-se:

IDENTIDADE FUNCIONAL	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO GOZO
5946654/1	LIANA CRISTINA LOPES RIBEIRO	12/02/2021 A 11/02/2022	12/02/2022 A 26/02/2022

Protocolo: 748884

ERRATA DO RESUMO DA PORTARIA Nº 295 DE 05 DE JANEIRO DE 2022, PUBLICADA NO D.O.E N° 34.822, PAG. 07 DE 06 DE JANEIRO DE 2022 – Protocolo: 748707.
Onde se lê:

IDENTIDADE FUNCIONAL	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO GOZO
54185947/4	SHIRLENE DA SILVA COSTA	19/02/2021 A 18/02/2022	01/02/2022 A 02/03/2022
5678420/3	CARLOS SERGIO ARAGÃO VALENTE	20/02/2021 A 19/02/2022	01/02/2022 A 02/03/2022

Leia-se:

IDENTIDADE FUNCIONAL	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO GOZO
54185947/4	SHIRLENE DA SILVA COSTA	19/02/2021 A 18/02/2022	19/02/2022 A 20/03/2022
5678420/3	CARLOS SERGIO ARAGÃO VALENTE	20/02/2021 A 19/02/2022	20/02/2020 A 21/03/2022

Protocolo: 748889

DIÁRIA

PORTARIA Nº 001 DE 06 DE JANEIRO DE 2022
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE Nº. 34.490, de 12 de fevereiro de 2021, em observância aos termos da Lei nº 8.097 de 01 de janeiro de 2015.
CONSIDERANDO o Art.145 da Lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e seus parágrafos c/c o disposto no Decreto 2.819 de 06/09/94.
RESOLVE:
Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 04 (quatro) diárias e ½ (meia) para cada servidor listado abaixo, que viajaram para realização de Ação Cidadania nos municípios de Vigia/PA, Santa Maria/PA e Bragança/PA, no período de 06 a 10 de janeiro de 2022.

SERVIDOR	MATRÍCULA
Afonso Jose Nascimento de Lima	5953814/1
Danuzia Silva de Souza	54192479/2
Liani do Socorro Oliveira Dias	5958694/1
Sílio de Almeida Barbosa	54190572/2

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DANUZIA SILVA DE SOUZA
Presidente em Exercício
Fundação PARÁPAZ

Protocolo: 749089

FÉRIAS

PORTARIA Nº 298 DE 06 DE JANEIRO DE 2022
A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE No. 34.814 PÁG 20 de 29 de dezembro de 2021, em observância aos termos da Lei no 8.097 de 01de janeiro de 2015.
CONSIDERANDO o que dispõe os Art. 74 da Lei nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994.
RESOLVE:
CONCEDER, aos servidores abaixo relacionado, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a serem gozadas no mês de FEVEREIRO/2022.

IDENTIDADE FUNCIONAL	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO GOZO
5946735/1	ANNA GABRIELLE PIMENTEL DE CARVALHO	12/02/2021 A 11/02/2022	14/02/2022 A 15/03/2022
5946747/1	PATRÍCIA REIS ALCÂNTRA	12/02/2021 A 11/02/2022	14/02/2022 A 15/03/2022

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DANUZIA SILVA DE SOUZA
Presidente da Fundação PARÁPAZ EM EXERCÍCIO

Protocolo: 748931

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 015/2022-DAF/SEPLAD, DE 05 DE JANEIRO DE 2022.

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pela PORTARIA Nº 002/2019-GS/SEPLAD, de 02 de dezembro de 2019, publicada no DOE nº 34.057, de 12 de dezembro de 2019,
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/12918 e, ainda, o Atestado Médico 27/12/2021,
R E S O L V E:
FORMALIZAR a concessão de 14 (quatorze) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ELIZEU MENDES FIGUEIRA, Id. Funcional nº. 5715792/3, ocupante do cargo de Assessor, lotado no Gabinete, no período de 27/12/2021 a 09/01/2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 05 DE JANEIRO DE 2022.
IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 749008

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA PUBLICADA NO DOE Nº.34820 DE 05.01.2022

KLEBER AUGUSTO LARA DA COSTA
Onde se lê: CONCEDER 14 (quatorze) dias de férias regulamentares
Leia-se: CONCEDER 13 (treze) dias de férias regulamentares
Onde se lê: período de 14 de fevereiro de 2022 a 27 de fevereiro de 2022
Leia-se: período de 14 de fevereiro de 2022 a 26 de fevereiro de 2022

Protocolo: 748963

AVISO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SEPLAD/SRP Nº 10/2021

Processo nº 2020/604273
A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, comunica que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, do tipo menor preço, conforme abaixo:
OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de móveis de escritório (mesas, armários, gaveteiros, poltronas e outros) e eletrodomésticos para órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, situados em Belém e demais municípios do Estado do Pará.
DATA DA ABERTURA: 20 de janeiro de 2022.
HORA DE ABERTURA: 10:00h (Horário de Brasília)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br
UASG: 927843 - Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD (Travessa do Chaco, 2350, CEP. 66.093 - 542, Marco, Belém-PA)
RECEBIMENTO DA PROPOSTA: Será a partir da disponibilização do Edital no COMPRASNET, em conformidade com a legislação em vigor.
A íntegra do EDITAL poderá ser obtida no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, no endereço www.comprasnet.gov.br (www.comprasgovernamentais.gov.br) e no Portal Eletrônico de Compras do Governo do Estado do Pará - COMPRASPARÁ, no endereço www.compraspara.pa.gov.br.
THAINNÁ MAGALHÃES DE ALENCAR
Secretária de Estado de Planejamento e Administração, em Exercício

Protocolo: 748847

FÉRIAS

PORTARIA Nº 017/2022-DAF/SEPLAD, DE 05 DE JANEIRO DE 2022.

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pela PORTARIA Nº 002/2019-GS/SEPLAD, de 02 de dezembro de 2019, publicada no DOE nº 34.057, de 12 de dezembro de 2019,
CONSIDERANDO, o que dispõe os arts. 74 a 76 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo: 2021/1486198.
RESOLVE:
FORMALIZAR a concessão de 29 (vinte e nove) dias de férias regulamentares à servidora EDINEUSA MARIA SILVEIRA ALENCAR DA ROSA Id. Funcional 54191755/7, ocupante do cargo de Assessor Administrativo, lotada na Diretoria de Administração e Finanças, no período de 03 de janeiro de 2022 a 31 de janeiro de 2022, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 05 DE JANEIRO DE 2022.
ÍRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 748840

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº001/2018 DE SERVIDOR TEMPORÁRIO /PRORROGAÇÃO

Espécie: Contrato Temporário de excepcional interesse público nos termos do disposto na Lei complementar nº. 07/1991, alterada pela Lei complementar nº 077, de 28 de dezembro de 2011.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO.
PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO: 2021/1206348
FUNÇÃO: TÉCNICO EM GESTÃO DE INFORMÁTICA.
CONTRATADO: ALBERT LIMA DOS REIS
VIGÊNCIA: 01.01.2022 a 30.06.2022.
ORDENADOR: THAINNA MAGALHAES DE ALENCAR VIEIRA

Protocolo: 748971

PORTARIA Nº 018/2022-DAF/SEPLAD, DE 05 DE JANEIRO DE 2022.

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pela PORTARIA Nº 002/2019-GS/SEPLAD, de 02 de dezembro de 2019, publicada no DOE nº 34.057, de 12 de dezembro de 2019,
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 74, §2º, da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO o Processo nº. 2022/10551,
RESOLVE:
FORMALIZAR, a contar de 03/01/2022, por necessidade de serviço, a interrupção do gozo de férias, concedido por intermédio da PORTARIA Nº 1125/2021 – DAF/SEPLAD de 25/11/2021, publicada no DOE nº.34.780 de 30/11/2021, à servidora BARBARA DIAS MELO, Id. Funcional nº 5901721/3, ocupante do cargo de Gerente, lotada na Coordenadoria de Carreira e Remuneração.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 05 DE JANEIRO DE 2022.
ÍRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 748842

PORTARIA N°. 019/2022-DAF/SEPLAD, DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pela PORTARIA Nº 002/2019-GS/SEPLAD, de 02 de dezembro de 2019, publicada no DOE nº 34.057, de 12 de dezembro de 2019,
CONSIDERANDO o Processo n°2021/1416173,
R E S O L V E:
REVOGAR, a contar de 03.01.2022, a PORTARIA Nº. 1222 de 20.12.2021, publicada no DOE nº. 34.804 de 21.12.2021 que designou a servidora KATIANE MACHADO BARBOSA, Id. Funcional nº 5898399/2, ocupante do cargo de Secretária da Consultoria Jurídica, para responder pela Assessoria do Gabinete – GS/SEPLAD, durante o impedimento legal da titular JANETE DE SOUZA FERNANDES, Id. Funcional nº. 51855470/5, no período de 13/12/2021 a 11/01/2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 06 DE JANEIRO DE 2022.
IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 748851

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SEPLAD/SRP Nº 06/2021

Processo nº 2020/975367
A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, comunica que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, do tipo menor preço, conforme abaixo:
OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES, sem motorista, para atender em todo território estadual, os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará.
DATA DA ABERTURA: 20 de janeiro de 2022.
HORA DE ABERTURA: 10:00h (Horário de Brasília)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

UASG: 927843 - Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD (Travessa do Chaco, 2350, CEP. 66.093 - 542, Marco, Belém-PA)
RECEBIMENTO DA PROPOSTA: Será a partir da disponibilização do Edital no COMPRASNET, em conformidade com a legislação em vigor.
A íntegra do EDITAL poderá ser obtida no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, no endereço www.comprasnet.gov.br (www.comprasgovernamentais.gov.br) e no Portal Eletrônico de Compras do Governo do Estado do Pará - COMPRASPARÁ, no endereço www.compraspara.pa.gov.br.
THAINNÁ MAGALHÃES DE ALENCAR
Secretária de Estado de Planejamento e Administração, em Exercício

Protocolo: 748821

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SEPLAD
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE POLICIAL PENAL (AGENTE PENITENCIÁRIO)

CONCURSO PÚBLICO C-208

EDITAL Nº 25 /SEAP/SEPLAD, DE 06 DE JANEIRO DE 2022
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 2ª ETAPA – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD) e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP), no uso das suas atribuições legais, tendo em vista a solicitação e deferimento de realização da Avaliação Psicológica em dia distinto do sábado, em razão de comprovação pela candidata Elane Lima de Brito Athayde ser integrante da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que considera o principio bíblico de observância do dia de sábado, do pôr-do-sol de sexta até ao pôr-do-sol de sábado e tem amparo legal outorgado pela Constituição Federal Brasileira no art. 5º, incisos VI e VIII, TORNAM PÚBLICA a Retificação ao Edital de Convocação para a 2ª Etapa – Avaliação Psicológica da referida candidata, conforme a seguir:
1) NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 2ª ETAPA: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA:

ONDE SE LÊ:

CIDADE: CASTANHAL				
EEEFM CLOTILDE PEREIRA				
AV BARAO DO RIO BRANCO, S/N. BAIRRO: NOVA OLINDA				
Inscrição	Nome	SALA	DATA	HORÁRIO
21845	ELANE LIMA DE BRITO ATHAYDE	CLO-02	08/01/2022	08h00

LEIA-SE:

CIDADE: BELÉM				
EEEFM DOM PEDRO II				
TRAVESSA LOMAS VALENTINA, 2140, PROXIMO AO BOSQUE RODRIGUES ALVES. BAIRRO: MARCO				
Inscrição	Nome	SALA	DATA	HORÁRIO
21845	ELANE LIMA DE BRITO ATHAYDE	DPE-01	09/01/2022	08h00

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.
Belém/PA, 06 de janeiro de 2022.
THAINNÁ MAGALHÃES DE ALENCAR VIEIRA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração, em exercício.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 749196

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 002 DE 06 DE JANEIRO DE 2022.
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Governamental de 24 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial n.º 33.790 de 25 de janeiro de 2019.
Resolve:
Designar a servidora, TÂNIA MARIELE AMORIM DANIN TRAJANO, matrícula nº 3151875/1, para responder pela GERÊNCIA COMERCIAL, durante impedimento legal da servidora, ANA RAQUEL CUNHA GONÇALVES, matrícula nº 5956556/1, no período de 06.12.2021 a 04.01.2022, correspondente ao período aquisitivo de férias 2020/2021.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
JORGE LUIZ GUIMARÃES PANZERA
Presidente

Protocolo: 748993

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA N.º 001 DE 06 DE JANEIRO DE 2022
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Governamental de 24 de janeiro de 2019, publicado
No Diário Oficial n.º 33.790 de 25 de janeiro de 2019.
RESOLVE:
Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 160 de 22 de dezembro de 2021, publicada no DOE nº 34.812, de 28.12.2021, Protocolo nº 746.413, que concedeu 30 (trinta) dias de férias ao servidor RODRIGO DA SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 5960148/1, período de 01.02.2022 a 02.03.2022.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
JORGE LUIZ GUIMARÃES PANZERA
Presidente.

Protocolo: 749023

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 004 DE 06 DE JANEIRO DE 2022
CONCEDER, a servidora EDY CÉLIA PANTOJA BOGÉA, matrícula nº 3155722/1, Procurador Autárquico, 30(trinta) dias de Licença Prêmio, art. 98 da Lei nº 5.810 de 24/01/1994, 9º triênio, para usufruto no período de 03/01/2022 a 01/02/2022.
A presente Portaria retroagirá seus efeitos a contar do dia 03 de janeiro de 2022.
ANIZIO BESTENE JUNIOR
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 749055

CONTRATO

CONTRATO Nº 012/2022
Processo: 2021/1176203.
CHAMADA PÚBLICA n.001 /2021
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE. AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IASEP.
Data de Assinatura:01/01/2022
Vigência:01/01/2022 A 31/12/2022
Projeto Atividade: 8888
Fonte/Recurso: 0261
Elemento de Despesa: 339039
Valor estimado: R$ 60.000,00
Contratada: DIAGNÓSIS CENTRO DE DIAGNOSIS LTDA.
CNPJ nº 63.879.381/0001-40
Endereço: TRAV.HUMAITÁ 1598- Bairro : Marco – Município: Belém/Pa
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA.

Protocolo: 749017

CONTRATO Nº008/2022
Processo: 2021/1364495.
CHAMADA PÚBLICA n.005/2021
OBJETO:FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ÓRTESE PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS(OPME),AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IASEP .
Data de Assinatura:04/01/2022
Vigência:04/01/2022 A 04/01/2023
Projeto Atividade: 8888
Fonte/Recurso: 0261
Elemento de Despesa: 339030
Valor estimado: R$ 60.000,00
Contratada: BIOMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI- BIOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
CNPJ Nº:13.081.833/0001-76,
ENDEREÇO:Rua Castelo Branco,Nº.18, Bairro Liberdade, CEP:68.795.000 BENEVIDES/PA..
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

Protocolo: 748819

CONTRATO Nº 001/2022
Processo: 2021/539300.
CHAMADA PÚBLICA n.001/2021
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE. AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IASEP.
Data de Assinatura:01/01/2022
Vigência:01/01/2022 a 31/12/2022
Projeto Atividade: 8888
Fonte/Recurso: 0261
Elemento de Despesa: 339039
Valor estimado: R$ 60.000,00

Contratada: LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA DR. PAULO CORDEIRO DE AZEVEDO LTDA
CNPJ nº.04.978.805/0001-65,
Endereço:AV. Braz de Aguiar, nº.99,bairro Nazaré, município Belém/PA,-CEP:66.035-000
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA.

Protocolo: 748935

CONTRATO Nº 010/2022

Processo: 2021/1319690.
CHAMADA PÚBLICA n.001 /2021
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE. AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IASEP.
Data de Assinatura:01/01/2022
Vigência:01/01/2022 A 31/12/2022
Projeto Atividade: 8888
Fonte/Recurso: 0261
Elemento de Despesa: 339039
Valor estimado: R$ 60.000,00
Contratada: BIOLAB- CENTRO DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL LTDA.
CNPJ nº 03.903.998/0001-22
Endereço: Av. Senador Lemos 1756- Bairro: Telégrafo Município: belém/PA
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA.

Protocolo: 748926

CONTRATO Nº009/2022

Processo: 2021/1029256.
CHAMADA PÚBLICA n.002/2021
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE. AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IASEP.
Data de Assinatura:06/01/2022
Vigência:06/01/2022 A 06/01/2023
Projeto Atividade: 8888
Fonte/Recurso: 0261
Elemento de Despesa: 339039
Valor estimado: R$ 60.000,00
Contratada: ROBERTO G JACQUES- POLICLINICA SÃO JORGE
CNPJ Nº: 83.594.143/0001-04,
ENDEREÇO:RUA Tenente Ciro Brito, nº.1834, Bairro:Centro,Município: Santa Izabel/PA, CEP: 68.790-000
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

Protocolo: 748915

CONTRATO Nº 011/2022

Processo: 2021/1330357.
CHAMADA PÚBLICA n.001 /2021
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA NA ÁREA DE SAÚDE. AOS SEGURADOS E DEPENDENTES DO IASEP.
Data de Assinatura:01/01/2022
Vigência:01/01/2022 A 31/12/2022
Projeto Atividade: 8888
Fonte/Recurso: 0261
Elemento de Despesa: 339039
Valor estimado: R$ 60.000,00
Contratada: TAVARES E PEREIRA LTDA- CLÍNICA RADIOLÓGICA TAVARES E PEREIRA.
CNPJ nº. 01.407.076/0001-07
Endereço:R Oliveira Belo, nº.330, Bairro: Umarizal, Município Belém/PA, CEP:66.050-350
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA.

Protocolo: 748951

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

CONSIDERANDO, a necessidade em dar prosseguimento de maneira contínua aos trabalhos inerentes ao Edital de Credenciamento/Chamada Pública, para regularização contratual de serviços para prestação de Assistência a Saúde aos segurados do IASEP, capital e interior do Estado;
R E S O L V E:
CONSTITUIR, Comissão para execução dos trabalhos inerentes ao Edital de Credenciamento Chamadas Públicas, bem como a elaboração de termo de referência, análise de habilitação e vistoria técnicas, sob a Presidência do primeiro, com os seguintes servidores: FRANK KARSON XABREGAS LOBATO, matrícula nº 5945694/1, Coordenador de Gestão de Pessoas, ROBSON MANOEL COSTA PEREIRA, matrícula nº 55588792/4, Chefe de Gabinete, DANIEL ARACATY LOBATO, matrícula nº 57195689/2, Técnico em Saúde/Odontólogo, YARA MARIA BARROS CAVALEIRO DE MACÊDO, matrícula nº 3154572/1, Assistente Administrativo, LEANDRO LUCAS DOS SANTOS, matrícula n° 57232974/1, Assistente Administrativo e, ANDREA FONTENELE GOMES ALVES, matrícula nº 6045468/2, Secretário.
Fica Autorizado ao Presidente desta comissão, realizar vistoria técnica, bem como, designar dentre os membros desta comissão a procedência das vistorias técnicas, para fins de formalização de contrato.
A presente Portaria entra em vigor a partir do dia 03 de Janeiro de 2022.
BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
Presidente/IASEP

Protocolo: 748856

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

FÉRIAS

PORTARIA Nº 002 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.
RESOLVE:
I - CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Breno Lamartine Nogueira Garcia	5911575/3	Diretoria de Previdência	22/05/2019 a 21/05/2020	16/02/2022 a 25/02/2022
				08/09/2022 a 27/09/2022
Elaine Cristina Amaral Arantes	57193842/4	Núcleo de Controle Interno	07/05/2020 a 06/05/2021	14/02/2022 a 25/02/2022
				08/09/2022 a 25/09/2022
Yurie Kamizono Mac Culloch	55589050/7	Núcleo de Controle Interno	07/05/2020 a 06/05/2021	16/02/2022 a 25/02/2022
				13/10/2021 a 01/11/2021

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 05 de janeiro de 2022.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 748876

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 003 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.
CONSIDERANDO os termos do Processo Eletrônico 2022/2252, de 03/01/2022, que dispõe sobre Licença Prêmio de servidor.
RESOLVE:
I – TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 914/2021, de 16/12/2021, publicada no DOE nº 34.801, de 17/12/2021, que concede à servidora Marta Nassar Cruz, matrícula funcional n° 12477036/4, ocupante do cargo de Procuradora, lotada na Coordenadoria do Contencioso, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, correspondente ao triênio 2015/2018.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 05 de janeiro de 2022.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 748904

OUTRAS MATÉRIAS

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

Processo: 2021/1073339. Pelo presente edital NOTIFICAMOS a senhora RAIMUNDA SANTOS RAIOL, Professora Classe Especial, Matrícula 571326/1, o Tribunal de Contas do Estado do Pará, em atenção à respectiva competência de apreciação da legalidade das concessões de aposentadoria, reforma e pensão, por ocasião da análise do seu processo de inativação, para fins de registro, solicitou e este Instituto de Previdência acatou a revisão de composição de seu benefício, no sentido de retificar o percentual do Adicional por Tempo de Serviço, de 60% (sessenta por cento) para 50% (cinquenta por cento), e mudança de regra de aposentadoria do art. 3º da Emenda Constitucional nº47/05 para o art. 6º da Emenda Constitucional nº41/03 de Professor, tendo em vista que a segurada não ter completado os requisitos do inciso III do referido art. 3º da EC nº47/05. Nesse sentido, solicitamos o comparecimento nesta Autarquia, apresentando esta comunicação, para obtenção da via original do referido ato. Ressalte-se que o horário de atendimento é de 8h às 15h. Em caso de dúvidas, entre em contato pelos telefones: (91)3182-3500 – 31823501- 31823502 – 31823503; ou por meio do sítio eletrônico: www.igeprev.pa.gov.br ou pelo e-mail faleconosco@igeprev.pa.gov.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 749090

PORTARIA Nº 004 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020;
CONSIDERANDO que William Cesar de Morais Brayner foi nomeado, na condição sub judice, através da PORTARIA Nº 136/2020, de 01/06/2020, publicada no DOE nº 34.244, de 04/06/2020, para o cargo de Técnico de Administração e Finanças;
CONSIDERANDO a Certidão de Trânsito em Julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, de 16/07/2021, do Processo nº 0828806-20.2020.8.14.0301.
RESOLVE:
I – TORNAR DEFINITIVA a nomeação de William Cesar de Morais Brayner, de acordo com o Art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o Art. 6º, inciso I, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, para o exercício do cargo de Técnico de Administração e Finanças, em virtude de aprovação em Concurso Público, com lotação no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, sendo retirado o aspecto de nomeação sub judice.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 06 de janeiro de 2022.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 748940

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

PORTARIA Nº 3586 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

AUTORIZAR, 15 (quinze) dias de gozo de férias a servidora LEA MARIA FERNANDES GALENDE, I. F. nº 5552796/1, Datilografo, lotada no Secretario Adjunto de Receitas de Estado da Fazenda, para serem usufruídas no período de 22/12/2021 a 05/01/2022, em virtude da interrupção do gozo das férias referente ao exercício de 01/10/2013 a 30/09/2014, pela PORTARIA Nº 1337 de 06/08/2015 - DOE n° 32.947 de 11/08/2015.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração,em exercício

Protocolo: 749015

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 015 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER à servidora MARIA DAS GRAÇAS FIGARELLA, Assistente Administrativo, Id Func nº 1538/1, lotada na CERAT de Santarém, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 03/01/2022 a 01/02/2022, correspondentes ao triênio de 01/10/2016 a 30/09/2019.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 017 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER à servidora DAYSE VIANA DE MURGUEITIO, Id Func nº 5062721/2, Fiscal de Receitas Estaduais, lotada na CEEAT de IPVA e ITCD, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 08/02/2022 a 09/03/2022, correspondentes ao triênio de 01/09/2009 a 31/08/2012.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 018 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 792, de 19/11/2021, publicada no DOE nº 34.780, de 30/11/2021, que concedeu Licença Prêmio, no período de 03/01/2022 a 03/03/2022, referente ao triênio de 01/09/2009 a 31/08/2012, a servidora DAYSE VIANA DE MURGUEITIO, Id Func nº 5062721/2, Fiscal de Receitas Estaduais, lotada na CEEAT de IPVA e ITCD.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 012 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER à servidora MARCIA HELENA BRITO DA SILVA, Id Func nº 5120926/1, Digitador, lotada na Célula de Gestão de Recursos Financeiros, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 14/01/2022 a 12/02/2022, correspondentes ao triênio de 01/04/2002 a 31/03/2005.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 007 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER à servidora RUTH MARIA DE NEVES E SOUSA MELO, Id Func nº 5128242/1, Datilografo, lotada na CECOMT, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 17/01/2022 a 15/02/2022, correspondentes ao triênio de 12/05/2011 a 11/05/2014.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 009 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER à servidora SILVIA ALMEIDA DA SILVA, Id Func nº 3246345/1, Assistente Administrativo, lotada na Célula de Analise e Controle de Arrecadação, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 17/01/2022 a 15/02/2022, correspondentes ao triênio de 01/02/2014 a 31/01/2017.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 010 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER ao servidor JOAO DE JESUS MARÇAL MADORRA FILHO, Id Func nº 55956/1, Técnico em Gestão Pública, lotado na Célula de Controle e Cobrança da Dívida Ativa, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 30/01/2022 a 30/03/2022, correspondentes ao triênio de 06/01/1984 a 05/01/1987.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 008 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER à servidora MARINÉA DO SOCORRO CARVALHO DOS SANTOS, Id Func nº 55589954/2, Técnico em Gestão Desenvolvimento Urbano, lotada na Escola Fazendária, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 17/01/2022 a 15/02/2022, correspondentes ao triênio de 01/08/2010 a 31/07/2013.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA Nº 011 DE 05 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER à servidora JURACIRENE SOZINHO DE SANTANA, Id Func nº 3249719/1, Auxiliar Administrativo, lotada na CERAT de Abaetetuba, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 28/01/2022 a 26/02/2022, correspondentes ao triênio de 12/07/1997 a 11/07/2000.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 01 DE 03 DE JANEIRO DE 2022

AUTORIZAR, 29 (vinte e nove) dias de gozo de férias ao servidor ARMENIO WILSON CORREA DE MORAES, Id Func nº 5097240/3, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, lotado na CERAT de Capanema, para serem usufruídas no período de 05/01/2022 a 02/02/2022, em virtude da interrupção do gozo das férias referente ao exercício de 22/04/2020 a 21/04/2021, pela PORTARIA Nº 1417 de 12/07/2021 - DOE n° 34.648 de 23/07/2021.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração,em exercício

PORTARIA Nº 02 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

AUTORIZAR, 18 (dezoito) dias de gozo de férias ao servidor AMADEU FADUL TEIXEIRA, Id Func nº 5279984/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, lotado na CECOMT de Portos e Aeroportos, para serem usufruídas no período de 28/12/2021 a 14/01/2022, em virtude da interrupção do gozo das férias referente ao exercício de 22/04/2016 a 21/04/2017, pela PORTARIA Nº 1880 de 14/08/2017 - DOE n° 33.443 de 23/08/2017.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração,em exercício

PORTARIA Nº 03 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER 16 (dezesseis) dias de Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor JOSE MAURICIO NERY DA COSTA, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 5569915/1, lotado na CECOMT de Portos e Aeroportos, no período de 18/10/2021 a 02/11/2021.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração,em exercício

PORTARIA Nº 04 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER 20 (vinte) dias de Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor LUIZ FERNANDO AMARAL BOTELHO, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 1201/2, lotado na CECOMT de Itinga, no período de 01/11/2021 a 20/11/2021.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração,em exercício

PORTARIA Nº 05 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

INTERROMPER, 29 (vinte e nove) dias, a contar de 04/01/2022, do gozo das férias do servidor EDUARDO LAVAREDA CORREA, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 5570182/1, lotado na CERAT de Castanhal, concedidas pela PORTARIA Nº 3162 de 10/11/2021, publicada no DOE nº 34.764 de 12/11/2021, referente ao exercício de 26/11/2020 a 25/11/2021, as quais ficam para serem usufruídas no período de 07/02/2022 a 07/03/2022.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração, em exercício.

PORTARIA Nº 06 DE 04 DE JANEIRO DE 2022

CONCEDER 90 (noventa) dias de Licença para Tratamento de Saúde, ao servidor JAIR MULLER MARQUES DE SOUZA, Fiscal de Receitas Estaduais, Id Func nº 5915202/1, lotado na Célula de Controle e Cobrança da Dívida Ativa, no período de 09/12/2021 a 08/03/2022.
ANIDIO MOUTINHO
Diretor de Administração,em exercício

Protocolo: 749024

CONTRATO

CONTRATO: 136/2021/SEFA.

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 015/2021/SEFA
Objeto: compra de 02 (duas) vagas para o Curso "MBA em Gerenciamento de Projetos" e 02 (duas) "MBA Executivo em Business Analytics e Big Data".
Data da Assinatura: 20/12/2021
Vigência: 20/12/2021 a 19/12/2023.
Valor Total Global: R$ 84.613,08
Funcional Programática/ Atividade: 17101. 04. 123.1508.8251
Órgão: 17101 - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA
Unidade Gestora: 170107 - PARÁ GOV. PROFISCO II
Função: 04: Administração
Sub-função: 123 – Administração Financeira

Programa: 1508 – Governança Pública
Atividade: 8251–Gestão Fazendária
Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Valor Total: R$ 84.613,08
Fonte de Recursos: 0131 – Operações de Crédito Externas, Banco Internacional de Desenvolvimento - BID
Contratada: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.641.663/0001- 44, com sede na Praia de Botafogo, 190, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro,
Ordenador: ANÍDIO MOUTINHO DA CONCEIÇÃO.

Protocolo: 748837

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO - JULGADORIA

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados NULOS, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.
012017510000385-1, 012018510001449-4, 092016510005285-4, 172017510000111-0, 182020510000017-1, 182020510000018-0, 182020510000019-8, 372019510000285-0.
Belém (PA), 06 de janeiro de 2022.
ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância
EDITAL DE INTIMAÇÃO - JULGADORIA
A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram declarados IMPROCEDENTES, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.
012014510000423-6, 012018510000480-4, 012021510000346-3, 012021510000354-4, 092019510000065-1, 122021510000026-6, 122021510000027-4, 172021510000028-0, 262019510001263-8, 352020510006842-0.
Belém (PA), 06 de janeiro de 2022.
ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO - JULGADORIA

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte CHURRASCARIA BOI D'OURO PRIME LTDA., Inscrição Estadual nº 15.303.845-4, que o Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 012021510000339-0 foi julgado IMPROCEDENTE, com recurso de ofício ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, na forma do art. 30 da Lei 6.182/98.
Belém (PA), 06 de janeiro de 2022.
ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

Protocolo: 749045

EDITAL DE INTIMAÇÃO - JULGADORIA

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte P S XAVIER NETO, Inscrição Estadual nº 15.388.191-7, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados NULOS, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.
332018510000030-8, 332018510000031-6, 332018510000032-4, 332018510000033-2, 332018510000034-0, 332018510000035-9, 332018510000036-7, 332018510000037-5, 332018510000038-3, 332018510000039-1.
Belém (PA), 06 de janeiro de 2022
ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

Protocolo: 749135

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE RESCISÃO
CONTRATO: 019/2020/SEFA

Data da Extinção: 05/01/2022
Do Objeto: rescindido o Contrato de nº 019/2020/SEFA, com efeito retroativo, a partir de 31/12/2021, referente à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORA INDIVIDUAL, dando as partes a mais plena, geral e irrevogável quitação de todas as obrigações contraídas em decorrência do mesmo, para nada mais exigir uma da outra, seja a que título for, em juízo ou fora dele, de acordo com o Processo Administrativo nº 2021/1441554 e Manifestação Jurídica nº 004/2022/CONJUR.
Distratado: JOYCE ANNE PINTO RODRIGUES, brasileira, casada, bacharel em Sistemas de Informação, portadora da Carteira de Identidade (RG) no 3701068 - PC/PA, CPF/MF no 783.503.012-87, residente e domiciliada à Rua São Francisco do Pará, nº 340, bairro Icuí Guajará, CEP.: 67.125-830, Ananindeua-PA.
Ordenador em exercício: Anídio Moutinho da Conceição

Protocolo: 749145

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS
ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna públicas as datas de julgamento dos recursos abaixo, a ocorrer por meio de videoconferência, conforme Instrução Normativa SEFA n. 004/2021, de 16/03/2021, na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

PRIMEIRA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO
Em 12/01/2022, às 09:30h, RECURSO DE OFICIO n.º 17865, AINF nº 182019510000016-2, contribuinte VALE S.A., Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231.
Em 12/01/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 17867, AINF nº 182019510000016-2, contribuinte VALE S.A., Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: EDUARDA GOUVEIA COSTA TUPIASSÚ, OAB/PA-20231.
Em 12/01/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 19048, AINF nº 352019510002493-7, contribuinte VALE S.A., Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA, OAB/PA-13303.
Em 12/01/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 19049, AINF nº 352019510002495-3, contribuinte VALE S.A., Insc. Estadual nº. 15098182-1, advogado: ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA, OAB/PA-13303.
Em 12/01/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 19265, AINF nº 012019510000860-2, contribuinte GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA, Insc. Estadual nº. 15381460-8, advogado: GABRIELA VIEIRA DA COSTA, OAB/RS-89498.
Em 12/01/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 19263, AINF nº 012019510000857-2, contribuinte GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA, Insc. Estadual nº. 15381460-8, advogado: GABRIELA VIEIRA DA COSTA, OAB/RS-89498.
Em 12/01/2022, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 19227, AINF nº 262018510001888-4, contribuinte XINGÚ RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., Insc. Estadual nº. 15567530-3, advogado: DANIELLA SILVA DE SOUZA, OAB/PA-21534.
Em 12/01/2022, às 09:30h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 19229, AINF nº 262018510001891-4, contribuinte XINGÚ RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., Insc. Estadual nº. 15567530-3, advogado: DANIELLA SILVA DE SOUZA, OAB/PA-21534.
SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO
Em 11/01/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 18208, AINF nº 062017510006437-9, contribuinte MINERVA S/A, Insc. Estadual nº. 15230282-4, advogado: CELSO FERREIRA DA CRUZ, OAB/SP-392483,

Protocolo: 748988

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001 DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

Altera a Instrução Normativa nº 31, de 23 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o prazo de utilização da Nota Fiscal Avulsa, na forma que especifica.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 138, parágrafo único, inciso V, da Constituição Estadual e o art. 6º, inciso II, do Decreto n.º 1.604, de 18 de abril de 2005,
Considerando o disposto no Ajuste Sinief 7, de 30 de setembro de 2005, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica;
Considerando a cláusula terceira do Ajuste Sinief 7, de 3 de julho de 2009, que estabelece um prazo para adoção da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e avulsa pelas unidades federadas;
Considerando o disposto no Ajuste Sinief 46, de 09 de dezembro de 2021, que altera o Ajuste SINIEF 7/09, que autoriza as unidades federadas a emitir Nota Fiscal Avulsa e de Produtor Rural por meio eletrônico de dados em papel formato A4,
RESOLVE:
Art. 1º A Instrução Normativa nº 31, de 23 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o prazo de utilização da Nota Fiscal Avulsa, na forma que especifica, passa a vigorar com a seguinte alteração:
"Art. 1º Até 31 de dezembro 2022, a Nota Fiscal Avulsa, no modelo eletrônico anterior à data de 23 de janeiro de 2018, será utilizada, exclusivamente, nos casos de inibição de funcionalidades no emissor da NFA-e ou para casos fortuitos.
Art. 2º. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo: 748872

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
Publicação Nº 732071 Dia: 24.11.2021
Termo Aditivo Nº: 01
Contrato Nº: Onde se lê 070/2020 Leia-se: 076/2020
Objeto do Contrato: Prestação de serviços de manutenção corretiva mediante chamados registrados e manutenção preventiva, sob demanda, em equipamento que apresentarem 3 (três) ou mais reincidências para o mesmo defeito dentro de 30 (trinta) dias ou por solicitação do Banco, em comum acordo de cronograma entre as partes, incluindo o fornecimento de peças de reposição, na forma especificada no Termo de Referência.
Modalidade da Contratação: Inexigibilidade nº 031/2020
Data de Assinatura do Aditivo: 22.11.2021
Vigência do Aditivo: 07.12.2021 a 06.12.2022
Objeto do Aditivo: Prorrogação de vigência

Fundamento Legal do Aditivo: Art. 71 da Lei Nº 13.303/2016
Valor Total Estimado do Aditivo: R$ 3.312.212,88 (três milhões, trezentos e doze mil, duzentos e doze reais e oitenta e oito centavos).
Contratado: PERTO S/A - PERIFÉRICOS PARA AUTOMAÇÃO
Endereço: Rua Nissin Castiel, nº 640 Bairro: Industrial
CEP: 94.045-420 Gravataí/RS
Telefone: (51) 2126-6991
Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 749030

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº: 02
CONTRATO Nº: 067/2021

Objeto do Contrato: O fornecimento de licenças de software, garantias de atualização de software (software assurance), subscrições de software
Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico Nº 023/2018
Data de Assinatura do Aditivo: 31.12.2021
Vigência do Aditivo: 31.12.2021 a 25.07.2023
Objeto do Aditivo: Revisão Contratual
Fundamento Legal do Aditivo: Art.57, II da lei nº 8.666/1993 e art. 95, item 1 alínea "c" do Regulamento de Licitações e Contratos do Banpará
Valor Total Estimado do Aditivo: R$-10.682.562,48 (Dez milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos)
Contratado: BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA.
Endereço: Rua Marina La Regina, Nº 227 - 3º andar - Salas 11 a 15 - Bairro: Centro
CEP: 08550-210 Poá/SP
Telefone: (71) 3480-8110
Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 749121

OUTRAS MATÉRIAS

CONCURSO PÚBLICO 2018
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 153/2022

Convocamos o candidato, abaixo relacionado, para comparecer ao BANPARÁ, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar desta divulgação, para tratar de assunto referente à contratação, para o cargo especificado abaixo:
CARGO: Técnico Bancário Nível Médio
POLO I

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
PAMELA ALBUQUERQUE DA CUNHA	262º	Av. Pte. Vargas, 251 – 2º Andar - Belém/PA

POLO III

Nome	Colocação	Agência Banpará (Local de Apresentação de Documentos)
DANILO ZENAS LISBOA MOTA	123º	Av. Pte. Vargas, 251 – 2º Andar - Belém/PA
CAIO DANIEL NASCIMENTO DOS REIS	124º	Av. Pte. Vargas, 251 – 2º Andar - Belém/PA

Obs.: O não comparecimento dos candidatos, no prazo acima estabelecido, será considerado como desistência.
Belém, 07 de janeiro de 2022.

Protocolo: 749070

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021

O BANPARÁ S/A comunica a prorrogação da divulgação do resultado final de recurso da licitação em epígrafe, sendo remarcado para o dia 13/01/2022, cujo acompanhamento deverá ser feito pelos sites www.comprasnet.gov.br e www.banpara.b.br.
Fernanda Raia
Pregoeira

Protocolo: 748832

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA N° 004, DE 05 DE JANEIRO DE 2022

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, respondendo pelo titular desta SESPA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto s/nº de 02 de janeiro de 2019, publicado no DOE n° 33.771/02.01.2019 e,
CONSIDERANDO o Decreto n° 1.741, de 19 de abril de 2017, publicado no DOE nº 33.358 de 20.04.2017 e alterado pelo Decreto nº 261, de 12 de agosto de 2019, publicado no DOE nº 33.951 de 13.08.2019, que juntos disciplinam o Processo Seletivo Simplificado para a contratação de servidores temporários no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas.
R E S O L V E:
I – REVOGAR, os efeitos na Portaria n° 801, de 01 de outubro de 2021, publicada no DOE nº 34.722, de 04.10.2021;
II – CONSTITUIR, Comissão para planejamento, coordenação e execução de Processos Seletivos Simplificados para contratação por tempo determinado, para o Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Publica.
III – DESIGNAR os (as) servidores (as) relacionados (as) a seguir para, sob a presidência da primeira, comporem a referida comissão:
– KELLY DE CASSIA PEIXOTO DE OLIVEIRA SILVEIRA – matricula nº 5955785-1;
– ANA ALICE GOMES DA SILVA COSTA – matricula nº 57193983/1;
– ANA CELIA SOUZA ROSAS – matrícula nº 2009420/1
– DEUZENEI MOURA DE OLIVEIRA – matricula nº 54192835/1;
– FLÁVIA SILVA DE SOUZA – matrícula nº 57190683/1
– HELEN BATISTA E SILVA – matrícula nº 5849918/4
– LUCIANA FERREIRA MINOWA – matrícula nº 57208588/1
– SIMONE GABBAY DO NASCIMENTO – matricula nº 54194018/2;
– TATIANE VALENTE DA SILVA OLIVEIRA – matrícula nº 54195763/3
– THAYNA GONZALEZ RODRIGUES SANTOS – matricula nº 5957052/1
– VANEUZA MARQUES MIRANDA – matricula nº 5839629/2
– WENDELL AZEVEDO DE MEDEIROS – matricula nº 54190404/1
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 05.01.2022.
ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa
Respondendo pela SESPA (Dec. s/n, DOE 34.780/30.11.2021)

Protocolo: 749139

PORTARIA Nº 10/2022, DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa/SESPA, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a obrigação da Administração de fiscalizar a execução de seus termos administrativos, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 com suas alterações, do Decreto estadual nº 733 de 13.05.2013 e demais normas regulamentares da matéria, o teor da Cláusula Quinta do Termo de Convênio nº. 14/2021, celebrado com a Prefeitura Municipal de Baião, tendo como objeto a "Aquisição de um Aparelho de Raio-X e um Aparelho de Ultrassom", e os autos do processo nº 2021/655278;
RESOLVE:
Designar o servidor Alan Cristhe Marquês Vulcão, matrícula n° 5913119-1, lotado no 13º CRS/SESPA, para acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto do Convênio supracitado, mediante a elaboração de relatórios de acompanhamento de execução física do objeto do Convênio e emissão de Laudo Conclusivo nos termos do art. 1º da Resolução nº 13.989/95 do Tribunal de Contas do Estado do Pará – T. C. E.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA – ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

Protocolo: 748948

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA COLETIVA Nº 25 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
RESOLVE:
CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Laudo
54195818/1	ANA CRISTINA DE MENEZES BOMFIM	ENFERMEIRO	05/11/2021 A 19/11/2021	84344 - 03/01/2022
54195818/2	ANA CRISTINA DE MENEZES BOMFIM	ENFERMEIRO	05/11/2021 A 19/11/2021	84344 - 03/01/2022
723983/1	ROSA MARIA DE OLIVEIRA BARROS	MEDICO	03/11/2021 A 09/11/2021	84194 - 28/12/2021
57225162/1	REJANIA MARIA BRITO LIMA	TECNICO DE ENFERMAGEM	23/10/2021 A 29/10/2021	84346 - 03/01/2021
57194989/1	MARIO ROBERTO DA SILVA MIRANDA	AGENTE ADMINISTRATIVO	16/12/2021 A 14/01/2022	84213 - 29/12/2021
54192765/1	MIGUEL DOS SANTOS CARDOSO	AGENTE DE PORTARIA	15/12/2021 A 19/12/2021	84095 - 28/12/2021
55586572/1	EDIELBA DA SILVA MELO	ATENDENTE CONSULTORIO DENTARIO	30/11/2021 A 09/12/2021	84110 - 28/12/2021
55586572/1	EDIELBA DA SILVA MELO	ATENDENTE CONSULTORIO DENTARIO	15/12/2021 A 17/12/2021	84075 - 28/12/2021
55586572/1	EDIELBA DA SILVA MELO	ATENDENTE CONSULTORIO DENTARIO	19/12/2021 A 21/12/2021	84076 - 28/12/2021
54190690/1	JANETH LIE YAMADA	ODONTOLOGO	09/12/2021 A 07/01/2022	84069 - 28/12/2021
57207686/1	ISIS ELAINE NUNES RODRIGUES SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM	11/11/2021 A 12/11/2021	83922 - 26/12/2021
54194099/1	FABRICIO LEITE DA SILVA	TECNICO PATOLOGIA CLINICA	24/11/2021 A 26/11/2021	84077 - 28/12/2021

57193984/1	MIRLAINE OLIVEIRA BAHIA DA SILVA	TECNICO PATOLOGIA CLINICA	16/12/2021 A 22/12/2021	83987 - 27/12/2021
55590113/1	ANDREA CRISTINA DO NASCIMENTO CARVALHO	AGENTE DE PORTARIA	16/12/2021 A 19/12/2021	84111 - 28/12/2021
5563143/2	MARIA FRANCISCA BARBOSA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	20/12/2021 A 23/12/2021	84072 - 28/12/2021
54190650/1	ANDREZZA CARVALHO ERVEDOSA	PSICOLOGO	27/12/2021 A 31/12/2021	84093 - 28/12/2021
5892647/1	MARIA BENEDITA GOMES TEIXEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	10/12/2021 A 08/01/2022	84223 - 29/12/2021
57207300/1	ANGELA RODRIGUES DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	22/12/2021 A 04/01/2022	84271 - 30/12/2021
57206653/1	LUANA CLAUDIA MEIRELES MENDES	TECNICO DE ENFERMAGEM	20/12/2021 A 29/12/2021	84269 - 30/12/2021
5160685/1	HAROLDO GOMES DE SOUZA	AGENTE DE PORTARIA	28/12/2021 A 30/12/2021	84338 - 03/01/2022
54191465/1	DILERMANDO SERRAO DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	28/12/2021 A 30/12/2021	84266 - 30/12/2021
5149185/1	PAULO CEZAR BARREIROS LOBATO	MEDICO	28/12/2021 A 11/01/2022	84284 - 30/12/2021
54191660/1	ADRIANA DA ROCHA GONCALVES DA CRUZ	TECNICO PATOLOGIA CLINICA	27/10/2021 A 25/11/2021	83784 - 21/12/2021
57234082/1	JOSE RENAN SIMOA DE JESUS	TECNICO DE ENFERMAGEM	13/12/2021 A 27/12/2021	84379 - 04/01/2022
5243076/1	SYANE SHEILA COSTA DE PAULA LAGO	SOCIOLOGO	20/12/2021 A 03/01/2022	84381 - 04/01/2022

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 06/01/2022.
Simone Gabbay do Nascimento
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em exercício.

Protocolo: 748808

TERMO ADITIVO A CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2021- PROCESSO Nº 2020.16486

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, E DE OUTRO LADO, E O INSTITUTO DE PATOLOGIA CIRÚRGICA E MOLECULAR DE SERVIÇOS LTDA.
DO OBJETO: Alteração da clausula terceira - item 3.3. para:
- Manter os serviços de necropsia de 08h00min as 22h00min, inicialmente na Sede do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.
- Inclusão do item 3.28. no qual em casos relacionados a COVID-19 e comorbidade relacionada ao excesso de gordura corporal (pessoas obesas), o medico plantonista deverá se deslocar até a residência para realizar a liberação do (a) pessoa falecida, porém, esse procedimento será realizado após confirmação da Regulação (Fonia) e com o consentimento dos fiscais compostos no contrato;
- inclusão do item 4.1.1.13 no qual: A Regulação no caso de atendimentos aos familiares, será responsabilidade da SVO/DEPI/SESPA, qualificando melhor a triagem do atendimento;
- Inclusão do item 6.2. na clausula sexta no qual:
6.2. A Empresa se compromete a ser correntista no Banco do Estado do Pará S/A, atendendo ao decreto n° 877, de 31 de Março de 2008 no Art 2°, o qual determina que "o pagamento será efetuado exclusivamente por crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A"
DA RATIFICAÇÃO: Permanecem ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº. 37.21, não alteradas por este instrumento.
DATA DA ASSINATURA: 06/01/22
Ordenador: ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS- Secretario Adjunto de Gestão Administrativa- Portaria 335 de 03 de julho de 2020- Ordenador de despesa

Protocolo: 749119

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/ SESPA/2022.

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de seu Pregoeiro, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", conforme abaixo:
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em Serviço de Auditoria Médico-hospitalar, Ambulatorial, de Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT, Administrativo, Financeiro e Técnico Jurídico in loco nos Estabelecimentos de Saúde geridos por Organizações Sociais, oferecendo equipe multidisciplinar, software e serviços para processos de gestão, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
DATA DA ABERTURA: 19/01/2022.
HORÁRIO: 09h:00min. (Horário de Brasília).
LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br – UASG: 925856.
Dotação Orçamentária: 8288 / 8877
Elemento de Despesa: 339035
Fonte de Recurso: 0103 / 0303 / 0149 / 0349 / 0101 / 0301
ENTREGA DO EDITAL: Os interessados poderão retirar o edital nos sítios: www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br.
OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com o pregoeiro responsável, através do e-mail cpl@sespa.pa.gov.br.
Belém (PA), 06 de janeiro 2022.
CARLOS AUGUSTO CAMPOS FERREIRA
PREGOEIRO/CPL/SESPA

Protocolo: 749057

CONVÊNIO

CONVÊNIO N°: 14/2021

Processo: 2021/655278
Objeto: "Aquisição de um Aparelho de Raio-X e um Aparelho de Ultrassom"
Data de Assinatura: 28/12/2021
Vigência: 28/12/2021 a 27/06/2022
Dotação Orçamentária: 8289; Elemento de Despesa: 444042; Fontes: 0103 – 0303 – 0101 – 0301.
Valor Total: R$ 595.000,00
Valor Concedente: R$ 571.200,00
Valor Contrapartida: R$ 23.800,00
Convenente: Prefeitura Municipal de Baião
Concedente: Secretaria de Estado de Saúde Pública- SESPA
Ordenador: Ariel Dourado Sampaio Martins Dourado – Secretário de Estado de Saúde Pública, em exercício

Protocolo: 748937

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA COLETIVA Nº 24 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 81 da Lei n° 5.810, de 24 de janeiro de;
RESOLVE:
CONCEDER, Licença assistência, aos servidores abaixo relacionados;

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Laudo
54189798/1	ANDRESSA BELTRAO GUIMARAES HADAD	ODONTOLOGO	16/12/2021 ATÉ 14/01/2022	84239 – 29/12/2021
57202518/1	FABRICIO BASTOS MARQUES	TECNICO EM EDUCACAO FISICA	15/12/2021 ATÉ 13/01/2022	84228 – 29/12/2021
5155746/1	MARIA LUIZA GOMES DE ANDRADE	AGENTE DE ARTES PRATICAS	08/11/2020 ATÉ 07/12/2020	83276 – 08/12/2021

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE /SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 06/01/2022.
Simone Gabbay do Nascimento
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em exercício.

PORTARIA Nº 26 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de n° 2022/16339.
RESOLVE:
Autorizar o afastamento da servidora REJANE CECIM DOS SANTOS, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, Id. Funcional nº 5834651/2, lotada na Unidade de Referencia Especializada - Materno Infantil, a contar de 19/12/2021, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de seu genitor.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 06/01/2022.
Simone Gabbay do Nascimento
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em exercício.

PORTARIA Nº. 27 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso da competência delegada através da PORTARIA Nº. 050/17.01.2006, Publicado no DOE n.º 30.605/19.01.2006, e considerando os termos do Processo PAE nº. 2021/615407 e 2022/3007, onde consta Ação Ordinária da Procuradoria Geral do Estado.
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o artigo 93 da Lei 5.810/24.01.94 e Ação Ordinária, processo nº 0803953-51.2021.8.14.0061, Licença Sem Vencimentos de 02 (dois) anos, o servidor CALIL CARVALHO JÚNIOR, matrícula nº. 54183587/2 ocupante do cargo de Farmacêutico, lotado no Hospital Regional de Tucuruí, a contar de 02.02.2022.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 06.01.2022.
Simone Gabbay do Nascimento
Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em exercício.

Protocolo: 748811

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO/SESPA

A Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada pela PORTARIA Nº 239, de 19/08/2021, publicada no D.O.E. nº 34.679, de 24/08/2021, NOTIFICA a empresa Cantão Vigilância e Segurança Ltda., CNPJ nº 14.966.650/0003-62, quanto a aplicação da pena de advertência cumulada com a penalidade de multa no valor de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor dos contratos nº 33 e 36/2021 com base nos arts. 66 e 87, inciso I e II, da Lei Federal nº 8.666/1993, referido na Cláusula Nona - subitem 9.4.1 e Subitem 9.4.2.2 do Contrato e consequente registro no SICAF, em virtude do não cumprimento da obrigação de pagamento de salários e benefícios de seus colaboradores, bem como inobservância aos itens relacionados à desenvoltura Contratual n° 33 e 36/2021 e documentação comprobatória exigida no Edital, segundo o relatório final da Comissão Permanente de Processo Administrativo de Inexecução Contratual, homologado pelo Secretário de Estado de Saúde Pública e disposto nos autos do Processo Administrativo nº 2021/799858. Observado o direito constitucional ao contraditório e a ampla defesa, insculpidos no art. 5.º, Inciso LV da CF/88 e o art. 105, inciso I, alínea "f" da Lei Federal nº 8.666/93, da decisão caberá recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando-se o prazo legal a partir da data desta publicação.
Belém, 06 de Janeiro de 2022.
CAMILLA MOURA ULIANA
PRESIDENTE DA CPL/SESPA

Protocolo: 748954

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 1ª REGIONAL

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 038 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) ANA LUCIA DE LEAO MORAES, matrícula 5122244-1 cargo de ODONTOLOGO regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) CS JULIA SEFFER, 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 20.11.2016 A 19.11.2019.
AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 01.02.2022 A 01.04.2022 no total de 60 (sessenta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 749029

PORTARIA Nº. 039 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) MARIA DA SAUDE DOS SANTOS CABRAL matrícula 100080-1 cargo AUXILIAR DE INFORMATICA com lotação no (a) CS JURUNAS 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 01.01.1983 A 30.01.1986.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 01.03.2022 A 30.03.2022 no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 749034

PORTARIA Nº. 036 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) CARLOS ABERTO DOS SANTOS matrícula 729469-1 cargo AGENTE DE PORTARIA com lotação no (a) 1°CRS 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 13.06.2015 A 12.06.2018.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 01.04.2022 A 30.04.2022 no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 749021

PORTARIA Nº. 037 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) LORENA SAMPAIO FREITAS matrícula 5860571-2 cargo PSICOLOGA com lotação no (a) 1°CRS 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 03.03.2017 A 02.03.2020.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 03.01.2022 A 01.02.2022 no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 749022

PORTARIA Nº. 034 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
DETERMINAR, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) JOAO SIDNEY CHAVES DA SILVA matrícula 54193875-1 cargo AGENTE ADMINISTRATIVO com lotação no (a) URE MARCELO CANDIA 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 29.11.2008 A 28.11.2011.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 03.03.2022 A 01.04.2022 no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 749013

PORTARIA Nº. 035 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) NADIA NAZARE MORAIS OLIVEIRA, matrícula 54193826-1 cargo de AGENTE DE PORTARIA regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) URE MARCELO CANDIA, 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 29.09.2011 A 28.09.2014.
AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 15.02.2022 A 15.04.2022 no total de 60 (sessenta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 749004

PORTARIA Nº. 033 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA, matrícula 727733-1 cargo de AGENTE DE PORTARIA regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) CAPS RENASCER 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 13.06.2006 A 12.06.2009.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 06.05.2022 A 04.06.2022 no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 748994

PORTARIA Nº. 032 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA, matrícula 727733-1 cargo de AGENTE DE PORTARIA regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) CAPS RENASCER, 02 (dois) meses de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 13.06.2003 A 12.06.2006.
AUTORIZAR que o servidor goze 02 (dois) meses de Licença Prêmio, no período de 07.03.2022 A 05.05.2022 no total de 60 (sessenta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 748990

PORTARIA Nº. 031 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER, em comum acordo, de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) MONICA MELO DE QUEIROZ SALES matrícula 57174858-1 cargo MEDICA VETERINARIA com lotação no (a) 1°CRS 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 19.07.2015 A 18.07.2018.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 01.03.2022 A 02.03.2022 no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA EM: 06.01.2022
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 748982

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 7ª REGIONAL

PORTARIA N.º 04 DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O Diretor do 7º Centro Regional de Saúde / SESPA, usando de suas atribuições que foram conferidas pela Portaria n.º 55/20.11. 2000, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 29.347/24.11.2000.

R E S O L V E:

CONCEDER, de acordo com o Art. 98 da Lei 5.810/24.01.94, a servidora Diane Nazaré Tavares Silva , Cargo: Enfermeira, GEP: Estatutário Comissionado – Classe, Lotada no 7º Centro Regional de Saúde, Licença Prêmio, correspondente aos triênios de 19/05/2008 a 18/05/2011.

AUTORIZAR, que a servidora goze (01) um mês de Licença Prêmio, no período de 14 / 02 / 2022 a 15 / 03 / 2022, no total de 30 (Trinta) dias. Matrícula n.º 5719784/1.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR

Diretor do 7º Centro Regional de Saúde.

Protocolo: 748986

PORTARIA N.º 03 DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O Diretor do 7º Centro Regional de Saúde / SESPA, usando de suas atribuições que foram conferidas pela Portaria n.º 55/20.11. 2000, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 29.347/24.11.2000.

R E S O L V E:

CONCEDER, de acordo com o Art. 98 da Lei 5.810/24.01.94, a servidora Esmeralda Correa dos Santos, Cargo: Agente de Portaria, GEP: Estatutário Efetivo – Classe, Lotado no 7º Centro Regional de Saúde, Licença Prêmio, correspondente ao triênio de 04/07/2007 a 03/07/2010.

AUTORIZAR, que o servidor goze (01) mês de Licença Prêmio, no período de 01/02/ 2022 a 02 / 03 / 2022, no total de 30 (Trinta) dias. Matrícula n.º 5105293/1.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

VALDINEI SILVA TEIXEIRA JÚNIOR

Diretor do 7º Centro Regional de Saúde.

Protocolo: 748962

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 10ª REGIONAL

PORTARIA

PORTARIA N.º 003 DE 05 DE JANEIRO DE 2022.

O Diretor do 10ºCRS/SESPA, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o que dispões o art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/94, que determina que autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado ampla defesa;

CONSIDERANDO as recomendações consignadas no parecer da CONJUR de fls. 65/67, constante no processo 2018/8203, devidamente homologado através do despacho de fl. 68;

R E S O L V E:

I – Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR através da COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR do 10ºCRS/SESPA composta pelos servidores: GELMA MARIA SILVA DA SILVA, matrícula nº 5892334/1; CARLA OLIVEIRA ARAUJO, matrícula n° 57224768/1 e EMANOEL RAY DA GAMA FARIAS, matrícula nº 5892441/1, para sob a presidência do primeiro, apurar os indícios de irregularidades administrativas praticadas pelo senhor L.V.D.S.F. servidora desta SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA – SESPA, em tese, pela prática das transgressões disciplinares previstas no Art. 177, I e VI, Art. 178, I da Lei Estadual n° 5.810/94, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, em tudo observando o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, insculpidos no art. 5°, Inciso LV da Constituição Federal de 1988.

II – A Comissão deverá concluir os trabalhos com apresentação de relatório final no prazo de 60 (sessenta) dias prorrogáveis por igual período, desde que por motivo fundamentado.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

DIREÇÃO 10ºCRS/SESPA.

ALTAMIRA, 05 de JANEIRO de 2022.

WALDECIR ARANHA MAIA

DIRETOR DO 10ºCRS/SESPA

Protocolo: 748933

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 11ª REGIONAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 01 DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A Diretora do 11.º Centro Regional de Saúde, usando de suas atribuições que lhe são conferidas através da PORTARIA Nº 1.650 – CCG, de 05 de agosto de 2020, publicada no DOE nº 34.302, de 06/08/2020, e

CONSIDERANDO o Processo n.º 2017/545660, referente a Processo Administrativo Disciplinar, instaurado por meio da Portaria n.º 061, de 28/10/2021, para apurar em tese, prática de infração prevista nos artigos 163 e 178, inciso I, da Lei Estadual n.º 5.810/94, em desfavor da servidora M.G.C.F.

CONSIDERANDO a necessidade mais tempo para a comissão proceder à conclusão do processo.

R E S O L V E:

Art. 1.º Redesignar por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 06/01/2022, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD/11. ºCRS/SESPA, até a conclusão dos trabalhos, constituída pelos servidores, Edevaldo da Luz Azevedo, matrícula nº 54190768/1, Alex Santos da Silva, matrícula n° 57209582/2, e Marinete Oliveira Chaves, matrícula nº 57191006/1, com a finalidade de atender diligências e prosseguir nos trabalhos de apuração dos fatos descritos no processo nº 2017/545660.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

IRLÂNDIA DA SILVA GALVÃO

Diretora do 11º Centro Regional de Saúde/SESPA

Protocolo: 749012

OUTRAS MATÉRIAS

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-CIR CARAJÁS
RESOLUÇÃO CIR CARAJÁS Nº 027 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

A Comissão Intergestores Regionais – CIR Carajás, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a lei 12.466, de 24 de agosto de 2011 que acrescenta os arts. 14-A e 14-B à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências".

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS bem como referências para as transferências de recursos entre os entes federativos;

CONSIDERANDO a Lei n. 10216 de 6 de abril de 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

CONSIDERANDO o consensuado na 11ª Reunião Ordinária realizada no dia 14 de Dezembro de 2021 na Cidade de Marabá/Pará;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o projeto técnico para a Implantação de Equipe Multiprofissional Especializada em Saúde Mental (AMENT) no município de Palestina do Pará.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Irlândia da Silva Galvão Valmir Silva Moura

Presidente da CIR Secretário Municipal de Saúde de Marabá

Protocolo: 748921

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-CIR CARAJÁS
RESOLUÇÃO CIR CARAJÁS Nº 025 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

A Comissão Intergestores Regionais – CIR Carajás, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a lei 12.466, de 24 de agosto de 2011 que acrescenta os arts. 14-A e 14-B à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências".

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

CONSIDERANDO que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS bem como referências para as transferências de recursos entre os entes federativos;

CONSIDERANDO o Art. 6º da Resolução CIT N. 22, DE 27 DE JULHO DE 2017 onde cita que o gestor de saúde estadual, do Distrito Federal ou municipal encaminhará a alteração dos itens aprovados ou da unidade beneficiada para conhecimento à Comissão Intergestores Regional (CIR), à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF).
CONSIDERANDO o Ofício 487/2021 da SMS de Dom Eliseu onde foi solicitado em caráter de urgência a apreciação na CIR e emissão de Resolução aprovando proposta de emenda parlamentar para o município;
CONSIDERANDO que o município precisa ampliar e qualificar a oferta de serviços;
CONSIDERANDO o Art. 9º Parágrafo Único do Regimento Interno da CIR que diz que a CIR somente poderá deliberar "ad referendum" por meio do seu Presidente sobre os assuntos emergenciais, submetendo o ato à deliberação do Plenário na reunião imediatamente posterior sendo vetado deliberações que envolvam alocação e transferências de recursos entre os municípios que compõe a região de saúde.
CONSIDERANDO o consensuado na 11ª Reunião Ordinária realizada no dia 14 de Dezembro de 2021 na Cidade de Marabá/Pará;
RESOLVE:
Art. 1º HOMOLOGAR a Resolução CIR Carajás 022/2021 de 25 de Outubro de 2021 que aprovou a proposta de Emendas Parlamentares abaixo relacionadas para o município de Dom Eliseu/PA.

Nº DA PROPOSTA	VALOR	OBJETO
11415.068000/1210-02	R$ 385.421,00	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE Micro-ônibus Urbano de Transporte Sanitário
11415.068000/1210-03	R$ 94.549,00	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Irlândia da Silva Galvão Valmir Silva Moura
Presidente da CIR Secretário Municipal de Saúde de Marabá

Protocolo: 748815

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-CIR CARAJÁS
RESOLUÇÃO CIR CARAJÁS Nº 026 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

A Comissão Intergestores Regionais – CIR Carajás, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a lei 12.466, de 24 de agosto de 2011 que acrescenta os arts. 14-A e 14-B à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências".
CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;
CONSIDERANDO que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS bem como referências para as transferências de recursos entre os entes federativos;
CONSIDERANDO o Art. 6º da Resolução CIT N. 22, DE 27 DE JULHO DE 2017 onde cita que o gestor de saúde estadual, do Distrito Federal ou municipal encaminhará a alteração dos itens aprovados ou da unidade beneficiada para conhecimento à Comissão Intergestores Regional (CIR), à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF).
CONSIDERANDO o Ofício 491/2021 da SMS de Dom Eliseu onde foi solicitado em caráter de urgência a apreciação na CIR e emissão de Resolução aprovando projeto referente a proposta de emenda parlamentar para o município;
CONSIDERANDO que o município precisa ampliar e qualificar a oferta de serviços;
CONSIDERANDO o Art. 9º Parágrafo Único do Regimento Interno da CIR que diz que a CIR somente poderá deliberar "ad referendum" por meio do seu Presidente sobre os assuntos emergenciais, submetendo o ato à deliberação do Plenário na reunião imediatamente posterior sendo vetado deliberações que envolvam alocação e transferências de recursos entre os municípios que compõe a região de saúde.
CONSIDERANDO o consensuado na 11ª Reunião Ordinária realizada no dia 14 de Dezembro de 2021 na Cidade de Marabá/Pará;
RESOLVE:
Art. 1º HOMOLOGAR a RESOLUÇÃO CIR CARAJÁS Nº 023 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021 que aprovou o projeto de Transporte Sanitário Eletivo do município de Dom Eliseu/PA.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Irlândia da Silva Galvão Valmir Silva Moura
Presidente da CIR Secretário Municipal de Saúde de Marabá

Protocolo: 748816

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL-CIR CARAJÁS
RESOLUÇÃO CIR CARAJÁS Nº 028 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

A Comissão Intergestores Regionais – CIR Carajás, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a lei 12.466, de 24 de agosto de 2011 que acrescenta os arts. 14-A e 14-B à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências".
CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;
CONSIDERANDO que as Comissões Intergestores são instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS bem como referências para as transferências de recursos entre os entes federativos;
CONSIDERANDO que o Plano de Saúde (PS) norteia a elaboração do planejamento e orçamento do governo no tocante à saúde, sendo o instrumento a partir do qual são definidas e implementadas todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos. Ele é a base não apenas para a execução, mas também para o acompanhamento e a avaliação da gestão do SUS em todas as áreas da atenção à saúde (Art. 95 e 96 da PRC 1/2017). O PS deve ser elaborado e atualizado periodicamente pelo gestor (inciso VIII, art. 15 da Lei nº 8.080/1990);
CONSIDERANDO que o PS deve ser elaborado pela gestão e aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde antecedendo os prazos de elaboração e entrega do PPA, que varia entre 31 de agosto e 30 de setembro, de acordo com o estabelecido no art. 35, § 2º, inc. I, ADCT, ou nas leis orgânicas dos entes federativos;
CONSIDERANDO ainda que os Planos Municipais de Saúde 2022-2025 expressam o compromisso da gestão com a implementação e o fortalecimento do SUS municipal em busca da universalidade, da equidade e integralidade, objetivando a melhoria da atenção à saúde e da qualidade de vida;
CONSIDERANDO a proximidade do final do ano de 2021 e que muitos municípios da Região ainda não concluíram os seus planos;
CONSIDERANDO o consensuado na 11ª Reunião Ordinária realizada no dia 14 de Dezembro de 2021 na Cidade de Marabá/Pará;
RESOLVE:
Art. 1º APROVAR que os municípios da Região Carajás terão até o dia 31 de janeiro de 2022 para entregar uma cópia ao 11º Centro Regional de Saúde dos seus respectivos planos já aprovados nos Conselhos Municipais de Saúde.
Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Irlândia da Silva Galvão Valmir Silva Moura
Presidente da CIR Secretário Municipal de Saúde de Marabá

Protocolo: 748818

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 021/2022 – GAB/DG/HOL

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 875/2021 – GAB/DG/ HOL, publicada no DOE nº 34.797 de 15 de dezembro de 2021.
Considerando o Mandado de Segurança do Tribunal de Justiça do Estado de Pará, que determina a efetivação da posse do impetrante no cargo de Auxiliar Operacional – Maqueiro ao Sr. Márcio Ribeiro Pereira através do processo nº 2021/1415670.
RESOLVE:
Contratar mediante Processo Seletivo Simplificado, no regime da Lei Complementar nº 07, de 28 de setembro de 1991, alterada pelas Leis Complementares 77/2011, 131/2020 e 140/2021, autorizado através do processo nº 2020/313309 de 01 de maio de 2020.
Nome do Servidor: MÁRCIO RIBEIRO PEREIRA
Cargo do Servidor: AUXILIAR OPERACIONAL (MAQUEIRO)
Lotação: CENTRO DE SUPORTE DE ENFERMAGEM
Data de Admissão: 10/01/2022
Término Vínculo: 09/01/2023
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Hospital Ophir Loyola.
Em, 06 de janeiro de 2022.
JOÃO DE DEUS REIS DA SILVA
Diretor Geral do HOL em Exercício

Protocolo: 749117

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°003/2022 – HOL
SRP Nº002/2022

Objeto: FORNECIMENTO de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS – OPME PARA ATENDER A NECESSIDADE DO SERVIÇO DE BUCO MAXILO FACIAL
Data da Abertura: 19/01/2022
Horário: 09h (Horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br
Ordenador Responsável: Ivete Gadelha Vaz
O Edital está disponível na íntegra no site: www.comprasnet.gov.br/www.compraspara.pa.gov.br
Belém, 06 de janeiro de 2022
Charles Cristiano Soares Ferreira
CPL-HOL

Protocolo: 749025

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 014/2022 – CAPE/GP/FSCMP

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE n° 33.864,
CONSIDERANDO os autos do processo nº 2021/1467387;
CONSIDERANDO o disposto da Lei nº 9.348 de 19.11.2021, que alterou o art. 91, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor RODRIGO FERNANDO RODRIGUES WANZELLER, Id. Funcional nº 80846182/3, Assistente Administrativo , lotado na Comissão Permanente de Licitação, 20 (vinte) dias de Licença Paternidade, no período de 18/12/2021 a 06/01/2022, formalizada de acordo com a Certidão nº 066852 01 55 2021 1 00293 244 0317977 15.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18/12/2021.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém – PA, 03 de Janeiro de 2022.
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 749071

PORTARIA Nº 013/2022 – CAPE/CP/FSCMP

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE n° 33.864,
CONSIDERANDO o disposto no art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO os autos do processo 2021/1473168.
R E S O L V E:
CONCEDER, Licença Gala à servidora CLELIA ANDRADE SALUSTRINO, Id. Funcional nº 5794692/3, Enfermeira Generalista, lotada na Gerência Geral de Enfermagem, no período de 22/12/2021 a 29/12/2021, conforme certidão de casamento nº 067934 01 55 2021 2 00211 050 0054366 17.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 22/12/2021.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém – PA, 03 de Janeiro de 2022.
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 749077

CONTRATO

CONTRATO: 002/2022/FSCMP

Exercício: 2021
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTICOAGULANTES
Valor: R$ 1.037.700,00
Data de Assinatura: 04/01/2022
Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023
PE SRP 073/2021/FSCMP - PAE Nº 2021/1119169
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.1507.8288;
FONTE DE RECURSO: 0101, 0103, 0261, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269008053, 0269008054, 0269008100, 0269008101, 0269008102, 0149006653 e seus respectivos superavits;
ELEMENTO DE DESPESA: 339030.
Contratado: ELFA MEDICAMENTOS S.A; CNPJ/MF nº 09.053.134/0001- 45;
Endereço: Nucr. Interseccao, Rod Df001, C/Rod, Ga 02 Cond Sys Gama B.Park, nº: 475, Bairro: Ponte Alta Norte (Gama), CEP: 72427-010, Telefone (83) 2106-2433
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 748860

CONTRATO: 001/2022/FSCMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTRO DE AR, TIPO ALMOFADA, PARA INCUBADORA FANEM.
Valor: R$ 225.000,00
Data de Assinatura: 04/01/2022
Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023
Inexigibilidade de Licitação nº 001/2022/FSCMP - PAE Nº 2021/1358097
Dotação Orçamentária: Funcional Programática: 10.302.1507.8288; Fontes de Recursos: 0103, 0269, 0261, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269008053, 0269008054, 0269008100, 0269008101, 0269008102, 0269008067, 0149006653, 0349008569, 7349008494, 7349008545 e seus respectivos superavits; Elemento de Despesa: 339030.
Contratada: MACEDO HOSPITALAR COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF n.º 09.475.249/0001-28
Endereço: Travessa Angustura n.º 3145, Térreo, Marco, Belém/PA, CEP: 66.093-040, fone: (91) 3276-6889 / 3277-5366 / 3276-2374
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 748861

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO: 2
CONTRATO Nº 385/2017

Data Assinatura: 30/12/2021
E - protocolo nº 2017/424769
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade a renovação de prazo do contrato supramencionado pelo período de 30/12/2021 à 29/12/2022, consoante dispõe o artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo objeto é a prestação do serviço de manutenção de acesso a internet (link prodepa de 30 mbps), hospedagem de 02 web sites (30 gb cada), licenças de usos de sistemas siafem/simas (16 sessões simultâneas e 04 filas de impressão), manutenção de 01 fibra óptica (30 mbps), suporte ao data warehouse estadual (sistema b.o), suporte técnico por telefone, email e in loco
Contratada: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA, CNPJ nº 05.059.613/0001-18
Endereço: Rodovia Augusto Montenegro, S/N, Km 10, Bairro Icoaraci, CEP: 66.820-000, telefone: (91) 3239-3399
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCM

Protocolo: 748874

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 95/2021-CPL/FSCMP

A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará, por intermédio do Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº 524/2021-GP/FSCMP, torna público data da licitação em referência, no dia 21/01/2022 às 09:30 (Horário Brasília/DF) - Tipo Menor Preço por Lote.
OBJETO: A presente licitação tem como objeto futura e eventual Aquisição De Material Necessário Para Realizar Os Exames De Biópsia e Endoscopia, objetivando atender a Fundação Santa Casa de Misericórdia - FSCMP, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: A abertura do certame será efetuada no site: www.comprasnet.gov.br.
O Edital poderá ser adquirido nos sites www.comprasnet.gov.br ou pelo Portal de Compras: Compras Pará: www.compraspara.pa.gov.br
Belém/PA, 06 de janeiro de 2022.
Rodrigo Fernando Rodrigues Wanzeller
Pregoeiro/FSCMP

Protocolo: 749037

AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 090/2021-CPL/FSCMP

A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará, por intermédio do Pregoeiro designado pela PORTARIA Nº 524/2021-GP/FSCMP, torna público data da licitação em referência, no dia 19/01/2022 às 09:30 (Horário Brasília/DF) - Tipo Menor Preço por Item.
OBJETO: A presente licitação tem como objeto futura e eventual AQUISIÇÃO DE MAQUINA FRAGMENTADORA DE PAPEL, objetivando atender a Fundação Santa Casa de Misericórdia - FSCMP, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: A abertura do certame será efetuada no site: www.comprasnet.gov.br.
O Edital poderá ser adquirido nos sites www.comprasnet.gov.br ou pelo Portal de Compras: Compras Pará: www.compraspara.pa.gov.br
Belém/PA, 06 de janeiro de 2022.
Rodrigo Fernando Rodrigues Wanzeller
Pregoeiro/FSCMP

Protocolo: 748939

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

Nos termos do art. 26 da Lei 8.666/93
Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTRO DE AR, TIPO ALMOFADA, PARA INCUBADORA FANEM, com a finalidade de abastecer e atender a demanda da Neonatologia e Centro Obstétrico, na aquisição de Filtros para Incubadoras.
CONTRATADA: MACEDO HOSPITALAR COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Data: 04/01/2021
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 748863

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 001/2022

Data: 04/01/2022
Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTRO DE AR, TIPO ALMOFADA, PARA INCUBADORA FANEM, com a finalidade de abastecer e atender a demanda da Neonatologia e Centro Obstétrico, na aquisição de Filtros para Incubadoras, conforme especificações contidas no conforme Memo. nº 45/2021-GSUP/FSCMP e Proposta da Contratada.
Fundamento: com base no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 e Parecer nº 399/2021/PROF/FSCMP.
Data de Ratificação: 04/01/2021 - PAE Nº 2021/1358097
Valor: R$ 225.000,00
Dotação Orçamentária: FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.302.1507.8288; FONTE DE RECURSO: 0103, 0269, 0261, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269008053, 0269008054, 0269008100, 0269008101, 0269008102, 0269008067, 0149006653, 0349008569, 7349008494, 7349008545 e seus respectivos superavits;
ELEMENTO DE DESPESA: 339030,
Contratada: MACEDO HOSPITALAR COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/MF n.º09.475.249/0001-28
Endereço: Travessa Angustura n.º 3145, Térreo, Marco, Belém/PA, CEP: 66.093-040
Telefone: (91) 3276-6889 / 3277-5366 / 3276-2374
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 748862

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 018/2022 – PRES/FSCMP, DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMP, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE Nº 33.864;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especificamente no bojo de seu artigo 23, II, o qual dispõe sobre a necessidade de indicação de um encarregado para as realizações de operações de tratamento de dados pessoais;
CONSIDERANDO o teor do artigo 5º, VIII da LGPD, que preceitua que o encarregado deve ser pessoa natural, indicada pelo controlador, que atua como canal de comunicação entre o controlador e os titulares e a autoridade nacional;
CONSIDERANDO que nos moldes do art. 41 da referida LGPD compete ao controlador dos dados o dever de indicação de um encarregado para o tratamento dos dados pessoais;
Sendo assim, o Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, como Autoridade Máxima desta Fundação.
RESOLVE:
Art. 1º Atribuir à MARCELA RIBEIRO PADINHA – Responsável pela Assessoria de Controle Interno, as competências institucionais relativas ao exercício das atividades de encarregado pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da FSCMP.
Art. 2º Compete ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais no âmbito do TCU:
I - Aceitar as reclamações e comunicações dos titulares de dados pessoais, prestar esclarecimentos e adotar providências dentro de sua área de atuação;
II - Receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, criada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, e com Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020;
III - Orientar os servidores e colaboradores a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
IV - Executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.
Parágrafo único - O recebimento e o tratamento de demandas relativas ao tratamento de dados previsto na LGPD obedecem, no que couber, ao disposto na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 1.359/2015.
Art. 3º O Encarregado, para o fiel cumprimento de suas atribuições, poderá solicitar o apoio às unidades e/ou setores da FSCMPA, no âmbito das competências institucionais definidas na lei de criação da referida Fundação.
Art. 4º Os casos omissos serão dirimidos pela Assessoria Jurídica e Presidência desta FSCMP.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 748844

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 006/2022 – GEAPE/GAPRE/HEMOPA, DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O Presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que as atividades perigosas específicas, de natureza especial, estabelecidas pelas legislações acima mencionadas, que tragam possíveis prejuízos á saúde e/ou vida dos servidores diretamente envolvidos devem ser gratificadas;
Considerando que no art. 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais o adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
Considerando as inspeções realizadas pela SEAD através dos Laudo Periciais Nº 015/2001,004/2004 e 001/2006;
Considerando, ainda, que alguns servidores da Fundação HEMOPA, diretamente envolvidos, em razão das atribuições desenvolvidas, no desempenho de suas funções consideradas como perigosas pela Administração Pública se enquadram na situação legal disposta pela legislação;
RESOLVE,
I- CONCEDER o adicional de insalubridade, no percentual de 10% (dez por cento) do vencimento base do servidor abaixo relacionado, ante a realização de atividades consideradas insalubres pela legislação vigente sobre a matéria na Fundação HEMOPA.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	A CONTAR
Leidyel Cleyton Souza Henriques	5963125/1	Agente Administrativo	GERAP	02/12/2021

III - Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará – Fundação HEMOPA, em 06 de janeiro de 2022.
Paulo André Castelo Branco Bezerra
Presidente do HEMOPA

Protocolo: 749014

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 005/2022 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Processo nº 2022/956 que versa sobre o requerimento de distrato da servidora Amanda De Nazare Moraes Machado Jacomo Valadares;
RESOLVE:
I – Distratar, a pedido, (a) servidor (a) Amanda De Nazare Moraes Machado Jacomo Valadares, matrícula nº 5901774/5 do cargo de Médico, lotado (a) na Gerência de Hematologia Clínica desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 03 de janeiro de 2022.

II – Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 06 de janeiro de 2022.
Dr. PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 748974

ERRATA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL Nº 34.812 DE 30/12/2021 – PROTOCOLO 747452

ONDE SE LÊ:
Órgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ
Modalidade de Admissão: Temporário
Processo de Autorização: 2020/1087591
Ato: Contrato nº 078/2021
Nome: Sancley Lima Nery

Cargo: Agente Administrativo
Data da admissão: 02/12/2021
Término de Vínculo: 01/12/2022
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 2020/1087591, CONFORME LC 131/2020, ART1º I E II, ART 2º, §2O, AUTORIZADO EM 26/02/2021, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.
LEIA SE:
Órgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ
Modalidade de Admissão: Temporário
Processo de Autorização: 2021/765644
Ato: Contrato nº 078/2021
Nome: Sancley Lima Nery
Cargo: Agente Administrativo
Data da admissão: 02/12/2021
Término de Vínculo: 01/12/2022
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 2021/765644, CONFORME LC 131/2020, ART1º I E II, ART 2º, §2O, AUTORIZADO EM 26/02/2021, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.

Protocolo: 748920

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 145/2021 DECORRENTE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/1080296.

DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO PARÁ – HEMOPA
CONTRATADO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.059.613/0001-18 com sede na Rodovia Augusto Montenegro, km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci- Belém – Pará – CEP: 66820-000, neste ato representada por seu representante legal MARCOS ANTONIO BRANDÃO DA COSTA, portador da Cédula de Identidade nº. 2863019 SSP/PA, CPF/MF sob o nº. 048.051.862-91, doravante denominada CONTRATADA.
DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.
DO PRAZO: Este contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso compatível com a legislação que rege a matéria, por prazo e condições a serem firmados através de termo aditivo.
DOS RECURSOS: Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento da contratante, como a seguir especificado: Programa de Trabalho: 10126150882380000
Natureza da Despesa: 339140
Fonte de Recurso: 0103002877
DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R$ 284.688,80 (duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).
DO FISCAL DO CONTRATO: Será responsável pela Gestão do Contrato o servidor João Raiol Gerente de Tecnologia da Informação da Fundação HEMOPA.
DO FORO: Belém – Pará
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 28 de Dezembro de 2021
ASSINATURAS:
Paulo André Castelo Branco Bezerra - Presidente da Fundação HEMOPA – Contratante
Marcos Antonio Brandão Da Costa - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – PRODEPA – Contratada
ORDENADOR DE DESPESA - Paulo André Castelo Branco Bezerra - CPF nº 229.089.192-49.

Protocolo: 748949

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

ADMISSÃO DE SERVIDOR

ATO: 2591

ÓRGÃO: FPEHCGV
MODALIDADE DE ADMISSÃO: TEMPORÁRIO (Lei complementar nº 07/91)
DATA DE ADMISSÃO: 01.01.2022
SERVIDOR: DANIEL GUEDES TOMEDI
CPF: 43841236049
CARGO DO SERVIDOR: MEDICO - NEUROLOGISTA
TÉRMINO DE VÍNCULO: 31.12.2022
Contratação em caráter de substituição a VAGA DISPONIBILIZADA PELA SEPLAD através do processo nº 2021/1326492, autorizado em 20.12.2021, não acarretando acréscimo de despesa ao erário.
Dê-se Ciencia, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se
Margareth Maria Braun Guimaraes Imbiriba
Diretora Presidente da FHCGV

Protocolo: 749110

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO: RESCISÃO CONTRATUAL

Término de vínculo: 03/01/2022
Tipo: Distrato a pedido do servidor
Servidor Temporário: MARCIO FELIPE DO NASCIMENTO RAMOS
Matrícula: 5938017/1
Cargo/Órgão: Médico/FPEHCGV
Ordenador: MARGARETH MARIA BRAUN GUIMARÃES IMBIRIBA

Protocolo: 748981

ATO: RESCISÃO CONTRATUAL

Término de vínculo: 03/01/2022
Tipo: Distrato a pedido do servidor
Servidor Temporário: LEONARDO JULIO FERREIRA DA COSTA
Matrícula: 5955528/1
Cargo/Órgão: Técnico de Enfermagem/FPEHCGV
Ordenador: MARGARETH MARIA BRAUN GUIMARÃES IMBIRIBA

Protocolo: 748979

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 11, DE 03 DE JANEIRO DE 2022

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 01 de Dezembro de 2021, publicado no DOE nº 34.783 de 02 de Dezembro de 2021.
RESOLVE,
CONCEDER afastamento de Licença Prêmio aos servidores da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FHCGV, abaixo relacionados, de acordo com o Art. 98 da Lei nº 5.810/94. Referente ao mês de JANEIRO/2022.
1º PERIODO

MATRICULA	NOME	CARGO	TRIÊNIO	DIAS CONCEDIDOS	PERIODO CONCEDIDO	PORTARIA ANTERIOR
114863/ 1	TEREZINHA DE JESUS DA SILVA SANTOS	AGENTE DE SAUDE	12/06/2016 a 11/06/2019	30	02/01/2022 a 31/01/2022	590-21/11/2019

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
MARGARETH MARIA BRAUN GUIMARAES IMBIRIBA
Diretora Presidente da FHCGV

Protocolo: 748983

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Laudo: 363/21
Nome: ANA ANGELICA MENDES DE ARAUJO
Matrícula: 5937207/1
Cargo/ Lotação: Auxiliar Administrativo/FPEHCGV
Período: 27/12/2021 a 02/01/2022

Protocolo: 748977

Laudo: 02/22
Nome: FABIOLA LOBATO ROLIM
Matrícula: 57230940/4
Cargo/ Lotação: Enfermeiro/FPEHCGV
Período: 04/01/2022 a 16/01/2022

Protocolo: 748978

ERRATA

ERRATA DO PREGÃO ELETRÔNICO 02/2022

No DOE N° 34.819 de 04/01/2022, que publicou o número da publicação n° 748073.
ONDE SE LÊ: 17/01/2021
LEIA-SE: 17/01/2022
Belém (PA), 06 de Janeiro de 2022
Ordenadora: MARGARETH MARIA BRAUN GUIMARÃES IMBIRIBA

Protocolo: 749061

CONTRATO

CONTRATO N° 002/2021

Exercício: 2022
Classificação do Objeto: Outros.
Objeto: Aquisição de MATERIAIS E ACESSÓRIOS COMPATÍVEIS a serem utilizados nos equipamentos de CPRE da MARCA: OLYMPUS, MODELO: GIF TYPE Q150 L para atender à necessidade por 12 (doze) meses, pertencente ao setor SADT, existente nesta Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna.
Valor Total: R$ 38.760,70 (Trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais e setenta centavos)
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 114/2021

Data Assinatura: 03/01/2022
Vigência: Início em 03/01/2022 e término em 02/01/2023.
Funcional Programática: 10.302.1507.8288 ou 10.302.1507.7684
Elemento de Despesa: 339030
Fonte de Recurso: 0103/0269/0149
CONTRATADO: PROMEDON PORTO ALEGRE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA
Avenida Borges de Medeiros, 2105 – Sala 1410 – Praia de Belas
Porto Alegre/RS
CEP: 90.110-150
TELEFONE: (51) 3028-7977
E-MAIL: licitacoes@promedon.com
Ordenadora: Margareth Maria Braun Guimarães Imbiriba

Protocolo: 749101

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO: 1°

Data da assinatura: 24/12/2021
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Reajuste contratual, condicionado às normas aplicáveis ao edital do Pregão Eletrônico SRP nº 005/2020 – CPL/PMPA em seu Anexo I do Termo de Referência CLÁUSULA 9 – do REAJUSTE subitem 9.2.
Contrato: 10/2021
Contratado: UNIDAS VEÍCULOS ESPECIAIS S.A
Endereço: AV DEPUTADO RUBENS GRANJA Nº 121 – SACOMÃ
SÃO PAULO - SP
Cep: 04.298-000
Telefone: (11) 3141-6206
Ordenadora: MARGARETH MARIA BRAUN GUIMARÃES IMBIRIBA

Protocolo: 748984

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Eletrônico
Número: 04/2022
A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de Grampeadores utilizados nos procedimentos de Cirurgia Geral em pacientes do SUS, por um período de 12 meses na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna — FPEHCGV, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I, o qual é parte integrante do edital, para fornecimento nos prazos e condições constantes no referido termo.
Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br
Observação: O horário de abertura será referente ao horário de Brasília.
Responsável pelo certame: Lucilene Pereira Tavares
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data de Abertura: 20/01/2022
Hora de Abertura: 09:00h, Horário de Brasília.
Ordenadora: MARGARETH MARIA BRAUN GUIMARÃES IMBIRIBA

Protocolo: 748822

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

OUTRAS MATÉRIAS

COMUNICAÇÃO DE RECURSOS

Modalidade: Concorrência
Número: n.º 036/2021.
Comunicamos aos interessados que as empresas CFA – CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA e ENGETERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA apresentaram Contrarrazões aos Recursos Administrativos interpostos contra a decisão desta Comissão no Julgamento dos Documentos de Habilitação. Cópia se encontra à disposição dos interessados nesta CPL, no horário de 08:00 às 14:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação da SETRAN, na Av. Almirante Barroso, nº 3639, 1º andar – Souza – Belém/Pa.
Belém, 05 de janeiro de 2022.
VICTOR ROCHA DE SOUZA
Presidente da CPL/SETRAN

Protocolo: 749073

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO
ORDEM DE SERVIÇO N°: 061/2021-DIRTEC

Processo: 2021/678622
Partes:
SETRAN-Secretaria de Estado de Transportes CNPJ - 04.953.717/0001-09
CFA CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA. CNPJ - 83.318.022/0001-21
Objeto: Restauração da Rodovia PA-287, Trecho: Perim. Urb. De Redenção - Div. Tocantins (Conceição do Araguaia), com extensão de 112,00 km na região de integração Araguaia, sob a jurisdição do 6º Núcleo Regional.
Modalidade de Licitação: CP-031/2021-001
Contrato: 075/021
Valor Contratual: R$ 16.997.683,98
Prazo de Execução: 365 (Trezentos e Sessenta e Cinco) Dias
Vigencia: 15/12/2021 à 14/12/2022
Data: 15/12/2021
Ordenador: Adler Gerciley Almeida da Silveira - Secretário de Estado de Transportes

Protocolo: 749131

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO
ORDEM DE SERVIÇO N°: 064/2021-DIRTEC

Processo: 2021/637951
Partes:
SETRAN-Secretaria de Estado de Transportes CNPJ - 04.953.717/0001-09
RURAL TERRA LTDA CNPJ - 15.278.260/0001-09
Objeto: Restauração e Pavimentação da rodovia PA-125, trecho: Entr. Acesso ao Aeroporto / BR-010 (Ulianópolis), na Região de integração Rio Capim, sob a jurisdição do 7° Núcleo Regional.
Modalidade de Licitação: CP-027/2021-001
Contrato: 081/021
Valor Contratual: R$ 17.285.236,56
Prazo de Execução: 365 (Trezentos e Sessenta e Cinco) Dias
Vigencia: 14/12/2021 à 13/12/2022
Data: 14/12/2021
Ordenador: Adler Gerciley Almeida da Silveira - Secretário de Estado de Transportes

Protocolo: 749136

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA

PORTARIA Nº 002/2022 – ARCON-PA, DE 06 DE JANEIRO 2022 O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838, de 20 de fevereiro de 2006 e considerando o disposto no art. 74 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; RESOLVE: I - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares do servidor abaixo:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2039354/1	Benedito Gomes de Araujo	01/02/2021 a 31/01/2022	01/02/2022 a 02/03/2022

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ, 06 DE JANEIRO 2022. EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO Diretor Geral – ARCON-PA.

Protocolo: 749001

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Eletrônico
NÚMERO: 009/2021
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de 50 (CINQUENTA) unidades de microcomputadores do tipo desktop, acompanhados de monitor de vídeo, teclado e mouse, com garantia para todos os equipamentos fornecidos, para atender as necessidades desta ARCON-PA, de forma estimativa, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência (Anexo I).
ENTREGA DO EDITAL: Será dia 07/01/2022 às 08:00, horário de Brasília.
RESPONSÁVEL PELO CERTAME: Caroline Nazaré da Silva Carvalho
LOCAL DE ABERTURA: www.comprasgovernamentais.gov.br
DATA DE ABERTURA: 19/01/2022
HORA DE ABERTURA: 09:00
ORÇAMENTO:
PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.1297.8338.0000;
NATUREZA DE DESPESA: 449052;
FONTE DE RECURSO: 0261/0661;
ORIGEM: Estadual
ORDENADOR: EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO.

Protocolo: 748839

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

PORTARIA

PORTARIA Nº 003 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA interino, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental, publicado no DOE nº 34.633 de 09 de julho de 2021;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;
CONSIDERANDO o Processo n° 2018/116693;
CONSIDERANDO o Termo de Fomento nº 002/2018;
RESOLVE:
Art. 1° DESIGNAR os servidores FLÁVIO DAS NEVES SILVA, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, matrícula 24660/1 e MARIA DE FÁTIMA CRUZ BEZERRA, ocupante do cargo de Engenheira Agrônoma, -matrícula 23906/1, como integrantes da comissão de monitoramento e avaliação do cumprimento dos projetos de parceria voluntária celebrados pela SEDAP.
Art. 2° Salvo designação em contrário, os servidores listados no art. 1º são responsáveis pelas atividades de monitoramento e avaliação do cumprimento do Termo de Fomento nº 002/2018 celebrado pela SEDAP com a Associação de Agricultores e Aquicultores de Quatipuru - ASSAGRIAQUIQ.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, interino

Protocolo: 748968

PORTARIA Nº 005 DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA interino, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental, publicado no DOE nº 34.633 de 09 de julho de 2021;
CONSIDERANDO o Processo nº 2020/845765;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR o servidor HERALDO GLABER, ocupante do cargo de Agente de Atividades Agropecuárias, matrícula n° 16675/1, como fiscal para acompanhar e fiscalizar, o Contrato Administrativo Nº 162/2021 - SEDAP celebrado com a empresa STYLE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA.
Art, 2º - São atribuições do FISCAL DO CONTRATO: Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato; Fiscalizar o cumprimento, pelo contratado, das normas, objeto e cláusulas contratuais; Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato; Confrontar se o valor a ser pago mensalmente ao contratado está em conformidade com o valor estabelecido no contrato, atestando a fatura de pagamento na unidade financeira, juntando, inclusive, termo declaratório que o serviço foi satisfatoriamente executado; Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; Apresentar relatórios mensais consolidados sobre a execução do contrato.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, interino

Protocolo: 749019

PORTARIA Nº 004 DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA interino, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental, publicado no DOE nº 34.633 de 09 de julho de 2021;
CONSIDERANDO o Processo nº 2020/845765;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR o servidor FLÁVIO DAS NEVES SILVA, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, matrícula n° 24660/1, como Fiscal Titular, para acompanhar e fiscalizar, o Contrato Administrativo nº 160/2021 - SEDAP celebrado com a empresa MASTER CONSTRUÇÕES E LIMPEZA EIRELI, nos Municípios de Castanhal, Itaituba, e Soure, bem como, o servidor REINALDO LUIZ DE SENA BENTES, ocupante do cargo de Médico Veterinário, matrícula nº 20818/1, como Fiscal Suplente para o Município de Itaituba e o servidor CESAR AUGUSTO CASSIANO ROCHA, matrícula nº 5946796/2, como Fiscal Suplente para o Município de Soure.
Art, 2º - São atribuições do FISCAL DO CONTRATO: Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato; Fiscalizar o cumprimento, pelo contratado, das normas, objeto e cláusulas contratuais; Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato; Confrontar se o valor a ser pago mensalmente ao contratado está em conformidade com o valor estabelecido no contrato, atestando a fatura de pagamento na unidade financeira, juntando, inclusive, termo declaratório que o serviço foi satisfatoriamente executado; Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; Apresentar relatórios mensais consolidados sobre a execução do contrato.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, interino

Protocolo: 749018

PORTARIA Nº 008 DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA interino, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental, publicado no DOE nº 34.633 de 09 de julho de 2021;
CONSIDERANDO o Processo nº 2021/1362416;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR a servidora DULCIMAR DE MELO E SILVA, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, matrícula n° 22705/1, como fiscal para acompanhar e fiscalizar, o Contrato Administrativo Nº 165/2021 - SEDAP celebrado com a empresa MVU EMPREENDIMENTOS LTDA.
Art, 2º - São atribuições do FISCAL DO CONTRATO: Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato; Fiscalizar o cumprimento, pelo contratado, das normas, objeto e cláusulas contratuais; Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato; Confrontar se o valor a ser pago mensalmente ao contratado está em conformidade com o valor estabelecido no contrato, atestando a fatura de pagamento na unidade financeira, juntando, inclusive, termo declaratório que o serviço foi satisfatoriamente executado; Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; Apresentar relatórios mensais consolidados sobre a execução do contrato.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, com efeitos retroativos à data de 09/12/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, interino

Protocolo: 749075

PORTARIA Nº 002 DE 03 DE JANEIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA interino, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental, publicado no DOE nº 34.633 de 09 de julho de 2021;
CONSIDERANDO o Processo nº 2020/845765;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013;
R E S O L V E:
Art. 1º - DESIGNAR o servidor LUZINETE FARIAS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, matrícula n° 22020/1, como fiscal para acompanhar e fiscalizar, o Contrato Administrativo Nº 159/2021 - SEDAP celebrado com a empresa J.L. NUNES DE SOUZA,
Art, 2º - São atribuições do FISCAL DO CONTRATO: Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato; Fiscalizar o cumprimento, pelo contratado, das normas, objeto e cláusulas contratuais; Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato; Confrontar se o valor a ser pago mensalmente ao contratado está em conformidade com o valor estabelecido no contrato, atestando a fatura de pagamento na unidade financeira, juntando, inclusive, termo declaratório que o serviço foi satisfatoriamente executado; Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; Apresentar relatórios mensais consolidados sobre a execução do contrato.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GIOVANNI CORREA QUEIROZ
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, interino

Protocolo: 748966

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO: 001

TÉRMINO VÍNCULO: 01.01.2022
TIPO: TÉRMINO VÍNCULO DE SERVIDOR
MOTIVO : DISTRATO DE CONTRATO , A PEDIDO
ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVI MENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA
SERVIDOR: TEMPORÁRIO/ GREYCE KELLY GOMES CAETANO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)
ORDENADOR RESPONSÁVEL: LUCAS VIEIRA TORRES

Protocolo: 749122

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO N° 001/2022
CONTRATO Nº 122/2017 (100396117)

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca-SEDAP, representada neste ato pelo seu representante legal, respondendo interinamente GIOVANNI CORREA QUEIROZ, no uso das atribuições que lhe foram outorgadas RESOLVE:
EXPEDIR a presente apostila ao CONTRATO Nº 122/2017 (100396117), CC: 10693, cujo objeto consiste no fornecimento de energia Elétrica para atender à sede da Secretaria firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca-SEDAP e a Empresa Equatorial Para Distribuidora de Energia S/A, para registrar. I – A prorrogação automática realizada pela Celpa, a partir de 01/01/2022, com a qual consente a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca-SEDAP, conforme disciplinado na Resolução da ANEEL Nº 714, de 10/05/2016, Art.63- B, Seção III, que aprimora a regulamentação que trata dos Prazos e Vigências dos contratos. Esta apostila é parte integrante do contrato supramencionado.
DATA DA ASSINATURA: 06/01/2022
ORDENADOR: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Protocolo: 749065

OUTRAS MATÉRIAS

1º TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2021-SEDAP

OBJETO: reequilíbrio econômico- financeiro do item 24, registrado na Ata de Registro de Preços nº 18/2021 – SEDAP, conforme planilha com os valores abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT. ORIGINÁRIO	PREÇO UNIT. ATUALIZADO
24	RABETA LONGA 2,20M, COM MOTOR A GASOLINA DE 6,5 HP, 4 TEMPOS, PARTIDA MANUAL, COM HÉLICES DE 3 PÉS. MODELO: Motor Barco 7HP 4T Kawashima de popa + Rabeta Longa 2,20. (Produto de especificação superior)	R$ 1.166,22	R$1.452,41

Data de Assinatura: 06/01/2022
CONTRATADO A & C NAVEGAÇÃO LTDA
JUSTIFICATIVA: PARA ATENDER INTERESSE PÚBLICO
ENDEREÇO: Rodovia Augusto Montenegro, Conjunto Maguari. Alameda 33, nº 800, Bairro: Icoaraci. Belém-PA. CEP: 66.823-060, Telefone de Contato: (91) 3349-2455 – Licitações / (91) 98112-5842
ORDENADOR: GIOVANNI CORREA QUEIROZ

Protocolo: 748970

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
ATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA(S) PORTARIA(S) DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDAS PELO ILMO. SR.PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DO PROCESSO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (CCDRU) DE LOTES AGRÍCOLAS INSERTOS NO PROJETO ESTADUAL DE ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEL- PEAS URUCURÉ, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ACARÁ, AO(S) INTERESSADOS(S) ABAIXO:

PROCESSO	NOME	ÁREA	DENOMINAÇÃO	PORTARIA
2015/362332	LUCINDA LOPES DE FREITAS	23,7467HA	S/D	276/2022
2010/275022	LUCIANE NUNES RAMOS	23,2353HA	SÍTIO BOM FUTURO	295/2022
2013/443204	MANOEL DE JESUS BRAGA DA SILVA	11,6726HA	SITIO BOM JESUS	294/2022
2010/275681	RAIMUNDO JAILSON DE SOUZA FRANÇA	86,2824HA	SITIO PANTANAL	230/2022
2020/736394	EDMILSON ALVES DE CASTRO	5,5921HA	SITIO SÃO FRANCISCO	231/2022
2020/876461	ELIAN DE SOUSA COSTA	35,0772HA	SITIO CHACARA SANTA FE	232/2022
2010/174965	GALDINO FIGURA	39,4027HA	SITIO BOA ESPERANÇA	233/2022
2020/667489	IVANILTON ALMEIDA DAMACENA	19,1894HA	SITIO MANDACARU	234/2022
2020/736431	EDEUSON LIRA DO NASCIMENTO	27,3079HA	SITIO NOVO PARAISO	235/2022
2013/559782	ILSON DOS SANTOS	16,2436HA	SITIO SÃO LUCAS	236/2022
2010/275626	MARLI LOPES LAMEIRA	23,3846HA	SITIO SÃO JOSE	237/2022
2010/103080	MEQUE FELIZARDO DOS ABREU	42,9210HA	SITIO SÃO FRANCISCO	238/2022
2020/671831	NEDSON DA SILVA BASTOS	63,1866HA	SITIO NOVA ESPERANÇA	239/2022
2020/730477	CRISTIANO PAIVA SOARES	23,1707HA	SITIO SÃO LUIZ	240/2022
2012/592006	DAVI LOURENÇO DE SOUSA	23,6976HA	SITIO DEUS E FIEL	241/2022
2012/518432	SILVIA BARBOSA MEIRELES	22,7179HA	SITIO RAIO DE LUZ	316/2022
2010/174832	ADRIANA MARTINS AGUIAR	46,9198HA	SITIO ÁGUA VIVA	315/2022
2012/592108	FRANCISCO ALDO COSTA GOMES	49,8322HA	SITIO BOA VISTA	311/2022
2010/175020	JAIBA DELMONDES CAVALCANTE	25,8685HA	SITIO ARARA VERMELHA	310/2022
2010/275583	JARDSON DO CARMO DE CRISTO	13,6793HA	SITIO SOL NASCENTE	309/2022
2010/101746	JOSE ALENCAR	23,4170HA	SITIO SANTA RITA	308/2022
2010/101768	JOSE ARILDON MENEZES PEREIRA	26,1155HA	SITIO PROMESSA DE DEUS	307/2022
2010/174870	JOSE EDIVALDO LOPES DO VALE	80,3942HA	SÍTIO VALE DAS ÁGUAS	306/2022
2010/102790	LAUSIMIRO FERREIRA DE SOUSA	40,7876HA	SITIO SÃO JOSÉ	305/2022
2013/443282	MARIA DA CONCEIÇÃO RAMOS BEZERRA	18,0497HA	SITIO URUCURE	304/2022
2010/174992	MARILEIDE AMORIM DOS SANTOS	12,7024HA	SITIO PARAISO	303/2022
2010/103067	MIGUEL DE SOUZA FREITAS	27,8990HA	SITIO SANTA MARIA	302/2022
2020/953559	GEOVANA DE MENDONÇA FRANÇA	32,9594HA	SITIO MAIA	333/2022
2010/174913	FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA MESQUITA	27,7786HA	SITIO SÃO FRANCISCO	332/2022
2010/104532	FRANCISCO ALMIR SILVA TRINDADE	24,6623HA	SITIO DUAS IRMÃS	331/2022
2020/666586	CRISTIANE BENICIO DA SILVA	11,2453HA	SITIO FE EM DEUS	330/2022
2010/174810	DEOTILIO SABINO DE OLIVEIRA	32,9435HA	SITIO VERDE	329/2022
2010/103620	IVAN CARLOS DA SILVA DAMACENA	39,0103HA	SITIO CORAÇÃO DE MÃE	328/2022
2012/518803	ELIZEU OLIVEIRA MONTEIRO	49,5976HA	SITIO ÁGUA AZUL	327/2022
2020/882637	JOAO MARIA FELIX DE MORAES	7,1397HA	SITIO FE EM DEUS	326/2022
2020/739950	ALDE ALBENICE GOMES AVILA	25,3182HÁ	SITIO GOMES AVILA	314/2022
2010/174987	ANTONIO GEOVANE GOMES MADALENA	17,7734HA	SITIO SANTO ANTONIO	313/2022
2010/103869	CONCEIÇÃO ALVES DE MOARAES	47,9570HA	SITIO MOARES	312/2022
2020/737812	LOURDES ALVES DE OLIVIERA	40,9683HA	SITIO BOM SOSSEGO	325/2022
2020/667707	JOSE ANIVALDO RODRIGUES DE LIMA	25,5561HA	SITIO DEUS PROVERA	324/2022
2020/738238	MARCOS PEDREIRA DO NASCIMENTO	27,6369HA	SITIO FE EM DEUS	323/2022
2020/739090	NAZARE FERNANDES DA SILVA	19,1058HA	SITIO NAZARE	322/2022
2020/739194	RAIMUNDA CARVALHO DE MATOS	24,8615HA	SITIO VITORIA	321/2022
2020/878810	RAIMUNDO DA CONCEIÇÃO SOUZA JUNIOR	9,9768HA	SITIO PAI E FILHO	320/2022
2010/104045	RAGINALDO SOARES DOS SANTOS	35,1928HA	SITIO PRESENTE DE DEUS	319/2022
2012/518511	ROSILENE VIEIRA ANDRADE DA SILVA	28,1154HA	SITIO JESUS VEM	318/2022
2010/176795	RUY CORDEIRO LOPES	55,6091HA	SITIO BEIRA RIO	317/2022

Belém (PA), 06/01/2022
BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS – PRESIDENTE

Protocolo: 749028

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
ATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDA PELO ILMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ONEROSA (COMPRA) DE TERRAS, EM QUE FIGURAM COMO INTERESSADO:

PROCESSO	NOME	DENOMINAÇÃO	ÁREA	MUNICÍPIO	PORTARIA
2014/88930	POLPAMA COMÉRCIO DE POUPAS DE FRUTAS DA AMAZÔNIA LTDA - ME	SEM DENOMINAÇÃO ESPECIAL	1,0201 HA	BENEVIDES	377/2022

Belém(Pa), 06/01/2022
Bruno Yoheiji Kono Ramos – Presidente

Protocolo: 749100

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
ATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA(S) PORTARIA(S) DE HOMOLOGAÇÃO EXPEDIDAS PELO ILMO. SR.PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA, NOS AUTOS DO PROCESSO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (CCDRU) DE LOTES AGRÍCOLAS INSERTOS NO PROJETO ESTADUAL DE ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEL- PEAS URUCURÉ, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ACARÁ, AO(S) INTERESSADOS(S) ABAIXO:

PROCESSO	NOME	ÁREA	DENOMINAÇÃO	PORTARIA
2013/466037	MAURICIO DA SILVA ALVES	29ha04a43ca	SITIO BOA VISTA	229/2022
2012/518242	LUSIA ALMEIDA DE SOUSA	48ha57a45ca	SITIO SONHO MEU	228/2022
2010/101618	JOSUE ALVES DA SILVA	24ha26a41ca	SITIO FLORESTA	227/2022
2012/527169	COSME MENDES DA SILVA	23ha32a33ca	SITIO JESUS TA VOLTANDO	226/2022
2020/741205	ANTONIO MARCIO OLIVEIRA DA SILVA	21ha67a54ca	SITIO RENASCER	225/2022
2010/175005	ANTONIO CASADO DA SILVA	8ha32a62ca	SITIO SÃO FRUTUOSO	224/2022
2020/954265	WANILDO SILVA DOS SANTOS	61ha39a77ca	RANCHO WS	223/2022
2020/666574	CRISTIANE DO SOCORRO MARQUES SEVERIANO	99ha30a64ca	SITIO PAZ E AMOR	343/2022
2020/741167	ANTONIO VIEIRA PEREIRA	23ha55a37ca	SITIO ARCO VERDE	342/2022
2020/666447	ANTONIO FERNANDO DE LIMA PEREIRA	70ha87a39ca	SITIO FLORESTA	341/2022
2020/672254	SANDRA ALMEIDA DE ABREU	25ha05a79ca	SITIO AGOSTINHO	340/2022
2020/738274	MARIA DE JESUS PEREIRA NONATO	5ha77a60ca	SITIO PRESENTE QUE DEUS ME DEU	339/2022
2010/101458	MARGARETE MOREIRA DE OLIVEIRA	24ha48a87ca	SITIO BENICIO	338/2022
2020/737708	JOSE ROBERTO RIBEIRO PATRICIO	8ha62a96ca	SITIO PAI E FILHO	337/2022
2020/876939	JOSE GARCIA SILVA DOS SANTOS	12ha15a84ca	SITIO SÃO JOSE	336/2022

2010/103672	IVO DE SOUSA MOTA	44ha16a44ca	SITIO SABOR CASEIRO	335/2022
2013/442977	IRAMAR DO CARMO FERREIRA	23ha37a06ca	SITIO TRÊS IRMÃOS	334/2022
2020/952991	MIQUEIAS LEMOS DOS SANTOS	51ha48a42ca	SITIO PIQUIA	369/2022
2013/466024	JOSIMAR FURTADO DOS REIS	36ha81a59ca	SITIO BOM JESUS	368/2022
2010/102779	JOSELI TEIXEIRA MOTA	98ha75a97ca	SITIO SÃO MIGUEL	367/2022
2020/737231	JADSON DOS SANTOS FERREIRA	41ha98a70ca	SITIO DOIS IRMÃOS	366/2022
2010/104565	MARIA ELIAS COIMBRA	44ha50a85ca	SITIO BELA VISTA	365/2022
2020/738298	MARIA DAMIANA DE ANDRADE SILVA	22ha19a78ca	SITIO SAGRADA FAMILIA	364/2022
2010/101483	MARIA ALDENEIDE CORREA DA SILVA	26ha73a85ca	SITIO SÃO RAIMUNDO	363/2022
2020/876415	JOSIELE PINHEIRO DE JESUS	26ha02a33ca	SITIO COCO VERDE	362/2022
2010/103215	JOSÉ MARIA DA SILVA	11ha00a67ca	SITIO BOM JESUS	361/2022
2020/876295	JOELSON SANTIAGO DOS SANTOS	16ha03a83ca	SITIO RANCHO NOVO	360/2022
2020/877016	JOSIMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA	26ha92a61ca	SITIO ROSA DE SARON	376/2022
2012/591909	ALCIDES FERREIRA DE SOUZA	99ha51a02ca	SITIO SOSSEGO	375/2022
2020/736191	ESILDO SOUZA DE AGUIAR	17ha35a27ca	SITIO SANTA TEREZINHA	301/2022
2010/103181	FRANCISCO COSTA DE LIMA	25ha72a88ca	SITIO SÃO FRANCISCO	300/2022
2020/954304	GESIVALDO DA SILVA LUZ	28ha68a42ca	SITIO CAJUEIRO	299/2022
2020/876487	IZANE RODRIGUES TEIXEIRA	24ha67a76ca	SITIO FE EM DEUS	298/2022
2010/103035	LUCIANE FLORENÇO DA SILVA	8ha26a26ca	SITIO PARAÍSO	297/2022
2020/736136	SEBASTIÃO DOS SANTOS NOBRE	17ha71a48ca	SITIO SEBASTIÃO	293/2022
2020/949234	ANA PAULA ROCHA DE SOUZA	23ha52a27ca	SEM DENOMINAÇÃO	292/2022
2010/101599	ANDRE AVELINO DA SILVA	26ha49a72ca	SITIO BOM JESUS	291/2022
2020/949458	ANTONIO DE SOUSA	5ha66a10ca	SITIO DO CUPU	290/2022
2020/882574	ANTONIO GILMAR RAMOS TAMIARANA	13ha19a63ca	SITIO SANTO EXPEDITO	289/2022
2020/730254	CAETANO MARQUES DE SOUZA	14ha24a31ca	SITIO ESPERANÇA	288/2022
2010/275002	LUCIMAR SANTIAGO PALHETA	47ha65a63ca	SITIO TAPETE VERDE	287/2022
2010/106237	MARIA CLEIDE SANTOS TRAVASSOS	15ha85a77ca	SITIO SÃO FRANCISCO	286/2022
2012/592501	SILMARA PEREIRA DO CARMO SILVA	47ha63a00ca	SITIO SANTA MARIA	285/2022
2020/877102	ANTONIO CARLOS LEITE DA SILVA	46ha63a26ca	SITIO FE EM DEUS	284/2022
2013/442288	ANTONIO DA COSTA SILVA	5ha02a55ca	SITIO RAIMUNDO NONATO	283/2022
2020/876542	DENERVAL DOS SANTOS COSTA	5ha11a89ca	SITIO PRESENTE DE DEUS	282/2022
2020/951655	EDMILSON DA SILVA OLIVEIRA	50ha59a17ca	SITIO DOIS IRMÃOS	281/2022
2010/175017	ALDO DE OLIVEIRA FERREIRA	76ha94a31ca	SITIO TOME AÇU	280/2022
2020/667829	JOSÉ MARCOS DE LIMA SOUZA	17ha55a92ca	SITIO SÃO JOSÉ	279/2022
2020/666154	ANTONIO ALBUQUERQUE DO NASCIMENTO	18ha70a80ca	SITIO SANTO ANTONIO	278/2022
2020/666434	ANTONIO JOSE OLIVEIRA MININEA	32ha09a91ca	SITIO BEIJA FLOR	277/2022
2020/666565	CLAUDIO ARAUJO BOTELHO	4ha87a04ca	SITIO ESPERANÇA	276/2022
2010/104476	GIVALDO JOSE DE SANTANA	43ha60a92ca	SITIO SÃO PEDRO	275/2022
2010/174760	JORGE ALVES DA SILVA	21ha37a69ca	SITIO SÃO JORGE	274/2022
2020/737625	JOSE LUIZ SANTOS DA SILVA	7ha05a51ca	SITIO SÃO JOSÉ	273/2022

Belém (PA), 06/01/2022
BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS – PRESIDENTE

Protocolo: 748928

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 2025/21 DE 14.12.2021.
Onde se lê : 30(trinta)dias
Leia-se: 60(sessenta)dias
Onde se lê: 10.02.2021
Leia-se: 10.02.2022

Protocolo: 749102

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

CONTRATO

CONTRATO Nº 48/2021
Objeto: Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas; veículos leves e pesados; equipamentos de refrigeração e utensílios; beneficiamento e ferramentas agrícolas.
Valor global total R$ 9.490,00 (Nove mil quatrocentos e noventa reais)
Data de assinatura: 13/12/2021
Vigência: 13/12/2021 a 13/12/2022
Programa de Trabalho: 04608149187150000
Natureza da despesa: 33903000
Fonte: 0101000000.
Plano Interno: 21DEF402719.
Contratada: EMPRESA BELPARÁ COMERCIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 05.903.157/0001-40, com endereço na Travessa Humaitá, nº 2233, Térreo, CEP: 66093-047, BAIRRO Marco, Belém-PA.
Ordenador: FELIPE COÊLHO PICANÇO
Gerente Executivo – NGPR.

Protocolo: 748945

CONTRATO Nº 49/2021
Objeto: Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas; veículos leves e pesados; equipamentos de refrigeração e utensílios; beneficiamento e ferramentas agrícolas.
Valor global total R$ 94.998,90. (noventa e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e noventa centavos)
Data de assinatura: 13/12/2021
Vigência: 13/12/2021 a 13/12/2022
Programa de Trabalho: 04608149187150000
Natureza da despesa: 44905200
Fonte: 0101000000.
Plano Interno: 21DEMP00406.
Contratada: EMPRESA A S MIRANDA COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS DE TRANSPORTES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº: 237.663.213/0001-03
com endereço na Travessa Paulo Nogueira, nº 2524, Bairro Matinha, cidade de Cametá-PA, CEP: 68.400-000.
Ordenador: FELIPE COÊLHO PICANÇO
Gerente Executivo – NGPR.

Protocolo: 748946

CONTRATO Nº 42/2021
Objeto: Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas; veículos leves e pesados; equipamentos de refrigeração e utensílios; beneficiamento e ferramentas agrícolas.
Valor global total R$ R$ 2.925.500,00 (dois milhões novecentos e vinte cinco mil e quinhentos reais).
Data de assinatura: 10/12/2021
Vigência: 10/12/2021 a 10/12/2022
Programa de Trabalho: 04608149187150000
Natureza da despesa: 44905200
Fonte: 0101000000
Plano Interno: 21DEF402731,2070008715E, 4120008338E,20EMEN00558, 21DEF402719.
Contratada: EMPRESA FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGÍSTICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 29.887.078/0001-51, com endereço na Avenida Ville, nº 180, Três Marias I, Goiânia-GO.
Ordenador: FELIPE COÊLHO PICANÇO
Gerente Executivo – NGPR.

Protocolo: 748947

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 0005/2022 - ADEPARÁ, DE 04 DE JANEIRO DE 2022
A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARA – ADEPARÁ, por meio de seu Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto com a Gerente de Recursos Humanos, pelas atribuições regimentalmente conferidas pelo artigo 15, inciso I, VII e artigo 18, inciso I e XIX de Decreto Estadual nº 393 de 11 de setembro de 2003.
CONSIDERANDO, o que determina o Art. 77, IX e Art. 98, 99 e 100 da lei nº 5.810/94.
R E S O L V E:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, aos servidores abaixo: REF. Dezembro2021/Janeiro2022.

PAE	Matrícula	Nome	Triênio	Dias		Período de gozo
				30	60	
20211481116	54193940/ 1	RUBENS GUILHERME DE MELLO NERI	2017/2020	X		31.12.21 a 29.01.22
20211483641	8010889/1	MARIO TAVARES DE PAULA	2013/2016	X		10.01.22 A 08.02.22
20211470638	54187128/1	NIVALDO VENICIUS GOMES DE LIMA	2015/2018		X	03.01.22 A 03.03.22

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
MELISSA MARTINS BEZERRA SILVA
Gerente de Área de Gestão de Pessoas
ALEX FABIANO DE ALMEIDA HAGE
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 749129

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 8291/2021 - ADEPARÁ,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-ADEPARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei Estadual 6.482 de 17 de setembro de 2002.
CONSIDERANDO o Decreto nº 1462 de 12/04/21 que determina o Art.1º e regulamenta o Art 74º da lei 5810 de 24 de janeiro de 1994.
CONSIDERANDO o PAE 20211431592 e o que determina o Art. 132, inciso II da lei nº 5.810/94, que REGULAMENTA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES.
R E S O L V E:
I.CONCEDER FÉRIAS ao servidor PAULO FERNANDO PIRES BASTOS JUNIOR, Mat 57223711/1, FEA-Eng. Agrônomo correspondente ao período aquisitivo 2019/2020, a contar de 17/01/22 a 15/02/22.
II.DESIGNAR o(a) servidor(a) JORGE EDUARDO DE MENDONCA GOES, matrícula nº 57176052/1, Fiscal Estadual Agropecuário, para responder pela Gerência de Trânsito Agropecuário, durante o período de férias do(a) titular PAULO FERNANDO PIRES BASTOS JUNIOR, matricula 57223711/1, GEP-DAS 011.3, no período de 17.01.22 A 15.02.22.
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO
Diretor Geral

Protocolo: 749103

ERRATA

Na Portaria de Férias de dezembro de 2021, Nº 8259 de 17/12/21, publicada no DOE nº 34810 de 27 de dezembro de 2021, da servidora MARIA JOSE LENA TRINDADE CORREA, matrícula 54186915/ 1.
Onde se lê: 27.12.21 A 14.01.21
Leia-se: 27.12.21 A 14.01.22

Protocolo: 749106

FÉRIAS

PORTARIA Nº 0011/2022 - ADEPARÁ,
DE 06 DE JANEIRO DE 2022

A AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARA – ADEPARÁ, por meio de seu Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto com a Gerente de Recursos Humanos, pelas atribuições regimentalmente conferidas pelo artigo 15, inciso I, VII e artigo 18, inciso I e XIX de Decreto Estadual nº 393 de 11 de setembro de 2003.
CONSIDERANDO o que determina o Art. 72, inciso I, Art. 74 parágrafo 1º e 2º, Art. 75, inciso I e II, Art. 76, parágrafo 1º da lei nº 5.810/94.
RESOLVE:
EXCLUIR da Portaria de Férias de JANEIRO de 2022, Nº 8245 de 14 de dezembro de 2021, publicada no DOE 34810 de 27 de dezembro de 2021 dos servidores, conforme abaixo:

PAE	MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO GOZO	LOTAÇÃO
20211469378	57189772/1	CLEBER EUFRASIO SAMPAIO	2020/2021	03.01.22 A 01.02.22	GICV
20222212	57223656/ 1	JOSICLEI CUNHA DE OLIVEIRA	2019/2020	03.01.22 a 01.02.22	Rondon do Pará

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
MELISSA MARTINS BEZERRA SILVA
Gerente de Área de Gestão de Pessoas
ALEX FABIANO DE ALMEIDA HAGE
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 749140

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,
ALESSANDRA DE CASSIA SILVA DA SILVA - Coordenadora

PORTARIA DE LICENÇA PRÊMIO Nº 0008/2022–06.01.2022

C O N C E D E R, ao Extensionista Rural II-DANIEL DO AMARAL GOMES - Matrícula nº 57211868/1, nos termos do Regimento Interno de Pessoal, devidamente aprovado na 58ª Reunião Ordinária do CTA/EMATER-PARÁ, de 12.12.2012, 30 (Trinta) dias de Licença Prêmio (2º) mês, relativo ao quinquênio: 02/01/2014 a 01/01/2019, que será gozado no período de 03/01/2022 a 01/02/2022. (PAE: 2021/1278944).

Protocolo: 748869

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA DE FÉRIAS

Portaria – 914/2021 - Publicada no DOE nº 34.812 de 28.12.2021
Onde se lê: conceder, a DANIEL DO AMARAL GOMES - matrícula: 57211868/1, férias regulares referentes à FEVEREIRO/2022, a contar de 01.02.2022 a 02.03.2022.
Leia-se: conceder, a DANIEL DO AMARAL GOMES - matrícula: 57211868/1, férias regulares referentes à FEVEREIRO/2022, a contar de 02.02.2022 a 03.03.2022.
ROSIVAL POSSIDONIO DO NASCIMENTO – Presidente

Protocolo: 749080

CONTRATO

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 071/2021

Data da Assinatura: 30/12/2021
Vigência: 01 de Janeiro 2022 á 31 de Dezembro 2022
Justificativa: O presente Contrato tem objeto à locação do imóvel situado na Rua Liberdade, nº 503, Bairro: Centro, CEP. 68.537-000, no município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará para funcionamento do Esloc. da EMATER-PARÁ no referido município.
Orçamento: PROGRAMA: 1491 – AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA
P.I./AÇÃO: 2070008711-C – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER
FONTE: 0101– TESOURO DO ESTADO
ELEM.DESP: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
Valor Mensal: R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)
Locador: MARIA SELMA LEITE DE CASTRO
Ordenador: ROSIVAL POSSIDÔNIO DO NASCIMENTO

Protocolo: 749041

TERMO ADITIVO A CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2021

Data da Assinatura: 30/12/2021
Vigência: 01 de Janeiro 2022 á 31 de Dezembro 2022
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2022, onde funciona o esloc. da EMATER-PARÁ no município de Santa Cruz do Arari no Estado do Pará.
Orçamento: PROGRAMA: 1491 – AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA
P.I./AÇÃO: 2070008711-C – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER
FONTE: 0101– TESOURO DO ESTADO
ELEM.DESP: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
Valor Mensal: R$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais)
Locador: LAIZE GEMAQUE DA SILVA LOBATO TAVRES
Ordenador: ROSIVAL POSSIDÔNIO DO NASCIMENTO

Protocolo: 749043

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A

TERMO ADITIVO A CONTRATO
TERMO ADITIVO: 4
CONTRATO: 01/2017

Data da Assinatura: 03/01/2022
Vigência: 05/01/2022 a 05/01/2023
Justificativa: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato.
Orçamento: Unidade Orçamentária: 58201.
Programa de Trabalho: 23605149166390000.
Fonte do Recurso: 0261002156.
Natureza da Despesa: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PJ.
Sub Elemento: 33.90.39.58 – PJ - SERV. DE TELECOMICAÇÕES – EXCETO TIC.
Ação: 270424.
PI: 2070006639C.
Valor: R$ 21.939,12.
Contratado: CLARO S/A.
Endereço: Rua Henri Dunant, 780, Santo Amaro, São Paulo/SP.
Ordenadora: Neuza Cruz Del Tetto Silva.
Diretora Presidente em exercício – CEASA/PA

Protocolo: 748917

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA 00004/2022 - DGAF/GAB/SEMAS, DE 05/01/2022
Nome: MARCELO SILVA AUZIER
Matrícula: 80845193/1
Cargo: Técnico em Gestão de Agropecuária
Concessão: 30 (trinta) dias de Licença Prêmio
Período Aquisitivo: 1ª parcela do triênio 2010/2013
Período de Gozo: 10/01/2022 a 08/02/2022
HUGO YUTAKA SUENAGA
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 749032

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 00008/2022 - GAB/SEMAS
A Diretora de Gestão Administrativa e Financeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a PORTARIA Nº 0421, de 05 de Abril de 2021 - GAB/SEMAS, publicada no DOE n° 34.544, de 07 de Abril de 2021.
Considerando as informações constantes nos autos do Processo PAE n° 2021/1194684 - SEMAS/PA
RESOLVE:
I – DESIGNAR, para atuar como fiscais do Contrato nº 001/2022 - SEMAS/PA, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA e a EMPRESA IMPÉRIO SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA, os servidores: WILSON ROCHA MARTINS, matrícula nº 57201901/1 como fiscal Titular e LAÉRCIO DOS SANTOS RODRIGUES, matrícula nº 5929168/2 como fiscal Suplente, a contar da data da assinatura do Contrato em 04 de janeiro de 2022.
II – Determinar à Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios - CCON que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Belém/PA, 06 de janeiro de 2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
LÍLIA MARCIA RAMOS REIS
Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 749084

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 1.306/2010-GAB/SEMA DE 25/05/2010, PUBLICADA NO DOE 31.675 DE 27/05/2010
Onde se lê: "(...) triênio de 17/11/2006 a 16/11/2009 (...)"
Leia-se: "(...) triênio de 17/01/1997 a 16/01/2000 (...)"

ERRATA DA PORTARIA Nº 584/2013-DGAF/GAB/SEMA DE 22/03/2013, PUBLICADA NO DOE 32.364 DE 26/03/2013
Onde se lê: "(...) 2ª parcela do triênio 2006/2009 (...)"
Leia-se: "(...) 2ª parcela do triênio 1997/2000 (...)"

ERRATA DA PORTARIA Nº 01435/2021-DGAF/GAB/SEMA DE 24/08/2021, PUBLICADA NO DOE 34.680 DE 25/08/2021
Onde se lê: "(...) 1ª parcela do triênio 2009/2012 (...)"
Leia-se: "(...) 1ª parcela do triênio 2000/2003 (...)"

Protocolo: 749083

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022
Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de condução de veículos (motoristas).
A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade através da Comissão Permanente de Licitação decide por SUSPENDER o Pregão Eletrônico em epígrafe, para ajustes no Edital.
Belém, 07 de janeiro de 2022.
Kristiane Maia Gluck Paul
Pregoeira/ SEMAS/Pa

Protocolo: 749126

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO Nº 01/2022 AO CONTRATO N. 101.2021
Considerando a alteração de dotação orçamentária informada pelo setor financeiro relacionadas ao Processo PAE nº 2021/742647, sequenciais n° 95 e 93, referente ao Contrato nº 101/2021, celebrado entre a SEMAS/PA e a empresa ARTMED INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de poltrona reclinável para descanso sem apoio de braço, a dotação orçamentária passa a ser nos seguintes termos, conforme despacho exarado nos autos do Processo.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 27102; GESTÃO: 00001; PTRES: 278338 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS; FONTE: 0116 – FEMA; ELEMENTO: 449052; PLANO INTERNO: 4120008338E
AÇÃO:
Belém/PA, 06 de Janeiro de 2022.
LÍLIA MARCIA RAMOS REIS
Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 749088

TORNAR SEM EFEITO

Tornar sem efeito a publicação do Contrato Administrativo de CANDIDA ANDREIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA (TÉCNICO EM GESTÃO DE MEIO AMBIENTE-Engenharia Florestal), publicada no DOE Nº 34.820 de 05/01/2021, sob o Protocolo: 748389.

Protocolo: 749060

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 060/2021
OBJETO: Transferência para o donatário de madeira em tora, apreendida pela SEMAS através do termo de apreensão TAD-21-03/678992.
DOADOR: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, CNPJ: 34.921.783/0001-68.
DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Portel, CNPJ: 04.876.447/0001-80.
VIGÊNCIA: Prazo previsto no programa, projeto ou plano apresentado pelo donatário.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 9.605/1998, Lei Estadual nº 5.887/1995 e Decreto Estadual nº 204/2019.
SIGNATÁRIOS: José Mauro de Lima Ó de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Vicente de Paulo Ferreira Oliveira – Prefeito de Portel.

Protocolo: 748809

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 061/2021
OBJETO: Transferência para o donatário de rede de pesca, apreendida pela SEMAS através do termo de apreensão TAD-3-S/20-02-00093.
DOADOR: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, CNPJ: 34.921.783/0001-68.
DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, CNPJ: 05.132.436/0001-58.
VIGÊNCIA: Prazo previsto no programa, projeto ou plano apresentado pelo donatário.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 9.605/1998, Lei Estadual nº 5.887/1995 e Decreto Estadual nº 204/2019.
SIGNATÁRIOS: José Mauro de Lima Ó de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Consuelo Maria da Silva Castro – Prefeita de Ponta de Pedras.

Protocolo: 748810

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 063/2021
OBJETO: Transferência para o donatário de 05 (cinco) motores do tipo rabeta, apreendidos pela SEMAS através dos termos de apreensão TAD nº 15/2019, TAD-3-S/20-02-00093, TAD-3-T/19-09-00013, TAD-3-S/19-11-00091 e TAD-3-S/19-11-00120.
DOADOR: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, CNPJ: 34.921.783/0001-68.
DONATÁRIO: Instituto dos Ribeirinhos do Pará - IRPA, CNPJ: 10.921.470/0001-41.
VIGÊNCIA: Prazo previsto no programa, projeto ou plano apresentado pelo donatário.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 9.605/1998, Lei Estadual nº 5.887/1995 e Decreto Estadual nº 204/2019.
SIGNATÁRIOS: José Mauro de Lima Ó de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Jorge Paulo Vieira Feitosa - Instituto dos Ribeirinhos do Pará.

Protocolo: 748812

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 058/2021
OBJETO: Transferência para o donatário de madeira em tora, apreendido pela SEMAS através do termo de apreensão TAD-21-02/3225496.
DOADOR: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, CNPJ: 34.921.783/0001-68.
DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Anapu, CNPJ: 01.613.194-0001-63.
VIGÊNCIA: Prazo previsto no programa, projeto ou plano apresentado pelo donatário.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 9.605/1998, Lei Estadual nº 5.887/1995 e Decreto Estadual nº 204/2019.
SIGNATÁRIOS: José Mauro de Lima Ó de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Aelton Fonseca Silva - Prefeito de Anapu.

Protocolo: 748813

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 059/2021

OBJETO: Transferência para o donatário de (uma) motosserra, apreendida pela SEMAS através do termo de apreensão TAD-21-05/0825970.
DOADOR: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, CNPJ: 34.921.783/0001-68.
DONATÁRIO: Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", CNPJ: 03.664.871/0001-06.
VIGÊNCIA: Prazo previsto no programa, projeto ou plano apresentado pelo donatário.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 9.605/1998, Lei Estadual nº 5.887/1995 e Decreto Estadual nº 204/2019.
SIGNATÁRIOS: José Mauro de Lima Ó de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Celso da Silva Mascarenhas - Diretor-Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves".

Protocolo: 748814

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 066/2021

OBJETO: Transferência para o donatário de madeira serrada, apreendida pela SEMAS através do termo de apreensão TAD-20-01/0327349.
DOADOR: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, CNPJ: 34.921.783/0001-68.
DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Castanhal, CNPJ: 05.121.991/0001-84.
VIGÊNCIA: Prazo previsto no programa, projeto ou plano apresentado pelo donatário.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 9.605/1998, Lei Estadual nº 5.887/1995 e Decreto Estadual nº 204/2019.
SIGNATÁRIOS: José Mauro de Lima Ó de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Paulo Sérgio Rodrigues Titan – Prefeito de Castanhal.

Protocolo: 748805

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Nº 065/2021

OBJETO: Transferência para o donatário de madeira serrada, apreendida pela SEMAS através do termo de apreensão TAD-20-01/0324876.
DOADOR: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, CNPJ: 34.921.783/0001-68.
DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Castanhal, CNPJ: 05.121.991/0001-84.
VIGÊNCIA: Prazo previsto no programa, projeto ou plano apresentado pelo donatário.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 9.605/1998, Lei Estadual nº 5.887/1995 e Decreto Estadual nº 204/2019.
SIGNATÁRIOS: José Mauro de Lima Ó de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Paulo Sérgio Rodrigues Titan – Prefeito de Castanhal.

Protocolo: 748807

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PARTES: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-BIO E LILIAN RAMOS DE ALMEIDA MARTINS.
FUNÇÃO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
DATA DO DISTRATO: 05/01/2022
ORDENADOR DE DESPESA: FERNANDA CARIDADE FERREIRA DA GAMA

Protocolo: 748950

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA

PORTARIA Nº 001/2022/GAB/SEC
BELÉM/PA, 06 DE JANEIRO DE 2022.

ALEXANDRE MASCARENHAS DOS SANTOS, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - Em Exercício, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO: o que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que preconiza seu artigo 51, que exige a necessidade de existência de comissão permanente ou especial de licitação para processamento ou julgamento da habilitação preliminar, e o processamento das propostas das licitações promovidas pelo Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social;
CONSIDERANDO: os Princípios Constitucionais da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Pública, da Publicidade e da Eficiência que regem a Administração Pública;
CONSIDERANDO: a necessidade de executar de maneira eficiente e eficaz os procedimentos licitatórios realizados pelo Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social/FESPDS;
RESOLVE: Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social; Thays do Socorro Failache Soares – Presidente (MF nº57177993/3); João Océlio Rodrigues Brandão – 1º Membro (MF nº71315/1); Laurécio Silvino Couto da Rocha - 2º Membro (MF nº98980/1) e Caroline de Almeida Martins – Suplente (MF nº 57189267-1);
Art. 2º Compete a Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com a Constituição Federal, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislações e atos normativos que disciplina ou vierem a disciplinar a matéria, processar e julgar as licitações referente as aquisições de bens, contratação de serviços, obras e locação de bens móveis no âmbito do FESPDS; Parágrafo Único: Competirá, ainda, observar todas as regulamentações internas e apresentar a autoridade superior relatório anual dos trabalhos realizados pela Comissão, além de outros que vierem a ser solicitados a depender da necessidade;
Art. 3º O período de vigência da Comissão Permanente de Licitação/CPL, nos termos do § 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93, será de 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação;
Art. 4º Nos impedimentos e/ou afastamento eventuais do Presidente da Comissão, responderá por este, o 1º membro, na ordem acima estabelecida, e assim sucessivamente.
Art. 5° Esta portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ALEXANDRE MASCARENHAS DOS SANTOS - CEL QOPM
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - Em Exercício

Protocolo: 749092

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 002/2022-SAGA/GAB
BELÉM, 05 DE JANEIRO DE 2022.

Sr. ALEXANDRE MASCARENHAS DOS SANTOS, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social,em exercício, no uso de suas atribuições conferidas em Lei;
CONSIDERANDO: A Lei nº 6.563 de 01.08.2003.
CONSIDERANDO: Ainda o Decreto nº 2.235 de 16.07.97, que delegou competência ao dirigente do Órgão.
RESOLVE:
I- Dispensar o servidor SANDOVAL SERGIO MORAES DE SOUZA, MF nº 5676541/1, da Função de Motorista do Secretário Adjunto de Gestão Operacional, a contar de 01 de janeiro de 2022.
II- Designar o servidor CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DE AQUINO, MF nº 5634814/1, para exercer a função de Motorista do Secretário Adjunto de Gestão Operacional, a contar de 01 de janeiro de 2022.
III- Determinar à Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa e à Coordenadoria de Recursos Humanos que tomem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
ALEXANDRE MASCARENHAS DOS SANTOS
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social,em exercício

Protocolo: 748965

ERRATA

PORTARIA Nº02/2022-SAGA, 05.01.2022,
DOE Nº 34.822 DE 06.01.2022.

- Que retificou o periodo de gozo de férias do servidor OPHIR DUARTE MUFARREJ, Portaria nº 1607/2021-SAGA de 21.10.2021
Onde se lê: 01.12 a 30.12.2020
Leia-se: 01.12 a 30.12.2021

Protocolo: 748845

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022-SEGUP/PA

Processo: 2020/1048669
Exercício: 2022
Origem: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 014/2021-SEGUP/PA
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço integrado de suporte à operação do serviço de atendimento do Centro Integrado de Operações (CIOP), seus Núcleos Regionais (NIOPs) e Centros de Atendimento e Despacho (CADs), e os canais do Disque Denúncia, contemplando a disponibilização de equipamentos, softwares e postos de serviços, a ser disponibilizado por empresa especializada, através de mão de obra terceirizada 24 (vinte e quatro) horas, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e convenção coletiva de trabalho, de acordo com

as condições e especificações técnicas constantes no Anexo I do Termo de Referência a fim de atender o Centro Integrado de Operações – CIOP; Núcleo Integrado de Operações de Castanhal – NIOP Castanhal; Núcleo Integrado de Operações de Santarém – NIOP Santarém; Núcleo Integrado de Operações de Marabá – NIOP Marabá; Centro de Atendimento e Despacho de Breves . CAD Breves; Disque Denúncia.
Fundamentação Legal: Parecer Jurídico Nº 456/2021-CONJUR
Data da Assinatura: 01/01/2022
Vigência: 01/01/2022 à 31/12/2022
Valor Global: R$ 15.744.000,00 (quinze milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais)
Programação Orçamentária: 21.101.06.181.1502.8261 – Realização das Ações do Centro Integrado de Operações; Natureza: 339037; Fontes: 0101 e 0301; PI: 1050008261C
Contratada: TSJ TELEMARKETING EIRELI
CNPJ: 07.567.687/0001-90
Endereço: Rua Ó de Almeida, nº 634 - Altos, Bairro Reduto, CEP 66053190, Belém/PA
Ordenador: PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Protocolo: 749033

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após a constatação da regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente deste FISP, Sr. VINÍCIUS PINHEIRO CARVALHO, Diretor, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo Licitatório nº 2021/656698 na modalidade Pregão Eletrônico nº 08/2021-FISP, que tem como objeto a aquisição com instalação de elevador, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUPDS, resolve, HOMOLOGAR o objeto desta licitação em favor da empresa TORO ELEVADORES LTDA - EPP, CNPJ: 36.654.449/0001-10, com o valor global de R$ 166.490,00 (cento e sessenta e seis mil e quatrocentos e noventa reais).
Belém-PA, 06 de janeiro de 2022.
HOMOLOGO: VINÍCIUS PINHEIRO CARVALHO
Diretor do FISP

Protocolo: 748932

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº.2021/110

Órgão de Origem: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		
Órgão de Destino:MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ		
Nº. Ordem	Nº. RP	Descrição do Bem
01	32810 A 32811	CPU 4 NCL.,3.5GHZ,CH 6MB,4GB DDR4,HD 500GB,GRAV.CD/DVD,MOUSE
02	32943 A 32944	MONITOR LCD/LED 18,5",WIDESCREEN,1366X768P,VGA,TECLADO
Tendo em vista o Processo nº 2021/1450508 de 22 de Dezembro de 2021 , fica efetivada através do presente documento a doação do(s) bem(ns) abaixo discriminado(s).		
ORGÃO DOADOR Data: 21/12/2021 UALAME FIALHO MACHADO		ORGÃO/ ENTIDADE RECEBEDOR(A): Data: 27 /12/2021 JOB XAVIER PALHETA JÚNIOR

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº.2021/111

Órgão de Origem: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		
Órgão de Destino:MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU		
Nº. Ordem	Nº. RP	Descrição do Bem
01	32812 A 32813	CPU 4 NCL.,3.5GHZ,CH 6MB,4GB DDR4,HD 500GB,GRAV.CD/DVD,MOUSE
02	32945 A 32946	MONITOR LCD/LED 18,5",WIDESCREEN,1366X768P,VGA,TECLADO
Tendo em vista o Processo nº 2021/1450508 de 22 de Dezembro de 2021 , fica efetivada através do presente documento a doação do(s) bem(ns) abaixo discriminado(s).		
ORGÃO DOADOR Data: 21/12/2021 UALAME FIALHO MACHADO		ORGÃO/ ENTIDADE RECEBEDOR(A): Data: 27 /12/2021 MÁRCIO VIANA ROCHA

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº.2021/112

Órgão de Origem: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		
Órgão de Destino:MUNICÍPIO DE ANAPU		
Nº. Ordem	Nº. RP	Descrição do Bem
01	32762 E 32767	CPU 4 NCL.,3.5GHZ,CH 6MB,4GB DDR4,HD 500GB,GRAV.CD/DVD,MOUSE
02	32909 A 32910	MONITOR LCD/LED 18,5",WIDESCREEN,1366X768P,VGA,TECLADO
03	147253020	COLETE BALISTICO, NIVEL III-A, MASCULINO, TAM. M
Tendo em vista o Processo nº 2021/1450508 de 22 de Dezembro de 2021 , fica efetivada através do presente documento a doação do(s) bem(ns) abaixo discriminado(s).		
ORGÃO DOADOR Data: 21/12/2021 UALAME FIALHO MACHADO		ORGÃO/ ENTIDADE RECEBEDOR(A): Data: 27 /12/2021 AELTON FONSECA SILVA

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº.2021/115

Órgão de Origem: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL		
Órgão de Destino:PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO		
Nº. Ordem	Nº. RP	Descrição do Bem
01	147253021	COLETE BALISTICO, NIVEL III-A, MASCULINO, TAM. M
Tendo em vista o Processo nº 2021/1480951 de 28 de Dezembro de 2021 , fica efetivada através do presente documento a doação do(s) bem(ns) abaixo discriminado(s).		
ORGÃO DOADOR Data: 21/12/2021 UALAME FIALHO MACHADO		ORGÃO/ ENTIDADE RECEBEDOR(A): Data: 27 /12/2021 FLÁVIO MARCOS MEZZUMO

Protocolo: 748850

POLICIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL Nº 007/2022 – CCC: NOMEAR o MAJ QOPM RG 26922 LUIZ CARLOS DA SILVA PONTES, em substituição ao TEN CEL QOPM RG 24974 JOSÉ RICARDO PASSOS CHAVES, como fiscal do Contrato nº 006/2021 – PMPA, celebrado entre a empresa CONSTRUTORA ENERGEO - EPP; Registre-se, publique-se; Belém/PA, 06 de Janeiro de 2022; JORGE WILSON PINHEIRO DE ARAÚJO – CEL QOPM RG 26311; Diretor de Apoio Logístico da PMPA.

Protocolo: 749006

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL Nº 005/2022 – CCC: NOMEAR o MAJ QOPM RG 33450 PAULO UBIRATAN LOPES CASSEB, em substituição ao MAJ QOPM RG 24963 LUIZ ANTONIO DA SILVA, como fiscal do Contrato nº 015/2020 – PMPA, celebrado entre a empresa JOHNNY TRANSPORTE; NOMEAR o CB QPMP RG 40222 PAULO DIEGO DE BRITO NASCIMENTO, como fiscal interino; Registre-se, publique-se; Belém/PA, 06 de Janeiro de 2022; JORGE WILSON PINHEIRO DE ARAÚJO – CEL QOPM RG 26311; Diretor de Apoio Logístico da PMPA.

Protocolo: 748991

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL Nº 006/2022 – CCC: NOMEAR o MAJ QOPM RG 33450 PAULO UBIRATAN LOPES CASSEB, em substituição ao MAJ QOPM RG 24963 LUIZ ANTONIO DA SILVA, como fiscal do Contrato nº 021/2016 – PMPA, celebrado entre a empresa TRANSKALLEDY TRANSPORTE LTDA - EPP; NOMEAR o CB QPMP RG 40222 PAULO DIEGO DE BRITO NASCIMENTO, como fiscal interino; Registre-se, publique-se; Belém/PA, 06 de Janeiro de 2022; JORGE WILSON PINHEIRO DE ARAÚJO – CEL QOPM RG 26311; Diretor de Apoio Logístico da PMPA.

Protocolo: 748997

PORTARIA Nº 0048/2022 – DGP/SP/SCCMP

O COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 8º, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 053/2006, e considerando o disposto no artigo 98, inciso VIII e o 127, da Lei Estadual nº 5.251/1985, considerando a cópia da certidão de óbito, matricula nº 066852 01 55 2021 4 00057 284 0053664 02, expedida pelo Cartório do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais – Belém/PA, do SD PM RG 41885 TIAGO LIRA DO NASCIMENTO, expedida em 27 de dezembro de 2021;
RESOLVE:
Art. 1º EXCLUIR do serviço ativo da PMPA, o SD PM RG 41885 TIAGO LIRA DO NASCIMENTO, a contar de 24 de dezembro de 2021, em virtude do seu falecimento.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Quartel em Icoaraci/PA,06 de janeiro de 2022.
JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044
COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 748841

ERRATA

Errata da PORTARIA Nº 150/21/DI/DF, contida no DOE nº 34.583 do dia 14/05/2021; **Onde Lê-Se:** Servidor: CB PM Alberto De Araújo Fausto; CPF: 703.109.292-91; Valor: R$ 3.798,00. **Leia-Se:** CB PM Alberto De Araújo Fausto; CPF: 703.109.392-91; Valor: R$ 3.798,00..Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA.

Protocolo: 749085

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2021 – CCC/PMPA

PUBLICAÇÃO NO DOE Nº 34.822, DO DIA 06/01/2022, PROT. Nº 748534
ONDE SE LÊ: 05/01/2022
LEIA-SE: 29/12/2021
ORDENADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR.

Protocolo: 748924

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ (PMPA)
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS – CFP/PMPA/2020

EDITAL Nº 60/CFP/PMPA/SEPLAD, DE 06 DE JANEIRO DE 2022
CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO EXAME DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ – PMPA e a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SEPLAD, no uso de suas atribuições legais e em face das decisões judiciais proferidas em caráter liminar, tornam pública a convocação dos candidatos, na condição sub judice, do concurso público destinado à Admissão ao Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará – CFP/PMPA/2020, conforme a seguir:

1 DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS, NA CONDIÇÃO SUB JUDICE, CONVOCADOS PARA O EXAME DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1.1 Ficam convocados para a realização da 2ª Etapa – Exame de Avaliação Psicológica, os candidatos, na condição sub judice, abaixo relacionados na seguinte ordem: cidade, número de inscrição, nome do candidato.
a) 201 – Aluno Soldado PMPA (sexo masculino):
SANTARÉM: 272196365, MATEUS REGO DE ALMEIDA (sub judice, Ação Ordinária nº 0810326-31.2021.8.14.0051).
b) 202 – Aluno Soldado PMPA (sexo feminino):
BELÉM: 272103157, RAQUEL DA SILVA CASTRO (sub judice, Ação Ordinária nº 0802939- 91.2021.8.14.0009).

2 DA 2ª ETAPA – EXAME DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

2.1 A 2ª Etapa – Exame de Avaliação Psicológica, de presença obrigatória e de caráter exclusivamente eliminatório, será realizada pelo IADES, no dia 15 de janeiro de 2022 às 08h30; conforme locais especificados abaixo:
a) em Belém/PA
IADES Central Belém
Avenida Governador José Malcher, nº 1077 – Centro Empresarial Acrópole, Sala 509 (5º andar) – Bairro: Nazaré – Belém – Pará – CEP: 66.055-260.
b) Santarém/PA
Instituto Esperança de Ensino Superior – Iespes – Campus I
Rua Coaracy Nunes, 3315 – Caranazal – Santarém – PA – CEP: 68.040-100

3 DOS PROCEDIMENTOS PARA A ETAPA

3.1 A avaliação psicológica consistirá na aplicação de testes e instrumentos psicológicos com o objetivo de aferir os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes ao exercícios das funções policiais militares, bem como o desempenho do cargo de policial militar no posto de praça policial militar do Quadro de Praças Policiais Militares da PMPA, sendo que para ser considerado indicado, o candidato deverá participar de todas as fases da avaliação psicológica e apresentar o perfil estabelecido para admissão no CFP/PM e posterior ingresso na PMPA, conforme a seguir: capacidade de comando e liderança; capacidade de julgamento/percepção e iniciativa; produtividade e tomada de decisão; maturidade; confiança; estabilidade emocional; controle da agressividade e da ansiedade; adaptação e resiliência; resistência à frustração e à pressão; sociabilidade e competência no relacionamento interpessoal; deferência e obediência às normas e regras; empatia; assistência; responsabilidade e persistência; fluência verbal/comunicação; atenção concentrada e difusa; memória; inteligência; demonstração de ausência de fobia; ordenação e organização de pensamentos.
3.1.1 O detalhamento de cada característica informada no subitem 3.1 encontra-se no Anexo III do Edital Normativo.
3.2 Será considerado contraindicado para admissão no CFP/PM, o candidato que apresentar as seguintes características:
a) prejudiciais: controle emocional inadequado; tendência depressiva; agressividade e ansiedade inadequadas; baixa tolerância à frustração; dificuldade de adaptação e acatamento de normas, regras e leis; inteligência inferior à média; fluência verbal/comunicação inadequada; baixo potencial de liderança; presença de fobias; empatia, assistência, responsabilidade e persistência diminuídas;
b) restritivas: sociabilidade inadequada; insegurança; imaturidade; atenção e/ou memória com percentis inferiores; análise, percepção, julgamento e iniciativa inadequados; baixa produtividade e tomada de decisão; baixa capacidade de cooperar e realizar trabalhos em grupo.
3.3 Para que o candidato seja eliminado do concurso público, este deverá ter incorrido em um dos critérios de corte abaixo estabelecidos:
a) 4 (quatro) ou mais características prejudiciais;
b) 3 (três) características prejudiciais e uma restritiva;
c) 2 (duas) características prejudiciais e 2 (duas) restritivas; ou
d) 1 (uma) característica prejudicial e 3 (três) restritivas.
3.3.1 Nas características de atenção, memória e inteligência, o candidato deverá estar dentro ou acima da faixa mediana nos escores, devendo as demais características do perfil ser consideradas de acordo com as tabelas de percentis dos testes escolhidos pela comissão designada.
3.4 A contraindicação na avaliação psicológica não pressupõe, necessariamente, a existência de transtornos mentais, mas indica que o candidato avaliado não apresenta o perfil exigido para admissão no CFP/PM.
3.5 O candidato deverá ainda observar os procedimentos contidos no Edital nº 01-CFP/PMPA/SEPLAD, de 12 de novembro de 2020 e demais editais e comunicados regulamentadores da etapa em questão.
Belém/PA, 06 de janeiro de 2022.
CORONEL QOPM JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR
Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará
THAINNÁ MAGALHÃES DE ALENCAR VIEIRA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração, em exercício.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ (PMPA)
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)
CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ – CFP/PMPA/2016

EDITAL N.º 144/CFP/PMPA, DE 06 DE JANEIRO DE 2022.
CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA 4ª ETAPA – CANDIDATA SUB JUDICE

A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, e a SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, em cumprimento da decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0846099-71.2018.8.14.0301, tornam pública a CONVOCAÇÃO de SARA LOPES DA SILVA MOURA, inscrição 077472, sub judice, para realização da 4ª Etapa (Avaliação Psicológica) na forma do subitem 7.5 do Edital n.º 001/CFP/PMPA-2016, conforme dia, horário e local de realização citados abaixo:
Dia: 23 de janeiro de 2022.
Horário: 8:00 – Teste Psicológico e Entrevista.
Local: Clínica Moveclin – Rua das Castanheiras, 1222 – Bairro Novo Horizonte/Marabá (entre Av. Tocantins e Rua Rio Vermelho).

1. Das Informações Gerais

1.1. Por ocasião da Avaliação Psicológica o candidato deverá apresentar-se munido de documento de identidade, foto 3x4, lápis de grafite nº 02 e caneta esferográfica de corpo transparente, com tinta azul ou preta.
1.2. O candidato deverá chegar com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do início da avaliação.
1.3. Não será admitido ingresso do candidato no local de realização da Avaliação após o horário fixado neste edital.
1.4. O candidato que não comparecer no local, data e horário, relacionado neste edital, será eliminado do concurso, não podendo realizar sua avaliação em outro local, data ou horário diferentes dos informados neste edital.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
CORONEL QOPM DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR
Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Pará
THAINNÁ MAGALHÃES DE ALENCAR VIEIRA
Secretária de Estado de Planejamento e Administração, em exercício

Protocolo: 749197

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 009 DE 06 DE JANEIRO DE 2022.

O COMANDANTE-GERAL DO CBMPA E COORDENADOR ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 138 parágrafo único inciso V da Constituição do Estado do Pará c/c art. 11 parágrafo primeiro da Lei n°5.731 de 15 de dezembro de 1992, e;
Considerando a necessidade da Administração em disciplinar a execução de despesas orçamentárias da Corporação e de assegurar mais rapidez e objetividade às decisões, situando-se na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender;
Considerando o instrumento de delegação de competência como ferramenta de descentralização administrativa, visando a maior eficiência na gestão pública, acelerando as decisões dos assuntos de interesse público e/ou da própria Administração Pública, resolve:
Art. 1º Delegar competência de ORDENADOR DE DESPESA ao CEL QOBM JAYME DE AVIZ BENJÓ, MF: 5704430/1, ocupante da função de Assessor Técnico, na condição de Coordenador Adjunto da Defesa Civil Estadual, conforme Portaria n° 516, de 15 de dezembro de 2021, publicada em Boletim Geral n° 241, de 30 de dezembro de 2021, com as seguintes atribuições relacionadas abaixo:
I - Autorizar emissão de empenho;
II - Autorizar pagamento de diária;
III - Conceder suprimento de fundos;
IV – Autorizar emissão de passagens (aéreas, terrestres e fluviais).
Art. 2º As competências estabelecidas e delegadas nesta portaria poderão, a qualquer tempo, serem revogadas e avocadas pelo Comandante-Geral do CBMPA.
Art. 3º Os atos praticados por delegação de competência deverão indicar esta situação nos seus fundamentos.
Art. 4º Revogar a portaria n°499, de 09 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado n° 34.793, 13 de dezembro de 2021
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a contar de 1º de janeiro de 2022, cessando-os em 31 de dezembro de 2022.
HAYMAN APOLO GOMES DE SOUZA - CEL QOBM
Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 749016

CONTRATO

CONTRATO Nº: 138/2021

EXERCÍCIO: 2022
Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de arquitetura, engenharia, e reforma do antigo quartel do Comando Geral, situado na rua João Diogo, no 236, bairro: Campina, no município de Belém do Pará.
Data da assinatura: 05/01/2022
Valor Global: R$ 2.331.702,01 (dois milhões, trezentos e trinta e um mil, setecentos e dois reais e um centavo).
Vigência: 05/01/2022 até 05/01/2023
Unidade Gestora: 310101
Fonte de Recurso: 0301000000
Funcional Programática: 06.182.1502.7563
Elemento de Despesa: 449051
Contratada: SENENGE CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 00.654.914/0001-76
Ordenador: Hayman Apolo Gomes de Souza - CEL QOBM

Protocolo: 748853

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
RDC ELETRÔNICO Nº 08/2021 – CBMPA

O Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, no uso de suas atribuições legais, considerando os autos do Processo Licitatório na modalidade RDC ELETRÔNICO Nº 08/2021 – CBMPA – PAE n° 2021/1054401, que tem por
objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DO 3º GBM, BR 316, ANANINDEUA/PA, na Rodovia Bernardo Sayão (BR-316), 14303-14425, Ananindeua-Pará, e com fundamento no disposto no art. 28, IV da Lei nº 12.462/2011, assim como no que dispõe o art. 53, IV do Decreto Estadual nº 1.974/2018;
01 – ADJUDICAR o objeto do presente certame à licitante vencedora, EXECUTIVA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA, CNPJ 06.336.443/0001-34, no Valor Global de R$ 1.703.511,26 (Um milhão setecentos e três mil e quinhentos e onze reais e vinte e seis centavos), correspondente a 39,1206% de desconto sobre o valor estimado de R$ 2.798.173,96 (Dois milhões setecentos e noventa e oito mil e cento e setenta e três reais e noventa e seis centavos) e HOMOLOGAR o resultado final do RDC ELETRÔNICO Nº 08/2021 – CBMPA, por preencher todos os requisitos legais exigidos no Edital e legislação correspondente.
02 – REMETER o processo licitatório a Diretoria de Apoio Logístico/Contratos, a fim de que sejam adotadas as medidas relativas à contratação da empresa vencedora e demais providências no âmbito de suas atribuições.
Belém-PA, 06 de Janeiro de 2022.
HAYMAN APOLO GOMES DE SOUZA – CEL QOBM
Comandante Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 749098

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DE ADMISSÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

ONDE SE LÊ:
Órgão: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: Contrato Administrativo
Data de Admissão: 16/11/2021
CONTRATAÇÃO AUTORIZADA PELO GTAF EM 28/07/2021, ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2021/607660.
CARGO: ASSISTENTE DE INFORMÁTICA
TÉRMINO DO VÍNCULO: 15/11/2022
OBSERVAÇÃO: PROCESSO Nº 2021/607660
ADMITIDO:
JOSIAS GOMES CALDAS
LEIA-SE: "
Modalidade de Admissão: Temporário
Ato: Contrato Administrativo
Data de Admissão: 16/12/2021
CONTRATAÇÃO AUTORIZADA PELO GTAF EM 28/07/2021, ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2021/607660.
CARGO: ASSISTENTE DE INFORMÁTICA
TÉRMINO DO VÍNCULO: 15/12/2022
OBSERVAÇÃO: PROCESSO Nº 2021/607660
ADMITIDO:
JOSIAS GOMES CALDAS
Belém (Pará), 20 de abril de 2021.
DANIELA SOUSA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
Delegada Geral Adjunta da Polícia Civil

Protocolo: 749068

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 03/2022

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Confecção de Uniformes
Tipo de Licitação: Menor por Lote
Modo de Disputa: Aberto
Entrega de Edital: www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br
Local da Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 21/01/2022
Hora da Abertura: 09:00 (horário de Brasília/DF)
Pregoeiro: Thiago Kiyoshi Nascimento Hosoume

Protocolo: 749072

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - 02/2022

Objeto: Aquisição de Coldres
Tipo de Licitação: Menor por Item
Modo de Disputa: Aberto
Entrega de Edital: www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br
Local da Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 19/01/2022
Hora da Abertura: 09:00 (horário de Brasília/DF)
Pregoeiro: Thiago Kiyoshi Nascimento Hosoume

Protocolo: 749053

POLICIA CIENTÍFICA DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N° 012/22-GAB/DGPCE-PA
DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL, EM EXERCICIO, DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 34.814 de 29.12.2021.
CONSIDERANDO a Lei n° 5.810/94, a Lei 6.282/00 e o Processo n°2021/1230168.
R E S O L V E:
EXONERAR a pedido a servidora MARISSA BRASIL DE CARVALHO do cargo de Perito Criminal, matrícula nº 5958544 /1, lotada nesta Policia Cientifica do Pará - PCEPA, a contar de 16.11.2021.
REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Perito Médico Legista
Diretor-Geral da Policia Científicas do Pará, Em Exercício.

Protocolo: 749050

PORTARIA N° 010/22-GAB/DGPCE-PA
DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL, EM EXERCICIO, DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 34.814 de 29.12.2021.
CONSIDERANDO a Lei n° 5.810/94, a Lei 6.282/00 e o Processo n° 2021/1473256.
R E S O L V E:
DISTRATAR a pedido a servidora ÁDRIA RODRIGUES DA SILVA do cargo de Perito Médico Legista, matrícula nº 5960232 /1, lotada nesta Policia Cientifica do Pará - PCEPA, a contar de 01.01.2022.
REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Perito Médico Legista
Diretor-Geral da Policia Científicas do Pará, Em Exercício.

Protocolo: 749044

PORTARIA N° 011/22-GAB/DGPCE-PA
DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL, EM EXERCICIO, DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 34.814 de 29.12.2021.
CONSIDERANDO a Lei n° 5.810/94, a Lei 6.282/00 e o Processo n° 2021/1488861.
R E S O L V E:
DISTRATAR a pedido o servidor SEBASTHYAN STEYNNE PIMENTEL OLIVEIRA do cargo de Auxiliar Operacional, matrícula nº 5955868 /1, lotado nesta Policia Cientifica do Pará - PCEPA, a contar de 01.01.2022.
REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Perito Médico Legista
Diretor-Geral da Policia Científicas do Pará, Em Exercício.

Protocolo: 749046

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DE SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA N° 001/2021

PORTARIA Nº. 001/2022 - CORREGEDORIA DA PCEPA, de 03 de janeiro de 2022. A Corregedora da PCEPA, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n°. 6.282, de 19 de janeiro de 2000 e suas alterações; CONSIDERANDO: Memo. nº. 005/Sindicância Acusatória n° 001/2021, datado do dia 29 de dezembro de 2021, requerendo a substituição de membro em virtude de férias. RESOLVE: Art. 1º. DESIGNAR o Assistente Administrativo Alberto Nunes Neto, matrícula funcional 57207439/1, em substituição ao Perito Criminal André Leandro de Melo, matricula funcional 5848156/1, para atuar como presidente da Sindicância Acusatória n° 001/2021, para dar prosseguimento ao referido processo; Art. 2º Esta portaria entrará em vigor a partir de 01/01/2022; Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Danielle Silva de Andrade Lima Guerra Corregedora da Polícia Científica do Pará.

Protocolo: 748964

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA N° 009/22-GAB/DGPCE-PA
DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL, EM EXERCICIO, DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 34.814 de 29.12.2021.
CONSIDERANDO a Lei n° 5.810 de 24.01.94, a Lei nº 6.282 de 19.01.00 e o conteúdo do processo: 2021/1312101.
R E S O L V E:
Designar a servidora EDNA LÚCIA PEREIRA FARIAS, Perito Criminal, matrícula n° 54185407 /1, para responder pela Gerência de Antropologia Forense, GEP-DAS-011.3, no período de 01.12.2021 a 31.12.2021, em virtude de férias do titular do cargo. (Paulo Jorge Silva Pires, MF: 5130000 /1).
REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Perito Médico Legista
Diretor-Geral da Policia Científicas do Pará, Em Exercício.

Protocolo: 749040

CONTRATO

CONTRATO Nº 007/2021 – PCP

OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na aquisição de materiais de consumo para o laboratório de DNA, para o atendimento das necessidades da Coordenação de Laboratório da Sede desta Polícia Científica do Pará.
DATA DA ASSINATURA: 06/12/2022.
VALOR: R$ 14.966,00 (quatorze mil, novecentos e sessenta e seis reais).
VIGÊNCIA: 16/01/2022 a 15/01/2023.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico 056/2021 – CPCRC.
FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém/PA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PLANO INTERNO: 1050008268C; PTRES: 858268; NATUREZA DA DESPESA: 339030; FONTE: 0101; AÇÃO: 232423
CONTRATADO: A empresa LOG LAB COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 21.895.553/0001-20, estabelecida à Rua Chico Pontes, 461, Bairro: Carandiru – São Paulo/SP, CEP 02067-000.
ORDENADOR DE DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 749048

DIÁRIA

PORTARIA N°. 1476/ 2021

DEBORA MARIA BARROS LOPES
MATRÍCULA: 57190374
CARGO: Assistente Administrativo
CIDADE: BELÉM - PA
DIÁRIA: 06 1/2 (Seis e meia) PERÍODO: 05/12/2021 a 11/12/2021
OBJETIVO: Participar dp programa de capacitação .
Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

PORTARIA N°. 779/ 2021

CLOVES ALVES DIAS
MATRÍCULA: 5955835
CARGO: Auxiliar Operacional
CIDADE: BELÉM - PA
DIÁRIA: 02 1/2 (Duas e meia) PERÍODO: 27/06/2021 a 29/06/2021
OBJETIVO: Deixar material para exame complementar.
Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

PORTARIA N°. 1339/ 2021

CLOVES ALVES DIAS
MATRÍCULA: 5955835
CARGO: Auxiliar Operacional
CIDADE: BELÉM - PA
DIÁRIA: 01 1/2 (Uma e meia) PERÍODO: 23/09/2021 a 24/09/2021
OBJETIVO: Conduzir viatura.
Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

PORTARIA N°. 968/ 2021

CLOVES ALVES DIAS
MATRÍCULA: 5955835
CARGO: Auxiliar Operacional
CIDADE: BELÉM - PA
DIÁRIA: 01 1/2 (Uma e meia) PERÍODO: 22/07/2021 a 23/07/2021
OBJETIVO: Conduzir veículo.
Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Protocolo: 748834

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA N° 014/22-GAB/DGPCE-PA
DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL, EM EXERCICIO, DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 34.814 de 29.12.2021.
CONSIDERANDO a Lei n° 5.810/94, Art. nº74, §2º e o Processo n° 2022/3001.
R E S O L V E:
INTERROMPER o gozo de férias do servidor MÁRIO FRANCISCO GUZZO JUNIOR, Perito Criminal, matrícula n° 54185405 /1, a contar de 16.12.2021, concedida pela Portaria N°319//21-GAB/CPCRC de 18.10.2021, publicada no DOE nº 34.739 de 19.10.2021, sendo o restante do gozo a ser definido posteriormente.
REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Perito Médico Legista
Diretor-Geral da Policia Científicas do Pará, Em Exercício.

Protocolo: 749056

PORTARIA N° 013/22-GAB/DGPCE-PA
DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL, EM EXERCICIO, DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 34.814 de 29.12.2021.
CONSIDERANDO a Lei n° 5.810/94, Art. nº74, §2º e o Processo n° 2021/1476819.
R E S O L V E:
TRANSFERIR o gozo de férias do servidor MARCOS JOVA SANTOS DA SILVA, Perito Médico Legista, matrícula n° 57233302 /1, de 01.01.2022 a 15.01.2022, concedida pela Portaria N°348//21-GAB/CPCRC de 03.11.2021, publicada no DOE nº 34.756 de 04.11.2021, para o gozo a ser definido posteriormente.
REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Perito Médico Legista
Diretor-Geral da Policia Científicas do Pará, Em Exercício.

Protocolo: 749052

PORTARIA N° 015/22-GAB/DGPCE-PA
DE 06 DE JANEIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL, EM EXERCICIO, DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, usando das atribuições legais e conferidas Pelo Decreto Governamental s/n publicado no DOE Nº 34.814 de 29.12.2021.
CONSIDERANDO a Lei n° 5.810/94, Art. nº74, §2º e o Processo n° 2021/1482685.
R E S O L V E:
TRANSFERIR o gozo de férias da servidora LUCIANA CRISTINA MELO CAMPOS, Perito Criminal, matrícula n° 5847222 /1, de 01.01.2022 a 30.01.2022, concedida pela Portaria N°348//21-GAB/CPCRC de 03.11.2021, publicada no DOE nº 34.756 de 04.11.2021, para os períodos 21/01/2022 a 04/02/2022 e de 15/06/2022 a 30/06/2022.
REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ, 06 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Perito Médico Legista
Diretor-Geral da Policia Científicas do Pará, Em Exercício.

Protocolo: 749059

OUTRAS MATÉRIAS

COMUNICADO

Com base no item 10.1.2, do Edital 001/2021, resolvo desclassificar o candidato Sr. ROSALICE DOS SANTOS SANTOS , selecionado para o cargo de Auxiliar Operacional – Belém, na 12ª colocação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021.
Com base no item 10.1.2, do Edital 001/2021, resolvo desclassificar o candidato Sr. CLEMILTON SILVA SANTOS , selecionado para o cargo de Motorista – Tucuruí, na 2ª colocação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021.
Belém, 04 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Diretor-Geral em exercício.

COMUNICADO

Com base no item 10.1.2, do Edital 005/2021, resolvo desclassificar o candidato Sr. MARCIO RIBEIRO PEREIRA , selecionado para o cargo de Auxiliar Operacional – Belém, na 12ª colocação do Processo Seletivo Simplificado 005/2021.
Belém, 04 de Janeiro de 2022.
HINTON BARROS CARDOSO JUNIOR
Diretor-Geral em exercício.

Protocolo: 749096

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N° 019/2022 – DG/DETRAN, DE 05/01/2022

A DIRETORA GERAL DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN-PA, no uso das atribuições legais, e
CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA no 377/2018-DG/DETRAN, de 06 de Fevereiro de 2018, que estabelece normas e rotinas complementares à PORTARIA no 238/2014 do SENATRAN para anotação, recepção e transmissão do relatório de avaliação eletrônico, inclusive para interação com o sistema de coleta, transmissão e armazenamento da biometria digital ou facial dos candidatos e do corpo docente, e para fins de credenciamento da(s) entidade(s) ou empresa(s);
CONSIDERANDO o requerimento da empresa AJS TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO EIRELI, CNPJ No 042.996.022/0001-01, Processo Administrativo no 2021/908165, junto a esta Autarquia.
RESOLVE:
Art. 1º - CREDENCIAR a empresa AJS TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO EIRELI,inscrita no CNPJ No 042.996.022/0001-01, Nome Fantasia: 2T SISTEMAS, localizada na Av. Arterial Sul, n.03, Conjunto Residencial Xavante, Bloco 03; bairro – Mangueirão, CEP:66.640-428, BELÉM – PA, como fornecedora de soluções de Hardware e Software para implantação e uso do sistema eletrônico de anotação e transmissão do Relatório de Avaliação Eletrônico, inclusive para interação com o sistema de coleta, transmissão e armazenamento da biometria digital ou facial dos candidatos e do corpo docente
Art. 2º - Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.
RENATA MIRELLA DE SOUZA COELHO
DIRETORA GERAL

Protocolo: 748846

PORTARIA Nº 018/2022-DG/CGP, DE 05/01/2022

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
R E S O L V E:
EXCLUIR a Gratificação por Regime Especial de Trabalho de Tempo Integral, com base em 40% do vencimento do cargo efetivo, concedida através da Portaria 1297/2021-DG/CGP, ao servidor DANIEL BATISTA CORRÊA, Assistente de Trânsito, matrícula 57176473 /1, lotado na Gerência do Sistema RENAVAM deste Departamento.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 13/12/2021.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
RENATA MIRELLA FREITAS G. DE SOUSA COELHO
Diretora Geral

Protocolo: 748848

PORTARIA Nº 274/2021-CGD/PAD/DIVERSOS
BELÉM, 28 DE DEZEMBRO DE 2021

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e ….
CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância Investigativa ou Acusatória e/ou e Processo Disciplinar;
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº nº 013/2021-CPAD, de 27.12.2021, subscrito pela secretária da comissão Hilma de Araujo Amorim, por meio do qual, solicita e justifica a necessidade de nomeação de DEFENSOR DATIVO para atuar do Processo Administrativo Disciplinar nº 2019/596386;
R E S O L V E:
I – DESIGNAR a servidora estável MAURICELIA SILVA RODRIGUES CARVALHO, Analista de Administração e Finanças, matrícula funcional nº 54196945/3, para, na condição de Defensora Dativa, apresentar a defesa escrita, bem como adotar as providências cabíveis em favor do ex-servidor público estadual LUIZMAR EVARISTO DE SÁ, indiciado pelo colegiado processante designado pela PORTARIA Nº 54/2019-CGD/PAD, o qual foi devidamente citado por edital e não apresentou defesa escrita no prazo legal estipulado e, conforme disposição no artigo 220 e seus parágrafos da Lei nº 5.810/94, figura na condição de revel;
II – O prazo para apresentação da defesa escrita iniciar-se-á no dia útil seguinte da data em que o Defensor Dativo tiver ciência de sua designação;
III – À Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA
Corregedor Chefe - DETRAN/PA.

PORTARIA Nº 275/2021-CGD/PAD/DIVERSOS
BELÉM, 28 DE DEZEMBRO DE 2021

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e ….
CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância Investigativa ou Acusatória e/ou e Processo Disciplinar;
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº nº 012/2021-CPAD, de 27.12.2021, subscrito pela secretária da comissão Hilma de Araujo Amorim, por meio do qual, solicita e justifica a necessidade a necessidade de nomeação de DEFENSOR DATIVO para atuar do Processo Administrativo Disciplinar nº 2019/596418;
R E S O L V E:
I – DESIGNAR a servidora estável MAURICELIA SILVA RODRIGUES CARVALHO, Analista de Administração e Finanças, matrícula funcional nº 54196945/3, para, na condição de Defensora Dativa, apresentar a defesa escrita, bem como adotar as providências cabíveis em favor do ex-servidor público estadual LUIZMAR EVARISTO DE SÁ, indiciado pelo colegiado processante designado pela PORTARIA Nº 56/2019-CGD/PAD, o qual foi devidamente citado por edital e não apresentou defesa escrita no prazo legal estipulado e, conforme disposição no artigo 220 e seus parágrafos da Lei nº 5.810/94, figura na condição de revel;
II – O prazo para apresentação da defesa escrita iniciar-se-á no dia útil seguinte da data em que o Defensor Dativo tiver ciência de sua designação;
III – À Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA
Corregedor Chefe - DETRAN/PA.

Protocolo: 748864

PORTARIA Nº. 276/2021-CGD/SIND. PUNITIVA/DIVERSOS
BELÉM, 30 DE DEZEMBRO DE 2021.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e ….
CONSIDERAND os termos da PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para instauração de Processo de Sindicância Investigativa ou Acusatória e/ou e Processo Disciplinar;
CONSIDERANDO os termos do memorando nº memorando nº 09/2021-CSind. Punitiva, de 30.12.2021, subscrito pela Secretária de Comissão, Lissandra Cecília Martins Erero, por meio do qual solicita e justifica a necessidade de novo prazo para a conclusão da Sindicância Punitiva nº 2019/552578..
R E S O L V E:
I – RECONDUZIR a Comissão de Sindicância Punitiva, instaurado pela PORTARIA Nº 03/2021-CGD/SIND. PUNITVA, de 09 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.697, de 14 de setembro de 2021, alterada pela PORTARIA Nº 22/2021-CGD/DIVERSAS, de 21 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.709, prorrogada pela PORTARIA Nº 245/2021-CGD/DIVERSAS, de 08 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.770 de 19 de novembro de 2021, para que no prazo de 30 dias, realize a devida conclusãodos trabalhos, a partir de 05.01.2022;
II – À Coordenadoria de Procedimentos Disciplinares e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA
Corregedor Chefe - DETRAN/PA.

Protocolo: 748909

FÉRIAS

PORTARIA Nº 021/2022-DAF/CGP, DE 06/01/2022

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas,
R E S O L V E:
CONCEDER aos servidores abaixo relacionados, lotados neste Departamento de Trânsito, trinta (30) dias de férias no mês de FEVEREIRO/2022, nos períodos conforme especificados a seguir.

nome	Matrícula	Exercício	Concessão	lotação
Carlos Jorge Almeida Brasil	57176484/1	15.01.2021/2022	01.02 a 02.03.2022	PROJUR
Luciana Moraes Cordeiro	54194124/2	01.02.2021/2022	01.02 a 02.03.2022	DAF/CGOF/GCC
Márcio Fonseca da Silva	57193191/4	27.02.2020/2021	01.02 a 02.03.2022	CCCLIN
Maria Augusta Lague Vieira	51855468/2	14.01.2021/2022	01.02 a 02.03.2022	PROJUR
Moisés Azevedo Campos	57175156/2	06.02.2021/2022	15.02 a 16.03.2022	PROJUR/PENALIDADES

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 749036

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 11/2022 – GAB/SEAP/PA
Belém-PA, 06 de janeiro de 2022
O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,
CONSIDERANDO que a doação de bens móveis inservíveis permitirá à SEAP/PA prestar, de modo efetivo e direto, assistência social à população de baixa renda, com a transformação desses bens em fonte de receita para a entidade beneficiada;
CONSIDERANDO o disposto no art. 20 da Constituição Estadual combinado com o art. 17, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;CONSIDERANDO as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 8.690, de 19 de julho de 2018, que alterou dispositivos da Lei Estadual nº 6.555, de 3 de julho de 2003
CONSIDERANDO o disposto no § 2º do art. 2º do Decreto Estadual nº 2.157, de 06 de agosto de 2018 que Regulamenta a Lei Estadual nº 6.555;
RESOLVE:
Art. 1º. PRORROGAR os efeitos da PORTARIA Nº 766/2021 - GAB/SEAP/PA, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 31 de agosto de 2021, edição nº 34.686, pelo prazo de trinta dias, a contar da data da publicação desta Portaria.
Art. 2º. REDESIGNAR os servidores MARCELO NAZARETH LOBATO, Gerente do Patrimônio, Matrícula nº 5919509-2, JOSIAS FIUZA DA COSTA, Auxiliar Operacional, Matrícula nº 5898360-1, GLEYDSON TABAJARA PAIVA DE OLIVEIRA, Auxiliar Operacional, Matrícula nº 54188756, para sob a presidência do primeiro, comporem a referida comissão.
Art. 4.º REDESIGNAR a Diretoria de Logística, Patrimônio e Infraestrutura – DLPI que tome as providências ao fiel cumprimento do presente ato.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado e Administração Penitenciária do Pará
Protocolo: 748943

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Contratar, os servidores temporários, mediante Processo Seletivo Simplificado, autorizado através do processo nº 2021/626689 de 25 de outubro de 2021.
Ato: PORTARIA NºO13/2022-GAB/SEAP
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACÃO PENITENCIÁRIA.
MODALIDADE DE ADMISSÃO: TEMPORÁRIO
Data de Admissão: 10/01/2022 Término Vínculo: 09/01/2023
Nome do Servidor: CINTIA MOTTA DE MORAES
Cargo do Servidor: TÉCNICO EM GESTÃO PENITENCIÁRIA- ENFERMAGEM
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
Protocolo: 749093
PORTARIA Nº 3195/2021 – 1187294 – CRPP V
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE ALTAMIRA
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: ALTAMIRA
Servidor (es):PAULA PRISCILA DO ESPIRITO SANTO BARROSO MATRICULA 5954269 AGENTE PRISIONAL, ANTONIO WAGNER CARVALHO DE SÁ MATRICULA5954203 AGENTE PRISIONAL, ANDERSON SANTOS MORAES MATRICULA 57198778 AGENTE PRISIONAL, PATRICK SULIVAN COSTA PEREIRA MATRICULA 57221593AGENTE PRISIONAL.
Período: 18 A 22/10/2021 - Diária(s):04 ½ (QUATRO E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Protocolo: 748902

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR
- Término de Vínculo: 06/01/2022
Motivo: DISTRATO A PEDIDO
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Servidor Temporário: ARIOSVALDO FEITOSA ALMEIDA
Matrícula: 5942003/1 – AGENTE PENITENCIÁRIO
TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR
- Término de Vínculo: 06/01/2022
Motivo: DISTRATO A PEDIDO
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Servidor Temporário: DENILSON PEREIRA DA SILVA
Matrícula: 5946685/1 – AGENTE PENITENCIÁRIO
TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR
- Término de Vínculo: 06/01/2022
Motivo: DISTRATO A PEDIDO
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Servidor Temporário: JOSE ROMARIO DE OLIVEIRA BARBOSA
Matrícula: 6403285/1 – AGENTE PENITENCIÁRIO
ORDENADOR: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária
Protocolo: 749144
TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR
- Término de Vínculo: 02/11/2021
Motivo: DISTRATO UNILATERAL
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Servidor Temporário: MIRIAN DOS SANTOS LIMA
Matrícula: 5954649/1 – AGENTE PENITENCIÁRIO
TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR
- Término de Vínculo: 30/12/2021
Motivo: DISTRATO A PEDIDO
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Servidor Temporário: BEVERLLY KELSONN SILVA MORAES
Matrícula: 6403401/1 – AGENTE PENITENCIÁRIO
TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR
- Término de Vínculo: 04/01/2022
Motivo: DISTRATO A PEDIDO
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Servidor Temporário: FRANCISCO FLAVIO FREIRE DE SOUSA
Matrícula: 80015488/1 – AGENTE PENITENCIÁRIO
ORDENADOR: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária
Protocolo: 748843

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 012/2022 - DGP/SEAP
BELÉM/PA, 04 DE JANEIRO DE 2022.
Nome: MARIA DO SOCORRO PONTES ANDRADE, Matrícula nº 57191746/2;
Cargo: Téc. em Gestão Penitenciária.
Período Aquisitivo: 2014/2017
Período de Gozo: 03/01/2022 a 01/02/2022.
Protocolo: 748929

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA N° 008/2022 – CCONV/DLCC/GAB/SEAP/PA
Belém/PA, 05 de janeiro de 2022.
O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO o disposto no art. 68 da Lei nº 8.666/93.
RESOLVE:
Art.1º - Designar a servidora ALINE DIAS MACHADO VIEIRA, matrícula 97571433, Gerente de Ensino Acadêmico, para atuar como fiscal do Acordo de Cooperação Técnica no 004/2021, celebrado entre esta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP e a Prefeitura Municipal de Paragominas, através da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, o qual tem como objeto a implementação da oferta de ensino da educação básica no Centro de Recuperação de Paragominas, por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Modular de Ensino, bem como implementação do Projeto de "Remição de Pena pela Leitura", a fim de atender o disposto no art. 11, IV da Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal e a Resolução nº 02 de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação", que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.
Art.2º - Deliberar que a servidora supracitada atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.
Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária.
Protocolo: 748838

ERRATA

Errata da Publicação do Contrato nº 001/2022/SEAP no DOE nº. 34.822 de 06/01/2022 sob o nº de Protocolo 748658
Onde se lê:
VIGÊNCIA: 05/01/2022 A 04/01/2023
Leia-se:
VIGÊNCIA: 05/01/2022 A 05/01/2023
Protocolo: 748925

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2021
Termo aditivo: 1
Data da assinatura: 06/01/2022
Exercício: 2022
Classificação do Objeto: Outros
Motivo: DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO
Justificativa: O prazo de vigência do contrato será prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 09/01/2022 e encerrando em 08/01/2023, sob a luz dos ditames do art. art. 57, II da Lei nº 8666/93, permanecendo o valor global em R$ R$ 833.000,00 (oitocentos e trinta e três mil reais).
Dotação Orçamentária: Funcional Programática: programa de trabalho 97.101 03.421.1502.8283, natureza de despesa 339039, fonte 0101, PI: 1050008283C.
Processo: 2020/427168
Contrato: 001/2021/SEAP
Contratado: S.O.S SERVIÇOS OPERACIONAIS DE SANEAMENTO LTDA
CNPJ: 34.623.926/0001-55
Endereço: Av. Conselheiro Furtado, 3843 CEP: 66073-160, Estado do Pará.
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748961

DIÁRIA

PORTARIA Nº 2597/2021
Objetivo: EFETUAR RECAPTURA DE INTERNOS, QUE EMPREENDERAM FUGA DA CADEIA PÚBLICA DE PARAUAPEBAS.
Origem: MARABÁ/CPM
Destino: PARAUAPEBAS/PA
Servidor (es): 5940697 – DIANINNY DA SILVA CAMPELO – DIRETOR – 5954243 – SERGIO BALTAZAR MOTA – AG. PRISIONAL – 5954335 – UANDER RODRIGUES DOS SANTOS – AG. PRISIONAL – 5954221- NIVALDO BENTO DOS SANTOS – AG. PRISIONAL – 5954622 – BRUCE DICKNSON DA SILVA CUNHA – AG. PRISIONAL.
Período: 07/07/2021 a 13/07/2021- Diária(s): 06 e ½ (seis e meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 749007

PORTARIA Nº 1561/2021
Objetivo: ESCOLTAR PRESO DE JUSTIÇA, PARA APRESENTAÇÃO, EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, EM 15/06/2021, NA COMARCA DE RONDON DO PARÁ.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CTMM
Destino: RONDON DO PARÁ/PA
Servidor (es) : 5957849 – EGIDO ARAÚJO DE SOUSA – AG. PRISIONAL – 5953847 – FAGUNDES LEITE DA SILVA – AG. PRISIONAL – 5922860/2 – LUCÉLIA CARVALHO DOS SANTOS – AG. PRISIONAL – 5957813 – OSVALDO ULIO SILVA DA CRUZ – AG. PRISIONAL – 5920730 – WALNEI DE NAZARÉ ALVES DE ARAÚJO – MOTORISTA.
Período: 15/06/2021 - Diária(s): 01(uma)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 749005

PORTARIA Nº 2599/2021
Objetivo: EFETUAR RECAMBIAMENTO DE INTERNOS, ENTRE OS ESTADOS, PARÁ E TOCANTINS, DA COM-MARABÁ, PARA UPR-ARAGUAINA E DA UPR -ARAGUAINA PARA O CTMM-MARABÁ.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CPM
Destino: ARAGUAINA/UPR
Servidor (es): 5440697 – DIANINNY DA SILVA CAMPELO – DIRETOR – 5954622 – BRUCE DICKSON DA SILVA CUNHA – AG. PRISIONAL – 5953890 – ANTÔNIO ARISFRAN MAGALHÃES VIANA – AG. PRISIONAL – 5954029 – JACIÉLDE CARVALHO DO NASCIMENTO – AG. PRISIONAL – 5830642 – JOSIMAR MARINHO DE SOUSA – MOTORISTA.
Período: 26/07/2021 a 27/07/2021 - Diária(s): 01 e 1/2 (uma e meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 749009

PORTARIA Nº 2591/2021
Objetivo: ESCOLTAR PRESO DE JUSTIÇA, PARA APRESENTAÇÃO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, DIA 28/07/2021, NA COMARCA DE RONDON DO PARÁ/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CTMM
Destino: RONDON PARÁ/PA
Servidor (es): 5954196 – ANTONIO LUIS ALMEIDA DOS SANTOS – AG. PRISIONAL – 8001547/9 –JOÃO VICTOR DE SÁ FERREIRA - AG. PRISIONAL – 5953855 – WELSON DA CRUZ MOURA JUNIOR – AG. PRISIONAL – 57213768 – JOSÉ ALAM PEREIRA DA SILVA – MOTORISTA.
Período: 28/07/2021 - Diária(s): ½ (meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 749010

PORTARIA Nº 2582/2021
Objetivo: ESCOLTAR PRESOS DE JUSTIÇA, PARA APRESENTAÇÃO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, EM 29/07/2021, NA COMARCA DE RONDON DO PARÁ.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CTMM
Destino: RONDON DO PARÁ/PA
Servidor (es): 5954054 – GILSON MONTEIRO DA SILVA – AG. PRISIONAL – 6403406/ – JOSIVAN SOUSA MOREIRA – AG. PRISIONAL – 6403707/1 – MAGNO FERREIRA SILVA – AG. PRISIONAL – 5920730 – WALNEI DE NAZARÉ ALVES DE ARAÚJO – MOTORISTA.
Período: 29/07/2021 - Diária(s): ½ (meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 749011

PORTARIA Nº 1516/2021
Objetivo: ESCOLTAR PRESO DE JUSTIÇA, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA, DA CTMM-MARABÁ, PARA CPR-CADEIA PÚBLICA DE REDENÇÃO/PA, DIA 28/05/2021.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CTMM
Destino: REDENÇÃO/PA/CPR
Servidor (es) : 5953847 – FAGUNDES LEITE DA SILVA – AG. PRISIONAL – 5954820 – MARCUS VENICIOS LIMA SANTOS – AG. PRISIONAL – 80015489 – SAMUEL PINHEIRO COSTA – AG. PRISIONAL -57225351/2 – CLEILTON NUNES DO NASCIMENTO – MOTORISTA.
Período: 28/05/2021 a 29/05/2021- Diária(s): 01 e ½ (uma e meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748998

PORTARIA Nº 1599 /2021
Objetivo: ESCOLTAR PRESO DE JUSTIÇA, PARA APRESENTAÇÃO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, NA COMARCA DE JACUNDÁ/PA, EM 22/06/2021.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CTMM
Destino: JACUNDÁ/PA
Servidor (es): 5954196 – ANTONIO LUIS ALMEIDA DOS SANTOS - AG. PRISIONAL – 5954113 - PEDRO LEANDRO DA SILVA NETO – AG. PRISIONAL – 5954818 – REMULO FERREIRA DA SILVA – AG. PRISIONAL – 54181913 – ANTONIO ANISIO GONÇALVES ARAÚJO – MOTORISTA.
Período: 22/06/2021- Diária(s): 1/2 (meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748999

PORTARIA Nº 2579/2021
Objetivo: ESCOLTAR PRESO DE JUSTIÇA, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA, DA CTMM-MARABÁ, PARA O CENTRO DE RECUPERAÇÃO ANASTÁCIO DAS NEVES-CRCAN- SANTA IZABEL PARÁ.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CTMM.
Destino: SANTA IZABEL/CRCAN
Servidor (es): 5949707 – ELVIS GOES COELHO – AG. PRISIONAL – 57221254 – ROBERTO WILLIAM FERREIRA LEITE – AG. PRISIONAL – 5954335 – UANDER RODRIGUES DOS SANTOS – AG. PRISIONAL – 54181913 – ANTONIO ANISIO GONÇALVES ARAÚJO – MOTORISTA.
Período: 29/06/2021 a 30/06/2021- Diária(s): 01 e ½ (uma e meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 749000

PORTARIA Nº 2578/2021
Objetivo: ESCOLTAR PRESO DE JUSTIÇA, PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, EM 02/06/2021, NA COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CTMM
Destino: SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA
Servidor (es): 5418755/6 – JAILSON NAZIOZENO DA SILVA – AG. PRISIONAL – 5954073 – MATEUS GOMES DA SILVA – AG. PRISIONAL - 5954054 – GILSON MONTEIRO DA SILVA – AG. PRISIONAL – 6403711 – ABRAÃO SOUSA SÁ – AG. PRISIONAL.
Período: 02/06/2021 - Diária(s): 01 (uma)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 749002

PORTARIA Nº 2580/2021
Objetivo: ESCOLTAR PRESOS DE JUSTIÇA, PARA APRESENTAÇÃO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, NA COMARCA DE JACUNDÁ/PA, EM 07/07/2021.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CTMM
Destino: JACUNDÁ/PA
Servidor (es): 5954196 – ANTONIO LUIS ALMEIDA DOS SANTOS – AG. PRISIONAL – 5892781 –AIRTON CHAGAS NEGREIROS ALVES – AG. PRISIONAL – 5949667 – FABIANO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA - AG. PRISIONAL – 8001547/9 – JOÃO VICTOR DE SÁ FERREIRA – AG. PRISIONAL – 5953855 – WELSON DA CRUZ MOURA JUNIOR – AG. PRISIONAL – 6403711 – ABRAÃO SOUSA SÁ – AG. PRISIONAL.
Período: 07/07/2021 - Diária(s): 1/2 (meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748995

PORTARIA Nº 1497/2021
Objetivo: ESCOLTAR INTERNA, EM CARÁTER DE TRANSFERÊNCIA, DO CRF -MARABÁ, PARA CRF-ANANINDEUA, PARA REGIME SEMIABERTO.
Fundamento Legal: art. 145 da Lei 5.810/94
Origem: MARABÁ/CRF
Destino: ANANINDEUA/PA/CRF
Servidor (es): 5953908 – JEANSECLEI FERREIRA DE OLIVEIRA – AG. PRISIONAL – 5937507 – ODILENE PEREIRA DE ARAÚJO – AG. PRISIONAL – 5741645/1 – JOSÉ EVANDRO LIMA – MOTORISTA.
Período: 03/03/2021 a 04/03/2021 - Diária(s): 01 e ½ (uma e meia)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748996

PORTARIA Nº 3313/2021 – 1358481 – CTM IV
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE SALINOPOLIS
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: SALINOPOLIS
Servidor (es): CRISTIAN FARID ALVÃO MOYSES MATRICULA 5932792 AGENTE PRISIONAL, ELISANDRO ALERSON BARBOSA BRANDÃO MATRICULA 5949514 AGENTE PRISIONAL, PAULO ROBERTO MOREIRA DE BRITO MATRICULA 5953004 AGENTE PRISIONAL.
Período: 05 A 06/12/2021 - Diária(s): 01½ (UMA E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748910

PORTARIA Nº 3348/2021 – 1145611 – PEM II
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE SESSÃO DO JÚRI NA COMARCA DE SANTAREM.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: MARITUBA
Destino: SANTAREM
Servidor (es): JOHNATAN GONÇALVES DE ARRUDA MATRICULA 5949844 AGENTE PRISIONAL, PEDRO HENRIQUE CARNEIRO PIMENTEL MATRICULA 5954106 AGENTE PRISIONAL, MATHEUS MARTINS BELO MARINO MATRICULA 5950062 AGENTE PRISIONAL.
Período: 15 A 21/10/2021 - Diária(s):06 ½ (SEIS E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748911

PORTARIA Nº 3349/2021 – 882631 – PEM I
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE BRAGANÇA
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: MARITUBA
Destino: BRAGANÇA
Servidor (es): KLEBER DA SILVA SOUZA PINTO MATRICULA 57210052 AGENTE PRISIONAL, THIAGO DE SOUSA GOMES MATRICULA 5954371 AGENTE PRISIONAL.
Período:17 A 18/07 /2021 - Diária(s): 01½ (UMA E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748913

PORTARIA Nº 3350/2021- 1135214 – PEM I
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE SOURE
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: MARITUBA
Destino: SOURE
Servidor (es): OSIRES LOBATO DE SOUSA MATRICULA 5920122 AGENTE PRISIONAL THIAGO SOUSA GOMES MATRICULA 5954371 AGENTE PRISIONAL, ELTON BARATA DO CARMO MATRICULA 5928384 AGENTE PRISIONAL.
Período: 18 A 20/10/2021 - Diária(s): 02½ (DUAS E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748914

LICENÇA PRÊMIO
PORTARIA Nº 020/2022 – DGP.SEAP BELÉM/PA, 05 DE JANEIRO DE 2022.
Nome: KARLA MARCIA FREITAS FAIAL, Matrícula nº 5017122/3; Cargo: Téc. em Gestão Penitenciária –Serviço Social.
Período Aquisitivo: 2015/2018
Período de Gozo: 17/01/2022 a 15/02/2022.

Protocolo: 748927

PORTARIA Nº 3193/2021 – 1311434 – PEM I
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE CASTANHAL
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: MARITUBA
Destino: CASTANHAL
Servidor (es): THIAGO DE SOUSA GOMES MATRICULA 5954371 AGENTE PRISIONAL JOSE BENTO NOGUEIRA NETO MATRICULA 5954013 AGENTE PRISIONAL, OSIRES LOBATO DE SOUSA MATRICULA 5920122 AGENTE PRISIONAL.
Período: 22/11/2021 - Diária(s): ½ (MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748900

PORTARIA Nº 3224/2021 – 1342964 - CRCI
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE PONTAS DE PEDRS.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: ICOARACI
Destino: PONTA DE PEDRAS
Servidor (es): MATRICULA –AGENTE PRISIONAL –MATRICULA AGENTE PRISIONAL, MATRICULA AGENTE PRISIONAL, MATRICULAAGENTE PRISIONAL, MATRICULA AGENTE PRISIONAL.
Período: /2021 - Diária(s): ½ (MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748905

PORTARIA Nº 3209/2021 – 1310636 CTM IV
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE ORIXIMINA
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: ORIXIMINA
Servidor (es):RODRIGO DA SILVA FREITAS MATRICCULA 5932698 AGENTE PRISIONAL, MAURO SERGO RAMOS DOS ANJOS MATRICULA 5900701 AGENTE PRISIONAL.
Período: 24 A 27/11/2021 - Diária(s):03 ½ (TRÊS E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748906

PORTARIA Nº 3233/2021 – 1298002 – CTM II
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: ANANINDEUA
Destino: ACARA
Servidor (es): JOSE AFONSO MAIA PRIMO MATRICULA 54181461 AGENTE PRISIONAL, NAZARENO OLIVEIRA MARINHEIRO MATRICULA 57210813 AGENTE PRISIONAL, ROSINILDO ANJOS MACIEL MATRICULA 5950172 AGENTE PRISIONAL.
Período: 25/11/2021 - Diária(s):01UMA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748907

PORTARIA Nº 3070/2021 – 1140804 CRR DE CASTANHAL
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE CONCORDIA DO PARA.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: CASTANHAL
Destino: CONCORDIA DO PARÁ
Servidor (es): ROMEU DO CARMO AMORIM DA SILVA SOBRINHO MATRICULA 5710367 AGENTE PRISIONAL, SILBER GONÇALVES DA SILVA MATRICULA 5934085 AGENTE PRISIONAL.
Período: 28/09/2021 - Diária(s):01 (UMA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748890

PORTARIA Nº 3089/2021 – 949389 HGP
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A CARATÉR DE TRANSFERÊNCIA PARA A COMARCA DE SALINOPOLIS.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: SALINOPOLIS
Servidor (es): RAMIRES OLIVEIRA ANTUNES MATRICULA 57192461AGENTE PRISIONAL, ALAN SANTA ROSA DA SILVA MATRICULA 5949752 AGENTE PRISIONAL, HELTON BATISTA COSTA MATRICULA 5954271 AGENTE PRISIONAL.
Período: 28/08/2021 - Diária(s): ½ (MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748891

PORTARIA Nº 3090/2021 – 1232794 - CPJA
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE SESSÃ DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE BRAGANCA.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: BRAGANÇA
Servidor (es): ANTONIO ROBERTO OLIVEIRA RABELO MATRICULA 5949775 AGENTE PRISIONAL, MAX JUN IOR PORTILHO DIAS MATRICULA 5954434 AGENTE PRISIONAL, RAIMUNDO AUGUSTO PEREIRA AMARAL MATRICULA 5953885 AGENTE PRISIONAL.
Período: 02 A 03/11/2021 - Diária(s):01 ½ (UMA E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748892

PORTARIA Nº 3091/2021 – 1233211 – CTM IV
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: SAÕ SEBASTIÃO DA BOA VISTA
Servidor (es): CECILIO JUNIOR DA MOTA VIEIRA MATRICULA 5950089 AGENTE PRISIONAL, IRANILDO DE SOUZA FARIAS MATRICULA 5952895 AGENTE PRISIONAL, RAPHAEL PATRICK DUARTE SENA DE OLIVEIRA MATRICULA 5949461 AGENTE PRISIONAL
Período:09 A 11/11 /2021 - Diária(s): 02 ½ (DUAS E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748893

PORTARIA Nº 3118/2021 – 1266069 - CRF
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA NA COMARCA DE CASTANHAL
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: ANANINDEUA
Destino: CASTANHAL
Servidor (es): JOICE GONZAGA RIBEIRO MATRICULA 5954594 AGENTE PRISIONAL, MARIA MARCIA SANTIAGO PEDROSA MATRICULA 5896854 AGENTE PRISIONAL, FRANCINETE GOMES DE FREITAS MATRICULA 57203559 AGENTE PRISIONAL, ARTHUR CUNHA VIEIRA MATRICULA 7565647AGENTE PRISIONAL.
Período:11/11 /2021 - Diária(s): ½ (MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748894

PORTARIA Nº 3122/2021 – 1239093 – PEM III
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE SALVATERRA
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: MARITUBA
Destino: SALVATERRA
Servidor (es):ARI NORBERTO DO NASCIMENTO RODRIGUES MATRICULA 5950080 AGENTE PRISIONAL, MISSELENE DA SILVA GOMES MATRICULA 5953054 POLICIA PENAL, FELIPE MARTINS DANTAS MATRICULA 5949674

POLICIA PENAL. MATRICULAAGENTE PRISIONAL, MATRICULA AGENTE PRISIONAL.
Período:17 A 19/11 /2021 - Diária(s): 02 ½ (DUAS E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748896

PORTARIA Nº 3132/2021 -1278875 – CTM II
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE MOJU.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: ANANIDEUA
Destino: MOJU
Servidor (es):EDGAR AUGUSTO MORAES MATOS MATRICULA 5949716 AGENTE PRISIONAL, ISAAC ALEXANDRE FERNANDES DOS ANJOS MATRICULA 5949817 AGENTE PRISIONAL, UBERE SILVA DA SILVA MATRICULA 57210012 AGENTE PRISIONAL.
Período: 18/11/2021 - Diária(s): 01 (UMA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748897

PORTARIA Nº 3133/2021/ -1347200 -PEM I
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA NO TRIBUNAL DO JURI NA COMARCA DE IGARAPE MIRI.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: MARITUBA
Destino: IGARAPE MIRI
Servidor (es): JOSE BENTO NOGUEIRA NETO MATRICULA 5949544 AGENTE PRISIONAL, JOÃO PEDRO RIBEIRO DA SILVA MATRICULA 5920122 AGENTE PRISIONAL, THIAGO DE SOUSA GOMES MATRICULA 5954371 AGENTE PRISIONAL.
Período:29/11 /2021 - Diária(s):01 (UMA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748898

PORTARIA N° 2976/2021 – 698660 - CRF
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE CSUTODIA NA COMARCA DDE CASTANHAL.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: ANANINDEUA
Destino: CASTANHEIRA
Servidor (es): KARLA MARIANA DA SILVA COUTINHO MATRICULA 54196482 AGENTE PRISIONAL, ARTHUR DA ROCHA MARTINS BUENO MATRICULA 5949455 AGENTE PRISIONAL, JOÃO VICTOR DA CONCEIÇÃO RODRIGUES MATRICULA 59494631 AGENTE PRISIONAL.
Período: 29/06/2021 - Diária(s): ½ (MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748877

PORTARIA Nº 2977/2021 – 1164204 – CRPP III
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE CAMETÁ.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: CAMETÁ
Servidor (es):RUI GUILHERME DUARTE PINTO MATRICULA 5911192 AGENTE PRISIONAL, ELDER LUIZ GONÇALVES DA SILVA MATRICULA 8002828 AGENTE PRISIONAL.
Período:19 A 21/10 /2021 - Diária(s):02 ½ (DUAS E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748878

PORTARIA Nº 2978/2021 – 1239769 - CRCI
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE ABAETETUBA
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: ICOARACI
Destino: ABAETETUBA
Servidor (es): ELISANGELA PASCOAL DO CARMO MATRICULA 54191053 AGENTE PRISIONAL, ROGERIO SILVA E SILVA MATRICULA 5954107 AGENTE PRISIONAL.
Período: 03 A 04/11/2021 - Diária(s):01 ½ (UMA E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748879

PORTARIA Nº 2954/2021 – 1176769 – CRPP V
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA NA COMARCA DE MARABÁ
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: MARABÁ
Servidor (es):ANTONIO WAGNER CARVALGO DE SÁ MATRICULA 5954203 AGENTE PRISIONAL, JACOB ERIMAR LUCENA DOS SANTOS JUNIOR MATRICULA 5949839 AGENTE PRISIONAL, IGOR SARAIVA MONTEIRO MATRICULA 5921311 AGENTE PRISIONAL, JOSE LUCAS DOS SANTOS SILVA MATRICULA 5950140 AGENTE PRISIONAL, VALTER GUIMARAES IGREJA JUNIOR MATRICULA 5755000 AGENTE PRISIONAL.
Período:25 A 30/09/2021 /2021 - Diária(s):05 ½ (CINCO E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748885

PORTARIA Nº 3067/2021 – 1244853 CRPP V
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA NA COMARCA DE RIO MARIA
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: RIO MARIA
Servidor (es):JOÃO CLODOALDO DE OLIVEIRA ALMEIDA MATRICULA 5954119 AGENTE PRISIONAL, PRISCILA SILVA NEVES MATRICULA 5953857 AGENTE PRISIONAL, RONNY LISBOA OLIVEIRA MATRICULA 5950175 AGENTE PRISIONAL.
Período: /06 A 10/11/2021 - Diária(s): 04 ½ (QUATRO E MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748887

PORTARIA Nº 3068/2021 – 1263577 - CPASI
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: SÃO DOMINGOS DO CAPIM
Servidor (es): JANDER DA SILVEIRA COUTO MATRICULA 5954030 POLICIA PENAL, HELCIO CASTRO DOS SANTOS MATRICULA 5954266 POLICIA PENAL, SILVIO DAVID MACHADO PRESTE MATRICULA 5950166 POLICIA PENAL.
Período:09/11 /2021 - Diária(s): ½ (MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748888

PORTARIA Nº 3069/2021 – 1249141 - CRF
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA NA COMARCA DE CASTANHAL
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: ANANINDEUA
Destino: CASTANHAL
Servidor (es):ALINE DE SOUSA MONTEIRO MATRICULA 5959220 AGENTE PRISIONAL, BETANIA DE OLIVEIRA SOARES MATRICULA 5954238 AGENTE PRISIONAL, MATHEUS VIEIRA DA SILVA MATRICULA 5950137AGENTE PRISIONAL.
Período: 10/11/2021 - Diária(s): ½ (MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748881

PORTARIA Nº 3064/2021 – 1174094 - CRF
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA CUSTODIA NA COMARCA DE CASTANHAL.
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: ANANINDEUA
Destino: CASTANHAL
Servidor (es):THONE CRISTIAN DA MOTA CHAVES MATRICULA 5954365 AGENTE PRISIONAL, ANA LUZIA PESSOA FARIAS MATRICULA 57210021 AGENTE PRISIONAL.
Período:20/10 /2021 - Diária(s): ½ (MEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748882

PORTARIA Nº 3065/02021/1212073 – CRPP V
Objetivo: CONDUZIR INTERNO A FIM DE PARTICIPAR DE AUDIENCIA NA COMARCA DE CAMETA
Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810/94
Origem: SANTA IZABEL
Destino: CAMETÁ
Servidor (es):CLEITON MACHADO DA SILVA MATRICULA 590097 AGENTE PRISIONAL, SALAZAR FERRAZ SOUZA MATRICULA 5946987 AGENTE PRISIONAL, JOÃO CLODOALDO DE OLIVEIRA ALMEIDA MATRICULA 5954119 AGENTE PRISIONAL, VALTER GUIMARAES IGRJA JUNIOR MATRICULA 5755000 AGENTE PRISIONAL.
Período:19 A 21/10/2021 - Diária(s):02 ½ (DUAS EMEIA)
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 748883

FÉRIAS

PORTARIA Nº 023/22-DGP.SEAP, de 06/01/22
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria de nº 595/2021-GAB.SEAP, de 08/06/2021.
RESOLVE: CONCEDER aos servidores, abaixo relacionados, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, de acordo com o Art. 74 da Lei nº 5.810/94, a serem gozadas no período abaixo:
Nº-NOME-MATRÍCULA-EXERCÍCIO-GOZO
01-ANDRE DUARTE DA SILVA-57220934-2021-01.02.22 a 02.03.22
02-BRUNO DAMASCENO OLIVEIRA-57208333-2021-01.02.22 a 02.03.22
03-EDVALDO DA SILVA CORDEIRO-57210011-2020-01.02.22 a 02.03.22
04-JUAN MEDEIROS GOMES-5935040-2021-01.02.22 a 02.03.22
05-NAZARENO DOS SANTOS PACHECO-5534208-2021-01.02.22 a 02.03.22
06-PABLO HENRIQUE BRITO DOS REIS-5952794-2021-01.02.22 a 02.03.22
07-RAIMUNDA NONATA DOS SANTOS AGUIAR PEREIRA-5812151-2021-01.02.22 a 02.03.22
LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 748992

PORTARIA Nº 019/22-DGP.SEAP, de 05/01/22
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria de nº 595/2021-GAB.SEAP, de 08/06/2021.
CONSIDERANDO o Decreto nº 1.462 de 12/04/2021, Publicado no DOE nº 34.550, de 13/04/2021.
RESOLVE: CONCEDER FÉRIAS, de acordo com o Art. 74 da Lei nº 5.810/94, aos servidores abaixo relacionados, a serem gozados no período determinado:
Nº-NOME-MATRÍCULA-EXERCÍCIO-1ºPERÍODO//2ºPERÍODO

01-FERNANDO GONÇALVES DE ALMEIDA-5949653-2021-14.02.22 a 28.02.22//16.03.22 a 30.03.22
02-KAYRO MACEDO PINHEIRO-5936493-2021-14.02.22 a 28.02.22//15.03.22 a 29.03.22
03-OBERDAN PACHECO DAMASCENO DA SILVA-80845113-2021-17.02.22 a 03.03.22//18.07.22 a 01.08.22
04-RIDERLEY ALMEIDA DO NASCIMENTO-5953984-2022-16.02.22 a 02.03.22//16.05.22 a 30.05.22
05-RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA-54196889-2022-09.02.22 a 23.02.22//17.12.22 a 31.12.22
06-WELLIGTON LUIS VALE DOS REIS-5946698-2022-10.02.22 a 24.02.22//01.08.22 a 15.08.22
LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 748930

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA N°26/2022-DGP/SEAP/PA
Belém-PA, 06 de janeiro de 2022.
EXCLUIR DA PORTARIA N° 502/2021- GAB/SEAP/PA de 20/05/2021, publicada no DOE n° 34.596 de 27/05/2021, PATRICIA COELHO MESQUITA BORGES, matrícula funcional n° 5952426/1, da Função Gratificada de Supervisor de Serviços Técnicos Penitenciários de Assistência Biopsicossocial - GSTP, a contar de 02 de janeiro de 2022.
LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 748975

PORTARIA N°24/2022-DGP/SEAP/PA
Belém-PA, 06 de janeiro de 2022.
EXCLUIR DA PORTARIA N° 2049/2021- DGP/SEAP/PA de 19/08/2021, publicada no DOE n° 34.676 de 20/08/2021, VALERIO MARCOS DA SILVA BORGES, matrícula n° 5953879/1, da Função Gratificada de Supervisor de Equipe Penitenciária - GSEP, com lotação no Presídio Estadual Metropolitano II – PEM II, a contar de 05 de janeiro de 2022.
DESIGNAR IGOR PEDROSA ARAUJO, matrícula nº 5949826/1, para exercer a referida função na unidade penal, a contar de 06 de janeiro de 2022.
LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 748972

PORTARIA N°25/2022-DGP/SEAP/PA
Belém-PA, 06 de janeiro de 2022.
EXCLUIR DA PORTARIA N° 232/2021- GAB/SEAP/PA de 11/03/2021, publicada no DOE n° 34.527 de 22/03/2021, HEDINECIDEIDE PIMENTEL DO CARMO, matrícula funcional n° 57174121/1, da Função Gratificada de Supervisor de Serviços Técnicos Penitenciários de Controle de Prontuários - GSTP, a contar de 29 de dezembro de 2021.
LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 748973

PORTARIA Nº 014/2022-GAB/SEAP/PA
Dispõe sobre a uniformização na entrega de materiais as pessoas privadas de liberdade no âmbito do Estado do Pará.
O Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Pará, no uso de suas atribuições, que lhe conferem o inciso II do artigo 138 da Constituição do Estado do Pará, e
CONSIDERANDO o Memorando Circular nº 015/2020 – GAB/SEAP, o qual regulamenta o fluxo de entregas de kits de higiene pessoal e roupas íntimas aos custodiados (a) por seus familiares nas Unidades Prisionais;
CONSIDERANDO o Memorando Circular nº 016/2020 – GAB/SEAP, o qual regulamenta o fluxo de entrega de medicamentos aos custodiados por seus familiares nas Unidades Prisionais;
CONSIDERANDO o Memorando Circular nº 68/2020 – GAB/SEAP, o qual estabelece o padrão e modelo de uniformes, bem como a numeração dos mesmos utilizados nas Unidades Prisionais;
R E S O L V E
Art. 1º - Estabelecer os procedimentos para entrega dos kits de higiene pessoal, roupas intimas, utensilio de consumo pessoal e medicamentos, nas Unidades Penitenciárias do estado do Pará.
CAPÍTULO I
DA ENTREGA DOS MATERIAIS
Art. 2º - No dia programado, o(a) visitante da respectiva PPL poderá efetuar a entrega dos materiais permitidos, elencados no ANEXO I desta Portaria, conforme a especificação, quantidade e periodo, disposto.
Parágrafo único: O(a) visitante que possuir interesse em realizar a entrega dos materiais previstos nesta Portaria deverá, obrigatoriamente, ser cadastrado nesta Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.
Art. 3º - Para fins desta Portaria, consideram-se os seguintes materiais:
Kit de higiene pessoal: shampoo, condicionador;
Utensílios de consumo e/ou uso pessoal: peças íntimas, toalhas e absorventes;
Medicamentos: fármaco utilizado no tratamento de uma afecção ou de uma manifestação mórbida, sendo medicação padrão da SEAP/PA e os da atenção básica.
Art. 4º - Os kits de higiene, utensílios de consumo e/ou uso pessoal, bem como os medicamentos, serão entregues pelos visitantes, cadastrados nas unidades prisionais, devidamente identificados com o nome do(a) interno(a) e mediante o recebimento do Termo de Entrega de Materiais, constando a assinatura de ambas as partes, e deverão ser acompanhadas, pela equipe técnica da unidade (serviço social, psicologia e enfermagem), para orientação e demais encaminhamentos.
Parágrafo único: Termo de Entrega de Materiais deverá ser impresso em duas vias: uma para unidade e outra para a/o familiar.
Art. 5º - A Direção da respectiva Unidade Prisional ficará responsável pela organização do recebimento dos materiais entregues por familiares, devendo indicar um servidor da área administrativa para o recebimento dos itens.
Art. 6º - Antes do recebimento, os materiais passarão, obrigatoriamente, pelo setor de segurança da Unidade Prisional, para que sejam submetidos à revista detalhada, e posteriormente, efetuada a entrega ao PPL.
§1º - No momento da revista detalhada caso seja encontrado algum objeto ilícito e/ou item de entrada proibida na unidade prisional, o material deverá ser retido e o responsável será encaminhado para aplicação do respectivo procedimento padrão, que dependerá do tipo de material encontrado.
§2º - Ao receber o material, o (a) interno (a) deverá assinar o respectivo Termo de Entrega dos Materiais, tomando ciência dos itens que lhes foram entregues, o qual deverá ser anexado no Prontuário Biopsicossocial do custodiado (a).
§3º – No ato do recebimento dos materias, as unidades prisionais, obrigatoriamente, deverão realizar todos os procedimentos de segurança.
Art. 7º - A equipe técnica (Serviço Social, Psicólogo, Terapeutas Ocupacionais, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem) da Unidade Prisional é responsável pelo acolhimento e acompanhamento dos visitantes no momento da entrega dos materiais.
CAPÍTULO II
DA ENTREGA DE MEDICAMENTOS
Art. 8º- A doação dos medicamentos por parte dos familiares das Pessoas Privadas de Liberdade-PPL, junto à esta Secretaria seguirá o seguinte fluxo:
Mediante à prescrição médica, os profissionais de saúde das Unidades Prisionais do Estado deverão, obrigatoriamente, consultar se a Gerência de Biomedicina dispõe do medicamento prescrito pelo médico da SEAP e/ou da Rede Pública de Saúde.
Nos casos em que a Gerência de Biomedicina não dispor do medicamento prescrito, a equipe técnica (assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros e técnicos de enfermagem) poderá contactar os familiares dos privados de liberdade, objetivando consultar se os referidos possuem interesse em proceder a doação do medicamento.
A equipe técnica das Unidades Prisionais da Região Metropolitana de Belém poderão encaminhar as receitas médicas para Coordenadoria de Assistência Social-CAS/DAB/SEAP, para que seja verificado junto aos familiares se há interesse na doação dos medicamentos.
O visitante cadastrado deverá comparecer na Coordenadoria de Assistência Social – CAS/Cadastro, situada na Rua Santo Santônio s/n, entre Avenida Presidente Vargas e Frei Gil de Vila Nova, para declarar que possui interesse em doar a medicação aos seu respectivo familiar, caso a SEAP não possua o medicamento prescrito em sua farmacia básica.
Posteriormente a comunicação da equipe técnica com os familiares, o comparecimento na CAS/CADASTRO/SEAP e mediante o interesse destes em doar os medicamentos prescritos na receita médica, o visitante devidamente cadastrado deverá entregar a medicação diretamente na Unidade Prisional, conforme dispoe Art. 6º deste ato administrativo.
Art. 9º - As unidades que ainda se encontram fechadas ou que tenham que ser fechadas, por força da situação mundial do novo Coronavírus (COVID-19), para visita familiar, terão seu cronograma formulado e enviado mensalmente pela Diretoria de Assistencia Biopsicossocial (DAB), contendo os dias em que os referidos materias (remédios e kits de higiene) deverão ser entregues pelos familiares das pessoas privadas de liberdade nas unidades.
Art. 10 – Os medicamentos, que não estão dentro do padrão da farmácia básica desta SEAP, deverão ser entregues mediante apresentação da receita prescrita pelos profissionais de saúde da SEAP e/ou da Rede Pública de Saúde.
CAPÍTULO III
DA ENTREGA DAS PEÇAS QUE COMPÕE OS UNIFORMES DOS CUSTODIADOS E O COTIDIANO DO AMBIENTE PRISIONAL
Art. 11 – A troca de toalha, exclusivamente, ocorrerá da seguinte forma:
I-Nos dias de visitas programadas, o familiar entregará junto com a carteirinha de visitante, a toalha limpa (embalada em saco plástico transparente e com a identificação do custodiado), no controle de acesso da UP, para que o objeto passe pelos procedimentos de revista.
II-Após o término da visita, o PPL receberá a respectiva toalha limpa, mediante Termo de Entrega de Material, na volta para o bloco carcerário, no setor de revista.
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 12 – Os casos omissos desta portaria serão avaliados pelo gabinete da SEAP, em conjunto com a Diretoria de Assistência Biopsicossocial, Diretoria de Administração Penitenciária, Diretoria de Reinserção Social e Diretoria de Execução Criminal.
Art. 13 – A não observância dos procedimentos preconizados neste regulamento poderá incorrer em responsabilização administrativa e/ou criminal.
Art. 14 – Revoga-se a Portaria nº 692/2020 – GAB/SEAP/PA a qual regulamenta a entrega de roupas, sandálias e outras peças que compõem o uniforme dos custodiados e o cotidiano do ambiente prisional por seus respectivos familiares.
Art. 15 – Esta portaria passa a vigorar a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Pará

ANEXO I
RELAÇÃO DE MATERIAL PERMITIDO NAS UNIDADES MASCULINAS

QUANTIDADE / ESPEFICICAÇÃO DE MATEIRAL	COR	MODELO	OBSERVAÇÃO
03 (TRÊS) CUECAS	BRANCAS	TRADICIONAL	Não pode ser cueca Box. Devera ser entregue a cada dois meses.
02 (DUAS) TOALHAS	BRANCA	Medindo: 0.8 cm largura e 0.5 cm altura.	Poderá ser entregue mensalmente

RELAÇÃO DE MATERIAL PERMITIDO NAS UNIDADES FEMININAS

QUANTIDADE / ESPEFICICAÇÃO DE MATEIRAL	COR	MODELO	OBSERVAÇÃO
03 (TRÊS) CALCINHAS	BRANCAS	TRADICIONAL	Deverá ser entregue a cada dois meses
02 (DOIS) SUTIÃS	BRANCO	TOP- Sem aro e sem bojo. Devera ser entregue a cada dois meses.	Deverá ser entregue uma vez ao mês.
01 (UM) SHAMPOO	**********	Recipiente transparente de 250 ml.	Deverá ser entregue uma vez ao mês.
01 (UM) CONDICIONADOR	**********	Recipiente transparente de 250 ml.	Deverá ser entregue uma vez ao mês.
02 (DUAS) TOALHAS	BRANCA	Medindo: 70 cm largura e 1,40 altura.	Deverá ser entregue a cada dois meses.
02 (DOIS) PACOTES DE ABSORVENTE	**********	SOLTOS	Deverá ser entregue uma vez ao mês.
01(UM) PENTE DE PLÁSTICO	BRANCO	14 cm	Deverá ser entregue a cada dois meses.

RELAÇÃO DE MATERIAL PERMITIDO NAS UNIDADES LGBTQI+

QUANTIDADE / ESPEFICICAÇÃO DE MATEIRAL	COR	MODELO	OBSERVAÇÃO
03 (TRÊS) CUECAS	BRANCAS	BOX	CRF. Deverá ser entregue a cada dois meses
03 (TRÊS) CALCINHAS	COR CLARA	TRADICIONAL	CTM II. Deverá ser entregue a cada dois meses
02 (DOIS) SUTIÃS	COR CLARA	TOP	CTM II. Deverá ser entregue a cada dois meses
01 (UM) SHAMPOO	**********	Recipiente transparente de 250 ml.	Deverá ser entregue uma vez ao mês
01 (UM) CONDICIONADOR	**********	Recipiente transparente de 250 ml.	Deverá ser entregue uma vez ao mês
02 (DUAS) TOALHAS	BRANCA	Medindo: 70 cm largura e 1,40 altura.	Deverá ser entregue a cada dois meses.
01(UM) PENTE DE PLÁSTICO	BRANCO	14 cm	Deverá ser entregue a cada dois meses.

Protocolo: 749198

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2021NE01956
PROCESSO Nº 2021/1414221
VALOR: R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
DATA DA EMISSÃO: 10/12/2021
OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 005/2021/SECULT, para atender à programação do Evento Preamar das Festas.
ORIGEM: Edital de Credenciamento 005/2021/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 012/2021.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421 Fonte de recurso: 0301000000 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA PTRES: 158421 PI: 1030008421C AÇÃO: 268542 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: ALUIZIO DA SILVA VILHENA – Matrícula: 57234539/1.
CONTRATADO: LUIZAN PINHEIRO DA COSTA – CPF Nº 267.055.672-87
ENDEREÇO: AL C CJ LOPO DE CASTRO, 82 , PONTA GROSSA, ICOARACI, CEP: 66.810-192, BELÉM, PARÁ.
ORDENADOR: URSULA VIDAL SANTIAGO DE MENDONÇA

Protocolo: 748980

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PE 014/2021 – FCP
SRP nº 007/2021 – FCP
PAE nº: 2021/775402
Objeto: Registro de preços para a eventual e futura Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Seviços de Estrutura de Eventos, para atender as necessidades da Fundação Cultural do Estado do Pará – FCP
Encaminhamento das Propostas Comerciais: A partir da data de divulgação do Edital até a data de abertura do certame
UASG: 925489
Data de Abertura: 19 de janeiro de 2022
HORA DE ABERTURA: 09h00min (horário oficial de Brasília/DF)
Local da Sessão: www.gov.br
Entrega do Edital: www.gov.br
Informações: no Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios – NLCC/FCP, pelo e-mail: nlcc@fcp.pa.gov.br
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 13.392.1503.8421; Plano Interno: 103.000.8421C; Elemento de Despesa: 339039 e 339030; Fonte:0101
Ordenador:Guilherme Relvas D' Oliveira

Protocolo: 749097

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 002 – CGP/FCP DE 05 DE JANEIRO DE 2022.
O Presidente da Fundação Cultural do Estado Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas e CONSIDERANDO o Processo nº 2021/ 1440220 DE 15/12/2021
RESOLVE:
I - EXCLUIR, a Gratificação de Tempo Integral no percentual de 47,36% (quarenta e sete vírgula trinta e seis por cento) do servidor CEZAR AUGUSTO MACHADO MARTINS, matrícula nº 5903358/ 1, cargo efetivo de TECNICO EM GESTAO DE INFORMATICA, a contar de 01/12/2021 em virtude de cessão do servidor.
II – EXCLUIR, a Gratificação de Tempo Integral no percentual de 60% (sessenta por cento) da servidora OLIVIA MENDES DAS NEVES, matrícula nº 5185483/ 1, cargo de AUXILIAR OPERACIONAL, a contar de 01/01/2022 em virtude necessidades executivas desta fundação.
III – CONCEDER, a Gratificação de Tempo Integral no percentual de 56,58%% (cinquenta e seis vírgula cinquenta e oito por cento) para o servidor HUGO BISPO SANTOS DO NASCIMENTO, matrícula nº 57194587/ 1, cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a contar de 01/12/2021.
IV – CONCEDER, a Gratificação de Tempo Integral no percentual de 56,58%% (cinquenta e seis vírgula cinquenta e oito por cento) para o servidor MARCELO DOS SANTOS CARMO, matrícula nº 5888124/ 1, cargo efetivo de TECNICO EM GESTAO CULTURAL, a contar de 01/01/2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,
GUILHERME RELVAS D'OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 748922

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Partes: Fundação Carlos Gomes (Contratante) e abaixo relacionado (Contratado)
Assinatura: 06.01.2022 - Vigência: 06.01.2022 a 05.01.2023
CARGO: Técnico de Administração e Finanças-Ciências Contábeis
Ato: Contrato nº. 01/2022 - FCG
Servidor: Romário Paixão Pena
Autorização: Contratação temporária (Lei nº. 07/91) em substituição através do PSS nº. 07/2022-FCG autorizada nos autos do processo nº. 2021/873784, não acarretando acréscimo de despesa ao erário.
Ordenador: Maria da Glória Boulhosa Caputo - Superintendente da FCG.

Protocolo: 748955

ERRATA

Errata do Resultado Definitivo do PSS - Edital nº. 07/2021-FCG
Publicada no DOE nº. 34.820 de 05.01.2022 - Protocolo: 748244
Onde se lê: Belém, 04 de dezembro de 2021
Leia- se: Belém, 04 de janeiro de 2022
Autorização: Processo nº. 2021/873784
Ordenador: Maria da Glória Boulhosa Caputo - Superintendente da FCG

Protocolo: 749035

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA

PORTARIA Nº 02/2022, DE 06 DE JANEIRO DE 2022.
O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão–FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 18 de Janeiro de 2019 e de acordo com a Lei nº. 7.215, de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os termos do OFÍCIO nº 115/2021-GAB-FUNTELPA, de 30 de
Dezembro de 2021, contido nos autos do Processo nº 2021/1487676, de 30 de
Dezembro de 2021;
R E S O L V E:
I – EXONERAR MARILIA SEVERO DE SOUZA ARGOLLO FERRAO, matricula 5946612/1, do cargo em comissão de ASSISTENTE II, lotada na Coordenadoria de Jornalismo da TV.
II – NOMEAR ANNA PAULA PEREIRA MELLO, para exercer o cargo em comissão de ASSISTENTE II, lotada na Coordenadoria de Jornalismo da TV.
III – Os efeitos desta portaria retroagirão a contar de 03/01/2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CÂNDIDO GARCIA NETO
Presidente em exercício

Protocolo: 749094

CONTRATO

CONTRATO N. º 001/2022
PROCESSO N. º 2021/1467374
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2021
Objeto: Locação do teatro Maria Sylvia Nunes e Boulevard de Feiras e exposições para o evento de lançamento do Campeonato Paraense de Futebol Profissional Masculino 1ª Divisão – Parazão Banpará 2022.
Valor Global: R$ 18.860,00 (dezoito mil oitocentos e sessenta reais)
Data de Assinatura: 06 de janeiro de 2022
Vigência: 23/01/2022 a 24/01/2022
Fiscal do Contrato: Thais de Fatima Tocantins Correa – Nº Matricula: 57191631/1
Suplente de Fiscal: Tatiana Paes Barreto Franco de Macedo – Nº Matricula: 8400561/3
Funcional: 65.201.24.122.1297.8338
Elemento: 33.90.39
Fonte: 0261
PI: 4200008338C
Contratado (a): PARÁ 2000
CNPJ: 03.584.058/0001-18
Endereço: Av. Boulevard Castilho França, s/n°, Armazém 03, Bairro do Reduto –
CEP: 66010-020, Belém – Pará
Ordenador: Cândido Garcia Neto
Presidente em exercício FUNTELPA

Protocolo: 749104

DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – 009/2021
PROCESSO Nº 2021/1433961
Com autorização da Presidência desta Fundação e Parecer Jurídico acostados aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, da Lei Federal 8.666/93, é DISPENSÁVEL a Licitação para a contratação abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento legal nos Artigos 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, do mesmo Diploma Legal.
1. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.953.953/0001-84, com sede na Rua dos Pariquis, 3318 – Cremação – CEP: 66.045-645 – Belém/PA.
2. CONTRATADA: F M GUERREIRO DOS REIS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.435.516/0001-48, com sede na Av. Serzedelo Correa, 895, Ed. Urbe Office, salas 1203 / 1205 – Batista Campos – CEP: 66.033-265 - Belém/PA.
3. DO OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUÇÃO DE MÍDIA ESTÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DO PARAZÃO 2022.

Item	Quant	Descrição	Material	M² Unit	M² Total	Val. Unit	Val.Total
01	241	Locação de painéis em metalon galvanizado medindo 6mx1m.	Metalon 25X25 MM	6	1446	R$ 1.350,00	R$ 325.350,00
02	6	Locação de placas em metalon galvanizado medindo 5mx0,60 m.	Metalon 25x25 MM	3	18	R$ 1.225,78	R$ 7.354,68
03	10	Locação de backdrop em metalon galvanizado medindo 1.70mx2.50m.	Metalon 50x30MM	4,25	42,5	R$ 1.617,00	R$ 16.170,00
04	30	Locação de painéis em metalon galvanizado medindo 2mx2m.	Metalon 25x25 MM	4	120	R$ 1.140,00	R$ 34.200,00
05	15	Locação de quadros em metalon galvanizado medindo 2x2 m.	Metalon 30x30 MM	4	60	R$ 1.240,00	R$18.600,00
06	7	Locação de pórticos em metalon galvanizado e revestimento frente e verso de PVC conforme projeto.	Metalon 25X25 MM	22,7	158,9	R$ 9.534,00	R$ 66.738,00
07	6	Locação de totens de madeira 0,47cmx1m, conforme projeto.	MDF Revestido 20mm	2,12	12,72	R$ 865,00	R$ 5.190,00
08	20000	LOGÍSTICA em KM				R$11,50	R$ 230.000,00
09	20	Manutenção Mídia Estática - Positivação CAPITAL				R$ 2.363,25	R$ 47.265,00
10	17	Manutenção Mídia Estática - Positivação INTERIOR				R$ 2.978,50	R$ 50.634,50
11	10	Manutenção Mídia Estática - Instalação				R$ 1.573,00	R$ 15.730,00
12	10	Manutenção Mídia Estática - Retirada				R$ 1.573,00	R$ 15.730,00
TOTAL							R$ 832.962,18

4. VALOR GLOBAL: R$ 832.962,18 (Oitocentos e Trinta e Dois Mil, Novecentos e Sessenta e Dois Reais e Dezoito Centavos)
5. AMPARO LEGAL: Art. 24, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em razão da emergência.
6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa correrá no presente exercício, à conta da Dotação Orçamentária:
Funcional: 65.201.24.813.1499.8795
Elemento: 33.90.39
Fonte: 0101
PI: 103CPARAZAO
Ação nº: 260.047
Belém (PA), 06 de janeiro de 2022.
Danilo Silva Costa
COLIC – Em exercício
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO – FUNTELPA RUA DOS PARIQUIS, 3318 – CREMAÇÃO – CEP: 66.045-645 – BELÉM/PA CNPJ: 11.953.923/0001-84 – IE: 15.302.829-7 - FONE: (91) 4005-7700

Protocolo: 749026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA – 009/2021
Dispensa de Licitação – 009/2021
PROCESSO Nº 2021/1433961
Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO a realização da despesa por DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGÊNCIA em favor da empresa, F M GUERREIRO DOS REIS EIRELI, CNPJ: 12.435.516/0001-48, para CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUÇÃO DE MÍDIA ESTÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DO PARAZÃO 2022.
CONDICIONO, ao cumprimento das exigências legais aplicáveis à matéria.
PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
Belém (PA), 06 de janeiro de 2022.
Cândido Garcia Neto.
Presidente da FUNTELPA, em Exercício
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO – FUNTELPA RUA DOS PARIQUIS, 3318 – CREMAÇÃO – CEP: 66.045-645 – BELÉM/PA CNPJ: 11.953.923/0001-84 – IE: 15.302.829-7 - FONE: (91) 4005-7700

Protocolo: 749031

FÉRIAS

PORTARIA N.º 001/2022, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2022.
O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo Decreto Governamental de 18 de Janeiro de 2019 e de acordo com a Lei n.º 7.215 de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os termos do Memorando n.º 001/2022-CORH/FUNTELPA, de 05/01/2022, contido no Processo n.º 2022/16426, de 05/01/2022;
R E S O L V E:
CONCEDER, férias regulamentares para o mês de Fevereiro/2022, aos funcionários lotados nesta Fundação Paraense de Radiodifusão, conforme relacionados abaixo:

NOME	MAT.	ADMISSÃO	PERÍODO AQUISITIVO	FEVEREIRO/2022
ANDRÉ LUIZ DA SILVA COSTA	7002076/1	01/07/1989	01/07/20 a 30/06/21	01/02 a 20/02/2022
BRUNA DE DONATO ANDRADE	5958079/1	09/11/2020	09/11/20 a 08/11/21	23/02 a 09/03/2022
BRUNO DE ARAÚJO MOURA	5946608/1	18/01/2019	18/01/21 a 17/01/22	01/02 a 20/02/2022
DANIEL BARROSO	7004958/1	16/06/1987	16/06/20 a 15/06/21	01/02 a 20/02/2022
DOMINGOS SAVIO DA SILVA PALHETA	7002920/1	01/06/1988	01/06/18 a 31/05/21	01/02 a 02/03/2022
JEFFERSON MONTEIRO DE LIMA	7565483/2	01/02/2018	01/02/21 a 31/01/22	01/02 a 02/03/2022
JOAO CONSTANCIO TELES	7005130/1	01/01/1984	01/01/21 a 31/12/21	01/02 a 02/03/2022
MARCOS ANTONIO COSTA ALEIXO	55588145/1	02/04/2007	02/04/20 a 01/04/21	01/02 a 02/03/2022
NATIA NEY TEIXEIRA MACHADO	5890287/1	01/06/2011	02/04/20 a 01/04/21	21/02 a 25/02/2022
ROMULO DE BRITO SANTOS	3180182/1	02/04/1984	02/04/20 a 01/04/22	01/02 a 02/03/2022
RODRIGO MARQUES DE AQUINO	5946178/2	01/02/2021	01/02/21 a 31/01/22	01/02 a 02/03/2022
SAMUEL RODRIGUES DE MELO	7005571/2	02/04/2007	02/04/20 a 01/04/21	01/02 a 02/03/2022
SAULO AUGUSTO RIBEIRO E SOUZA	5946610/1	01/02/2019	01/02/21 a 31/01/22	01/02 a 20/02/2022
SUELY ARAUJO DE GOIS	57195066/2	02/07/2012	02/07/20 a 01/07/21	14/02 a 28/02/2022
UBIRAJARA DAMASCENO SANTANA	3182681/1	09/01/1986	09/01/21 a 08/01/22	01/02 a 02/03/2022
VANESSA CORREA VASCONCELOS	5251753/4	18/01/2019	18/01/21 a 17/01/22	09/02 a 10/03/2022

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CÂNDIDO GARCIA NETO
Presidente em Exercício

Protocolo: 749095

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA Nº 15/2022 - GAB/SAEN
A Secretária Adjunta de Ensino, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN);
CONSIDERANDO a Lei nº 7.806, de 29 de Abril de 2014, que dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;
CONSIDERANDO a política de expansão do ensino no Município de BELTERRA, jurisdicionado pela 5ª Unidade Regional de Educação, que apresenta demanda apta para ingressar no Ensino Médio, conforme a conclusão do Processo nº 2021/176103.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a implantação do SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO a partir do ano de 2022, na comunidade Nazaré, para funcionar nas dependências da EMEF Nossa Senhora de Nazaré, situada na comunidade Nazaré, município de Belterra.
Art. 2º- A matrícula de alunos será efetivada na EEEM Waldemar Maues (situada no município de Belterra), a qual expedirá, assinará e arquivará os documentos dos alunos a que se refere o artigo anterior, conforme o que dispõe a Resolução nº 813, de 11 de dezembro de 2000, do CEE (Conselho Estadual de Educação);
Art. 3º - Para atender ao que dispõe o artigo anterior a Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN) em conjunto com a Coordenação Estadual do SOME e 5ª URE/Santarém, providenciarão junto à CODES (Coordenação de Descentralização), a lotação do quadro de servidores de acordo com a formação de turmas registradas pela Direção da Unidade de Ensino, como dispõe a Instrução Normativa em vigor;
Art.4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Regina Lúcia de Sousa Pantoja
Secretária Adjunta de Ensino

Protocolo: 748967

PORTARIA Nº 16/2022 - GAB/SAEN
A Secretária Adjunta de Ensino, no uso de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN);
CONSIDERANDO a Lei nº 7.806, de 29 de Abril de 2014, que dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;
CONSIDERANDO a política de expansão do ensino no Município de JURUTI, jurisdicionado pela 7ª Unidade Regional de Educação, que apresenta demanda apta para ingressar no Ensino Médio, conforme a conclusão do Processo nº 2021/1295095.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a implantação do SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO a partir do ano de 2022, na comunidade Boa Esperança, para funcionar nas dependências da EMEIF Antônio Moreira Rocha, situada na comunidade Boa Esperança, município de Juruti.
Art. 2º- A matrícula de alunos será efetivada na EEEM Professora Zenita Freitas de Matos (situada no município de Juruti), a qual expedirá, assinará e arquivará os documentos dos alunos a que se refere o artigo anterior, conforme o que dispõe a Resolução nº 813, de 11 de dezembro de 2000, do CEE (Conselho Estadual de Educação);
Art. 3º - Para atender ao que dispõe o artigo anterior a Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN) em conjunto com a Coordenação Estadual do SOME e 7ª URE/Óbidos, providenciarão junto à CODES (Coordenação de Descentralização), a lotação do quadro de servidores de acordo com a formação de turmas registradas pela Direção da Unidade de Ensino, como dispõe a Instrução Normativa em vigor;
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Regina Lúcia de Souza Pantoja
Secretária Adjunta de Ensino

Protocolo: 748969

PORTARIA Nº 11/2022- GAB/SAEN
A Secretária Adjunta de Ensino, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN);
CONSIDERANDO a Lei nº 7.806, de 29 de Abril de 2014, que dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC;
CONSIDERANDO a política de expansão do ensino no Município de SANTARÉM, jurisdicionado pela 5ª Unidade Regional de Educação, que apresenta demanda apta para ingressar no Ensino Médio, conforme a conclusão do Processo nº 2020/1081224.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a implantação do SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO a partir do ano de 2022, em Mariazinha Maró, para funcionar nas dependências da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora de Nazaré, situada na comunidade de Mariazinha, município de Santarém.
Art. 2º- A matrícula de alunos será efetivada na EEEM São Felipe - Anexo (situada no município de Santarém), a qual expedirá, assinará e arquivará os documentos dos alunos a que se refere o artigo anterior, conforme o que dispõe a Resolução nº 813, de 11 de dezembro de 2000, do CEE (Conselho Estadual de Educação);
Art. 3º - Para atender ao que dispõe o artigo anterior a Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN) em conjunto com a Coordenação Estadual do SOME e 5ª URE/Santarém, providenciarão junto à CODES (Coordenação de Descentralização), a lotação do quadro de servidores de acordo com a formação de turmas registradas pela Direção da Unidade de Ensino, como dispõe a Instrução Normativa em vigor;
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 05 de janeiro de 2022.
Regina Lúcia de Sousa Pantoja
Secretária Adjunta de Ensino

Protocolo: 748918

PORTARIA Nº 12/2022- GAB/SAEN
A Secretária de Estado de Educação, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN);
CONSIDERANDO a Lei nº 7.806, de 29 de Abril de 2014, que dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino- SOME, o âmbito da Secretaria de Estado de Educação- SEDUC;
CONSIDERANDO a política de expansão do ensino no Município de CAMETÁ, jurisdicionado pela 2ª Unidade Regional de Educação, que apresenta demanda apta para ingressar no Ensino Médio, conforme a conclusão do Processo nº 2020/406478.
RESOLVE:
Art. 1º- Autorizar a implantação do Sistema de Organização Modular de Ensino a partir do ano de 2022, no Rio Mapiraí de Baixo, para funcionar nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves, situada no Rio Mapiraí de Baixo.
Art. 2º-A matrícula dos alunos será efetivada na EEEM HERIBERTO BARROSO ARAGÃO (localizada no município de CAMETÁ), a qual expedirá, assinará e arquivará os documentos dos alunos a que se refere o artigo anterior, conforme o que dispõe a Resolução nº 813, de 11 de dezembro de 2000, do CEE (Conselho Estadual de Educação);

Art. 3º- Para atender ao que dispõe o artigo anterior a Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN) em conjunto com a Coordenação Estadual do SOME e 2ª URE/Cametá, providenciarão junto à CODES (Coordenação de Descentralização), a lotação do quadro de servidores de acordo com a formação de turmas registradas pela Direção da Unidade de Ensino, como dispõe a Instrução Normativa em vigor;
Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
DÊSE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 05 de janeiro de 2022.
Regina Lúcia de Sousa Pantoja
Secretária Adjunta de Ensino

Protocolo: 748912

PORTARIA N° 13/2022- GAB/SAEN
A Secretária de Estado de Educação, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o que preconiza a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN);
CONSIDERANDO Lei nº 7.806, de 29 de Abril de 2014, que dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação SEDUC;
CONSIDERANDO a política de expansão do ensino no Município de CAMETÁ, jurisdicionado pela 2ª Unidade Regional de Educação, que apresenta demanda apta para ingressar no Ensino Médio, conforme a conclusão do Processo nº 2021/1016233.
RESOLVE:
Art. 1º- Autorizar a implantação do Sistema de Organização Modular de Ensino a partir do ano de 2022, na Comunidade de LIVRAMENTO, para funcionar nas dependências da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental de Livramento, situada no Ramal Livramento II.
Art. 2º- A matrícula dos alunos será efetivada na EEEM HERIBERTO BARROSO ARAGÃO (localizada no município de CAMETÁ), a qual expedirá, assinará e arquivará os documentos dos alunos a que se refere o artigo anterior, conforme o que dispõe a Resolução nº 813, de 11 de dezembro de 2000, do CEE (Conselho Estadual de Educação);
Art. 3º- Para atender ao que dispõe o artigo anterior a Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN) em conjunto com a Coordenação Estadual do SOME e 2ªURE/Cametá, providenciarão junto à CODES (Coordenação de Descentralização), a lotação do quadro de servidores de acordo com a formação de turmas registradas pela Direção da Unidade de Ensino, como dispõe a Instrução Normativa em vigor;
Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
DÊSE CIÊNCIA, REGISTRESE, PUBLIQUESE E CUMPRA-SE.
Belém, 05 de dezembro de 2022.
Regina Lúcia de Sousa Pantoja
Secretária Adjunta de Ensino

Protocolo: 748886

PORTARIA Nº003/2022 - GS/SEDUC
A Secretária de Estado de Educação, usando de suas Atribuições e considerando não haver ônus adicional para o Estado.
R E S O L V E:
DESIGNAR o Servidor Francisco Carlos Mendonça e Silva, Matrícula n° 5941481/2 para atuar como Agente Público de Controle – APC, desta Secretaria de Estado de Educação a partir de 03/01/2022.
DÊ- SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA- SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA
Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 748899

PORTARIA N° 007/2022- GAB/SAEN
A Secretária de Estado de Educação, por meio da Secretária Adjunta de Ensino - SAEN, no exercício de suas atribuições previstas no Art. 138, parágrafo único, incisos II e V da Constituição do Estado do Pará;
CONSIDERANDO o Convênio de Cooperação Técnica Nº 13/2020, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC e a Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP, o qual dispõe em sua Cláusula Sexta, alínea b, sobre a criação de uma Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional composta por representantes das duas instituições;
RESOLVE:
Art. 1º- Constituir a Comissão que será responsável por analisar o desempenho funcional dos servidores que atuam no Convênio Nº 13/2020 celebrado entre SEDUC e SEAP, tanto na realização de suas funções profissionais, quanto nas suas atividades pedagógicas no âmbito da educação prisional, composta pelos seguintes membros:

Nº	NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	INSTITUIÇÃO
01	Mônica Cristina dos Santos Ferreira	5720102/3	Psicóloga	SEAP
02	Max Charles Leal Fragoso	5902674/1	Psicólogo	SEDUC/CAS
03	Tuany Sarmento dos Santos	5889399/1	Pedagoga	SEAP
04	Wannice Camila Bandeira da Silva	6310208/2	Esp. Educação	SEDUC/CEJA
05	Jocineide de Deus Teixeira Cunha	594079/2	Assistente Social	SEAP
06	Karla Márcia Faial Quaresma	5017122/4	Assistente Social	SEDUC/EEEFM Roberto Carlos Nunes Barroso
07	Alexandre Souza Durans	57196400/3	Esp. Educação (Fiscal do Convênio)	SEDUC/EEEFM Roberto Carlos Nunes Barroso

Art. 2º- A Comissão deverá apresentar Relatório Conclusivo da Avaliação de Desempenho dos servidores no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
Parágrafo Único: A comissão, que trata o Art. 1º desta Portaria, será extinta no prazo de 12 (meses) a contar da data de publicação desta portaria.
Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Belém, 04 de janeiro de 2022.
REGINA LUCIA DE SOUSA PANTOJA
Secretária Adjunta de Ensino

Protocolo: 748895

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Ato: CONTRATO Nº 588/2021-BELÉM
Nome: ARALY DA SILVA ASSUNÇAO
Cargo: TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA E GESTÃO-ARQUITETO
Vigência: 30/12/2021 a 29/12/2022
Dotação orçamentária: Processo nº 1113265/2021, autorizado em 29/10/2021.
Ato: CONTRATO Nº 589/2021-BELÉM
Nome: JESSICA SANTIAGO DOS SANTOS
Cargo: TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA E GESTÃO-ENGENHEIRO CIVIL-FISCALIZAÇÃO
Vigência: 30/12/2021 a 29/12/2022
Dotação orçamentária: Processo nº 1113265/2021, autorizado em 29/10/2021.
Ato: CONTRATO Nº 590/2021-CAPITÃO POÇO
Nome: JOEL DE MESQUITA VAZ
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 30/12/2021 a 29/12/2022
Dotação orçamentária: Processo nº 985961/2021, autorizado em 17/11/2021.
Ato: CONTRATO Nº 591/2021-BELÉM
Nome: PATRICIA FARIA ORIOLLI
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 30/12/2021 a 29/12/2022
Dotação orçamentária: Processo nº 643170/2020, autorizado em 15/02/2021.
Ato: CONTRATO Nº 592/2021-BELÉM
Nome: SANDRA HELENA DOS SANTOS SILVA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 30/12/2021 a 29/12/2022
Dotação orçamentária: Processo nº 643170/2020, autorizado em 15/02/2021.
Ato: CONTRATO Nº 593/2021-BELÉM
Nome: CELIA REGINA DE SOUSA FRAZAO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 30/12/2021 a 29/12/2022
Dotação orçamentária: Processo nº 643170/2020, autorizado em 15/02/2021.
Ato: CONTRATO Nº 594/2021-CAPITÃO POÇO
Nome: ANTONIA SILVANA DE MOURA ROMAO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 30/12/2021 a 29/12/2022
Dotação orçamentária: Processo nº 585130/2021, autorizado em 21/12/2021.
Ato: CONTRATO Nº 595/2021-CAPITÃO POÇO
Nome: MARIA MARCILEIA DE SOUZA SILVA TEMBE
Cargo: MERENDEIRA
Vigência: 30/12/2021 a 29/12/2022
Dotação orçamentária: Processo nº 800674/2021, autorizado em 17/12/2021.

Protocolo: 749108

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2021.
Vigência: 17/12/2021 a 15/02/2022.
Contratante: Secretaria de Educação do Estado do Pará.
Contratado: Ecosolos Construção e Comércio Eireli. CNPJ Nº 11.209.875/0001-14.
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação de prazo.
Data Assinatura: 15 de dezembro de 2021.
Contrato de Empréstimos: 2933/OC-BR-Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
Ordenador: Elieth de Fátima da Silva Braga - Secretária de Estado de Educação do Pará.

Protocolo: 749076

OUTRAS MATÉRIAS

CEDENCIA
PORTARIA N.º: 000137/2022 de 05/01/2022
De acordo com processo n 2021/1126213
Ceder à PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINA, a servidora REGINA PAULA ROSARIO DA SILVA, matricula nº 6029655/2, Professor, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de origem, a contar de 01/01/2022, por conta do processo de municipalização do Ensino Fundamental.

PORTARIA N.º: 000134/2022 de 05/01/2022
De acordo com processo n2021/1187106
Ceder à PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHAES BARATA, a servidora ROSANGELA DO SOCORRO NASCIMENTO DA SILVA, matricula nº 57209099/1, Especialista em Educação, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de origem, no periodo de 01/10/2021 a 30/09/2023.
PORTARIA N.º: 000133/2022 de 05/01/2022
De acordo com processo n 2021/131848
Ceder à ESCOLA DE GOVERNANÇA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ, a servidora ADRIANE MARCELA QUEIROS DA COSTA, matricula nº 57212355/1, Assistente Administrativo, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de origem, no periodo de 01/10/2022 a 30/12/2025.
PORTARIA N.º: 10205/2021 de 30/12/2021
De acordo com processo n 2021/988449
Ceder à PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANA, o servidor AILTON DE SOUZA BARROS, matricula nº 57214407/1, Assistente Administrativo, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de origem, no periodo de 08/09/2021 a 07/09/2023.
DISPENSAR
PORTARIA Nº.: 10199/2021 de 29/12/2021
Dispensar, a pedido, MARIA ANTONIA DE OLIVEIRA RIBEIRO, Matrícula nº 553441/2,lotada na Seção Cadastro do Interior/Belém, do emprego de Servente Referencia I, a partir de 28/12/2021.
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL
PORTARIA Nº.:00132/2022 de 05/01/2022
De acordo com o Processo nº 2021/1437307
Conceder, a contar de 03/01/2022, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, ao servidor JOSE ROBERTO DE SOUZA, matrícula Nº 942006/1, Escrevente Datilografo , lotado na Divisão de Assistencia ao Servidor, nesta Secretaria.
LICENÇA INTERESSE PARTICULAR
PORTARIA Nº.:00135/2022 de 05/01/2022
Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular, a servidora NUBIA CONSUELO DA SILVA, matricula nº 54191409/2, Tecnico em Gestao Publica, lotada na Diretoria de Ensino/Belém, no período de 03/01/2022 a 02/01/2024.
LICENÇA ESPECIAL
PORTARIA Nº.00131/2022 de 05/01/2022
Nome:LENIRA ALVES DOS SANTOS
Matrícula:751502/1Cargo:Escrev.Datilografo
Lotação:EE Marechal Cordeiro de Farias/Belém
Período:01/01/22 a 01/03/22
Triênios:11/12/03 a 10/12/06
PORTARIA Nº. 00111/2022 de 05/01/2022
Nome:MARIA DO CARMO ARAUJO GOMES
Matrícula:525740/1Cargo:Assis.Admin.
Lotação:Divisão de Prestação de Compras/Belém
Período:03/01/22 a 03/03/22
Triênios:28/03/98 a 27/03/01
PORTARIA Nº. 00113/2022 de 05/01/2022
Nome:JOAO BATISTA DA SILVA GALVAO
Matrícula:6303471/1Cargo:Professor
Lotação:EEI Malacacheta/Capanema
Período:24/02/22 a 24/04/22 – 25/04/22 a 23/06/22
Triênios:05/02/14 a 04/02/17 – 05/02//17 a 04/02/20
PORTARIA Nº. 000112/2022 de 05/01/2022
Nome:ERICK DO SOCORRO MORAES GOMES
Matrícula:57208546/1Cargo:Espec. em Educação
Lotação:EE Dom Pedro II/Belém
Período:03/01/22 a 03/03/22
Triênios:20/11/14 a 19/11/17
PORTARIA Nº. 000115/2022 de 05/01/2022
Nome:ARIANA PESSOA RIBEIRO
Matrícula:57220253/2Cargo:Espec. em Educação
Lotação:EE Prof America Leao Conduru/Capanema
Período:11/10/21 a 09/12/21
Triênios:25/11/10 a 24/11/13
PORTARIA Nº. 000114/2022 de 05/01/2022
Nome:ARIANA PESSOA RIBEIRO
Matrícula:57220253/1Cargo:Prof.
Lotação:EE Prof America Leao Conduru/Capanema
Período:11/10/21 a 09/12/21
Triênios:20/08/09 a 19/08/12
LICENÇA LUTO
PORTARIA Nº.:000107/2022 de 05/01/2022
Conceder Licença Luto, o servidor RAIMUNDO EDSON DE MORAIS MACAMBIRA, Matricula n 57198624/1, Professor, lotado na EE Onesima Pereira de Barros/Santarem, no período de 26/11/21 a 03/12/21.
LICENÇA MATERNIDADE
PORTARIA Nº.:000110/2022 de 05/01/2022
Conceder Licença Maternidade, a servidora SINARA BERNARDO DIAS, Matricula n 57209433/1, Especialista em Educação, lotada na EEEF Panorama XXI/Belém , no período de 27/11/21 a 25/05/22.
PORTARIA Nº.: 000109/2022 de 05/01/2022
Conceder Licença Maternidade, a servidora ELISANGELA COSTA SOUSA, Matricula n 54184552/1, Professor, lotada na EE Severino Benedito de Souza/Santa Maria do Pará, no período de 18/09/21 a 16/03/22.
LICENÇA PATERNIDADE
PORTARIA Nº.: 000108/2022 de 05/01/2022
Conceder Licença Paternidade, a servidor FABRICIO BASTOS MARQUES, Matricula n 57202518/2, Professor, lotada na EE Alm Guillobel/Belém, no periodo de 29/07/21 a 07/08/21

CANCELAR A LICENÇA ESPECIAL
PORTARIA Nº.:000061/2022 de 05/01/2022
Cancelar, na Port. 10163/2021 de 28/12/2021, que concedeu (60) dias de licença especial, o restante do periodo de 19/01/2022 a 17/02/2022, referente ao trienio de 16/04/2005 a 15/04/2008, a servidora JOANILCE CARNEIRO PEREIRA, Matricula n 454745/1, Assistente Administrativo, lotada na Corregedoria, nesta Secretaria, para fins de regularização funcional.
APROVAÇÃO ESCALA DE FERIAS
PORTARIA Nº 00059/2022 DE 05/01/2022
CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, LOTADOS NO DIVISÃO DE CADASTRO, NESTA SECRETARIA.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO		EXÉRC.	DIAS
730360/1	CRISTINA DE SOUZA DIAS	03/01/2022	01/02/2022	2022	30
303039/1	LUCIMAR DA VERA CRUZ BEZERRA	03/01/2022	17/01/2022	2022	15
305766/1	MARINA SILVA PANTOJA PEREIRA	03/01/2022	01/02/2022	2022	30
418854-1	MARLY DO SOCORRO DE ABREU VAZ	03/01/2021	01/02/2022	2022	30
57209629/1	NUBIA FERREIRA CORREA	10/01/2022	24/01/2022	2022	15

PORTARIA Nº 00060/2022 DE 05/01/2022
CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, LOTADOS NO DIVISÃO DE CADASTRO, NESTA SECRETARIA.

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO		EXÉRC.	DIAS
761508/1	DULCELINO LOBATO DA SILVA	01/02/2022	02/03/2022	2022	30
303039/1	HAYDEMARY DOS REIS BARROSO	26/02/2022	27/03/2022	2022	30
303909/1	LUCIMAR DA VERA CRUZ BEZERRA	21/02/2022	07/03/2022	2022	15
400300/1	MARIA NUBIA COSTA DA ROSA	01/02/2021	02/03/2022	2022	30
752398/1	LUIZ ALBERTO GONÇALVES PAES	01/02/2022	02/03/2022	2022	30

PORTARIA Nº.:00123/2022 de 05/01/2022
Nome: LEILIANA DA SILVA CORREA
Matrícula:57234024/1 Período:01/02/22 à 17/03/22 Exercício:2021
Unidade:EE Vereador Gonçalo Duarte/Belém
PORTARIA Nº.:00122/2022 de 05/01/2022
Nome: SAMIRA DA SILVA ALEXANDRINO
Matrícula:57208565/1 Período:07/02/22 à 23/03/22 Exercício:2021
Unidade:EE Artur Porto/Belém
PORTARIA Nº.:017/2021 de 08/11/2021
Nome: ANTONIO FRAZÃO DE LIMA
Matrícula:5895351/1 Período:01/03/22 à 30/03/22 Exercício:2021
Unidade:EEEM Prof Ademar Nunes de Vasconcelos/Salvaterra
PORTARIA Nº.:454/2022 de 04/01/2022
Nome: CLAUDIO PINHEIRO MONTEIRO
Matrícula:5897833/1 Período:06/02/22 A 07/03/22 à Exercício:2021
Unidade:EEEFM Desembargador Osvaldo Brito/São Caetano de Odivelas
PORTARIA Nº.:001/2022 de 04/01/2022
Nome: GISLENE ROSE SOUZA DE OLIVEIRA
Matrícula:57213462/1 Período:01/03/22 à 30/03/22 Exercício:2022
Unidade:11 URE/Santa Izabel do Pará
PORTARIA Nº.:005/2021 de 04/01/2021
Nome: MARIA ANTONIA SILVA DE OLIVEIRA
Matrícula:57215573/1 Período:01/03/22 à 30/03/22 Exercício:2022
Unidade:EEEM Amabilio Alves Pereira/Concordia do Pará
PORTARIA Nº.:006/2022 de 04/01/2022
Nome: WILLIAME DE MARTINS MOURA
Matrícula:57210479/1 Período:01/03/22 à 30/03/22 Exercício:2022
Unidade: EEEM Amabilio Alves Pereira/Concordia do Pará
PORTARIA Nº.:003/2022 de 03/01/2022
Nome: VANIA LUCIA DIAS MATOS
Matrícula:3243095/4 Período:01/03/22 à 14/04/22 Exercício:2022
Unidade:EEEM Paulino de Brito/Portel
PORTARIA Nº.:010/2022 de 03/01/2022
Nome: ALESSANDRA NASCIMENTO DA SILVA
Matrícula:57213072/1 Período:01/03/22 à 30/03/22 Exercício:2022
Unidade:6 URE/Monte Alegre
PORTARIA Nº.:00062/2022 de 05/01/2022
Nome: HAMILTON SILVA DO NASCIMENTO
Matrícula:5863392/2 Período:01/12/21 à 30/12/21 Exercício:2012
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém
PORTARIA Nº.:00063/2022 de 05/01/2022
Nome: HAMILTON SILVA DO NASCIMENTO
Matrícula:5863392/2 Período:31/12/21 à 13/02/22 Exercício:2013
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém
PORTARIA Nº.:00064/2022 de 05/01/2022
Nome: HAMILTON SILVA DO NASCIMENTO
Matrícula:5863392/2 Período:14/02/22 à 30/03/22 Exercício:2014
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém
PORTARIA Nº.:04/2022 de 04/01/2022
Nome: HELENA CRISTINA SALGADO NUNES
Matrícula:20138000/3 Período:14/02/22 a 28/02/22 à Exercício:2019
Unidade:EE Placido de Castro/Santarem
PORTARIA Nº.:05/2022 de 04/01/2022
Nome: HELENA CRISTINA SALGADO NUNES
Matrícula:2013800/3 Período:01/03/22 a 30/03/22 à Exercício:2021
Unidade:EE Placido de Castro/Santarem

PORTARIA Nº.:10/2022 de 04/01/2022
Nome: SINTIA DO ROSARIO DA SILVA
Matrícula:5897800/1 Período:01/03/22 a 30/03/22 à Exercício:2022
Unidade:EEEFM Desembargador Osvaldo Brito/S Caetano de Odivelas
PORTARIA Nº.:000143/2022 de 05/01/2022
Nome: EUTIQUIO SILVA DE OLIVEIRA
Matrícula:224952/1 Período:01/03/22 à 30/03/22 Exercício:2020
Unidade:EEEF Lar de Maria/Belém
PORTARIA Nº.: 000142/2022 de 05/01/2022
Nome: DANUZIA DE CASSIA COSTA DE OLIVEIRA
Matrícula:54185396/2 Período:10/01/22 à 28/02/22 Exercício:2021
Unidade: Divisão de Finanças/Belém
PORTARIA Nº.:000141/2022 de 05/01/2022
Nome: MARIA ROSINEIDE MENDES SOUZA DA SILVA
Matrícula:5361656/1 Período:15/02/22 à 16/03/22 Exercício:2022
Unidade:Divisão de Registro e Mov. de Pessoal/Belém
PORTARIA Nº.:000140/2022 de 05/01/2022
Nome: IVONE PINHEIRO DE CASTRO
Matrícula:662070/1 Período:10/01/22 à 08/02/22 Exercício:2022
Unidade:Divisão de Registro e Mov. de Pessoal/Belém
PORTARIA Nº.:000118/2022 de 05/01/2022
Nome: RITA MARIA FERREIRA DOS SANTOS
Matrícula:225860/1 Período:30/01/22 à 28/02/22 Exercício:2022
Unidade:Divisão de Castro/Belém
PORTARIA Nº.:02/2022 de 04/01/2022
Nome: GERALDA ROSIANE CALDEIRA DE SOUSA
Matrícula:57211071/1 Período:01/02/22 à 02/03/22 Exercício:2022
Unidade:EE Frei Ambrosio/Santarem
PORTARIA Nº.:00126/2022 de 05/01/2022
Nome: MARIA LEA BARROS BRAGA
Matrícula:308854/1 Período:11/03/22 à 09/04/22 Exercício:2020
Unidade:Departamento de Administrativo de Material/Belém
PORTARIA Nº.:000127/2022 de 05/01/2022
Nome: JOSE NEWTON GONZALEZ DA COSTA
Matrícula:5918070/2 Período:01/02/22 à 02/03/22 Exercício:2022
Unidade:Departamento de Administrativo de Material/Belém
PORTARIA Nº.:000117/2022 de 05/01/2022
Nome: MANOEL RODRIGUES DE MEDEIROS NETO
Matrícula:5361850/1 Período:14/02/22 à 15/03/22 Exercício:2022
Unidade:Departamento de Administrativo de Material/Belém
PORTARIA Nº.:000120/2022 de 05/01/2022
Nome: MARIA DA CONCEIÇÃO FRADE RAIOL
Matrícula:756687/1 Período:14/03/22 à 12/04/22 Exercício:2022
Unidade:Departamento de Administrativo de Material/Belém
PORTARIA Nº.:000121/2022 de 05/01/2022
Nome: EDSON HIROSHI MINATO
Matrícula:57224112/1 Período:14/02/22 à 15/03/22 Exercício:2022
Unidade:Departamento de Administrativo de Material/Belém
PORTARIA Nº.:000116/2022 de 05/01/2022
Nome: JOSE CARLOS TAVARES SARMANHO
Matrícula:322164/1 Período:07/01/22 à 05/02/22 Exercício:2022
Unidade:Departamento de Administrativo de Material/Belém
PORTARIA Nº.:000124/2022 de 05/01/2022
Nome: ELIZABETE OLIVEIRA DA COSTA
Matrícula:189570/1 Período:07/03/22 à 05/04/22 Exercício:2022
Unidade:Divisão de Serviços Gerais/Belém
PORTARIA Nº.:00129/2022 de 05/01/2022
Nome: ALFREDO PEREIRA SIQUEIRA
Matrícula:317705/1 Período:01/02/22 à 02/03/22 Exercício:2022
Unidade:Divisão de Serviços Gerais/Belém
PORTARIA Nº.:000125/2022 de 05/01/2022
Nome: MARIA SUELY MACHADO DOMONT
Matrícula:355941/1 Período:15/01/22 à 28/02/22 Exercício:2022
Unidade:Diretoria de Ensino/Belém
PORTARIA Nº.:000106/2022 de 05/01/2022
Nome: ALDEMIRA CORREA GUIMARAES
Matrícula:454168/1 Período:03/01/22 à 01/02/22 Exercício:2022
Unidade:Assessoria de Rede Fisica/Belém
PORTARIA Nº.:000119/2022 de 05/01/2022
Nome: ANA MARIA MARTINS PEREIRA
Matrícula:443301/1Período:03/01/22 à 01/02/22 Exercício:2022
Unidade:Depto de Inspeção e Documentação Escolar/Belém
PORTARIA Nº.:000128/2022 de 05/01/2022
Nome: ANDRE LUIZ LOBATO DA SILVA
Matrícula:6400418/1Período:01/02/22 à 02/03/22 Exercício:2022
Unidade:Divisão de Prestação de Contas/Belém
PORTARIA Nº.:000130/2022 de 05/01/2022
Nome: MARIA DOLORES DA LUZ MACIEL
Matrícula:761028/1 Período:02/02/22 à 03/03/22 Exercício:2022
Unidade:Divisão de Informação e Documentação/Belém
PORTARIA Nº.:336/2021 de 29/12/2021
Nome: EREANA DE ALMEIDA FLEXA
Matrícula:5841640/1 Período:01/02/22 à 17/03/22 Exercício:2017
Unidade:EE Manoel Antonio de Castro sede vinc/Igarape Miri
PORTARIA Nº.:335/2021 de 28/12/2021
Nome: LUCIENE KATIA DIAS BARBOSA
Matrícula:5865131/3 Período:01/02/22 à 17/03/22 Exercício:2022
Unidade:EE Conego Batista Campos sede vinc/Barcarena
PORTARIA Nº.:334/2021 de 28/12/2021
Nome: MARILENE SANTANA RODRIGUES
Matrícula:57208325/1 Período:01/02/22 à 17/03/22 Exercício:2021
Unidade:EE Conego Batista Campos sede vinc/Barcarena

TORNAR SEM EFEITO
PORTARIA Nº.:000136/2022 de 05/012022
Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 00042/2022 de 03/01/2022, que cedeu para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINA, a servidora REGINA PAULA ROSARIO DA SILVA,matricula 6029655/2,Professor, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de Origem, por conta do processo de municipalização do Ensino Fundamental.

Protocolo: 749099

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PRORROGAR COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
E- Protocolo: 2018/447574
PORTARIA N° 029/22, de 05 de janeiro de 2022.
Art. 1º - PRORROGAR por 60(sessenta) dias, a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apurar os fatos supramencionados, composta dos seguintes servidores;
PRESIDENTE ID. FUNCIONAL CARGO
TAMIREZ SANTANA MUNIZ 5888599/ 2 PROFESSOR AUXILIAR
MEMBROS
ADRIANA PAIVA CAMARGO SARAIVA 5891742/ 1 PROFESSOR ASSISTENTE
IONE GONÇALVES DE OLIVEIRA 57174733/ 3 PROFESSOR AUXILIAR
Art.2º – Fica designada a servidora IONE GONÇALVES DE OLIVEIRA na condição de membro em substituição a servidora WALNELIA BENIGNO MAGALHÃES CARRIJO.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749074

LICENÇA MATERNIDADE
E- Protocolo: 2022/11327
PORTARIA N° 024/2022, de 05 de Janeiro de 2022.
CONCEDER a servidora RAFAELA DE SOUZA DIAS NEVES, Id. Funcional nº 5957496/ 1, na função de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotada no DEPARTAMENTO DE SAUDE INTEGRADA, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, no período de 28.12.2021 a 25.06.2022.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749058

NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO
E- Protocolo: 2022/2257
PORTARIA N° 028/22, de 05 de janeiro de 2022.
NOMEAR, ADRIELY SARAIVA SARKIS, para exercer o cargo em comissão de PROCURADOR CHEFE, Código GEP-DAS-011.4, a contar de 01.01.2022.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749062

LICENÇA PATERNIDADE
E- Protocolo: 2021/1460145
PORTARIA N° 021/2022, 05 de Janeiro de 2022.
CONCEDER ao servidor LUIZ EDUARDO DE LIMA MELO, Id. Funcional nº 57219608/ 2, cargo de PROFESSOR AUXILIAR, lotado no CAMPUS DE MARABA, 20(vinte) dias de Licença Paternidade, no período de 06.12.2021 a 25.12.2021.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749063

AUTORIZAÇÃO DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR PARA PARTICIPAR DE CURSO DE PÓS- GRADUAÇÃO
E- Protocolo: 2021/591657
PORTARIA N° 025/22, de 05 de janeiro de 2022.
I – AUTORIZAR, o afastamento INTEGRAL da servidora DENISE RAMOS CARDOSO, Id. Funcional nº 5786215/ 5, cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado no CAMPUS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, para participar de curso de Pós-Graduação em Nível de Doutorado em Linguística, pela Universidade Federal de São Carlos, no período de 01.08.2021 a 31.07.2025.
II - Conceder Bolsa Estadual de Pós-Graduação, no período de 01.08.2021 a 31.07.2025, nos termos da Resolução 3038/16-CONSUN de 14.09.2016.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749069

PROGRESSÃO FUNCIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO
E- Protocolo: 2021/1237239
PORTARIA N° 09/2022, de 05 de Janeiro de 2022.
CONCEDER ao(a) servidor(a) JOSE AMANCIO DOS REMÉDIOS, Id. Funcional nº 5040981/ 1, cargo de AUXILIAR DE SERVICO C –III, lotado na COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS IV, Progressão funcional por antiguidade, período aquisitivo 2014/2016, para referência IV da Classe C, do cargo de Auxiliar de Serviço, integrante do quadro permanente de

servidores Técnicos, Administrativos e Operacionais da UEPA, com vigência retroativa a contar de 28.10.2021.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749066

PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO
E- Protocolo: 2021/1427637
PORTARIA N° 023/22, de 05 de janeiro de 2022.
DESIGNAR o servidor ISRAEL ALVES DE SOUSA, Id. Funcional nº 57232180/6, na função de COORDENADOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, para responder pela DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS, código, GEP-DAS-011.4, no período de 04.01.2022 a 02.02.2022, em substituição a titular que estará afastada por férias regulamentares.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749067

EXONERAÇÃO DE SERVIDOR A PEDIDO
E- Protocolo: 2022/8109
PORTARIA N° 027/22 de 05 de janeiro de 2022
EXONERAR, a pedido, o servidor DANIELA ALVIM FRANCO VIEIRA, Id. Funcional nº 5941341/1, cargo de PROFESSOR AUXILIAR, lotada no CAMPUS DE MARABA, a contar de 04.01.2022.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749054

GRUPO DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DE REVALIDAÇÃO DOS DIPLOMAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA DA UEPA
E- Protocolo: 2021/1456029
PORTARIA N° 019/22, de 05 de janeiro de 2022.
Art. 1º - DESIGNAR os servidores desta IES abaixo relacionados, para comporem o grupo de trabalho responsável pelo Programa de Revalidação dos diplomas do curso de graduação em Medicina da UEPA, conforme abaixo:
PRESIDENTE:
MARIA CÉLIA BARROS VIRGOLINO PINTO (PROGRAD);
MEMBROS:
ILMA PASTANA FERREIRA (VICE-REITORA);
EMANUEL DE JESUS SOARES DE SOUZA (DIRETOR DO CCBS);
FRANCISCA REGINA OLIVEIRA CARNEIRO (CCBS);
ANA VIRGÍNIA SOARES VAN DEN BERG (COORDENADORA DO CURSO DE MEDICINA);
GLÓRIA MARIA FARIAS DA ROCHA (DAA);
MIGUEL COSTA DA SILVA (DAA);
BIANCA CAMPOS VALENTE (DAA).
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SAMPAIO MEDEIROS (SESPA)
VILMA FRANCISCA HUTIM GOMES DE SOUZA (SINDICATO DOS MÉDICOS)
RAIMUNDO NONATO DE BITENCOURT DE SENA (COSEMS)
JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA (SECTET/UEPA)
Art. 2º - Ficam revogadas as demais disposições em contrário, em especial a PORTARIA N° 1408/21, de 29 de julho de 2021.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749047

LICENÇA PRÊMIO

DETERMINAR LICENÇA PRÊMIO
E- Protocolo: 2021/1086031
PORTARIA N° 10/2022, de 05 de Janeiro de 2022.
DETERMINAR ao(a) servidor(a) OLÍMPIO MENDES FERREIRA, Id. Funcional nº 5041570/ 1 ,cargo de AGENTE DE SERVICO C, lotado(a) no(a) COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS IV, goze de 30(Trinta) dias restantes de Licença Prêmio, concedido pela PORTARIA Nº 2355, de 14.10.2009, referente ao triênio de 01.03.1988 a 28.02.1991, no período de 01.06.2022 a 30.06.2022.
CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 749064

ERRATA

ERRATA
E- Protocolo: 2021/1438552
Retificar os termos da PORTARIA N° 2664/21, de 16 de dezembro de 2021, publicado no D.O.E. Nº 34.803 de 20.12.2021, referente a Licença Prêmio, do servidor PEDRO ALEXANDRE MORAES DA COSTA, o seguinte:
ONDE SE LÊ: "..., DETERMINAR ....."
LEIA-SE: "...CONCEDER...."
NEIVALDO FIALHO DO NASCIMENTO
ORDENADOR

Protocolo: 749051

TERMO ADITIVO A CONTRATO

ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO
N° DO CONTRATO/EXERCÍCIO: 02/2021-UEPA
N° TERMO: 3°(terceiro)
CLASSIFICAÇÃO: Outros
DATA DE ASSINATURA: 05/01/2022
MOTIVO: Prorrogação de vigência
JUSTIFICATIVA: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação de vigência do contrato 02/2021-UEPA.
Início da vigência: 06/01/2022
Término da vigência:05/05/2022. FORO: BELÉM/PA
CONTRATADO
PERSONALIDADE: JURÍDICA
CNPJ: 14.440.545/0001-23
NOME: SOCIEDADE FACE ENGENHARIA LTDA - EPP
LOGRADOURO: Conjunto Cidade Nova VIII, Trav. WE-45-B, nº 101-A
BAIRRO: Cidade Nova
CIDADE: Ananindeua
UF: PA
CEP: 67.133-805
ORDENADOR
NOME: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Protocolo: 748944

AVISO DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE PROPOSTA
TOMADA DE PREÇO Nº003/2021
PROC. 2021/291273
A Universidade do Estado do Pará, através da Comissão Especial de Licitação, avisa as empresas habilitadas interessadas, a reabertura do certame para fase de propostas, abaixo especificado:
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2021-CEL/UEPA PROC. 2021/291273
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE BLOCO COM DUAS SALAS DE AULA E DOIS LABORATÓRIOS - CAMPUS XX – CASTANHAL/UEPA/PA, localizado na Rua Pedro Porpino, 1181 - PA 320 - Salgadinho – Cep 68745-000 – Castanhal-PA .
Data da Abertura das Propostas : 18 de Janeiro de 2022.
Hora: 9:00 horas
Local : AUDITÓRIO/UEPA Rua do Una, 156, bairro: Telégrafo
Ordenador Responsável: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Dê-se Ciência, Registre-se e Cumpra-se
Belém, 05 de janeiro de 2022.
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
PORT. Nº nº2256/2021/-UEPA, de 08 de novembro de 2021

Protocolo: 748857

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO À HABILITAÇÃO LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO: Nº 003/2021-CEL/UEPA PROC. 2021/291273
A Universidade do Estado do Pará, através da Comissão Especial de Licitação torna público o resultado da habilitação e inabilitação das empresas participantes no certame, abaixo informado:
EMPRESAS HABILITADAS:
1-A FERREIRA & PANTOJA CONSULTORIA CONSTRUÇÃO LTDA-EPP;
2- A3 ENGENHARIA LTDA;
3- ALFA E ÔMEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI;
4- BERESHIT E ATAYDE CONSTRUÇÕES LTDA;
5- CONTINENTAL SERVICE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO EIRELI;
6- DATASOL ENGENHARIA LTDA;
7- ENGEVEL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI;
8- INOVARE EMPREENDIMENTOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA;
9- IGF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – EPP;
10- OKA CONSTRUTORA E INCORPORADORA.
EMPRESAS INABILITADAS:
1- FCL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI;
2- CONSTRUTORA ENERGEO LTDA.
Belém, 20 de Dezembro de 2021.
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Protocolo: 748852

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 005/2022 - DAF/SEASTER
SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
PROCESSO: 2021/1379016
R E S O L V E:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio no período de 19/02/2022 A

20/03/2022, correspondente ao restante do triênio de 16/05/2011 A 15/05/2014, para a servidora, URSULA SULEIMA DE ANDRADE SILVA, Matrícula nº 5890004/1,
CARGO: Tec. em Gestão de Ass. Social na SEASTER.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 05 de janeiro de 2022.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.
Mat. 5945555/ 1

PORTARIA Nº 004/2022 - DAF/SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
PROCESSO: 2021/1386385
R E S O L V E:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio no período de 17/02/2022 A 18/03/2022, correspondente ao triênio de 26/10/2008 A 25/10/2011, para a servidora, ROBSON JOSE DO ESPIRITO SANTO SAGICA, Matrícula nº 54193697/1,
CARGO: Motorista na SEASTER.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 05 de janeiro de 2022.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.
Mat. 5945555/ 1

PORTARIA Nº 001/2022 - DAF/SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
PROCESSO: 2021/1394263
R E S O L V E:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio no período de 01/02/2022 A 02/03/2022, correspondente ao triênio de 20/03/2014 A 19/03/2017, para a servidora, ANDREIA DO SOCORRO BARBOSA CUNHA, Matrícula nº 57226610/2, CARGO:
Assistente de Assistência Social, lotado na SEASTER.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em, 05 de janeiro de 2022.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.
Mat. 5945555/ 1

Protocolo: 748865

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1353/2021– CGP/SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
Considerando o Processo nº 2021/1458550 e apresentação do Laudo Médico nº 83917
R E S O L V E:
CONCEDER, 07 (Sete) dias de afastamento como Licença para Tratamento de Saúde, no período de 06/12/2021 a 12/12/2021, do (a) servidor (a), AMANDA CAROLINA GUEDES SILVA, matrícula: 54188115/1, cargo: Monitor, Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ASSIS SOC TRAB EMP E RENDA.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, 28 de dezembro de 2021.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.
Mat. 5945555/ 1

Protocolo: 748868

ERRATA

PORTARIA Nº 1346/2021 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
Considerando o PAE nº 2021/1435862
ERRATA
Onde se lê: no gozo de suas férias
Leia-se: SUBSTITUINDO A COORDENAÇÃO
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 22 de DEZEMBRO de 2021.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/ 1

Protocolo: 748866

FÉRIAS

PORTARIA N°007 /2022 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste órgão, conforme escala abaixo:

Matrícula	Nome	Período de Gozo	Exercício
54195925/1	Aguinaldo Almeida de Souza	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
57211897/2	Alex da Rocha Rodrigues	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
5958363/1	Antônio da Cruz Gonçalves	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
5910598/1	Arina Marques Lebrego	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
54193643/1	Benedita Correa Novaes	07/02 a 08/03/2022	2020/2021
3255778/1	Carlos Alberto Costa Monteiro	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
3241220/1	Carmélia Vieira Cruz Almeida	01/02 a 02/03/2022	2019/2020
5417813/4	Cristiano Maia Borges	01/02 a 02/03/2022	2020/2021
5946602/1	Dagmar de Souza Siqueira Ferreira	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
5895692/2	Daniela Arede Coelho	01/02 a 02/03/2022	2020/2021
57227457/2	Dhayara de Almeida Rocha	03/02 a 04/03/2022	2021/2022
3204910/1	Elizabeth Feio Boulhosa	04/02 a 05/03/2022	2020/2021
80845399/2	Francy Gabriela Marques de Chaumont	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
54195918/1	Geyse Araújo da Silva Santos	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
57188214/1	Herbet Silva Buna Junior	01/02 a 02/03/2022	2020/2021
5909650/1	Hugo Santos da silva	14/02 a 15/03/2022	2020/2021
5935673/1	Josilene do Socorro C. Camara	07/02 a 08/03/2022	2021/2022
5946668/1	Juvenal Cardoso Pires	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
57188213/1	Keila do Socorro Rebello Evangelista	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
5946682/1	Lucia Adriana Lima da Cruz	01/02 a 02/03/2021	2021/2022
5906593/1	Lucicleide Vieira de Sousa	07/02 a 08/03/2022	2020/2021
5888413/2	Luciana Maria Correa Malcher	14/02 a 15/03/2022	2020/2021
54191320/2	Luiz Carlos Figueiredo da Silva	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
3194809/1	Manoel conceição Farias Paes	03/02 a 04/03/2022	2020/2021
5911188/1	Márcio Alexandre Pinheiro de Nazaré	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
3199150/1	Marlene Moura Mastos	01/02/ a 02/03/2022	2020/2021
5909845/1	Midiã de Jesus Vieira Sena	01/02 a 02/03/2022	2020/2021
5946556/3	Nayana Diniz Tulio	04/02 a 05/03/2022	2021/2022
5946528/1	Nazareno do Espirito Santo dos Santos	01/02 a 02/03/2022	2020/2021
5953987/1	Nazareno Souza Santos	03/02 a 04/03/2022	2021/2022
5903112/1	Nhayura dos Reis Rodrigues	01/02 a 02/03/2022	2020/2021
3219607/1	Paloma Fadul Ferreira	01/02 a 02/03/2022	2020/2021
3193900/1	Paulo Roberto da Silva Soeiro	02/02 a 03/03/2022	2020/2021
5946524/3	Paulo Sérgio de Souza Nascimento	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
55587628/2	Pedro Lucio Santa Rosa da Luz	07/02 a 08/03/2022	2021/2022
5946890/3	Riane Reis da Silva	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
55588660/4	Ricardo Avelino Ganzer	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
5958317/1	Sarah Ferreira Mendes	14/02 a 15/03/2022	2021/2022
5895953/2	Samir Aciole Lauande	01/02 a 02/03/2022	2021/2022
54195018/1	Solange do Socorro T. Nascimento	01/02 a 02/03/2022	2020/2021

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 06 de janeiro de 2022.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Matricula - 5945555/ 1

PORTARIA N°009/2022 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
RESOLVE:
CONCEDER:
15 (quinze) dias de férias regulamentares aos servidores deste órgão, conforme escala abaixo:

Matrícula	Nome	Período de Gozo	Exercício
57176233/1	Dennis Alexandre Wanderley Coelho Vianna	01 a 15/02/2022	2020/2021
3202461/1	Maria Célia Dereci dos Santos Farias	01 a 15/02/2021	2021/2022
6402906/2	Mateus Fernandes Medeiros	05 a 19/02/2022	2021/2022

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 06 de janeiro de 2022.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Matricula - 5945555/

Protocolo: 748987

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 020/2022-GAB/PRES
BELÉM, 06 DE JANEIRO DE 2022.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental de 30.04.2021, publicado no DOE n° 34.571 de 03.05.2021 a contar de 30.04.2021 e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94 e seguintes; Considerando o Memorando nº 06-CPAD de 05.01.2022, despachos da ASPAD de 05.01.2022 e do Presidente da FASEPA de 06.01.2022.RESOLVE:Art. 1º. PRORROGAR com base no parágrafo único do art. 208 da Lei nº 5.810/94, a apuração do PAD nº 16/2021 (Processo nº 2021/1066180), legitimada pela PORTARIA Nº 786/2021-GAB/PRES de 29/10/2021 (DOE nº 34.759 de 08.11.2021), por mais 60 (sessenta) dias a contar de 07/01/2022. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.LUIZ CELSO DA SILVA/Presidente da FASEPA

Protocolo: 749079

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

DISTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 522/2020
PARTES: FASEPA E RAFAEL OLIVEIRA DA COSTA
CARGO: AGENTE DE PORTARIA
LOTAÇÃO: CAS-II
ADMISSÃO: 11/01/2021
TERMINO: 06/01/2022
LUIZ CELSO DA SILVA
Presidente da FASEPA

Protocolo: 749107

DISTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 143/2020
PARTES: FASEPA E RENAN DE SOUSA CUNHA
CARGO: MONITOR
LOTAÇÃO: UASE-BENEVIDES
ADMISSÃO: 03/08/2020
TERMINO: 06/01/2022
LUIZ CELSO DA SILVA
Presidente da FASEPA

Protocolo: 748936

ERRATA

PUBLICAÇÃO DO DIA 08/11/2021 DOE 34759
Onde-se lê: Art. 1º DETERMINAR.....(PROCESSO Nº 2021/1136658)
Leia-se: Art. 1º DETERMINAR.....(PROCESSO Nº 2021/1066180)
LUIZ CELSO DA SILVA
Presidente da FASEPA

Protocolo: 748960

TORNAR SEM EFEITO

A PUBLICAÇÃO DOS CONTRATADOS ADMINISTRATIVO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO CRISTIANE MARIA DA SILVA BARBOSA E GLENDA SALES MORAES DE NºS 269 E 74/2021, RESPECTIVAMENTE DO DOE 34803 DE 20/12/2021.
LUIZ CELSO DA SILVA
Presidente da FASEPA

Protocolo: 748825

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 898 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 - RESOLVE: Conceder, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, servidor GERALDO NEVES PEREIRA DE BARROS matrícula nº. 5771870/2, cargo PEDAGOGO, triênio 15.10.2016/2019, período 27.12.2021 à 25.01.2022.
PORTARIA Nº 012 DE 04 DE JANEIRO DE 2022 - RESOLVE: Conceder, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, servidor JOÃO PAULO ROCHA DA COSTA matrícula nº. 54195993/1, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, triênio 31.12.2010/2013 complemento, período 01.02.2022 à 02.03.2022.
LUIZ CELSO DA SILVA - Presidente

Protocolo: 749003

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO
O Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, no uso de suas atribuições legais e considerando os fatos corroborados nos autos do processo nº 2021/1365169, bem como as disposições do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 001/2021 – SEPLAD e da Ata de Registro de Preços nº 016/2021, que têm por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de aparelhos de ar condicionados, com instalação, com previsão de vigência de 12 (doze) meses, para atender as necessidades das unidades operacionais da FASEPA; considerando os termos do parecer jurídico 286/2021 – PROJUR e da manifestação do Controle Interno, RESOLVE:
I – Determinar a contratação da R. FIGUEIRÓ PEREIRA & CIA LTDA - EPP (CNPJ/MF Nº 09.241.070/0001- 06), para o fornecimento de aparelhos de ar condicionados, com instalação para o atendimento das necessidades desta FASEPA no valor global de R$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil e trezentos e oitenta reais);
II – Determinar à CPL a publicação deste ato;
III – Determinar à GECON a elaboração do instrumento contratual;
IV – Determinar à Diretoria Administrativa e Financeira a indicação de fiscal de contrato nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.
REGISTRE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.
Belém, 05 de janeiro de 2022.
LUIZ CELSO DA SILVA
Presidente da FASEPA

Protocolo: 748826

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO
O Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará, no uso de suas atribuições legais e considerando os fatos corroborados nos autos do processo nº 2021/1365318, bem como as disposições do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 001/2021 – SEPLAD e da Ata de Registro de Preços nº 015/2021, que têm por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de aparelhos de ar condicionados, com instalação, com previsão de vigência de 12 (doze) meses, para atender as necessidades das unidades operacionais da FASEPA; considerando os termos do parecer jurídico 287/2021 – PROJUR e da manifestação do Controle Interno, RESOLVE:
I – Determinar a contratação da O MOVELEIRO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ/MF Nº 08.773.990/0001-02), para o fornecimento de aparelhos de ar condicionados, com instalação para o atendimento das necessidades desta FASEPA no valor global de R$ 73.300,00 (setenta e três mil e trezentos reais);
II – Determinar à CPL a publicação deste ato;
III – Determinar à GECON a elaboração do instrumento contratual;
IV – Determinar à Diretoria Administrativa e Financeira a indicação de fiscal de contrato nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93
REGISTRE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.
Belém, 05 de janeiro de 2022.
LUIZ CELSO DA SILVA
Presidente da FASEPA

Protocolo: 748823

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

PORTARIA

PORTARIA Nº001/2022 – SECON/SEJUDH, de 04 de JANEIRO de 2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Conforme o Decreto Estadual nº 1949 de 28 de dezembro de 2017, que regulamenta o disposto na Lei nº 6.936, de 22 de dezembro de 2006, que instituiu o Conselho de Juventude do Estado do Pará (COJUEPA), tornamos público o nome das Instituições da Sociedade Civil selecionadas de acordo com o Edital nº 001/2021, para comporem as 13 Cadeiras no referido Conselho, no biênio de 2022-2024.
1- MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS – Região Guajará
2- INSTITUTO DE ARTES MACIAIS DA AMAZÔNIA – IAMA - Região Guajará
3- CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL – CTB - Região Guajará
4- ORGANIZAÇÃO DA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL DO PARÁ – ONG Olívia - Região Guajará
5- Teucy – Ilê Axé Oyá Egunitá – Mansu Manso Bando Keke Bisneta - Região Guajará
6- FEDERAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO PARÁ – FEPIPA – Região Xingu
7- INSTITUTO DESPORTIVO EDUCACIONAL, SOCIAL E CULTURAL – IDESC – Região Carajás
8- MOVIMENTO POPULAR DA JUVENTUDE – MPJ – Região Baixo Tocantins
9- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DO PARÁ – FETAGRI/PA – Região Marajó
10- GRUPO DE HOMOSSEXUAIS DE SANTARÉM – GHS – Região Baixo Amazonas
11- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE – Região Caeté
12- UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA – UJS – Região Xingu
13- UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS – UBES – Região Lago do Tucuruí
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 749039

PORTARIA Nº 706/2021-GGP/SEJUDH
Belém (PA), 28 de dezembro de 2021
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 12/02/2021, publicado no DOE nº 34.490 de 12/02/2021 e,
CONSIDERANDO o processo administrativo eletrônico nº 2020/14509
RESOLVE:
DESIGNAR a servidora DÉBORAH SILVA DE JESUS, matrícula funcional n° 54197974/4, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Gestão Pública - Ciências Contábeis, criado pela Lei nº 7.029 de 30.07.2007, nomeada através do Decreto de 11/10/2011, publicado no DOE nº 32,017 de 13/10/2011, com seu efetivo exercício a contar de 23/11/2011, como Contadora Responsável da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH para prestação de contas de exercícios subsequentes.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 749082

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 05/2022-GGP/SEJUDH
Belém (PA), 05 de janeiro de 2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o Artigo n°. 98 da Lei 5.810/1994-RJU/PA e, o Processo Administrativo Eletrônico nº 2021/989904.
RESOLVE:
1 - CONCEDER 60 (sessenta) dias de licença-prêmio ao servidor, José Roberto Barbosa Silva matrícula nº 57190628/2, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, referente ao triênio de 14/08/2011 à 13/08/2014, no período de 02/02/2022 a 02/04/2022;
2 - CONCEDER 60 (sessenta) dias de licença-prêmio ao servidor José Roberto Barbosa Silva, matrícula nº 57190682/2, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, referente ao triênio de 14/08/2014 à 13/08/2017, no período de 03/04/2022 a 01/06/2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Protocolo: 749078

FÉRIAS

PORTARIA Nº 03/2022-GGP/SEJUDH
Belém (PA), 05 de janeiro de 2022
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 12/02/2021, publicado no DOE nº 34.490 de 12/02/2021 e,
CONSIDERANDOo Artigo 74 da Lei nº. 5810 de 24 de janeiro de 1994 – RJU/Pa e. o processo administrativo eletrônico nº 2022/15059.
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste órgão, conforme descrito abaixo:

Matrícula	Servidor	Exercício	Período
5958755/1	Leonardo de Castro Bittencourt	2022	28/02/2022 a 29/03/2022

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Protocolo: 749128

PORTARIA Nº 04/2022-GGP/SEJUDH
Belém (PA), 05 de janeiro de 2022
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 12/02/2021, publicado no DOE nº 34.490 de 12/02/2021 e,
CONSIDERANDOo Artigo 74 da Lei nº. 5810 de 24 de janeiro de 1994 – RJU/PA.
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste órgão, conforme descrito abaixo:

Matrícula	Servidor	Exercício	Período
40371/ 1	Antônio Augusto Vulcão Gama	2020	01/02/2022 a 02/03/2022
43249/ 1	Eva Eliana de Souza Rocha	2022	21/02/2022 a 22/03/2022
3208931/1	Maurício do Socorro Araújo de França	2021	01/02/2022 a 02/03/2022
42080/ 1	Sebastiana Ferreira Palma	2021	01/02/2022 a 02/03/2022

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOSÉ FRANCISCO DE JESUS PANTOJA PEREIRA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Protocolo: 748942

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

RESENHA 16 /2022 SEJUDH – PROCON/PA
O Governo do Estado do Pará, neste ato representado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos SEJUDH e Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON PARÁ, faz publicar, com fulcro no artigo 42 do Decreto n° 2.181/97, Despachos e Decisões proferidos nos Processos Administrativos abaixo relacionados.
NOTIFICAÇÃO N°. 0016/2022
Reclamado (a): SUBMARINO VIAGENS LTDA
NOTIFICO a empresa: SUBMARINO VIAGENS LTDA para RECOLHER A MULTA NO VALOR 4587 UPF's (QUATRO MIL QUINHENTOS E OITENTA E SETE UNIDADES DE PADRÃO FISCAL). Ressaltando que, a apenada poderá valer-se dos benefícios previstos na PORTARIA 386/98 da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/PA) que estabelece desconto de 50% caso o pagamento da multa seja efetuada até o 10° dia da notificação) ou apresentar RECURSO, tudo no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação desta DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCON/PA na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto 2.181/97. O não atendimento dos prazos e condições estabelecidos ensejará a inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme o artigo 55, do Decreto Federal nº 2.181/1997.
A guia para recolhimento da MULTA também poderá ser retirada no PROCON/PA, na Coordenação de Processos Administrativos – CPAD, no horário de 8 ás 14 horas. Trav. Lomas Valentina 1.150- Pedreira – CEP: 66.087-441 - Belém – Pará – Brasil. ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA -Diretor do PROCON/PA.

Protocolo: 748976

RESENHA 15 /2022 SEJUDH – PROCON/PA
O Governo do Estado do Pará, neste ato representado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos SEJUDH e Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON PARÁ, faz publicar, com fulcro no artigo 42 do Decreto n° 2.181/97, Despachos e Decisões proferidos nos Processos Administrativos abaixo relacionados.
NOTIFICAÇÃO N°. 0015/2022
Reclamado (a): SUBMARINO VIAGENS LTDA
NOTIFICO a empresa: SUBMARINO VIAGENS LTDA para RECOLHER A MULTA NO VALOR 4587 UPF's (QUATRO MIL QUINHENTOS E OITENTA E SETE UNIDADES DE PADRÃO FISCAL). Ressaltando que, a apenada poderá valer-se dos benefícios previstos na PORTARIA 386/98 da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/PA) que estabelece desconto de 50% caso o pagamento da multa seja efetuada até o 10° dia da notificação) ou apresentar RECURSO, tudo no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação desta DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCON/PA na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto 2.181/97. O não atendimento dos prazos e condições estabelecidos ensejará a inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme o artigo 55, do Decreto Federal nº 2.181/1997.
A guia para recolhimento da MULTA também poderá ser retirada no PROCON/PA, na Coordenação de Processos Administrativos – CPAD, no horário de 8 ás 14 horas. Trav. Lomas Valentina 1.150- Pedreira – CEP: 66.087-441 - Belém – Pará – Brasil. ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA -Diretor do PROCON/PA.

Protocolo: 748957

RESENHA 12 /2022 SEJUDH – PROCON/PA
O Governo do Estado do Pará, neste ato representado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos SEJUDH e Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON PARÁ, faz publicar, com fulcro no artigo 42 do Decreto n° 2.181/97, Despachos e Decisões proferidos nos Processos Administrativos abaixo relacionados.
NOTIFICAÇÃO N°. 0012/2022
Reclamado (a): SUPERMERCADO INFOSUPER EIRELI

NOTIFICO a empresa: SUPERMERCADO INFOSUPER EIRELI para RECOLHER A MULTA NO VALOR 3000 UPF's (TRÊS UNIDADES DE PADRÃO FISCAL) ressaltando que, a apenada poderá valer-se dos benefícios previstos na PORTARIA 386/98 da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/PA) que estabelece desconto de 50% caso o pagamento da multa seja efetuada até o 10° dia da notificação) ou apresentar RECURSO, tudo no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação desta DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCON/PA na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto 2.181/97. O não atendimento dos prazos e condições estabelecidos ensejará a inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme o artigo 55, do Decreto Federal nº 2.181/1997.
A guia para recolhimento da MULTA também poderá ser retirada no PROCON/PA, na Coordenação de Processos Administrativos – CPAD, no horário de 8 ás 14 horas. Trav. Lomas Valentina 1.150- Pedreira – CEP: 66.087-441 - Belém – Pará – Brasil. ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA -Diretor do PROCON/PA.

Protocolo: 748827

RESENHA 11 /2022 SEJUDH – PROCON/PA
O Governo do Estado do Pará, neste ato representado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos SEJUDH e Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON PARÁ, faz publicar, com fulcro no artigo 42 do Decreto n° 2.181/97, Despachos e Decisões proferidos nos Processos Administrativos abaixo relacionados.
NOTIFICAÇÃO N°. 0011/2022
Reclamado (a): I. RICARDO DA SILVA COMÉRCIO - ME
NOTIFICO a empresa: I. RICARDO DA SILVA COMÉRCIO - ME para RECOLHER A MULTA NO VALOR 800 UPF's (OITOCENTOS UNIDADES DE PADRÃO FISCAL) ressaltando que, a apenada poderá valer-se dos benefícios previstos na PORTARIA 386/98 da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/PA) que estabelece desconto de 50% caso o pagamento da multa seja efetuada até o 10° dia da notificação) ou apresentar RECURSO, tudo no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação desta DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCON/PA na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto 2.181/97. O não atendimento dos prazos e condições estabelecidos ensejará a inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme o artigo 55, do Decreto Federal nº 2.181/1997.
A guia para recolhimento da MULTA também poderá ser retirada no PROCON/PA, na Coordenação de Processos Administrativos – CPAD, no horário de 8 ás 14 horas. Trav. Lomas Valentina 1.150- Pedreira – CEP: 66.087-441 - Belém – Pará – Brasil. ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA -Diretor do PROCON/PA.

Protocolo: 748820

RESENHA 10 /2022 SEJUDH – PROCON/PA
O Governo do Estado do Pará, neste ato representado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos SEJUDH e Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON PARÁ, faz publicar, com fulcro no artigo 42 do Decreto n° 2.181/97, Despachos e Decisões proferidos nos Processos Administrativos abaixo relacionados.
NOTIFICAÇÃO N°. 0010/2022
Reclamado (a): SOUZA E BARROS LTDA
NOTIFICO a empresa: SOUZA E BARROS LTDA para RECOLHER A MULTA NO VALOR 1200 UPF's (HUM MIL E DUZENTAS UNIDADES DE PADRÃO FISCAL) ressaltando que, a apenada poderá valer-se dos benefícios previstos na PORTARIA 386/98 da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/PA) que estabelece desconto de 50% caso o pagamento da multa seja efetuada até o 10° dia da notificação) ou apresentar RECURSO, tudo no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação desta DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCON/PA na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto 2.181/97. O não atendimento dos prazos e condições estabelecidos ensejará a inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme o artigo 55, do Decreto Federal nº 2.181/1997.
A guia para recolhimento da MULTA também poderá ser retirada no PROCON/PA, na Coordenação de Processos Administrativos – CPAD, no horário de 8 ás 14 horas. Trav. Lomas Valentina 1.150- Pedreira – CEP: 66.087-441 - Belém – Pará – Brasil. ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA -Diretor do PROCON/PA.

Protocolo: 748804

RESENHA 13 /2022 SEJUDH – PROCON/PA
O Governo do Estado do Pará, neste ato representado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos SEJUDH e Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON PARÁ, faz publicar, com fulcro no artigo 42 do Decreto n° 2.181/97, Despachos e Decisões proferidos nos Processos Administrativos abaixo relacionados.
NOTIFICAÇÃO N°. 0013/2022
Reclamado (a): A & J SUPERMERCADO LTDA - EPP
NOTIFICO a empresa: A & J SUPERMERCADO LTDA - EPP para RECOLHER A MULTA NO VALOR 4800 UPF's (QUATRO MIL E OITOCENTAS UNIDADES DE PADRÃO FISCAL) ressaltando que, a apenada poderá valer-se dos benefícios previstos na PORTARIA 386/98 da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/PA) que estabelece desconto de 50% caso o pagamento da multa seja efetuada até o 10° dia da notificação) ou apresentar RECURSO, tudo no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação desta DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCON/PA na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto 2.181/97. O não atendimento dos prazos e condições estabelecidos ensejará a inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme o artigo 55, do Decreto Federal nº 2.181/1997.
A guia para recolhimento da MULTA também poderá ser retirada no PROCON/PA, na Coordenação de Processos Administrativos – CPAD, no horário de 8 ás 14 horas. Trav. Lomas Valentina 1.150- Pedreira – CEP: 66.087-441 - Belém – Pará – Brasil. ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA -Diretor do PROCON/PA.

Protocolo: 748871

RESENHA 14 /2022 SEJUDH – PROCON/PA
O Governo do Estado do Pará, neste ato representado pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos SEJUDH e Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON PARÁ, faz publicar, com fulcro no artigo 42 do Decreto n° 2.181/97, Despachos e Decisões proferidos nos Processos Administrativos abaixo relacionados.
NOTIFICAÇÃO N°. 0014/2022
Reclamado (a): E. MARQUES NASCIMENTO - EPP
NOTIFICO a empresa: E. MARQUES NASCIMENTO - EPP para RECOLHER A MULTA NO VALOR 5000 UPF's (CINCO MIL UNIDADES DE PADRÃO FISCAL), também o recolhimento em REAL no valor de 500,00 (QUINHENTOS REAIS), sob os quais não incidem o benefício da portaria 386/98 da SEJUDH. Ressaltando que, a apenada poderá valer-se dos benefícios previstos na PORTARIA 386/98 da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH/PA) que estabelece desconto de 50% caso o pagamento da multa seja efetuada até o 10° dia da notificação) ou apresentar RECURSO, tudo no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da notificação desta DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PROCON/PA na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto 2.181/97. O não atendimento dos prazos e condições estabelecidos ensejará a inscrição em Dívida Ativa do Estado, conforme o artigo 55, do Decreto Federal nº 2.181/1997.
A guia para recolhimento da MULTA também poderá ser retirada no PROCON/PA, na Coordenação de Processos Administrativos – CPAD, no horário de 8 ás 14 horas. Trav. Lomas Valentina 1.150- Pedreira – CEP: 66.087-441 - Belém – Pará – Brasil. ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARBOSA -Diretor do PROCON/PA.

Protocolo: 748923

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

CONTRATO

EXTRATO DE CARTA CONTRATO Nº 003/2021
Contratante: COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ – GÁS DO PARÁ.
Contratada: ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S CNPJ n. 61.366.936/0003-97
Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis da GÁS DO PARÁ – Exercícios 2021 e 2022.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.
Modalidade: Contratação Direta por Dispensa de Licitação com base no art. 29, inciso II, da Lei 13.303/16 – Processo Administrativo nº 028/2021.
Valor Global: R$ 32.820,98 (trinta e dois mil, oitocentos e vinte reais e noventa e oito
centavos).
Dotação orçamentária: Próprio.
Fonte de Recurso: Próprio.
Ordenador Responsável: Diretora Presidente Cláudia Bitar.
Foro: Belém/PA.
Pela Contratante: Cláudia Bitar e André Macêdo.
Pela Contratada: Francisco da Silva Pimentel.
Data de Assinatura: 29 de dezembro de 2021.

Protocolo: 748829

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
2º Termo Aditivo ao Contrato: 019/2021 – JUCEPA.
PAE n° 2021/1274868
Exercício: 2022.
Data da Assinatura: 03/01/2022.
Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA READEQUAÇÃO
1.1 A readequação dos serventes de limpeza. Assim, ficará lotada na Sede 6 (seis) serventes de limpeza e nas Unidades Desconcentradas ficará lotado 03 (três) servente de limpeza.

Contratado: TEC NEWS EIRELI, inscrita no CNPJ 05.608.779/0001-46 , com sede na Rua Copacabana, nº 392, Bairro: vilage wilde maciel, CEP 69.918- 500, Rio Branco/AC.
Ordenadora: Cilene Moreira Sabino de Oliveira – Presidente da JUCEPA.

Protocolo: 748903

FÉRIAS

PORTARIA Nº 001/2022 de 03/01/2022. Art. 1º ESTABELECER a programação de férias do mês de FEVEREIRO/2022 dos servidores da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA, referente aos exercícios de 2020/2021 e 2021/2022, conforme processo nº 2021/1465131 e relação abaixo:

Nº	NOME	MATRICULA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1	Dulcival Melo e Silva	2022060/1	08/03/2020 a 07/03/2021	15/02/2022 a 16/03/2022
2	Enock Pereira dos Santos	2022370/1	01/02/2021 a 31/01/2022	01/02/2022 a 02/03/2022
3	Fabio da Costa Santos	5946534/1	11/02/2021 a 10/02/2022	11/02/2022 a 12/03/2022
4	Marcelo Vieira da Silva	57211818/1	02/02/2021 a 01/02/2022	14/02/2022 a 25/02/2022
5	Maria Inês Andrade Zaferino	57176190/1	13/12/2020 a 12/12/2021	03/02/2022 a 04/03/2022
6	Ranieri Teles Vasconcelos Segundo	5913405/2	17/08/2020 a 16/08/2021	28/02/2022 a 19/03/2022
7	Rosa Maria Rodrigues Lopes	5889497/1	03/05/2020 a 02/05/2021	07/02/2022 a 25/02/2022
8	Uender Soares Xavier Filho	5945416/1	06/11/2020 a 05/11/2021	01/02/2022 a 20/02/2022

CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA Presidente

Protocolo: 748835

NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

PORTARIA Nº 01/2022-NEPMV
A Diretora Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV, no exercício de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Estadual n° 7.756/2013 e suas alterações posteriores, RESOLVE: CONCEDER, no período de 04/01/2022 a 31/01/2022, gozo de férias regulamentares ao servidor Idnaldo José Lopes de Abreu, Coordenador de Contratos do NEPMV, portador da matrícula funcional nº 54193851, referente a suspensão, por necessidade de serviço, do gozo de férias relativas ao período de 03/11/2021 a 30/11/2021, publicada através da PORTARIA Nº 33/2021-NEPMV, publicada no DOE nº 34.757 de 05 de novembro de 2021. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém-PA, 05 de janeiro de 2022. JAQUELINE DE CARVALHO PEÇANHA (Diretora Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes – NEPMV).

Protocolo: 748989

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

ERRATA

PORTARIA Nº. 008/2022, DE 04 DE JANEIRO DE 2022.
PUBLICADA NO DOE Nº. 34.822, DE 06/01/2022.
Onde se lê:

5931537/3	Allana Kattarina Rodrigues Lobato da Silva	Chefe de Gabinete	01/12/2020 a 30/11/2021	16/02/2022 a 15/03/2022

Leia-se:

5931537/3	Allana Kattarina Rodrigues Lobato da Silva	Chefe de Gabinete	01/12/2020 a 30/11/2021	16/02/2022 a 17/03/2022

Protocolo: 748859

ERRATA
Na matéria, protocolo nº 746700, publicada no DOE nº 34.811, de 27/12/2021, referente ao 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 45/2016 – CP nº 29/2015:.
ONDE SE LÊ: 1º TAC nº 45/2016 - CP nº 29/2015
LEIA-SE : 5º TAC nº 45/2016 - CP nº 29/2015
Ordenador: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 748830

ERRATA
Na matéria, protocolo nº 743990, publicada no DOE nº 34.803, de 20/12/2021, referente ao 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2019 – CPI nº 04/2018
ONDE SE LÊ: DATA DE ASSINATURA 17/12/2021
LEIA-SE: DATA DE ASSINATURA 10/12/2021
Ordenador: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 748938

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2021– CV Nº 26/2021
PARTES:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Construtora WV Ltda EPP - CNPJ nº 11.993.727/0001-33
OBJETO: Execução dos eerviços da obra de reforma do istema de drenagem da PGE e recuperação do Condomínio Atalaia D'or, em Belém, neste estado.
VIGÊNCIA: 07/01/2022 a 07/05/2022
VALOR: R$ 59.425,71
NOTA DE EMPENHO: Nº 2021NE02646
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07101 15.451.1508.7552 449051 0101/0301
07101 15.451.1489.7645 449051 0101/0301
FORO: Belém
DATA DA ASSINATURA: 05/01/2022
ORDENADOR RESPONSÁVEL:
Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
ENDEREÇO DA CONTRATADA:
Av. Manoel Antônio Souza nº 850- Pedreirinha na cidade de Marituba-PA, CEP 67203-605
TELEFONE: (91) 99181-5707

Protocolo: 748901

TERMO ADITIVO A CONTRATO

14º TAC Nº 26/2015 – CP Nº 001/2015
Partes:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Phaz Construções e Incorporações Eireli – CNPJ 12.143.487/0001-40
Objeto:Execução dos serviços remanescentes do contrato nº 13/2009, referente ao sistema de Esgotamento Sanitário, no município de Capitão Poço/PA.
Justificativa: Prorrogação de prazo, cfe. art. 57, §1º, VI da Lei Federal nº 8.666/93.
Vigência: 16/01/2022 a 16/04/2022
Data da Assinatura: 05/01/2022
Ordenador Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 748824

7º TAC Nº 12/2019 - TP Nº 19/2018
Partes:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
B&M Construtora LTDA CNPJ: 04.370.847/0001-19
OBJETO: Conclusão do Sistema de Abastecimento de Água, no Município de São Sebastião da Boa Vista neste Estado
Justificativa: Reequilíbrio econômico-financeiro, cfe. Art. 65, II, d, da Lei 8.666/93,
Valor do Reequilíbrio: R$ 53.696,39
Dotação Orçamentária: 07101 17.512.1489-7567 0101/0301 449051
Data de Assinatura: 06/01/2022
Ordenador: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 748867

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 013/2022, DE 05 DE JANEIRO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 07/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, do dia 08/02/2019 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº. 071/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº. 7.087, de 16/01/2008/CONCIDADES/PA e o Regimento Interno do CONCIDADES/PA; e ainda o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de Janeiro de 1994;
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/12876, de 05/01/2022 – CONCI/SEDOP;
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao colaborador eventual relacionado:

NOME: João de Deus Ferreira, CPF: 033.326.082-15; Cargo/Função: Colaborador Eventual.
OBJETIVO: Participar da Reunião de Coordenação da Conferência Estadual das Cidades.
DESTINO: Belém/PA.
DIÁRIA: 1,5 (uma e meia).
DATA: 13,20 e 27/01/2022.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto de Gestão de Desenvolvimento Urbano.

Protocolo: 748985

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

ERRATA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020.
Publicado no Diário Oficial do Estado do Pará nº 34.742, 21/10/2021.
Protocolo: 718681
ERRATA
Onde se lê: "19.10.2021"
Leia-se: "15.10.2021"
Contratada: SÓLIDA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 14.109.263/0001-48.
Ordenador: José Antônio De Angelis.

Protocolo: 748916

OUTRAS MATÉRIAS

Renovação de Licença de Instalação
A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA torna público que protocolou junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) pedido de renovação da Licença de Instalação nº 2867/2018, processo nº 7868/2021, referente ao Sistema de Abastecimento de Água nos setores Cristo, Estrela, Jaderlândia e Santa Catarina do município de Castanhal/PA.
José Antônio De Angelis
Presidente da Companhia de Saneamento do Pará - Cosanpa

Protocolo: 748828

AGÊNCIA DE TRANSPORTE METROPOLITANO

Contrato: 007/2021
Exercício: 2022
Objeto: Prestação de serviços de limpeza e conservação – 01 (um) posto de auxiliar de serviços gerais.
Valor Total: 19.714,70 (dezenove mil setecentos e quatorze reais e setenta centavos)
Data Assinatura: 27/12/2021
Vigência: 27/12/2021 a 26/05/2022
Origem: Dispensa de Licitação, art. 24, IV da Lei 8.666/93
Orçamento:
Projeto/Atividade: 45201.26.122.1297.8338 – Operacionalização das Ações Administrativos
Plano Interno: 4120008338C
Elemento de Despesa: 3339037
Fonte: 0101 – Recursos do Tesouro do Estado.
Contratado: PROSERV SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Endereço: Conj. Maria Helena Coutinho – WE 3 QD 03, n.º 16, Tenoné. CEP. 66820-751 - Belém/PA
E-mail: proserv_limpeza@hotmail.com
Ordenador: Eduardo de Castro Ribeiro Junior

Protocolo: 749195

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 005 DE 05 DE JANEIRO DE 2022
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE, 18/11/2021, publicado no DOE Nº 34.771, de 19/11/2021.
CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 685 de 28 de dezembro de 2021, publicado no DOE nº 34.816 do dia 30.12.2021;
CONSIDERANDO os termos do PAE nº 2021/1430639;
Art. 1º. DESIGNAR o servidor, DANIEL JOSÉ BARBOSA SIDÔNIO, Identidade Funcional nº 54186791/4, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Adjunta - SECAD, como presidente da Comissão Permanente de Licitação/Especial de Credenciamento, destinada a processar e julgar o credenciamento, destinados a selecionar Instituições de Nível Superior com fins lucrativos, para atender as demandas específicas do programa Forma Pará, exercendo as atribuições que lhe são conferidas pela Lei de regência da matéria e demais dispositivos legais a ela aplicáveis.
Art. 2º. Será de competência do presidente da Comissão, assim como dos demais membros designados através da Portaria acima mencionada:
I) Coordenar e organizar o processo de seleção das propostas apresentadas;
II) Avaliar as propostas habilitadas quanto ao mérito e classificá-las, mediante o julgamento dos critérios apresentados no respectivo Edital;
III) Analisar os documentos apresentados que comprovem o atendimento aos critérios estabelecidos no Edital conferindo-lhe a devida pontuação;
IV) Deliberar sobre os projetos e respectivos documentos apresentados;
V) Designar o resultado preliminar da seleção;
VI) Receber os recursos que versem sobre o resultado preliminar de seleção interpostos pelas entidades proponentes;
VII) Deliberar sobre os recursos que versem sobre o resultado preliminar da seleção, bem como encaminhá-los ao Núcleo Jurídico da SECTET;
VIII) Divulgar o resultado do julgamento dos recursos;
IX) Deliberar sobre os casos omissos referentes ao Edital;
X) O membro da Comissão de Seleção que incorrer em impedimento, conforme disposto na Legislação, deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena nulidade dos atos que praticar.
Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 05 de janeiro de 2022.
EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES
Secretária de Estado, em exercício.

Protocolo: 748831

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 006 DE 06 DE JANEIRO DE 2022
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE, 18/11/2021, publicado no DOE Nº 34.771, de 19/11/2021.
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/3223;
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora DANIELE GARCIA DA SILVA, Identidade Funcional nº 5900126/1, ocupante do cargo de Gerente GEP-DAS-011.3, lotada no Gabinete do Secretário – GABS, para responder pelo cargo de Chefe de Gabinete, GEP-DAS-011.4, no período de 02/02/2022 a 03/03/2022, com todas as vantagens inerentes ao cargo, durante o impedimento da titular MARIA LUCIA LANGBECK OHANA, Identidade Funcional nº 5251907/1, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, GEP-DAS-011.4, lotada no Gabinete do Secretário-GABS, que responderá pelo cargo de Secretária Adjunta, no período acima citado, conforme PORTARIA Nº 003 de 05.01.2022, publicada no DOE nº 34.822 de 06.01.2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 06 de janeiro de 2022.
EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES
Secretária de Estado, em exercício.

Protocolo: 748854

CONVÊNIO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 005/2021 – SECTET/UFPA/FADESP
Objeto: O presente CONVÊNIO visa à criação do projeto intitulado: Museu Virtual História da Alimentação e Gastronomia Paraense, com a finalidade de valorizar, divulgar e promover o Ensino, a História e o Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará, conforme Plano de Trabalho - ANEXO 1.
Valor: R$ 275.752,40 (Duzentos e setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).
Dotação Orçamentaria:
Funcional programática: 48101.19.573.1490.8699, Elemento de Despesa: 335041, Ação: 261593, Fonte: 0324.00.8794 e PI:207.000.8699C.
Funcional programática: 48101.19.573.1490.8699, Elemento de Despesa: 445041, Ação: 262171, Fonte: 0124 e PI: 207.000.8699E.
Data da Assinatura: 30/12/2021
Início da Vigência: 30/12/2021
Término da Vigência: 29/03/2023
Concedente: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET (CNPJ nº: 08.978.226/0001-73).
Convenente: Universidade Federal do Pará - UFPA (CNPJ nº: 34.621.748/0001-23) Interveniente: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP (CNPJ nº: 05.572.870/0001-59)
Ordenador: CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY, Secretário de Estado da SECTET.

Protocolo: 748855

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 007/2021 – SECTET/UFPA/FADESP
Objeto: Revitalização da casa de passagem para atender aos servidores da SECTEC e professores que participam do programa Forma Pará no município de Tucuruí, conforme ANEXO I – Plano de Trabalho.
Valor: R$ 59.382,18 (Cinquenta e nove mil trezentos e oitenta e dois reais e dezoito centavos).
Dotação Orçamentaria:
Funcional Programática: 48101. 19.571.1490.8929, Elemento de despesa: 445041, Ação: 271050, Fonte: 0124 e PI: 207.000.8929E..
Data da Assinatura: 30/12/2021
Início da Vigência: 30/12/2021
Término da Vigência: 29/03/2022
Concedente: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET (CNPJ nº: 08.978.226/0001-73).
Convenente: Universidade Federal do Pará - UFPA (CNPJ nº: 34.621.748/0001-23) Interveniente: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP (CNPJ nº: 05.572.870/0001-59)
Ordenador: CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY, Secretário de Estado da SECTET.

Protocolo: 748956

FÉRIAS

PORTARIA Nº 004 DE 06 DE JANEIRO DE 2022
A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 650 de 15.12.2021, publicada no DOE nº 34.799 de 16.12.2021.
R E S O L V E:
CONCEDER férias regulamentares no mês de fevereiro de 2022 ao servidor abaixo relacionado:

MATRÍCULA	NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO DE GOZO
54196456/5	DEMETHRIUS PEREIRA LUCENA DE OLIVEIRA	2021/2022	02/02 a 03/03/2022

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 06 de janeiro de 2022.
TANIA CRISTINA DOS SANTOS SANTANA
Diretora de Administração e Finanças, em exercício.

Protocolo: 749105

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

ERRATA

Errata da publicação
Publicação realizada no DOE nº 34.772 de 22 de novembro de 2021, pag 82.
Onde se lê:
Data de adesão: 07/agosto de 2007
Leia-se:
Data de adesão: 13 de julho 2020

Protocolo: 748959

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA – PRESI Nº. 002, DE 03 DE JANEIRO DE 2022 - O PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art.1º Designar IVETE BRAGA VALENTE RODRIGUES, Analista de Sistemas, matrícula 5272980, como substituta interina do colaborador ROBERTO MASAO OYA, matrícula 3246450, para Função Comissionada de Gerente de Divisão da Divisão de Corporativos - DSC, subordinado à Gerência de Negócios de Sistemas – GNS/DDS, no período de 03/01/2022 a 29/01/2022, em função do período de férias da titular. Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, revogando-se as disposições em contrário. Art. 3º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 03 de janeiro de 2022. MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO DA COSTA - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

PORTARIA – PRESI Nº.003, DE 04 DE JANEIRO DE 2022 - O PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; CONSIDERANDO processo nº 2021/1427408 R E S O L V E: Art. 2º Designar MARIA HELENA DOS SANTOS SÁ, Assistente Administrativo, Gerente de Divisão, matrícula 3252604, como substituta interina da colaboradora BIANCA HELENA BARBOSA CARDIAS, matrícula 5946659, para Função Comissionada de Gerente de Área da Gerência Administrativa – GAD, subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira – DAF, no período de 17/01/2022 a 12/02/2022, em função do gozo de férias da titular. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data. Art. 4º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 04 de janeiro de 2022. MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO DA COSTA - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.
PORTARIA – PRESI Nº. 004, DE 06 DE JANEIRO DE 2022 - O PRESIDENTE DA PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO PARÁ, no uso de suas competências que lhe são conferidas pelo Art. 26, do Regimento desta empresa; R E S O L V E: Art.1º Designar BRÁULIO DE CASTRO ALVES, Analista de Suporte, Gerente de Área, matrícula 8080684, como substituto interino de LUIZ CARLOS HENDERSON GUEDES DE OLIVEIRA, matrícula, 73.348, Diretor da Diretoria de Projetos Especiais - DPE, no período de 11/01/2022 a 18/01/2022, em função da ausência do titular. Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor nesta data. Art. 3º Dê-se ciência e cumpra-se. Gabinete da Presidência da PRODEPA – Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, 06 de janeiro de 2022. MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO DA COSTA - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

Protocolo: 749020

ERRATA

ERRATA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 001/2021 - Nº DE PUBLICAÇÃO – PROTOCOLO Nº. 688253, DOE Nº. 34.683 - DATA PARA PUBLICAÇÃO: 27/08/2021 - PARTES: PRODEPA e LINHAS MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A - **ONDE LÊ-SE:** DATA DA ASSINATURA: 30/07/2021 - **LEIA-SE:** DATA DA ASSINATURA: 28/12/2021 - ONDE LÊ-SE: VIGÊNCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNICA: 30/07/2021 a 29/01/2021 - LEIA-SE: 28/12/2021 a 27/06/2022 - ORDENADOR DE DESPESA: MARCOS ANTONIO BRANDÃO DA COSTA.

Protocolo: 748870

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO. Nº: 046/2021 - MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 019/2021 e seus anexos - PARTES: PRODEPA E EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A – OBJETO: Compra e fornecimento de energia elétrica para a sede da PRODEPA em média tensão - DATA DA ASSINATURA: 30/12/2021 - VIGÊNCIA: 30/12/2021 a 29/12/2026 - VALOR (R$): 9.000.000,00 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.122.1297.8338 – 339039 - FONTE DE RECURSO: 0261 - ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO DA COSTA - END. DO CONTRATADO: Rodovia Augusto Montenegro, Km 8.5, s/n, bairro: Coqueiro - CEP 66.823-010.

Protocolo: 748873

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº. 480/2021-SEEL, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADA NO DOE Nº 34.814, DE 29/12/2021.
ONDE SE LÊ: Licença Prêmio no período de 03/01/2021 a 01/02/2021,
LEIA-SE: Licença Prêmio no período de 03/01/2022 a 01/02/2022,
Ordenador: NIVAN SETUBAL NORONHA

Protocolo: 748941

TERMO ADITIVO A CONTRATO

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 038/2018-SEEL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2016/154178
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO ORIGINÁRIO
1.1 – O Contrato n° 038/2018-SEEL tem por objeto a contratação de empresa especializada para a AQUISIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA AO AR LIVRE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, de acordo com as especificações que se encontram enumeradas e explicitadas nos Anexos do Edital da Tomada de Preços nº 008/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO PRESENTE ADITIVO
2.1 –O presente Termo Aditivo tem por finalidade a prorrogação da vigência do contrato, por mais 03 (três) meses de execução do objeto.
ASSINATURA: 30/12/2021 VIGÊNCIA: 30/12/2021 à 30/03/2022
CONTRATADA: W.M. VILHENA PINTO E CIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF 08.871.507/0001-22
ORDENADOR DE DESPESA: NIVAN SETUBAL NORONHA.

Protocolo: 748953

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

1° TERMO ADITIVO DE COOPERAÇÃO Nº. 001/2021-SEEL
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2019/55072
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO ORIGINÁRIO
1.1 – O Termo de Cooperação n° 001/2021-SEEL tem por objeto a instalação do projeto "CANOAGEM PARÁ: RIOS DE TALENTO" no município de PORTEL, visando desenvolver a modalidade "Canoagem de Velocidade", com o escopo de impulsionar o desenvolvimento deste esporte na região, atendendo a população na faixa etária de 13 (treze) a 18 (dezoito) anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, proporcionando, ainda, a integração da comunidade na região;
CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO PRESENTE ADITIVO
2.1 –O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação do Contrato nº 001/2021-SEEL, por mais 12 (doze) meses de vigência.
ASSINATURA: 01/12/2021 VIGÊNCIA: 01/12/2021 à 01/12/2022
COOPERADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL, inscrita no CNPJ/MF sob o no 04.876.447/0001-80
ORDENADOR DE DESPESA: NIVAN SETUBAL NORONHA.

Protocolo: 749087

OUTRAS MATÉRIAS

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO- TOMADA DE PREÇOS 08/2021-SEEL. Processo nº: 2021/399806.
Objeto: Contratação de empresa especializada em construção de rampa de acesso ao rio Uriboca e depósito para guardar de caíques e pranchas.
A Comissão Especial de Licitação comunica o resultado de habilitação, para os efeitos do art. 109, da Lei 8.666/93, conforme abaixo:

- ENGEVEL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ:02.100.753/0001-HABILITADA;
- LOOV ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 42.641.827/0001-24 -HABILITADA;
- FCL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 42.431.449/0001-54 - HABILITADA (SOB CONDIÇÃO);
- AVANTI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, CNPJ: 24.426.491/0001-03 - HABILITADA;

Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Especial de Licitação e no e-mail: licitacaoseel@hotmail.com.
Belém (PA), 06 de janeiro de 2022.
Rafael Theocharopoulos Corrêa
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Protocolo: 749109

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

PORTARIA

PORTARIA 004/2022/GEPS/SETUR DE 05 DE JANEIRO DE 2022
CONSIDERANDO os termos dos Processos Nº 2016/218886, 2017/483486, 2017/397162 e 2017/443905;CONSIDERANDO As normas descritas no Decreto Estadual 1.835/17 e as Resoluções do TCE Nº 18.784 e 18.842;RESOLVE: I – INSTAURAR Processo de Tomada de Contas Especial, com finalidade de apurar os fatos referentes a possíveis atos ilegais ou antieconômicos praticados no Termo de Fomento nº 003/2016, 002/2017, 003/2017 e 004/2017, que firmou parceria entre o Estado do Pará por meio da Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e Associação Paraense de Recursos Humanos – APRH. II – CONSTITUIR Comissão formada pelos servidores conforme designação abaixo para, sob a presidência do primeiro, realizar a partir da publicação desta Portaria, no prazo de 90 (noventa) dias, a Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 71, § 5º, I do decreto estadual nº 1.835, de 5 de setembro de 2017, podendo a mesma ser renovada por mais uma vez, pelo mesmo período.

Nº	Nome do Servidor	Matrícula	Função na Comissão
01	TEREZA JACQUELINE RODRIGUES ALVES	2014890/1	Presidente
02	ULTIMO AUGUSTO CORREA DE MIRANDA	55589514/1	Membro
03	MARIA DE FÁTIMA COELHO BOOIJ	5888245/2	Membro

III – REVOGAR a PORTARIA Nº 179/2020/GEPS/SETUR DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

Protocolo: 748908

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 006/GEPS/SETUR DE 06 DE JANEIRO DE 2022
CONSIDERANDO os termos do processo 2021/1484453; combinado aos arts. 98 e 99 da Lei 5.810/94; RESOLVE: I- CONCEDER a servidora LENIZE DIRCE DE MONTALVÃO GUEDES, Mat. 3249379/1, ocupante do cargo de Técnico, 60 (sessenta) dias de licença prêmio, referente ao exercício aquisitivo 10/07/2011 a 09/07/2014. II- AUTORIZAR que a referida licença seja usufruída nos períodos de 03/01/2022 a 03/03/2022. ORDENADOR: ANDERSON OLIVEIRA CAVALCANTE.

Protocolo: 749086

DEFENSORIA PÚBLICA

ADMISSÃO DE SERVIDOR

ATO No. 71, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021.
A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no exercício da Defensoria Pública-Geral, em uso das atribuições conferidas pelo art. 8°, VIII e XXVII, da Lei Complementar n° 54, de 7 de fevereiro de 2006; considerando o que consta no Processo Administrativo Eletrônico no 2021/1478751; RESOLVE:
Nomear DÉBORA KALINE DE LUNA TEIXEIRA, OAB No 13940-B, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO DE DEFENSORIA, código DAS-DEF-PUB, junto ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral, a contar de 10.01.2021.
MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS
Subdefensora Pública-Geral do Estado do Pará,
no exercício da Defensoria Pública-Geral

Protocolo: 748803

OUTRAS MATÉRIAS

ATO Nº 72, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021.
A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8°, VIII e XXVII, da Lei Complementar n° 054, de 07 de fevereiro de 2006, RESOLVE:
Exonerar MELINY CAMPOS DO NASCIMENTO, ID. funcional nº 5961229, do cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO da Defensoria Pública, padrão GEP-DAS-011.04, a contar de 31 de dezembro de 2021.
MÔNICA PALHETA PURTADO BELÉM DIAS
Defensora Público-Geral do Estado do Pará, em exercício

Protocolo: 748958

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2019/TJPA // Partes: TJPA e a empresa METALÚRGICA ASCURRA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.652.937/0001/04 // Objeto do Contrato: contratação de

empresa especializada para aquisição e instalação de plataformas de percurso vertical para os fóruns de Óbidos e Parauapebas (prédio anexo), com serviço de conservação/manutenção em garantia // Objeto do Aditivo: prorrogação da vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses // Valor do Aditivo: valor global de R$ 11.147,00 (onze mil, cento e quarenta e sete reais) // Vigência: 19 de janeiro de 2022 e término em 18 de janeiro de 2023 // Dotação orçamentária: UO 04101 – 02.122.1421.8195; fonte 0101; elemento de despesa 339039 e UO 04102 – 02.122.1421.8644; fonte 0118; elemento de despesa 339039 // Data da assinatura: 30/12/2021 // Foro: Belém-PA // Responsável pela assinatura: Débora Moraes Gomes – Secretária de Administração // Ordenador Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos – Secretário de Planejamento.

Protocolo: 748719

AVISO DE LICITAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/TJPA/2022
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é o Registro de Preços para eventual prestação de Serviços Comuns de Engenharia com Fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos para atender as necessidades de manutenção predial corretiva dos edifícios ocupados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará na Região Oeste do Estado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.
SESSÃO PÚBLICA: 19/01/2022, às 09h30min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 743847

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/TJPA/2022
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em solução de sistemas de geração de energia fotovoltaica conectados à rede elétrica, incluindo a elaboração de projeto executivo, fornecimento de materiais, instalação, garantia e treinamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.
SESSÃO PÚBLICA: 19/01/2022, às 11h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 743861

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/TJPA/2022
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é o Registro de Preços para eventual aquisição de agentes extintores e outros materiais para Recarga e Serviço de Manutenção de 2º e 3º nível de Extintores de Incêndio Portáteis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.
SESSÃO PÚBLICA: 19/01/2022, às 09h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 744204

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/TJPA/2022
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é o Registro de Preço para a Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviço de Lavagem e Passagem de Roupas Comuns, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.
SESSÃO PÚBLICA: 19/01/2022, às 09h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 744757

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/TJPA/2022
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é o Concessão Administrativa de Espaço Público para Prestação de Serviço de Restaurante e Lanchonete nas instalações do Fórum de Ananindeua, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.
SESSÃO PÚBLICA: 19/01/2022, às 11h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 744816

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/TJPA/2021
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de agente de integração de estágio, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.
SESSÃO PÚBLICA: 19/01/2022, às 10h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 745114

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/TJPA/2022
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é a Concessão Administrativa de Espaço Público para Prestação de Serviço de Restaurante e Lanchonete nas instalações do Prédio Sede – Lauro Sodré, pertencente a este Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital.
SESSÃO PÚBLICA: 20/01/2022, às 09h30min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 746284

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/TJPA/2022
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é o Registro de Preços de Equipamentos Audiovisuais para operação de atividades dessa natureza no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital.
SESSÃO PÚBLICA: 20/01/2022, às 11h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 746732

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/TJPA/2022
OBJETO: O objeto do presente pregão eletrônico é a Contratação de empresa especializada para a aquisição, instalação e manutenção em garantia das plataformas de percurso vertical, nos Fóruns de Bragança, localizado à Av. Nazeazeno Ferreira, s/n, bairro Centro, CEP: 68.600-000, Bragança-PA, e de Nova Timboteua, localizado à Av. Barão do Rio Branco, 2083, bairro Centro, CEP: 68.730-000, Nova Timboteua-PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.
SESSÃO PÚBLICA: 19/01/2022, às 11h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. UASG do TJ/PA: 925942.
Edital disponível em: www.gov.br/compras/pt-br e www.tjpa.jus.br. Informações pelo telefone (91)3205-3184, (91) 3205-3257 ou e-mail licitacao@tjpa.jus.br.
Belém, 06 de janeiro de 2022.
Serviço de Licitação do TJPA.

Protocolo: 748514

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA
AVISO DE RATIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Abaetetuba torna público que o Secretário municipal de Educação, Cultura e Desporto no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 012, de 04 de fevereiro de 2021 RATIFICOU o processo de DISPENSA Nº 034/2021, cujo objeto é Locação de Imóvel Localizado na Costa Marataúira, Região das Ilhas, no Município de Abaetetuba, Destinado Ao Funcionamento da Emeif Povo de Deus, Pelo Perído de 12 (Doze) Meses em favor da Sra. Benilze dos Santos Vilhena, portador do CPF nº 008.060.402-11, pelo Valor Global de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Vigência de 12 (doze) meses. Gabinete do Secretário municipal de Educação, Cultura e Desporto, em 27 de Dezembro de 2021. **Jefferson Felgueiras de Carvalho - Secretário de Educação, Cultura e Desporto.**

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA Nº 034/2021. Partes: Prefeitura Municipal de Abaetetuba/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, CNPJ nº 21.763.283/0001-01. Origem: Objeto: Locação de Imóvel Localizado Na Costa Marataúira, Região das Ilhas, No Município de Abaetetuba, Destinado ao Funcionamento da Emeif Povo de Deus, Pelo Perído de 12 (Doze) Meses. Contrato Em Favor Do Sra. Benilze dos Santos Vilhena, portador do CPF nº 008.060.402-11. Contrato nº 2021/225 Valor global: R$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais). Vigência de 12 (doze) meses de 27/12/2021 a 27/12/2022. Assinatura: 27 de dezembro de 2021. **Jefferson Felgueiras de Carvalho - Secretário municipal de Educação, Cultura e Desporto.**

Protocolo: 749150

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 7/2021-00019

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, OBJETIVANDO O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA. CONTRATADO: EVALDO COSTA DA FONSECA - O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato Nº 20210062 Vigência: 31/12/2021 a 30/08/2022. DATA DE ASSINATURA: 30 de Dezembro de 2021. **PEDRO PAULO GOUVEA MORAES. PREFEITO MUNICIPAL DE ACARÁ.**

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
INEXIGIBILIDADE Nº 6/2021-00010

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS E CLÍNICOS ESPECIALIZADOS POR RAZÕES FUNDAMENTAIS, EXCLUSIVAS E EXCEPCIONAIS PARA SUPRIR DE FORMA IMEDIATA ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO ACARÁ/PA. CONTRATADA: LAB-SAÚDE - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA - CNPJ: 13.772.948/0001-07- O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato Nº 20210068 Vigência: 31/12/2021 a 30/06/2022. DATA DE ASSINATURA: 30 de Dezembro de 2021. **PEDRO PAULO GOUVEA MORAES. PREFEITO MUNICIPAL DE ACARÁ.**

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 7/2021-00025

Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, OBJETIVANDO O FUNCIONAMENTO DO SETOR DE PATRIMONIO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO DO MUNICIPIO DE ACARA/PA. CONTRATADA: JOAO JACKSON MONTEIRO DA FONSECA - O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato Nº 20210182 Vigência: 31/12/2021 a 30/06/2022. DATA DE ASSINATURA: 30 de Dezembro de 2021. **PEDRO PAULO GOUVEA MORAES. PREFEITO MUNICIPAL DE ACARÁ.**

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 7/2021-00026

Objeto: LOCAÇAO DE IMOVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO DO MUNICIPIO DE ACARA/PA. CONTRATADA: HELIO KATSUHIKO ICHIJO - O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato Nº 20210183 Vigência: 31/12/2021 a 30/06/2022. DATA DE ASSINATURA: 30 de Dezembro de 2021. **PEDRO PAULO GOUVEA MORAES. PREFEITO MUNICIPAL DE ACARÁ.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 7/2021-00028

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, PARA O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE MUSICA "MAESTRO ANTONIO INGLES", EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ACARÁ/PA. CONTRATADA: FABIO ARAUJO DE SOUZA - O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato Nº 20210208 Vigência: 31/12/2021 a 30/04/2022. DATA DE ASSINATURA: 30 de Dezembro de 2021. **CARLA LUCIANA SEABRA PORTAL. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2021-00032

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AESPECIALIZADA PARA REFORMA DA ESTIVA DA ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO I, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PALNILHAS ORÇAMENTÁRIAS. CONTRATADA: CONREY CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA-CNPJ: 09.356.665/0001-07, VALOR TOTAL: R$ 17.003,01 (Dezessete Mil, Três Reais e Um Centavos) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Data de Ratificação: 08 de Novembro de 2021. **CARLA LUCIANA PORTAL SEABRA. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2021-00032

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AESPECIALIZADA PARA REFORMA DA ESTIVA DA ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO I, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PALNILHAS ORÇAMENTÁRIAS. CONTRATADA: CONREY CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA-CNPJ: 09.356.665/0001-07 - CONTRATO: 20210379 / VALOR TOTAL: R$ 17.003,01 (Dezessete Mil, Três Reais e Um Centavos). DATA DE ASSINATURA: 08 de Novembro de 2021. **CARLA LUCIANA PORTAL SEABRA. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Protocolo: 749151

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

6º Termo Aditivo - Alteração do prazo de execução ao Contrato n.º 230/2019. Concorrência Pública n.º 004/2018/PMA Parte: MUNICÍPIO DE AFUÁ - FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB e a empresa EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI.
Fica prorrogado por mais 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir do dia 17 de janeiro de 2022 a 12 de janeiro de 2023.
Ordenadora de despesa: KELLY CRISTINA DOS SANTOS SALOMÃO

4º Termo Aditivo - Alteração do prazo de vigência ao Contrato n.º 1.220/2018. Pregão Presencial n.º 006/2018/PMA Parte: MUNICÍPIO DE AFUÁ - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a empresa E P SARAIVA - ME. Objeto: Prestação de serviços de fornecimento de uso, implantação, treinamento, manutenção e atualização corretiva e evolutiva de software para gestão escolar. Vigência: 01/01/2022 até 31/12/2022.
Ordenadora de despesa: KELLY CRISTINA DOS SANTOS SALOMÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Combustíveis (Gasolina, óleo Diesel, Óleo Diesel S-10, Carga de gás de cozinha e Óleos Lubrificantes) para a manutenção das Secretarias, Fundos Municipais e outros órgãos desta Prefeitura, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
Abertura: 20/01/2022, às 09:00 horas
Edital está disponível no site www.afua.pa.gov.
Afuá/PA, 06 de janeiro de 2022.
MÁRCIO ANTONIO FERREIRA NERY
Pregoeiro

Protocolo: 749152

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 89/2021

Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresas para o fornecimento de Gêneros Alimentícios, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para manutenção das Unidades da Rede Municipal de Ensino na sede do Município, na sede Distrito de Castelo

de Sonhos e na sede de Cachoeira da Serra, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I). ABERTURA. 21/01/2022, às 09:00 horas (horário local), no site www.licitanet.com.br. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o edital completo pelos sites: www.licitanet.com.br,www.tcm.gov.br,www.altamira.pa.gov.br ou através do e-mail altamiracpl@gmail.com, dás 08:00 às 14:00 horas e também poderão ser lidos ou obtidos cópias na Divisão de Suprimentos e Serviços da Prefeitura de Altamira - Setor de Licitação, situado na Rua Acesso Dois 530, Bairro Premem, Altamira/PA, das 08:00 às 12:00 horas.

PREGÃO ELETRÔNICO 90/2021

Refere-se à contratação de pessoa jurídica e/ou física para locação de barcos e veículos para o Transporte de Merenda Escolar, Material Didático, Pedagógico, Mobiliário, Professores e Equipamentos para as Escolas Indígenas dos rios Xingu, Iriri e Bakajá, especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I). ABERTURA. 21/01/2022, às 14:30hs (horário local), no site www.licitanet.com.br. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o edital completo pelos sites: www.licitanet.com.br www.tcm.gov.br, www.altamira.pa.gov.br , ou através do e-mail altamiracpl@gmail.com, dás 08:00 às 14:00 horas e também poderão ser lidos ou obtidos cópias na Divisão de Suprimentos e Serviços da Prefeitura de Altamira - Setor de Licitação, situado na Rua Acesso Dois 530, Bairro Premem, das 08:00 às 12:00 horas.
JOSÉ JORGE DE FARIAS, PREGOEIRO

Protocolo: 749153

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA
EXTRATO DE CONTRATO

Origem: processo administrativo nº. 300/2021/ processo licitatório tomada de preços nº 2-006/2021. Contrato nº.20220008. Contratante: Prefeitura Municipal de Barcarena. Contratado: T da C Soares Eireli, Cnpj: 31.057.234/0001-07. Objeto: execução da seguinte obra: construção de cercamento para fechamento do complexo poliesportivo de Vila dos Cabanos. Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93. Vigência: 210dias consecutivos. Valor total: R$ 723.097,80. Fonte de recursos/dotação orçamentária: 02; 0217; 27 812 0043 1.025; 4.4.90.51.00; 4.4.90.51.99; Fonte: 15000000. Data de assinatura: 06/01/2022.

Protocolo: 749154

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA
EXTRATO DE CONTRATO

Origem: processo administrativo nº. 530/2021/ processo licitatório concorrência nº.3-006/2021. Contrato nº.20211258. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratado: Inete Serv Eireli, Cnpj: 24.650.595/0001-99. Objeto: execução da seguinte obra: construção da Escola M.E.I.F Lucília Nunes dos Santos, localizada no ramal Bacharela, s/n, zona rural do município de Barcarena, PA. Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93. Vigência: 07 meses consecutivos. Valor total: R$ 730.159,89. Fonte de recursos/dotação orçamentária: 18; 1813 - FUNDEB; 12 361 0035 1.112; 4.4.90.51.00; 4.4.90.51.99. Data de assinatura: 30/12/2021.

Protocolo: 749155

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2022

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de material elétrico para iluminação pública, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Benevides, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura (SEMOVI). Data de Abertura: 20/01/2022. Hora: 10h00min (horário local). Local: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital, na íntegra, encontrar-se-á à disposição para consulta e download nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.tcm.pa.gov.br e www.benevides.pa.gov.br. **Ordenadora de Despesa: Luziane de Lima Solon Oliveira - Prefeitura Municipal de Benevides/PA.**

Protocolo: 749156

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 004/2022. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de artefatos de cimento, tais como blocos, bloquetes, meios-fios e tubos de concreto, visando atender as necessidades do Município de Benevides/PA. Data de Abertura: 20/01/2022. Hora: 15h00min (horário local). Local: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital, na íntegra, encontrar-se-á à disposição para consulta e download nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.tcm.pa.gov.br e www.benevides.pa.gov.br. **Ordenadora de Despesa: Luziane de Lima Solon Oliveira - Prefeitura Municipal de Benevides/PA.**

Protocolo: 749157

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEVIDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 005/2022. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de emulsão asfáltica e concreto betuminoso usinado a quente para serviços de recomposição de pavimentação asfáltica (tapa buraco) e recapeamento nas vias do Município de Benevides/PA. Data de Abertura: 21/01/2022. Hora: 10h00min (horário local). Local: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital, na íntegra, encontrar-se-á à disposição para consulta e download nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.tcm.pa.gov.br e www.benevides.pa.gov.br. **Ordenadora de Despesa: Luziane de Lima Solon Oliveira - Prefeitura Municipal de Benevides/PA.**

Protocolo: 749158

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENEVIDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 002/2022. Objeto: futura e eventual aquisição de insumos odontológicos para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde e Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência. Data de Abertura: 20/01/2022. Hora: 10h00min (horário local). Local: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital, na íntegra, encontrar-se-á à disposição para consulta e download nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.tcm.pa.gov.br e www.benevides.pa.gov.br. **Ordenador de Despesa: Rodrigo Batista Balieiro - Secretário Municipal de Saúde de Benevides/PA.**

Protocolo: 749159

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BENEVIDES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços n.º 003/2022. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares, equipamentos odontológicos e instrumentais odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Benevides/PA, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo A do Termo de Referência. Data de Abertura: 21/01/2022. Hora: 10h00min (horário local). Local: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital, na íntegra, encontrar-se-á à disposição para consulta e download nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.tcm.pa.gov.br e www.benevides.pa.gov.br. **Ordenador de Despesa: Rodrigo Batista Balieiro - Secretário Municipal de Saúde de Benevides/PA.**

Protocolo: 749160

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2021 e 349/2021 OBJETO: Prestação de serviços de reforma na escola localizada na comunidade da vicinal 16, (lote 01). CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADO: EMPREITEIRA DE SOUZA CARDOSO LTDA. CONTRATO Nº 350/2021. VALOR: R$ 161.449,12 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e doze centavos), OBJETO: Prestação de serviços de reforma nas escolas localizada na comunidade da vicinal 20, (lote 02). CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADO: ANE KAROLINE A. GOMES EIRELI. CONTRATO Nº 349/2021. VALOR: R$: 165.537,11 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e sete mil e onze centavos), DOTAÇÃO: 1.021, 4.4.90.51.00, 3.3.90.39.00. VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

WEDERSON NOIMINCHE
Secretário Municipal de educação.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CARTA CONVITE
CONVITE Nº: 001/2021.

OBJETO: Prestação de serviços de reforma na escola localizada na comunidade da vicinal 16, (lote 01). CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADO: EMPREITEIRA DE SOUZA CARDOSO LTDA. CONTRATO Nº 350/2021. VALOR: R$ 161.449,12 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e doze centavos), OBJETO: Prestação de serviços de reforma nas escolas localizada na comunidade da vicinal 20, (lote 02). CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADO: ANE KAROLINE A. GOMES EIRELI. CONTRATO Nº 349/2021. VALOR: R$: 165.537,11 (cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e trinta e sete mil e onze centavos)

WEDERSON NOIMINCHE
Secretário Municipal de educação.

Protocolo: 749161

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO, CHAMADA PÚBLICA N° 001/2021 FMS

Processado o Chamamento Público nº 001/2021 FMS, dentro das normas da legislação em vigor e após as devidas informações fornecidas pelo Presidente da CPL, bem como após a análise do Relatório da Comissão Julgadora e

demais documentos que compõe o processo, informa a Homologação do procedimento licitatório em epigrafe, objeto: Prestação de Serviços na Área da Saúde, sendo Plantões Médicos e de Enfermeiros, Consultas Especializadas, Realização de Cirurgias, Realização de Ultrassonografias e Outros Exames Clínicos para Atender a Demanda dos Pacientes do Sistema Único de Saúde no Hospital Municipal Maria José Biancardi, Em Brasil Novo, Finalizado os prazos, a única participante e devidamente habilitada foi a Associação Privada: INSTITUTO MADRE TERESA - 23.960.983/0001-03, Itens 01 ao 33, valor global de R$ 6.166.009,00 (Seis milhões, cento e sessenta e seis mil e nove reais), Brasil Novo,PA, 03 de janeiro de 2022.

EXTRATO DE CONTRATO -
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 FMS.

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONTRATADO: INSTITUTO MADRE TERESA - CNPJ/MF nº 23.960.983/0001-03 - Contrato Administrativo nº. 005/2022 FMS, no valor de R$: 6.166.009,00 (Seis milhões, cento e sessenta e seis mil e nove reais), OBJETO: Prestação de Serviços na Área da Saúde, Sendo Plantões Médicos e de Enfermeiros, Consultas Especializadas, Realização de Cirurgias, Realização de Ultrassonografias e Outros Exames Clínicos para Atender a Demanda dos Pacientes do Sistema Único de Saúde no Hospital Municipal Maria José Biancardi, em Brasil Novo, Dotação: 10 122 0004 2.023 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e 10 302 0238 2020 - Manutenção da Média Complexidade; 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Vigência: 04/01/2022 a 31/12/2022.

EXTRATO DE CONTRATO -
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021.

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONTRATADO: GONÇALVES E DIAS - CNPJ: 07.868.912/0006-33 - Contrato Administrativo nº. 001/2022 FMS, no valor de R$ 138.250,00 (Cento e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), OBJETO: Aquisição de Combustível, Dotação: 10 301 0202 2.007 - Manutenção do PAB - FIXO; 10 301 0202 2.009 - Manutenção do Programa Saúde da Família - PSF; 10 301 0202 2.010 - Manutenção do PAB - ESTADUAL; 10 302 0238 2.019 - Manutenção das Atividades do SAMU; 10 302 0238 2.020 - Manutenção da Média Complexidade; 10 305 0235 2.022 - Manutenção da Vigilância em Saúde; 10 304 0235 2.021 - Manutenção da Vigilância Sanitária; 10 122 0004 2.023 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; 33903000 - Material de Consumo. Vigência: 03/01/2022 a 31/12/2022.

Extrato de 1º Termo Aditivo de Contrato nº. 001/2022 FMS
Origem Pregão Eletrônico SRP nº 001/2021.

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADO: GONÇALVES & DIAS LTDA, CNPJ: 07.868.912/0006-33. OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro ao contrato nº 001/2022 FMS. Data da Assinatura do Aditivo 03.01.2022. Valor atualizado do contrato R$ 167.850,00 (Cento e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais).

Extrato de 2º Termo Aditivo de Contrato nº. 001/2022 FMS
Origem Pregão Eletrônico SRP nº 001/2021.

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADO: GONÇALVES & DIAS LTDA, CNPJ: 07.868.912/0006-33. OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro ao contrato nº 001/2022 FMS. Data da Assinatura do Aditivo 03.01.2022. Valor atualizado do contrato R$ 175.450,00 (Cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Extrato de 3º Termo Aditivo de Contrato nº. 001/2022 FMS
Origem Pregão Eletrônico SRP nº 001/2021.

CONTRATANTE - O MUNICIPIO DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADO: GONÇALVES & DIAS LTDA, CNPJ: 07.868.912/0006-33. OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro ao contrato nº 001/2022 FMS. Data da Assinatura do Aditivo 03.01.2022. Valor atualizado do contrato R$ 202.850,00 (Duzentos e dois mil, oitocentos e cinquenta reais).

EXTRATO DE CONTRATO -
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021 - FMS

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONTRATADO: D P AGUIAR EIRELI - EPP - CNPJ: 33.834.782/0001-13 - Contrato Administrativo nº. 002/2022 FMS, no valor de R$ 1.008.488,40 (Hum milhão, oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), OBJETO: Fornecimento de medicamentos, para atendimento das atividades fins do Fundo Municipal de Saúde, Dotação: - 10 301 0202 2.007 - Manutenção do PAB-FIXO; - 10 301 0202 2.008 - Manutenção do Programa Saúde Bucal; - 10 301 0202 2.009 - Manutenção do Programa Saúde da Família -PSF; - 10 301 0202 2.010 - Manutenção do PAB-ESTADUAL; - 10 301 0230 2.013 - Manutenção do Programa Farmácia Básica Estadual; - 10 301 0230 2.015 - Manutenção do Programa Farmácia Básica - Federal; - 10 301 0230 2.016 - Manutenção de Insulinos Dependentes; - 10 302 0238 2018 - Manutenção do Centro de Especialidade Odontológicas - CEO; - 10 302 0238 2.019 - Manutenção do SAMU - 10 302 0238 2.020 - Manutenção da Média Complexidade; - 10 305 0004 2.134 - Combate ao Covid -19; -3.3.90.30.00 - material de consumo; Vigência: 03.01.2022 a 31.12.2022.

EXTRATO DE CONTRATO -
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021 - FMS.

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONTRATADO: BIS COMÉRCIO & SERVIÇOS LTDA - ME - CNPJ: 26.437.725/0001-35 - Contrato Administrativo nº. 003/2022 FMS, no valor de R$ 1.364.339,47 (Hum milhão, trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), OBJETO: Fornecimento de medicamentos, para atendimento das atividades fins do Fundo Municipal de Saúde, Dotação: - 10 301 0202 2.007 - Manutenção do PAB-FIXO; - 10 301 0202 2.008 - Manutenção do Programa Saúde Bucal; - 10 301 0202 2.009 - Manutenção do Programa Saúde da Família -PSF; - 10 301 0202 2.010 - Manutenção do PAB-ESTADUAL; - 10 301 0230 2.013 - Manutenção do Programa Farmácia Básica Estadual; - 10 301 0230 2.015 - Manutenção do Programa Farmácia Básica - Federal; - 10 301 0230 2.016 - Manutenção de Insulinos Dependentes; - 10 302 0238 2018 - Manutenção do Centro de Especialidade Odontológicas - CEO; - 10 302 0238 2.019 - Manutenção do SAMU; - 10 302 0238 2.020 - Manutenção da Média Complexidade; - 10 305 0004 2.134 - Combate ao Covid -19; -3.3.90.30.00 - material de consumo;. Vigência: 03.01.2022 a 31.12.2022.

Protocolo: 749162

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
EXTRATOS DE CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 049/2021-PMC

Objeto: Registro De Preços Para Futura E Eventual Aquisição De Combustíveis (Gasolina, Diesel S10 E Diesel Comum) Por Maior Descontos Sobre O Preço Médio Ao Consumidor Divulgado Pelo Sistema De Levantamento De Preços Da Agência Nacional Do Petróleo, Gás Natural E Biocombustíveis - ANP, visando atender a Prefeitura Municipal de Cametá.Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93. CONTRATO Nº 01.PE.049/2021-PMC. Prefeitura Municipal De Cametá. CNPJ Nº 05.105.283/0001-50. Contratado: H. B. Comércio E Transporte De Combustível Ltda, CNPJ nº 37.202.666/0001-32. Valor Total R$ 2.404.500,00. Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023. Ordenador: Victor Correa Cassiano. CONTRATO Nº 5.PE.049/2021-PMC. Prefeitura Municipal De Cametá. CNPJ Nº 05.105.283/0001-50. Contratado: J. E. G. Batista, CNPJ nº 08.003.016/0001-60. Valor Total R$ 2.511.950,00. Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023. Ordenador: Victor Correa Cassiano. CONTRATO Nº 03.PE.049/2021-PMC/SMS. Prefeitura Municipal De Cametá/Secretaria Municipal De Saúde. CNPJ Nº 11.311.333/0001-58. Contratado: H. B. Comércio E Transporte De Combustível Ltda, CNPJ nº 37.202.666/0001-32. Valor Total R$ 1.442.700,00. Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023. Ordenador: Klenard Attílio Ranieri. CONTRATO Nº 07.PE.049/2021-PMC/SMS. Prefeitura Municipal De Cametá/Secretaria Municipal De Saúde. CNPJ Nº 11.311.333/0001-58. Contratado: J. E. G. BATISTA, CNPJ nº 08.003.016/0001-60. Valor Total R$ 1.164.100,00. Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023. Ordenador: Klenard Attílio Ranieri.CONTRATO Nº 04.PE.049/2021-PMC/SEMAS. Prefeitura Municipal De Cametá/Secretaria Municipal De Assistência Social. CNPJ Nº 18.782.228/0001-46. Contratado: H. B. Comércio0 E Transporte De Combustível LTDA, CNPJ nº 37.202.666/0001-32. Valor Total R$ 577.080,00. Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023. Ordenador: Elane Pinto Cassiano. CONTRATO Nº 08.PE.049/2021-PMC/SEMAS. Prefeitura Municipal De Cametá/Secretaria Municipal De Assistência Social. CNPJ Nº 18.782.228/0001-46. Contratado: J. E. G. Batista, CNPJ nº 08.003.016/0001-60. Valor Total R$ 502.390,00. Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023. Ordenador: Elane Pinto Cassiano. CONTRATO Nº 02.PE.049/2021-PMC/SEMED. Prefeitura Municipal De Cametá/Secretaria Municipal De Educação. CNPJ Nº 18.782.198/0001-78. Contratado: H. B. Comércio0 E Transporte De Combustível Ltda, CNPJ nº 37.202.666/0001-32. Valor Total R$ 961.800,00. Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023. Ordenador: Enio De Carvalho. CONTRATO Nº 06.PE.049/2021-PMC/SEMED. Prefeitura Municipal De Cametá/Secretaria Municipal De Educação. CNPJ Nº 18.782.198/0001-78. Contratado: J. E. G. BATISTA, CNPJ nº 08.003.016/0001-60. Valor Total R$ 1.053.850,00. Vigência: 04/01/2022 a 04/01/2023. **Ordenador: Enio De Carvalho.**

Protocolo: 749163

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA/PA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 0401001-2021

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2021. Contratante: Prefeitura Municipal de Capanema/Pará. Contratada(O): Stcon Serviços de Transporte de Passageiro e Construções Ltda Cnpj: 27.391.134/0001-37. Objeto: Registro de Preço Para Locação de Veículos Pesados e Maquinas, Com Condutor, Para Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos, Complementando os Serviços de Limpeza Urbana no Município de Capanema/Pa. Valor Global: R$ 1.762,680,00(hum milhão, setecentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta reais). Vigência: por 12(dose) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 04/01/2022. **Ordenador: Francisco Ferreira Freitas Neto.**

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO.

REGISTRO DE PREÇO Nº 046/2021, VINCULADA AO PE Nº 046/2021-PMC-SRP. Objeto: Registro de Preço Para Locação de Veículos Pesados e Maquinas, Com Condutor, Para Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos, Complementando os serviços de Limpeza Urbana no Município de Capanema/Pa. Vencedor: Stcon Serviços de Transporte de Passageiro e Construções Ltda, cadastrada no CNPJ sob o nº 27.391.134/0001-37 com valor unitário: Item- Valor Unit. 01-R$ 115.900,00; 02-R$ 16.990,00; 03-R$ 14.000,00. Vigência: 12(dose) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Em 03/01/2022. **Laise Martins Leal - Pregoeira.**

Protocolo: 749164

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Educação de Castanhal - FME (UASG:927637), por intermédio da Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação torna público abertura do Processo Licitatório do tipo menor preço por item, na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº. 121/2021/FME, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada No Fornecimento de Equipamentos de Climatização e Informática para as Unidades Escolares, Conforme Termo de Compromisso nº 4620 com a Utilização de Recursos Oriundos de Assistência Financeira do FNDE/ MEC, Destinado a atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Castanhal/Pa. A nova data da sessão pública de Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das Propostas de Preços e início da etapa de lances no dia 19/01/2022às 09:00 horas. O Edital estará disponível nos sites: www.castanhal.pa.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-contratos-e-convenios e www.comprasnet.gov.br e e-mail pregaoeletronico@castanhal.pa.gov.br, a partir da data da publicação. **Paula Francinara Silva Sampaio - Pregoeira do Fundo Municipal de Educação.**

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N° 001/2022/PMC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2022/PMC

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL, através da Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação/SUPRI, com sede à Av. Barão do Rio Branco, n.° 2232, Bairro: Centro, neste Município de Castanhal/Pará, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar credenciamento para serviços técnicos especializados de perícia médica, consistente no atendimento médico pericial para apuração de incapacidade laborativa, ou não, de servidores públicos municipais efetivos, lotados na Prefeitura Municipal de Castanhal, Câmara Municipal de Castanhal e suas autarquias e/ou fundações, bem como, a emissão dos competentes laudos médicos periciais, assim como, a reavaliação dos segurados para fins de constatação de invalidez, mediante laudo médico pericial, auxiliando a instrução de processos de concessão de benefícios de aposentadoria, pelo período de 12 (doze) meses, através de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Art. 25 da Lei Federal n.° 8.666/93. O período de inscrição será de 07/01 a 06/04/2022, no Prédio da Prefeitura Municipal de Castanhal - Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação no seguinte endereço: Av. Barão do Rio Branco, n.° 2232, Bairro: Centro, neste Municipio de Castanhal/Pará. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos se dará pelo seguinte e-mail: licitacao.supri@castanhal.pa.gov.br ou pelo Telefone: (91) 3721-4205/2109. O edital estará disponível pelo site: www.castanhal.pa.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-contratos-e-convenios, www.tcm.pa.gov.br ou através do e-mail: licitacao.supri@castanhal.pa.gov.br. **Sílvio Roberto Monteiro dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitação/CPL.**

Protocolo: 749165

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUMARÚ DO NORTE

MUNICIPAL DE CUMARU DO NORTE - PA
AVISO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 002/2021-PMCN, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

A Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte, Estado do Pará, torna pública a HOMOLOGAÇÃO de Processo Seletivo Simplificado - PSS 002/2021 para provimento de vagas em funções temporárias de Nível Fundamental, Nível Médio/técnico e Nível Superior, com fundamento na Lei Municipal nº329/2018, de 05 de abril de 2018 e Decreto Municipal nº 151, de 29 de outubro de 2021, no que couber, e de acordo com as condições estabelecidas em Edital com objetivo de preenchimento de vagas para o desempenho temporário das funções/cargos, administrativas e gerais voltadas para suprir as necessidades temporárias da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O edital completo poderá ser acessado no mural de avisos na sede da prefeitura e no portal/site da prefeitura municipal de Cumaru do Norte-PA (http:www.pmcn.pa.gov.br), onde os interessados poderão tomar conhecimento do número de vagas/cargo, vencimento base, jornada de trabalho, localidades para lotação, requisitos para inscrição, documentos necessários, bem como as demais informações referentes ao processo seletivo.

AVISO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 003/2021-PMCN, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

A Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte, Estado do Pará, torna pública a HOMOLOGAÇÃO de Processo Seletivo Simplificado - PSS 003/2021 para provimento de vagas em funções temporárias de Nível Fundamental, Nível Médio/técnico e Nível Superior, com fundamento na Lei Municipal nº329/2018, de 05 de abril de 2018 e Decreto Municipal nº 151, de 29 de outubro de 2021, no que couber, e de acordo com as condições estabelecidas em Edital com objetivo de preenchimento de vagas para o desempenho temporário das funções/cargos, administrativas e gerais voltadas para suprir as necessidades temporárias da Secretaria Municipal de Assistência Social. O edital completo poderá ser acessado no mural de avisos na sede da prefeitura e no portal/site da prefeitura municipal de Cumaru do Norte-PA (http:www.pmcn.pa.gov.br), onde os interessados poderão tomar conhecimento do número de vagas/cargo, vencimento base, jornada de trabalho, localidades para lotação, requisitos para inscrição, documentos necessários, bem como as demais informações referentes ao processo seletivo.

AVISO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 004/2021-PMCN, DE 04 DE JANEIRO DE 2022

A Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte, Estado do Pará, torna pública a HOMOLOGAÇÃO de Processo Seletivo Simplificado - PSS 004/2021 para provimento de vagas em funções temporárias de Nível Fundamental, Nível Médio/técnico e Nível Superior, com fundamento na Lei Municipal nº329/2018, de 05 de abril de 2018 e Decreto Municipal nº 151, de 29 de outubro de 2021, no que couber, e de acordo com as condições estabelecidas em Edital com objetivo de preenchimento de vagas para o desempenho temporário das funções/cargos, administrativas e gerais voltadas para suprir as necessidades temporárias da Secretaria Municipal de Saúde. O edital completo poderá ser acessado no mural de avisos na sede da prefeitura e no portal/site da prefeitura municipal de Cumaru do Norte-PA (http:www.pmcn.pa.gov.br), onde os interessados poderão tomar conhecimento do número de vagas/cargo, vencimento base, jornada de trabalho, localidades para lotação, requisitos para inscrição, documentos necessários, bem como as demais informações referentes ao processo seletivo.

Protocolo: 749138

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
TIPO PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2021-PMC

Objeto: A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializadas em pneus e serviços de alinhamento, balanceamento, Caster e Suspensão para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias, Fundos e Autarquia de Curuçá/PA, A data de abertura será no dia 20/01/2022 às 09:00hs. O Edital encontra-se à disposição no portal do TCM/PA e no BLL Compras (www.bll.org.br). Curuçá/PA, 03 de janeiro de 2022. **JEFFERSON FERREIRA DE MIRANDA Prefeito Municipal de Curuçá/PA.**

Protocolo: 749166

INTIMAÇÃO POR EDITAL

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designado por meio da Portaria nº 177/2021, de 19 (dezenove) de Março de 2021, INTIMO VIA EDITAL os servidores a relacionados abaixo a comparecer nas seguintes datas e horários a fim de prestarem depoimentos sobre a apuração de possível abandono de cargo publico sem qualquer justificativa.
01. JOÃO ANDERSON DE SOUSA CORDEIRO (PAD nº 021/2021) 12/01/2022 às 12h;
02. GILSON MORAES DOS SANTOS (PAD nº 020/2021) 12/01/2022 às 12:30h;
LOCAL DO DEPOIMENTO:
Sede da prefeitura Municipal de Curuçá/PA, Situada na Praça Coronel Horácio, n°. 70 -Curuçá - PA, CEP: 68.750-000- Curuçá/PA.

Curuçá/PA, 04 de janeiro de 2022.
ELEN RODRIGO COSTA AMARAL
Presidente CPAD

Protocolo: 749167

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

Registro de preço modalidade PREGÃO ELETRÔNICO /Nº 001/2022 FME-tipo: menor preço por Item, objeto: Registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar terrestre e Fluvial, objetivando a locação de veículo para o transporte escolar para atender os Alunos Matriculados na rede Municipal de Ensino (Estadual e Municipal), do Município de Curuça: dia 19/01/2022, às 0930h.Informações: Edital Disponível: https://www.portaldecompraspublicas.com.br https://www. https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/ **JEFFERSON FERREIRA DE MIRANDA -Prefeito Municipal De Curuça/Pa.**

Protocolo: 749168

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itupiranga através da pregoeira torna pública a licitação nos termos da lei federal 8.666/93, Tipo: Menor Preço. Modalidade: Pregão. Forma: Eletrônico. Nº PE 9/2021-052-PMI. Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, CARNES E PANIFICAÇÃO, VISANDO ATENDER AS NECESSI-

DADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS VINCULADOS. Abertura: 20/01/2022 às 08h30min. Tipo: Menor Preço. Modalidade: Pregão. Forma: Eletrônico. Nº PE 9/2021-054-PMI. Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA/COZINHA E EDESCARTÁVEIS, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS VINCULADOS. Abertura: 24/01/2022 às 08h30min. Os editais estarão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br no site www.tcm.pa.gov.br, pelo e-mail: itupiranga.licita@gmail.com e através da equipe de pregão, na sala da CPL AV. 14 de julho, Nº 12, centro, no horário de expediente.

Itupiranga, 07 de Janeiro de 2022.

Aline de Souza Damaceno

Pregoeira.

Protocolo: 749169

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Itupiranga através da pregoeira torna pública a licitação nos termos da lei federal 8.666/93, Tipo: Menor Preço. Modalidade: Pregão. Forma: Eletrônico. Nº PE 9/2021-053-FMS. Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Abertura: 20/01/2022 às 08h30min. Tipo: Menor Preço. Modalidade: Pregão. Forma: Eletrônico. Nº PE 9/2021-051-FMS. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPIRANGA-PA COM AS DEMANDAS ESPONTÂNEAS EXCEPCIONAIS, ESPECIALIZADAS E OUTRAS. Abertura: 24/01/2022 às 08h30min. Os editais estarão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br no site www.tcm.pa.gov.br, pelo e-mail: itupiranga.licita@gmail.com e através da equipe de pregão, na sala da CPL AV. 14 de julho, Nº 12, centro, no horário de expediente.

Itupiranga, 07 de Janeiro de 2022.

Alice de Souza Damaceno

Pregoeira.

Protocolo: 749170

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021-PMLA

Objeto: Registro de Preços Para Eventual e Futura Contratação de Empresa especializada Na Prestação de Serviços de Limpeza Pública, Manutenção e Conservação de Áreas Verde (Capinação, Roçagem e Remoção de Resíduos Sólidos Vegetais) com máquina ou braçal a serem Realizados no Município de Limoeiro do Ajuru. Onde sagrou vencedora a empresa: M. O. C. DA COSTA, CNPJ: 12.143.523/0001-76, vencedora do certame perfazendo o valor total de: R$ 292.952,69 (duzentos e noventa e dois mil novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos), pelo que HOMOLOGO o resultado final. **Alcides Abreu Barra - Prefeito Municipal.**

Protocolo: 749171

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022-FMS/PMM

Processo Administrativo nº21.588/2021-PMM, autuado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 110/2021-CPL /PMM. OBJETO aquisição de combustível tipo gasolina, diesel comum e diesel S-10. Empresa: J & M SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 26.734.678/0001-91. Valor: R$ 1.482.142,50 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta centavos). Com uso das Dotações Orçamentárias: 10 122 0001 2.045 Manutenção Secretaria Municipal de Saúde, 10 302 0012 2.054 Serviço de Atendimento Móvel Urgente - SAMU 192, 10 305 0012 2.050 Atenção Vigilância e Saúde Epidemiológica, 10 304 0012 2.056 Vigilância Sanitária - MAC/VISA, 10 302 0012 2.055 Atenção Média e Alta Complexidade - MAC/SIH, 10 302 0012 2.057 Manutenção Ações Saúde Trabalhador - CEREST, 10 301 0012 2.047 Programa Atenção Básica de Saúde - PAB. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 Material de consumo. DATA DA ASSINATURA: 05 DE JANEIRO DE 2022. **Valmir Silva Moura - Secretário Municipal de Saúde de Marabá - Marabá/PA.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2022-FMS/PMM.

Processo Licitatório nº 18.111/2020-PMM, autuado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 085/2020-CPL /PMM. OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS MENSAL. Empresa: MARABA LOCADORA DE VEICULOS LTDA, CNPJ: 03.659.854/0001-72. Valor: R$ 53.390,00 (Cinquenta e três mil trezentos e noventa reais). Com uso das Dotações Orçamentárias: 10 305 0012 2.050 Atenção Vigilância e Saúde Epidemiológica. 10 122 0001 2.045 Manutenção Secretaria Municipal de Saúde, 10 301 0012 2.047 Programa Atenção Básica de Saúde - PAB, 10 302 0012 2.055 Atenção Média e Alta Complexidade -MAC/SIH, Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. DATA DA ASSINATURA: 05 DE JANEIRO DE 2022. **Valmir Silva Moura - Secretário Municipal de Saúde de Marabá - Marabá/PA.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2022-FMS/PMM

Processo Administrativo nº 15.068/2021-PMM autuado na modalidade, Pregão Eletrônico (SRP) Nº 084/2021-CPL/PMM. Objeto do Contrato: aquisição de material médico hospitalar e fios de sutura para atender o Fundo Municipal de Saúde de Marabá/PA. Empresa: ALTAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 21.581.445/0001-82, Valor: R$ 587.064,25 (Quinhentos e oitenta e sete mil e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos). Dotações Orçamentárias: 10 301 0012 2.047 Programa Atenção Básica de Saúde - PAB, 10 301 0012 2.051 Atenção Básica Prisional, 10 302 0012 2.054 Serviço de Atendimento Móvel Urgente - SAMU 192, 10 302 0012 2.055 Atenção Média e Alta Complexidade - MAC/SIH, 10 305 0012 2.050 Atenção Vigilância e Saúde Epidemiológica, Elemento. De despesas: 3.3.90.30.00 Material de consumo. DATA DA ASSINATURA 06 de janeiro de 2022. **Valmir Silva Moura - Secretário Municipal de Saúde de Marabá /PA.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2022-FMS /PMM

Processo Administrativo N° 11.399/2021-PMM, autuado na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 069/2021-CPL/PMM/. OBJETO aquisição de peças de motocicletas e de veículos leves, pesados e utilitários movido a gasolina/flex e diesel. Empresa W C SETUBAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 34.539.407/0001-03. Valor: R$ 401.765,50 (Quatrocentos e um mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos). Com uso das Dotações Orçamentárias: 10 122 0001 2.045 Manutenção Secretaria Municipal de Saúde, 10 301 0012 2.047 Programa Atenção Básica de Saúde - PAB, 10 302 0012 2.054 Serviço de Atendimento Móvel Urgente -SAMU 192, 10 302 0012 2.055 Atenção Média e Alta Complexidade -MAC/SIH, 10 305 0012 2.050 Atenção Vigilância e Saúde Epidemiológica, Elemento de despesas: 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. Pessoa jurídica. DATA DA ASSINATURA: 06 DE JANEIRO DE 2022. **Valmir Silva Moura - Secretário Municipal de Saúde de Marabá - Marabá/PA.**

Protocolo: 749172

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 455/2021/SEVOP

Processo Administrativo nº 15.008/2021-CEL/SEVOP/PMM, autuado na modalidade CONVITE Nº 010/2021-CEL/SEVOP/PMM, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UM PONTO DE PARADA DE ÔNIBUS GRANDE NA VILA BREJO DO MEIO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA. Empresa: WF LIMA ENGENHARIA EIRELI CNPJ 27.260.556/0001-73; Valor R$ 51.441,66 (cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos), Assinatura 22/12/2021 Vigência: 22/08/2022. **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

EXTRATO AO CONTRATO Nº 454/2021/SEVOP

Processo Administrativo nº 19.328/2021-CEL/SEVOP/PMM, autuado na modalidade CONVITE Nº 017/2021-CEL/SEVOP/PMM, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE MUROS DE CONTORNO ENTRE 2 (DUAS) CAIXAS D'ÁGUA, NA VILA BREJO DO MEIO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA. Empresa: PGM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI CNPJ 36.040.724/0001-06; Valor R$ 120.964,62 (cento e vinte mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), Assinatura 27/12/2021 Vigência: 27/08/2022. **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

EXTRATO AO CONTRATO Nº 456/2021/SEVOP

Processo Administrativo nº 22.263/2021-CEL/SEVOP/PMM, autuado na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 052/2021-CEL/SEVOP/PMM, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXCEUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PISO EM CONCRETO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, LOCALIZADA NA AVENIDA HILÉIA, AGRÓPOLIS DO INCRA, BAIRRO AMAPÁ, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA. Empresa: M NORBACH DE ALMEIDA EIRELI CNPJ 26.333.867/0001-52; Valor R$ 370.852,22 (trezentos e setenta mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos), Assinatura 28/12/2021 Vigência: 28/10/2022. **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

Protocolo: 749173

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 067/2021-CEL/SEVOP/PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 25.914/2021-PMM - Tipo Menor Preço por Lote. Data da Sessão: 25/jan/2022 - 09h00min (horário local). Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE JANELAS E PORTAS EM BLINDEX E PORTAS E JANELAS NO VIDRO COMUM, COM INSTALAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO PUBLICA - SEVOP - PMM. Recursos: Próprios - Integra do Edital e Informações: Sala da CEL/SEVOP/PMM - Prédio da SEVOP, Rod. BR 230 - Km 5,5 - Bairro Nova Marabá, Marabá, Pará. Fone: (94) 3322-1775 das 08:00 às 18:00, ou pelo e-mail: sevop.licitacao@maraba.pa.gov.br, ou no portal do TCM/PA, ou pelo Portal da Transparência/Marabá. **Ass.: Higo Duarte Nogueira - Pregoeiro-CEL/SEVOP.**

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA (SRP) Nº 019/2021-CEL/SEVOP/PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 26.682/2021-PMM - Tipo Menor Preço por Item. Data da Sessão: 07/fev/2022 - 09h00min (horário local). Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS MENSAL (SEM MOTORISTA e KILOMETRAGEM LIVRE) PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE MARABÁ SAÚDE. Recursos: Próprios - Integra do Edital e Informações: Sala da CEL/SEVOP/PMM - Prédio da SEVOP, Rod. BR 230 - Km 5,5 - Bairro Nova Marabá, Marabá, Pará. Fone: (94) 3322-1775 das 08:00 às 18:00, ou pelo e-mail: sevop.licitacao@maraba.pa.gov.br, ou no portal do TCM/PA, ou pelo Portal da Transparência/Marabá. **Ass.: Franklin Carneiro da Silva - Presidente-CEL/SEVOP.**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 090/2021-CEL/SEVOP/PMM
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 29.146/2021-PMM - Tipo Menor Preço por Lote. Data da Sessão: 25/jan/2022 - 14h00min (horário local). Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA CENTRAIS DE AR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO PUBLICA - SEVOP - PMM. Recursos: Próprios - Integra do Edital e Informações: Sala da CEL/SEVOP/PMM - Prédio da SEVOP, Rod. BR 230 - Km 5,5 - Bairro Nova Marabá, Marabá, Pará. Fone: (94) 3322-1775 das 08:00 às 18:00, ou pelo e-mail: sevop.licitacao@maraba.pa.gov.br, ou no portal do TCM/PA, ou pelo Portal da Transparência/Marabá. **Ass.: Higo Duarte Nogueira - Pregoeiro-CEL/SEVOP.**

Protocolo: 749174

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
(RETIFICADO)
Termo de Homologação referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2021-CEL/SEVOP/PMM, Processo n° 23.389/2021-PMM -CEL/SEVOP/PMM. Objeto AQUISIÇÃO DE MOVÉIS PLANEJADOS (MDF), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEAGRI, conforme Edital e seus Anexos; Homologado as empresas V G DE SOUSA FERREIRA, CNPJ: 23.912.114/0001-03, vencedora do Lote 01 no valor total de R$ 71.928,00 (setenta e um mil, novecentos e vinte e oito reais) - Jose Nilton de Medeiros - Secretário Municipal de Administração - SEMAD.

Protocolo: 749175

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preço Nº 001/2022-CEL/SEVOP/PMM
Origem: referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 061/2021-CEL/SEVOP/PMM, Processo n° 23.628/2021-PMM -CEL/SEVOP/PMM. Objeto REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PA2 E MATERIAIS PRÉ-MOLDADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO PUBLICA - SEVOP - PMM, conforme Edital e seus Anexos; Homologado as empresas CONSTRUTORA VLM LTDA, inscrita no CNPJ 09.269.899/0001-17, vencedora do Lote 01 no valor total de R$ 2.338.731,00 (dois milhões, trezentos e trinta e oito mil e setecentos e trinta e um reais) e C S LOGISTICA E SERVIÇOS TRANSPORTE LTDA - CNPJ 09.465.044/0001-61, vencedora do Lote 02 no valor total de R$ 779.458,50 (setecentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas - SEVOP. Vigência: 12 meses. Assinatura: 05.01.2022 - **Fabio Cardoso Moreira - Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas - SEVOP.**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preço Nº 003/2022-CEL/SEVOP/PMM
Origem: referente ao PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 068/2021-CEL/SEVOP/PMM, Processo n° 25.919/2021-PMM -CEL/SEVOP/PMM. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO PUBLICA - SEVOP - PMM, conforme Edital e seus Anexos. EMPRESA: TERACON INFO EIRELI CNPJ: 43.373.738.0001-07, vencedora dos lotes 01 e 02 no valor total de R$ 212.754,00 (duzentos e doze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais). Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas - SEVOP. Vigência: 12 meses. Assinatura: 05.01.2022. **Fabio Cardoso Moreira - Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas - SEVOP.**

Protocolo: 749176

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2021-SSAM
Extrato do Contrato Nº 004/2022-SSAM. Processo Administrativo Nº 21.588/2021-PMM. Pregão Eletrônico (SRP) Nº 110/2021-CPL/PMM, Ata de Registro de Preços Nº 408/2021-CPL/PMM. Referente à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO GASOLINA, DIESEL COMUM E DIESEL S-10, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS. Firmado entre o SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM e a empresa J & M SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ sob o Nº 26.734.678/0001-91, Valor Global: R$ 2.222.000,00 (dois milhões duzentos e vinte e dois mil reais). Período de Vigência: O presente contrato terá sua duração diretamente vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários, até o fim exercício financeiro correspondente. Dotação Orçamentária: 15.452.0001.2.127 - Manutenção dos Serviços de Saneamento Ambiental de Marabá. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

Marabá PA, 03 de janeiro de 2022.
Múcio Eder Andalécio
Diretor Presidente

Protocolo: 749177

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO Nº 25.164/2021/PMM, TOMADA DE PREÇOS Nº 063/2021-CEL/SEVOP/PMM, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE MOTOBOMBA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE SANEMANTO AMBIENTAL DE MARABÁ. Empresa: D. MONTEIRO LAGES, CNPJ N° 27.192.941/0001-20, Valor Global: R$ 303.951,35 (trezentos e três mil novecentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos). Publique-se o resultado do processo em tela que seja elaborado, atendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório de acordo com a Lei de Licitações, o competente CONTRATO ADMINISTRATIVO e convoque a vencedora do referido certame para celebrá-lo.

Marabá-PA, 04 de janeiro de 2022.
Múcio Eder Andalécio
Diretor Presidente

Protocolo: 749178

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO AO CONTRATO Nº 003/2022/SEMAD, Processo Administrativo N.º 21.588/2021-PMM, autuado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N.º 110/2021-CPL/PMM, Ata de Registro de Preços N.º 408/2021-CPL/PMM objeto: Aquisição de Combustível tipo Gasolina, Diesel Comum e Diesel S-10 e secretarias vinculadas; Empresa: J & M SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 26.734.678/0001-91; Valor R$ 2.462.879,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e oitocentos e setenta e nove reais), Assinatura 06/01/2022 Vigência: 31/12/2022. **José Nilton de Medeiros, Secretário de administração.**

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO
URBANO DE MARABÁ- SDU
EXTRATO AO CONTRATO Nº 004/2022/SDU, Processo Administrativo N.º 21.588/2021-PMM, autuado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N.º 110/2021-CPL/PMM, Ata de Registro de Preços N.º 408/2021-CPL/PMM objeto: Aquisição de Combustível tipo Gasolina, Diesel Comum e Diesel S-10 e secretarias vinculadas; Empresa: J & M SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 26.734.678/0001-91; Valor R$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil e duzentos e cinquenta reais), Assinatura 06/01/2022 Vigência: 31/12/2022. **Mancipor Oliveira Lopes, Superintendente de Desenvolvimento Urbano de Marabá**

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
EXTRATO AO CONTRATO Nº 006/2022/SEMMA, Processo Administrativo N.º 21.588/2021-PMM, autuado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N.º 110/2021-CPL/PMM, Ata de Registro de Preços N.º 408/2021-CPL/PMM objeto: Aquisição de Combustível tipo Gasolina, Diesel Comum e Diesel S-10 e secretarias vinculadas; Empresa: J & M SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 26.734.678/0001-91; Valor R$ 399.450,00 (trezentos e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais), Assinatura 06/01/2022 Vigência: 31/12/2022. **Rubens Borges Sampaio. Secretário Municipal de Meio Ambiente.**

Protocolo: 749179

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE.015.2021.PMM.SEMEC
Órgão: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura - SEMEC/ Município de Mocajuba. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, destinados à Alimentação Escolar dos alunos matriculados na Rede Pública de Ensino de Mocajuba/PA, vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Considerando que houve equívoco na data de abertura no site do ComprasNet. O certame marcado para o dia 11/01/2022 as 10 horas será remarcado para a seguinte Data, Hora e Local: 20 de janeiro de 2022 às 10h00mm, no www.comprasnet.gov.br. Edital e Informações: de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 08h00mm às 12h00mm, na Sala da Divisão de Licitação, situada no mesmo endereço supracitado, onde o Edital poderá ser obtido isento de qualquer taxa, mediante apresentação de mídia (CD-R ou DVD-R) virgem, pelo interessado que se identificar, através de preenchimento de formulário próprio do órgão ou através do Portal da Transparência no site do TCM/PA. **Maria Lucilene Guimarães de Albuquerque - Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura.**

Protocolo: 749180

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20210022
CONTRATADA: EMPRESA DE TEC. DA INF. E COMUN. DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 20180039, nos termos do Art. 57, § 1°, Inciso IV da Lei Federal n° 8.666/93. Vigência: 03 de Janeiro a 16 de fevereiro de 2022. Assinatura: 30 de Dezembro de 2021.

MARIA DA GRAÇA MEDEIROS MATOS
Prefeita Municipal

Protocolo: 749181

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
EXTRATO DE CONTRATO

A Prefeitura Municipal de Ourém torna público o resultado do processo licitatório: Pregão Eletrônico do Tipo Menor Preço por Item, PE Nº 013/2021 - PMO-ASG 980507. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços protéticos com material próprio para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ourém/PA. Adjudicado no dia 21/12/2021, Homologado no dia 27/12/2021. CONTRATO Nº 2021-2812-001 - CPL/PMO, celebrado entre as partes em28/12/2021, Empresa contratada: Wagner Silva Melo Eireli - Me CNPJ: 34.085.736/0001-21. Valor do contrato: R$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais). Vigência do contrato é de 12(doze) meses contados a partir da sua assinatura. **Francisco Roberto Uchôa Cruz - Prefeito Municipal.**

Protocolo: 749182

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS

AVISO DE LICITAÇÃO -
PREGÃO PRESENCIAL n° 9/2021-00032

Objeto: Contratação de empresa em prestação de serviços de borracharia, lavagem e lubrificação de equipamentos, máquinas e veículos, para o período de 12 (doze) meses. Data de Abertura: 24/01/2022 as 09:00 hs. A retirada do Edital deverá ser efetuada de segunda a sexta-feira, de 8h às 12h e das 14h as 18h, na sede da Prefeitura Municipal de Paragominas/PA, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro. Pgm: 07/01/2022. **Elmaicon Souza da Conceição - Pregoeiro. Portaria n° 071/2021-GPP.**

Protocolo: 749183

PREFEITURA MUNICIPAL DE RURÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RURÓPOLIS/PA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rurópolis/Pa tona - se público que realizará licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022PMR-PE-SRP. Cujo o Objeto e: Contratação de Pessoa Jurídica Para Prestação de Serviço de Locação de Veículos de Grande Porte - Máquinas Pesadas, Para Suprir As Necessidades Da Prefeitura Municipal de Rurópolis Para o Exercício 2022, do Município de Rurópolis/Pa. Data da abertura 19/01/2022 Horário 09:00h Será julgado o processo de licitação no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br . Para adquirir o edital nos meios eletrônicos www.ruropolis.pa.gov.br, www.tcm.pa.gov.br (mural de licitações), www.portaldecompraspublicas.com.br **José Edilson Machado Lima - Pregoeiro.**

Protocolo: 749184

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2021

O Município de Santa Maria do Pará comunica, aos interessados no processo de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, Pregão eletrônico n.º 049/2021, Processo Administrativo nº 075/2021, tendo por objeto: Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Serviços em publicação de Atos Normativos: Aviso de Licitação,Homologação, Termo de Ratificação, Termo Aditivo, Extrato da ata de Registro de Preço, Extrato de Contrato, Dentre Outros atos Administrativos Congêneres, em Jornal de Grande circulação Estadual e Regional, Imprensa Oficial Estadual e Imprensa Oficial Nacional, Visando Atender as Necessidades da Prefeitura e Fundos Municipais de Santa Maria do Pará/Pa e cuja sessão estava marcada para o dia 06 de janeiro de 2022 está Temporariamente Suspenso por motivos de adequações e ajustes do Termo de Referência, anexo Ido Edital. As posteriores decisões serão posteriormente publicadas nos sítios oficiais. Mais informações no Setor de Licitações: Praça da Matriz, Prefeitura Municipal, Sala das Licitações, horário 08:00hs às 12:00hs, cplsntm@gmail.com.

Protocolo: 749185

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ
EXTRATO DE ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO
ADESÃO DE ATA N° A/2021-00002

Oriundo do Pregão Eletrônico Srp N008/2021-Pmsf-Infra da Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará/Pa. A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, Torna Público Adesão de Ata Srp N° A/2021-00002, Oriundo do Pe Srp N° 008/2021-Pmsf-Infra Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará, Que Tem Por Objeto Aquisição de Materiais de Construção, Objetivando Atender As Necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo E Saneamento E Fundos Municipais de Saúde E Educação, do Município de Santa Maria do Pará/Pa. Por Meio de Adesão de Ata de Registro de Preço 001-180521/008 Ar-Infra, Oriunda do Pregão Eletrônico 008/2021-Pmsf-Infra do Município de São Francisco do Pará; Empresa Contratada: Nfx do Brasil Comercio de Materiais de Construcao, Servicos E Alimentos Eireli, com CNPJ Nº 13.005.544/0001-98; Valor da adesão: R$ 714.386,25 (Setecentos e catorze mil trezentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos). **Ordenador: Alcir Costa da Silva, Prefeito de Santa Maria do Pará.**

ADESÃO DE ATA N° A/2021-00003

ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2021-PMI da Prefeitura Municipal Inhangapi/Pa. A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, Torna Público Adesão de Ata Srp N° A/2021-00003, Oriundo do Pe Srp N° 002/2021-Pmi Prefeitura Municipal de Inhangapi, Que Tem Por Objeto Contratação de Empresa Para Aquisição de Pneus, Baterias E Agente Redutor, Para atender As Necessidades das Secretarias E Fundos municipais do Município de santa Maria do Pará/Pa. Por Meio da Adesão de Ata de registro de Preços N°02/2021, Oriunda do Pregão Eletrônico N° 002/2021-Pmi do município de Inhangapi/Pa; Empresa Contratada: J P Pneus Ltda, com CNPJ Nº 01.609.127/0001-75; Valor da adesão: R$ 192.55,00 (Cento e noventa e dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais). **Ordenador: Alcir Costa da Silva, Prefeito de Santa Maria do Pará.**

ADESÃO DE ATA N° A/2021-00005

Oriundo Do Pregão Eletrônico SRP Nº 028/2021 da Prefeitura Municipal Igarapé-Açu/Pa. A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, Torna Público Adesão de Ata Srp N° A/2021-00005, Oriundo do Pe Srp N° 028/2021prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, Que Tem Por Objeto contratação de Serviços Em Publicação de Atos normativos: Aviso de Licitação,Homologação, Termo de Ratificação, Termo Aditivo,Extrato da Ata de Registro de preço, Extrato de Contrato, Em Jornais Oficiais E Jornais de Grande Circulação no Estado do Pará, Visando Atender As Necessidades da prefeitura E Fundos municipais de Santa Maria do Pará/Pa Por Meio de Adesão de Ata de Registro de preço 028/2021, Oriunda do Pregão Eletrônico 028/2021 do município de Igarapé-Açu; Empresa Contratada: Costa & Paes Ltda, com CNPJ Nº 01.609.127/0001-75; Valor da adesão: R$ 272.250,00 (duzentos e setenta e dois mil duzentos e cinquenta reais). **Ordenador: Alcir Costa da Silva, Prefeito de Santa Maria do Pará.**

ADESÃO DE ATA N° A/2021-00006

Oriundo Do Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2021-015-PE da Prefeitura Municipal Jacundá/Pa. A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, torna público Adesão de ATA SRP N° A/2021-00006, oriundo do PE SRP n° 9/2021-015-Pe Prefeitura Municipal de Jacundá, que tem por objeto Aquisição de Gêneros Alimentícios Para Compor A merenda Escolar, Objetivando atender As Necessidades da Secretária Municipal de educação do Município de santa Maria do Pará/Pa Por Meio de Adesão de Ata de registro de Preço006/2021, Oriunda do Pregão Eletrônico 9/2021-015-Pe do município de Jacundá; Empresa Contratada: A C Silva Comercio de Generos Eireli, com CNPJ Nº 39.326.153/0001-69, Valor da adesão: R$ 416.810,64 (quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e dez reais e sessenta e quatro centavos); Forte alimentos Eireli, com CNPJ Nº 27.057.424/0001-49, Valor da adesão: R$493.046,03 (quatrocentos e noventa e três mil, quarenta e seis reais e três centavos). **Ordenador: Edilson Graciano de Aquino, Secretário Municipal de Educação de Santa Maria do Pará.**

ADESÃO DE ATA N° A/2021-00007

Oriundo Do Pregão Eletrônico SRP Nº 8/2021-045 da Prefeitura Municipal Tucuruí/Pa. A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, torna público Adesão de ATA SRP N° A/2021-00007, oriundo do PE SRP n° 9/2021-015-PE Prefeitura Municipal de Tucuruí, que tem por objeto Aquisição de Materiais Permanentes Mobiliários, Objetivando Atender As necessidades das Secretarias E Fundos Municipais do município de Santa Maria dopará/Pa Por Meio de Adesão de Ata de Registro de Preço N°2021034, Oriunda do pregão Eletrônico N° 8/2021-045 do Município de Tucuruí.; Empresa Contratada: A C Silva Comercio de Generos Eireli, com CNPJ Nº 39.326.153/0001-69, Valor da adesão: R$ 224.381,00(duzentos e vinte quatro mil, trezentos e oitenta e um reais); distribuidora de Material Esportivo Carvalho Eireli, com CNPJ Nº 40.840.601/0001-27, Valor da adesão: R$1.284.349,00 (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais). **Ordenador: Alcir Costa da Silva, Prefeito de Santa Maria do Pará.**

ADESÃO DE ATA N° A/2021-00008

Oriundo Do Pregão Eletrônico SRP Nº 012/2021 da Prefeitura Municipal Igarapé - Miri/Pa. A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, torna público Adesão de ATA SRP N° A/2021-00008, oriundo do PE SRP n° 012/2021 Prefeitura Municipal de Igarapé - Miri, que tem por objeto Aquisição de kit Teste Covid Tipo Swab Objetivando Atender As necessidades do fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Maria dopará/Pa. Por Meio de adesão de Ata de Registro de Preços N° 012/2021-Semsa,Oriunda do Pregão eletrônico 012/2021 do Município de Igarapé - Miri; Empresa Contratada: G S Sarmento O distribuidora E Comercio de Equipamentos E Suprimentos de Informatica Eireli, com CNPJ Nº 42.254.594/0001-07, Valor da adesão: R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais). **Ordenador: Jorge Luis da Silva Alexandre, Secretário de Saúde de Santa Maria do Pará.**

ADESÃO DE ATA N° A/2021-00009

Oriundo Do Pregão Eletrônico SRP Nº 018/2021 PMCP - PE - SRP da Prefeitura Municipal Cachoeira do Piriá/Pa. A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará, torna público Adesão de ATA SRP N° A/2021-00009, oriundo do PE SRP n° 018/2021 PMCP - PE - SRP Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá, que tem por objeto Aquisição de Materiais de Copa E Cozinha Objetivando atender As Necessidades do fundo Municipal de Educação E Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Maria do Pará/Pa, Por Meio de Adesão de Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Eletrônico 018/2021/ Pmcp - Pe - Srp do Município de cachoeira do Piriá/Pa; Empresa Contratada: Lottus comercio de Mercadorias Eireli, com CNPJ Nº 26.658.489/0001-87, Valor da adesão: R$ 684.279,58(Seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). **Ordenador: Alcir Costa da Silva, Prefeito Municipal de Santa Maria do Pará.**

Protocolo: 749186

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N°161/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2021/SRP/FMS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Borracharia, para Atender a demanda operacional da Secretaria Municipal de Saúde.
Abertura no dia 21/01/2022 ás 08:00 hs.
Cópia do Edital será obtida através do e-mail licitacaopmsa@gmail.com, Portal da Transparência pmsaraguaia.pa.gov.br/transparência,, www.portaldecompraspublicas.com.br e sala da CPL no Prédio da PMSA, das 8:00 às 12:00 horas.

WRYSLHIA KELLY DE CARVALHO FERREIRA CONTI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Protocolo: 749188

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N°154/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2021/SRP/FMS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Limpeza e Utensílios Domésticos para atender diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde, Hospital Municipal São Francisco de Assis, Maternidade Municipal São Francisco de Assis, Centro de Atenção Psicossocial (CAP's), Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Postos de Saúde da Família (PSF), Núcleo de Apoio a Saúde da Família, SAMU 192, Unidade de Vigilância Sanitária.
Abertura no dia 20/01/2022 ás 10:00 hs.
Cópia do Edital será obtida através do e-mail licitacaopmsa@gmail.com, Portal da Transparência pmsaraguaia.pa.gov.br/transparência,, www.portaldecompraspublicas.com.br e sala da CPL no Prédio da PMSA, das 8:00 às 12:00 horas.

WRYSLHIA KELLY DE CARVALHO FERREIRA CONTI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Protocolo: 749189

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SEMSA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 053/2021 - SEMSA

Objeto: Aquisição De Teste Antígeno Para Covid-19 Pela Secretaria Municipal De Saúde De Santarém, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Evento de Reabertura (republicação) com a Contagem de Prazo: Alteração do "Critério Participação" no Portal de Compras Públicas e Readequação do Edital, Termo de Referência e seus Anexos. Início de entrega das propostas: 07/01/2022 a partir das 09h no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura das propostas: 19/01/2022 às 10h (Horário Brasília) no site www.portaldecompraspublicas.com.br. **Gledson Esmilly Sousa Bentes - Pregoeiro da PMS.**

Protocolo: 749187

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá, torna público abertura de Processo Licitatório, critério de julgamento maior desconto por item, na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 002/2022, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, pesados e fluviais, como mecânica em geral, pintura, lanternagem, conserto de sistema de arrefecimento, ar condicionado, serviços de tapeçaria, capotaria, balanceamento e alinhamento, cambagem, troca de óleo e filtros, lubrificação, instalação de acessórios, conserto de pneus e outros serviços necessários, incluindo o fornecimento de peças, acessórios, para o perfeito funcionamento dos veículos da Prefeitura, Secretarias e Fundos municipais de São Miguel do Guamá/PA. A sessão de recebimento de propostas, análise e julgamento será em 19/01/2021 às 08:00 horas, por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG:.980551, Edital e anexos: https://www.saomigueldoguama.pa.gov.br, Portal TCM/PA, Email CPL: smg.pregao@gmail.com, Diretoria de Licitação, sito Praça Licurgo Peixoto, 130, centro, horário de 08:00 Às 12:00hs.

EDUARDO SAMPAIO GOMES LEITE
Prefeito Municipal

Protocolo: 749190

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU

DECRETO 03 DE JANEIRO DE 2022- PMTA

FICAM EXONERADOS OS SERVIDORES NOMEADOS, QUE TOMARAM POSSE E ENTRARAM EM EXERCÍCIO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - TOME-AÇU/PA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU, Estado do Pará, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especificamente o art. 76, inciso XVI e XXXIII, art. 102, inciso II, alínea "a" e de acordo com o que dispõe o Edital de Concurso Público nº 001/2019 - Tomé-Açu; CONSIDERANDO as determinações judiciais, nos autos dos Mandados de Segurança de números: 1ª(0800198-56.2020.8.14.0060); 2º(0800624-68.2020.8.14.0060); 3º(0800542-37.2020.8.14.0060); 4º(0800455-81.2020.8.14.0060); 5º(0800361-36.2020.8.14.0060); 6º(0800818-68.2020.8.14.0060); 7º(0800819-53.2020.8.14.0060); 8º(0800274-80.2020.8.14.0060); 9º(0800275-65.2020.8.14.0060); 10º(0800526-83.2020.8.14.0060); 11º(0800307-70.2020.8.14.0060); 12°(0800273-95.2020.8.14.0060); 13º(0800308-55.2020.8.14.0060) 14º(0800352-74.2020.8.14.0060); 15º(0800280-87.2020.8.14.0060); 16º(0800327-61.2020.8.14.0060); 17°(0800360-51.2020.8.14.0060); 18º(0800380-42.2020.8.14.0060); 19º(0800056-18.2021.8.14.0060); 20º(0800056-18.2021.8.14.0060); 21º(0800056-18.2021.8.14.0060); 22º(0800238-38.2020.8.14.0060). DECRETA: ART. 1º Ficam EXONERADOS, em cumprimento de decisão judicial, os candidatos aprovados/classificados nos cargos do Concurso Público N° 001/2019, que foram nomeados, tomaram posse e entraram em exercício por força de decisões judiciais nos termos dos processos abaixo: **CARGO: 102 - ENFERMEIRO:** Nome: 1º NATALIA DO NASCIMENTO GOMES (0800198-56.2020.8.14.0060); 2º KETHRYN HIROKO KIKUCHI TAKAKI (0800624-68.2020.8.14.0060); **CARGO: 109 - PROF NS / EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDE):** Nome: 3º JAIME ALESSANDRO DE SOUZA ROCHA (0800542-37.2020.8.14.0060); 4º MIQUERLIS PANTOJA MIRANDA (0800455-81.2020.8.14.0060); **CARGO: 110 - PROF NS / EDUCAÇÃO INFANTIL (QUATRO BOCAS):** Nome: 5º ALDENISE DA SILVA VELOSO (0800361-36.2020.8.14.0060); 6º MÁRCIA GISELE AMÉRICO (0800818-68.2020.8.14.0060); 7º MARIA DE FATIMA DE SOUSA MENEZES (0800819-53.2020.8.14.0060); **CARGO: 112 - PROF NS / EDUCAÇÃO INFANTIL (CANINDE):** Nome: 8º KEILA DA SILVA NASCIMENTO (0800274-80.2020.8.14.0060); 9º BEATRIZ DOS SANTOS OLIVEIRA (0800275-65.2020.8.14.0060); 10º ELTON CONCEIÇÃO SILVA (0800526-83.2020.8.14.0060); 11º SILVANO OLIVEIRA SILVA (0800307-70.2020.8.14.0060); 12º JAIRES COSTA SILVA (0800273-95.2020.8.14.0060); 13º FRANCIOBERTO PORTELA LIMA (0800308-55.2020.8.14.0060); **CARGO: 120 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA (JAMIC):** Nome: 14º RAUL TENORIO DA CUNHA (0800352-74.2020.8.14.0060); **CARGO: 125 - PROFESSOR DE PORTUGUÊS (CANINDE):** Nome: 15º CARMINA LEMOS DE OLIVEIRA (0800280-87.2020.8.14.0060); **CARGO: 128 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA (CANINDÉ):** NOME: 16º BRUNO DA SILVA (0800327-61.2020.8.14.0060); **CARGO: 130 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA (CANINDÉ):** Nome: 17º VICTOR LUAN SANTOS DA SILVA (0800360-51.2020.8.14.0060); **CARGO: 132 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA (ÁGUA BRANCA):** NOME: 18º JOSÉ DAVI DE SOUZA PINTO (0800380-42.2020.8.14.0060); **CARGO: 144 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:** NOME: 19º VALDIRENE COUTINHO DOS SANTOS (0800056-18.2021.8.14.0060); 20° ALESSANDRINA PAIVA RABELO (0800056-18.2021.8.14.0060); 21° HERME-

SON HERNRIQUE SILVA DE OLIVEIRA ((0800056-18.2021.8.14.0060); **CARGO: 150 - SERVENTE (SEDE):** NOME: 22º LEONARDO YURI DA SILVA SAKAMOTO (0800238-38.2020.8.14.0060); ART. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2022; ART. 3º Revogam-se as disposições em contrário. PALÁCIO DO GOVERNO MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU (PA), em 03 de janeiro de 2022.

CARLOS ANTÔNIO VIEIRA
Prefeito Municipal de Tomé-Açu

Protocolo: 749191

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Trairão usando de suas atribuições legais vem através de seu pregoeiro Deivide da Silva Cruz tornar público os extratos de edital conforme abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 001/2022PMT-PE-SRP, Tipo Menor Preço Por Item, Modo de Disputa Aberto e Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES E ÔNIBUS ESCOLARES DESTINADOS A ATENDER OS FUNDOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO. Data da Abertura: 19/01/2022 Horário: 08:00hrs (horário de Brasília-DF).

Integra do Edital no site www.portaldecompraspublicas.com.br, Departamento de Licitações na sede da Prefeitura no Endereço: Avenida Fernando Guilhon nº s/n - Bela Vista no horário das 08h00m às 14h00m. Município de Trairão. **Deivide da Silva Cruz, Pregoeiro.**

Protocolo: 749192

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Trairão usando de suas atribuições legais vem através de seu pregoeiro Deivide da Silva Cruz tornar público os extratos de edital conforme abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 002/2022PMT-PE-SRP, Tipo Menor Preço Por Item, Modo de Disputa Aberto e Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÓSTUMOS DESTINADOS A ATENDER OS FUNDOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRÃO. Data da Abertura: 19/01/2022 Horário: 11:00hrs (horário de Brasília-DF).

Integra do Edital no site www.portaldecompraspublicas.com.br, Departamento de Licitações na sede da Prefeitura no Endereço: Avenida Fernando Guilhon nº s/n - Bela Vista no horário das 08h00m às 14h00m. Município de Trairão. **Deivide da Silva Cruz, Pregoeiro.**

Protocolo: 749193

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRAIRÃO-PA
AVISO DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRAIRÃO usando de suas atribuições legais vem através de seu pregoeiro Deivide da Silva Cruz tornar público os extratos de edital conforme abaixo:

Pregão Eletrônico n° 003/2022FME-PE, tipo Menor Preço por Item, Modo de Disputa Aberto.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE TRAIRÃO-PA. Data da Abertura: 20/01/2022 Horário: 08:00hrs (horário de Brasília-DF).

Integra do Edital no site www.portaldecompraspublicas.com.br, Departamento de Licitações na sede da Prefeitura no Endereço: Avenida Fernando Guilhon nº. s/n - Bela Vista no horário das 08h00m às 14h00m. Município de Trairão. **Deivide da Silva Cruz, Pregoeiro.**

Protocolo: 749194

PARTICULARES

O ESPÓLIO DE JOÃO COELHO DA SILVA,
Brasileiro, Portador do RG nº 8095897 PC/PA
e CPF 883.390.172-68

Proprietário do imóvel LOTE 17 DA GLEBA 83 - **FAZENDA FORMOSA,** localizado no município de Uruará-PA, torna público que recebeu junto à SEMAS-PA, a Autorização para Exploração Florestal (AUTEF) nº 273914/2021 e Licença de Atividade Rural (LAR) nº 13770/2021 para atividade de manejo florestal em regime de rendimento sustentável.

Protocolo: 749146

O Sr. LUCAS KUHN
Brasileiro, Solteiro, Empresário, Portador do
RG nº 6397564 SEGUP/PA e CPF 530.918.842-87,

Proprietário do imóvel LOTE Nº 22 DA GLEBA 78 - **FAZENDA TAFONA** localizado no município de Uruará-PA, torna público que recebeu junto à SEMAS-PA, a Autorização para Exploração Florestal (AUTEF) nº 273891/2021 e Licença de Atividade Rural (LAR) nº 13750/2021 para atividade de manejo florestal em regime de rendimento sustentável.

Protocolo: 749147

O Sr. DIDIMO NONATO DE SOUZA
Brasileiro, Casado, Agricultor, Portador do
RG nº 6307033 PC/PA e CPF 833.820.702-00

Proprietário do imóvel LOTE 12 - GLEBA 85, localizado no município de Uruará-PA, torna público que recebeu junto à SEMAS-PA, a Autorização para Exploração Florestal (AUTEF) nº 273887/2021 e Licença de Atividade Rural (LAR) nº 13748/2021 para atividade de manejo florestal em regime de rendimento sustentável.

Protocolo: 749148

KIM DE BORBOREMA NUNES

Torna público que recebeu da SEMAS-PA a Licença de Atividade Rural-LAR Nº13736/2021 para pecuária da Fazenda Olho D'agua, município de Capitão Poço-PA.

Protocolo: 749149

EMPRESARIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA-PA
AVISO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO N.º 001/2022

A Câmara Municipal de Floresta do Araguaia-PA, com sede na Praça Santa Fé, snº - Centro - Floresta do Araguaia-PA, inscrita no CNPJ: 01.776.009/0001-51, representada pelo seu titular presidente, Antônio Luiz Moreira dos Santos, resolve conhecer e ratificar a inexigibilidade de licitação, com fulcro no Art. 25, I da Lei 8.666/93 para Contratação da empresa especializada na Prestação de Serviços Jurídico para a Câmara Municipal de Floresta do Araguaia-PA, para o exercício 2022, através da empresa: GUSTAVO OLIVEIRA ROCHA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ: 41.099.099/0001-08, no valor R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), perfazendo o total de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) até 31 de dezembro de 2022, retroagindo seus efeitos a 01 de Janeiro de 2022. Floresta do Araguaia - PA, 06 de janeiro de 2022. **Antônio Luiz Moreira dos Santos - Presidente da Câmara Municipal.**

Protocolo: 749141

AMAZONAS INDUSTRIA E COMÉRCIO
DE MADEIRAS LTDA
Inscrita no CNPJ nº 15.570.266/0001-47

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMMA/PA, a Licença de Operação nº 01/2022 válida até 03/01/2025, que autoriza o desdobro de madeira em tora para a produção de madeira serrada e trapiche em Belém/PA, processo: 5841/2021."

Protocolo: 749142

KASSIA CRISTINA O. DA SILVA & CIA LTDA
CNPJ 13.497.153/0001-38

Localizada na Av. JK, s/n, Bairro Centro, município de Floresta do Araguaia-PA, CEP 68.543-000. Torna público que requereu da SEMMARH - Floresta do Araguaia/PA, a Licença de Operação - L.O. para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores. Processo N.º 075/2020.

Protocolo: 749143

TIM S.A.
CNPJ: 02.421.421/0011-93

Torna público que recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA, a Licença de Operação de nº 13167/2021 com validade 21/12/2026 para atividade de ESTAÇÃO DE RÁDIO BASE E MICROONDAS - ERB (site PArrd001_4SPAS009) Tipologia - 36.01 - Telefonia Móvel Celular, localizada na Travessa Pedro Correa de Melo s/nº bairro Vila Santana do Capim/PA.

Protocolo: 749137

ORGANIZAÇÃO SOCIAL BIOTEC-AMAZÔNIA
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 03/2019
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO BIOTEC-AMAZÔNIA
E SERLIMP - SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
EXERCÍCIO: 2021

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, sem alterar a natureza do objeto do contrato principal nº 03/2019, na forma da sua Cláusula Primeira - Objeto.

VALOR ANUAL: R$ 5.374,32 mensais, durante 12 meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 19 de novembro de 2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de dezembro de 2021 a 30 de novembro de 2022.

PRIMEIRA PARTÍCIPE: Organização Social BioTec-Amazônia (CNPJ: 26.791.074/0001-87).

SEGUNDA PARTÍCIPE: SERLIMP - Serviços de Limpeza LTDA (CNPJ: 07.247.162/0001-78).

Protocolo: 749132

CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA-PA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2021010801

O presente termo aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com validade até 31 de dezembro de 2022, Fundamento Legal: Art. art. 57, inc. ll da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Solicitar termo aditivo para garantir que não falte a prestação dos serviços do objeto licitado, alterando assim o valor contratual passando assim a ter o valor global de R$ 192.000,00. OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de serviços de Assessoria contábil. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0401001/2021 CONTRATANTE: Câmara Municipal de Primavera - PA, CNPJ 04.855.151/0001-82. CONTRATADA: E. ALEXANDRE SILVA-ME, inscrito no CNPJ nº 17.306.004/0001.03, início de vigência 03/01/2022 a 31/12/2022, assinatura do termo aditivo 30 de dezembro de 2021.

ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 2021011301

O presente termo aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com validade até 31 de dezembro de 2022, Fundamento Legal: Art. art. 57, inc. ll da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Solicitar termo aditivo para garantir que não falte a prestação dos serviços do objeto licitado, alterando assim o valor contratual passando assim a ter o valor global de R$ 196.000,00. OBJETO: Contratação de Assessoria Jurídica para Prestação de serviços contínuos técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídicas. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0501002/2021 CONTRATANTE: Câmara Municipal de Primavera - PA, CNPJ 04.855.151/0001-82. CONTRATADA: GEOVANO HONORIO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ Nº 30.060.458/0001-05, início de vigência 03/01/2022 a 31/12/2022, assinatura do termo aditivo 30 de dezembro de 2021.

ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 2021012901

O presente termo aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com validade até 31 de dezembro de 2022, Fundamento Legal: Art. art. 57, inc. ll da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Solicitar termo aditivo para garantir que não falte a prestação dos serviços do objeto licitado, alterando assim o valor contratual passando assim a ter o valor global de R$ 57.500,00. OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de elaboração e lançamento de folha de pagamento. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2501001/2021 CONTRATANTE: Câmara Municipal de Primavera - PA, CNPJ 04.855.151/0001-82. CONTRATADA: MARCELO SOUSA SILVA 77986105291, CNPJ Nº 26.948.659/0001-68, início de vigência 03/01/2022 a 31/12/2022, assinatura do termo aditivo 30 de dezembro de 2021.

ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 2021030101

O presente termo aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com validade até 31 de dezembro de 2022, Fundamento Legal: Art. art. 57, inc. ll da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Solicitar termo aditivo para garantir que não falte a prestação dos serviços do objeto licitado, alterando assim o valor contratual passando assim a ter o valor global de R$ 92.400,00. OBJETO: contratação de empresa para prestação de assessoria financeira tem por objetivo atender ao contrato de gestão financeira. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2202001/2021 CONTRATANTE: Câmara Municipal de Primavera - PA, CNPJ 04.855.151/0001-82. CONTRATADA: LAYNE SILVA DE SOUZA ASSESSORIA CONTABIL, CNPJ: 28.090.602/0001-04, início de vigência 03/01/2022 a 31/12/2022, assinatura do termo aditivo 30 de dezembro de 2021.

Primavera, em 30 de dezembro de 2021
ROSIVALDO DANTAS VIEIRA
Presidente da Câmara

Protocolo: 749134

SBA TORRES BRASIL, LIMITADA
Inscrita no CNPJ 16.587.135/0001-35

Torna público que recebeu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Econômico - SEMADE, a Licença Ambiental Prévia nº 018/2021 para a atividade de Torre de Telefonia Móvel (BR57813-A), localizada na Rodovia Transalumínio - Portaria 3, Industrial, Barcarena - PA, através do processo Nº 2564/2021.

Protocolo: 749127

AGROPECUÁRIA DO GUAMÁ S/A

Torna público que recebeu da SEMMA/Garrafão do Norte a Licença de Atividade Rural-LAR nº30/2021 para bovinocultura da Fazenda São Sebastião.

Protocolo: 749130

SBA TORRES BRASIL, LIMITADA
Inscrita no CNPJ 16.587.135/0001-35

Torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Econômico - SEMADE, a Licença Ambiental Prévia para a atividade de Torre de Telefonia Móvel (BR57813-A), localizada na Rodovia Transalumínio - Portaria 3, Industrial, Barcarena - PA, através do processo Nº 2564/2021.

Protocolo: 749125

JM TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº 24.946.352/0012-55

Torna público que esta REQUERENDO a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua - SEMA , LO para canteiro de obras com instalações administrativas e outras áreas de apoio (posto de abastecimento, usina de asfalto móvel, laboratório, lavador, gerador de energia) com endereço na Rua Distrito Industrial, s/nº Setor T, Quadra E, Lote 40,41 e 42, município de Ananindeua/PA através do Requerimento Codigo n° R01122.

Protocolo: 749123

SBA TORRES BRASIL, LIMITADA
Inscrita no CNPJ 16.587.135/0001-35

Torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Econômico - SEMADE, a Licença Ambiental de Instalação para a atividade de Torre de Telefonia Móvel (BR57813-A), localizada na Rodovia Transalumínio - Portaria 3, Industrial, Barcarena - PA, através do processo Nº 2564/2021.

Protocolo: 749124

POSTO ICCAR LTDA
CNPJ: 02.280.133/0073-69

Torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMMAT, Licença de Operação - LO, por meio do processo nº 499/2021, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para veículos automotores, localizado na Av. Joaquim Pereira de Queiroz, nº 820, bairro Centro, no Município de Benevides/PA.

Protocolo: 749111

MINUANO APART HOTEL-EIRELI
CNPJ nº 04.260.245/0001-09

Sitio PA 444, s/nº, Ilha do Atalaia, Salinópolis-PA, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente-Salinópolis,Licença de Operação nº 082/2021-validade 01/12/2022. Atividade: Hotel-Alojamento.

Protocolo: 749112

TERRAPLENA LTDA
CNPJ nº 14.698.658/0001-23

Torna público que requereu junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA - TOMÉ-AÇÚ/PA, a Licença de Operação em 17.12.2021 para a atividade relativa à CANTEIRO DE OBRAS COM INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS E OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO (OFICINA, TANCAGEM, USINA DE ASFALTO, ENTRE OUTRAS) localizado na Rodovia PA-256 - Igarapé Água Azul - Lote 63 s/nº, Zona Rural - Tomé-Açú-PA.

Protocolo: 749113

TERRAPLENA LTDA
CNPJ nº 14.698.658/0001-23

Torna público que recebeu da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA, através do processo nº 2017/3623, a Licença de Operação nº 13199/2021, com validade até 13/03/2024, para atividade relativa à Transporte, coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos no Estado do Pará.

Protocolo: 749114

TAPAJÓS ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA LTDA
CNPJ nº. 05.676.902/0001-66

Torna público que requereu junto à SEMAS/PA, a Licença de Instalação sob processo n° 43398/2021, para desenvolver a atividade de adequações da estrutura portuária, em Santarém/PA.

Protocolo: 749115

A MINERSUL MINERAÇÃO EIRELI
Inscrita no CNPJ nº 30.259.962/0001-20

Situada na Estrada do Rio Preto, S/N. Vila União. CEP: 68.508-970. Marabá/PA, torna público que recebeu junto a SEMAS/PA a Licença de Operação nº 13223/2021 para Beneficiamento de Minérios Metálicos, em 27/12/2021.

Protocolo: 749116

A MINERSUL MINERAÇÃO EIRELI
Inscrita no CNPJ nº 30.259.962/0001-20

Situada na Estrada do Rio Preto, S/N. Vila União. CEP: 68.508-970. Marabá/PA, torna público que recebeu junto a SEMAS/PA a Licença de Operação nº 132215/2021 para Pesquisa Mineral com Lavra Experimental, em 27/12/2021.

Protocolo: 749118

A MINERSUL MINERAÇÃO EIRELI
Inscrita no CNPJ nº 30.259.962/0001-20

Situada na Estrada do Rio Preto, S/N. Vila União. CEP: 68.508-970. Marabá/PA, torna público que recebeu junto a SEMAS/PA a Licença Prévia nº 1876/2021 para Beneficiamento de Minérios Metálicos, em 27/12/2021.

Protocolo: 749120

SUPLEMENTO

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

ANO CXXXI DA IOE
131º DA REPÚBLICA
Nº 34.823

Belém, Sexta-feira, 07 de janeiro de 2022

221 Páginas

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

LEI Nº 9.494, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, com reflexos para o período 2022-2023.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovada a revisão do Plano Plurianual 2020-2023, com reflexos para o período 2022-2023, em conformidade com o disposto nos arts. 6º e 11 da Lei Estadual nº 8.966, de 30 de dezembro de 2019.

§ 1º A revisão apresenta, mantidas as diretrizes estabelecidas pelo Governo, a exclusão, inclusão e alterações nos atributos dos Programas para o período 2022-2023, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022, com suas devidas justificativas.

§ 2º Integram esta Lei os anexos abaixo discriminados:

I - Anexo I – Alteração de Compromissos Regionais;

II - Anexo II – Alteração de Atributos de Programas Existentes;

III - Anexo III – Inclusão de Ação em Programas Existentes;

IV - Anexo IV – Exclusão de Ação em Programas Existentes;

V - Anexo V – Alteração de Atributo de Ações em Programas Existentes; e

VI - Anexo VI – Demonstrativo atualizado do Plano.

Art. 2º As alterações propostas nesta Lei decorrem da mitigação dos impactos e limitações decorrentes da crise sanitária imposta pela pandemia da Covid-19 e do aperfeiçoamento dos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos Programas de Governo, de forma a atingir maior eficiência, eficácia e efetividade da ação pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

PALÁCIO DO GOVERNO, 28 de dezembro de 2021.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023, biênio 2022-2023

Desenvolvimento Pro Pará. Pra Todo o Pará.

ESTRUTURA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador do Estado do Pará
Helder Zahluth Barbalho

Vice Governador do Estado do Pará

Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Deputado Francisco das Chagas Silva
Melo filho

Tribunal de Contas do Estado do Pará
Cons. Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Cons. Mara Lúcia Barbalho da Cruz

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

Justiça Militar do Estado do Pará
Lucas do Carmo de Jesus

Ministério Público do Estado do Pará
César Bechara Nader Mattar Júnior

Ministério Público de Contas do Estado do Pará
Guilherme da Costa Sperry

Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros

Defensoria Pública do Estado do Pará
João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
Iran Ataíde de Lima

Diretor Geral do Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento da Gestão
Walter Costa Júnior

Coordenador do Núcleo de Relações com os Municípios e Entidades de Classe
Josenir Gonçalves Nascimento

Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais
Everton Viera Vargas

Coordenadora Geral de Ações e Políticas do Governo
Maria Eugenia Marcos Rios

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
Cel. QOPM RR Osmar Vieira da Costa Junior

Procurador-Geral do Estado
Ricardo Nasser Sefer

Auditor-Geral do Estado
José Rubens Barreiros de Leão

Ouvidor Geral do Estado
Arthur Houat Nery de Souza

Presidente da Fundação PARÁPAZ
Alberto Henrique Teixeira de Barros

Secretária de Estado de Planejamento e Administração
Hana Sampaio Ghassan

Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará
Jorge Luiz Guimarães Panzera

Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará
Bernardo Albuquerque de Almeida

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Ilton Giussepp Stiival Mentes da Rocha
Lopes da Silva

Diretora-Geral da Escola de Governança Pública do Estado do Pará
Evanilza da Cruz Marinho Maciel

Secretário de Estado da Fazenda
René de Oliveira e Sousa Júnior

Diretor-Presidente do Banco do Estado do Pará S/A.
Braselino Carlos Assunção da Silva

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará
Cilene Moreira Sabino de Oliveira Bittencourt

Secretário de Estado de Saúde Pública
Rômulo Rodovalho Gomes

Diretor-Geral do Hospital Ophir Loyola
Joel Monteiro de Jesus

Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará
Bruno Mendes Carmona

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
Paulo André Castelo Branco Bezerra

Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna
Ivete Gadelha Vaz

Secretário de Estado de Transportes
Adler Gerciley Almeida da Silveira

Presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará
Abraão Benassuly Neto

Diretor Geral da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos
Eurípedes Reis da Cruz Filho

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
Giovanni Corrêa Queiroz

Presidente do Instituto de Terras do Pará
Bruno Yoheiji Kono Ramos

Gerente-Executivo do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural
Felipe Coelho Picanço

Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
Jamir Junior Paraguassú Macedo

Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
Lana Roberta Reis dos Santos

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
José Mauro de Lima O' de Almeida

Diretora-Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Karla Lessa Bengtson

Diretor Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes
Jaqueline de Carvalho Peçanha

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Ualame Fialho Machado

Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará
Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Junior

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará
Cel. QOBM Hayman Apolo Gomes de Souza

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará
Walter Resende Almeida

Diretor-Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"
Celso da Silva Mascarenhas

Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará
Marcelo Lima Guedes

Secretária de Estado de Cultura
Úrsula Vidal Santiago de Mendonça

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará
Guilherme Relvas D'Oliveira

Superintendente da Fundação Carlos Gomes
Maria da Glória Boulhosa Caputo

Secretária de Estado de Comunicação
Vera Lúcia Alves de Oliveira

Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão
Hilbert Hil Carreira do Nascimento

Secretária de Estado de Educação
Elieth de Fátima da Silva Braga

Reitor da Universidade do Estado do Pará
Clay Anderson Nunes Chagas

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Inocêncio Renato Gasparim

Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
Luiz Celso da Silva

Diretor -Geral do Núcleo Gerenciamento do Programa de Microcrédito – CREDCIDADÃO
Tércio Júnior Sousa Nogueira

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos
José Francisco de Jesus Pantoja Pereira

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
José Fernando de Mendonça Gomes Júnior

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará
Lutfala de Castro Bitar

Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará
Rafaela Barata Chaves

Diretor-Presidente da Companhia de Gás do Pará
Cláudia Bitar de Moraes Barbosa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
Benedito Ruy Santos Cabral

Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará
José Antônio De Angelis

Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará
Orlando Reis Pantoja

Diretor-Geral do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano
Eduardo de Castro Ribeiro Júnior

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Diretor-Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
Marcel do Nascimento Botelho

Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
Marcos Antônio Brandão da Costa

Secretário de Estado de Esporte e Lazer
Nivan Setubal Noronha

Secretário de Estado de Turismo
André Orengel Dias

Secretário de Estado de Administração Penitenciária
Jarbas Vasconcelos do Carmo

Secretário Estratégico de Estado de Cidadania
Ricardo Brisolla Balestreri

Secretário Regional de Governo do Baixo Amazonas
Henderson Lira Pinto

Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará
João Chamon Neto

Secretário Regional de Governo do Marajó
Jaime da Silva Barbosa

Diretor-presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S/A.
José Antônio Scaff Filho

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Hana Sampaio Ghassan

SECRETÁRIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Ivaldo Renaldo de Paula Ledo

SECRETÁRIA ADJUNTA DE RECURSOS ESPECIAIS
Renata Mirella Freitas Guimarães de Souza Coelho

SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS
Thainná Magalhães de Alencar Vieira

SECRETÁRIA ADJUNTA DE MODERNIZAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA
Josynélia Tavares Rayol

DIRETORA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Brenda Rassy Carneiro Maradei

ASSESSORIA TÉCNICA
Bernadete de Jesus Barros Almeida
Inah Tobias Silveira

SECRETARIA
Emilene Helen de Oliveira Pires
Laurinda da Conceição Ribeiro Cardoso

COORDENADORIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS
Geovana Raiol Pires – Coordenadora
João Ulisses Barata da Silva
Lúcia Cristina de Andrade Lisboa da Silva
Marcelo Pereira Lobato
Mário Cézar de Oliveira Pantoja - Estagiário

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Jordan Seabra de Oliveira - Coordenador
Alberto José Silva Tobias
Pedro Paulo Reis da Trindade - Estagiário
Railson Lemos Mota
Wilson Luiz Ribeiro da Costa

COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS
Francisco Leite da Silva Neto – Coordenador
Adahir Souza dos Santos
Débora de Aguiar Gomes
Elesbão de Castro Ewerton Filho – in memoriam
Elizanete da Silva Viterbino
Julianna Leite Saraiva
João Libório de Lima Pinheiro Junior - Estagiário
Márcia Correia Lago Moura
Maria de Belém Nazareth Gomes
Orlando Santana Rosa
Renato da Cunha Andrade

Roberta Braga Fernandes de Moraes
Roberto Carneiro de Lima
Selma Jerônimo Mesquita Couto
Valdeni da Conceição Farias

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RESULTADOS
Luciana Portilho Bentes Guedes de Oliveira - Coordenadora
Maria do Perpetuo Socorro Garcia Castro
Nanety Cristina Alves dos Santos
Rosemery Tillmann da Silva

COORDENADORIA DE MONITORAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS
Luciana Santos de Oliveira - Coordenadora
Agostinho Lopes Arnaud
Heraldo Marques Nogueira
Luciana Quemel Pires Gester de Souza
Rita de Cássia Macedo Moreira

DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
Maria de Nazaré Souza Nascimento

ASSESSORIA
Edilza Barbosa Vilhena
Isabella Dalla Bernadina Flexa Ribeiro Pires
Jacqueline Maria Ferreira Cardoso

SECRETARIA
Aldemira Santos Silva Gomes

COORDENADORIA DE NORMAS TÉCNICAS E PADRONIZAÇÃO
Ana Teresa Bentes Nicolau da Costa
Eminy Francinéia Martins Fonseca
Luis Henrique Ferreira Brito
Sandra Maria Couto Cabral Bender

COORDENADORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Taissa Valente Almeida – Coordenadora
Ana Lúcia Frazão Gracindo
Ana Bela Andrade Naia
Haroldo Antônio Costa Brabo de Carvalho
Leocádia Maria Nogueira de Oliveira
Karla Maria Cruz Rocha
Vanderly Camelo Xavier

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Paulo Sérgio da Silva Araújo - Coordenador
Antônio Carlos Lopes Leal
Ariene Souto Pinho
Hélio Rebelo de Souza
Helielza Silva Bezerra
Maria do Carmo Ferreira Dias Dantas
Maria Helena dos Santos Pinheiro
Maria José Silva Araújo
Maria Júlia Peixoto Ramos
Olinda Koga Teixeira

Roseane Andrade da Silva
Suzan Thais Mendes Martins
Willian Frazão de Souza

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CUSTOS
Ana Maria Costa Penalber – Coordenadora
Aloizi Athayde Gomes
Célia Ângela Lisboa Costa Lima
Denísio de Jesus Costa Lima
José Osmar da Silva Ramos

COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Ana Flávia Melo de Menezes – Coordenadora
Carlos Fernando Silva de Sena
Cleide Maria Dos Santos Mello
Enemar Piedade Salomão
Hilton de Freitas Mendes
Pedro Jose Dantas de Carvalho
Raimunda Nazaré Lima Gouvêa
Ocidéa Carvalho Lobato

COLABORADORES SEPLAD

Albert Lima dos Reis
Ana Maria da Costa Monte
Araci de Jesus Pinheiro Costa
Bianca Ferreira Rocha
Brenda Lobato Bastos
Carmen Elena de Andrade Souto
Cláudio Roberto de Oliveira
Fábio Augusto Pinto de Oliveira
Fábio Braga Cavalcante
Fernando Augusto Altieri Silva
Francisco Farias Melo
José Isaac Alvarez Elarrat
Júlio Cesar Barros Borba
Karinne Oliveira Homci
Luana Taveira dos Santos Leite
Maria Gláucia Pacheco Moreira
Tácio Gomes Caldas

COLABORADORES FAPESPA

Diretor-Presidente
Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação - DETGI
José Gonçalves dos Santos Paes

Coordenadoria de Estatística e Disseminação da Informação – CEDI
Walenda Silva Tostes

Equipe Técnica

Alana Maria Ferreira Borges
Aline Gabrielly Gomes de Freitas
Gilson Pereira Prata
John Assunção de Souza
Lucas dos Santos Cabral de Sá
Maiara de Oliveira Cordeiro
Marcelo Santos Chaves
Maria Augusta Esteves Pereira
Maria Glaucia Pacheco Moreira
Raymundo Nonnato da Frota Costa Júnior
Walenda Silva Tostes
Walquiria Carrera Bernardo Ribeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

VOLUME I

1. INTRODUÇÃO

2. BASE LEGAL DA REVISÃO

3. METODOLOGIA

4. ANEXO I - ALTERAÇÃO DE COMPROMISSOS REGIONALIZADOS

5. ANEXO II – ALTERAÇÃO DE ATRIBUTOS DE PROGRAMAS

6. ANEXO III – INCLUSÃO DE AÇÕES EM PROGRAMAS

7. ANEXO IV – EXCLUSÃO DE AÇÕES DE PROGRAMAS

8. ANEXO V - ALTERAÇÃO DE ATRIBUTOS DE AÇÕES DE PROGRAMAS

9. ANEXO VI – DEMONSTRATIVO ATUALIZADO DO PLANO – PODER EXECUTIVO

9.1. Programação Consolidada do Estado

9.2. Programação por Região de Integração

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO ARAGUAIA

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO BAIXO AMAZONAS

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAMÁ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO LAGO DE TUCURUÍ

VOLUME II

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO MARAJÓ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAETÉ

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TAPAJÓS

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO XINGU

VOLUME III

DEMONSTRATIVO ATUALIZADO DO PLANO – OUTROS PODERES E ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES

1. INTRODUÇÃO

A Revisão do PPA, apoiada em dispositivos legais, oportuniza à gestão estadual verificar a eficácia e a efetividade da programação, apontar os ajustes necessários e a reconduzir os rumos das políticas públicas, com base, na participação/escuta da sociedade.

Contudo, com menos de um ano de execução do PPA 2020-2023, o Plano sofreu o impacto da pandemia da Covid-19, que se instalou no início de 2020, quando, em curtíssimo prazo, ações tiveram que ser reprogramadas e outras criadas, por meio de créditos especiais ao Orçamento Geral do estado (OGE), para mitigar os efeitos decorrentes da crise sanitária, antecipando, de certa forma, a etapa de revisão do Plano, prevista somente para 2021.

Ao final de 2020, o governo estadual realizou a avaliação dos programas do PPA, cumprindo exigências legais, mas, também, efetivando uma das etapas do processo de planejamento. Nessa oportunidade, se analisou a execução das ações governamentais e a aplicação dos recursos públicos, reconhecendo-se avanços e desafios quanto ao que precisa ainda de readequação, com vistas à transparência dos resultados alcançados para a sociedade.

O Governo do Estado, com fundamento, principalmente, nesse arcabouço adquirido e no monitoramento dos programas, executado ao longo do ano, deu início à revisão do Plano Plurianual, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (Seplad), em conjunto com todos os órgãos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Órgãos Constitucionais Independentes, objetivando à melhoria da qualidade dos gastos governamentais para o melhor e maior atendimento das demandas da população paraense.

Paralelamente, por meio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa (Fapespa), o Perfil Socioeconômico e Ambiental das Regiões de Integração passou por atualizações significativas, de modo a oferecer mais subsídios para embasamento tanto às proposições de alterações de atributos de Programas como para o processo das análises necessárias à sequência das etapas.

Cumpre destacar, a atualização no Plano, do compromisso com o desenvolvimento sustentável global, realinhando a programação de governo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Salienta-se que não houve alteração na estrutura original dos programas, permanecendo os mesmos, tanto os do Poder Executivo quanto os dos demais Poderes e Órgãos Constitucionais Independentes. As mudanças referem-se aos atributos de programas, aos compromissos regionalizados e a ações de programas, inclusive a inclusão e exclusão de ações.

O PPA 2020-2023, Desenvolvimento pro Pará – Pra Todo o Pará, após revisão permaneceu com os 28 programas, sendo 18 do Poder Executivo e 10 dos demais Poderes; terá 463 ações, sendo 338 só do Poder Executivo e 105 indicadores, sendo 84 do Poder executivo, dividido em 36 de resultados que só serão mensurados em 2023 e 48 de processos.

De forma geral, destaca-se na revisão do PPA 2020-2023, a adequação das metas físicas das ações às expectativas de receita para o próximo biênio, tendo em vista que, no Plano original, era de R$40,52 bilhões, sendo agora reestimadas para R$51,84 bilhões.

2. BASE LEGAL

A Lei nº 8.966, de 30 de dezembro de 2019, instituiu o Plano Plurianual do Estado do Pará para o período 2020-2023, que expressa, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas do Poder Executivo e dos demais Poderes, além dos Órgãos Constitucionais Independentes, para o quadriênio. Em seus artigos 11 e 12, a lei dispõe sobre a revisão do Plano, quando necessária, quanto à inclusão, exclusão ou alteração de programas, por meio de projeto de lei; e das ações, metas e regionalização, por intermédio da LOA ou de seus créditos adicionais.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE ANÁLISE À REVISÃO DA PROGRAMAÇÃO

A Revisão do Plano, abrange os indicadores e seus atributos, os objetivos do programa, dos quais emanam as ações e produtos, basilares à programação orçamentária, além dos compromissos regionais. A proposta de alteração do PPA, seja a título de inclusão, exclusão ou de alteração de Programas e seus atributos, está acompanhada da justificativa técnica para análise e fundamentação do Projeto de Revisão do PPA.

No processo de revisão do Plano, admitiu-se a inclusão, a exclusão e a alteração dos atributos da Ação em qualquer de seus componentes, como: nomenclatura, produto, unidade de medida, municípios e regiões de integração contempladas, observando-se os aspectos inerentes, inclusive quanto ao impacto no alcance dos seus objetivos vinculados.

Quanto a alteração de atributos dos Indicadores, foi permitido ajustes ou substituições de nomenclatura, fórmula e fonte.

Aos objetivos estão atreladas as ações pelas quais são executadas as atividades e, via de regra, as despesas do estado. Tanto a inclusão como a exclusão e ainda as alterações dos objetivos exigiu a observância de todos esses aspectos.

No que concerne aos compromissos regionais, também foram admissíveis modificações, desde que, as proposições considerem a possibilidade de conclusão dentro do prazo do PPA, até 2023.

A esse processo, incorporou-se o requisito legal, reconhecido pela gestão atual como de fundamental importância, a participação/escuta da sociedade, para acolhimento de suas demandas e discussão dos compromissos regionalizados de governo. A sociedade, após conhecimento dos compromissos e ações previstas para cada Região de Integração, pôde, até o dia 14/07/21, apresentar sugestões de inclusão de demandas especificas, e todos os compromissos regionais oriundos de Demandas da Sociedade estão sinalizados com a sigla DS.

No PPA 2020-2023, dos 313 Compromissos Regionais que integram o documento, 85 foram originários do processo de escuta social realizado nos anos de 2019 e 2021. Após processo de revisão para o biênio 2022/2023 o total de compromissos regionais ficou em 320 e, destes, 91 são procedentes de demandas sociais (28%). A consolidação destas demandas está consignada no site da Seplad por meio do endereço https://seplad.pa.gov.br/plano-plurianual-ppa/ppa-2020-2023/.

Essa participação/escuta da sociedade se deu por meio de quatro audiências públicas virtuais, conforme a atual orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), tendo em vista o momento pandêmico. Realizadas no canal da Seplad, no YouTube, a primeira, dirigida às Regiões de Integração Araguaia, Carajás e Lago de Tucuruí, ocorreu em 7 de junho; a segunda, à Região de Integração Marajó, em 8 de junho; a terceira, às Regiões de Integração Baixo Amazonas, Tapajós e Xingu, em 9 de junho; e a quarta, para as Regiões de Integração Guajará, Tocantins, Guamá, Rio Caeté e Rio Capim, em 10 de junho, contabilizando-se 1.726 acessos e/ou visualizações até o mês de setembro de 2021. Além disso, foi disponibilizado um aplicativo específico para este fim, proporcionando à sociedade mais um canal direto com o Governo do Estado.

O resultado do processo de revisão do Plano é apresentado na forma de 6 (seis) anexos, partes integrantes do Projeto de Lei de Revisão do PPA - 2022/2023. O Anexo VI consolida todas as inclusões, exclusões e alterações, qualitativas ou quantitativas, efetuadas nos Programas, ações e respectivos atributos de todos os Órgãos do Poder Executivo Estadual e dos demais Poderes do Estado e órgãos constitucionais independentes, constituindo-se no Plano Revisado para o período 2022-2023.

O documento é composto por três volumes: o Volume, I contendo a Introdução, Base Legal da Revisão, os principais critérios de análise à revisão da programação, o Anexo I – Alteração de Compromissos Regionais; Anexo II - Alteração de Atributos de Programas; Anexo III - Inclusão de Ação em Programas; Anexo IV - Exclusão de Ação em Programas; Anexo V - Alteração de Atributos de Ações em Programas; Anexo VI - Demonstrativo atualizado do Plano, que são dispostos de forma geral e por Regiões de Integração, neste Volume apresentando até a RI Lago de Tucuruí.

O Volume II traz a sequência do Anexo VI, com a apresentação da RI Marajó até RI Xingu, e o Volume III apresentando o Demonstrativo Atualizado do Plano com relação aos Órgãos pertencentes aos Demais Poderes e aos Órgãos Constitucionais Independentes.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD
PPA 2020-2023

Revisão do Plano Plurianual (PPA), exercício 2022-2023
Anexo I- Alteração dos Compromissos Regionais

PROGRAMA: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

OBJETIVO: Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Araguaia

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022	Alteração	Habilitar o Estado para a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação	Justifica-se a alteração da denominação, pois a partir do alcance iminente das metas, coordenadas pelo Ministério da Agricultura, o Estado do Pará ficará habilitado a receber a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, o que resultará em valorização sem precedentes do rebanho bovídeo paraense, gerando mais emprego e renda.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Apoiar os 13 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)	Alteração	Apoiar 5 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)	A redução de treze para cinco municípios a serem apoiados na Região Baixo Amazonas justifica-se, visto que, com o advento da pandemia do Covid-19, viagens, eventos, cursos e demais atividades necessárias para a execução da ação foram/estão restringidas/reduzidas e impactam diretamente no seu resultado.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022	Alteração	Habilitar o Estado para a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação	Justifica-se a alteração da denominação, pois a partir do alcance iminente das metas, coordenadas pelo Ministério da Agricultura, o Estado do Pará ficará habilitado a receber a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, o que resultará em valorização sem precedentes do rebanho bovídeo paraense, gerando mais emprego e renda.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Apoiar os 18 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)	Alteração	Apoiar 8 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)	A redução de dezoito para oito municípios a serem apoiados na Região Guamá justifica-se, visto que, com o advento da pandemia do Covid-19, viagens, eventos, cursos e demais atividades necessárias para a execução da ação foram/estão restringidas/reduzidas e impactam diretamente no seu resultado.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Apoiar os 7 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)	Alteração	Apoiar 3 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)	A redução de sete para três municípios a serem apoiados na Região Lago de Tucuruí justifica-se, visto que, com o advento da pandemia do Covid-19, viagens, eventos, cursos e demais atividades necessárias para a execução da ação foram/estão restringidas/reduzidas e impactam diretamente no seu resultado.
Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022	Alteração	Habilitar o Estado para a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação	Justifica-se a alteração da denominação, pois a partir do alcance iminente das metas, coordenadas pelo Ministério da Agricultura, o Estado do Pará ficará habilitado a receber a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, o que resultará em valorização sem precedentes do rebanho bovídeo paraense, gerando mais emprego e renda.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022	Alteração	Habilitar o Estado para a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação	Justifica-se a alteração da denominação, pois a partir do alcance iminente das metas, coordenadas pelo Ministério da Agricultura, o Estado do Pará ficará habilitado a receber a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, o que resultará em valorização sem precedentes do rebanho bovídeo paraense, gerando mais emprego e renda.

PROGRAMA: Atuação Jurisdicional

OBJETIVO: Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Prover a acessibilidade de 1 Unidade Judiciária	Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Prover a acessibilidade de 1 Unidade Judiciária	Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados.

OBJETIVO: Aprimorar a Gestão Judiciária

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Araguaia

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC	Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.
Instalação de 1 Unidade Judiciária	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC	Exclusão		Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados alguns excluídos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC	Em função do cenário de pandemia os compromissos foram reajustados

PROGRAMA: Atuação Legislativa

OBJETIVO: Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Araguaia

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Capim

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tapajós

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Realizar ações da ALEPA CIDADANIA.	Com o propósito de aproximar a Alepa com a sociedade, torna-se compromisso da Alepa desenvolver suas atividades parlamentares nesta região de integração.

PROGRAMA: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

OBJETIVO: Promover os Direitos Humanos

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar Usina da Paz em Canaã dos Carajás	Propõe-se a inclusão da Usina da Paz de Canãa dos Carajás, por ser um equipamento público de enfrentamento às desigualdades sociais que está sendo construído no território atendido pelo Programa Ter Paz, cujo objetivo é a redução da violência, por meio de estratégias e ações transversais dirigidas à reconquista da cidadania que ocorrerá com o oferecimento de serviços básicos à comunidade.
	Inclusão	Implantar Usina da Paz em Parauapebas	Propõe-se a inclusão da Usina da Paz de Parauapebas, por ser um equipamento público de enfrentamento às desigualdades sociais que está sendo construído no território atendido pelo Programa Ter Paz, cujo objetivo é a redução da violência, por meio de estratégias e ações transversais dirigidas à reconquista da cidadania que ocorrerá com o oferecimento de serviços básicos à comunidade.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar Estação Cidadania em Breves	A implantação da Estação Cidadania de Breves se dá em decorrência desse município se configurar como um município polo na Região de Integração do Marajó, podendo atender cidadãos de cerca de 16 municípios da redondeza, levando cidadania a essas pessoas através de serviços essenciais, como a emissão de RG, emissão de CNH e outros.

PROGRAMA: Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO: Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Guajará	Exclusão		Na elaboração do PPA 2020-2023, o compromisso foi programado contando com recursos do Governo Federal através do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. A exclusão faz-se necessária, pois, não houve a liberação dos recursos, impossibilitando a execução desse compromisso.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Guamá	Exclusão		Na elaboração do PPA 2020-2023, o compromisso foi programado contando com recursos do Governo Federal através do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. A exclusão faz-se necessária, pois, não houve a liberação dos recursos, impossibilitando a execução desse compromisso.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Tocantins	Exclusão		Na elaboração do PPA 2020-2023, o compromisso foi programado contando com recursos do Governo Federal através do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. A exclusão faz-se necessária, pois, não houve a liberação dos recursos, impossibilitando a execução desse compromisso.

OBJETIVO: Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar 1 Centro Tecnológico do Açaí, em Belém	A inclusão faz-se necessária, em função da celebração do convênio entre Governo do Estado do Pará e Associação BIOTEC da Amazônia com o intuito de implantar o Centro Bioeconômico e Biotecnológico da Amazônia, objetivando o desenvolvimento estratégico do açaí. Considerando essa iniciativa, o Centro Tecnológico do Açaí será implantado em Belém. O primeiro projeto desse Centro será o detalhamento do DNA do fruto buscando o incremento na produção dessa cadeia produtiva.
Implantar 1 Centro Tecnológico do Pescado em Belém	Exclusão		A exclusão faz-se necessária em função das parcerias firmadas e estudos com a IFPA e UFPA, visto que no estado do Pará, o município de Belém tem pouca vocação pesqueira. Por isso, optou-se por implantar o Centro Tecnológico do Pescado na Região Rio Caeté, município de Bragança, tendo em vista a reconhecida vocação da região à atividade da pesca.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 1 Centro Tecnológico do Açaí em Castanhal	Exclusão		A exclusão faz-se necessária, em função da celebração do convênio realizado entre o Governo do Estado do Pará com a Associação BIOTEC da Amazônia, e que, após estudos e objetivando o desenvolvimento estratégico do açaí, concluiu pela implantação o Centro Tecnológico do Açaí no município de Belém. Portanto, alterando-se a Região de Integração.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar 1 Centro Tecnológico do Pescado, em Bragança	A inclusão do compromisso regional faz-se necessária em função de estudos e das parcerias firmadas através de dois convênios entre Governo do Estado do Pará junto ao IFPA e UFPA, visando o desenvolvimento da cadeia do pescado, na Região Rio Caeté, onde está em desenvolvimento o Centro de Psicultura de Bragança, e, por isso, pretende-se a instalação do Centro Tecnológico do Pescado no município.

PROGRAMA: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais

OBJETIVO: Aperfeiçoar a Governança do TCE

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Manter em 10% o Índice de Investimento Destinado à Modernização da Infraestrutura do TCE até 2023	Alteração	Manter em 80% o índice de execução das despesas em investimentos do TCE até 2023	Adequar a meta do índice de execução das despesas em investimentos do TCE

OBJETIVO: Assegurar a Efetividade das Ações de Controle Externo

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Fiscalizar Concomitantemente 20% das Unidades Jurisdicionadas até 2023	Alteração	Alcançar 30% do índice de celeridade no julgamento até 2023	Adequar às metas do Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA
Padronizar 80% dos Processos Internos de Trabalho até 2023	Alteração	Alcançar 30% do índice de tempestividade da instrução processual preliminar até 2023	Adequar às metas do Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA

OBJETIVO: Fomentar a Transparência, o Controle Social e o Aprimoramento da Gestão Pública

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Alcançar 100% das Ações de Promoção ao Controle Social até 2023	Alteração	Alcançar 80% das Ações de Promoção ao Controle Social - POCS até 2023	Adequar às metas estabelecidas no Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA
Alcançar 100% o Número de Jurisdicionados Capacitados até 2023	Alteração	Alcançar 90% o Número de Jurisdicionados Capacitados até 2023	Adequar às metas estabelecidas no Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA

OBJETIVO: Modernizar a Gestão de Pessoas

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Capacitar 80% dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores até 2023	Alteração	Capacitar 60% dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores até 2023	Em virtude da readequação das metas físicas da ação Implementação dos Planos Educacionais da Escola de Contas.
Executar 70% do Programa Teletrabalho até 2023	Exclusão		Tendo em vista a implementação da ação 8770 - Implantação do Teletrabalho no exercício de 2021.

PROGRAMA: Cultura

OBJETIVO: Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar o Parque da Cidade (1ª Etapa)	Propõe-se a inclusão do Parque da Cidade por se tratar de um projeto que irá proporcionar à população da região Guajará a integração com a natureza, acesso à atividades esportivas, de recreação e de manifestações culturais primando pela interação entre diferentes perfis sociais e etários. O parque será construído na área do antigo aeroclube de Belém e nessa 1ª etapa serão realizados o levantamento planialtimétrico e os serviços de terraplanagem que serão executados em 5 etapas: escavação, carregamento, transporte, espalhamento e compactação.
	Inclusão	Implantar o Porto Futuro (2° Fase)	Propõe-se a inclusão do compromisso regional, por tratar-se da 2ª fase da revitalização da área retroportuária do Porto de Belém visando à expansão deste corredor turístico localizado na beira do Rio Guamá, em Belém, capital do estado. A área integrada a um polígono tombado, possui grande valor histórico e arquitetônico, na qual serão implantados o museu de Arte Contemporânea e o museu Sensorial do Círio, fomento a novos espaços de fruição para a arte, ao artesanato, gastronomia e à economia criativa em geral. Nessa 2ª fase serão readaptados 8 armazéns na Companhia Docas do Pará, com serviços direcionados à realização do levantamento planialtimétrico, construção da barreira física entre a área pública e área portuária, construção da nova subestação de energia, nova unidade de esterilização com central de resíduos, estação de tratamento de esgoto e adequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio.
	Inclusão	Requalificar o Cemitério Parque da Soledade	Propõe-se a inclusão por se tratar de um projeto que irá proporcionar à população da região Guajará um espaço histórico em forma de parque urbano, com reflexos na cultura e no turismo. Serão revitalizados o muro, o pórtico, o calçamento lateral, além da reestruturação elétrica e hidráulica, dos projetos luminotécnico, paisagístico e sinalização dos espaços de apoio ao circuito expositivo e design gráfico dos painéis das exposições.

OBJETIVO: Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 1 Projeto de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual na Região	Exclusão		Propõe-se a exclusão do compromisso nessa Região, em virtude das restrições quanto à realização de viagens, eventos, cursos e demais atividades para a execução do Projeto de Difusão Audiovisual. Tais restrições ocorreram devido a pandemia do Covid-19, que impactaram diretamente nas etapas componentes do referido compromisso.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Capim

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 1 Projeto de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual para Juventude	Exclusão		Propõe-se a exclusão do compromisso nessa Região, em virtude das restrições quanto à realização de viagens, eventos, cursos e demais atividades para a execução do Projeto de Difusão Audiovisual. Tais restrições ocorreram devido a pandemia do Covid-19, que impactaram diretamente nas etapas componentes do referido compromisso.

PROGRAMA: Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará

OBJETIVO: Implementar Ações que Viabilizam a Gestão Administrativa do MPCM-PA

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Capacitar no mínimo 20% dos membros e servidores	Ampliar a qualificação dos servidores com vistas a melhoria do desempenho institucional do MPCM.

OBJETIVO: Promover e Fiscalizar o Cumprimento e a Guarda da Constituição e das Leis na Defesa dos Bens e Valores Públicos

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Analisar 90% dos processos físicos e eletrônicos recebidos anuais	Melhoria do desempenho institucional do MPCM.

PROGRAMA: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais

OBJETIVO: Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Analisar, em no Máximo 15 Dias, 80% dos Processos Recebidos no Ano, até 2023	Exclusão		Necessidade de readequação das Ações em função da alteração de Objetivos.
Autuar 48 Procedimentos Apuratórios até 2023	Exclusão		Necessidade de readequação das Ações em função da alteração de Objetivos.

OBJETIVO: Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Executar 75% do Plano de Ação para Estímulo e Promoção do Controle Social até 2023	Exclusão		Necessidade de readequação dos Compromissos em função de alterações nos Objetivos
Implementar 80% da Política de Comunicação, até 2023	Exclusão		Necessidade de readequação dos Compromissos em função de alterações nos Objetivos
Implementar 80% das Ações de Publicidade Institucional até 2023	Exclusão		Necessidade de readequação dos Compromissos em função de alterações nos Objetivos.

OBJETIVO: Viabilizar a Gestão Administrativa

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Executar 90% das Ações do Plano de Capacitação até 2023	Exclusão		Necessidade de readequação dos Compromissos em função da criação de novo Objetivo.
Implementar 80% do Projeto de Promoção da Qualidade na Vida do Trabalho até 2023	Exclusão		Necessidade de readequação dos Compromissos em função da criação de novo Objetivo.

PROGRAMA: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade

OBJETIVO: Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir o Viaduto Av. João Paulo II x Av. Dr. Freitas	A obra de construção do viaduto é de suma importância para proporcionar maior integração e mobilidade urbana nos município da Região Metropolitana de Belém.
	Inclusão	Construir o Viaduto Av. Mário Covas x Av. Independência	A construção do viaduto é de suma importância para proporcionar maior integração e mobilidade nos municípios da Região Metropolitana de Belém.
	Inclusão	Construir o Viaduto Av. Mário Covas x Av. Três Corações	A construção do viaduto é de suma importância para proporcionar maior integração e mobilidade nos municípios da Região Metropolitana de Belém.
	Inclusão	Requalificação da Rua Ananim - Ananindeua	A Rua Ananin está situada entre a Rodovia BR 316 e a Avenida Guajará I e com a execução da obra de requalificação da Rua ira proporcionar maior mobilidade na malha viária da região.

OBJETIVO: Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Marabá	Exclusão		A exclusão do compromisso regional decorre da necessidade de priorizar os municípios do Estado com os maiores índices de vulnerabilidade social e também, em função da indefinição da área onde o projeto seria executado.

PROGRAMA: Direitos Socioassistenciais

OBJETIVO: Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantação de 01 Unidade de Internação e 01 Unidade de Semiliberdade em Marabá	Alteração	Implantação de 1 Unidade de Semiliberdade em Marabá	Considerando a atual lotação das Unidades de Atendimento Socioeducativo (UASE´S) da Fasepa, e a decrescente curva de adolescentes encaminhados ao Sistema Socioeducativo, tendo em vista a Resolução nº 313/2020 do CNJ e a Recomendação nº 62 de 17/03/2020, que recomenda a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, exclui-se a implantação de unidade de internação em Marabá, em função da redução da demanda por internação, alterando-se assim, a denominação do compromisso.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantação de 01 Unidade de Semiliberdade no Município de Belém	Exclusão		Considerando a atual lotação das Unidades de Atendimento Socioeducativo (UASE´S) da Fasepa, e a decrescente curva de adolescentes encaminhados ao Sistema Socioeducativo, tendo em vista a Resolução nº 313/2020 do CNJ e a Recomendação nº 62 de 17/03/2020, que recomenda a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, exclui-se o compromisso, em função da redução da demanda por internação.

PROGRAMA: Educação Básica

OBJETIVO: Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Araguaia

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu.	Alteração	Construir 2 Escolas Estaduais na Região Araguaia.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Pau DArco, Rio Maria e Sapucaia	Alteração	Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais na Região Araguaia.	A alteração da denominação justifica-se, considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 2 Escolas Estaduais nos Municípios de Alenquer e Faro.	Alteração	Construir 1 Escola Estadual na Região Baixo Amazonas.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Prainha e Santarém	Alteração	Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais na Região Baixo Amazonas.	A alteração da denominação justifica-se, considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Bom Jesus do Tocantins, Parauapebas e São João do Araguaia.	Alteração	Construir 2 Escolas Estaduais na Região Carajás.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 8 Escolas Estaduais nos Municípios de Marabá, Paraupebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará na Região	Alteração	Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais na Região Carajás.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Ananindeua e Belém.	Alteração	Construir 1 Escola Estadual na Região Guajará.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 37 Escolas Estaduais nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará	Alteração	Reformar/Ampliar 27 Escolas Estaduais na Região Guajará.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Castanhal, Maracanã e Marapanim.	Exclusão		A exclusão justifica-se, considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento em outras Regiões de Integração do Estado.
Reformar/Ampliar 10 Escolas Estaduais nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Maracanã, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, São João da Ponta e Vigia	Alteração	Reformar/Ampliar 9 Escolas Estaduais na Região Guamá.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Nova Ipixuna e Novo Repartimento.	Alteração	Construir 2 Escolas Estaduais na Região Lago do Tucuruí.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará e Itupiranga	Alteração	Reformar/Ampliar 2 Escolas Estaduais na Região Lago do Tucuruí.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Chaves, Melgaço, Muaná, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista.	Alteração	Construir 1 Escola Estadual na Região Marajó.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais nos Municípios de Anajás, Bagre, Breves, Portel e São Sebastião da Boa Vista	Alteração	Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais na Região Marajó.	A alteração da denominação justifica-se, considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Reformar/Ampliar 9 Escolas Estaduais nos Municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Capanema, Peixe-Boi, Quatipuru, Salinópolis e São João de Pirabas	Alteração	Reformar/Ampliar 7 Escolas Estaduais na Região Caeté.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Capim

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 7 Escolas Estaduais nos Municípios de Aurora do Pará, Concórdia do Pará, Irituia, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.	Alteração	Construir 1 Escola Estadual na Região Rio Capim.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Abel Figueiredo, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará e Nova Esperança do Piriá	Alteração	Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais na Região Rio Capim.	A alteração da denominação justifica-se, considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tapajós

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 2 Escolas Estaduais no Município de Itaituba.	Alteração	Construir 2 Escolas Estaduais na Região Tapajós.	A alteração da denominação justifica-se, considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Aveiro, Itaituba e Rurópolis	Alteração	Reformar/Ampliar 2 Escolas Estaduais na Região Tapajós.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 9 Escolas Estaduais nos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju e Oeiras do Pará.	Alteração	Construir 3 Escolas Estaduais na Região Tocantins.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Limoeiro do Ajuru, Moju e Oeiras do Pará	Alteração	Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais na Região Tocantins.	A alteração da denominação justifica-se, considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 2 Escolas Estaduais nos Municípios de Brasil Novo e Uruará.	Alteração	Construir 1 Escola Estadual na Região Xingu.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.
Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Altamira, Anapu, Pacajá e Placas	Alteração	Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais na Região Xingu.	Considerando o novo cenário, impactado pela pandemia, influenciando no tempo de execução/conclusão dos contratos, faz-se necessária a redução de metas. Dessa forma, priorizaram-se as obras já em andamento.

PROGRAMA: Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO: Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 02 Novos Cursos Técnicos em Marabá	Alteração	Implantar 2 Novos Cursos Técnicos na Região Carajás	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Castanhal e Marapanim	Alteração	Implantar 2 Novos Cursos Técnicos na Região Guamá	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Breves e Cachoeira do Arari	Alteração	Implantar 2 Cursos de Formação Inicial e Continuada na Região Marajó	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.
Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Breves e Cachoeira do Arari	Alteração	Implantar 2 Novos Cursos Técnicos na Região Marajó	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.
Implantar Educação Profissional, na Modalidade EAD - Educação Profissional sem Fronteiras, nos Municípios de Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço e Portel	Alteração	Implantar Educação Profissional na Modalidade EAD - Educação Profissional sem Fronteiras, na Região	Considerando que a Educação Profissional na modalidade EAD tem por objetivo atender a todos os municípios do Estado, faz-se necessária a alteração da nomenclatura do compromisso, com foco no atendimento à RI Marajó como um todo.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar 05 Novos Cursos Técnicos em Capanema, Peixe Boi e Primavera	Alteração	Implantar 3 Novos Cursos Técnicos na Região rio Caeté	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.
Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Bragança, Capanema, Peixe Boi e Primavera	Alteração	Implantar 4 Cursos de Formação Inicial e Continuada na Região Rio Caeté	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Capim

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Tomé-Açu e Rondon do Pará	Alteração	Implantar 2 Cursos de Formação Inicial e Continuada na Região Rio Capim	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.
Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Tomé-Açu e Rondon do Pará	Alteração	Implantar 3 Novos Cursos Técnicos na Região Rio Capim	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Ofertar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Mocajuba	Alteração	Implantar 4 Cursos de Formação Inicial e Continuada na Região Tocantins	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação e implementação do plano às potencialidades/necessidades locais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Escola de Ensino Técnico em Altamira	Exclusão		A exclusão desse compromisso faz-se necessária, tendo em vista a reprogramação dos investimentos estaduais, que priorizou a conclusão de obras já existentes.

PROGRAMA: Educação Superior

OBJETIVO: Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Ampliar o Campus da UEPA em Altamira	Exclusão		A exclusão desse compromisso justifica-se em função de que a ampliação proposta requereria a contratação de novos servidores, o que no momento, não é possível, em face da Lei Complementar n° 173/2020 (Programa Federativo de Enfrentamento ao Covid-19).

OBJETIVO: Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Ofertar 3 Novos Cursos na Área de Saúde	Exclusão		Considerando que a oferta de cursos de graduação e pós-graduação é contemplada no objetivo "Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação", faz-se necessária a exclusão desse compromisso regional do objetivo atual (Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento) para ser atendido no objetivo correspondente.

OBJETIVO: Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Ofertar 3 Novos Cursos na Área de Saúde	Faz-se necessária a inclusão desse compromisso regional no objetivo "Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação", tendo em vista que a oferta de cursos de graduação e pós-graduação é contemplada no referido objetivo.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Ofertar Curso Modular de Turismo e Direito em Tucuruí e de Engenharia Civil em Goianésia do Pará	Alteração	Ofertar 3 Cursos Modulares na Região Lago Tucuruí	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação do plano às potencialidades/necessidades locais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Educação Física em Gurupá, Serviço Social e Pedagogia em Bagre, Contabilidade e Educação Física em Melgaço e Turismo em Portel	Alteração	Ofertar 7 Cursos Modulares na Região Marajó	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação do plano às potencialidades/necessidades locais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Serviço Social em Capanema, Administração e História em Tracuateua, Administração em Augusto Corrêa, Administração em São João de Pirabas e Serviço Social em Viseu	Alteração	Ofertar 7 Cursos Modulares na Região Rio Caeté	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação do plano às potencialidades/necessidades locais.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Direito em Mocajuba	Alteração	Ofertar 2 Cursos Modulares na Região Tocantins	Considerando a importância do atendimento às demandas municipais que podem sofrer mudanças após a elaboração do PPA 2020-2023, faz-se necessária a alteração da denominação do compromisso, permitindo a melhor adequação do plano às potencialidades/necessidades locais.

PROGRAMA: Esporte e Lazer

OBJETIVO: Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Construir 10 Quadras Cobertas no Parque de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo do Mangueirão	Exclusão		A exclusão do compromisso justifica-se, visando atender a necessidade de espaço decorrente da modernização do Complexo Esportivo do Mangueirão que o adequará às normas atuais da Confederação Brasileira de Futebol.
	Inclusão	Reformar o Estádio Olímpico do Pará (Mangueirão)	Propõe-se a inclusão como compromisso regional considerando que o estádio Mangueirão é um equipamento que abriga grandes eventos esportivos, além de sediar projetos e programas que estimulam o esporte e beneficia a população, levando acesso, inclusão social e promovendo a cidadania.

PROGRAMA: Governança Pública

OBJETIVO: Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Araguaia

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep no Município de Xinguara	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep no Município de Óbidos	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep no Município de Santa Bárbara do Pará	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Maracanã, Marapanin, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vigia	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep no Município de Itupiranga	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Cachoeira do Arirí, Muaná, Pontas de Pedras, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Augusto Correa, Nova Timboteua, Peixe-boi, Primavera, Salinópolis, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Capim

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Bujaru, Irituia e Mãe do Rio	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Baião e Mocajuba	Exclusão		Em meio aos esforços da implantação dos serviços de saúde do Iasep e das inúmeras chamadas de Edital, e não havendo retorno das empresas, faz-se necessária a exclusão do compromisso, ressalvando que, os serviços do Iasep continuarão sendo executados na ação "Gestão do Plano de Assistencia à Saúde do Servidor - Plano Iasep".

OBJETIVO: Promover a Gestão Regionalizada

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Realizar Anualmente o Governo Itinerante	Alteração	Realizar o Governo Itinerante	A alteração da nomenclatura, suprimindo-se a periodicidade, visa adequar a estratégia a outras ações já desenvolvidas pelo Governo do Estado, no projeto "Por todo o Pará".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Realizar Anualmente o Governo Itinerante	Alteração	Realizar o Governo Itinerante	A alteração da nomenclatura, suprimindo-se a periodicidade, visa adequar a estratégia a outras ações já desenvolvidas pelo Governo do Estado, no projeto "Por todo o Pará".

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Realizar Anualmente o Governo Itinerante	Alteração	Realizar o Governo Itinerante	A alteração da nomenclatura, suprimindo-se a periodicidade, visa adequar a estratégia a outras ações já desenvolvidas pelo Governo do Estado, no projeto "Por todo o Pará".

OBJETIVO: Prover a Governabilidade do Poder Executivo

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Disponibilizar o Acesso de 12 Serviços Públicos através do Aplicativo Palma da Mão	Alteração	Disponibilizar Plataforma "Pará Digital"	A alteração da denominação desse compromisso faz-se necessária, pois inicialmente será criado o ambiente de transformação digital (plataforma de serviços); e, posteriormente serão vinculados os serviços oferecidos pelo Estado, existentes e futuros, em um só ambiente, na palma da mão.

PROGRAMA: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

OBJETIVO: Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar o Distrito Industrial de Castanhal (1ª Etapa)	A inclusão do compromisso regional visa aumentar o investimento do Estado na oferta de áreas para instalação de indústrias, proporcionando o desenvolvimento econômico e social e impactando diretamente na geração de emprego e renda no Estado.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar o Distrito Industrial de São João de Pirabas (1ª Etapa)	A inclusão do compromisso regional visa aumentar o investimento do Estado na oferta de áreas para instalação de indústrias, proporcionando o desenvolvimento econômico e social e impactando diretamente na geração de emprego e renda no Estado.

OBJETIVO: Promover o Turismo como Atividade Econômica

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir o Muro de Arrimo e Urbanização da Orla da Avenida Beira Mar em Salinópolis	Propõe-se a inclusão considerando que essa obra irá somar-se a orla da praia do Maçarico, proporcionando a melhoria da infraestrutura básica e turística e a dinamização do comércio local com os serviços existentes, pois o município de Salinópolis é o principal destino turístico do Estado do Pará, consolidado nos mercados turísticos nacional e internacional.
	Inclusão	Requalificar a Orla da Praia do Atalaia em Salinópolis	A proposta para incluir a obra de Requalificação da Orla do Atalaia como Compromisso Regional, parte da premissa de que a referida obra irá proporcionar a melhoria da infraestrutura dos serviços existentes, além de contribuir para a redução da poluição e contaminação das águas que ocorrem com o lançamento dos efluentes diretamente na praia, uma vez que, o município de Salinópolis é reconhecido como destino turístico consolidado nos mercados turísticos nacional e internacional.

PROGRAMA: Infraestrutura e Logística

OBJETIVO: Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Araguaia

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir a Ponte sobre o Rio Fresco com 500 metros de extensão, localizada na PA-279 no municipio de São Félix do Xingu.	A construção da Ponte do Rio Fresco localizada na Região Araguaia no município de São Félix do Xingu, irá beneficiar diretamente 100.000 habitantes do município como também indiretamente 560.000 habitantes da região, permitindo uma ligação mais rápida e segura com outras localidades e regiões, como o acesso a equipamentos sociais de saúde e educação, promovendo a mobilidade urbana, a redução das desigualdades intraregionais e a diminuição dos custos de transportes.
	Inclusão	Pavimentar a PA-287, Trecho: Entr. BR-158 / Perímetro Urbano de Cumaru do Norte, sub-trecho: Entr. BR-158 / PA-287, com extensão de 37,27 km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Araguaia, principalmente os municípios de Conceição do Araguaia, Redenção e Cumarú do Norte, beneficiando uma população aproximada de 600.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social. A pavimentação da rodovia irá possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir a Ponte sobre o Rio Curuá- Una em concreto armado, com 60 metros de extensão, localizada no prolongamento da PA-370 Km 65, no Municipio de Santarém	A construção da Ponte sobre o Rio Curuá-Una, localizada no município de Santarém, irá beneficiar diretamente 300.000 habitantes do município como indiretamente os 740.000 habitantes da região, permitindo uma ligação mais rápida e segura com outras localidades e regiões, como o acesso a equipamentos sociais de saúde e educação, promovendo a mobilidade urbana, a redução das desigualdades intraregionais e a diminuição dos custos de transportes.
	Inclusão	Pavimentar a PA-427, Trecho: Alenquer / Entr. Vicinal do Cuamba, com extensão de 18,40 km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Baixo Amazonas, principalmente o município de Alenquer, beneficiando uma população aproximada de 53.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região. A pavimentação da rodovia irá possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes.
	Inclusão	Pavimentar a rodovia PA-423, no trecho Monte Alegre / Vila Limão, com extensão de 46 Km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Baixo Amazonas, principalmente o município de Monte Alegre, beneficiando uma população aproximada de 56.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região. A pavimentação da rodovia irá possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Pavimentar a PA-477, Trecho Ent. PA-153 / Piçarra, subtrecho Ent. Vicinal Armazém Castro / Piçarra, com extensão de 13,30 Km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Araguaia e Carajás, principalmente Xinguara, Pirraça e São Geraldo do Araguaia, beneficiando uma população de aproximada 1.100.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região. A pavimentação da rodovia irá possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes.
	Inclusão	Restaurar a Pista de Rolamento e Implantar o Acostamento na Rodovia PA-275 . Trecho 1: no Trecho Entr. BR-155 (Eldorado dos Carajás) / Perímetro Urbano de Curionópolis, com extensão de 30,28 km. Trecho 2: no Trecho Perímetro Urbano de Curionópolis / Perímetro Urbano de Parauapebas, com extensão de 32,37 Km	A restauração do pavimento da rodovia irá possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes, beneficiando uma população de aproximadamente 675.000 habitantes, nos municípios da Região Carajás, principalmente Eldorado dos Carajás, Curionópolis e Parauapebas, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir a Rodovia Expressa Liberdade - PA-020, Trecho: Av. Perimetral em Belém até Marituba (na Alça Viária), com extensão de 14 Km	A obra é uma alternativa estratégica à rodovia BR-316 que irá garantir um melhor fluxo de veículos e pessoas, otimizando assim a mobilidade urbana da região metropolitana de Belém e a melhoria da segurança, com a expectativa da redução de cerca de 30% do número dos acidentes na rodovia BR-316. O projeto trará benefícios para uma população estimada de 2.500.000 pessoas.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Conservar e Restaurar, com Implantação de Acostamento na Rodovia PA-140, Trecho Rio Guamá (Bujaru) / entr. BR-316 (Santa Izabel do Pará)com extensão de 37,5 Km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Guamá e Rio Capim, principalmente São Caetano de Odivelas, Vigia, Santo Antônio do Tauá, Santa Isabel do Pará, Inhangapi, Bujarú, Concórdia do Pará e Tomé Açú, beneficiando uma população de aproximadamente 1.300.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região, possibilitando a circulação rápida e segura de produtos, como também o acesso a novos mercados diminuindo os custos de transportes.
	Inclusão	Pavimentar a PA-220, Trecho 1: Entroncamento Rodovia PA-136 - Encontro PA-395, sub trecho entroncamento Rodovia PA-136 - Km 22, com extensão de 22 km, Trecho 2: Entroncamento Rodovia PA-136 - Encontro PA-395, sub trecho Km 22 até o Encontro PA-395, com extensão de 20,00 km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Guamá, principalmente Curuçá, Marapanim e Maracanã, beneficiando uma população aproximada de 700.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região. A pavimentação da rodovia irá possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes.
	Inclusão	Pavimentar a PA-322, no Trecho Entr. BR-010 (São Miguel do Guamá) / Entr. PA-124, com extensão de 48,15 km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Guamá e Rio Caeté, principalmente São Miguel do Guamá, Santa Maria do Pará e Bonito beneficiando uma população aproximada de 1.200.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região. A pavimentação da rodovia irá possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Adequar o Aeródromo do Município de Soure	Obra importante para integração e mobilidade da região Marajó, proporcionado desenvolvimento econômico e social para a região, beneficiando uma população de aproximadamente 567.000 pessoas.
	Inclusão	Pavimentar a PA-159, Trecho Perímetro Urbano de Breves/Vila Aprocotane (Rio Tucano Açú), com extensão de 20,52 km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Marajó, beneficiando uma população aproximadamente de 600.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região. Além de possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Pavimentar a PA-462, Trecho: Entroncamento Rodovia BR-308 – Vila Araí, com extensão de 45 km	A pavimentação da rodovia visa integrar e desenvolver os municípios da Região Rio Caeté, principalmente Augusto Correa, beneficiando uma população aproximada de 500.000 habitantes, proporcionando o desenvolvimento econômico e social da região. Além de possibilitar a circulação rápida e segura de pessoas e produtos, como também a diminuição dos custos de transportes.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir a Ponte em Concreto Armado sobre o Rio Meruú com 560,88 metros de extensão, localizada no Km 49,80 da Rodovia PA-151, Trecho: Igarapé Miri / Entr. Rodovia PA-467	A construção da Ponte do Rio Meruú, localizada na Região Tocantins no município de Igarapé-Miri, irá beneficiar diretamente 65.000 habitantes do município como indiretamente os 800.000 mil habitantes da região, permitindo uma ligação mais rápida e segura com outras localidades e regiões, como o acesso a equipamentos sociais, promovendo mobilidade urbana, redução das desigualdades intraregionais e a diminuição dos custos de transportes.
	Inclusão	Construir a Ponte sobre o Rio Alto Acará em estrutura mista (Concreto e Aço) com 280 metros de extensão, localizada na PA-256, Trecho: PA-475 / PA-451	A construção da Ponte sobre o Rio Alto Acará, localizada no município de Acará, na Região Tocantins, irá beneficiar diretamente 54.000 habitantes do município, como indiretamente 856.000 habitantes da região, permitindo uma ligação mais rápida e segura com outras localidades e regiões, como o acesso a equipamentos sociais, promovendo mobilidade urbana, redução das desigualdades intraregionais e diminuição dos custos de transportes.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir a Ponte sobre o Rio Tutuí com 50 metros de extensão, localizada na rodovia Trans-Uruará, no município de Uruará	A construção da Ponte sobre o Rio Tutuí, localizada no município de Uruará, na Região Xingu, irá beneficiar diretamente 45.000 habitantes do município, como indiretamente os 377.000 habitantes da região, permitindo uma ligação mais rápida e segura com outras localidades e regiões, como o acesso a equipamentos sociais, promovendo mobilidade urbana, redução das desigualdades intraregionais e diminuição dos custos de transportes.

PROGRAMA: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável

OBJETIVO: Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Emitir 03 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas	Alteração	Emitir 2 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas	Justifica-se a redução da meta em função do conflito existente entre integrantes da Comunidade Passagem no município de Monte Alegre, onde metade das famílias da comunidade não aceita a titulação coletiva o que impossibilita a emissão do título.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guamá

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Emitir 03 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas	Alteração	Emitir 1 Título Definitivo para Comunidade Quilombola	Justifica-se a redução da meta, pois na Comunidade Canta Galo existe conflito e incidência que precisa ser vistoriada e na Comunidade Pitimandeua existe incidência de área e a necessidade de duas indenizações o que impossibilita a emissão dos títulos.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Elaborar Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Marajó	Exclusão		A exclusão do compromisso justifica-se em função da Unidade de Conservação não possuir memorial descritivo para definição de seus limites, o que inviabiliza a própria elaboração do plano considerando, a inexistência de fronteiras bem definidas.
	Inclusão	Emitir 1 Título Definitivo para Comunidade Quilombola	A inclusão do compromisso visa contemplar a Comunidade Balieiro, no município de Bagre, com a emissão de título. A titulação assegurará à comunidade quilombola o acesso às diversas políticas públicas que permitirá melhorar a qualidade de vida da comunidade.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Emitir 1 Título Definitivo para Comunidade Quilombola	A inclusão do compromisso visa contemplar a Comunidade do Rio Cuxiú, no município de Bonito, com a emissão de título. A titulação assegurará à comunidade quilombola o acesso às diversas políticas públicas que permitirá melhorar a qualidade de vida da comunidade.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Capim

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Emitir 01 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas	Exclusão		Justifica-se a exclusão do compromisso, pois com a avaliação das benfeitorias das áreas, haverá necessidade do pagamento de indenizações, o que será inviável, tendo em vista que os recursos orçamentários foram remanejados, priorizando as ações de mitigação da Covid-19.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Emitir 13 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas	Alteração	Emitir 06 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas	Justifica-se a redução da meta, pois será difícil a emissão de títulos até 2023 para as seguintes comunidades: 1. Jacarequara no Acará - valor da indenização alta: R$2.814.514,02; 2. Umarizal em Baião - sendo realizada avaliação de medidas judiciais pela PGE, que solicitou informações dos autos; 3. Poacê - conflito na área; 4. Boa Esperança em Cametá - processo em fase inicial; 5. Alto Acará - conflitos na área; 6. Nova América em Oeiras do Pará: processo em fase inicial; e, 7. Igarapé Preta - já tem título coletivo quilombola, faltando fazer o georreferenciamento dos lotes de cada família.

PROGRAMA: Saúde

OBJETIVO: Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Araguaia

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir o Hospital Regional de Ourilândia do Norte - PA 279	A inclusão deste compromisso se justifica por proporcionar a expansão da rede assistencial de urgência e emergência de natureza clínica e cirúrgica à população dos municípios que integram a Região do Araguaia, ofertando atendimento nas áreas de traumatologia, cardiologia, urologia, oncologia, bucomaxilio, obstetrícia de alto risco, pediatria, oftalmologia, gastrenterologia, neurologia\neurocirurgia, nefrologia, otorrinolaringologia, pneumologia, traumo-ortopedia, infectologia, mastologia, neuropediatra e atuará como unidade de referência para a Região.
Ampliar o Hospital Regional de Redenção	Alteração	Readequar o Hospital Regional de Redenção	A alteração visa adequar a nomenclatura do compromisso, uma vez que não se trata de ampliação do espaço do Hospital Regional, e sim, da adequação de número de leitos de UTIs (Adulto, Pediátrico e Neonatal).

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Baixo Amazonas

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar a Policlínica de Santarém	A inclusão se justifica pela expansão da rede assistencial de saúde, por meio da implantação de serviços de média e alta complexidade, voltados à população da região em questão, com atendimento ambulatorial em consultas especializadas e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT.
Implantar o Hospital Regional de Calha Norte em Juruti	Exclusão		A exclusão deve-se a redefinição da estratégia de atendimento de vários hospitais da Calha Norte, dentre os quais: Hospital Regional do Baixo Amazonas, Hospital Regional de Itaituba e Hospital 09 de Abril de Juriti (contratualizado com a Sespa).

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar o Centro de Atenção Especializada e os Serviços de Oncologia, Hemodinâmica e Hemodiálise no Hospital Regional de Marabá	Alteração	Implantar os Serviços de Oncologia, Hemodinâmica e Hemodiálise no Hospital Regional de Marabá	A alteração da nomenclatura do compromisso faz-se necessária, uma vez que não mais será implantado o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Marabá, visto que os serviços especializados serão ofertados pela implantação da Policlínica de Marabá.
	Inclusão	Implantar a Policlínica de Marabá	A inclusão se justifica pela expansão da rede assistencial de saúde, por meio da implantação de serviços de média e alta complexidade, voltados à população da região em questão, com atendimento ambulatorial em consultas especializadas e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Construir o Hospital e Pronto Socorro da Augusto Montenegro	A inclusão do compromisso se justifica pela expansão da rede de serviços de média e alta complexidade na região metropolitana de Belém e entorno, oferecendo à sociedade, serviços de urgência e emergência (porta-aberta), internações clínicas e cirúrgicas e unidades de terapia intensiva, além de disponibilizar cobertura ambulatorial em consultas especializadas e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - SADT. O hospital servirá, inclusive, como espaço de ensino/aprendizagem e pesquisa na área da saúde.

	Inclusão	Construir o Hospital Público da Mulher Senhora de Nazaré	A inclusão do compromisso se justifica pela necessidade de expansão da rede assistencial de saúde, por meio da implantação de serviços de média e alta complexidade voltados à população feminina da Região Metropolitana e entorno. O hospital oferecerá serviços de internações clínicas e cirúrgicas e unidades de terapia intensiva, além de disponibilizar cobertura ambulatorial em consultas especializadas e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT. Localizado em Belém, capital do estado, ofertará atendimento humanizado às vítimas de violência doméstica, sexual, psicológica e outros, proporcionando o acompanhamento diferenciado à saúde da mulher. Também, servirá como espaço de ensino/aprendizagem e pesquisa na área da saúde
	Inclusão	Implantar Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista	A inclusão justifica-se pela expansão da rede assistencial de saúde, por meio da implantação de serviços de média complexidade, voltados à população de 2 a 14 anos com transtorno do espectro autista do Estado, oferecendo serviços ambulatoriais e assistência multidisciplinar, além de promover formação profissional e acolhimento familiar.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
	Inclusão	Implantar a Policlínica de Tucuruí	A inclusão justifica-se pela expansão da rede assistencial de saúde, por meio da implantação de serviços de média e alta complexidade, voltados à população da região em questão, com atendimento ambulatorial em consultas especializadas e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT.
Implantar o Serviço de Hemodiálise com 20 Máquinas no HR Tucuruí	Alteração	Implantar o Serviço de Hemodiálise no município de Tucuruí	A alteração da denominação faz-se necessária devido a existência de um estudo técnico para implantação do serviço de hemodiálise em outro Estabelecimento de Saúde da Sespa, proposto para o município de Tucuruí.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Caeté

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar o Centro de Atenção Especializada do Hospital Regional de Capanema	Alteração	Implantar a Policlínica de Capanema	A mudança de denominação faz-se necessária, visto que não ocorrerá a implantação do Centro de Atenção Especializada, e sim a implantação da Policlínica de Capanema, onde os serviços especializados serão contemplados.
Ampliar o Serviço de Hemodiálise para 25 Máquinas no Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, em Bragança	Alteração	Implantar o Serviço de Hemodiálise no Hospital Regional de Capanema	A alteração da denominação faz-se necessária, uma vez que o serviço de Hemodiálise será disponibilizado no Hospital Regional de Capanema.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Rio Capim

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Irituia	Exclusão		A exclusão faz-se necessária em função da inviabilidade de finalização do objeto de convênio (reforma) no período de vigência do PPA 2020-2023.
Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Paragominas	Exclusão		A exclusão faz-se necessária devido a existência de estudo técnico para implantação de um novo Hospital Regional na região, onde serão ofertados os serviços de atenção especializada à população.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tocantins

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Cametá	Alteração	Ampliar o Hospital Regional de Cametá	A mudança de denominação faz-se necessária, visto que não mais ocorrerá a implantação do Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Cametá e sim a ampliação do perfil assistencial do Hospital Regional de Cametá, onde os serviços especializados previstos no compromisso atual serão contemplados.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Xingu

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Altamira	Exclusão		A exclusão faz-se necessária devido a existência de estudo técnico para implantação de um novo Hospital Regional na região, onde serão ofertados os serviços de atenção especializada à população.

PROGRAMA: Segurança Pública

OBJETIVO: Prevenir Acidentes de Trânsito

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar CIRETRAN em São Domingos do Araguaia	Exclusão		A exclusão faz-se necessária devido à reprogramação financeira para reformas e adaptação das CIRETRANS já existentes, além de não existir terreno disponível adequado.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar CIRETRAN em Marituba	Exclusão		A exclusão faz-se necessária devido à reprogramação financeira para reformas e adaptação das CIRETRANS já existentes, além de não existir terreno disponível adequado.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tapajós

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar CIRETRAN em Rurópolis	Exclusão		A exclusão faz-se necessária devido à reprogramação financeira para reformas e adaptação das CIRETRANS já existentes, além de não existir terreno disponível adequado.

OBJETIVO: Reduzir a Violência e a Criminalidade

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Araguaia

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Núcleo Integrado de Operações em Redenção	Alteração	Implantar Centro de Atendimento e Despacho	Justifica-se a modificação da nomenclatura do compromisso, para fins de adequação à Lei Nº 7.584/2011 (reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP) uma vez que a quantidade de núcleos descentralizados estão consignados em sete na atual Lei, e, dessa forma, demandaria alteração da mesma, assim como a Lei 173/2020 (Programa Federativo de Enfrentamento ao Covid-19).

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Carajás

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Base Integrada Fluvial em Marabá	Exclusão		A exclusão do compromisso, deve-se ao fato de que sua viabilidade depende de realização de obra externa, no caso o derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, o que inviabiliza a construção da base integrada no PPA vigente.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Guajará

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Unidade Integrada de Segurança em Belém - Território pela Paz	Exclusão		A exclusão do compromisso dá-se em função de problemas na liberação do terreno planejado para sua implantação, o que inviabiliza a construção para o PPA vigente. Entretanto, a exclusão do compromisso não compromete a prestação de serviços para a sociedade, que já está acontecendo no TERPAZ.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Lago de Tucuruí

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Tucuruí	Alteração	Implantar Centro de Atendimento e Despacho	Justifica-se a modificação da nomenclatura do compromisso, para fins de adequação à Lei Nº 7.584/2011 (reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP) uma vez que a quantidade de núcleos descentralizados estão consignados em sete na atual Lei, e, dessa forma, demandaria alteração da mesma, assim como a Lei 173/2020 (Programa Federativo de Enfrentamento ao Covid-19).

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Marajó

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Delegacia Fluvial em Breves	Exclusão		A exclusão justifica-se, pois, o compromisso regional será atendido pela SEGUP, através da Implantação da Base Integrada de Segurança de Antônio Lemos, em Breves.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO: Tapajós

COMPROMISSO ATUAL	TIPO DE ALTERAÇÃO	PROPOSIÇÃO	JUSTIFICATIVA
Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Itaituba	Alteração	Implantar Centro de Atendimento e Despacho	Justifica-se a modificação da nomenclatura do compromisso, para fins de adequação à Lei Nº 7.584/2011 (reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP) uma vez que a quantidade de núcleos descentralizados estão consignados em sete na atual Lei, e, dessa forma, demandaria alteração da mesma, assim como a Lei 173/2020 (Programa Federativo de Enfrentamento ao Covid-19).

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Tocantins		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Abaetetuba	Alteração	Implantar Centro de Atendimento e Despacho	Justifica-se a modificação da nomenclatura do compromisso, para fins de adequação à Lei Nº 7.584/2011 (reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP) uma vez que a quantidade de núcleos descentralizados estão consignados em sete na atual Lei, e, dessa forma, demandaria alteração da mesma, assim como a Lei 173/2020 (Programa Federativo de Enfrentamento ao Covid-19).

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Xingu		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Adequar Delegacia de Polícia em Medicilândia	Exclusão		Justifica-se a exclusão do compromisso por motivos técnicos e em função da necessidade de priorização dos recursos de investimento para as obras em andamento.
Implantar Núcleo Regional de Operações Aéreas em Altamira	Exclusão		Propõe-se a exclusão do compromisso por problemas na liberação do terreno, dificultando a parceria com a NESA que seria a responsável por sua construção, inviabilizando a execução do compromisso no PPA vigente.

PROGRAMA: Trabalho, Emprego e Renda

OBJETIVO: Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Araguaia		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Redenção	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Baixo Amazonas		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Santarém	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Carajás		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Marabá	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Guamá		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Castanhal	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Lago de Tucuruí		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Tucuruí	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Marajó		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Breves	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Rio Caeté		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Capanema	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Rio Capim		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Paragominas	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Tocantins		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Abaetetuba	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO:	Xingu		
COMPROMISSO ATUAL	**TIPO DE ALTERAÇÃO**	**PROPOSIÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Altamira	Alteração	Implantar o Programa 1° Ofício	A alteração de nomenclatura faz-se necessária para que, além do município polo, outros municípios da região sejam contemplados com o programa.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD
PPA 2020-2023

Revisão do Plano Plurianual (PPA), exercício 2022-2023
Anexo II - Alteração de Atributos de Programas Existentes

PROGRAMA: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Exclusão	Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	

JUSTIFICATIVA
A exclusão se fundamenta visto que o Indicador de Processo, qual seja o número de atendimento em ações de ATER tem sua mensuração contemplada no Produto da Ação "Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural"

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Inclusão		Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER
Un. Medida:		**Un. Medida:** Unidade
Fonte:		**Fonte:** Emater
Fórmula:		**Fórmula:** Soma da quantidade de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Projeto de Crédito Rural Contratado, entregue aos beneficiários de ATER.

JUSTIFICATIVA
Substituir Indicador de Processo anterior que já estava contemplado no Produto da Ação.

PROGRAMA: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas
Un. Medida:		**Un. Medida:**
Fonte:		**Fonte:**
Fórmula:		**Fórmula:** (nº de municípios atendidos com ações de capacitação em álcool e outras drogas /nº de municípios da região) x 100

JUSTIFICATIVA
A justificativa da mudança se dá através do alinhamento entre denominação do indicador e fórmula, acompanhando a nova lei sobre drogas de numero 13.840 de 2019. Assim onde se lê na fórmula o número de municípios atendidos com ações de capacitação sobre drogas, passa a ser lido como número de municípios atendidos com ações de capacitação em álcool e outras drogas.

PROGRAMA: Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação	Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

JUSTIFICATIVA
A alteração justifica-se pela necessidade de adequação do Objetivo à agregação da inclusão digital. Essa ampliação possibilitará a otimização de estratégias entre as diversas dimensões do Objetivo, visando maior acesso público à internet nas diferentes regiões de integração.

PROGRAMA: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Exclusão	Índice de fiscalização concomitante realizada na gestão dos órgãos/entidades estaduais	

JUSTIFICATIVA
Para adequar aos indicadores estabelecidos no Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Índice de celeridade na instrução processual preliminar	Índice de tempestividade da instrução processual preliminar
Un. Medida:		**Un. Medida:**
Fonte:		**Fonte:**
Fórmula:		**Fórmula:** (soma dos processos instruídos preliminarmente no exercício de referência, que tenham sido autuados no exercício anterior e no exercício de referência/soma dos processos autuados no exercício de referência e no exercício anterior)x100

JUSTIFICATIVA
Para adequar aos indicadores estabelecidos no Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Inclusão	Não houve alteração	Índice de celeridade no julgamento
Un. Medida:		**Un. Medida:** percentual
Fonte:		**Fonte:** Seger
Fórmula:		**Fórmula:** (número de processos autuados e julgados até três anos antes do exercício de referência/soma dos processos autuados até três anos do exercício de referência)x100

JUSTIFICATIVA
Para adequar aos indicadores estabelecidos no Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Exclusão	Índice de processos de prestação de contas de gestão instruídos	

JUSTIFICATIVA

Para adequar aos indicadores estabelecidos no Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Inclusão	Não houve alteração	Índice da Qualidade das Auditorias
Un. Medida:		**Un. Medida:** percentual
Fonte:		**Fonte:** Secex
Fórmula:		**Fórmula:** (soma do número de pontos de controle avaliados como satisfatório em cada auditoria/(número de auditorias submetidas a garantia da qualidade X número de pontos de controle avaliados))x100

JUSTIFICATIVA

Para adequar aos indicadores estabelecidos no Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA.

PROGRAMA: Cultura

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Exclusão	Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	

JUSTIFICATIVA

A exclusão é justificada pela constatação de que a mensuração do número de pessoas atendidas com ações de fomento à leitura, foco do indicador, é também efetivada pela ação correlata, ou seja, Fomento à Leitura e Informação, cujo produto é Pessoa Atendida. Sendo assim, a exclusão do referido indicador não influenciará na avaliação dos resultados.

PROGRAMA: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo

OBJETIVO:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Inclusão		Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais

JUSTIFICATIVA

Explicitar de maneira mais clara a missão institucional do MPC-PA e os recursos utilizados para a consecução dessa missão. A ação Implementação das Ações de Publicidade Institucional passará a fazer parte deste Objetivo.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Modernizar a Governança de Pessoas	Viabilizar a Gestão Administrativa

JUSTIFICATIVA

O Objetivo de "Modernizar a Governança de Pessoas" atualmente abarca Ações relacionadas também a outras temáticas de apoio e manutenção da máquina administrativa do MPC-PA, indispensável para o atingimento da finalidade constitucional do Parquet de Contas. Devido a isso, justifica-se a alteração do nome do Objetivo para a denominação

PROGRAMA: Direitos Socioassistenciais

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Inclusão	Não houve alteração	Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais
Un. Medida:		**Un. Medida:** Percentual
Fonte:		**Fonte:** SESATER/CadÚnico/RMA
Fórmula:		**Fórmula:** ((Nº total de famílias da região que acessam os serviços socioassistenciais do Estado no ano atual /Nº total de famílias da região que acessaram os serviços socioassistenciais do Estado no ano anterior) -1)x100

JUSTIFICATIVA

Ressalta-se que no ano de 2020, apesar da SEASTER ter encaminhado oficialmente o quadro de indicadores de processo à SEPLAD, o mesmo não foi considerado para o PPA 2020/2023. Neste sentido, a SEASTER está resgatando o INDICADOR DE PROCESSO com ajuste de taxas para, nesta revisão, ser novamente apresentado à SEPLAD para ser instituído a partir de 2022. Importante salientar que as novas taxas levaram em consideração o forte impacto da Pandemia Covid-19 na politicas publicas.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Taxa de Pobreza	Taxa de Pobreza Estadual - CADÚNICO
Un. Medida:		**Un. Medida:** -
Fonte:		**Fonte:** SEASTER/MC/CADUNICO-RMA
Fórmula:		**Fórmula:** (Pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 1/2 salário mínimo no Cadúnico / População Total) x 100

JUSTIFICATIVA

Considerando que a Taxa de pobreza calculada com os dados PNAD Contínua (IBGE) não estão mais disponível para que se possa proceder o devido cálculo, e buscando alinhamento com a Taxa de pobreza que vem sendo apresentada no Mapa de Exclusão Social do Pará / Fapespa, observou-se a necessidade de alterar o indicador de resultado do programa, que passa a ser a Taxa de Pobreza calculada a partir dos dados do Cadastro Único (CADÚNICO). Para adequações alteramos a denominação, fórmula e fonte.

PROGRAMA: Educação Básica

OBJETIVO:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional	Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

JUSTIFICATIVA

A alteração do objetivo justifica-se pela transferência da gestão da Educação Profissional para a SECTET, conforme a Lei estadual nº 9.104 de 2020. Até 2021, esse nível de ensino e suas modalidades estarão inseridos no Programa Educação Básica, sendo, portanto, readequados aos objetivos do Programa Educação profissional e Tecnológica.

PROGRAMA: Educação Profissional e Tecnológica

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Exclusão	Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	

JUSTIFICATIVA

A exclusão do indicador se fundamenta pelas necessárias adequações nas ações estratégicas do Programa. As informações sobre o incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente serão aferidas por dois novos indicadores, sendo um que contemplará as vagas da educação profissional integrada ao ensino médio e integrada ao PROEJA e, um novo indicador específico para a educação profissional continuada (antes não contemplada).

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Inclusão	Não houve alteração	Incremento do número de vagas à educação profissional integrada
Un. Medida:		**Un. Medida:** Incremento absoluto no número de vagas
Fonte:		**Fonte:** SECTET
Fórmula:		**Fórmula:** número de vagas à educação profissional integrada no ano - número de vagas à educação profissional integrada do ano anterior

JUSTIFICATIVA

Solicita-se a inclusão do indicador para contemplar as vagas da educação profissional integrada ao ensino médio e integrada ao PROEJA, objetivando a melhor visualização dos dados, considerando as especificidades das modalidades. A mudança na unidade de medida visa evitar o decréscimo da meta, que antes era contabilizada percentualmente.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Inclusão	Não houve alteração	Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante
Un. Medida:		**Un. Medida:** Incremento absoluto no número de vagas
Fonte:		**Fonte:** SECTET
Fórmula:		**Fórmula:** número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante no ano - número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante no ano anterior

JUSTIFICATIVA

Solicita-se a inclusão do indicador específico para a educação profissional continuada (antes não não contemplada) e subsequente. objetivando a melhor visualização dos dados, considerando as especificidades das modalidades. A mudança na unidade de medida visa evitar o decréscimo da meta, que antes era contabilizada percentualmente.

PROGRAMA: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Exclusão	Número de novos empreendimentos instalados no Estado	

JUSTIFICATIVA

Foi necessário a exclusão do indicador, uma vez que a prospecção de um empreendimento para instalação no Estado envolve aspectos alheios à gestão estadual. O estado/ CODEC desenvolvem ações para atrair, facilitar e apoiar o processo de tomada de decisão, mas a decisão do local de implantação cabe à empresa, de acordo com seus interesses e a natureza de seu negócio. E o tempo para a concretização da instalação vai além do período de avaliação anual do PPA.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	-
Un. Medida:		**Un. Medida:** -
Fonte:		**Fonte:** SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED
Fórmula:		**Fórmula:** -

JUSTIFICATIVA

Considerando que a fonte do indicador é a RAIS e a mesma só esta disponível referente ao ano anterior no segundo semestre do ano, o que irá comprometer o cálculo do indicador nos prazos para avaliação do programa, desta forma se faz necessário fazer alteração nesta fonte, acrescentando o CAGED, o qual estará disponível dentro do prazo. Também é importante constar na fonte o Órgão que realizará o cálculo e o responsável pelo indicador . A Fonte passa a ser : SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED.

PROGRAMA: Infraestrutura e Logística

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Quantidade de pontes em concreto construída	Variação percentual do número de pontes em concreto construída
Un. Medida:		**Un. Medida:** Percentual
Fonte:		**Fonte:**
Fórmula:		**Fórmula:** (Soma de metros do ano vigente - Soma de metros do ano anterior) / (Soma de metros do ano anterior) x 100

JUSTIFICATIVA

Para uma melhor avaliação da evolução e disponibilidade de infraestrutura de pontes de concreto, optou-se por trabalhar com a variação percentual do número de pontes em concreto construída, e com isso, foi necessário realizar alterações em alguns atributos desse indicador: denominação, unidade de medida, fórmula, índices mais recentes e índices esperados.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Exclusão	Quantidade de Rodovias Pavimentadas	

JUSTIFICATIVA

A informação prestada pelo indicador é produto da ação de Construção de Rodovias, portanto, contemplada no instrumento de planejamento.

PROGRAMA: Saúde

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	
Un. Medida:	**Un. Medida:**	Percentual
Fonte:	**Fonte:**	
Fórmula:	**Fórmula:**	Total de registros de DNCI, por unidade de residência, encerrados dentro de 60 dias a partir da data de notificação/Total de registros de DNCI, por unidade de residência, notificados no período da avaliação*100

JUSTIFICATIVA

Foram realizadas duas alterações, a primeira com a finalidade de ajustar a denominação do indicador com a fórmula de cálculo, de modo que em ambos possa ser destacado as "doenças de notificação compulsória imediata " ou "DNCI". A segunda foi para alterar a unidade de medida de proporção para percentual, uma vez que o indicador é relativizado por 100.

PROGRAMA: Segurança Pública

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Densidade Carcerária	
Un. Medida:	**Un. Medida:**	N° DE CUSTODIADOS/N° VAGAS
Fonte:	**Fonte:**	
Fórmula:	**Fórmula:**	

JUSTIFICATIVA

A alteração da unidade de medida (de percentual para unidade) é necessária visto que o indicador de densidade carcerária tem o objetivo de demonstrar o número de custodiados por vaga disponível em cada região e não o seu percentual de ocupação, ou seja, se em uma determinada região consta como indicador 1.0 quer dizer que para cada custodiado há uma vaga disponível.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos
Un. Medida:	**Un. Medida:**	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos
Fonte:	**Fonte:**	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN
Fórmula:	**Fórmula:**	(nº de acidentes / frota total da região) x 10.000 veículos

JUSTIFICATIVA

A Segurança Pública é um dever do Estado, uma responsabilidade e direito de todos, que necessita da ação conjunta de todos os órgão responsáveis: PRF,PRM, PC,PM, CBM e DETRAN. Portanto fica difícil definir metas para redução de mortalidade de trânsito a serem cumpridas por todo Sistema de Segurança Pública devido à sua complexidade que dificulta o controle das ações conjuntas a serem realizadas por todos esses órgãos para o cumprimento de tais metas. Diante disso se propõe a presente alteração.

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Inclusão	Não houve alteração	Percentual de Vistorias Executadas
Un. Medida:	**Un. Medida:**	Percentual
Fonte:	**Fonte:**	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)
Fórmula:	**Fórmula:**	Número de vistorias executadas / Número de vistorias solicitadas x 100

JUSTIFICATIVA

O indicador proposto pelo Corpo de Bombeiros, é de processo e foi possível mediante o amadurecimento de nossa base de dados, com o indicador de vistorias executadas, teremos como aferir o desempenho da corporação nos serviços prestados à população paraense de todas as regiões de integração, assim como, verificar a performance das ocupações(atividades econômicas) em relação aos modelos de segurança contra incêndio e emergência exigidos nas legislações vigentes.

PROGRAMA: Trabalho, Emprego e Renda

INDICADOR:

TIPO ALTERAÇÃO	DE	PARA
Alteração	Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	-
Un. Medida:	**Un. Medida:**	-
Fonte:	**Fonte:**	SEASTER/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED
Fórmula:	**Fórmula:**	-

JUSTIFICATIVA

Considerando que a fonte do indicador é a RAIS, e a mesma só está disponível, referente ao ano anterior, no segundo semestre do ano, o que irá comprometer o cálculo do indicador nos prazos para avaliação do Programa, é necessário proceder alterações na fonte, acrescentando o Caged, o qual está disponível dentro do prazo.

PROGRAMA: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo

NOMENCLATURA:

TIPO ALTERAÇÃO		
Alteração	Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo	Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais

JUSTIFICATIVA

Com fulcro na necessidade de diferenciar o Programa Temático pertencente ao MPC-PA na lista de Programas Temáticos dos órgãos constitucionais independentes e de dar mais clareza ao leitor do PPA do Estado do Pará, o Parquet de Contas Estadual solicita gentilmente a inclusão do trecho "dos Recursos Públicos Estaduais" ao final do nome atual do seu Programa Temático. Com isso, o cidadão que realizar a leitura da lista de Programas Temáticos dos órgãos independentes poderá distinguir mais facilmente os recursos empregados em cada Parquet (visto que há outro órgão estadual ministerial de contas que cuida dos recursos públicos municipais, o MPCM-PA). Buscou-se também a "padronização" com o termo usado pelo TCE-PA, criando um vínculo textual com a Corte de Contas na qual o MPC-PA atua.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD
PPA 2020-2023

Revisão do Plano Plurianual (PPA), exercício 2022- 2023
Anexo III - Inclusão de Ação em Programas Existentes

PROGRAMA: Atuação Jurisdicional

Ação: Ampliação do Quadro Funcional - Apoio Indireto à Atividade Judicante

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Servidor Nomeado	Unidade	Expandir o número de servidores para prestação dos serviços jurisdicionais no apoio indireto à atividade judicante.

PROGRAMA: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais

Ação: Desenvolvimento de Ferramentas de Comunicação Institucional

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Ferramenta de Comunicação Aplicada	Percentual	Para adequar ao Plano Estratégico 2022-2027, bem como executar ações de comunicação institucional do TCE-PA

Ação: Desenvolvimento de Mecanismo de Governança

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Sistema Implantado	Percentual	Para adequar ao Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA, bem como desenvolver os sistemas de controle do TCE-PA.

Ação: Monitoramento das ações pedagógicas

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Sistema Informatizado Atualizado	Percentual	Para adequar ao Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA

PROGRAMA: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais

Ação: Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Parecer Emitido	Unidade	Explicitar de maneira mais clara a missão institucional do MPC-PA e os recursos utilizados para a consecução dessa missão.

PROGRAMA: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade

Ação: Concessão de Benefício Habitacional

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Benefício Concedido	Unidade	Para atender ao Decreto Estadual nº 1.554, de 10/01/2021, que dispõe sobre projeto habitacional destinado à aquisição, reforma, requalificação e construção de imóveis para servidores integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. O Benefício será concedido na forma de alienação onerosa ou gratuita de terrenos de propriedade ou domínio do Estado, com aporte de recursos de até R$10 mil reais.

PROGRAMA: Governança Pública

Ação: Previdência Itinerante

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Beneficiário Atendido	Unidade	O Instituto entende ser pertinente a inclusão da ação previdenciária itinerante que visa ampliar e facilitar o acesso aos serviços essenciais relacionados à previdência Estadual entregando o produto ao beneficiário.

PROGRAMA: Manutenção da Gestão do Poder Judiciário

Ação: Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Beneficiário Atendido	Unidade	Para atender as Resoluções 294/2019- CNJ; 008/2019 e 009/2019 TJPA, que tratam do Programa de Assistência de Saúde Suplementar de Magistrados e Servidores; Mensurar, separadamente, os valores gastos com Assistência à Saúde de Magistrados e Servidores.

Ação: Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 2º Grau

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Beneficiário Atendido	Unidade	Para atender as Resoluções 294/2019- CNJ; 008/2019 e 009/2019 TJPA, que tratam do Programa de Assistência de Saúde Suplementar de Magistrados e Servidores; Mensurar, separadamente, os valores gastos com Assistência à Saúde de Magistrados e Servidores.

PROGRAMA: O Acesso a Justiça

Ação: Implementação de Política de Comunicação Institucional

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Plano Operacionalizado	Unidade	Promover política de comunicação institucional com a finalidade de proporcionar mais visibilidade, celeridade e transparência às ações estratégicas da instituição

Ação: Implementação de Política de Sustentabilidade na Instituição

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Plano Elaborado	Unidade	Fomentar políticas de proteção ao meio ambiente institucional como elemento fundamental no processo de ações sociais, econômicas e ambientais como forma de crescimento, visando preservar recursos para gerações futuras

PROGRAMA: Saúde

Ação: Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista

PRODUTO	UN. MEDIDA	JUSTIFICATIVA
Ação Realizada	Unidade	No Estado do Pará, existe uma demanda reprimida referente aos direitos e cuidados pertencentes às pessoas com autismo, as informações disponíveis são insuficientes e os usuários possuem dificuldades em obter diagnóstico precoce e tratamento. Desta forma, a Lei Estadual nº 9.061, de 21 de maio de 2020 instituiu a Política Estadual de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista - PEPTEA, que estabelece um conjunto de princípios, objetivos e instrumentos de ações, possibilitando a elaboração e execução de projetos com fundamentação técnica e objetivos tangíveis em prol das pessoas com Autismo e seus familiares. Na perspectiva de fortalecimento da rede de atenção à saúde dos serviços de média e alta complexidade, evidencia-se a necessidade de ação específica no PPA que contemple os programas, projetos, serviços especializados e financiamento necessários à efetivação das estratégias que atendam as peculiaridades, a intersetorialidade e o fomento à atenção e proteção dos direitos das pessoas autistas.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD
PPA 2020-2023

Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2022-2023
Anexo IV- Exclusão de Ação em Programas Existentes

PROGRAMA: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

Ação	JUSTIFICATIVA
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	A exclusão decorre da união desta ação com a ação Promoção da Comercialização Agrícola de igual teor e da consequente necessidade de ampliar o Produto para melhor atender aos usuários do setor.

PROGRAMA: Ciência, Tecnologia e Inovação

Ação	JUSTIFICATIVA
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Comunicação de Dados	Esta ação apresenta sombreamento com a ação de Ampliação da Rede de Comunicação de Dados, que visa a implantação de soluções tecnológicas. Portanto, com o propósito de otimização dos gastos públicos, faz-se necessária sua exclusão.

PROGRAMA: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais

Ação	JUSTIFICATIVA
Implementação de Ações de Promoção ao Controle Social	Para adequar ao Plano Estratégico 2022-2027 do TCE-PA.
Implementação do Teletrabalho	Ação implementada no exercício de 2021. Sua manutenção passa a ser realizada dentro da ação 8771-Manutenção de Soluções de Tecnologia da Informação.

PROGRAMA: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais

Ação	JUSTIFICATIVA
Implementação da Política de Comunicação	Devido a ajustes orçamentários, esta ação será executada pela ação Implementação das Ações de Publicidade Institucional.
Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e Má Gestão	Esta ação foi incorporada pela nova ação criada nesta revisão: Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo.
Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social	Esta ação foi incorporada pela nova ação criada nesta revisão: Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo.

PROGRAMA: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade

Ação	JUSTIFICATIVA
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	A exclusão da ação faz-se necessária, uma vez, que foi pensada para capacitação e assessoria técnica aos municípios para fortalecer projetos de regularização fundiária urbana. Avalia-se que, a demanda dos municípios não se restringe apenas a capacitação assim como não precisa ser medida como ação isolada, considerando que já está sendo realizada e registrada na Ação de Regularização Fundiária Urbana.

PROGRAMA: Direitos Socioassistenciais

Ação	JUSTIFICATIVA
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	A ação será excluída do Programa Direitos Socioassistenciais, pois, atualmente exige novas estratégias para implementação da política de combate ao sub-registro civil de nascimento, bem como, a busca da ampliação de acesso a documentação básica. A ação será incluída com a denominação Enfrentamento ao Sub-registro Civil, possuindo como produto Pessoa Atendida e será executada no Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos.

PROGRAMA: Educação Profissional e Tecnológica

Ação	JUSTIFICATIVA
Implementação do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica	Exclui-se a ação, pois o Comitê, instituído pelo Decreto Estadual nº 1.430/2015, atualmente, não exige previsão orçamentária específica à realização de suas atividades, além de estas serem dependentes exclusivamente das deliberações da alta gestão das secretarias integrantes. Caso seja necessário, as ações do comitê podem eventualmente ser programadas em outros projetos-atividades dentro do Programa, não necessitando de ação específica no PPA.

PROGRAMA: Educação Superior

Ação	JUSTIFICATIVA
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	A exclusão da ação é necessária, uma vez que, as atividades correspondentes serão incorporadas na ação de Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior, que possui finalidade idêntica, qual seja, a manutenção dos campi e das unidades administrativas da UEPA.

PROGRAMA: Governança Pública

Ação	JUSTIFICATIVA
Consolidação da Governança do Regime Próprio de Previdência Social	A ação não apresentou dispêndio financeiro nos exercícios de 2020 e 2021, pela ausência de alguns parâmetros que permitiriam sua execução e movimentação financeira. Ademais, os resultados pretendidos na ação serão atingidos pela ação de Gestão Previdenciária, cujo produto é Ação Executada.
Estruturação dos Controles Internos	A exclusão se justifica pelo fato da ação de estruturação dos controles interno não ter apresentado dispêndio financeiro nos exercícios de 2020 e de 2021.

PROGRAMA: Trabalho, Emprego e Renda

Ação	JUSTIFICATIVA
Implantação do CREDTRABALHO	A exclusão da ação faz-se necessária tendo em vista a inviabilidade de execução, uma vez que a realização se baseou no financiamento por meio do microcrédito PROGREDIR do Governo Federal, regulamentado pelo decreto Nº 9.160 de 26 de setembro de 2017, como objetivo de gerar renda e promover autonomia financeira aos mais vulneráveis. Contudo, não ocorreu celebração do Termo de Cooperação Técnica entre as duas esferas de Governo e nem disponibilidade de aporte financeiro pelo Governo Federal, se tornando inviável a execução somente com recurso do Governo Estadual. Ressalta-se que a exclusão da ação não acarretará impactos negativos para o Programa, uma vez que o Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos já contempla o público semelhante.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD
PPA 2020-2023

Revisão do Plano Plurianual (PPA), exercício 2023-2022
Anexo V- Alteração de Atributos de Ação em Programas Existentes

PROGRAMA: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura

De:	Para:
Ação: Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	**Ação:** Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal
Produto: Produtor Atendido	**Produto:** Produtor/Agricultor Atendido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Objetivando ampliar o público alvo, inclui-se no produto nesta ação o agricultor, levando-se em consideração a inclusão dessa categoria para elevar a abrangência das atividades do Programa.

De:	Para:
Ação: Promoção da Comercialização Agrícola	**Ação:** Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura
Produto: Evento Apoiado	**Produto:** Evento Realizado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
A alteração se faz necessária, uma vez que, atualmente o Programa dispõe de duas ações com finalidade e produto idênticos, quais sejam: Promoção da Comercialização Agrícola e Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura, com produto denominado Evento Apoiado. Sendo indispensável a fusão das ações para torná-las mais abrangentes em suas realizações, bem como, se faz inevitável a mudança do seu produto para Evento Realizado, com a finalidade de mensurar corretamente a Ação.

PROGRAMA: Atuação Jurisdicional

De:	Para:
Ação: Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	**Ação:** Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça
Produto: Correição Realizada	**Produto:** Correição Realizada
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Houve a necessidade de adequação da denominação devido a reestruturação que unificou as Corregedorias do interior e Região Metropolitana - RMB em Corregedoria Geral de Justiça.

PROGRAMA: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

De:	Para:
Ação: Atendimento e Orientação ao Consumidor	**Ação:** Promoção dos Direitos Difusos
Produto: Atendimento Realizado	**Produto:** Atendimento Realizado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Propõe-se a alteração da denominação da Ação Atendimento e Orientação ao Consumidor para Promoção dos Direitos Difusos, mantendo o Produto Atendimento Realizado, tendo em vista que esta denominação torna a concepção da ação mais ampla, beneficiando a coletividade e garantindo os direitos difusos.

De:	Para:
Ação: Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	**Ação:** Enfrentamento ao Sub-Registro Civil
Produto: Registro Civil de Nascimento Emitido	**Produto:** Pessoa Atendida
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Por determinação do Ofício nº1742/TJPA e Lei nº 8.923/2019, ficou definida a transferência de todas as obrigações da Ação de Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento, que antes eram da Seaster, para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. De modo que, para assegurar a universalização da gratuidade da 1ª e 2ª vias do Registro Civil de Nascimento e Certidão de Óbito, em consonância com os objetivos da agenda 2030, sobretudo, para populações em situação de vulnerabilidade social no Pará, é necessária a inclusão desta ação, uma vez que, ela objetiva contribuir para a erradicação do sub-registro civil no Estado, promovendo o acesso dos paraenses aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

PROGRAMA: Ciência, Tecnologia e Inovação

De:	Para:
Ação: Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	**Ação:** Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação
Produto: Projeto Apoiado	**Produto:** Projeto Apoiado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
A alteração faz-se necessária para a ampliação do fomento às iniciativas voltadas para tecnologias sociais, acesso ao conhecimento técnico-científico e iniciativas inovadoras.

De:	Para:
Ação: Promoção ao Acesso Público a Internet	**Ação:** Promoção ao Acesso Público a Internet
Produto: Hot Zone Implantado	**Produto:** Acesso Fornecido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Sugere-se a alteração do produto da ação, para retratar de forma mais clara a entrega à sociedade prevista pela ação.

PROGRAMA: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais

De:	Para:
Ação: Capacitação de Membros e Servidores do TCE	**Ação:** Implementação dos Planos Educacionais da Escola de Contas
Produto: Pessoa Capacitada	**Produto:** Pessoa Capacitada
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** unidade

Justificativa
Para adequar a ação a execução dos planos educacionais e dar maior transparência ação.

De:	Para:
Ação: Implementação de Ações de Qualidade de Vida	**Ação:** Desenvolvimento de Ações de Saúde e Qualidade de Vida
Produto: Projeto Executado	**Produto:** Pessoa atendida
Un. Medida: Percentual	**Un. Medida:** unidade

Justificativa
Para dar maior transparência a ação.

PROGRAMA: Controle Externo Municipal

De:	Para:
Ação: Modernização do Parque Tecnológico/TIC	**Ação:** Operacionalização e Modernização do Parque Tecnológico/TIC
Produto: Parque Modernizado	**Produto:** Parque Atendido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:**

Justificativa
Em adequação às atividades desenvolvidas na ação.

PROGRAMA: Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará

De:	Para:
Ação: Implementação de Ações de Infraestrutura MPCM	**Ação:** Implementação de Ações de Infraestrutura do MPCM-PA
Produto: Obra Realizada	**Produto:** Ação Realizada
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Solicitamos alteração no produto Obra realizada para Ação realizada, pois a ação é abrangente e inclui também ações de infraestrutura tecnológica, não somente obras de engenharia.

PROGRAMA: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais

De:	Para:
Ação: Modernização da Infraestrutura de TI	**Ação:** Modernização da Infraestrutura de TI
Produto: Unidade Modernizada	**Produto:** Parque Tecnológico Modernizado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Percentual

Justificativa
Necessidade de adequação do Produto.

PROGRAMA: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos

De:	Para:
Ação: Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	**Ação:** Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC
Produto: Integrante Lotado	**Produto:** Integrante Lotado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Como a ação em questão trata-se de pagamento de pessoal o produto mais adequado seria, integrante lotado.

PROGRAMA: Educação Básica

De:	Para:
Ação: Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	**Ação:** Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência
Produto: Pessoa Atendida	**Produto:** Aluno Atendido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Altera-se o produto da ação, pois segundo orientação do MEC/FNDE, quanto à prestação de contas do Fundeb, a folha de pagamento dos professores deve ser contabilizada em ações específicas a cada modalidade de ensino, inclusive a educação especial. Portanto, em razão do volume e da natureza dos recursos programados na ação, bem como da nova orientação do MEC, o produto que melhor se adequa é Aluno Atendido.

De:	Para:
Ação: Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	**Ação:** Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional
Produto: Aluno Atendido	**Produto:** Pessoa Atendida
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
A ação representa as iniciativas que estimulam a harmonia no ambiente escolar e a discussão de temas interdisciplinares como o combate à violência, drogas, trabalho e exploração infantil, dentre outros, buscando a integração da comunidade escolar interna e externa. Neste contexto, a escola detém papel fundamental na contribuição à cultura da paz. Por envolver toda a comunidade: alunos, pais, responsáveis, família, professores, o produto Aluno Atendido não atende à perspectiva da ação, que possui foco mais amplo, justificando, assim, a alteração do produto para Pessoa Atendida.

De:	Para:
Ação: Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	**Ação:** Implementação do Ensino Médio
Produto: Aluno Atendido	**Produto:** Aluno Atendido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Com base na Lei Estadual nº 9.104, de 14 de julho de 2020, que transfere a gestão da Educação Profissional para a SECTET e no art. 36 da Lei Federal nº 9.394/1996 (LDB), justifica-se a alteração do nome da ação, com referência ao currículo da Educação Básica que, ao tratar de Itinerário Formativos, busca congregar e articular diferentes níveis e ocupações com identidades bem definidas no mundo do trabalho.

PROGRAMA: Educação Profissional e Tecnológica

De:	Para:
Ação: Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	**Ação:** Implementação da Educação Profissional
Produto: Pessoa Atendida	**Produto:** Aluno Atendido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Altera-se o nome da ação para incluir as demais modalidades de educação profissional: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, PROEJA, Educação Profissional Subsequente e Concomitante.

PROGRAMA: Governança Pública

De:	Para:
Ação: Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	**Ação:**
Produto: Município Implantado	**Produto:** Unidade Conectada
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
A alteração da denominação do produto da ação faz-se necessária para melhor quantificar as unidades que serão conectadas nos municípios.

De:	Para:
Ação: Gerenciamento de Programas Especiais	**Ação:** Gerenciamento de Captação de Recursos Especiais
Produto: Proposta Aprovada	**Produto:** Proposta Elaborada
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Considerando a necessidade de adequação do produto da ação às atividades desempenhadas, sugere-se a alteração do produto da ação de Proposta Aprovada para Proposta Elaborada, uma vez que o produto - Proposta Aprovada - transcende a a atuação do governo do Estado, além de se objetivar alcançar as seguintes atividades: Apresentação e defesa dos projetos de lei autorizadora da apreciação de crédito à Alepa; Apresentação, envio e defesa de Carta Consulta à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do Ministério da Economia; Apresentação de Proposta firme de operação de crédito interno ou externo, pedido de Verificação de Limites de Condições – PVL no Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantia da União, Estados e Municípios (SADIPEM) do Tesouro Nacional.

De:	Para:
Ação: Implementação de Tecnologias do Governo Digital	**Ação:** Implementação de Soluções para Transformação Digital
Produto: Tecnologia Implementada	**Produto:** Sistema Implementado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
A alteração da denominação da ação e do produto objetiva dar mais clareza ao propósito da ação que é a criação de um ambiente propício para transformação digital no Estado do Pará, implementando a plataforma de serviços (Pará Digital) e disponibilizando serviços para o cidadão paraense e um um único ambiente.

PROGRAMA: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

De:	Para:
Ação: Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	**Ação:** Apoio aos Arranjos Produtivos Locais
Produto: Município Apoiado	**Produto:** APL Apoiado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
A mudança faz-se necessária em virtude da logística de trabalho e adequação do produto ao objetivo da ação. Considerando que um APL pode ocorrer em apenas um município/distrito, ou ainda, em um recorte geográfico que abrange vários municípios e respectivas regiões de Integração, a modificação dará mais visibilidade ao segmento produtivo integrante do Arranjo. Portanto, os resultados das atividades da ação governamental nos territórios, lócus do APL apoiado, serão especificados nos relatórios de monitoramento e avaliação do Programa

De:	Para:
Ação: Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	**Ação:** Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais
Produto: Empreendedor Apoiado	**Produto:** Cadeia Produtiva Apoiada
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Considerando que a ação abrange diversas etapas das cadeias produtivas prioritárias, sugere-se a modificação do produto para Cadeia Produtiva Apoiada. Ressalta-se que o produto atual, ou seja, empreendedor apoiado, compõe um dos resultados previstos pelo Programa, porém reflete parcialmente o conjunto de esforços estaduais ao desenvolvimento das cadeias produtivas do setor agromineral.

De:	Para:
Ação: Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	**Ação:** Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos
Produto: Empreendedor Apoiado	**Produto:** Segmento Apoiado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
Considerando a característica da atividade e o conjunto de elos produtivos que compõe o Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos, sugere-se que o produto seja modificado para Segmento Apoiado. As ações de apoio ao setor envolvem empreendedores, prefeituras, instituições privadas, entidades e organizações como cooperativas e entidades de classe (sindicatos) atuantes em segmentos específicos como produção de joias, design, lapidação e comercialização.

De:	Para:
Ação: Incentivo a Áreas Industriais	**Ação:**
Produto: Incentivo Realizado	**Produto:** Incentivo Realizado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa
A unidade de medida em percentual, e o produto Área Industrial Incentivada dificulta a compreensão das atividades desenvolvidas na ação. Além disso, no total da ação, o percentual anual ultrapassa os 100%.
A alteração do produto para Incentivo Realizado, objetiva quantificar as ações que a CODEC desenvolve que contribui para desenvolvimento econômico da Região que compreendem as seguintes etapas: Implantação de Áreas Industriais, Restauração de Áreas Industriais, Retomada de Lotes Industriais com Empresas irregulares, Reintegração de posse de Áreas Industriais invadidas e a Liberação de Áreas Industriais com Superficiários.

De:	Para:
Ação: Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	**Ação:** Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico
Produto: Instituição Apoiada	**Produto:** Atividade Realizada
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa

A ação objetiva a realização da promoção comercial das oportunidades de negócios no Pará, Brasil e exterior, tal atividade consiste, na promoção e participação em feiras e eventos estratégicos, assim como, na realização de missões prospectivas e recepção de comitivas de potenciais investidores. A atividade também contempla a realização de ações voltadas à melhoria do ambiente de negócios, como, por meio de capacitações em atração de investimentos para municípios paraenses, além de identificar, prospectar e apoiar empresas interessadas em se instalar no Estado. Neste sentido, entende-se mais adequado ajustar o produto para Atividade Realizada.

PROGRAMA: Infraestrutura e Logística

De:	Para:
Ação: Implementação do Serviço de Distribuição de Gás Natural	**Ação:** Implantação do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado
Produto: Sistema Implantado	**Produto:** Sistema implantado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Percentual

Justificativa

A mudança da unidade de medida e readequação de nomenclatura faz-se necessária tendo em vista o melhor acompanhamento na implantação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito no município de Barcarena, por meio de rede de tratamento e distribuição por gasoduto em Barcarena e Belém.

PROGRAMA: Manutenção da Gestão do Poder Judiciário

De:	Para:
Ação: Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	**Ação:** Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau
Produto: Beneficiário Atendido	**Produto:** Beneficiário Atendido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa

Para atender as Resoluções 294/2019- CNJ; 008/2019 e 009/2019 TJPA, que tratam do Programa de Assistência de Saúde Suplementar de Magistrados e Servidores;
Mensurar, separadamente, os valores gastos com Assistência à Saúde de Magistrados e Servidores.

De:	Para:
Ação: Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 2º Grau	**Ação:** Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores - 2º Grau
Produto: Beneficiário Atendido	**Produto:** Beneficiário Atendido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa

Para atender as Resoluções 294/2019- CNJ; 008/2019 e 009/2019 TJPA, que tratam do Programa de Assistência de Saúde Suplementar de Magistrados e Servidores;
Mensurar, separadamente, os valores gastos com Assistência à Saúde de Magistrados e Servidores.

De:	Para:
Ação: Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - Apoio Indireto à Atividade Judicante	**Ação:** Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores – Apoio Indireto à Atividade Judicante
Produto: Beneficiário Atendido	**Produto:** Beneficiário Atendido
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa

Para atender as Resoluções 294/2019- CNJ; 008/2019 e 009/2019 TJPA, que tratam do Programa de Assistência de Saúde Suplementar de Magistrados e Servidores;
Mensurar, separadamente, os valores gastos com Assistência à Saúde de Magistrados e Servidores.

PROGRAMA: Saúde

De:	Para:
Ação: Regulação em Saúde	**Ação:** Regulação em Saúde
Produto: Serviço/Acesso Regulado	**Produto:** Acesso Regulado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa

Propõe-se alteração do produto, considerando a Portaria GM MS nº 1.559, de 01/08/2008 que Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, a qual define que as ações de Regulação são organizadas em 03 (três) dimensões de atuação, necessariamente integradas entre si - Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência. Desta forma, para uma melhor mensuração dos resultados e clareza das informações, optou-se por registrar apenas o acesso regulado dos serviços de saúde na meta quantitativa, devendo os registros dos serviços regulados serem alimentados na informação qualitativa do SIGPLAN.

De:	Para:
Ação: Saúde por Todo o Pará	**Ação:** Saúde por Todo o Pará
Produto: Atendimento Realizado	**Produto:** Procedimento Realizado
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa

A adequação proposta na mudança do produto da ação, considera que na estratégia Saúde por todo Pará são oferecidos serviços de saúde em diferentes níveis de atenção. O atendimento oferece desde a aferição de sinais vitais, oferta de exames, consultas especializadas, captação de pacientes portadores de deficiência inscrição da carteirinha, ofertas de órteses, próteses, além de palestras educativas, dentre as quais, informações para redução da mortalidade materna. Considerando que cada paciente/usuário poderá ter acesso a vários procedimentos em um único atendimento, sugere-se alteração do produto para procedimento realizado, com fins de melhor quantificar os procedimentos ofertados e os custos correspondentes.

PROGRAMA: Segurança Pública

De:	Para:
Ação: Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	**Ação:** Realização das Ações do Centro Integrado de Operações
Produto: Ocorrência Atendida	**Produto:** Ocorrência Atendida
Un. Medida: Unidade	**Un. Medida:** Unidade

Justificativa

Faz-se necessário alterar a unidade de medida de percentual para unidade, o objetivo da mudança é melhorar a mensuração das ocorrências atendidas.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022-2023

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor R$1,00 2022-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	159.172.325,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	198.974.148,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	188.155.735,00
Cultura	67.875.121,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	2.121.683.209,00
Direitos Socioassistenciais	176.452.196,00
Educação Básica	6.648.668.106,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.041.633.411,00
Educação Superior	144.979.844,00
Esporte e Lazer	103.637.102,00
Governança Pública	2.971.697.744,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	642.621.323,00
Infraestrutura e Logística	1.893.619.742,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	65.093.271,00
Saúde	5.333.148.835,00
Segurança Pública	1.510.572.363,00
Trabalho, Emprego e Renda	27.323.841,00
	23.295.308.316,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$1,00) 2022 - 2023
Manutenção da Gestão	20.815.094.819,00
	20.815.094.819,00

TOTAL PARA O ESTADO: 44.110.403.135,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura — 318.344.650,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	198,58	12/2020	EMATER	21.600,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	3.456,00	12/2018	SEDAP	4.112,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	12.026,00	12/2018	SEDAP	14.618,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos — 397.948.296,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	51,85	12/2018	SEJUDH	65,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	22,00	12/2018	SEJUDH	25,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	10,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Promover os Direitos Humanos

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação — 376.311.470,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,16	12/2018	SIAFEM/SEFA	4,02

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	100,00	12/2020	FAPESPA	100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura — 135.750.242,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	22,92	12/2018	SECULT/FCP	55,56

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do acesso de pessoas aos espaços culturais	Percentual	3,00	12/2018	SECULT	5,00

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade — 4.243.366.418,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual	1,82	12/2018	PNADC / FAPESPA	1,75
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual	11,66	12/2018	PNADC / FAPESPA	11,43

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	5,58	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	10,28
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	55,14	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	71,03

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais — 352.904.392,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Pobreza Estadual - CADÚNICO	Percentual	40,80	12/2020	IBGE/FAPESPA	38,17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	0,00	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	8,50	12/2018	FASEPA	10,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	44,00	12/2018	FASEPA	46,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica — 13.297.336.212,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,30	12/2017	INEP/SEDUC	4,00
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,50	12/2017	INEP/SEDUC	5,30
IDEB Ensino Médio	Índice	2,80	12/2017	INEP/SEDUC	4,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	4,70	12/2018	INEP/SEDUC	3,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,10	12/2018	INEP/SEDUC	12,05
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	84,40	12/2018	INEP/SEDUC	86,90
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,00	12/2018	INEP/SEDUC	79,20
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	10,90	12/2018	INEP/SEDUC	9,10
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,90	12/2018	INEP/SEDUC	8,75

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica — 2.083.266.822,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	0,00	05/2021	SECTET	0,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	0,00	05/2021	SECTET	0,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	7.380,00	12/2018	SECTET	12.280,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior — 289.959.688,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,06	12/2018	UEPA	1,78

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	12,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer — 207.274.204,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	7.172,00	12/2018	SEDUC/SEEL	6.718,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública — 5.943.395.488,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	15.158.986,00	12/2020	SEFA	17.211.756,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	3,02	06/2019	SEPLAD/EGPA	4,53

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Promover a Gestão Regionalizada

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo — 1.285.242.646,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	-0,80	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	2,10
Receita gerada pelo turismo	U$	950.672,48	12/2018	SETUR	67.632.288,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	261,00	12/2018	BANPARA	1.972,00
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	769,00	06/2019	SEDEME	892,00
Número de turistas	Unidade	1.138.923,00	12/2018	SETUR	1.005.282,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Promover o Turismo como Atividade Econômica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística — 3.787.239.484,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	48,77	12/2018	SETRAN	60,07

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	24,24	12/2019	CPH	78,79
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	2,47	12/2020	SETRAN	3,62

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável — 130.186.542,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	54,59	12/2018	PRODES/INPE	65,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	85,42	12/2019	SEMAS	93,80

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde — 10.666.297.670,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	102,00	03/2019	MS/SIM/SINASC	83,00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,08	12/2019	SIM	14,30
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	318,10	12/2020	MS/SIM	318,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	64,49	12/2020	EGESTOR	66,99
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	179,70	12/2018	SIPNI	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,41	12/2018	DATASUS(CNES)	1,68
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	51,70	12/2020	SINAN	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,25	12/2018	SIA	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,12	12/2018	SIA	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública — 3.021.144.726,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	140,00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	131,00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	37,80	12/2020	SEGUP	35,40
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	24,90	12/2020	SEGUP	22,30
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	763,40	12/2020	SEGUP	683,80
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	461,00	12/2020	SEGUP	423,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	1,77	12/2018	SEAP	1,81
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	9.509,00	12/2018	PMPA	13.923,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	48,00	12/2018	DETRAN	52,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	70,90	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	85,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	39,00	12/2018	POL. CIVIL	44,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	86,00	12/2018	POL. CIVIL	87,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Prevenir Acidentes de Trânsito

Realizar a Custódia Penal

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 54.647.682,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	-0,64	12/2018	MTE/RAIS	1,10

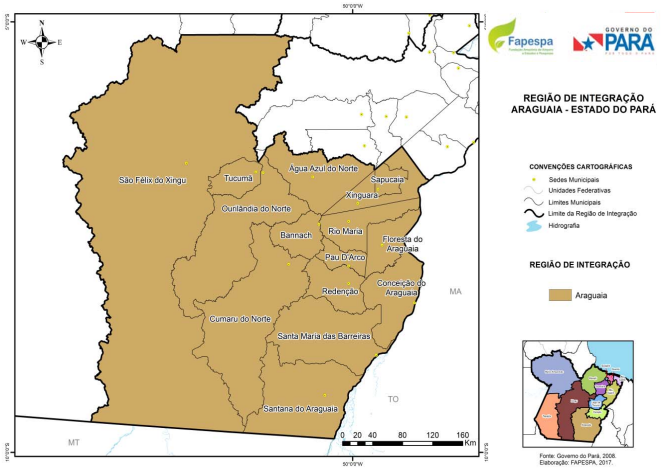
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	6,20	12/2018	SEASTER/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	2,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	10,67	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	12,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	21,39	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	28,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO ARAGUAIA



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Araguaia, criada pelo Decreto Lei Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, ocupada originalmente pelos índios Kaiapó, é composta por 15 municípios (Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara).

Localizada no sudeste do Pará, a RI é entrecortada pelas rodovias BR-158 e PA-279, além da BR-155, que se espera viabilizar a integração com a ferrovia de Carajás e a hidrovia do Tocantins e, assim, chegar até o porto de Vila do Conde. Sua área territorial é de, aproximadamente, 174.175 km², equivalente a 14% da área total do Pará.

A maioria de seus municípios surgiu a partir da abertura de estradas e da política de ocupação da Amazônia, implementada pelo governo federal nos anos de 1970. Contudo, há municípios com origem mais antiga, como é o caso de Conceição do Araguaia, cuja formação data da segunda metade do século XIX.

Seu processo de ocupação ocorre com a chegada de imigrantes oriundos de outras regiões do país, como o nordeste brasileiro, e, posteriormente, centro-sul e leste do país, os quais desenvolvem a agricultura de subsistência, a atividade extrativista e a atividade pastoril. Entre as atividades produtivas da região destacou-se, no início do século XX, a extração do látex para a fabricação de borracha, o qual integrou a economia local ao mercado nacional e internacional.

Nas últimas décadas, a extração madeireira, a pecuária bovina, produção de abacaxi e soja e a extração mineral têm sido as principais atividades produtivas da RI Araguaia, que se destaca em relação à produção estadual, no seguinte: leite (33%), milho (23%), extração de madeira (8%), cacau (4%), banana (4%), arroz (12%), abacaxi (87%). E, ainda, é a segunda região na produção de soja (28%), além de maior produtora (38%) e exportadora de bovino, em que se destaca o município de São Felix do Xingu, maior produtor do Brasil, no ano de 2019, com 2.241.537 cabeças.

Além disso, o turismo desempenha papel importante na economia da região, em que a beleza natural e a herança histórica e cultural somam os principais fatores responsáveis pelo fomento do setor, destacando-se o município de Conceição do Araguaia, integrante do Polo Araguaia - Tocantins, criado pela Paratur e integrado por quarenta e cinco municípios das RI Araguaia, Carajás, Lago de Tucuruí e Tocantins. Soma-se a essa modalidade de turismo, o turismo religioso, as inúmeras praias de água doce que a região oferece, sítios arqueológicos, cachoeiras e inscrições rupestres.

Esse potencial produtivo fomentou o fluxo migratório para a RI, dada a proximidade da região com alguns estados do centro-oeste e nordeste brasileiro. O crescimento econômico dos municípios e as novas oportunidades de negócios na região, foram alguns dos fatores indutores para a expansão demográfica dessa territorialidade. A população da RI Araguaia, em 2020, foi estimada em 575.301 habitantes, correspondendo a 6,6% do total do estado. A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2020, foi de 1,98%, acima da média estadual, 1,41%, para o mesmo período.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

O Produto Interno Bruto - PIB[1] da Região de Integração Araguaia, em 2018, contribuiu com R$ 9,4 bilhões (6%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI o de maior Valor Adicionado (VA) é o de Serviços, que contribuiu com R$ 2,9 bilhões ou 31% do VA total da região. A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário na região. A segunda maior atividade em termos de VA foi a Administração Pública (que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal), que contribuiu com R$ 2,07 bilhão (22%), seguido da Agropecuária, setor com forte expansão na região, adicionando à economia da região R$1,96 bilhões (21%) e a Indústria, que registrou uma agregação de valor de R$1,3 bilhão (14%), aproximadamente.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Araguaia, 2018.

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Araguaia
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**9.387.724**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**8.261.588**
% Valor Adicionado Total	85,82%	91,04%	88,00%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**1.964.504**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	20,93%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**1.303.424**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	13,88%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**2.922.330**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	31,13%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**2.071.330**
% VA Administração Pública	14,93%	20,09%	22,06%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**1.126.136**
% Impostos	14,18%	8,96%	12,00%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a região Araguaia, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Redenção, com participação de 19%; São Félix do Xingu, com 15% de contribuição, e Xinguara, com 13%, que, juntos, correspondem a 47% do total do VA regional.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Tabela 02: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Araguaia, 2018.

Item Geográfico	PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil	**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará	**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Araguaia	**9.387.724**	**1.964.504**	**1.303.424**	**2.922.330**	**2.071.330**	**1.126.136**
Água Azul do Norte	423.047	144.206	80.716	51.396	93.731	52.999
Bannach	78.144	46.453	1.682	9.454	18.697	1.858
Conceição do Araguaia	552.662	77.360	44.439	213.322	175.118	42.423
Cumaru do Norte	289.017	166.426	29.006	29.558	58.877	5.151
Floresta do Araguaia	340.215	170.351	15.968	61.473	81.365	11.058
Ourilândia do Norte	610.695	48.565	125.235	187.559	134.645	114.691
Pau D'Arco	87.988	25.735	3.961	19.761	34.233	4.298
Redenção	(19%) 1.802.562	71.574	216.012	921.724	313.170	280.082
Rio Maria	479.451	134.635	85.389	120.376	77.173	61.878
Santa Maria das Barreiras	379.858	179.261	40.041	66.512	81.077	12.967
Santana do Araguaia	843.573	190.320	114.422	215.521	233.054	90.256
São Félix do Xingu	(15%) 1.395.724	471.182	164.870	280.202	391.830	87.640
Sapucaia	99.576	32.706	6.005	23.985	29.890	6.990
Tucumã	778.684	91.662	121.549	300.341	155.956	109.175
Xinguara	(13%) 1.226.527	114.067	254.128	421.148	192.513	244.672

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O Quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região Araguaia, as principais atividades em termos de VA, em 2018, foram: a Pecuária, com destaque para criação de bovinos; seguido do Comércio e manutenção de veículos; da Indústria de transformação, com os principais segmentos o de frigorífico (abate de bovinos), de laticínios e de outros produtos alimentícios; das Atividades imobiliárias; e da Agricultura.

Quadro 01 - Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública, Região de Integração Araguaia, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Araguaia	**Pecuária**	**Comércio e manutenção de veículos**	**Indústria de transformação**	**Atividades imobiliárias**	**Agricultura**
Água Azul do Norte	Pecuária	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Bannach	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Conceição do Araguaia	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Agricultura	Intermediação financeira

Cumaru do Norte	Pecuária	Indústria extrativa	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos
Floresta do Araguaia	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Ourilândia do Norte	Indústria de transformação	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Pecuária	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Pau D'Arco	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Construção civil
Redenção	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil	Alojamento e alimentação
Rio Maria	Pecuária	Indústria de transformação	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos
Santa Maria das Barreiras	Pecuária	Agricultura	Indústria extrativa	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias
Santana do Araguaia	Pecuária	Agricultura	Indústria de transformação	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias
São Félix do Xingu	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Indústria extrativa	Agricultura	Atividades imobiliárias
Sapucaia	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Indústria de transformação
Tucumã	Comércio e manutenção de veículos	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Pecuária	Alojamento e alimentação
Xinguara	Indústria de transformação	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Pecuária	Alojamento e alimentação

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O município de Redenção apresentou, em 2018, como principais atividades: o Comércio e manutenção de veículos; as Atividades imobiliárias; a Indústria de transformação, com os segmentos de frigoríficos, fabricação de alimentos para animais e matadouro - abate de reses; a Construção civil; e Alojamento e alimentação. Em São Félix do Xingu, os destaques foram para a Pecuária bovina; o Comércio e manutenção de veículos; a Indústria extrativa; a Agricultura; e as Atividades imobiliárias. E no município de Xinguara, ressalta-se a Indústria de transformação, com os segmentos de frigoríficos, preparação de subprodutos do abate e fabricação de laticínios; o Comércio e manutenção de veículos; as Atividades imobiliárias; a Pecuária; e Alojamento e alimentação.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, e a RI Araguaia contabilizou um saldo de US$ 573,455 milhões. Os principais produtos exportados da região são: ferro-ligas, com Ourilândia respondendo por 100% da comercialização regional com o setor externo; soja, em que Santana do Araguaia participou com 78%; e carne bovina, sendo Xinguara responsável por 36% da comercialização externa da RI.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	-	**158.786.824.879**	-	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Araguaia	588.491.961	2,91	15.036.588	1,25	573.455.373
Água Azul do Norte	74.270.848	12,62	158.934	1,06	74.111.914
Floresta do Araguaia	2.415.782	0,41		0,00	2.415.782
Ourilândia do Norte	166.516.365	28,30	12.413.742	82,56	154.102.623
Pau D'Arco	62.397	0,01		0,00	62.397
Redenção	53.743.093	9,13	10.452	0,07	53.732.641
Rio Maria	44.604.352	7,58		0,00	44.604.352
Santana do Araguaia	149.235.177	25,36	317.254	2,11	148.917.923
São Félix do Xingu	13.796.365	2,34		0,00	13.796.365
Tucumã	15.247.082	2,59	1.215	0,01	15.245.867
Xinguara	68.600.500	11,66	2.134.991	14,20	66.465.509

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

Os principais produtos importados da região são hulha (carvão betuminoso) e produtos tanantes orgânicos sintéticos, cujas demandas provêm, principalmente, de Ourilândia do Norte (100 %, para o primeiro), e de Xinguara (100 %, para o segundo).

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Araguaia, registrou-se, em 2019, um estoque de pouco mais de 55 mil vínculos formais, o que representa 5,1% dos empregos formais do Pará. Na RI, o setor da Administração Pública detém cerca de 22,2% do total do estoque formal, seguido pelo Comércio, 21,6%, e da Agropecuária, 18,9%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Redenção, 22,8%, Xinguara, 15,6%, e São Félix do Xingu,10,1%.

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Araguaia
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	185.906
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,36
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	31,81
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**55.517**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	1.021
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	8.472
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	193
Construção Civil	2.012.211	61.981	1.333
Comércio	9.453.390	206.789	11.969
Serviços	17.843.857	310.933	9.711
Administração Pública	8.865.548	356.141	12.308
Agropecuária	1.477.081	49.712	10.510

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Apesar de o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, cerca de 126 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,4% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

A RI Araguaia dispõe de uma rede de infraestrutura rodoviária composta pelas BR-155, BR-158, BR-235 e PA-279. A primeira, de recente federalização, tem relevância em vista das diversas possibilidades que apresenta: integra a região no sentido norte-sul; interliga a região à RI Carajás e, a partir dessa, a outras regiões do estado, permitindo, entre outras, o escoamento da produção do sudeste e sul do Pará em direção à Belém, a partir da integração com a PA-150. A BR-158, planejada para iniciar em Altamira (RI Xingu), entre a BR-230 e BR-415, inicia, de fato, em Redenção e constitui-se, também, como importante via da malha estadual por integrar o eixo norte-sul, formado com a BR-155, conectando o estado ao centro-oeste do país.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange oito aeródromos/aeroportos, 118 pontes (totalizando 3,7 km de extensão), um porto, uma hidrovia, três travessias e dez rodovias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Araguaia.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Conceição do Araguaia
	Floresta do Araguaia
	Ourilândia do Norte
	Redenção
	Santa Maria das Barreiras
	Santana do Araguaia
	São Félix do Xingu
	Xinguara
Rodovias	10 rodovias - Total 900km
Travessias	Porto Trajano (Santana do Araguaia) - Caseara (TO)
	Santa Maria das Barreiras - Araguacema (TO)
	Floresta do Araguaia - Pau D'arco (TO)
Hidrovia	Araguaia-Tocantins
Porto	Porto Marina (São Félix do Xingu)
Pontes	118 pontes - Total de 3,7 km

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Araguaia será contemplada com investimentos de, cerca de, R$12,04 bilhões, 9,5% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como o Projeto Jacaré (mineração), da Anglo American, com investimentos estimados em R$ 9,4 bilhões, em São Félix do Xingu (R$ 9,4 bilhões), e MbAC Fertilizantes (agronegócio), com R$ 1,2 bilhão, em Santana do Araguaia.

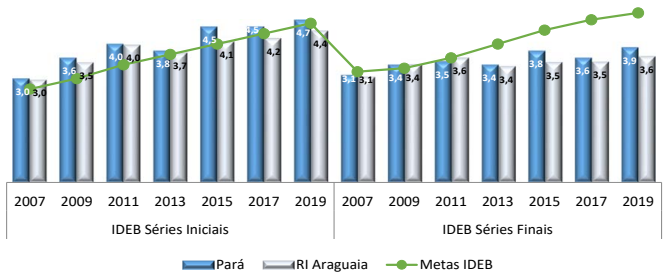
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Araguaia, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, até o ano de 2015, contudo, nos anos seguintes as metas não foram alcançadas. Quanto às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas apenas nos anos de 2009 e 2011. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, entretanto, o mesmo não é notado na RI Araguaia, a região ainda tem um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios, Região de Integração Araguaia, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Araguaia.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[2], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, em que a proposta flexibiliza a aprovação escolar, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando-se os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno às atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

[2] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

As taxas de aprovação do Brasil, Pará, região Araguaia e dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 91% de aprovação, exceto as dos municípios de Bannach e Santa Maria das Barreiras, que apresentaram 72,6% e 88,3%, respectivamente. Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 99% em relação ao estado e municípios da região, com exceção também de Bannach, que apresentou uma taxa de 82,6%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará, foi de 0,6%, abaixo da registrada para o Brasil, 0,8%. A taxa da região chegou a 1,2% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Bannach e Santa Maria das Barreiras, 10,3% e 3,4%, respectivamente. No ensino médio, apenas o município de Ourilândia do Norte registrou reprovação, de 0,1%.

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Brasil (1%) e do Pará (1,7%), alcançando 4%. O município de Bannach registrou o maior percentual de abandono na região, 17,1%, e o menor registro foi em Pau D'Arco, 0%. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e acima da do Pará (0,7%), com o registro de 1,4%. Ao nível municipal, a maior taxa também ficou com Bannach, com 17,4% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, com uma das piores taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Araguaia	**94,8**	**98,6**	**1,2**	**0,0**	**4,0**	**1,4**
Água Azul do Norte	91,6	99,6	1,1	0,0	7,3	0,4
Bannach	72,6	82,6	10,3	0,0	17,1	17,4
Conceição do Araguaia	99,6	100,0	0,0	0,0	0,4	0,0
Cumaru do Norte	97,7	100,0	0,0	0,0	2,3	0,0
Floresta do Araguaia	98,4	99,1	0,1	0,0	1,5	0,9
Ourilândia do Norte	99,7	99,7	0,1	0,1	0,2	0,2
Pau D'Arco	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Redenção	91,4	99,5	0,1	0,0	8,5	0,5
Rio Maria	99,7	100,0	0,0	0,0	0,3	0,0
Santa Maria das Barreiras	88,3	99,8	3,4	0,0	8,3	0,2
Santana do Araguaia	93,9	99,7	1,6	0,0	4,5	0,3
São Félix do Xingu	99,8	99,5	0,1	0,0	0,1	0,5
Sapucaia	94,7	100,0	0,2	0,0	5,1	0,0
Tucumã	99,5	99,8	0,3	0,0	0,2	0,2
Xinguara	95,8	99,8	0,2	0,0	4,0	0,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região, no ensino fundamental, o município de Santana do Araguaia se destacou com a maior taxa de distorção, 34,3%, e a menor taxa correspondeu ao município de Redenção, 17,3%. No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Santa Maria das Barreiras, 58,2%, e a menor distorção ocorreu em Rio Maria, 32,7%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Araguaia	**29,1**	**28,0**	**46,4**	**45,8**
Água Azul do Norte	27,7	30,1	42,5	43,2
Bannach	33,9	31,1	54,1	52,8
Conceição do Araguaia	21,5	20,2	40,4	38,1
Cumaru do Norte	31,0	29,5	46,9	51,8
Floresta do Araguaia	26,6	24,9	48,3	46,2
Ourilândia do Norte	29,8	29,2	42,7	39,2
Pau D'Arco	32,9	33,6	63,8	58,1
Redenção	17,7	17,3	41,2	40,4
Rio Maria	20,8	18,4	37,2	32,7
Santa Maria das Barreiras	31,0	29,9	54,2	58,2
Santana do Araguaia	34,5	34,3	48,1	50,0
São Félix do Xingu	34,9	33,8	45,0	49,7
Sapucaia	39,6	34,1	50,2	49,4
Tucumã	28,2	27,1	42,4	39,4
Xinguara	26,9	26,0	39,5	37,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Araguaia, a taxa de mortalidade infantil de 17,71 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) foi superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,14. O município de Bannach não registrou caso de óbito infantil e Santana do Araguaia apresentou taxa de 6,64 mortes infantis. Por outro lado, Água Azul do Norte, com 31,11, e Pau D'Arco, com 25,00, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Os 1.237 agentes da região representam uma proporção de cobertura de 98,21%, superior à do estado, de 76,46%, sendo que apenas os municípios de Tucumã, com 95,83%, e Santana do Araguaia, com 77,39%, não atingiram ainda a cobertura de 100%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) implantadas na RI, o total de 115, equivale à uma proporção de cobertura média de 80,79%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 57,64%. Até dezembro de 2020, cinco municípios da região atingiram 100% da população estimada coberta, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco e Sapucaia, em contraposição, os municípios de Redenção e São Félix do Xingu, apresentaram as menores coberturas estimadas da população, 52,90% e 45,65%, respectivamente.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Araguaia
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	17,71
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	98,21
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	80,79
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	30
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	2,90
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	2,09

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

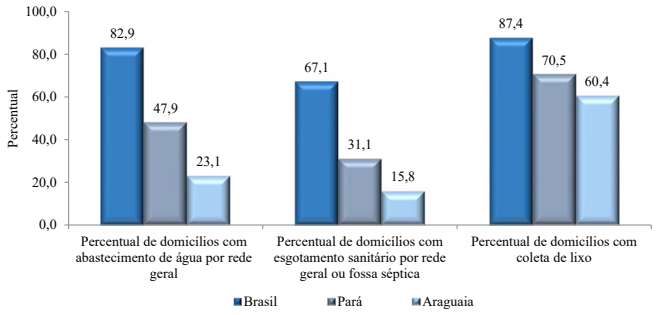
Verificando os indicadores de infraestrutura, em abril de 2021, a RI Araguaia apresenta 30 hospitais (hospitais gerais e hospitais especializados), com destaque para o Hospital Regional Público do Araguaia, inaugurado em 2007, em Redenção, que oferece atendimentos em 20 especialidades médicas e atende 15 municípios, e, ainda, o Hospital Regional de Conceição do Araguaia, com atendimento hospitalar e ambulatorial. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2020, foi de 2,90, sendo superior à apresentada pelo Pará, de 2,55. O mesmo se repete quanto à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, da RI, 2,09, e a do estado, 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Araguaia. Observou-se, em 2010, que no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Araguaia, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 23,1% dos domicílios, 15,8% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 60,4% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário eram bem menores na região, em comparação com o estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Araguaia, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, em 2019, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2019, em apenas 3 dos 15 municípios que compõem a RI Araguaia (Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu), segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Araguaia	**32,96**	**0,81**	**46,92**
Água Azul do Norte	99,42	-	-
Bannach	-	-	-
Conceição do Araguaia	47,20	-	-
Cumaru do Norte	-	-	-
Floresta do Araguaia	-	-	-
Ourilândia do Norte	91,37	-	71,65
Pau D'Arco	60,35	-	71,13
Redenção	45,44	5,44	92,73
Rio Maria	-	-	-
Santa Maria das Barreiras	8,09	-	36,24
Santana do Araguaia	12,86	-	26,94
São Félix do Xingu	1,83	-	72,00
Sapucaia	-	-	65,89
Tucumã	82,71	-	-
Xinguara	42,15	-	80,52

Fonte: SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Ainda sobre o SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água, em 2019, enquanto a RI Araguaia apresentava um percentual um pouco menor, de, aproximadamente, 33% de cobertura desse serviço. Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte e Tucumã eram os municípios dessa região que possuíam maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, com 99,4%, 91,4% e 82,7%, respectivamente.

Em relação às informações sobre esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e na região este percentual foi de 0,81%, haja vista apenas o município Redenção, contar com cobertura, 5,44% de sua população. Em 2019, quanto à coleta de lixo domiciliar, 54,5% da população paraense possuía acesso ao serviço, sendo que para a região este percentual era de 46,9%, com Redenção e Xinguara constituindo os municípios com os maiores contingentes populacionais cobertos pelo serviço, 92,7% e 80,5%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel), e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e a Região de Integração Araguaia, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI ARAGUAIA	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	24.791	19,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.614	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.807	27,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.311	9,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.448	5,7
Total Domicílios	**1.859.165**		**124.512**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Araguaia, o déficit era de 19,9% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total

de domicílios no Pará, e 27% na RI Araguaia. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, em torno de, 87% do déficit no estado do Pará e 85% na região Araguaia. O ônus excessivo com aluguel urbano era de 8,3% no estado e 9,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,7% na região.

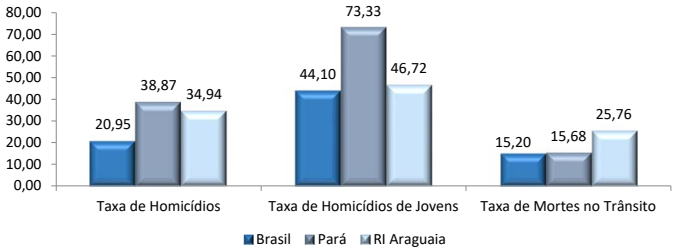
3.4 Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 mil habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2019, a RI Araguaia apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito.

A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 38,87 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 34,94. Os municípios de Sapucaia e Floresta do Araguaia apresentaram as maiores taxas, 84,32 e 83,73 homicídios, respectivamente, em contraposição aos municípios de Água Azul do Norte e Santa Maria das Barreiras, que figuraram com as menores taxas, 7,29 e 9,32 homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2019, pela RI Araguaia (46,72 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual, de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de Sapucaia e Tucumã apresentaram as maiores taxas entre os componentes da região, com 121,36 e 70,75 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Os municípios de Pau D'Arco, Água Azul do Norte e Santa Maria das Barreiras não apresentaram casos de homicídios de jovens.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2019, para a RI Araguaia foi de 25,76 mortes, superior à do Pará, 15,68 mortes. Entre os municípios da região, o que apresentou a maior taxa foi Sapucaia (67,45 mortes), enquanto Santa Maria das Barreiras observou a menor taxa (13,99 mortes).

Destaca-se que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Vale ressaltar que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens, possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2020, a RI Araguaia apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da RI Araguaia foi de 41,72 mortes e a do Pará, de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a região registrou taxa de 19,29 e o Pará, de 10,91. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que alcançou, em 2020, um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a RI Araguaia, observou-se a taxa de 283,85 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 11 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Araguaia, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Araguaia	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	38,29	41,72
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	14,82	19,29
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	282,87	283,85

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e a região Araguaia contava com um total de 29,53% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Araguaia apresentou um Índice de Gini de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Araguaia	**29,53**	**0,55**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2020, observa-se que na RI Araguaia, 40,59% da população de seus municípios estava inscrita no CadÚnico. Desses inscritos, 68,29% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 51,92% das famílias inscritas, recebiam o Bolsa Família. A região observou percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Araguaia	**40,59**	**68,29**	**51,92**
Água Azul do Norte	37,02	83,12	65,42
Bannach	60,91	69,35	49,41
Conceição do Araguaia	52,51	48,36	37,55
Cumaru do Norte	44,99	80,84	56,48
Floresta do Araguaia	58,32	73,94	56,99
Ourilândia do Norte	57,70	81,62	54,16
Pau D'Arco	95,42	69,76	52,00
Redenção	42,74	58,57	45,27
Rio Maria	52,49	55,78	40,80
Santa Maria das Barreiras	57,66	68,56	51,99
Santana do Araguaia	25,29	81,84	61,48
São Félix do Xingu	27,29	82,36	66,90
Sapucaia	42,60	66,37	51,18
Tucumã	40,83	50,49	35,27
Xinguara	46,53	65,69	51,05

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios, Pau D'arco revelou o maior percentual de população inscrita no CadÚnico, 95,42%, seguido pelos municípios de Bannach e Floresta do Araguaia, 60,91% e 58,32% respectivamente. Dos inscritos no CadÚnico, cinco municípios ultrapassaram 80% das pessoas declarando-se estarem abaixo da linha da pobreza, em ordem decrescente, são eles: Água Azul do Norte, (83,12%), São Félix do Xingu, (82,36%), Santana do Araguaia (81,84%), Ourilândia do Norte (81,62%) e Cumaru do Norte (80,84%). Três desses municípios têm, também, os maiores percentuais de recebimento do Programa Bolsa Família, São Félix do Xingu, com 66,90%, Água Azul do Norte, 65,42%, e Santana do Araguaia, 61,48%.

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira, via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010,

passando a constar em seu art. 227, os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Preveem ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013), que, para fins de sua execução, consideram jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Em 2020, a RI Araguaia mostrava um quantitativo de 166.665 jovens, equivalente a 28,97% de seu contingente populacional. Dentre seus municípios, São Félix do Xingu registrou o maior número de jovens (40.667), seguido de Redenção (23.701), com participações de 30,78% e 27,70% de suas populações, na mesma ordem. Os maiores percentuais de jovens, para esse ano, ocorreram em Santa do Araguaia (31, 81%) e Ourilândia do Norte (31,68%). O menor quantitativo de jovens foi registrado em Bannach (767) e Pau D´arco (1.404), com 23,5% e 25,95% de participações, respectivamente.

Todos os municípios da região registraram participação acima de 20% em todos os anos analisados. E o município com maior elevação no número de jovens, entre 2018 e 2020, foi São Félix do Xingu, com um aumento de 1.920 jovens.

Tabela 14 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Araguaia	**162.810**	**29,18**	**164.822**	**29,09**	**166.665**	**28,97**
Água Azul do Norte	8.368	30,72	8.390	30,59	8.410	30,45
Bannach	780	23,56	775	23,58	767	23,51
Conceição do Araguaia	12.287	25,74	12.221	25,53	12.155	25,33
Cumaru do Norte	3.599	27,31	3.712	27,55	3.822	27,77
Floresta do Araguaia	5.600	27,89	5.632	27,74	5.660	27,58
Ourilândia do Norte	10.265	31,76	10.421	31,74	10.559	31,68
Pau D'Arco	1.500	26,99	1.455	26,54	1.404	25,95
Redenção	23.617	28,12	23.673	27,92	23.701	27,70
Rio Maria	4.781	26,29	4.730	26,00	4.673	25,67
Santa Maria das Barreiras	5.344	25,40	5.473	25,52	5.584	25,56
Santana do Araguaia	22.492	31,60	23.091	31,71	23.673	31,81
São Félix do Xingu	38.747	31,06	39.731	30,92	40.667	30,78
Sapucaia	1.641	28,06	1.648	27,79	1.654	27,53
Tucumã	11.253	28,81	11.307	28,55	11.352	28,28
Xinguara	12.536	28,23	12.563	28,07	12.584	27,91

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, em 2019, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 24,28% dos vínculos paraenses, e a 33,43% dos vínculos da RI Araguaia. A maior concentração de vínculos totais ocorreu em Redenção (12.658) e Xinguara (8.636), bem como, os ocupados por jovens (4.667 e 3.221, na mesma sequência), correspondendo a 37,3% e 36,87%, respectivamente. No entanto, a maior participação dentre os municípios dessa região foi em Tucumã, 43,56%, e a menor em Pau D'arco, 20,98%.

Tabela 15 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Araguaia	**55.517**	**18.562**	**33,43**
Água Azul do Norte	2.124	691	32,53
Bannach	562	146	25,98
Conceição do Araguaia	3.731	1.014	27,18
Cumaru do Norte	1.822	508	27,88
Floresta do Araguaia	1.416	325	22,95
Ourilândia do Norte	3.242	967	29,83
Pau D'Arco	634	133	20,98
Redenção	12.658	4.667	36,87
Rio Maria	2.844	1.034	36,36
Santa Maria das Barreiras	1.666	393	23,59
Santana do Araguaia	5.032	1.561	31,02
São Félix do Xingu	5.610	1.684	30,02
Sapucaia	1.364	399	29,25
Tucumã	4.176	1.819	43,56
Xinguara	8.636	3.221	37,30

Fonte: MTE/RAIS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que, estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[4]).

[3] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[4] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

Na RI Araguaia, em 2019, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos foi de 25,10%, acima do registrado no Pará, 22,64%, e com diminuição de 4,4 p.p. em relação a 2015. De seus municípios, Bannach demonstra a mais alta vulnerabilidade de jovens, alcançando 36,96% dos nascidos vivos de mães menores de 19 anos, um incremento de 8,3 p.p. em relação ao ano anterior, porém, com diminuição de 3,8 p.p., se comparado ao seu ápice, em 2017, quando chegou a 40,82% no indicador. Seguidamente, apresentam-se Pau D´arco (35%) e Floresta do Araguaia (32,95%), com os maiores percentuais de 2019.

As menores concentrações para esse índice foram observadas em Xinguara, 21,27%, e Tucumã, 22,1%. O município de Sapucaia registrou maior variação positiva no indicador (diminuição de 5,9 p.p.), considerando os dois últimos anos analisados.

Tabela 16 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Araguaia, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Araguaia	**29,51**	**28,59**	**26,98**	**25,82**	**25,10**
Água Azul do Norte	25,63	30,67	26,51	24,22	22,22
Bannach	26,67	27,03	40,82	28,57	36,96
Conceição do Araguaia	27,70	28,23	25,74	25,66	24,89
Cumaru do Norte	35,51	30,38	33,73	31,67	27,50
Floresta do Araguaia	29,97	33,64	36,50	27,93	32,95
Ourilândia do Norte	29,31	28,25	29,19	24,55	25,46
Pau D'Arco	31,69	35,54	31,03	36,22	35,00
Redenção	29,51	25,02	24,84	22,95	23,25
Rio Maria	29,26	29,20	29,30	30,19	28,83
Santa Maria das Barreiras	37,06	34,27	29,37	26,52	24,19
Santana do Araguaia	35,45	35,31	29,88	28,93	26,91
São Félix do Xingu	32,54	33,08	27,54	26,83	27,81
Sapucaia	37,63	36,05	31,58	28,57	22,58
Tucumã	24,43	25,20	24,36	22,83	22,10
Xinguara	25,24	23,34	22,47	26,42	21,27

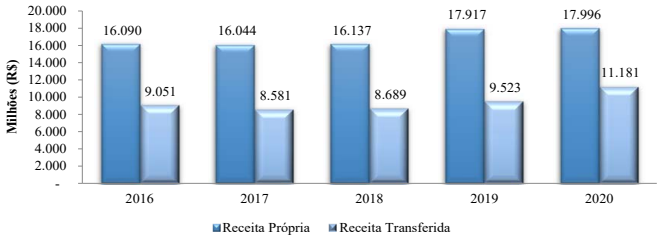
Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões.

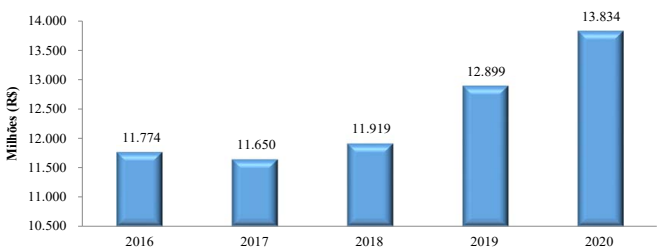
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado do Pará arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

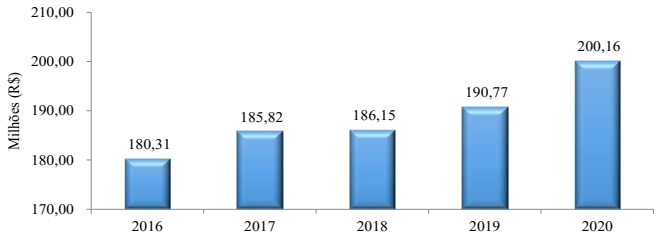
Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

A RI Araguaia observou o montante da quota-parte do ICMS destinada aos seus municípios, no período compreendido entre 2016 e 2020, atingir um crescimento da ordem de 11%, sendo repassados, aproximadamente, R$ 180 milhões, em 2016, chegando a R$ 200,2 milhões, em 2020, valor que representa 7,2% do total do imposto partilhado entre as 12 regiões, naquele ano.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da RI Araguaia, 2016-2020.



Fonte: SEFA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em relação aos repasses para os municípios que compõem a RI Araguaia, São Félix do Xingu foi o que recebeu a maior quantia, em 2020, em torno de, R$ 33 milhões, o que representa 17% do valor destinado para a região, vindo logo a seguir Redenção, com 11%, e Xinguara, com 10,5% do repasse. Os municípios com as menores arrecadações, nesse ano, foram, por ordem decrescente de valor, Conceição do Araguaia, com 2,5%, Sapucaia, com 2%, e Pau D'arco, com 1,9%.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Araguaia	**180.309.878**	**185.818.619**	**186.149.107**	**190.774.269**	**200.157.214**
Água Azul do Norte	8.921.582	9.743.298	9.997.778	10.201.833	10.837.672
Bannach	4.226.013	3.479.749	4.522.804	4.590.825	4.974.057
Conceição Araguaia	10.565.032	10.671.232	9.759.736	9.691.741	9.460.890
Cumaru do Norte	9.156.361	9.743.298	10.949.947	11.732.107	11.619.791
Floresta do Araguaia	8.452.026	7.655.449	5.951.058	6.121.100	6.692.540
Ourilândia Norte	17.608.386	21.574.446	19.519.472	18.618.344	17.004.704
Pau D'arco	3.756.456	3.015.783	3.094.550	3.315.596	3.883.408
Redenção	23.712.627	21.574.446	20.947.726	21.933.940	22.158.647
Rio Maria	7.982.469	8.815.365	9.759.736	9.691.741	10.255.208
Santa Maria Barreira	7.747.690	8.583.382	9.045.609	9.691.741	11.154.549
Santana Araguaia	14.791.045	16.006.847	15.948.837	16.833.024	19.885.600
São Felix Xingu	29.112.532	30.621.795	32.849.842	31.880.727	33.371.497
Sapucaia	3.756.456	3.247.766	3.094.550	3.825.687	4.054.012
Tucumã	11.738.924	11.367.181	11.187.990	11.987.153	13.699.743
Xinguara	18.782.279	19.718.580	19.519.472	20.658.711	21.104.898

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Araguaia é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (11.324 km²) e Proteção Integral (4.776 km²) e Terras Indígenas (63.148 km²). Assim, de sua área total, 174.175 km², 79.249 km² (45,50%) correspondem às áreas protegidas (IBGE/ICMBIO/MMA/FUNAI, 2014).

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2020, registrou-se o equivalente a 68.281 km², ou 39,20%, de área desmatada, o que corresponde a 24,70% do desmatamento acumulado total do estado do Pará, conforme tabela a seguir. Em termos municipais, foi registrado, aproximadamente, 50,81% do desmatamento acumulado na RI em apenas três municípios: São Félix do Xingu, com a maior área de desmatamento acumulado, 19.886 km², ou 29,12%, seguido de Cumaru do Norte, com 7.481 km², ou 10,96%, e Santana do Araguaia, com 7.327 km², ou 10,73%. Ainda em 2020, mais da metade dos registros de foco de calor da região estava concentrada em apenas um município, São Félix do Xingu, com 5.290 focos, ou 57,83%, mantendo-se na segunda colocação Santa Maria das Barreiras, com 749 focos, ou 8,19%, seguidos por Cumaru do Norte, com 730 focos, ou 7,98%.

Tabela 18 – Área Total, Desmatamento acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Araguaia, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
Araguaia	**174.174,48**	**68.281,10**	**9.148**
Água Azul do Norte	7.113,96	4.683,30	164
Bannach	2.956,65	2.199,20	176
Conceição do Araguaia	5.829,48	3.103,30	507
Cumaru do Norte	17.085,00	7.481,20	730
Floresta do Araguaia	3.444,29	1.927,50	142
Ourilândia do Norte	14.410,57	1.755,00	457
Pau D'Arco	1.671,42	943,70	115
Redenção	3.823,81	2.664,80	72
Rio Maria	4.114,63	3.432,60	161
Santa Maria das Barreiras	10.330,21	6.017,10	749
Santana do Araguaia	11.591,44	7.326,70	399
São Félix do Xingu	84.212,90	19.886,20	5.290
Sapucaia	1.298,19	1.174,50	15
Tucumã	2.512,59	2.303,50	127
Xinguara	3.779,35	3.382,50	44

Fonte: INPE/PRODES, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, uma parcela de 90,09% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado. Entre os municípios que compõem a região, Tucumã possui a maior proporção de área com CAR efetivado (99,94%), seguido por Sapucaia (96,16%) e Santa Maria das Barreiras (94,68%).

Tabela 19 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente, 2021.

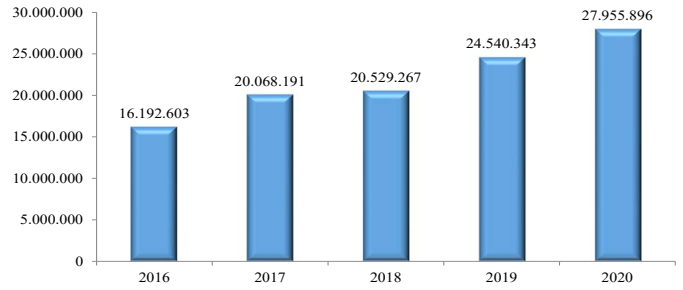
Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Araguaia	**174.100,93**	**104.351,44**	**59,94**	**94.008,37**	**90,09**
Água Azul do Norte	7.109,13	5.496,84	77,32	4.797,60	87,28
Bannach	2.954,42	2.782,80	94,19	2.500,55	89,86
Conceição do Araguaia	5.828,74	5.688,35	97,59	4.732,01	83,19
Cumaru do Norte	17.072,03	13.004,45	76,17	12.147,46	93,41
Floresta do Araguaia	3.443,66	3.375,82	98,03	2.647,79	78,43
Ourilândia do Norte	14.400,48	2.207,52	15,33	2.057,96	93,23
Pau D'Arco	1.670,48	1.471,40	88,08	1.306,81	88,81
Redenção	3.821,53	3.798,31	99,39	3.479,08	91,60
Rio Maria	4.113,00	4.094,14	99,54	3.709,10	90,60
Santa Maria das Barreiras	10.323,79	10.212,86	98,93	9.669,16	94,68
Santana do Araguaia	11.583,08	11.451,81	98,87	10.780,73	94,14
São Félix do Xingu	84.193,35	33.210,09	39,45	28.953,62	87,18
Sapucaia	1.297,96	1.295,96	99,85	1.246,21	96,16
Tucumã	2.510,71	2.489,50	99,16	2.488,12	99,94
Xinguara	3.778,57	3.771,58	99,82	3.492,17	92,59

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Araguaia teve uma participação média de 12,6% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual a seus municípios, em 2020, quando contabilizou um montante de R$ 27,956 milhões, com o município de São Félix do Xingu detendo a maior parcela (14,71%), seguido por Cumaru do Norte (8,88%), Santa Maria das Barreiras (6,81%), Santana do Araguaia (6,76%), Conceição do Araguaia (6,33%), Água

Azul do Norte (6,29%), Redenção (6,21%), Xinguara (5,96%) e Rio Maria (5,96%), Bannach (5,77%), Floresta do Araguaia (5,6%), Tucumã (5,55%), Pau D'Arco (5,38%), Ourilândia do Norte (5,3%) e Sapucaia (4,49%), conforme demonstra a Tabela 20.

Gráfico 07 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Araguaia, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde (R$) repassado para os municípios da Região de Integração do Araguaia, 2016-2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Araguaia	**16.192.603**	**20.068.191**	**20.529.267**	**24.540.343**	**27.955.896**
Água Azul do Norte	938.752	1.277.170	1.253.905	1.614.319	1.757.740
Bannach	1.199.533	737.617	1.246.656	1.457.107	1.612.859
Conceição do Araguaia	973.914	1.277.168	1.306.516	1.568.035	1.770.631
Cumaru do Norte	1.494.855	1.976.901	1.943.399	2.286.056	2.483.860
Floresta do Araguaia	478.550	1.277.168	745.321	1.043.308	1.565.608
Ourilândia do Norte	2.110.991	1.506.516	1.404.132	1.418.459	1.482.603
Pau D'Arco	1.209.304	752.080	717.010	963.613	1.503.962
Redenção	575.486	1.277.168	1.266.817	1.562.713	1.735.272
Rio Maria	696.060	731.420	1.256.016	1.516.397	1.665.010
Santa Maria das Barreiras	1.025.148	1.671.015	1.660.787	1.955.352	1.904.330
Santana do Araguaia	1.102.789	1.774.566	1.358.427	1.638.814	1.888.484
São Félix do Xingu	2.077.402	2.968.895	3.241.458	3.668.349	4.112.537
Sapucaia	766.532	771.773	678.807	977.356	1.255.905
Tucumã	841.404	1.019.340	1.181.550	1.329.654	1.550.839
Xinguara	701.881	1.049.394	1.268.467	1.540.812	1.666.257

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Araguaia**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2022 - 2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	21.561.482,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	1.017.717,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	3.484.219,00
Cultura	889.756,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	38.422.786,00
Direitos Socioassistenciais	4.342.144,00
Educação Básica	221.264.633,00
Educação Profissional e Tecnológica	8.800.357,00
Educação Superior	12.365.237,00
Esporte e Lazer	683.665,00
Governança Pública	28.309.550,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	8.020.577,00
Infraestrutura e Logística	218.110.158,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	3.202.118,00
Saúde	229.254.339,00
Segurança Pública	54.565.602,00
Trabalho, Emprego e Renda	994.188,00
	855.288.528,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022- 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	439.190.343,00
	439.190.343,00

TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura 21.561.482,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	7.97	06/2019	ADEPARA	989,910.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Abacaxi)	Unidade / Hectare	25,513.00	06/2019	IBGE	31,012.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	1.881,00	12/2020	EMATER	2022	1.200,00
					2023	1.300,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	408,00	12/2018	SEDAP	2022	330,00
					2023	472,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	2.545,00	12/2018	SEDAP	2022	2.946,00
					2023	3.093,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Habilitar o Estado para a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Compromisso Regional

Implantação do Laboratório de Solo em Conceição do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 1.017.717,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	60,00	12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	30,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	33,00
					2023	20,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	12º CRS - C. Araguaia
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 3.484.219,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022	33,33
					2023	33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	SECTET
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 889.756,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	20.00	12/2018	SECULT/FCP	53.33

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 200 Empreendedores - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 38.422.786,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	1,40	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	3,91
					2023	3,91
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	39,31	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	40,68
					2023	48,39

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 4.342.144,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-10,70	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022	5,00
					2023	5,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 221.264.633,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3.10	12/2017	INEP/SEDUC	3.80
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3.00	12/2017	INEP/SEDUC	3.50

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,30	12/2018	INEP/SEDUC	2022	4,80
					2023	4,60
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,12	12/2018	INEP/SEDUC	2022	16,09
					2023	15,91
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	80,60	12/2018	INEP/SEDUC	2022	82,60
					2023	83,00
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,10	12/2018	INEP/SEDUC	2022	76,90
					2023	77,20
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	14,20	12/2018	INEP/SEDUC	2022	12,70
					2023	12,40
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,81	12/2018	INEP/SEDUC	2022	7,01
					2023	6,89

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais na Região Araguaia - DS

Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais na Região Araguaia - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 13 Escolas nos Municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 8.800.357,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	0,00	05/2021	SECTET	2022	320,00
					2023	368,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	0,00	05/2021	SECTET	2022	320,00
					2023	368,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	309,00	12/2018	SECTET	2022	500,00
					2023	540,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 12.365.237,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	6.05	12/2018	UEPA	3.52

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	9,00	12/2018	UEPA	2022	16,00
					2023	15,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar Campi da UEPA em Conceição do Araguaia e em Redenção - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Engenharia Civil em Redenção - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 683.665,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade		12/2018	SEDUC/SEEL	2022	40,00
					2023	49,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 28.309.550,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	894,208.00	12/2020	SEFA	1,021,752.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	7,44	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	11,16
					2023	11,16

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	12º CRS - C. Araguaia, ADEPARÁ, CRG - Redenção, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRCA, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Fortalecimento da Gestão Municipal	Município Atendido	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Redenção
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Redenção
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	12º CRS - C. Araguaia, CBM, CRG - Redenção, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 8.020.577,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	4.10	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	4.00
Receita gerada pelo turismo	U$	7,015.02	12/2018	SETUR	577,645.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	18,00	12/2018	BANPARA	2022	87,00
					2023	105,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	7,00	07/2019	SEDEME	2022	72,00
					2023	81,00
Número de turistas	Unidade	10.000,00	12/2018	SETUR	2022	8.499,00
					2023	8.712,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Cadeia Produtiva Apoioada	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Segmento Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 218.110.158,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	51.91	12/2018	SETRAN	60.79

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	4,69	12/2020	SETRAN	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir a Ponte sobre o Rio Fresco com 500 metros de extensão, localizada na PA-279 no Município de São Félix do Xingu

Pavimentar a PA-287, Trecho: Entr. BR-158 / Perímetro Urbano de Cumaru do Norte, sub-trecho: Entr. BR-158 / PA-287, com extensão de 37,27 km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 3.202.118,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	8.73	12/2018	PRODES/INPE	12.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	93,33	12/2019	SEMAS	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA Triunfo Xingu - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 229.254.339,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	5.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	4.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	17.44	12/2019	SIM	16.52
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	240.60	12/2020	MS/SIM	240.63

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	72,13	12/2020	EGESTOR	2022	73,38
					2023	74,63
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	13,30	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,73	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,73
					2023	1,78
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	100,00	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,20	12/2018	SIA	2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	12º CRS - C. Araguaia
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	12º CRS - C. Araguaia, ETSUS, HEMOPA, HRCA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	12º CRS - C. Araguaia
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	12º CRS - C. Araguaia
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA

Objetivo
Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional
Construir o Hospital Regional de Ourilândia do Norte - PA 279
Implantar 10 Novos Leitos de UTI Neonatal e 10 de UTI Adulto no HR de Conceição do Araguaia - DS
Readequar o Hospital Regional de Redenção - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HRCA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRCA, SESPA

Objetivo
Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional
Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo
Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	12º CRS - C. Araguaia, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	12º CRS - C. Araguaia, SESPA

Região de Integração: **Araguaia**

TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Segurança Pública	54.565.602,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	91.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	85.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	59.60	12/2020	SEGUP	55.80
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	41.90	12/2020	SEGUP	37.50
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	282.80	12/2020	SEGUP	253.30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	370.90	12/2020	SEGUP	341.60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	3,34	12/2018	SEAP	2022 2023	1,26 1,11
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	7.557,00	12/2018	PMPA	2022 2023	14.359,00 16.626,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	81,00	12/2018	DETRAN	2022 2023	84,00 85,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2022 2023	38,00 39,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	63,50	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022 2023	89,00 90,80
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	23,00	12/2018	POL. CIVIL	2022 2023	34,00 35,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	83,00	12/2018	POL. CIVIL	2022 2023	84,00 84,00

Objetivo
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Compromisso Regional
Construir Grupamento de Bombeiro Militar em São Félix do Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Centro de Recuperação Regional em São Felix do Xingu - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar Superintendência da Polícia Civil em Redenção - DS

Construir o 36º Batalhão de Policia Militar em São Felix do Xingu

Implantar o Centro de Atendimento e Despacho

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-cientificas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Araguaia**

TOTAL GERAL: **1.294.478.871,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 994.188,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(1.13)	12/2018	MTE/RAIS	1.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	0,37	12/2018	SEASTER/FAPESPA/MP/RAIS/CAGED	2022 2023	1,50 2,00
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	4,00 4,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	42,80	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	20,00 21,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

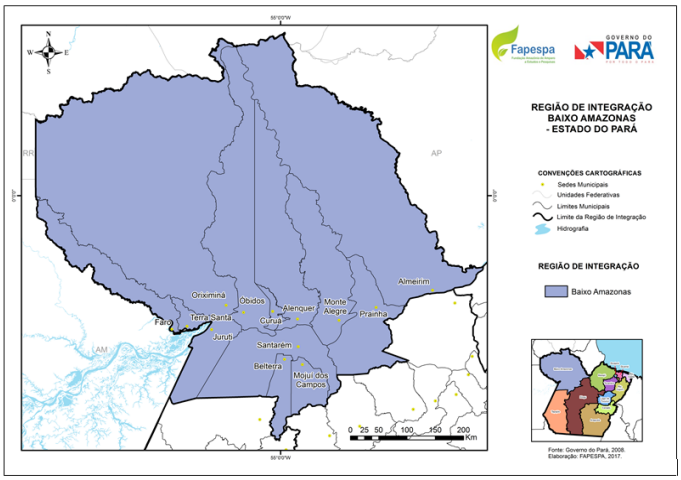
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Região de Integração: Araguaia

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	7.090.343,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	100.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	43.792.490,00
Concessão de Auxílio Fardamento	1.850.838,00
Concessão de Auxílio Transporte	41.347,00
Operacionalização das Ações Administrativas	11.685.983,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	374.629.342,00
	439.190.343,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO BAIXO AMAZONAS



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração Baixo Amazonas, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 13 municípios (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa). Localizada no noroeste paraense, a região é entrecortada pelos rios Amazonas e Tapajós e pelas rodovias BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), PA-254 e PA-419. Possui uma área territorial de, aproximadamente 315.853 km^2, o que representa 25% da área total do estado.

A RI teve sua ocupação a partir da segunda metade do século XVII, com a fundação da cidade de Santarém, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. Em geral, suas cidades, vilarejos e comunidades se desenvolveram às margens dos rios e, em especial, as primeiras surgiram a partir da construção de fortificações.

A primeira atividade introduzida na RI Baixo Amazonas foi a extração das drogas do sertão, seguida pela atividade agrícola, com o emprego da mão de obra nativa, destacando-se, neste aspecto, as cidades de Santarém, Alenquer e Óbidos. A região desenvolveu-se a partir da política de colonização da Amazônia, com o intuito de ocupar, proteger e explorar o território amazônico. Ao longo dos anos, a estrutura produtiva da região foi se adequando às mudanças, principalmente as relacionadas à integração regional promovida pela abertura de estradas, como a Rodovia BR-163.

A implantação de projetos e empreendimentos de mineração e de agronegócio alterou as relações microrregionais de alguns dos municípios com seu entorno, consolidando articulações com o Centro-Oeste brasileiro e com mercados internacionais, além de fortalecer o elo com outras regiões do estado. Predominam, contudo, na Região de Integração, municípios de pequeno a médio porte.

Atualmente, o eixo de desenvolvimento territorial das populações tradicionais recai sobre a gestão dos recursos naturais renováveis de base ecológica e sustentável, e, ainda, o investimento do capital na região, com o desenvolvimento de plantações de soja em larga escala, impulsionadas pelas novas fronteiras agrícolas, além da implantação de novos terminais portuários, da exploração mineral.

Destacaram-se, em relação à produção estadual, em 2019, os seguintes produtos da região: café (28%); limão (37%); mandioca (22%), melancia (25%) e milho (13%); sendo a 1ª na produção de borracha/látex coagulado (76%).

A população dessa região, em 2020, foi estimada em 745.535 habitantes, 8,6% da população paraense, sendo Santarém o município de maior contingente populacional, equivalente a 41,10% da RI, seguido de Oriximiná, 9,93%, e Juriti, 7,90%. A taxa de crescimento populacional média, de 2010 a 2020, foi de 0,95%, abaixo da média estadual, 1,41%, para o mesmo período.

Essa região é marcada pelas festividades e manifestações culturais de cunho religioso. Ressalta-se ainda eventos da quadra carnavalesca, da quadra junina, danças regionais e a produção artesanal com matéria prima extraída da fauna e da flora local. Destacam-se monumentos como igrejas, praças públicas, prédios históricos; acidentes naturais como rios, cachoeiras e sítios arqueológicos de formação rochosa erodida pelo vento, que esculpiu gigantescas figuras, onde povos primitivos fizeram inscrições e desenhos. Durante o ano são realizados dentre os municípios que compõem essa Região de Integração festivais, feiras de arte e cultura.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Baixo Amazonas, em 2018, contribuiu com R$ 11,2 bilhões (7,0%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado (VA) é o de Serviços, com R$ 4,1 bilhões ou 36,3% do VA total da região. A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos dos setores industrial e agropecuário, fundamentais para a ampliação do setor terciário. A segunda maior atividade em termos de VA foi a Administração Pública (que incorpora tanto as atividades do poder municipal, estadual e federal), contabilizando uma geração de VA de R$ 2,9 bilhões (25,7%), seguida da Indústria e Agropecuária, que, juntas, contribuíram com agregação de valor de, cerca de, R$ 3,5 bilhões (31%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Baixo Amazonas, Pará, 2018.

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**11.294.117**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**10.499.437**
Valor Adicionado Total %	85,82%	91,04%	92,96%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**1.556.207**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	13,78%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**1.935.581**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	17,14%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**4.101.409**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	36,31%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**2.906.240**
% VA Administração Pública	14,93%	20,09%	25,73%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**794.679**
% Impostos	14,18%	8,96%	7,04%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021

Entre os municípios que compõem a região Baixo Amazonas, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Santarém, com participação de 43%; Oriximiná, com 14% de contribuição; e Juruti, com 9%, que, juntos, correspondem a 66% do total do VA regional.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Tabela 02 – Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Baixo Amazonas, 2018.

Item Geográfico		PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil		**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará		**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Baixo Amazonas		**11.294.117**	**1.556.207**	**1.935.581**	**4.101.409**	**2.906.240**	**794.679**
Alenquer		566.773	185.571	21.363	122.975	220.275	16.589
Almeirim		591.585	62.484	160.549	138.547	158.349	71.656
Belterra		159.192	36.314	8.703	33.391	75.146	5.638
Curuá		124.520	32.222	4.516	20.271	64.533	2.978
Faro		54.936	5.934	2.615	12.127	32.851	1.410
Juruti	(9%)	996.732	109.834	331.693	266.646	241.554	47.006
Mojuí dos Campos		153.351	32.221	8.131	37.444	69.182	6.372
Monte Alegre		721.145	262.934	30.554	163.957	236.937	26.763
Óbidos		641.073	245.164	35.395	127.696	208.394	24.423
Oriximiná	(14%)	1.626.709	166.799	549.855	505.602	295.619	108.834
Prainha		288.710	99.959	10.864	45.028	127.627	5.232
Santarém	(43%)	4.858.971	300.892	460.268	2.537.416	1.092.064	468.330
Terra Santa		510.421	15.880	311.076	90.308	83.708	9.449

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O Quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região Baixo Amazonas, as principais atividades em termos de VA, em 2018, foram: Atividades imobiliárias; Indústria extrativa; Comércio e manutenção de veículos; Agricultura; e Transporte, armazenagem e correio.

Quadro 01 - Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública, Região de Integração Baixo Amazonas, 2018.

Municípios	Principais Atividades				
RI Baixo Amazonas	Atividades imobiliárias	Indústria extrativa	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Transporte, armazenagem e correio
Alenquer	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos
Almeirim	Indústria de transformação	Indústria extrativa	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Belterra	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção e distribuição de eletricidade e água	Pecuária	Construção civil
Curuá	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil
Faro	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Juruti	Indústria extrativa	Transporte, armazenagem e correio	Agricultura	Construção civil	Atividades imobiliárias
Mojuí dos Campos	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Monte Alegre	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura
Óbidos	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos
Oriximiná	Indústria extrativa	Transporte, armazenagem e correio	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades imobiliárias
Prainha	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil
Santarém	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Construção civil	Alojamento e alimentação	Agricultura
Terra Santa	Indústria extrativa	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades imobiliárias	Transporte, armazenagem e correio	Construção civil

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O município de Santarém apresentou, em 2018, como principais atividades o Comércio e manutenção de veículos, com destaque para os segmentos de combustíveis, produtos alimentícios e medicamentos veterinários; as Atividades imobiliárias; a Construção civil; o Alojamento; e a Agricultura.

Em Oriximiná, os destaques foram para a Indústria extrativa, com a extração de bauxita; o Transporte, armazenagem e correio; a Agricultura; as Atividades profissionais, científicas e técnicas; e as Atividades imobiliárias. Para Juriti, as atividades que mais contribuíram em termos de VA foram: a Indústria extrativa, com a extração de bauxita; o Transporte, armazenagem e correio; a Agricultura; a Construção civil; e as Atividades imobiliárias.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o resto do mundo resultou num saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, tendo a RI Baixo Amazonas contabilizado um saldo de US$ 353,624 milhões. Os principais produtos exportados da região são: minério de alumínio, com Oriximiná respondendo por 92% da comercialização regional com o setor externo; pasta química de madeira, em que Almeirim participou com 100%; e soja, sendo Santarém responsável por 100% da comercialização externa da RI.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Baixo Amazonas	**408.551.497**	**2,02**	**54.926.982**	**4,58**	**353.624.515**
Almeirim	109.201.599	26,73	4.535.464	8,26	104.666.135
Juruti	11.137.237	2,73	251.590	0,46	10.885.647
Mojuí dos Campos	266.740	0,07		0,00	266.740
Óbidos	4.110.540	1,01	22.500	0,04	4.088.040
Oriximiná	128.873.868	31,54	7.751.668	14,11	121.122.200
Prainha	2.102.919	0,51		0,00	2.102.919
Santarém	152.858.594	37,41	42.365.760	77,13	110.492.834

Fonte: Comexstat/MDIC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Na Região de Integração Baixo Amazonas, especificamente, registrou-se um total de pouco mais de 70 mil empregos formais, em 2019, o que representa 6,4% dos vínculos formais do Pará. O setor Administração Pública deteve, cerca de, 38,7% do total do estoque formal da região, seguido por Serviços, com 24,6%, e Comércio, com 19,5%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, estão Santarém, com 57,7%, Oriximiná, com 9%, e Almeirim, com 4,9%.

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	250.351
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	23,46
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	8,17
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**70.011**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	2.094
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	3.990
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	331
Construção Civil	2.012.211	61.981	3.632
Comércio	9.453.390	206.789	13.678
Serviços	17.843.857	310.933	17.213
Administração Pública	8.865.548	356.141	27.094
Agropecuária	1.477.081	49.712	1.979

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, no entanto, em 2010, cerca de 230 mil trabalhadores encontravam-se ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

O escoamento da produção da RI Baixo Amazonas dispõe de um conjunto de infraestrutura em operação, como a rodovia BR-163, PA-431, PA-370 e PA-254. A BR-163, além do trecho que interliga Santarém à Cuiabá, integrando a região com o centro-sul do país, possui um trecho em Oriximiná, que liga o distrito de Cachoeira Porteira ao entroncamento com a BR-210 (Perimetral Norte).

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange onze aeródromos/aeroportos, cento e quatorze pontes (totalizando 2,6 km de extensão), doze portos, duas travessias e treze rodovias. Os municípios localizados na margem esquerda do rio Amazonas possuem como principal eixo de ligação viária a PA-254. Sua localização estratégica tem atraído investimentos públicos federais e privados para a implantação, ampliação e melhoramento dessa infraestrutura, como o asfaltamento da rodovia BR-163.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Baixo Amazonas.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Alenquer
	Almeirim
	Faro
	MRN (Oriximiná)
	Monte alegre
	Monte Dourado (Almeirim)
	Oriximiná
	Prainha
	Santarém
	Terra santa
	Óbidos
Rodovias	13 rodovias - Total de 890 km
Travessias	PA-255 (Santarém - Santana do Tapará)
	PA-473 (Monte Dourado - Laranjal do Jari/AP)
Hidrovia	Hidrovia Amazonas
Portos	Porto de Santarém
	(IP4) Alenquer
	(IP4) Almeirim
	(IP4) Curuá
	(IP4) Faro
	(IP4) Monte Alegre
	(IP4) Monte Dourado
	(IP4) Óbidos
	(IP4) Oriximiná
	(IP4) Prainha
	(IP4) Porto Trombetas
	(IP4) Terra Santa
Pontes	114 pontes - Total de 2,6 km

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Baixo Amazonas será contemplada com investimentos de, cerca de, R$ 37,74 bilhões, isto corresponde a 31,9% do total previsto para o estado, destacando-se um projeto para o Porto Trombetas (Mineração), no valor de R$ 6,4 bilhões; e outros dois em Santarém, do Grupo Embraps (Logística), um investimento previsto de R$ 402 milhões; e do Grupo Cargill, na construção de um Terminal de Uso Privado (TUP), estimado em R$ 240 milhões.

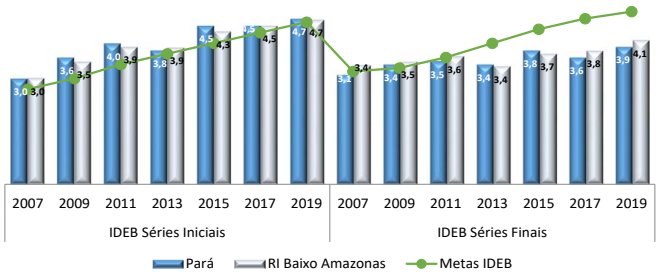
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Baixo Amazonas, a média da nota IDEB dos municípios tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano). No que diz respeito às séries finais (8ª Série/9º Ano), a região, como o estado do Pará, manteve o alcance das metas de 2007 até 2011, e, de 2013 a 2019, esteve abaixo das metas, ainda que as notas tenham retomado o crescimento nos anos de 2015 (3,7), 2017 (3,8) e 2019 (4,1). O mesmo comportamento se observa no estado, que retrocedeu na nota no ano de 2013, retomando o crescimento nos anos seguintes, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Baixo Amazonas, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Baixo Amazonas.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[2], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, em que se propõe a flexibilização da aprovação escolar, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno às atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

As taxas de aprovação do Brasil, Pará, região Baixo Amazonas e dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 95% de aprovação, exceto as dos municípios de Óbidos e Prainha, que apresentaram 94% e 90,8%, respectivamente. Assim como a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em relação ao estado e municípios da região, com exceção de Mojuí dos Campos, que apresentou uma taxa de 97,9%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará, foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil, de 0,8%. A taxa da região chegou a 0,8% de reprovados, e os municípios com as maiores taxas foram Óbidos e Belterra, 4,5% e 3,3%, respectivamente. No ensino médio, apenas três municípios registraram reprovação, Juruti, 0,1%, Óbidos, 1%, e Santarém, 0,4%.

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima do valor do Brasil, 1%, e abaixo do Pará, 1,7%, alcançando 1,1% de abandono. O município de Prainha registrou o maior percentual da região, 7,3%, e o menor registro foi em Belterra, 0%. No ensino médio, a região ficou abaixo das taxas do Brasil, 2,3%, e do Pará, 0,7%, com o registro de 0,4%. Ao nível municipal, a maior taxa coube a Mojuí dos Campos, 2,1% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Baixo Amazonas	**98,1**	**99,5**	**0,8**	**0,1**	**1,1**	**0,4**
Alenquer	99,5	99,8	0,2	0,0	0,3	0,2
Almeirim	99,7	99,9	0,0	0,0	0,3	0,1
Belterra	96,7	100,0	3,3	0,0	0,0	0,0
Curuá	98,9	100,0	0,2	0,0	0,9	0,0
Faro	98,5	100,0	0,0	0,0	1,5	0,0
Juruti	99,5	99,9	0,1	0,1	0,4	0,0
Mojuí dos campos	99,9	97,9	0,0	0,0	0,1	2,1
Monte Alegre	99,4	99,7	0,2	0,0	0,4	0,3
Óbidos	94,0	98,9	4,5	1,0	1,5	0,1
Oriximiná	99,7	99,4	0,0	0,0	0,3	0,6
Prainha	90,8	100,0	1,9	0,0	7,3	0,0
Santarém	99,5	99,3	0,0	0,4	0,5	0,3
Terra Santa	99,5	98,7	0,0	0,0	0,5	1,3

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região Baixo Amazonas, o município de Almeirim destaca-se com a maior taxa de distorção no ensino fundamental, 40,5%, e o município de Terra Santa, com a menor taxa, 13,9%. No ensino médio, a pior taxa registrou-se no município de Óbidos, 61,0%, e a menor distorção em Santarém, 34,1%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Baixo Amazonas	**26,6**	**25,7**	**45,6**	**44,3**
Alenquer	32,6	32,3	42,8	44,3
Almeirim	38,4	40,5	58,7	58,0
Belterra	30,5	29,4	48,0	46,2
Curuá	22,8	24,1	42,3	40,4
Faro	24,7	22,3	35,2	35,8
Juruti	22,7	21,5	49,9	45,0
Mojuí dos Campos	24,4	23,1	41,4	35,5
Monte Alegre	26,7	25,7	38,2	38,1
Óbidos	29,5	28,3	62,3	61,0
Oriximiná	26,8	25,9	40,4	39,5
Prainha	32,7	29,5	57,7	56,7
Santarém	18,6	18,1	35,5	34,1
Terra Santa	15,8	13,9	40,4	41,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Baixo Amazonas, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada em 2019, foi de 18,87, superior à do Pará, de 15,14. Os municípios da região com as maiores taxas, naquele ano, foram Juruti (27,53), Almeirim (25,67) e Alenquer (25,13). Por outro lado, Terra Santa (3,22), Prainha (9,27) e Óbidos (13,74) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da Região de Integração. Em 2020, na RI Baixo Amazonas, constavam 1.417 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 94,98% - apenas os municípios de Almeirim (60,69%), Monte Alegre (84,22%) Alenquer (90,11%), Curuá (99,87%) e Oriximiná (99,90%) não tinham 100% da população coberta - maior que a apresentada para o estado do Pará, de 76,46%.

[2] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família, as 126 implantadas na RI, em 2020, equivalem a uma proporção de cobertura média de 62,91%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 57,64%. Destacam-se os municípios de Belterra, Curuá e Faro, onde a cobertura chega a 100%, enquanto em Almeirim e Alenquer, a cobertura é de apenas 20,23% e 30,38%, respectivamente.

Tabela 07 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	18,87
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	94,98
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	62,91
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	21
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	3,19
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,73

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

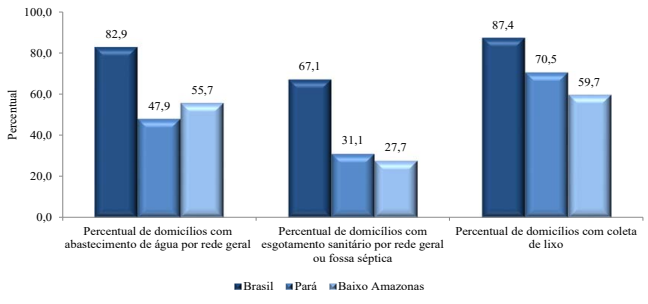
Verificando os indicadores de infraestrutura, em abril de 2021, a região contava com 21 hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado), destacando-se o Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, em Santarém, referência no Norte do Brasil no tratamento de câncer, e o Hospital de Campanha COVID 19 Santarém, criado para auxiliar no atendimento dos pacientes durante a pandemia. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), em 2020, a taxa apresentada pela RI foi de 3,19, superior à apresentada pelo Pará, de 2,55. No entanto, a taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes foi menor na RI, 1,73, em comparação a do estado, 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02, a seguir, mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, em 2010. Observou-se naquele ano, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na Região de Integração Baixo Amazonas, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 55,7% dos domicílios, apenas 27,7% do total de domicílios era coberto com o serviço de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 59,7%, com coleta de lixo. Proporcionalmente, o serviço de abastecimento de água na RI Baixo Amazonas tinha maior cobertura que no estado.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Pela dimensão continental do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, em 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada em 2019. Na Região Metropolitana de Belém, eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Em relação ao abastecimento, em 2019, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente em oito dos treze municípios que compõem a RI Baixo Amazonas (Alenquer, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa), segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios. – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Baixo Amazonas	**45,50**	**1,71**	**57,00**
Alenquer	14,31	-	-
Almeirim	-	-	-
Belterra	61,34	-	63,72
Curuá	-	-	-
Faro	74,37	-	-
Juruti	69,03	-	43,15
Mojuí dos campos	-	-	74,61
Monte Alegre	15,71	-	49,00
Óbidos	30,55	-	70,86
Oriximiná	99,73	-	68,40
Prainha	25,95	-	-
Santarém	51,09	4,17	84,87
Terra Santa	60,54	-	-

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Ainda sobre o SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água, em 2019. A RI Baixo Amazonas apresentava um percentual maior de cobertura, com 45,5%, e Oriximiná e Faro eram os municípios que possuíam os maiores contingentes populacionais cobertos pelo abastecimento de água, 99,7% e 74,4%, respectivamente. Em relação às informações sobre esgotamento sanitário, a cobertura não chegou a 5% da população do estado, e, na região, esse percentual foi de 1,71%, haja vista esta informação aparecer apenas para o município de Santarém, com 4,17% de sua população coberta. Quanto à coleta de lixo domiciliar, 54,5% da população paraense tinha acesso ao serviço, enquanto para a região esse percentual era de 57%, sendo os municípios de Santarém e Mojuí dos Campos os de maior contingente populacional coberto por este serviço, 84,9% e 74,6%, respectivamente.

Quanto à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando, aproximadamente, 23% do total de domicílios do estado. Na Região de Integração Baixo Amazonas, esse déficit era de 21% do total de domicílios da região. Em 2010, o componente "domicílios precários" correspondia a 46% do déficit total do estado, e 46,7% do total da região. Coabitação familiar representava 39% do total de domicílios no Pará, e 40,9% na região. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no estado do

Pará e 89% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 7,9% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados alcançou 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,5% na RI Baixo Amazonas.

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI BAIXO AMAZONAS	
Déficit Habitacional	Total	Percentual	Total	Percentual
	423.437	22,8	32.770	21,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	15.538	46,7
Cohabitação Familiar	168.684	39,2	13.627	40,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.621	7,9
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.498	4,5
Total de Domicílios	**1.859.165**		**156.041**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

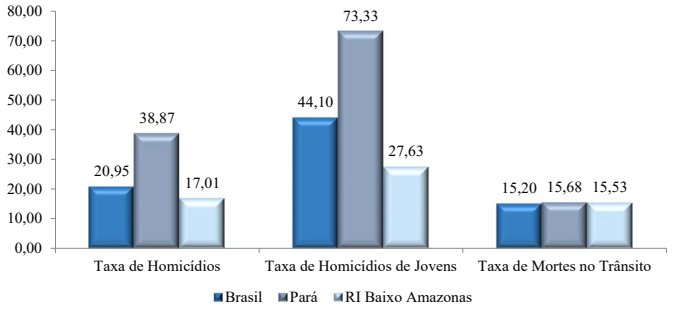
3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa de mortes por acidentes no trânsito) foram analisados. Em 2019, a RI Baixo Amazonas apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil em relação aos três indicadores.

A taxa de homicídios (por cem mil habitantes), no Pará, atingiu 38,87 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 17,01. Belterra e Faro apresentaram as maiores taxas, 33,84 e 27,80 homicídios, respectivamente, em contraposição a Curuá, que não apresentou nenhum homicídio, e Prainha, figurando com a menor taxa, 3,15 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem (por 100 mil jovens), em 2019, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (73,33 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (27,63 homicídios a cada 100 mil jovens). Faro e Oriximiná apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 50,53 e 44,06 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Por outro lado, Curuá e Prainha não apresentaram casos de homicídio de jovens.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em 2019, a taxa de mortes por acidente no trânsito na região foi de 15,53 mortes (por cem mil habitantes), e no Pará levemente superior, 15,68 mortes. Os municípios da RI Baixo Amazonas que apresentaram as maiores taxas foram Mojuí dos Campos (31,09 mortes), Santarém (22,65 mortes) e Belterra (17,71 mortes), enquanto Faro e Almeirim não registraram casos de mortes por acidentes no trânsito.

Destaca-se que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Vale ressaltar que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens, possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A taxa de homicídios da região foi de 13,14 (por 100 mil habitantes) e para o Pará de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 8,72 e o Pará, de 10,91. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo (por 100 mil habitantes), que registrou um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Baixo Amazonas, de 289,46 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 11 - Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Baixo Amazonas	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	13,64	13,14
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	8,78	8,72
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	388,40	289,46

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, de 15,20%. A região Baixo Amazonas ficou bem acima do percentual do estado, com 48,88% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, na RI Baixo Amazonas, em 2010, o Índice de Gini foi de 0,60, igual ao índice brasileiro e um pouco menor do índice registrado para o Pará, 0,62.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Baixo Amazonas	**48,88**	**0,60**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, a nível municipal, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na região Baixo Amazonas, em 2020, 68,12% da população de seus municípios estava inscrita no CadÚnico, percentual maior que o registrado para o Pará, 53,01%. Dos inscritos na região, 77,46% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 60,07% das famílias inscritas receberam o Bolsa Família, percentuais um pouco menores do que o estado, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 - População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios – Dezembro, 2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que Recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Baixo Amazonas	**68,12**	**77,46**	**60,07**
Alenquer	74,13	91,11	68,31
Almeirim	70,82	92,27	77,37
Belterra	73,69	75,37	61,79
Curuá	78,25	79,2	69,85
Faro	99,77	90,46	72,75
Juruti	52,77	86,06	74,58
Mojuí dos campos	94,33	83,33	64,32
Monte Alegre	75,17	83,27	70,51
Óbidos	67,84	77,45	66,88
Oriximiná	55,99	83,69	69,88
Prainha	106,9	93,74	77,58
Santarém	64,79	64,85	45,75
Terra Santa	64,78	85,31	64,89

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Os municípios de Prainha, Faro e Mojuí dos Campos possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 106,9%, 99,77% e 94,33%, respectivamente. Em Prainha, o percentual ultrapassa 100%, devido à estimativa da população inscrita elaborada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social ser maior que a população estimada pelo IBGE. Em 2020, pela estimativa populacional do IBGE, a população em Prainha era de 29.846 habitantes, e a população cadastrada estimada pelo Ministério era de 31.906, o que explica o indicador de 106,9%. O município de Prainha também se destaca com o maior percentual de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza (93,74%) e que receberam Bolsa Família (77,58%).

Quanto aos demais municípios, sobre os inscritos, aqueles com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza são Almeirim (92,27%) e Alenquer

(91,11%); e os que se destacam com o maior número de famílias que recebem os valores do programa Bolsa Família são Almeirim (77,37%) e Juruti (74,58%).

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira, via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Preveem ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, consideram jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

A população estimada de jovens no Pará, em 2020, correspondeu a 27,54% do total da população paraense. Na RI Baixo Amazonas, o número de jovens foi de 202.229, equivalente a 27,13% de seu contingente populacional. Concernente aos municípios desta RI, destaca-se Santarém com o maior número de jovens e participação em todos os anos analisados, chegando a 82.211 jovens (26,82%), em 2020; em seguida, nesse ano, esteve o município de Oriximiná com 20.644 jovens (27,89%). Os menores números estiveram em Faro (1.936) e Mojuí dos Campos (4,059). Todas as participações demarcaram certa estabilidade no período analisado (2018-2020), permanecendo com concentração superior a 25%.

Tabela 14 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Baixo Amazonas	**203.015**	**27,59**	**202.696**	**27,36**	**202.229**	**27,13**
Alenquer	15.152	26,83	15.157	26,69	15.143	26,52
Almeirim	9.716	28,46	9.664	28,33	9.602	28,18
Belterra	4.637	26,31	4.674	26,36	4.702	26,36
Curuá	4.071	28,68	4.124	28,65	4.174	28,61
Faro	2.023	27,64	1.979	27,51	1.936	27,38
Juruti	16.629	29,22	16.814	29,02	16.985	28,81
Mojuí dos Campos	4.159	26,02	4.112	25,57	4.059	25,08
Monte Alegre	15.805	27,30	15.734	27,11	15.648	26,90
Óbidos	13.374	25,74	13.332	25,57	13.283	25,39
Oriximiná	20.192	27,98	20.427	27,95	20.644	27,89
Prainha	8.720	29,18	8.694	29,11	8.660	29,02
Santarém	83.338	27,53	82.794	27,18	82.211	26,82
Terra Santa	5.199	27,92	5.191	27,66	5.182	27,39

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, em 2019, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 24,28% dos vínculos do estado e 25,35% da RI Baixo Amazonas. Considerando apenas os municípios dessa região, conforme Tabela 15, percebe-se que os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Santarém (12.686, 31,40% de participação) e Oriximiná (1.053 jovens e 16,79% de participação), acompanhando a liderança do total da população jovem.

Destacando-se apenas o percentual de participação, Santarém (31,4%), Belterra (28,86%) e Mojuí dos Campos (25,15%) alcançaram os mais elevados índices desta RI, enquanto o município que se enquadrou com minoria de vínculos ocupados por jovens foi Faro (2,1%), seguido de Almeirim (12,53%).

Tabela 15 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Baixo Amazonas	**70.011**	**17.749**	**25,35**
Alenquer	2.849	447	15,69
Almeirim	3.432	430	12,53
Belterra	1.462	422	28,86
Curuá	937	151	16,12
Faro	476	10	2,10
Juruti	4.539	868	19,12
Mojuí dos Campos	680	171	25,15
Monte Alegre	3.240	555	17,13
Óbidos	2.898	493	17,01
Oriximiná	6.271	1.053	16,79
Prainha	1.386	174	12,55
Santarém	40.398	12.686	31,40
Terra Santa	1.443	289	20,03

Fonte: MTE/RAIS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que, estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[4]).

Na RI Baixo Amazonas, em 2019, 23,20% dos nascidos vivos, eram de mães menores de 19 anos, com diminuição de 2,8 p.p. em relação a 2015. De seus municípios, os maiores percentuais para esse indicador, eram em Prainha (30,86%) e Faro (30,65%), sendo este último município o que apresentou o maior índice (40,32%), em 2015, considerando todo o período analisado (Tabela 16). Mojuí dos Campos e Santarém registraram os mais baixos percentuais, 18,51% e 18,88%, respectivamente. No período de 2015 a 2019, todos os municípios registraram diminuição no indicador, destacando-se com mais êxito Faro (variação de 9,67 p.p. no período) e Almeirim (variação de 7,58 p.p. no período).

Tabela 16 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Baixo Amazonas	**26,00**	**25,46**	**24,10**	**24,15**	**23,20**
Alenquer	27,36	26,48	24,29	28,74	24,71
Almeirim	33,38	32,61	27,38	30,26	25,80
Belterra	28,94	21,58	20,22	21,96	26,11
Curuá	30,29	26,92	25,52	23,53	25,52
Faro	40,32	38,02	32,03	35,92	30,65
Juruti	27,00	29,21	27,06	26,12	25,75
Mojuí dos Campos	22,67	24,00	23,58	24,22	18,51
Monte Alegre	28,50	28,47	27,01	26,65	25,05
Óbidos	32,55	28,73	28,85	28,56	28,66
Oriximiná	29,78	29,24	29,86	29,02	27,23
Prainha	36,04	33,38	31,92	28,73	30,86
Santarém	20,97	20,92	19,73	19,36	18,88
Terra Santa	30,71	27,84	28,98	26,88	27,33

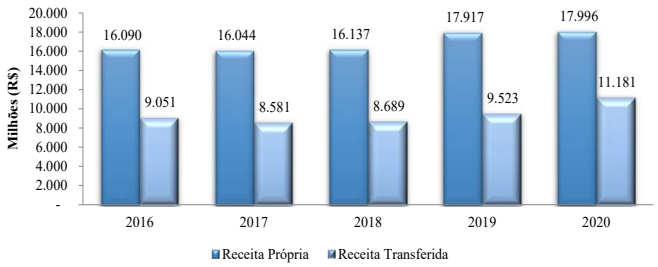
Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões.

Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.

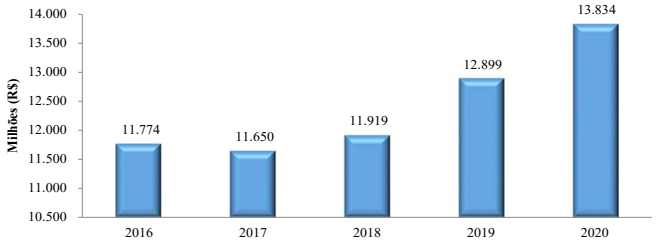


Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado do Pará arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.

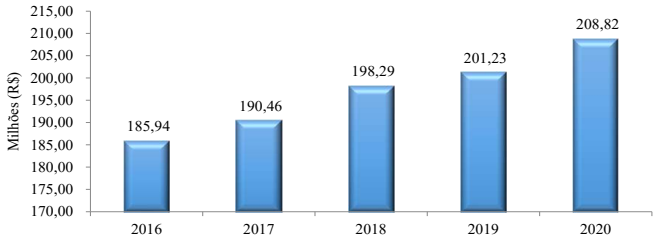
[3] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[4] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Na região Baixo Amazonas, o montante da quota-parte do ICMS destinada aos seus municípios, no período compreendido entre 2016 e 2020, sofreu um aumento da ordem de 12%, sendo repassados, aproximadamente, R$ 186 milhões em 2016 e chegando a R$ 208,8 milhões em 2020, valor equivalente a 7,5% do total do imposto partilhado entre as 12 regiões naquele ano.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da Região de Integração Baixo Amazonas, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos repasses para os municípios que compõem a RI Baixo Amazonas, o de Santarém foi o que recebeu a maior quantia, em 2020, em torno de R$ 56 milhões, 27% do valor destinado à região, e Oriximiná, com 18%, e Almeirim, com 14% do repasse, vieram logo a seguir. Os municípios que receberam as menores parcelas foram, por ordem decrescente de valor, Faro, com 1,9%, e Curuá, com 1,5% do valor total de repasse para a região.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Baixo Amazonas	**185.944.561**	**190.458.285**	**198.289.266**	**201.231.147**	**208.816.601**
Alenquer	7.512.912	7.423.465	7.617.355	7.651.374	8.570.844
Almeirim	17.843.165	19.254.614	21.661.853	26.524.765	29.607.758
Belterra	4.695.570	4.407.683	5.474.974	5.355.962	4.737.809
Curuá	2.582.563	3.015.783	2.618.466	2.805.504	3.109.577
Faro	4.930.348	3.479.749	3.570.635	3.825.687	3.884.586
Juruti	18.077.943	21.806.430	22.375.980	23.464.215	21.893.486
Mojuí dos campos	3.052.120	3.479.749	3.808.677	3.825.687	4.812.113
Monte Alegre	7.982.469	7.423.465	7.855.397	8.161.466	8.431.267
Óbidos	9.156.361	8.815.365	9.045.609	8.926.603	9.540.484
Oriximiná	39.912.343	42.916.910	47.370.425	42.082.559	39.358.051
Prainha	4.695.570	4.639.666	5.236.931	5.611.008	6.288.626
Santarém	55.877.280	52.428.225	49.036.721	52.029.346	56.329.921
Terra Santa	9.625.918	11.367.181	12.616.244	10.966.970	12.252.079

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2021.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Baixo Amazonas é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (90.118 km²) e Proteção Integral (59.852 km²) e Terras Indígenas (78.991 km²). Assim, de sua área total, 315.853 km², 228.960 km² (71,36%) correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

Dados de 2020 (Tabela 18) apontam que o desmatamento acumulado já alcançou uma proporção de 6,81% da área total da RI Baixo Amazonas (21.511 km²). Em termos municipais, Santarém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 4.917 km²; e Óbidos, o maior número de registros de focos de calor, 612 focos.

Tabela 18 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
RI Baixo Amazonas	**315.853,82**	**21.511,00**	**3.091**
Alenquer	23.645,45	1.536,30	313
Almeirim	72.954,80	1.924,60	136
Belterra	4.398,42	841,90	83
Curuá	1.431,13	378,10	113
Faro	11.771,67	252,10	46
Juruti	8.305,45	1.230,80	197
Mojuí dos Campos	4.988,24		261
Monte Alegre	18.152,56	4.410,50	333
Óbidos	28.011,04	2.021,60	612
Oriximiná	107.613,84	1.611,90	450
Prainha	14.786,95	2.017,30	235
Santarém	17.898,39	4.916,90	262
Terra Santa	1.895,88	369,00	50

Fonte: IBGE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a região registrou, em 2021, uma parcela de 81,38% de sua área destinada à regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Almeirim possui a maior proporção de área com CAR efetivado (94,73%), seguido por Óbidos e Alenquer, ambos com a mesma proporção (86,84%).

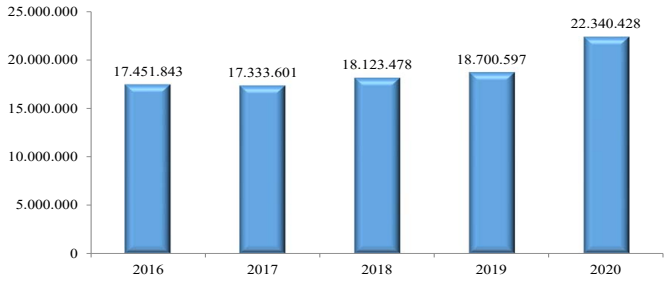
Tabela 19 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Baixo Amazonas, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Baixo Amazonas	**315.981,51**	**76.684,64**	**24,27**	**62.409,50**	**81,38**
Alenquer	23.655,21	6.780,03	28,66	5.887,68	86,84
Almeirim	73.099,55	14.326,94	19,60	13.572,60	94,73
Belterra	4.400,30	1.321,95	30,04	1.071,03	81,02
Curuá	1.431,51	931,39	65,06	766,78	82,33
Faro	11.765,01	729,96	6,20	620,48	85,00
Juruti	8.299,03	7.237,26	87,21	5.821,01	80,43
Mojuí dos Campos	4.993,28	4.921,74	98,57	3.976,78	80,80
Monte Alegre	18.177,40	6.669,30	36,69	5.437,42	81,53
Óbidos	28.014,16	5.837,21	20,84	5.068,92	86,84
Oriximiná	107.539,88	7.810,74	7,26	5.272,66	67,51
Prainha	14.807,50	10.034,83	67,77	6.742,01	67,19
Santarém	17.903,51	9.022,44	50,39	7.470,75	82,80
Terra Santa	1.895,17	1.060,85	55,98	701,39	66,12

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que concerne às iniciativas estatuais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, para que estes pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Em 2020, a RI Baixo Amazonas teve uma participação média de 10,1% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual, contabilizando um montante de R$ 22,340 milhões. Desse total, as maiores parcelas de repasse ocorreram para os municípios de Almeirim (11,93%), Santarém (9,22%) e Oriximiná (8,92%).

Gráfico 07 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde da Região de Integração Baixo Amazonas, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde (R$) repassado para os municípios da Região de Integração Baixo Amazonas no período de 2016 a 2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
RI Baixo Amazonas	**17.451.843**	**17.333.601**	**18.123.478**	**18.700.597**	**22.340.428**
Alenquer	1.400.481	1.634.170	1.706.688	1.666.132	1.955.926
Almeirim	2.051.662	1.847.401	2.229.812	2.334.941	2.664.480
Belterra	1.378.739	1.277.170	1.290.863	1.317.717	1.403.149
Curuá	631.026	1.277.169	791.253	956.380	1.068.247
Faro	1.898.327	1.078.731	902.925	910.138	832.779
Juruti	1.163.306	1.501.263	1.531.034	1.382.956	1.872.514
Mojuí dos Campos	558.225	497.113	733.415	1.072.345	1.749.537
Monte Alegre	1.577.867	1.277.172	1.465.142	1.563.821	1.696.612
Óbidos	1.737.542	1.627.435	1.722.426	1.618.982	1.802.429
Oriximiná	2.126.265	2.152.166	2.067.116	1.978.559	1.992.544
Prainha	481.279	910.240	1.170.773	1.264.076	1.840.876
Santarém	1.242.424	1.532.697	1.729.952	1.750.583	2.060.512
Terra Santa	1.204.699	720.874	782.079	883.969	1.400.823

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2022 - 2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	11.602.412,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	6.033.725,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	13.394.720,00
Cultura	2.624.943,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	171.387.665,00
Direitos Socioassistenciais	9.914.401,00
Educação Básica	564.246.991,00
Educação Profissional e Tecnológica	139.622.009,00
Educação Superior	5.429.127,00
Esporte e Lazer	11.425.330,00
Governança Pública	45.068.708,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	18.490.102,00
Infraestrutura e Logística	178.796.155,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	13.263.137,00
Saúde	355.386.312,00
Segurança Pública	111.793.008,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.500.814,00
	1.662.979.559,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022- 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	822.219.863,00
	822.219.863,00

TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura 11.602.412,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	2.37	06/2019	ADEPARA	276,533.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Mandioca)	Kg/Hectare	11,927.00	06/2019	IBGE	14,498.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	1.350,00	12/2020	EMATER	2022	1.400,00
					2023	1.500,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	1.269,00	12/2018	SEDAP	2022	1.029,00
					2023	1.470,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.251,00	12/2018	SEDAP	2022	1.448,00
					2023	1.521,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar 5 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)
Implantar 01 Estação Modelo de Aquicultura - Santa Rosa
Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 6.033.725,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual		12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	31,00
					2023	23,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	CBM, Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	DETRAN, Fundação ParáPaz, JUCEPA, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 13.394.720,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	4, 9

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.31	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.58

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	66,66	12/2020	FAPESPA	2022	66,66
					2023	66,66

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Compromisso Regional

Conceder 400 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Baixo Amazonas - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	SECTET
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 2.624.943,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 4, 5, 10, 11

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	30.77	12/2018	SECULT/FCP	61.54

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Difusão Cultural	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 171.387.665,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1, 3, 5, 6, 9, 10, 11

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	2,85	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	3,53
					2023	8,50
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	63,61	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	81,69
					2023	83,32

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 15.468 Pessoas com Esgotamento Sanitário no Município de Santarém

Atender mais 29.684 Pessoas com Abastecimento de Água na Região de Integração Baixo Amazonas - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 9.914.401,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-32,43	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022 2023	5,00 5,00
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	6,35	12/2018	FASEPA	2022 2023	8,00 8,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	42,86	12/2018	FASEPA	2022 2023	44,00 44,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Internação Provisória em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 564.246.991,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	4.00	12/2017	INEP/SEDUC	4.90
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	5.00	12/2017	INEP/SEDUC	5.90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	3,00	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	2,30 2,20
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	13,05	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	10,89 10,71
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	89,90	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	92,10 92,50
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	78,60	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	81,60 81,90
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	7,20	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	5,60 5,30
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	8,37	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	7,51 7,39

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 1 Escola Estadual na Região Baixo Amazonas - DS

Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais na Região do Baixo Amazonas - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo pedagógico (Novo Ensino Médio) em 40 escolas nos Municípios de Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre e Santarém.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 139.622.009,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	600,00	05/2021	SECTET	2022	690,00
					2023	793,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	362,00	05/2021	SECTET	2022	416,00
					2023	478,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	710,00	12/2018	SECTET	2022	620,00
					2023	750,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos em Santarém e Oriximiná - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 5.429.127,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	2.10	12/2018	UEPA	1.22

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-6,00	12/2018	UEPA	2022	11,00
					2023	10,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 11.425.330,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	5,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	67,00
					2023	62,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Compromisso Regional

Concluir o Estádio de Futebol Colosso do Tapajós (Barbalhão), em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEDOP, SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 45.068.708,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	929,968.00	12/2020	SEFA	1,044,668.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,84	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	1,26
					2023	1,26

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, CRG - Santarém, EGPA, Enc. CBM, FASEPA, HEMOPA, IASEP, PGE, SEDOP, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar o Governo Itinerante - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Santarém, SEPLAD
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, IASEP, SEDAP, SEFA
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Santarém
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Santarém, DETRAN, EMATER, PGE, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS, SEPLAD

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 18.490.102,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	0.00	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	1.50
Receita gerada pelo turismo	U$	144,859.43	12/2018	SETUR	10,293,457.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	24,00	12/2018	BANPARA	2022	246,00
					2023	295,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	34,00	07/2019	SEDEME	2022	63,00
					2023	74,00
Número de turistas	Unidade	178.000,00	12/2018	SETUR	2022	151.289,00
					2023	155.071,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Cadeia Produtiva Apoioada	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Incentivo Realizado	Un	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Compromisso Regional

Implantar Centro de Convenções de Santarém - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP, SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 178.796.155,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	20.01	12/2018	SETRAN	36.57

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	44,44	12/2019	CPH	2022	77,78
					2023	77,78
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	0,00	12/2020	SETRAN	2022	22,33
					2023	6,38

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir a Ponte sobre o Rio Curuá- Una em concreto armado, com 60 metros de extensão, localizada no prolongamento da PA-370 Km 65, no Município de Santarém

Construir o Terminal Hidroviário de Passageiros no município de Santarém

Pavimentar a Avenida Moaçara, Trecho: PA-370 / BR-163, no Município de Santarém - 6 Km

Pavimentar a PA-254, Trecho: Entroncamento PA-439 / PA-437 no Município de Oriximiná - 41 km - DS

Pavimentar a PA-370, Trecho da Hidroelétrica Curua-Una / Transuruará no município de Santarém - 57 km

Pavimentar a PA-427, Trecho: Alenquer / Entr. Vicinal do Cuamba, com extensão de 18,40 km

Pavimentar a PA-437, Trecho: Perímetro Urbano Óbidos / Entroncamento PA-257 no Município de Óbidos - 14 km

Pavimentar a PA-439, Trecho: Aeroporto Oriximiná /Entroncamento PA-254(BR-163) no Município de Oriximiná - 21 km

Pavimentar a Rodovia PA-423, no trecho Monte Alegre / Vila Limão, com extensão de 46 Km

Pavimentar a Vicinal Cuamba, no Município de Alenquer - 52 km - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Gestão de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário Mantido	Un	CPH
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 13.263.137,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	3.16	12/2018	PRODES/INPE	4.35

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	84,62	12/2019	SEMAS	2022	92,30
					2023	92,30

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Centro de Treinamento e Desenvolvimento Florestal no Município de Santarém

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Área Outorgada	Ha	IDEFLOR-Bio
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 02 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 355.386.312,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	15.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	12.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	18.98	12/2019	SIM	18.01
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	293.10	12/2020	MS/SIM	293.05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	65,57	12/2020	EGESTOR	2022	66,82
					2023	68,07
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	15,30	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,34	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,34
					2023	1,50
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	60,00	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,44	12/2018	SIA	2022	0,53
					2023	0,55
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	9º CRS - Santarém
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	9º CRS - Santarém, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir a Reforma do Hospital Santo Antônio em Alenquer - DS

Concluir da Reforma da Santa Casa de Óbidos - DS

Concluir da Reforma do Hospital de Mojuí dos Campos - DS

Concluir o Hospital Materno-Infantil de Santarém - DS

Implantar a Policlínica de Santarém

Implantar o Serviço de Traumatologia no Hospital Regional de Santarém - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	9º CRS - Santarém, HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública — 111.793.008,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	82.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	76.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	21.90	12/2020	SEGUP	20.50
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	13.10	12/2020	SEGUP	11.80
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	287.60	12/2020	SEGUP	257.50
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	540.60	12/2020	SEGUP	497.90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	1,44	12/2018	SEAP	2022 2023	1,51 1,50
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	35.759,00	12/2018	PMPA	2022 2023	46.487,00 50.063,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2022 2023	85,00 86,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	47,00	12/2018	DETRAN	2022 2023	50,00 51,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	71,10	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022 2023	83,40 85,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	73,00	12/2018	POL. CIVIL	2022 2023	74,00 74,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	88,00	12/2018	POL. CIVIL	2022 2023	89,00 89,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo
Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Ampliar o Videomonitoramento em Santarém
Implantar Base Integrada Fluvial em Óbidos
Implantar Base Operacional do Grupamento Aéreo de Segurança Pública em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

TOTAL GERAL: **2.485.199.422,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 4.500.814,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(0.69)	12/2018	MTE/RAIS	1.40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	-0,44	12/2018	SEASTER/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	2022 2023	2,00 2,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	10,00 12,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	31,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	32,50 33,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

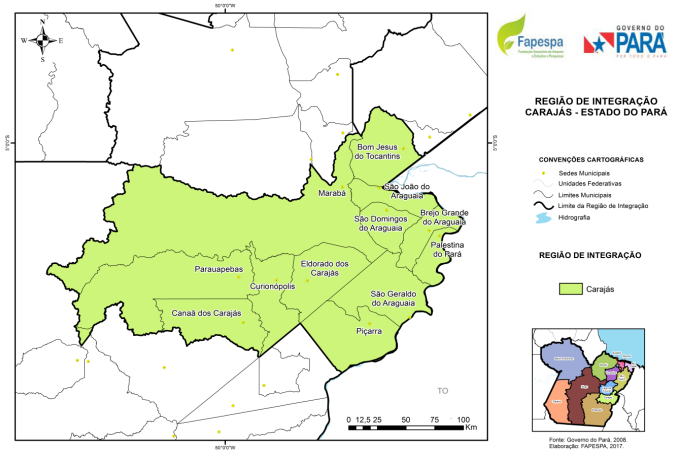
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Região de Integração: Baixo Amazonas

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	8.521.387,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	200.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	96.161.758,00
Concessão de Auxílio Fardamento	3.438.585,00
Concessão de Auxílio Transporte	4.978.281,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.350.636,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	700.569.216,00
	822.219.863,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Carajás é formada por 12 municípios (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia). Localizada no sudeste paraense e entrecortada pelas rodovias Transamazônica, PA-150 e PA-275, a RI Carajás detém uma área territorial de, aproximadamente, 45.000 km^2, o que representa 3,6% da área total do Pará.

A população da RI, foi estimada pelo IBGE, em 2020, em 696.563 habitantes, correspondendo a 8% do total do estado. Marabá é o município de maior contingente populacional, representando 40,7% da RI, seguido de Parauapebas, 30,7%, e Canaã dos Carajás, 5,5%. A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2020, foi de 2,04%, acima da média estadual, 1,41%, para o mesmo período.

A ocupação da região remonta ao período colonial, no qual, os vilarejos foram se desenvolvendo a partir das colônias militares. Até os anos de 1880, a região possuía dois vilarejos, Alcobaça, atualmente Tucuruí, e São João do Forte, atualmente São João do Araguaia, sendo este o município mais antigo, cuja origem está ligada a um forte instalado na região em 1797.

No ano de 1888, funda-se a povoação de Nossa Senhora da Conceição, atual Conceição do Araguaia, e, em 1889, o Pontal do Itacayuna, que deu origem ao município de Marabá, a partir de um povoado datado de 1892, com a chegada de migrantes oriundos do norte de Goiás. Parauapebas é o município mais recente, resultado do desmembramento do município de Marabá, em 1988, em função do processo de desenvolvimento que ali se impôs.

A região se tornou atrativo de mão de obra estimulada pela extração dos seus recursos naturais. Primeiramente, pela atividade extrativista relacionadas às drogas do sertão, seguida pelos ciclos da borracha. Nos anos de 1970 a 1980, a principal atividade econômica na região foi a extração da castanha do Pará, em uma área de produção que ficou historicamente conhecida como "Polígono dos Castanhais". Ainda nos anos de 1970, a região apresentou forte crescimento econômico com a abertura de rodovias, entre elas a Transamazônica, a PA-150 e a PA-275, o que propiciou atração e inserção da atividade madeireira e da pecuária, as quais causaram fortes impactos sociais e ambientais locais.

A partir dos anos de1980, a exploração mineral passou a fazer parte da atividade econômica local, o que provocou fortes mudanças no cenário demográfico, com a atração de um grande contingente de imigrantes que se instalaram nas vilas e cidades, ocasionando o surgimento de novos núcleos urbanos, Curionópolis e Eldorado dos Carajás. Todas essas mudanças proporcionaram, também, o crescimento de polos regionais, como Parauapebas e Marabá.

Atualmente, além das atividades relacionadas à exploração mineral, que torna a RI Carajás a maior produtora de minério de ferro do Pará, destaca-se, na participação estadual para o ano de 2019, a criação de rebanhos - Bovinos (17%) e Equinos (16%); Suínos (11%); e Ovinos (20%) – e, ainda, a produção de leite (27%), ocupando o 2º lugar dentre as regiões. No mesmo ano, a região Carajás ganha evidência, também, na produção estadual, com os produtos: Banana (16%), Café (10%); Manga (20%); Mamão (27%) e Melancia (14%).

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Carajás, em 2018, alcançou R$ 34,5 bilhões, o que corresponde a 21% da geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da região, o de maior valor adicionado é o da Indústria, com R$ 20,04 bilhões, ou 58,03% do Valor Adicionado (VA) total da região, destacando-se as atividades de mineração extrativa, frigorífico e o comércio. A extração de minério de ferro em Parauapebas é o principal expoente da geração do PIB na região, contribuindo para a pauta exportadora do estado. O setor de Serviços participou com R$ 8,1 bilhões (24%), a atividade da Administração Pública, com R$ 3,3 bilhões (9,54%), a Agropecuária, com R$ 1,1 bilhão (3,2%), e os Impostos sobre produtos, com R$ 1,9 bilhão (5,6%).

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos, Região de Integração Carajás, 2018.

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Carajás
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**34.529.519**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**32.595.038**
Valor Adicionado Total %	85,82%	91,04%	94,40%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**1.107.411**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	3,21%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**20.038.006**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	58,03%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**8.155.914**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	23,62%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**3.293.707**
% VA Administração Pública	14,93%	20,09%	9,54%
Impostos sobre produtos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**1.934.480**
% Impostos	14,18%	8,96%	5,60%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre as atividades econômicas da região, o setor da Indústria distinguiu-se com a atividade da extração mineral, sendo os principais produtos o ferro, cobre, chumbo e zinco, seguido da metalurgia. Nos Serviços, as principais atividades foram as Atividades profissionais, científicas e técnicas; e o Comércio e o transporte. No setor agropecuário, destacaram-se a criação de bovino e a agricultura, tendo como principais cultivos a banana, mandioca e milho.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Os municípios de Parauapebas, Marabá e Canaã do Carajás tiveram as maiores contribuições na formação do PIB da região, com R$ 15,9 bilhões (46%), R$ 8,8 bilhões (25%) e R$7,1 bilhões (21%), respectivamente.

Tabela 02: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Carajás, 2018.

Item Geográfico	PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil	**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará	**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Carajás	**34.529.519**	**1.107.411**	**20.038.006**	**8.155.914**	**3.293.707**	**1.934.480**
Bom Jesus do Tocantins	176.017	48.273	18.113	38.803	63.538	7.292
Brejo Grande do Araguaia	78.180	23.316	3.198	17.713	30.497	3.456
Canaã dos Carajás (21%)	7.106.814	65.097	5.404.361	1.175.099	270.314	191.942
Curionópolis	820.223	56.040	496.820	150.007	85.573	31.783
Eldorado do Carajás	377.700	79.936	33.646	107.360	125.742	31.016
Marabá (25%)	8.780.799	309.745	3.355.365	3.022.417	1.173.910	919.362
Palestina do Pará	65.475	15.447	3.527	13.156	31.346	1.999
Parauapebas (46%)	15.995.450	178.553	10.600.510	3.365.826	1.198.069	652.492
Piçarra	235.172	126.051	13.109	32.758	53.577	9.677
São Domingos do Araguaia	281.019	75.522	15.708	78.962	95.613	15.213
São Geraldo do Araguaia	490.326	97.527	87.349	133.573	105.940	65.937

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O Quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do VA do município.

Em Parauapebas, as principais atividades foram a Indústria mineral, com destaque para a extração de minério de ferro e manganês; as Atividades profissionais, científicas e técnicas; o Transporte, armazenagem e correio; o Comércio e Construção civil.

Em Marabá, as atividades mais relevantes foram a Extração mineral de cobre e outros minerais metálicos não ferrosos; o Comércio, as Atividades imobiliárias; a Indústria de transformação, ressaltando-se os segmentos de produção de laminados longos de aço, abate de reses e frigorífico; e as Atividades profissionais, científicas e técnicas.

Para o município de Canaã dos Carajás, o destaque foi para a Indústria extrativa com extração de ferro; as Atividades profissionais, científicas e técnicas; o Transporte, armazenagem e correio; a Construção civil; e as Atividades imobiliárias.

Quadro 01 - Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública, Região de Integração Carajás, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Carajás	**Indústria extrativa**	**Atividades profissionais, científicas e técnicas**	**Comércio e manutenção de veículos**	**Atividades imobiliárias**	**Transporte, armazenagem e correio**
Bom Jesus do Tocantins	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura
Brejo Grande do Araguaia	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Construção civil
Canaã dos Carajás	Indústria extrativa	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte, armazenagem e correio	Construção civil	Atividades imobiliárias
Curionópolis	Indústria extrativa	Pecuária	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte, armazenagem e correio	Atividades imobiliárias
Eldorado do Carajás	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Agricultura	Indústria de transformação
Marabá	Indústria extrativa	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Palestina do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos
Parauapebas	Indústria extrativa	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte, armazenagem e correio	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Piçarra	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Indústria de transformação
São Domingos do Araguaia	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Produção e distribuição de eletricidade e água
São Geraldo do Araguaia	Pecuária	Indústria de transformação	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Agricultura
São João do Araguaia	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

2.2 Balança Comercial

As relações comerciais do Pará com o mercado externo são um componente que possibilita inferir os patamares da atividade produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, e a RI Carajás, especificamente, contabilizou um saldo de US$ 15,913 bilhões. Os principais produtos exportados foram o minério de ferro e o minério de cobre. Em relação ao minério de ferro, o município de Parauapebas foi responsável por 55% da produção da RI, seguido de Canaã dos Carajás, com 45%; e, quanto ao minério de cobre, Marabá respondeu por 71% da produção da região, seguido também por Canaã dos Carajás, com 27%.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Carajás	**16.263.346.954**	**80,37**	**349.799.554**	**29,16**	**15.913.547.400**
Canaã dos Carajás	6.745.365.019	41,48	75.933.256	21,71	6.669.431.763
Curionópolis	51.845.480	0,32	1.202.449	0,34	50.643.031
Eldorado do Carajás	49.703	0,00		0,00	49.703
Marabá	1.564.599.660	9,62	62.680.138	17,92	1.501.919.522
Parauapebas	7.819.802.074	48,08	209.983.711	60,03	7.609.818.363
Piçarra	181.571	0,00		0,00	181.571
São Geraldo do Araguaia	81.503.447	0,50		0,00	81.503.447

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

2.3 Emprego

Como importante variável de progresso da sociedade, o emprego formal consolida o vínculo na relação entre empregadores e empregados, além de garantir direitos e deveres entre esses dois segmentos. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, a RI Carajás registrou, em 2019, um total de 130 mil vínculos formais, equivalente a 12% dos empregos formais gerados no Pará. De forma setorial, teve maior participação o setor Serviços, com 24,6% do total de empregos formais gerados na região, seguido pelo Administração Pública, 20,5%, e Comércio, 19,5%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, destacam-se Parauapebas (40,2%), Marabá (38,7%) e Canaã dos Carajás (10,9%).

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Carajás
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	224.041
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,53
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	40,81
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**130.275**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	15.804
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	9.767
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	748
Construção Civil	2.012.211	61.981	15.766
Comércio	9.453.390	206.789	25.467
Serviços	17.843.857	310.933	32.088
Adm. Pública	8.865.548	356.141	26.649
Agropecuária	1.477.081	49.712	3.986

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Em que pese o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, na Região de Integração Carajás, cerca de 224.041 trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

Para a mobilidade da população e escoamento da produção, a RI Carajás conta com uma infraestrutura de rodovias federais que se encontram em Marabá, como a BR-153, BR-222, BR-230 e a BR-155. A BR-153 inicia em Marabá e termina em Aceguá/RS, permitindo a ligação da região com estados do centro-oeste e sul do país. A BR-222 inicia, também, em Marabá e termina em Fortaleza/CE, sendo um importante eixo de ligação do sudeste paraense com os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, além da integração da RI Carajás com a RI Rio Capim (trecho que vai de Marabá a Rondon do Pará). Essa rodovia também é importante por fazer a ligação entre eixos troncais estratégicos para a acessibilidade viária do estado, como a BR-010 e PA-150.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange três aeródromos/aeroportos, setenta e quatro pontes (totalizando 2 km de extensão), dois portos, quatro travessias e dez rodovias. Importante ressaltar a importância dos aeroportos públicos existentes em Marabá e Parauapebas. O primeiro articula o sul e sudeste paraenses, com movimentação significativa de aeronaves e passageiros. O segundo, de porte menor (menor circulação de aeronaves e passageiros), está localizado num espaço estratégico, na Floresta Nacional de Carajás, onde também se situa a Província Mineral de Carajás (exploração de minério de ferro).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Carajás.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Marabá
	Parauapebas
	Bom Jesus do Tocantins
Rodovias	10 rodovias - Total 657 km
Ferrovia	Estrada Ferro Carajás
Travessias	Santa Isabel do Araguaia - Grota da Água Vermelha (TO)
	São Geraldo do Araguaia - Xambioá (TO)
	São José do Araguaia - Pontão (TO)
	Piçarra - Araguanã
Hidrovia	Araguaia/Tocantins
Portos	Marabá
	São João do Araguaia
Pontes	74 pontes - Total de 2 km

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: FAPESPA, 2019

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Carajás será contemplada com, cerca de, R$ 32,71 bilhões, que corresponde a 27,6% do total previsto para o estado, destacando-se o projeto Salobo II, com uma expectativa de investimentos da ordem de R$ 4,7 bilhões, em Marabá; e o projeto Serra Leste, com investimentos estimados em R$ 1,3 bilhão, em Curionópolis; além da ferrovia estadual Fepasa, com R$14 bilhões, em Marabá.

3 DINÂMICA SOCIAL

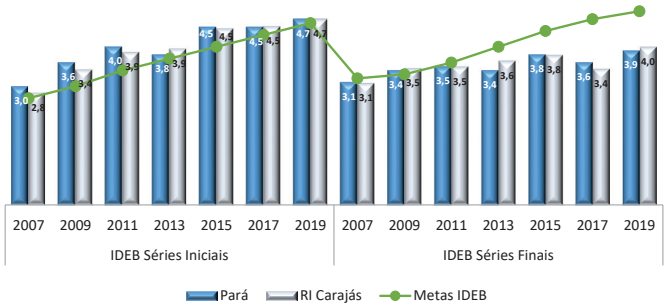
3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Carajás, a média da nota IDEB dos municípios em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. No que diz respeito às séries finais (8ª Série/9º Ano), o alcance das metas se manteve de 2007 até 2011 (3,5), porém, a partir de 2013, as metas não foram mais alcançadas. Com um comportamento oscilante, a região manteve o crescimento nos anos de 2013 (3,6) e 2015 (3,8), tendo uma queda em 2017 (3,4), e retomando o crescimento em 2019 (4,0). Comportamento oscilante e distante das metas estabelecidas se observa,

também, no estado, entre os anos de 2013 a 2019, quando o Pará registrou crescimento em 2015 e 2019 e retrocessos em 2013 e 2017, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Carajás, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Carajás.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[2], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, que propõe a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno às atividades normais de estudo, para uma real leitura do mesmo.

As taxas de aprovação do Brasil, Pará, região Carajás e dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 97% de aprovação, exceto as dos municípios de Palestina do Pará e Piçarra, que apresentaram 84,9% e 92,1%, respectivamente. Assim como a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em relação ao estado e municípios da região, com exceção de São João do Araguaia, que apresentou uma taxa de 96,2%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região chegou a 1% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Piçarra e Palestina do Pará, 7,9% e 3,7%, respectivamente. No ensino médio, apenas dois municípios registraram taxa de reprovação, Marabá, 0,5%, e Parauapebas, 0,1%.

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima do valor do Brasil (1%) e igual à registrada pelo estado do Pará (1,7%). O município de Palestina do Pará registrou o maior percentual da região, de 11,4%, e o menor registro foi em Piçarra, com 0%. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e da do Pará (0,7%), com o registro de 0,6%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com São João do Araguaia, com 3,8% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, com uma das piores taxas de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Carajás – 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Carajás	**97,3**	**99,4**	**1,0**	**0,1**	**1,7**	**0,6**
Bom Jesus do Tocantins	99,7	99,9	0,0	0,0	0,3	0,1
Brejo Grande do Araguaia	98,8	100,0	0,0	0,0	1,2	0,0
Canaã dos Carajás	99,8	99,9	0,0	0,0	0,2	0,1
Curionópolis	99,7	99,7	0,0	0,0	0,3	0,3
Eldorado dos Carajás	98,9	99,8	0,0	0,0	1,1	0,2
Marabá	98,1	98,8	0,3	0,5	1,6	0,7
Palestina do Pará	84,9	100,0	3,7	0,0	11,4	0,0
Parauapebas	99,7	99,7	0,0	0,1	0,3	0,2
Piçarra	92,1	100,0	7,9	0,0	0,0	0,0
São Domingos do Araguaia	98,6	98,9	0,0	0,0	1,4	1,1
São Geraldo do Araguaia	99,3	99,9	0,1	0,0	0,6	0,1
São João do Araguaia	98,5	96,2	0,1	0,0	1,4	3,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,5%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. A taxa da RI Carajás, foi menor que a apresentada para o estado no ensino fundamental, 26,1%, e para o ensino médio, foi superior, 47,8%. Em relação aos municípios, no ensino fundamental, São João do Araguaia se destacou com a maior taxa de distorção, 33,6%, e a menor taxa ficou com o município de Parauapebas, 12,5%. No ensino médio, a maior taxa ficou com o município de São João do Araguaia, 61,0%, e a menor distorção foi registrada, também, em Parauapebas, 32,4%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Carajás	**26,7**	**26,1**	**47,7**	**47,8**
Bom Jesus do Tocantins	31,5	31,1	57,9	60,0
Brejo Grande do Araguaia	31,0	33,3	56,9	58,2
Canaã dos Carajás	18,7	18,0	37,8	38,2
Curionópolis	19,6	18,9	46,7	46,1
Eldorado dos Carajás	28,2	26,8	48,1	41,5
Marabá	22,0	20,5	39,2	37,5
Palestina do Pará	33,5	32,5	51,8	56,0
Parauapebas	12,2	12,5	35,3	32,4
Piçarra	29,1	26,9	46,9	50,4
São Domingos do Araguaia	31,8	31,2	52,1	52,9
São Geraldo do Araguaia	29,4	28,2	40,7	39,9
São João do Araguaia	33,9	33,6	59,5	61,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, a RI Carajás registrou, em 2019, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) de 13,77, inferior à taxa apresentada pelo Pará, 15,14. Os municípios da região com as maiores taxas foram Piçarra, 24,24, Curionópolis, 22,44, e Eldorado do Carajás, 20,70. Por outro lado, Palestina do Pará (nenhum caso de óbito infantil), São Domingos do Araguaia, 5,68, e São Geraldo do Araguaia, 9,17, obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Assim, constavam na região, em 2020, 1.091 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 94,09% (apenas os municípios de Marabá e Parauapebas não possuem 100% da população estimada coberta), superior à apresentada para o estado do Pará, de 76,46%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família, em 2020, havia 133 equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 87,59%, superior à do estado, de 57,64%. Até dezembro de 2020, apenas três municípios ainda não haviam alcançado 100% da cobertura, Parauapebas, 62,95%, Eldorado dos Carajás, 51,02%, e, com destaque, Marabá, 37,05%.

Tabela 07 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Carajás
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	13,77
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	94,09
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	87,59
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	25
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	1,97
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	2,06

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.

Elaboração: FAPESPA, 2021.

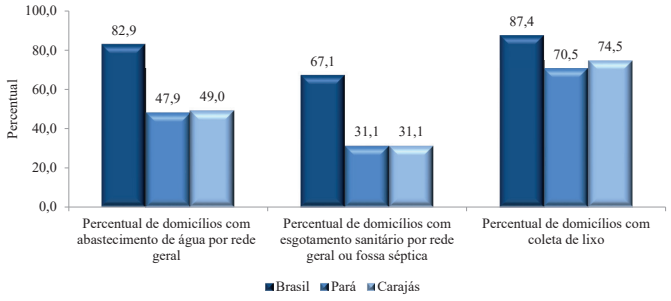
Em observação aos indicadores de infraestrutura de saúde, em abril de 2021, a RI Carajás contava com vinte e cinco hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado). Ressalta-se que o Hospital Regional do Sudeste do Pará Dr. Geraldo Veloso, em Marabá, inaugurado em 2006, oferece serviços de média e alta complexidade não ofertados por outras unidades da rede pública na região, como o atendimento em neurocirurgia, traumatologia, ortopedia e cirurgia geral. Na RI, foram criados os Hospitais de Campanha COVID-19 de Marabá e de Parauapebas, para atender pacientes do sul e sudeste do Pará com sintomas da doença. Em relação aos Postos e Centros de Saúde (por 10 mil habitantes), em 2020, a taxa apresentada pela região foi de 1,97, inferior à apresentada pelo Pará, de 2,55, ao contrário da taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes, que, na RI Carajás, foi de 2,06, ligeiramente maior que a taxa do estado, de 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02, a seguir, apresenta esses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, permitindo observar que, em 2010, 82,9 % dos domicílios brasileiros possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 87,4% tinham coleta de lixo. No estado do Pará, naquele ano, 47,9% dos domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Carajás, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 49% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 31,1%, e de coleta de lixo correspondia a 74,5%. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e coleta de lixo eram maiores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração do Carajás, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém, eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente apenas em Marabá, em 2019, dentre os doze municípios que compõem a RI Carajás, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios. – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Carajás	**49,32**	**5,02**	**75,78**
Bom Jesus do Tocantins	53,50	-	-
Brejo Grande do Araguaia	-	-	94,85
Canaã dos Carajás	-	-	77,58
Curionópolis	68,75	-	-
Eldorado dos Carajás	55,47	-	75,00
Marabá	33,83	0,74	89,49
Palestina do Pará	-	-	60,81
Parauapebas	87,58	15,53	92,54
Piçarra	-	-	28,20
São Domingos do Araguaia	68,77	-	29,43
São Geraldo do Araguaia	-	-	-
São João do Araguaia	25,81	-	-

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Ainda sobre o SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico.

Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água, em 2019. A RI Carajás apresentava um percentual maior de cobertura desse serviço, 49,3%, sendo Parauapebas o município da região com o maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, 87,6%.

Em relação ao esgotamento sanitário, a cobertura do serviço não chegou a 5% da população do estado, percentual registrado na região, onde apenas dois municípios têm sua população coberta, Parauapebas e Marabá, com 15,5% e 0,74, respectivamente.

Quanto à coleta de lixo domiciliar, em 2019, 54,5% da população paraense era atendida com o serviço, enquanto, na região, o percentual de atendimento era de 75,8%, sendo Brejo Grande do Araguaia e Parauapebas os municípios de maiores contingentes populacionais cobertos pelo serviço, 94,8% e 92,5%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar, na Tabela 10, que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando, aproximadamente, 23% do total de domicílios do estado, enquanto na RI Carajás, o déficit era de 21,6% do total de domicílios da região.

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Carajás, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI CARAJÁS	
Déficit Habitacional	Total	Percentual	Total	Percentual
	423.437	22,8	32.770	21,6
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	12.328	37,1
Coabitação Familiar	168.684	39,2	11.334	34,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	5.382	16,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	4.199	12,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**151.238**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Dentre os componentes, os domicílios precários correspondiam a 46,1% do déficit total do estado, e a 37,1% do total da região; e coabitação familiar representava,

aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 34% na RI Carajás. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 85% do déficit no estado do Pará e 71% na região Carajás. Em relação aos outros dois componentes, o ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e de 16,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e a 12,6% na região. Em ambos os componentes, proporcionalmente, a RI Carajás apresentou o dobro de domicílios, em relação ao estado.

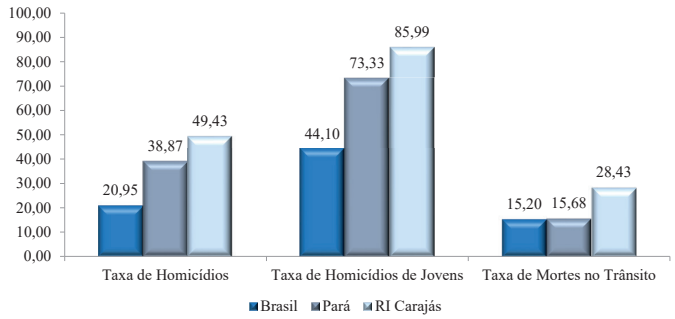
3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2019, a RI Carajás apresentou taxas superiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil, em relação aos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 38,87 homicídios, enquanto, na região, esse número foi de 49,43. Dos municípios da RI, Eldorado do Carajás e Piçarra apresentaram as maiores taxas, 62,12 e 61,63 homicídios, respectivamente, em contraposição à Palestina do Pará e São Geraldo do Araguaia, que figuraram com as menores taxas, 13,18 e 20,12 homicídios, na sequência.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada pela RI Carajás, em 2019, de 85,99 homicídios a cada 100 mil jovens, foi superior à taxa estadual, de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens. Parauapebas e Canaã dos Carajás apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 103,64 e 98,70 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Apenas o município de Brejo Grande do Araguaia não apresentou nenhuma morte de jovem, naquele ano.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2019, para a RI Carajás, foi de 28,43 mortes, superior à registrada pelo Pará, de 15,68 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram São Geraldo do Araguaia, com 60,37 mortes, e São João do Araguaia, com 42,87 mortes, enquanto Palestina do Pará e Bom Jesus do Tocantins apresentaram as menores taxas, 13,18 e 17,67, respectivamente.

Vale ressaltar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

Em relação às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2020, a RI Carajás apresentou taxas superiores às do Pará para todos os indicadores. A taxa de homicídios da região foi de 35,46 mortes e a do Pará, de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 15,65 e o Pará, de 10,91. Quanto à taxa de roubo, registrou-se um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Carajás, observou-se 804,81 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 11 - Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Carajás, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Carajás	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	45,20	35,46
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	14,29	15,65
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	932,96	804,81

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, o dobro do apresentado no Brasil, 15,20%. A Região de Integração Carajás teve resultado próximo ao do estado, com 33,39% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída, e, em situação oposta, quanto mais próximo o índice de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, na RI Carajás, em 2010, o Índice de Gini foi de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini, Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Carajás	33,39	0,55

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na região Carajás, no ano de 2020, 45,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 65,83% se declararam com renda igual ou abaixo da linha pobreza, e 47,6% das famílias inscritas receberam o Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que o Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 - População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Carajás	**45,26**	**65,83**	**47,59**
Bom Jesus do Tocantins	55,50	76,47	60,69
Brejo Grande do Araguaia	68,51	70,01	61,83
Canaã dos Carajás	56,55	74,06	46,84
Curionópolis	75,61	79,99	59,54
Eldorado dos Carajás	59,36	64,56	45,88
Marabá	37,74	61,19	42,98
Palestina do Pará	77,06	82,15	70,39
Parauapebas	40,15	58,99	40,19
Piçarra	58,27	70,75	56,62
São Domingos do Araguaia	54,56	78,65	64,03
São Geraldo do Araguaia	56,53	76,66	63,14
São João do Araguaia	80,91	79,24	65,57

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Os municípios de São João do Araguaia, Palestina do Pará e Curionópolis possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 80,9%, 77,1% e 75,6%, respectivamente. Dos inscritos, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Palestina do Pará, com 82,15%, Curionópolis, com 79,99%, e São João do Araguaia, com 79,24%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, o município que mais se destacou com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família, em 2020, foi Palestina do Pará, com 70,39% do total.

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira, via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227, os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Preveem, ainda, o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº

4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, consideram jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (dezenove) anos.

O número de jovens da RI Carajás correspondeu a 29,15% de sua população, em 2020. Dentre os municípios que a compõem, Marabá conta com o maior número de jovens, 80.876, equivalente a 28,52% de sua população, seguido de Parauapebas, com 68.054 jovens e participação de 31,86% em relação ao seu contingente populacional, maior concentração registrada na região, para esse ano. Os municípios com menos jovens foram Brejo Grande do Araguaia (1.911) e Palestina do Pará (1.946).

Tabela 14 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios (2018-2020).

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Carajás	**199.124**	**29,51**	**201.189**	**29,34**	**203.026**	**29,15**
Bom Jesus do Tocantins	4.571	27,14	4.551	26,80	4.526	26,44
Brejo Grande do Araguaia	1.972	26,68	1.943	26,33	1.911	25,94
Canaã dos Carajás	10.853	30,11	11.145	30,05	11.420	29,97
Curionópolis	4.868	27,02	4.775	26,63	4.679	26,22
Eldorado dos Carajás	9.359	27,79	9.298	27,50	9.225	27,18
Marabá	79.716	28,98	80.333	28,76	80.876	28,52
Palestina do Pará	1.996	26,28	1.973	26,00	1.946	25,67
Parauapebas	65.011	32,04	66.579	31,97	68.054	31,86
Piçarra	3.542	27,28	3.520	27,12	3.496	26,94
São Domingos do Araguaia	6.729	26,54	6.707	26,24	6.678	25,93
São Geraldo do Araguaia	6.801	27,21	6.688	26,92	6.568	26,59
São João do Araguaia	3.706	26,59	3.677	26,27	3.647	25,96

Fonte: IBGE/ FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Marabá e Parauapebas, por apresentarem maior contingente demográfico e concentração de vínculos de emprego, são os municípios que mais agregaram jovens na região Carajás; o primeiro com 15.713 e o segundo com 16.540 jovens vinculados a empregos. Juntos, representaram, cerca de, 80% do total de empregos ocupados por jovens dessa RI. O menor número de vínculos foi registrado em Palestina do Pará (109), São João do Araguaia (117) e Brejo Grande do Araguaia (133).

Tabela 15 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal – Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Carajás	**130.275**	**40.036,00**	**30,73**
Bom Jesus do Tocantins	1.196	240	20,07
Brejo Grande do Araguaia	652	133	20,40
Canaã dos Carajás	14.226	4.241	29,81
Curionópolis	2.224	670	30,13
Eldorado dos Carajás	2.062	651	31,57
Marabá	50.372	15.713	31,19
Palestina do Pará	493	109	22,11
Parauapebas	52.372	16.540	31,58
Piçarra	1.325	343	25,89
São Domingos do Araguaia	1.706	336	19,70
São Geraldo do Araguaia	2.905	943	32,46
São João do Araguaia	742	117	15,77

Fonte: MTE/RAIS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que, se estabelecendo de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[4]).

Em 2019, do total de nascidos vivos no Pará, 22,64% eram de mães menores de 19 anos de idade, tendo diminuído cerca de 3,8% em relação a 2015. Na RI Carajás, esse dado foi de 19,4%, com diminuição de 5,3 p.p., entre 2015 e 2019.

Considerando os municípios componentes dessa RI, os maiores percentuais de jovens menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos, em 2019, ocorreram em Palestina do Pará (31,43%) e Brejo Grande do Araguaia (28%). Parauapebas (16,08%) e Canaã dos Carajás (16,35%) demarcaram os menores índices. Entre 2018 e 2019, todos os municípios apresentaram redução desses percentuais, exceto Palestina do Pará que cresceu de 30% para 31,43%.

Tabela 16 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Carajás (2015-2019).

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Carajás	**24,75**	**23,63**	**21,65**	**21,05**	**19,40**
Bom Jesus do Tocantins	35,18	31,45	29,78	31,77	27,74
Brejo Grande do Araguaia	28,16	24,05	25,81	28,26	28,00
Canaã dos Carajás	23,50	24,78	20,99	19,24	16,35
Curionópolis	32,50	26,83	25,86	23,38	23,08
Eldorado dos Carajás	28,57	30,81	27,60	27,74	27,12
Marabá	24,76	22,96	21,77	21,02	20,03
Palestina do Pará	31,13	40,45	25,77	30,00	31,43
Parauapebas	21,96	20,48	18,44	17,48	16,08
Piçarra	30,41	27,66	28,02	35,23	22,42
São Domingos do Araguaia	34,29	34,22	26,67	26,07	24,72
São Geraldo do Araguaia	26,96	29,81	30,57	28,36	25,23
São João do Araguaia	30,97	31,48	30,00	30,00	26,49

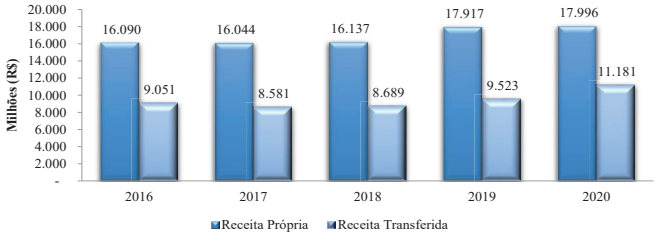
Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões.

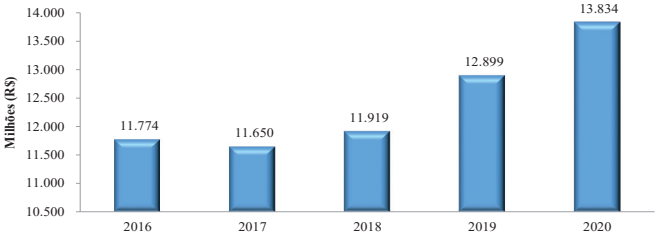
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda na arrecadação de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, com R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

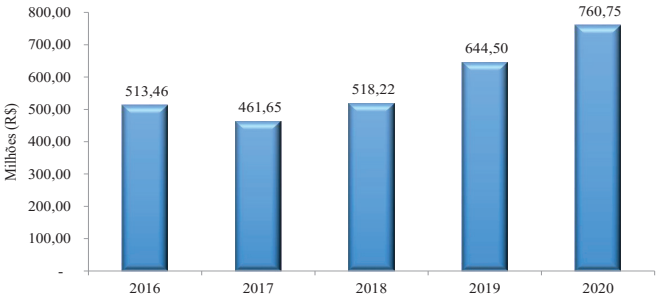
Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

De 2016 para 2017, o repasse da quota-parte do ICMS destinado à RI Carajás sofreu um decréscimo de 10%. A partir de 2018, ocorreu um crescimento desse montante, chegando a R$ 760,7 milhões, em 2020, representando 27,5% do total do imposto partilhado entre as 12 regiões.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da R.I. Carajás, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

[3] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[4] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos repasses para os municípios que compõem a RI Carajás, em 2020, o de Parauapebas foi a maior quantia, em torno de R$ 390 milhões, equivalente a mais da metade do valor destinado para a região (51,3%). Marabá e Canaã dos Carajás vieram a seguir, com 21,9% e 17,3% do montante. Os municípios que receberam a menor parcela foram Bom Jesus do Tocantins, com 0,7%, e Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará e São João do Araguaia receberam, cada um, 0,5% do valor total do repasse para a região.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Carajás	**513.460.550**	**461.646.757**	**518.218.166**	**644.500.771**	**760.751.762**
Bom Jesus do Tocantins	4.695.570	4.407.683	4.760.847	4.845.870	5.207.610
Brejo Grande do Araguaia	3.521.677	3.711.733	3.332.593	3.570.641	4.021.073
Canaã dos Carajás	59.633.736	48.252.525	41.181.324	60.445.858	131.836.988
Curionópolis	7.747.690	9.511.315	15.234.710	21.423.848	21.796.605
Eldorado dos Carajás	6.808.576	7.191.482	7.141.270	7.141.283	8.188.791
Marabá	129.128.168	140.117.910	146.157.995	160.168.771	166.606.234
Palestina do Pará	3.052.120	3.015.783	3.094.550	2.805.504	3.810.396
Parauapebas	274.456.051	219.920.164	270.892.179	357.064.139	390.592.177
Piçarra	6.573.798	6.727.516	6.903.228	6.886.237	7.208.840
São Domingos do Araguaia	4.930.348	5.103.632	5.951.058	5.866.054	5.746.188
São Geraldo do Araguaia	9.156.361	9.743.298	9.521.693	9.946.787	11.664.845
São João do Araguaia	3.756.456	3.943.716	4.046.720	4.335.779	4.072.015

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2021.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Carajás é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Da área total da região, 44.729 km², 11.597 km² (25,93%) correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014), porém, o desmatamento acumulado já alcançou 28.166 km² (62,97%). Em termos municipais, Marabá detinha, em 2020, a maior área de desmatamento acumulado, 8.853 km², e, também, registrou o maior número de focos de calor, 380 focos.

Tabela 18 – Área Total, Desmatamento acumulado (km²) e Focos de Calor, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
Carajás	**44.729,35**	**28.166,40**	**851**
Bom Jesus do Tocantins	2.816,60	1.808,90	109
Brejo Grande do Araguaia	1.288,48	1.073,50	12
Canaã dos Carajás	3.146,82	1.748,20	49
Curionópolis	2.369,10	2.068,20	25
Eldorado do Carajás	2.956,69	2.761,20	39
Marabá	15.128,06	8.853,40	380
Palestina do Pará	984,36	829,80	14
Parauapebas	6.885,79	1.335,80	110
Piçarra	3.312,71	2.932,20	24
São Domingos do Araguaia	1.392,46	1.298,60	19
São Geraldo do Araguaia	3.168,38	2.506,20	38
São João do Araguaia	1.279,89	950,40	32

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, uma parcela de 89,34% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado. Entre os municípios que compõem a região, Eldorado do Carajás é o município que possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96,97%), seguido por Palestina do Pará (94,04%) e Curionópolis (93,08%).

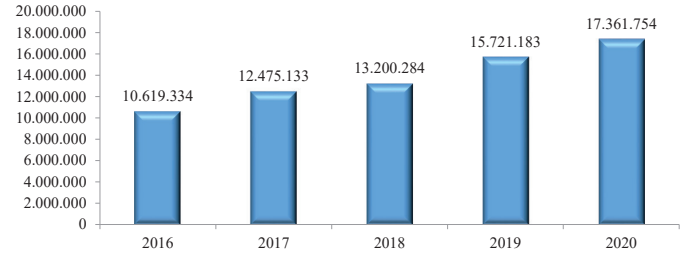
Tabela 19 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Carajás, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Carajás	**44.727,93**	**32.779,66**	**73,29**	**29.286,08**	**89,34**
Bom Jesus do Tocantins	2.818,63	2.138,69	75,88	1.804,31	84,37
Brejo Grande do Araguaia	1.290,01	1.215,40	94,22	1.038,10	85,41
Canaã dos Carajás	3.144,97	1.725,23	54,86	1.538,14	89,16
Curionópolis	2.368,53	2.363,87	99,80	2.200,19	93,08
Eldorado do Carajás	2.957,09	2.945,68	99,61	2.856,43	96,97
Marabá	15.122,47	11.555,34	76,41	10.547,80	91,28
Palestina do Pará	985,66	942,89	95,66	886,65	94,04
Parauapebas	6.881,30	1.487,31	21,61	1.114,50	74,93
Piçarra	3.314,05	3.234,76	97,61	2.798,61	86,52
São Domingos do Araguaia	1.393,53	1.377,74	98,87	1.195,56	86,78
São Geraldo do Araguaia	3.170,75	2.622,61	82,71	2.371,33	90,42
São João do Araguaia	1.280,94	1.170,14	91,35	934,47	79,86

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Entre 2016 e 2020, a RI Carajás teve uma participação média de 7,8% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2020, a região contabilizou um montante de R$ 17,362 milhões, com o município de Marabá detendo a maior parcela (13,55%), seguido por Eldorado dos Carajás (9,45%) e São Geraldo do Araguaia (9,05%).

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS Verde na Região de Integração Carajás, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde (R$) repassado para os municípios da Região de Integração Carajás no período de 2016 e 2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Carajás	**10.619.334**	**12.475.133**	**13.200.284**	**15.721.183**	**17.361.754**
Bom Jesus do Tocantins	905.931	742.477	1.213.117	1.372.119	1.482.218
Brejo Grande do Araguaia	551.464	763.177	651.520	929.711	956.508
Canaã dos Carajás	1.298.787	1.277.170	1.238.210	1.341.924	1.439.768
Curionópolis	655.414	1.277.168	1.216.417	1.438.020	1.568.184
Eldorado dos Carajás	757.925	1.029.728	1.240.236	1.466.148	1.640.269
Marabá	1.309.276	1.803.156	1.863.107	2.098.266	2.352.199
Palestina do Pará	596.900	765.739	671.150	944.074	1.448.093
Parauapebas	1.740.884	1.277.171	1.321.491	1.322.360	1.377.073
Piçarra	647.199	736.824	791.517	1.091.891	1.096.457
São Domingos do Araguaia	644.308	765.931	1.111.910	1.335.791	1.374.588
São Geraldo do Araguaia	966.601	1.277.168	1.219.689	1.469.577	1.571.886
São João do Araguaia	544.643	759.423	661.920	911.302	1.054.512

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Carajás**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R$1,00) 2022 - 2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	13.367.343,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	47.883.392,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	12.102.158,00
Cultura	1.378.179,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	105.382.544,00
Direitos Socioassistenciais	10.587.602,00
Educação Básica	365.703.984,00
Educação Profissional e Tecnológica	9.231.786,00
Educação Superior	6.703.767,00
Esporte e Lazer	1.967.439,00
Governança Pública	23.010.139,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	25.230.816,00
Infraestrutura e Logística	60.351.266,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	2.234.893,00
Saúde	277.132.103,00
Segurança Pública	65.640.877,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.460.644,00
	1.029.368.932,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022- 2023
Manutenção da Gestão	624.177.570,00
	624.177.570,00

TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

Região de Integração: **Carajás**

TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura — 13.367.343,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	3.52	06/2019	ADEPARA	480,478.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Milho)	Kg/Hectare	2,993.00	06/2019	IBGE	3,638.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	813,00	12/2020	EMATER	2022	900,00
					2023	1.000,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	120,00	12/2018	SEDAP	2022	98,00
					2023	140,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	250,00	12/2018	SEDAP	2022	289,00
					2023	304,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 12 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Habilitar o Estado para a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Carajás**

TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos — 47.883.392,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	41,66	12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	25,00
					2023	25,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar Usina da Paz em Canaã do Carajás

Implantar Usina da Paz em Marabá

Implantar Usina da Paz em Parauapebas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	SEAC
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	DETRAN, Fundação ParáPaz, IGEPREV, JUCEPA, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Implementação das Usinas da Paz	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz, SEAC
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 12.102.158,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.10	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	66,66	12/2020	FAPESPA	2022	66,66
					2023	66,66

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	PRODEPA

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Compromisso Regional

Conceder 400 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Carajás

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	SECTET
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 1.378.179,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	25.00	12/2018	SECULT/FCP	66.67

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FUNTELPA
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 105.382.544,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	7,53	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	8,78
					2023	8,78
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	60,84	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	66,09
					2023	67,59

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 7.920 Pessoas com Esgotamento Sanitário na Região de Integração Carajás - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 10.587.602,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-25,65	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022 2023	5,00 5,00
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	4,09	12/2018	FASEPA	2022 2023	6,00 6,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	61,90	12/2018	FASEPA	2022 2023	63,00 63,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Semiliberdade em Marabá - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 365.703.984,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3.40	12/2017	INEP/SEDUC	4.10
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	2.70	12/2017	INEP/SEDUC	3.20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	15,00	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	13,60 13,30
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,23	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	16,03 15,82
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	79,10	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	81,10 81,50
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,20	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	78,10 78,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	5,90	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	5,30 5,20
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	6,54	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	5,87 5,78

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais na Região Carajás - DS

Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais na Região Carajás - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 38 escolas nos Municípios de Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 9.231.786,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	338,00	12/2018	SECTET	2022	550,00
					2023	580,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos na Região Carajás

Implantar Escola de Ensino Técnico em Parauapebas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	SECTET
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 6.703.767,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	5.69	12/2018	UEPA	3.31

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	5,00	12/2018	UEPA	2022	16,00
					2023	12,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 1.967.439,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	314,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	230,00
					2023	270,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 23.010.139,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	5,211,565.00	12/2020	SEFA	5,870,539.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,32	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022 2023	0,48 0,48

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	11º CRS - Marabá, ADEPARÁ, CRG - Marabá, EGPA, Enc. CBM, FASEPA, HEMOPA, IASEP, PGE, SEDOP, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar o Governo Itinerante - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Fortalecimento da Gestão Municipal	Município Atendido	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Marabá, SEPLAD
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, SEDAP, SEFA
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Marabá
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Marabá, DETRAN, EMATER, PGE, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS, SEPLAD

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 25.230.816,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	(2.20)	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	4.00
Receita gerada pelo turismo	U$	43,153.22	12/2018	SETUR	3,066,392.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	16,00	12/2018	BANPARA	2022 2023	101,00 121,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2,00	12/2018	JUCEPA	2022 2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	37,00	07/2019	SEDEME	2022 2023	93,00 98,00
Número de turistas	Unidade	49.158,00	12/2018	SETUR	2022 2023	41.781,00 42.826,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Cadeia Produtiva Apoioada	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Segmento Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Incentivo Realizado	Un	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Manutenção de Equipamentos Turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Carajás**

TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística — 60.351.266,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	57.08	12/2018	SETRAN	93.75

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	1,63	12/2020	SETRAN	2022	46,15
					2023	16,33

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Duplicar a BR-222 (Estadualização), Trecho: BR-230 e Rio Tocantins no Município de Marabá - 5 Km - DS

Pavimentar a PA-160 (Transcarajás) Trecho: Sede do Município Canaã dos Carajás / BR 155 (Posto 70) no Município de Canaã dos Carajás - 44 Km

Pavimentar a PA-477, Trecho Ent. PA-153 / Piçarra, subtrecho Ent. Vicinal Armazém Castro / Piçarra, com extensão de 13,30 Km

Restaurar a Pista de Rolamento e Implantar o Acostamento na Rodovia PA-275 . Trecho 1: no Trecho Entr. BR-155 (Eldorado dos Carajás) / Perímetro Urbano de Curionópolis, com extensão de 30,28 km. Trecho 2: no Trecho Perímetro Urbano de Curionópolis / Perímetro Urbano de Parauapebas, com extensão de 32,37 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Carajás**

TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável — 2.234.893,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	2.95	12/2018	PRODES/INPE	4.05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	75,00	12/2019	SEMAS	2022	91,60
					2023	91,66

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 277.132.103,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	8.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	7.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13.71	12/2019	SIM	13.02
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	267.30	12/2020	MS/SIM	267.29

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	76,97	12/2020	EGESTOR	2022	78,22
					2023	79,47
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	25,00	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,06	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,06
					2023	1,10
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	33,20	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,27	12/2018	SIA	2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,13	12/2018	SIA	2022	0,22
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	11º CRS - Marabá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	11º CRS - Marabá, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	11º CRS - Marabá
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	11º CRS - Marabá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	11º CRS - Marabá
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública 65.640.877,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	207.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	201.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	54.60	12/2020	SEGUP	51.10
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	35.50	12/2020	SEGUP	31.80
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	796.10	12/2020	SEGUP	712.86
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	484.40	12/2020	SEGUP	446.10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	1,68	12/2018	SEAP	2022	1,08
					2023	1,20
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	8.008,00	12/2018	PMPA	2022	15.215,00
					2023	17.618,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	87,00	12/2018	DETRAN	2022	90,00
					2023	91,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	52,00	12/2018	DETRAN	2022	55,00
					2023	56,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	75,90	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022	87,50
					2023	89,20
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	26,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	31,00
					2023	32,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	91,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo
Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional
Construir Centro de Recuperação Agrícola Semiaberto em Marabá
Construir Unidade Prisional em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Construir a 25ª Companhia Independente da Polícia Militar em Eldorado dos Carajás
Implantar Base Operacional Aérea em Marabá
Implantar Unidade Integrada de Segurança Pública em Marabá - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Carajás**

TOTAL GERAL: **1.653.546.502,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 1.460.644,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(0.56)	12/2018	MTE/RAIS	1.40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	9,60	12/2018	SEASTER/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	2022 2023	5,00 5,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	15,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	17,00 18,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	10,20	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	12,00 13,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

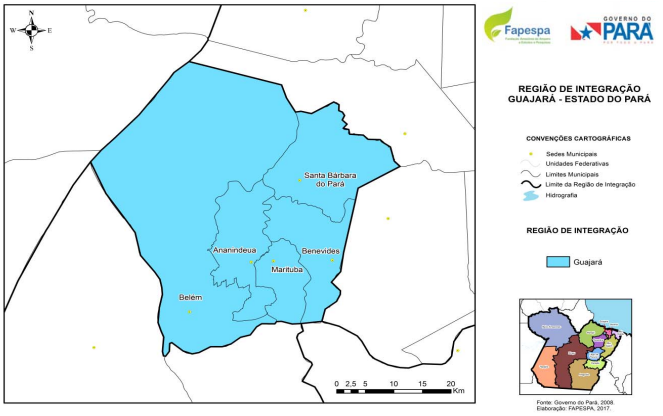
Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Objetivo / Ação

Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	8.177.540,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	100.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	69.778.190,00
Concessão de Auxílio Fardamento	2.480.550,00
Concessão de Auxílio Transporte	3.106.515,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.196.135,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	532.338.640,00
	624.177.570,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Guajará, criada pelo Decreto Lei Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por cinco municípios (Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará). É uma das regiões de ocupação mais antiga do estado, datam do período colonial, séc. XVI, povoada por índios, portugueses, árabes, franceses, italianos e espanhóis, e no séc. XX, os japoneses (1929). Constituída ainda por processo de migração interna séculos XIX e XX, com imigrantes do nordeste, Goiás, Minas Gerais e outros estados do Brasil. Localizada no nordeste paraense e entrecortada pela rodovia BR-316, a RI Guajará detém uma área territorial de, aproximadamente, 2.000 km^2, o que representa 0,2% da área total do Pará.

Belém, a capital do estado, fundada em 1616, pela política econômica militarista do Estado português, a partir de um forte militar denominado Forte do Presépio, como marco da colonização portuguesa na Amazônia, é o município mais populoso do Pará e berço do movimento cabano, por ser a capital política do estado e centro econômico regional.

Com exceção de Belém e de Santa Bárbara, fundado a partir da construção da Rodovia Belém-Mosqueiro, os outros municípios da região nasceram das vilas operárias estabelecidas para a construção da estrada de ferro Belém-Bragança. A região é marcada por intensos ciclos econômicos, como o da borracha e o resultante da política nacional de ocupação da Amazônia, implementada a partir dos anos de 1970. Hoje, localizam-se, na região, o distrito industrial de Icoaraci, pertencente ao município de Belém, e o distrito industrial de Ananindeua, do município de mesmo nome, o segundo mais populoso do Pará e o terceiro da Amazônia.

A população da RI Guajará foi estimada pelo IBGE, em 2020, em 2.254.090 ~~de~~ habitantes, correspondendo a 26% do total do estado. Belém é o município de maior contingente populacional, representando 66,5% da RI, seguido de Ananindeua, 23,8%, e Marituba, 5,9%. A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2020, foi de 0,99%, abaixo da média estadual, 1,41%, para o mesmo período.

A RI Guajará é caracterizada por densidades urbanas relativamente mais elevadas, concentração de comércio, serviços e de instituições públicas, como universidades, hospitais, bancos e sedes regionais de ministérios, órgãos federais e estaduais. Como consequência de um crescimento desordenado e de grandes densidades populacionais, apresenta altos índices de periferização, com 52% dos domicílios caracterizados pelo IBGE como *aglomerados subnormais* (IBGE, 2010) e com indicadores metropolitanos preocupantes, principalmente na área de saneamento básico, sobretudo água e esgoto[1].

As manifestações religiosas e profanas contribuem para a riqueza turística dessa RI. O turismo religioso e o turismo ecológico exercem forte atrativo popular. Destacam-se as festividades religiosas do Círio de Nazaré, São Sebastião, Santa Rosa, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Santa Bárbara, Nossa Senhora do Carmo, Círio do Menino Deus, as festas populares, o complexo turístico da Cidade Velha, o Ver-o-Peso, a Estação das Docas, Feliz Lusitânia, Feira de Cerâmica do Paracury, praças, igarapés, parques ecológicos, culinária de pratos típicos regionais, museu Parque Seringal, área de proteção ambiental recentemente inclusa no Cadastro Nacional de Museus pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do Ministério da Cultura.

[1] PNSB-IBGE (**Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/defaultquest_2008.shtm>. Acesso em: 04 jul. 2015.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[2] da Região de Integração Guajará, em 2018, contribuiu com R$ 42,7 bilhões (43%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado (VA) é o de Serviços, com R$ 23,4 bilhões ou 55% do VA total da região. A segunda maior atividade, em termos de VA, é Administração Pública, que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, adicionando R$ 7,4 bilhões (17%), seguido do setor industrial, que registrou uma agregação de valor de R$ 5,5 bilhões (13%) à economia da região.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Guajará, Pará, 2018.

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Guajará
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**42.672.412**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**36.437.210**
Valor Adicionado Total %	85,82%	91,04%	85,39%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**92.627**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	0,22%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**5.505.868**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	12,90%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**23.429.649**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	54,91%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**7.409.066**
% VA Administração Pública	14,93%	20,09%	17,36%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**13.279.177**	**5.752.526**
% Impostos	14,18%	9,62%	14,64%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a região Guajará, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram Belém, com participação de 74%, e Ananindeua, com 18% de contribuição, que juntos correspondem por 91% do total do VA regional.

Tabela 02: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Guajará, 2018.

Item Geográfico	PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil	**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará	**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Guajará	**42.672.412**	**92.627**	**5.505.868**	**23.429.649**	**7.409.066**	**6.235.203**
Ananindeua (18%)	7.523.457	10.036	1.009.736	3.931.317	1.648.846	923.523
Belém (74%)	31.484.849	69.341	3.809.666	17.930.735	4.947.567	4.727.541
Benevides	1.589.870	3.631	451.768	590.578	225.615	318.278
Marituba	1.901.872	1.792	196.566	940.006	513.200	250.308
Santa Bárbara do Pará	172.363	7.827	38.132	37.014	73.838	15.552

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

[2]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

O Quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região Guajará, as principais atividades em termos de VA, em 2018, foram: o Comércio e manutenção de veículos; as Atividades imobiliárias; a Construção civil; o Alojamento e alimentação; e a Intermediação financeira.

Quadro 01 - Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública– Região de Integração Guajará, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Guajará	**Comércio e manutenção de veículos**	**Atividades imobiliárias**	**Construção civil**	**Alojamento e alimentação**	**Intermediação financeira**
Ananindeua	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Construção civil	Indústria de transformação	Alojamento e alimentação
Belém	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Construção civil	Intermediação financeira	Alojamento e alimentação
Benevides	Indústria de transformação	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte, armazenagem e correio
Marituba	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Construção civil	Indústria de transformação	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Santa Bárbara do Pará	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Produção e distribuição de eletricidade e água	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O município de Belém apresentou, em 2018, como principais atividades o Comércio e manutenção de veículos, com destaque para os segmentos de combustíveis, automóveis e produtos alimentícios; as Atividades imobiliárias; a Construção civil; a Intermediação financeira; e Alojamento e alimentação.

Para Ananindeua, os destaques foram para o Comércio e manutenção de veículos, tendo como principais segmentos os de automóveis, produtos alimentícios, medicamentos

e peças e acessórios de veículos automotores; as Atividades imobiliárias; a Construção civil; a Intermediação financeira; e Alojamento e alimentação.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, e a RI Guajará contabilizou um saldo negativo de US$ 455 mil. Os principais produtos exportados da região são: madeira perfilada, com Belém respondendo por 50,6% da comercialização regional com o setor externo; e bovinos vivos, sendo Ananindeua responsável por 83% da comercialização externa da RI.

Tabela 03 – Balança Comercial - Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Guajará	**312.925.682**	**1,55**	**313.381.065**	**26,12**	**-455.383**
Ananindeua	75.109.720	24,00	3.550.300	1,13	71.559.420
Belém	195.771.189	62,56	304.276.649	97,09	-108.505.460
Benevides	10.388.268	3,32	5.090.147	1,62	5.298.121
Marituba	12.612.632	4,03	463.969	0,15	12.148.663
Santa Bárbara do Pará	19.043.873	6,09		0,00	19.043.873

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Quanto às importações, o produto de maior valor importado pela RI Guajará é o óleo de petróleo, que representou 74,4% do valor total importado pela região.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Guajará, em 2019, registrou-se um total de 499 mil vínculos formais, equivalentes a 45,6% dos empregos formais do Pará. O setor de Serviços deteve, cerca de, 40,8% do total do estoque formal da região, seguido pela Administração Pública, 29%, e Comércio, 18,5%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados mostraram-se, Belém, com 80,6%, Ananindeua, com 13,6%, e Marituba, com 3,2%.

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Guajará
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	860.700
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	10,81
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	48,30
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**499.338**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	86
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	21.848
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	4.720
Construção Civil	2.012.211	61.981	27.712
Comércio	9.453.390	206.789	92.402
Serviços	17.843.857	310.933	203.790
Adm. Pública	8.865.548	356.141	145.021
Agropecuária	1.477.081	49.712	3.759

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 445 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 52% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

A infraestrutura rodoviária na RI Guajará é formada por malha viária federal e estadual. A principal rodovia da região, de jurisdição federal, BR-316, dá acesso a rodovias estaduais e a BR-010, que interliga o Pará ao centro-oeste e sul do país, permitindo a inter-relação com outras regiões de integração e estados brasileiros. Cita-se também as rodovias estaduais, PA-391, PA-408, PA-406 e PA-483 - denominada de Alça Viária, importantes pela ligação com o sudeste e sul do estado.

Vale ressaltar, ainda, as arteriais do sistema viário de Belém, que possibilitam a ligação entre os municípios da região, destacando-se a Avenida Almirante Barroso, pelo acesso a BR-316; Avenida Augusto Montenegro, pelo acesso ao distrito de Icoaraci (Belém); Avenida Independência, pelo acesso ao município de Ananindeua; e Avenida João Paulo II, pelo acesso a BR-316.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange, também, dois aeroportos, cinco portos e duas travessias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Guajará.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Belém (Val-de-cães e Brigadeiro Protásio)
Rodovias	PA-391, PA-408, PA-406, PA-483 e BR-316
Travessias	PA-151 Rio Guamá (Arapari - Belém)
	Baia do Marajó: Belém (Icoaraci) - Camará
Portos	Porto de Belém
	Terminal de Outeiro
	(IP4) Icoaraci
	(IP4) Mosqueiro
	Porto Miramar

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: FAPESPA, 2019

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Guajará será contemplada com, cerca de, R$ 1,57 bilhões, o que corresponde a 1,3% do total previsto para o estado. Dentre os projetos destaca-se o Terminal de Granel Vegetal, estimado em R$ 638 milhões, na Ilha de Outeiro, distrito do município de Belém.

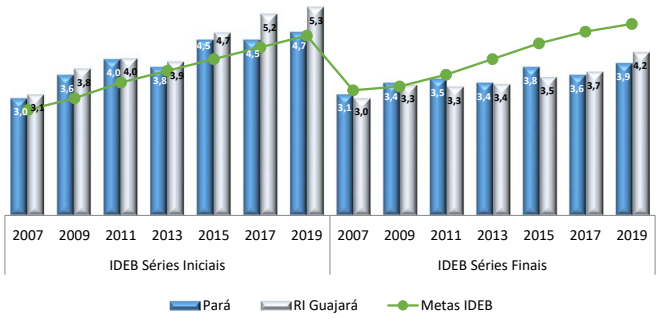
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Guajará, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. Em relação as séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, as metas não foram alcançadas nos anos observados. No Pará e na RI Guajará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, mas não suficiente para alcançar as metas previstas, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Guajará, em relação às Metas IDEB do Pará - Séries Iniciais e Finais - 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Guajará.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[3], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, que propõe a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do

[3] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno às atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

As taxas de aprovação do Brasil, Pará e da região Guajará, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 97% de aprovação; e os municípios registraram aprovações acima de 98%. Assim como as taxas de aprovação no ensino médio mantiveram-se acima de 99% tanto para o estado como para a RI e seus municípios, à exceção de Marituba que alcançou 98,4%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%, enquanto a da região chegou a 0,2% de reprovados. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Marituba e Ananindeua, 0,6% e 0,3%, respectivamente. No ensino médio, as taxas de reprovação foram menores ainda, 0,1%, ao nível estadual e regional, registrando-se 0% nos municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará, e 0,2% em Ananindeua e Belém.

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou abaixo do valor do Brasil (1%) e, também, da taxa registrada pelo estado do Pará (1,7%), alcançando 0,7% de abandono. O município de Belém registrou o maior percentual da região, de 1,7%, e o menor registro foi em Santa Bárbara do Pará, com 0,2%. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e da taxa do Pará (0,7%), com o registro de 0,6%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Marituba, com 1,6% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, com uma das piores taxas de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Guajará	**99,0**	**99,3**	**0,2**	**0,1**	**0,7**	**0,6**
Ananindeua	98,4	99,2	0,3	0,2	1,3	0,6
Belém	98,1	99,3	0,2	0,2	1,7	0,5
Benevides	99,7	99,9	0,1	0,0	0,2	0,1
Marituba	99,1	98,4	0,6	0,0	0,3	1,6
Santa Bárbara do Pará	99,8	99,6	0,0	0,0	0,2	0,4

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,5%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região, no ensino fundamental, o município de Marituba se destaca com a maior taxa de distorção (25,8%), e o de Benevides, com a menor taxa (17,9%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Marituba (47,5%), e a menor distorção em Belém (38,3%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Guajará	**22,4**	**21,2**	**44,5**	**43,3**
Ananindeua	20,6	18,9	40,2	38,7
Belém	21,5	20,4	39,5	38,3
Benevides	20,5	17,9	49,3	47,3
Marituba	26,6	25,8	46,6	47,5
Santa Bárbara do Pará	23,0	22,8	47,1	44,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Guajará, a taxa de mortalidade infantil, de 14,59 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) foi ligeiramente inferior à do Pará, de 15,14. Os municípios da região apresentaram taxas de mortalidade infantil muito próximas umas das outras, sendo: Belém, 15,49; Santa Bárbara do Pará, 15,15; Benevides, 14,01; Marituba, 13,79; e Ananindeua, 12,55.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 1.678 agentes, equivalentes a uma proporção de cobertura de 73,55%, inferior à do Pará, de 76,46%. Apenas os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará possuem 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Belém, com apenas 23,07% de cobertura.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), as 261 implantadas na RI equivalem a uma proporção de cobertura média de 66,71%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 57,64%. Até dezembro de 2020, apenas o município de Benevides possuía 100% da população estimada coberta, com destaque negativo, novamente, para Belém, com apenas 23,11% de cobertura.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guajará
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	14,59
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	73,55
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	66,71
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	59
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	0,89
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	2,94

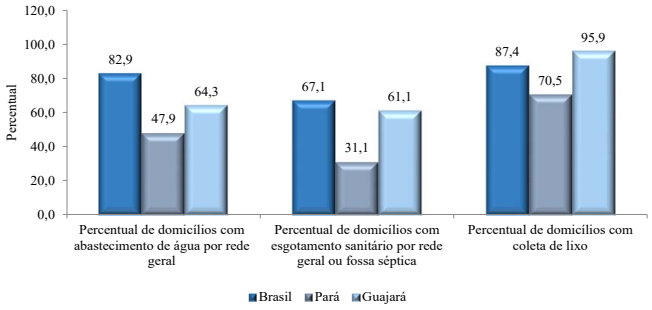
Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Verificando os indicadores de infraestrutura, em abril de 2021, a RI Guajará apresentava 59 hospitais (hospital geral, hospital especializado e hospital/dia), com destaque para o Hospital Regional Dr. Abelardo Santos e Hospital de Campanha COVID 19 Belém, referências no tratamento da doença, e o Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, em Belém; e Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, assim como o Hospital Público Estadual Galileu, em Ananindeua. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), em 2020, a taxa apresentada pela RI foi de 0,89, inferior à do Pará, de 2,55, fato que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 2,94, na RI, superior à do estado, de 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Guajará, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guajará, em 2010. Observa-se que, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guajará, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 64,3% dos domicílios, 61,1% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 95,9% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços disponibilizados eram maiores na região do que no estado, com destaque para o serviço de coleta de lixo, que abrangia quase todos os domicílios da região.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção

do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém, eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, em 2019, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente em três (Ananindeua, Belém e Marituba) dos cinco municípios que compõem a RI Guajará, segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Guajará	**57,80**	**11,65**	**93,96**
Ananindeua	32,42	2,08	99,75
Belém	71,50	15,77	96,00
Benevides	-	-	-
Marituba	31,17	10,83	99,77
Santa Bárbara do Pará	64,52	0,62	47,44

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Ainda sobre o SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água, em 2019. A RI Guajará apresentava um percentual maior, com, aproximadamente, 58% de cobertura desse serviço, sendo Belém o município dessa região que possuía maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, com 71,5%.

Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e, na região, este percentual foi de 11,65%, sendo, novamente, Belém o município com a maior cobertura, 15,77%. Quanto à coleta de lixo domiciliar, 54,5% da população paraense possuía o serviço, em 2019, enquanto, na região, a cobertura alcançou 93,96%, com os municípios de Marituba, Ananindeua e Belém registrando os maiores contingentes populacionais cobertos pelo serviço, 99,77%, 99,75% e 96%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir, que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guajará, o déficit era de 18,9% do total de domicílios. Em 2010, o componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 14,3% do total da região. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios, no Pará, e 61,3%, na região Guajará. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit, no estado, e 75%, na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 14,6%, na região. O adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios, no Pará, e 9,8%, na RI Guajará. Proporcionalmente, em ambos os casos, a cobertura desses serviços era maior na região que no estado.

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guajará, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI GUAJARÁ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	102.037	18,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.800	14,3
Coabitação Familiar	168.684	39,2	63.539	61,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	15.131	14,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	10.170	9,8
Total Domicílios	**1.859.165**		**540.159**	

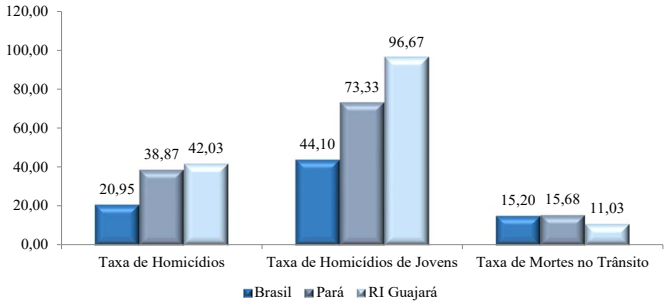
Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (Taxa de homicídios por 100 habitantes, Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e Taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2019, a RI Guajará apresentou taxas superiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 29 anos, e taxa inferior para o indicador Taxa de Mortes por Acidentes no Trânsito. A taxa de homicídios no Pará, atingiu 38,87 homicídios, enquanto na RI, esse número foi de 42,03. Dentre os municípios da região, Santa Bárbara do Pará apresentou a maior taxa, 56,93 homicídios, em contraposição a Belém, que registrou 40,60 casos de homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2019, pela RI Guajará, foi de 96,67 homicídios a cada 100 mil jovens, superior à taxa estadual, de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente o município de Santa Bárbara do Pará apresentou a maior taxa entre os municípios da região, com 120,38 homicídios por 100 mil jovens, e o município de Belém apresentou a menor taxa, 95,07 casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Guajará, em 2019, foi de 11,03 mortes, inferior à do Pará, 15,68 mortes. O município que observou a maior taxa também foi Santa Bárbara do Pará, 23,72 mortes, enquanto Belém apresentou a menor taxa, com 9,91 casos de mortes.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram Taxa de Homicídios, Taxa de Homicídios no Trânsito e Taxa de Roubo, todos por 100 mil habitantes.

Em 2020, a RI Guajará apresentou taxas superiores ao Pará para o indicador Taxa de Roubo, e taxa inferior para os indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios no Trânsito. A taxa de homicídios da RI Guajará foi de 18,99 mortes e do Pará, de 24,94. Em

relação à Taxa de Homicídios no Trânsito, a RI registrou 6,74 e o Pará, 10,91. Outro indicador que compõe essa síntese é a Taxa de Roubo, que apontou um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Guajará, 1.686,76 roubos por 100 mil habitantes, mais do que o dobro da registrada pelo estado.

Tabela 11 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guajará, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Guajará	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	29,30	18,99
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	7,46	6,74
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	2.287,96	1.686,76

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, enquanto a região Guajará registrou um total de 20,88% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guajará apresentou, em 2010, um Índice de Gini de 0,51, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Guajará	**20,88**	**0,51**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2020, na RI Guajará, 40,56% da população de seus municípios estava inscrita no CadÚnico. Desses inscritos, 65,64% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 44,42% das famílias inscritas receberam o benefício do programa Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guajará e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Guajará	**40,56**	**65,64**	**44,42**
Ananindeua	38,07	54,58	36,80
Belém	39,67	67,31	45,23
Benevides	64,33	82,17	62,01
Marituba	45,89	73,72	49,76
Santa Bárbara do Pará	61,00	72,29	57,13

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Dos municípios que compõem a região, Benevides e Santa Bárbara possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 64,33% e 61%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Benevides, com 82,2%, e Marituba, com 73,72%. O município que registrou o maior número de famílias que receberam os benefícios do programa Bolsa Família foi o de Benevides, com 62,01% do total.

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira, via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227, os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Preveem, ainda, o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, consideram jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (dezenove) anos.

A população estimada de jovens no Pará, em 2020, obteve média de 27,54%, em relação à população total do estado. Nesse ano, a RI Guajará, que comporta a capital paraense e parte da Região Metropolitana de Belém, possuía 564.312 jovens, equivalentes a 25% da sua população. Nesse mesmo ano, Belém e Ananindeua compreendiam a maior população jovem da região, que, somada, correspondia a 89,6% dos jovens da RI.

Em todos os anos analisados, os maiores percentuais de jovens em relação à população dos municípios ocorreram em Marituba (29,2%, em 2020) e Benevides (28,3%, em 2020); por outro lado, apesar de obter maior número de jovens em relação ao total da sua população, Belém demonstrou ter a menor concentração percentual (23,9%, em 2020).

Tabela 14- População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Guajará	**570.969**	**25,68**	**567.937**	**25,37**	**564.312**	**25,04**
Ananindeua	141.880	27,00	141.826	26,73	141.621	26,44
Belém	367.780	24,75	363.937	24,38	359.735	23,99
Benevides	17.600	28,53	17.840	28,44	18.058	28,32
Marituba	37.941	29,34	38.519	29,29	39.045	29,21
Santa Bárbara do Pará	5.768	27,86	5.815	27,59	5.853	27,29

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em relação aos vínculos empregatícios, a RI Guajará abarcou mais de 102,5 mil destinados aos jovens, 20,55% do total de vínculos da região e 38,5% dos vínculos ocupados por jovens no Pará. Belém (77.383) e Ananindeua (18.351) concentraram o maior número desses vínculos, juntos correspondem a 93% dos registrados para a RI.

O município de Benevides se destacou com a maior participação de jovens (27,75%) vinculados aos empregos de sua comarca, enquanto a de menor participação foi em Santa Bárbara do Pará, que do total de seus vínculos, 15,5% destinaram-se aos jovens.

Tabela 15 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Guajará	**499.338**	**102.594**	**20,55**
Ananindeua	68.128	18.351	26,94
Belém	402.561	77.383	19,22
Benevides	10.163	2.820	27,75
Marituba	15.843	3.630	22,91
Santa Bárbara do Pará	2.643	410	15,51

Fonte: MTE/RAIS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que, se estabelecendo de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[4]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[5]).

O percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos, no Pará, decresceu entre os anos de 2015 (26,5%) e 2019 (22,6%), variação de 3,8 p.p. Na RI Guajará, esse indicador reduziu de 19,82% (2015) para 16,09% (2019), variação de 3,7 p.p. No que diz respeito aos municípios desta RI, considerando o período analisado na Tabela 16, todos acusam tendência de retração neste indicador. Os maiores percentuais, em 2019, ocorreram em Santa Bárbara do Pará (23,94%) e Benevides (23,02%), enquanto os menores foram registrados em Belém (15,38%) e Ananindeua (15,63%).

Tabela 16- Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Guajará, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Guajará	**19,82**	**19,01**	**17,32**	**16,72**	**16,09**
Ananindeua	20,14	19,07	17,63	16,62	15,63
Belém	18,83	18,08	16,26	15,78	15,38
Benevides	28,57	25,58	24,02	23,24	23,02
Marituba	23,67	23,19	21,85	21,47	20,02
Santa Bárbara do Pará	28,07	28,81	25,80	29,14	23,94

Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

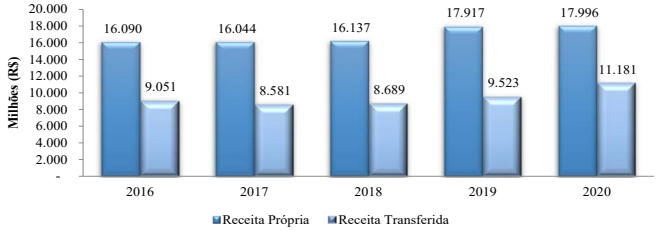
A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de

[4] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[5] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões.

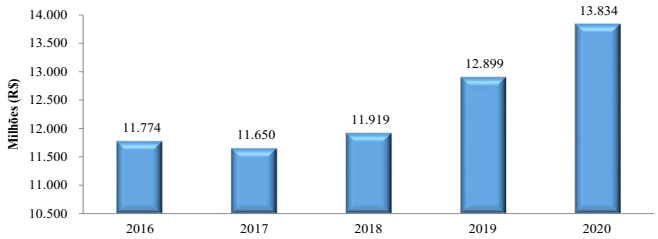
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

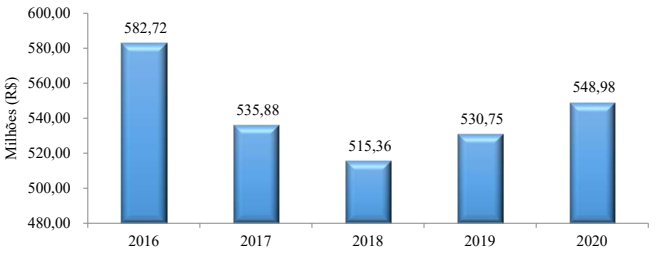
Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado à região Guajará sofreu um decréscimo, a partir de 2016, passando de R$ 582 milhões para R$ 515 milhões, em 2018. A partir de 2019, ocorreu um crescimento neste montante, chegando a R$ 549 milhões, em 2020, valor equivalente a 19,8 % do total do imposto partilhado entre as 12 regiões, naquele ano.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da RI Guajará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Com relação à divisão do repasse do imposto pelos municípios que compõem a RI Guajará, Belém recebeu cerca de R$ 400 milhões, o que representa 73% do valor total, seguido por Ananindeua, que recebeu o equivalente a 15% desse montante. O município de Santa Bárbara do Pará registrou menos repasse dentro da composição municipal da região, com 0,9% do valor total.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Guajará	**582.720.203**	**535.881.412**	**515.361.658**	**530.750.339**	**548.978.461**
Ananindeua	99.546.078	80.730.187	73.555.082	76.768.790	82.035.524
Belém	419.314.377	392.283.752	379.915.569	389.710.003	400.635.340
Benevides	23.712.627	24.590.229	23.804.234	26.779.810	29.899.568
Marituba	36.390.665	34.797.494	34.516.139	33.411.002	31.646.778
Santa Bárbara do Pará	3.756.456	3.479.749	3.570.635	4.080.733	4.761.251

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Guajará é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (72 km²) e Proteção Integral (66 km²). Da área total da RI, 1.819 km², 138 km² (7,59%) correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2020, registrou-se o equivalente a 692 km², ou, 38,05% da área da RI, o que corresponde a 0,25% do desmatamento acumulado registrado para o estado do Pará, conforme tabela a seguir. Em termos municipais, Belém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 252 km², ou, 36,43% da área da RI, e, também, o maior número de focos de calor, dois focos.

Tabela 18 – Área Total, Desmatamento Acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Guajará, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
Guajará	**1.819,24**	**692,30**	**5**
Ananindeua	190,58	87,30	1
Belém	1.059,47	252,20	2
Benevides	187,83	125,80	1
Marituba	103,21	66,00	-
Santa Bárbara do Pará	278,15	161,00	1

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, uma parcela de 57,50% de sua área à regularização ambiental, com CAR viabilizado, de acordo com a tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Benevides possui a maior proporção de área com CAR efetivado (64,84%), seguido por Belém (60,25%) e Ananindeua (58,79%).

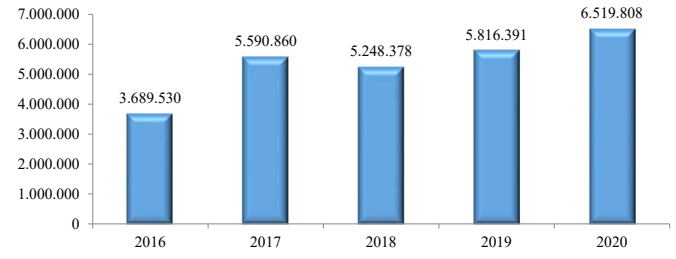
Tabela 19 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Guajará, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS) km² (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Guajará	**1.821,56**	**859,72**	**47,20**	**494,38**	**57,50**
Ananindeua	190,69	114,49	60,04	67,31	58,79
Belém	1.060,72	285,99	26,96	172,30	60,25
Benevides	188,10	148,01	78,69	95,97	64,84
Marituba	103,48	49,42	47,76	7,71	15,61
Santa Bárbara do Pará	278,57	261,80	93,98	151,09	57,71

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a região teve uma participação média de 2,9% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2020, a região contabilizou um montante de R$ 6.519.808, com o município de Santa Bárbara do Pará detendo a maior parcela (20,5%), seguido por Benevides (20,22%), Belém (20,02%), Ananindeua (19,81%) e Marituba (19,44%).

Gráfico 07 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Guajará, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição do FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Guajará, 2016-2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Guajará	**3.689.530**	**5.590.860**	**5.248.378**	**5.816.391**	**6.519.808**
Ananindeua	1.066.766	1.277.168	1.151.693	1.237.170	1.291.627
Belém	808.236	1.277.169	1.232.731	1.245.242	1.305.505
Benevides	394.858	1.277.166	1.094.315	1.244.768	1.318.166
Marituba	645.359	1.014.318	1.096.471	1.230.295	1.267.725
Santa Bárbara do Pará	774.311	745.039	673.168	858.915	1.336.786

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição do FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Guajará**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2022 - 2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	28.964.874,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	124.805.645,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	138.710.441,00
Cultura	57.579.122,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	1.396.839.541,00
Direitos Socioassistenciais	108.441.000,00
Educação Básica	2.708.497.563,00
Educação Profissional e Tecnológica	512.412.747,00
Educação Superior	78.392.075,00
Esporte e Lazer	77.512.084,00
Governança Pública	2.611.752.418,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	300.002.743,00
Infraestrutura e Logística	379.663.429,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	20.711.896,00
Saúde	2.398.606.933,00
Segurança Pública	935.843.781,00
Trabalho, Emprego e Renda	11.290.148,00
	11.890.026.440,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022- 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	14.949.262.561,00
	14.949.262.561,00

TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura 28.964.874,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	825,952.00	06/2019	ADEPARA	103,949.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	421,00	12/2020	EMATER	2022	500,00
					2023	600,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	481,00	12/2018	SEDAP	2022	96,00
					2023	137,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	430,00	12/2018	SEDAP	2022	498,00
					2023	523,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 5 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ
Revitalização da Área de Abastecimento e Comercialização da CEASA	Espaço Revitalizado	Un	CEASA

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER
Produção de Adubo Orgânico para Agricultura Familiar	Adubo Produzido	T	CEASA

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 124.805.645,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	51,85	12/2018	SEJUDH	2022	63,00
					2023	65,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	20,00	12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Fábrica Esperança	Pessoa Assistida	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Ananindeua

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fund. Santa Casa, Fundação ParáPaz
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	CBM, Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar 7 Usinas da Paz em Belém, Ananindeua e Marituba

Implantar o Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 4 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA, SEAC
Atendimento a Grupos Vulneráveis	Atendimento Realizado	Un	POLÍCIA CIVIL
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	DETRAN, Fundação ParáPaz, IGEPREV, JUCEPA, POLÍCIA CIVIL, SEFA, SEPLAD
Implementação das Usinas da Paz	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz, SEAC
Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas (PPCAM, PROVITA e PPDDH)	Programa Implementado	Un	SEJUDH
Promoção de Direitos a Pessoas em Situação de Migração, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas	Pessoa Atendida	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 138.710.441,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	4 9

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.06	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.12

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	100,00	12/2020	FAPESPA	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	FAPESPA, PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Compromisso Regional

Conceder 2.200 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Guajará

Fomentar 40 Projetos que Visem o Desenvolvimento de Empresas Inovadoras de Base Tecnológica (STARTUP Pará) nos Municípios da Região Guajará

Implantar um Centro Tecnológico do Açaí em Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento a Projetos Inovadores para o Desenvolvimento Econômico	Edital Publicado	Un	BANPARÁ
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 57.579.122,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1 4 5 10 11

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	100.00	12/2018	SECULT/FCP	100.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso de pessoas aos espaços culturais	Percentual	3,00	12/2018	SECULT	2022	5,00
					2023	5,00

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Compromisso Regional

Implantar a Biblioteca Digital do Estado

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aquisição e Preservação de Acervo	Acervo Preservado	Un	FCG, FCP
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP
Publicação de Conteúdo Artístico-Cultural	Publicação Realizada	Un	FCP, SECULT

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Compromisso Regional

Implantar o Parque da Cidade (1ª Etapa)
Implantar o Porto Futuro (2ª fase)
Requalificar o Cemitério Parque da Soledade
Restaurar e Revitalizar o Palacete Faciola (primeira etapa), em Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Acervo Museológico	Acervo Gerido	Un	SECULT
Implantação de Espaços Culturais	Espaço Implantado	Un	SECULT
Reabilitação do Patrimônio Histórico, Artístico, Documental e Bibliográfico	Patrimônio Reabilitado	Un	SECULT
Revitalização de Espaços Culturais	Espaço Revitalizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	FCP, SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Atender 1.000 Jovens com Práticas e Expressões Culturais como Teatro, Cursos de Iniciação, Música, Audiovisual e Outras na Região - DS
Implantar 4 Projetos de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Academia Paraense de Letras	Repasse Realizado	Un	SECULT
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, FCP, SECULT
Difusão Cultural	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Dinamização de Espaços e Equipamentos Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FCP, FUNTELPA, SECULT
Incentivo aos Agentes Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Realização de Eventos Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 1.396.839.541,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	7,39	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022 2023	7,45 7,79
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	59,87	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022 2023	60,22 62,25

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Compromisso Regional

Construir o Viaduto Av. João Paulo x Av. Dr. Freitas
Construir o Viaduto Av. Mário Covas x Av. Independência
Construir o Viaduto Av. Mário Covas x Av. Três Corações
Implantar o Serviço Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém - DS
Requalificação da Rua Ananim - Ananindeua

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação e Requalificação das Vias de Interesse Metropolitano	Via Ampliada/Requalificada	Km	NGTM
Apoio às Ações do CONCIDADES	Conselho Apoiado	Un	SEDOP
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Implantação da Infraestrutura do Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém	Infraestrutura Implantada	Prc	NGTM
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Operacionalização do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano da RMB (SIT/RMB)	Serviço Disponibilizado	Un	AGTRAN/PA
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Compromisso Regional

Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Pantanal, no Município de Belém
Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Pratinha, no Município de Belém
Construir 340 Unidades Habitacionais - Riacho Doce II e III

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Oferta de Unidade Habitacional	Unidade Entregue	Un	COHAB, FEHIS, SEDOP
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB, FEHIS
Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 5.920 Pessoas com Esgotamento Sanitário na Região de Integração Guajará
Atender mais 52.748 Pessoas com Abastecimento de Água na Região de Integração Guajará
Concluir Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba	Obra Executada	Prc	SEDOP
Operacionalização das Ações de Saneamento	Sistema Operado	Un	COSANPA
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 108.441.000,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-30,93	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022 2023	5,00 5,00
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	9,08	12/2018	FASEPA	2022 2023	11,00 11,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	39,68	12/2018	FASEPA	2022 2023	41,00 41,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Apoio a Organismos de Controle Social	Organismo Apoiado	Un	FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Implementação de Serviços Integrados à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Inical ao Adolescente Custodiado	Adolescente Custodiado	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Readequação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Readequada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	CEASA, SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	CEASA, SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER
Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implementado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica — 2.708.497.563,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3.40	12/2017	INEP/SEDUC	4.10
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	5.00	12/2017	INEP/SEDUC	59.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	4,80	12/2018	INEP/SEDUC	2022	4,00
					2023	3,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,04	12/2018	INEP/SEDUC	2022	12,43
					2023	12,29
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	85,80	12/2018	INEP/SEDUC	2022	87,90
					2023	88,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,20	12/2018	INEP/SEDUC	2022	77,00
					2023	77,30
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	9,50	12/2018	INEP/SEDUC	2022	8,10
					2023	7,80
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	11,78	12/2018	INEP/SEDUC	2022	10,57
					2023	10,41

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 1 Escola Estadual na Região Guajará

Reformar/Ampliar 27 Escolas Estaduais na Região Guajará - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aperfeiçoamento Institucional	Projeto Implantado	Un	SEDUC
Fortalecimento do Controle Social	Conselho Fortalecido	Un	SEDUC
Implementação de Avaliação Institucional	Avaliação Realizada	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo pedagógico (Novo Ensino Médio) em 153 Escolas nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	FCG, SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	FCG, SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 512.412.747,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	2.220,00	05/2021	SECTET	2022	2.553,00
					2023	2.935,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	3.101,00	05/2021	SECTET	2022	3.566,00
					2023	4.101,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	2.211,00	12/2018	SECTET	2022	4.800,00
					2023	5.300,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 10 Novos Cursos Técnicos em Belém, Ananindeua e Benevides

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Estudos de Monitoramento e Avaliação do Programa de Educação Profissional e Tecnológica	Estudo Realizado	Un	EGPA, SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA, SECTET, UEPA
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	EGPA, FCG, SECTET

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 78.392.075,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3.28	12/2018	UEPA	1.91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	4,00	12/2018	UEPA	2022	11,00
					2023	11,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Compromisso Regional

Implantar o Laboratório de Água no Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá da UFPA

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Análise da Qualidade da Água	Análise Realizada	Un	UEPA
Implementação de Ações de Ensino e Serviço em Saúde	Procedimento Realizado	Un	UEPA
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	EGPA, FCG, UEPA
Implementação de Ações do Centro de Ciências Planetário do Pará	Pessoa Atendida	Un	UEPA
Incentivo à Criação e Registro de Produção Técnico/Científica	Material Técnico Produzido	Un	EGPA, UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	EGPA, UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar 3 Novos Cursos na Área de Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, FCG, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	EGPA, FCG, SECTET, UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	FCG, UEPA

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 77.512.084,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	4.045,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	3.600,00
					2023	4.000,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Compromisso Regional

Reformar o Estádio Olímpico do Pará (Mangueirão)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEDOP, SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC, SEEL
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública — 2.611.752.418,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	3,670,241.00	12/2020	SEFA	4,139,662.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	4,27	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022 2023	6,41 6,41

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada	Un	IGEPREV
Gestão Previdenciária do Estado	Ação Executada	Un	IGEPREV
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar o Curso de Pós Graduação Strictus Sensu - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	COSANPA, PRODEPA, UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, AGTRAN/PA, ARCON, Auditoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, Enc. CBM, FAPESPA, FASEPA, FCA, FCP, FHCGV, Fund. Santa Casa, Fundação ParáPaz, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, NEPMV, NGPMCREDCID-ADM, PGE, PRODEPA, SEAC, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Planejamento e Seleção de Pessoas do Estado	Vaga Ofertada	Un	SEPLAD
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD, SESPA
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA, SESPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Estudos de Projetos para Parceria com a Iniciativa Privada	Estudo Realizado	Un	SEDEME
Gerenciamento de Captação de Recursos Especiais	Proposta Elaborada	Un	SEPLAD
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Fortalecimento da Gestão Municipal	Município Atendido	Un	SEDOP, SEPLAD
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	ADEPARÁ, COHAB, DETRAN, HEMOPA, IASEP, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, JUCEPA, PRODEPA, SECOM, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Compromisso Regional

Disponibilizar Plataforma "Pará Digital"

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Consórcio Interestadual da Amazônia Legal	Consórcio Mantido	Un	Casa Civil
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	ARCON, Casa Civil, COHAB, FAPESPA, HEMOPA, IASEP, IGEPREV, IMETROPARÁ, ITERPA, NGPR, PGE, PRODEPA, SEAC, SECTET, SEDAP, SEDOP, SEFA, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Desapropriação de Imóveis	Desapropriação Realizada	Un	Enc. PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	ADEPARÁ, AGTRAN/PA, ARCON, Auditoria Geral do Estado, CBM, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, FAPESPA, FASEPA, FASPM, FCG, FCP, FHCGV, FISP, Fund. Santa Casa, Fundação ParáPaz, FUNSAU, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, NEPMV, NGPMCREDCID-ADM, NGPR, NGTM, PGE, PMPA, POLÍCIA CIVIL, PRODEPA, SEAC, SEAP, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEGUP, SEJUDH, SEMAS, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Elaboração dos Instrumentos de Planejamento	Documento Elaborado	Un	SEPLAD
Elaboração e Divulgação de Estudos e Pesquisas	Estudo Divulgado	Un	FAPESPA

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	ADEPARÁ, AGTRAN/PA, ARCON, Auditoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CBM, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, FAPESPA, FASEPA, FCA, FCG, FCP, FHCGV, Fund. Santa Casa, Fundação ParáPaz, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, LACEN, NGPMCREDCID-ADM, NGPR, NGTM, PGE, PMPA, POLÍCIA CIVIL, PRODEPA, SEAC, SEAP, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEGUP, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo	Auditoria Realizada	Un	Auditoria Geral do Estado
Implantação da Nuvem Corporativa do Governo	Nuvem Implantada	Un	PRODEPA
Implementação de Soluções para Transformação Digital	Sistema Implementado	Un	PRODEPA
Integração das Unidades de Ouvidoria do Estado	Unidade Integrada	Un	Casa Civil

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 300.002.743,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	(2.00)	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	1.00
Receita gerada pelo turismo	U$	533,069.15	12/2018	SETUR	37,878,958.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	68,00	12/2018	BANPARA	2022	370,00
					2023	444,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	581,00	07/2019	SEDEME	2022	137,00
					2023	117,00
Número de turistas	Unidade	657.485,00	12/2018	SETUR	2022	558.820,00
					2023	572.791,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Segmento Apoiado	Un	SEDEME
Gestão do Espaço São José Liberto	Espaço Mantido	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Incentivo Realizado	Un	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	Enc. SEPLAD-PL, SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP, SETUR
Manutenção de Equipamentos Turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 379.663.429,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	100.00	12/2018	SETRAN	105.65

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	100,00	12/2019	CPH	2022	100,00
					2023	100,00
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	0,00	12/2020	SETRAN	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir a Rodovia Expressa Liberdade - PA-020, Trecho: Av. Perimetral em Belém até Marituba (na Alça Viária), com extensão de 14 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Estudos e Pesquisas de Infraestrutura e Logística	Estudo Realizado	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Gestão de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário Mantido	Un	CPH
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Controle dos Serviços de Energia	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 20.711.896,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0.01	12/2018	PRODES/INPE	0.01

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA da Ilha do Combu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Guajará** TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 2.398.606.933,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	20.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	16.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	14.62	12/2019	SIM	13.86
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	397.30	12/2020	MS/SIM	397.28

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	55,37	12/2020	EGESTOR	2022	56,62
					2023	57,87
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	0,00	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,69	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,69
					2023	3,79
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	37,90	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,18	12/2018	SIA	2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,15	12/2018	SIA	2022	0,23
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	1º CRS - Belém, ETSUS, FHCGV, Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, SESPA
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	1º CRS - Belém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir o Hospital Abelardo Santos - DS

Construir o Hospital e Pronto Socorro da Augusto Montenegro - DS

Construir o Hospital Público da Mulher Senhora de Nazaré

Implantar Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis	Paciente Atendido	Un	HOL, SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HOL, LACEN, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	1º CRS - Belém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Vigilância Laboratorial	Análise Realizada	Un	LACEN

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública — 935.843.781,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	108.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	102.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	33.40	12/2020	SEGUP	31.30
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	19.00	12/2020	SEGUP	17.00
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1,607.00	12/2020	SEGUP	1,495.40
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	598.10	12/2020	SEGUP	550.80

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	1,97	12/2018	SEAP	2022 2023	1,50 1,50
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	12.307,00	12/2018	PMPA	2022 2023	19.691,00 22.152,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	2022 2023	86,00 87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	60,00	12/2018	DETRAN	2022 2023	63,00 64,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	74,20	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022 2023	82,10 83,80
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	17,00	12/2018	POL. CIVIL	2022 2023	23,00 25,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2022 2023	87,00 87,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FEBOM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM, FEBOM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM, FEBOM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Ampliar o Presídio Estadual Metropolitano III, em Marituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Ampliar o videomonitoramento na Região Metropolitana de Belém
Construir o 21º Batalhão de Polícia Militar em Marituba
Construir o 30º e o 6º Batalhão de Policia Militar em Ananindeua
Construir Seccional Urbana da Polícia Civil em Belém
Implantar Centro Integrado de Comando e Controle em Belém
Implantar Delegacia Fluvial em Belém
Implantar o Sistema Auto de Prisão em Flagrante Audiovisual
Implantar Sistema de Boletim de Ocorrência Unificado
Reforma do Comando de Missões Especiais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Articulação dos Órgão de Segurança Pública com a Sociedade	Instrumento Implementado	Un	SEGUP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	CBM, CPC, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP, SEGUP
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	FESPDS, FISP, SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	CPC, DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Compromisso Regional
Desenvolver Política de Crédito Subsidiado e Política Habitacional para Membros da Força Policial
Ingressar Novos Policiais e Servidores da Segurança Pública - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	CBM, CPC, DETRAN, FASPM, FUNSAU, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	CBM, CPC, DETRAN, Enc. CBM, FEBOM, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP, SEGUP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, CPC, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **26.839.289.001,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 11.290.148,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(0.32)	12/2018	MTE/RAIS	1.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	-4,38	12/2018	SEASTER/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	2022 2023	1,30 1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	14,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	20,00 21,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	12,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	19,00 20,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Ananindeua e Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Instituição Apoiada	Un	FET/PA
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda	Relatório Realizado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

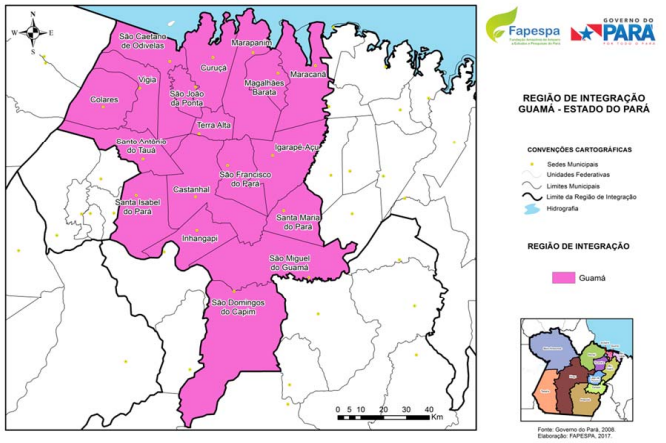
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Provimento de Garantia de Crédito às Operações de Financiamento - Fundo de Aval	Crédito Avalizado	Un	Enc. SEPLAD-PL

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	131.536.039,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	23.081.153,00
Concessão de Auxílio Alimentação	990.147.259,00
Concessão de Auxílio Fardamento	27.094.804,00
Concessão de Auxílio Transporte	164.773.795,00
Operacionalização das Ações Administrativas	2.307.984.564,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	10.144.523.169,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores	1.160.121.778,00
	14.949.262.561,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAMÁ



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Guamá, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 18 municípios (Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia). Seu território, povoado, originalmente, por índios Tupinambás, Guaranis e Tembés, foi ocupado pelos jesuítas e, posteriormente, por indivíduos do nordeste, centro-oeste e sudeste do país.

A RI possui uma ocupação antiga marcada pela presença de cidades que surgiram ainda no período colonial. A exemplo das cidades de Vigia, fundada em 1639, uma das mais antigas do Pará, e São Miguel do Guamá, em 1758. As cidades de Santa Izabel do Pará e Castanhal surgiram de antigos povoados que foram elevados à categoria de vilas em 1899. Conhecida como Cidade Modelo, Castanhal passou por um intenso processo de industrialização que se intensificou com a abertura das rodovias BR-010 (Belém-Brasília) e BR-316 (Pará-Maranhão), nas décadas de 1960 e 1970, e com a política nacional de colonização da Amazônia, tornando-se, assim, um forte polo agroindustrial paraense.

Um fato importante, responsável pelo desenvolvimento da RI Guamá foi a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança, em 1883, no período áureo da borracha, e seu funcionamento até 1964, quando foi desativada. A despeito da importância da ferrovia, o transporte fluvial sempre teve relevância para a região.

No início do século XX, essa região era uma das mais dinâmicas do estado, no entanto, com o fim da economia da borracha, passou por um período de estagnação econômica. Como outras do Pará, a RI também fomentou diversas frentes de exploração de sua riqueza natural, como a madeira, extrativismo vegetal e mineral, agricultura e a pecuária de subsistência. Hoje, a região destaca-se, ao nível estadual, por ser um tradicional e importante centro pesqueiro do nordeste paraense, e, ainda, em 2019, pelo rebanho de galináceos (69%), produção de mel de abelha (20%), ovos de galinha (62%), ocupando o 1º lugar entre as 12 regiões, pimenta-do-reino (17%), maracujá (34%), mamão (36%), açaí (7%) e coco-da-baía (9%).

Localizada no nordeste paraense, e entrecortada pelas rodovias BR-316 e BR-010, a RI Guamá abrange uma área territorial de, aproximadamente, 11.525 km^2, o que representa 1% da área total do Pará. Sua população, em 2020, foi estimada em 700.205 mil habitantes, correspondendo a 8% do total do estado. Castanhal é o município de maior contingente populacional, representando 29% da região, seguido de Santa Izabel do Pará, 10,3%, e São Miguel do Guamá, 8,5%. A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2020, foi de 1,33%, abaixo da média estadual, 1,41%, para o mesmo período.

O turismo ecológico, religioso e de lazer contribui com a economia local, em que se destacam monumentos históricos, como igrejas, praças e casarões; balneários em praias, rios e igarapés; o artesanato local; manifestações da cultura popular; danças típicas; exposições agropecuárias, e festivais. A região atraiu atenção internacional, no passado, pela Operação Prato, no ano de 1970, que consistiu na maior investigação ufológica já realizada por órgãos governamentais no Brasil, no município de Colares, e, ainda atualmente, pela promoção do Campeonato de Surfe na Pororoca, em São Domingos do Capim.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

Em 2018, a Região de Integração Guamá teve sua riqueza valorada em R$ 8,6 bilhões, o que representou 5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado (VA) foi o de Serviços, com R$ 3,06 bilhões, correspondente a 35% do VA total da região, seguido pelo setor Administração Pública (que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal), com R$ 2,5 bilhões e 30% do VA, e Agropecuária, com R$ 1,4 bilhão e 16% do VA.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Guamá, 2018.

PIB	Brasil	Pará	Guamá
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**8.641.923**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**7.830.472**
Valor Adicionado Total %	85,82%	91,04%	90,61%
VA Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**1.378.952**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	15,96%
VA Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**836.220**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	9,68%
VA Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**3.065.212**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	35,47%
Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**2.550.088**
% Impostos	14,93%	20,09%	29,51%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**811.451**
% Impostos	14,18%	8,96%	9,39%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a RI Guamá, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Castanhal, com participação de 45%; Santa Izabel do Pará, com 9%, e São Miguel do Guamá, com 8%, que juntos correspondem a 62% do VA regional.

Tabela 02: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Guamá, 2018.

Item Geográfico	PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil	**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará	**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Guamá	**8.641.923**	**1.378.952**	**836.220**	**3.065.212**	**2.550.088**	**811.451**
Castanhal *(45%)*	3.911.969	127.650	539.879	1.905.634	765.885	572.919
Colares	80.885	13.480	2.767	16.379	46.401	1.858
Curuçá	290.817	71.555	10.002	60.836	139.763	8.661
Igarapé-Açu	355.099	85.443	21.329	97.293	131.365	19.669
Inhangapi	126.156	47.723	11.666	16.768	44.115	5.884
Magalhães Barata	81.749	26.589	4.214	13.448	35.796	1.701
Maracanã	234.594	59.971	9.152	44.633	114.899	5.940
Marapanim	234.564	54.646	9.342	53.224	110.974	6.379
Santa Izabel do Pará *(9%)*	757.959	85.508	71.107	278.993	249.507	72.845
Santa Maria do Pará	383.892	155.106	26.566	98.482	85.235	18.504
Santo Antônio do Tauá	367.039	126.953	30.792	68.527	120.478	20.290
São Caetano de Odivelas	142.310	35.514	5.598	29.361	67.328	4.510
São Domingos do Capim	267.173	85.731	9.435	42.988	123.074	5.945
São Francisco do Pará	234.070	92.621	10.807	58.651	60.412	11.578
São João da Ponta	44.645	11.553	1.559	6.507	23.904	1.121
São Miguel do Guamá *(8%)*	676.253	224.491	51.789	153.059	213.215	33.699
Terra Alta	70.408	6.955	3.175	15.088	43.225	1.965
Vigia	382.340	67.463	17.042	105.339	174.511	17.985

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O Quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do VA do município.

Para a região Guamá, as principais atividades em termos de VA, em 2018, foram: o Comércio e manutenção de veículos; a Agricultura; as Atividades imobiliárias; a Indústria de transformação, sendo os principais segmentos o de frigorífico (abate de bovinos), laticínios e outros produtos alimentícios; e a Construção civil.

Quadro 01 - Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública– Região de Integração Guamá, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Guamá	**Comércio e manutenção de veículos**	**Agricultura**	**Atividades imobiliárias**	**Indústria de transformação**	**Construção civil**
Castanhal	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil	Alojamento e alimentação
Colares	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Produção e distribuição de eletricidade e água
Curuçá	Atividades imobiliárias	Pecuária	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos
Igarapé-Açu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Construção civil
Inhangapi	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil
Magalhães Barata	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Maracanã	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil	Comércio e manutenção de veículos

Marapanim	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Santa Izabel do Pará	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção e distribuição de eletricidade e água	Indústria de transformação
Santa Maria do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil	Indústria de transformação
Santo Antônio do Tauá	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Comércio e manutenção de veículos
São Caetano de Odivelas	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária
São Domingos do Capim	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil	Pecuária
São Francisco do Pará	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil
São João da Ponta	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
São Miguel do Guamá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Indústria de transformação	Construção civil
Terra Alta	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Produção e distribuição de eletricidade e água
Vigia	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Produção e distribuição de eletricidade e água

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O município de Castanhal apresentou como principais atividades o Comércio e manutenção de veículos; as Atividades imobiliárias; a Indústria de transformação, com destaque para os segmentos de frigorifico – abate de bovinos, fabricação de conservas de frutas e de biscoitos e bolachas; seguido da Construção civil; e do Alojamento e alimentação.

Para Santa Izabel do Pará, as atividades mais relevantes em termos de VA foram: Comércio e manutenção de veículos; Atividades imobiliárias; Pecuária; Produção e distribuição de eletricidade e água; e a Indústria de transformação, ressaltando-se o segmento de fabricação de águas envasadas, sabões e detergentes sintéticos, alimentos para animais, e farinha de mandioca e derivados.

Em São Miguel do Guamá, as principais atividades, em 2018, foram: a Agricultura, com destaque para os cultivos de dendê, pimenta-do-reino, açaí e coco-da-baía; seguida das Atividades imobiliárias; Comércio e manutenção de veículos; Indústria de transformação, sobressaindo os segmentos de serrarias, com desdobramento de madeira em bruto, fabricação de artefatos de cerâmica e fabricação de sucos concentrados de frutas; e a Construção civil.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, e a RI Guamá contabilizou um saldo de US$ 157,087 milhões. Os principais produtos exportados são: carne bovina congelada, com Castanhal detendo uma participação de 99%; e a pimenta do reino, com Castanhal, também, correspondendo a 100% de toda comercialização do produto com o mercado externo.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Guamá	**166.250.790**	**0,82**	**9.162.902**	**0,76**	**157.087.888**
Castanhal	160.526.708	96,56	9.147.889	99,84	151.378.819
Curuçá	643.452	0,39		0,00	643.452
Inhangapi	3.482.173	2,09		0,00	3.482.173
Santa Izabel do Pará	750.627	0,45		0,00	750.627
Santa Maria do Pará	20.746	0,01		0,00	20.746
São Domingos do Capim	175.334	0,11	15.013	0,16	160.321
Vigia	651.750	0,39		0,00	651.750

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

Os principais produtos importados são a juta e outras fibras têxteis liberianas, sendo Castanhal o maior exportador da RI, com 79,6% de participação do total importado desses produtos pela região.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Tratando-se especificamente da Região de Integração Guamá, esta registrou, em 2019, aproximadamente, 66 mil vínculos formais, o que representa 6% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve, cerca de, 33,3% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 23,3%, e Serviços, 13,9%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Castanhal (47,2%), Santa Izabel do Pará (13,9%) e São Miguel do Guamá (7,1%).

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Guamá
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	228.462
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,03
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	26,28
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**66.179**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	15
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	10.990
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	264
Construção Civil	2.012.211	61.981	1.070
Comércio	9.453.390	206.789	15.401
Serviços	17.843.857	310.933	9.186
Adm. Pública	8.865.548	356.141	22.009
Agropecuária	1.477.081	49.712	7.244

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 168 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 5,8% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

A RI Guamá possui uma malha viária formada por rodovias federais e estaduais, sendo o principal eixo viário a BR-316, a partir do qual se acessa diversas rodovias estaduais que fazem ligação entre os municípios do estado. Em Castanhal, está localizado o entroncamento da BR-316 com rodovias estaduais importantes, como a PA-320, que interliga os municípios de Castanhal, Terra Alta e Igarapé-Açu; PA-136, que permite o acesso a Castanhal, Terra Alta e Curuçá; e a PA-127, que liga Igarapé-Açu, Magalhães Barata (PA-396) e Maracanã. Ressalta-se, ainda, a PA-140, que liga o município de São Caetano de Odivelas ao de Tomé Açu e beneficia os municípios de São Caetano de Odivelas, Vigia, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Bujaru, Acará, Concórdia do Pará e Tomé-Açu.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Guamá.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Igarapé-Açú
Rodovias	32 rodovias - Total 960 km - 71% pavimentado
Travessias	PA-238 Furo da Laura (Penha Longa - Colares)
	PA-140 Rio Guamá (Santa Izabel do Pará - Bujaru)
Portos	(IP4) Vigia
	(IP4) São Caetano de Odivelas
	(IP4) Vila do Abade (Curuçá)
	(IP4) Vista Alegre (Marapanim)
	(IP4) Cafezal (Magalhães Barata)
	(IP4) Mocooca (Maracanã)
	(IP4) Paraíso (Maracanã)
	(IP4) PL Guamá (Inhangapi)
Pontes	57 pontes - Total de 5 km

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da RI Guamá abrange um aeródromo/aeroporto, 57 pontes (totalizando 5 km de extensão), oito portos de pequeno porte, duas travessias e 32 rodovias, que somam 960 km.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Guamá será contemplada com investimentos da ordem de R$ 8,03 bilhões, o que corresponde a 6,8% do total previsto para o estado, destacando-se a construção de um porto para escoamento agrícola, em Colares, estimado em R$ 6 bilhões, e implantação da agroindústria Xingu Fruit Polpas de Frutas, com investimentos de R$ 32 milhões.

3 DINÂMICA SOCIAL

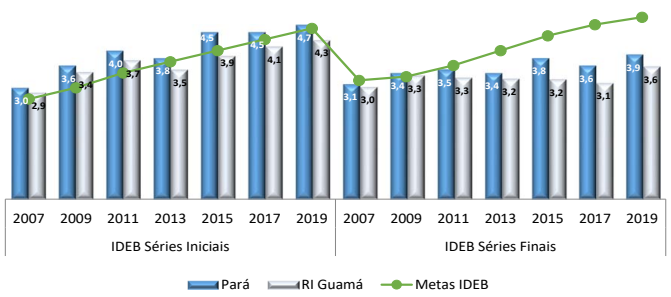
3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Guamá, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, apenas nos anos de 2007 a 2011. Em 2013, a nota da região teve queda e as

metas não foram alcançadas, e, nos anos seguintes, de 2015 a 2019, embora tenham apresentado crescimento, ainda assim, ficaram inferiores às apresentadas pelo Pará. Nas séries finais (8ª Série/9º Ano), observa-se comportamento distinto quanto às notas da região, porém, sem resultados positivos. No período de 2007 a 2019, apenas em 2011, a região alcançou a meta estabelecida ao Pará, e, somente em 2019, mostrou alguma recuperação, elevando sua nota. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Guamá, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Guamá.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[1], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, a qual flexibiliza a aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

[1] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno às atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

A taxa de aprovação do Brasil, Pará, região Guamá e dos seus municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 93% de aprovação, exceto a do município de Maracanã, que apresentou 87,3%. Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 99%, em relação ao estado e municípios da região, com exceção de Santa Izabel do Pará, que apresentou uma taxa de 90%.

Em 2020, a taxa de reprovação no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região chegou a 1,1% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Magalhães Barata e Santa Maria do Pará, 5,7% e 4,1%, respectivamente. No ensino médio, apenas dois municípios registraram taxa de reprovação: Castanhal, 0,3%, e São Francisco do Pará, 0,1%.

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima do valor do Brasil, 1%, e do Pará, 1,7%, alcançando 1,8% de abandono. O município de Maracanã registrou o maior percentual da região, de 9,5%, seguido de São Miguel do Guamá, 5,2%. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil, 2,3%, e acima da do Pará, 0,7%, com o registro de 0,8%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Santa Izabel do Pará, 10% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Guamá	**97,1**	**99,2**	**1,1**	**0,0**	**1,8**	**0,8**
Castanhal	98,2	99,1	0,1	0,3	1,7	0,6
Colares	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Curuçá	99,8	99,9	0,0	0,0	0,2	0,1
Igarapé-Açu	98,2	99,1	0,0	0,0	1,8	0,9
Inhangapi	100,0	99,8	0,0	0,0	0,0	0,2
Magalhães Barata	93,7	99,4	5,7	0,0	0,6	0,6
Maracanã	87,3	100,0	3,2	0,0	9,5	0,0
Marapanim	98,6	99,9	0,0	0,0	1,4	0,1
Santa Isabel do Pará	96,7	90,0	0,1	0,0	3,2	10,0
Santa Maria do Pará	95,3	99,5	4,1	0,0	0,6	0,5
Santo Antônio do Tauá	99,2	99,5	0,1	0,0	0,7	0,5
São Caetano de Odivelas	97,1	99,9	0,9	0,0	2,0	0,1
São Domingos do Capim	95,6	100,0	1,0	0,0	3,4	0,0
São Francisco do Pará	99,4	99,9	0,0	0,1	0,6	0,0
São João da Ponta	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
São Miguel do Guamá	93,9	99,5	0,9	0,0	5,2	0,5
Terra Alta	96,0	99,8	3,5	0,0	0,5	0,2
Vigia	99,0	100,0	0,0	0,0	1,0	0,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região, o município de São Domingos do Capim destacou-se com a maior taxa de distorção, tanto no ensino fundamental, 41,0%, quanto no médio, 61,1%. A menor taxa no ensino fundamental foi do município de Castanhal, 24,1%, e, no ensino médio, a menor distorção em Vigia, 42,8%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Guamá	**31,2**	**29,7**	**53,6**	**52,4**
Castanhal	25,2	24,1	42,9	43,2
Colares	28,4	26,4	39,6	42,9
Curuçá	34,6	32,9	58,5	56,8
Igarapé-Açu	33,2	29,1	47,2	46,3
Inhangapi	32,5	32,2	61,7	57,9
Magalhães Barata	28,8	29,6	60,3	55,6
Maracanã	31,2	28,6	54,7	50,5
Marapanim	31,5	30,2	63,5	60,8
Santa Izabel do Pará	27,4	26,0	50,1	48,0
Santa Maria do Pará	35,5	32,8	53,7	52,0
Santo Antônio do Tauá	28,8	26,5	46,5	47,7
São Caetano de Odivelas	34,5	34,1	57,9	53,4
São Domingos do Capim	42,5	41,0	64,3	61,1
São Francisco do Pará	28,3	28,9	58,3	58,0
São João da Ponta	25,6	24,2	48,7	52,8
São Miguel do Guamá	36,3	34,3	59,3	60,9
Terra Alta	27,2	25,2	53,4	52,3
Vigia	29,8	28,4	44,3	42,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Guamá, a taxa de mortalidade infantil de 12,48 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2019, foi inferior à do Pará, de 15,14. Os municípios da região com as maiores taxas foram Maracanã (25,7), Inhangapi (18,52) e Magalhães Barata (17,09). Por outro lado, São João da Ponta não apresentou nenhum caso de morte infantil, e Terra Alta (5,49), São Caetano de Odivelas (8,93) e Marapanim (9,87) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constavam, em 2020, 1.568 agentes, equivalentes à proporção de cobertura de 96,75% (apenas os municípios de Marapanim e São Joao da Ponta não possuíam 100% da população estimada coberta), maior que a observada para o estado do Pará, de 76,46%, e para o Brasil, 61,13%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2020, havia 185 equipes implantadas na RI, correspondendo a uma proporção de cobertura média de 87,38%, superior à do estado, de 57,64%, e à do Brasil, 63,62%. Até dezembro de 2020, nove municípios da região alcançaram 100% da cobertura (Colares, Curuçá, Igarapé-Açu,

Inhangapi, Magalhães Barata, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará e Terra Alta), ressaltando-se, também, que São Miguel do Guamá (46,79%) e São João da Ponta (56,20%) apresentaram as menores proporções de cobertura.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guamá
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	12,48
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	96,75
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	87,38
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	18
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	4,30
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,62

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

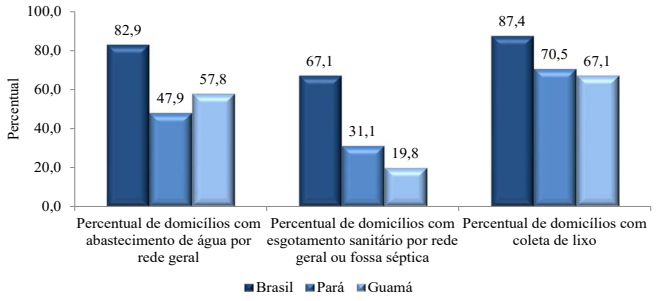
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Guamá contava, em abril de 2021, com 18 hospitais (hospital geral, hospital/dia e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional Público de Castanhal, inaugurado em 2020 e que é linha de frente nos atendimentos para tratamento da Covid-19, na região. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 4,30, superior à observada pelo Pará, de 2,55. Em relação a leitos hospitalares por mil habitantes, a RI obteve, no mesmo ano, a taxa de 1,62, menor que a do estado, de 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guamá. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guamá, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 57,8% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 19,8% e a de coleta de lixo, 67,1%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores, além da Região Metropolitana de Belém. Na tabela a seguir, apresentam-se os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo do estado. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, em 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada em 2019. Na Região Metropolitana de Belém, eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2019, estava presente em oito dos 18 municípios que compõem a RI Guamá (Castanhal, Inhangapi, Magalhães Barata, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Vigia), segundo informações do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS).

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Guamá	**26,25**	**-**	**47,88**
Castanhal	24,87	-	90,64
Colares	-	-	-
Curuçá	-	-	-
Igarapé-Açu	-	-	90,00
Inhangapi	23,91	-	-
Magalhães Barata	45,62	-	-
Maracanã	-	-	-
Marapanim	33,88	-	43,81
Santa Izabel do Pará	86,16	-	70,80
Santa Maria do Pará	40,48	-	-
Santo Antônio do Tauá	-	-	-
São Caetano de Odivelas	21,22	-	66,76
São Domingos do Capim	-	-	-
São Francisco do Pará	33,87	-	-
São João da Ponta	-	-	-
São Miguel do Guamá	38,14	-	59,34
Terra Alta	40,96	-	46,76
Vigia	15,27	-	-

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em relação ao SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água, em 2019. A RI Guamá apresentava um percentual um pouco menor, com, aproximadamente, 26% de cobertura desse serviço, sendo Santa Izabel do Pará e Magalhães Barata os municípios que possuíam maiores contingentes populacionais cobertos pelo abastecimento de água, 86,16% e 45,62%, respectivamente.

Em relação às informações sobre esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e, na região, não houve registro desse serviço por parte do SNIS. Quanto à coleta de lixo domiciliar, em 2019, 54,5% da população paraense era atendida com o serviço, enquanto, na região, este percentual era de 47,9%, tendo os municípios de Castanhal e Igarapé-Açu os maiores contingentes populacionais cobertos por este serviço, 90,64% e 90%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI GUAMÁ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	39.312	25,3
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	23.773	59,5
Coabitação Familiar	168.684	39,2	12.493	31,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.168	5,4
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.495	3,7
Total Domicílios	**1.859.165**		**155.347**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Pode-se observar na tabela, que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guamá, o déficit era de 25,3% do total de domicílios. Em 2010, a componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 59,5% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 31,3% na região Guamá. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 91% na RI. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,4% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 3,7% na região.

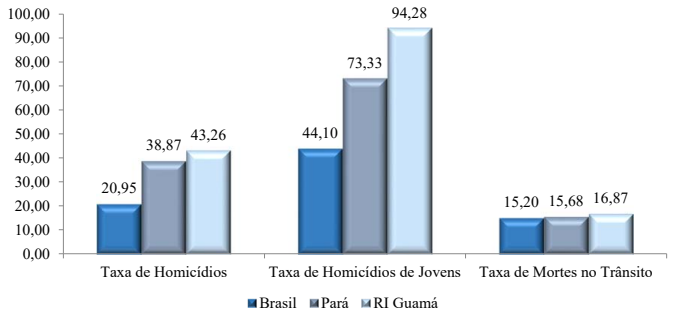
3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2019, a RI Guamá apresentou taxas superiores às do Pará nos três indicadores analisados. A taxa de homicídios, no estado, atingiu 38,87 homicídios, enquanto, na RI, esse número foi de 43,26. Os municípios de Castanhal e Santa Izabel do Pará apresentaram as maiores taxas, 56,77 e 53,67 homicídios, respectivamente, em contraposição a Igarapé-Açu, 12,88 homicídios, e Magalhães Barata, 11,70 homicídios, que registraram as menores taxas.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2019, pela RI Guamá (94,28 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à taxa estadual, de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de Castanhal e Marapanim alcançaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 143,03 e 133,60 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Os municípios de São Caetano de Odivelas e Colares não apresentaram casos de homicídios de jovens.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Quanto à taxa de mortes por acidente no trânsito, a RI Guamá registrou, em 2019, 16,87 mortes, enquanto o Pará apresentou taxa inferior, 15,68 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram São Caetano de Odivelas (44,32 mortes) e Igarapé-Açu (25,77 mortes), os municípios de São João da Ponta e Maracanã não apresentaram mortes por acidente de trânsito no período.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2020, a RI Guamá apresentou taxa superior às do Pará nos indicadores taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo e inferior para o indicador taxa de homicídios. A taxa de homicídios da região foi de 21,71 mortes e a do Pará, de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou taxa de 17,71 e o Pará, de 10,91. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, no Pará, em 2020, atingiu um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes, e na RI Guamá, 765,49 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 11 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guamá, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Guamá	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	30,00	21,71
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	14,42	17,71
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	897,44	765,49

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e a região Guamá registrou um total de 42,1% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guamá apresentou um Índice de Gini de 0,53, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Guamá	42,1	0,53

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2020, na RI Guamá, 57,19% da população municipal estava inscrita no cadastro, contra 53,01% de inscritos em todo o Pará. Dos inscritos que residem na RI, 76,35% declararam que possuíam renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e, no estado, 77,03% declararam o mesmo. Das famílias inscritas no cadastro, na região, 62,88%, recebiam o benefício do programa Bolsa Família, acima do índice do Pará, com 58,84% do total de inscritos.

Tabela 13 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guamá e Municípios - dezembro/2020

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Guamá	**57,19**	**76,35**	**62,88**
Castanhal	43,66	56,50	44,56
Colares	73,25	83,46	73,05
Curuçá	68,77	91,50	78,29
Igarapé-Açu	64,49	79,27	70,04
Inhangapi	61,89	79,80	69,09
Magalhães Barata	70,15	70,90	62,94
Maracanã	83,15	86,68	69,44
Marapanim	63,40	81,67	70,44
Santa Izabel do Pará	43,17	70,36	59,13
Santa Maria do Pará	64,81	76,28	64,65
Santo Antônio do Tauá	56,15	83,19	70,80
São Caetano de Odivelas	69,14	81,72	73,08
São Domingos do Capim	75,22	88,90	78,40
São Francisco do Pará	69,25	78,88	62,17
São João da Ponta	80,38	83,27	64,97
São Miguel do Guamá	57,87	82,02	68,19
Terra Alta	78,79	86,07	64,02
Vigia	59,30	82,78	62,49

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Dos municípios que compõem essa região, Maracanã e São João da Ponta possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, em 2020, com 83,15% e 80,38%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Curuçá (91,5%), São Domingos do Capim (88,9%) e Maracanã (86,7%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que registraram o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram São Domingos do Capim (78,4%) e Curuçá (78,3%).

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira, via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Preveem ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera-se jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Em 2020, a RI Guamá comportava 189.410 jovens, ou 27,05% de sua população. No período de 2018 a 2020, Castanhal e Santa Izabel do Pará apresentaram o maior número de jovens entre os municípios da região; no último ano do período, a maior concentração de jovens ocorreu em Castanhal (55.977), Santa Izabel do Pará (20.361) e São Miguel do Guamá (16.587), que somaram 49% dos jovens da RI. Considerando a participação, Santa Izabel do Pará (28,34%) liderou o ranking com maior percentual em relação à sua demografia, e Colares (24,10%) ocupou a última posição.

Tabela 14 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Guamá	**190.104**	**27,69**	**189.861**	**27,38**	**189.410**	**27,05**
Castanhal	55.835	28,16	55.931	27,86	55.977	27,54
Colares	3.033	25,19	2.980	24,66	2.924	24,10
Curuçá	10.419	26,35	10.438	26,05	10.434	25,71
Igarapé-Açu	10.695	27,72	10.596	27,30	10.493	26,89
Inhangapi	3.209	27,76	3.192	27,26	3.173	26,75
Magalhães Barata	2.227	26,13	2.205	25,80	2.184	25,48
Maracanã	8.077	27,45	8.016	27,20	7.945	26,92
Marapanim	7.540	26,72	7.485	26,42	7.422	26,09
Santa Izabel do Pará	20.208	28,97	20.296	28,67	20.361	28,34
Santa Maria do Pará	6.568	26,56	6.544	26,32	6.514	26,06
Santo Antônio do Tauá	8.538	27,51	8.542	27,13	8.539	26,75
São Caetano de Odivelas	4.846	26,97	4.792	26,55	4.733	26,11
São Domingos do Capim	8.926	28,04	8.912	27,86	8.888	27,65
São Francisco do Pará	4.098	25,88	4.045	25,47	3.982	25,00
São João da Ponta	1.583	26,13	1.579	25,72	1.574	25,32
São Miguel do Guamá	16.472	28,24	16.540	28,04	16.587	27,82
Terra Alta	3.192	27,54	3.194	27,25	3.191	26,94
Vigia	14.638	27,52	14.574	27,15	14.489	26,75

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, em 2019, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam a 24,28% dos vínculos no Pará e 26,42%, na RI Guamá. Os maiores percentuais de participação desses jovens ocorreram em Santa Izabel do Pará (31,03%), Castanhal (30,96%) e Santa Maria do Pará (30,98%). Em números absolutos, lideraram os municípios de Castanhal (9.666), Santa Izabel do Pará (2.863) e São Miguel do Guamá (1.082).

Tabela 14 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Guamá	**66.179**	**17.485,00**	**26,42**
Castanhal	31.221	9.666	30,96
Colares	532	47	8,83
Curuçá	2.063	289	14,01
Igarapé-Açu	2.376	603	25,38
Inhangapi	1.009	212	21,01
Magalhães Barata	570	64	11,23
Maracanã	1.379	208	15,08
Marapanim	1.488	174	11,69
Santa Izabel do Pará	9.228	2.863	31,03
Santa Maria do Pará	2.078	608	29,26
Santo Antônio do Tauá	2.361	430	18,21
São Caetano de Odivelas	869	107	12,31
São Domingos do Capim	2.040	377	18,48
São Francisco do Pará	847	114	13,46
São João da Ponta	336	79	23,51
São Miguel do Guamá	4.681	1.082	23,11
Terra Alta	607	82	13,51
Vigia	2.494	480	19,25

Fonte: MTE/RAIS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que, estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[3]).

O percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos, na RI Guamá, esteve próximo ao registrado para o estado do Pará, no período de 2015 a 2019. Neste último ano, o estado obteve índice de 22,64% e a RI 22,19%. Considerando seus municípios, os maiores percentuais aconteceram em São Domingos do Capim (30,97%), Magalhães Barata (28,21%) e Inhangapi (25,93%), e os menores em Castanhal (18,61%) e São Francisco do Pará (18,72%).

A maioria dos municípios acusou retração neste indicador, entre os anos de 2015 e 2019, foram exceção apenas São Domingos do Capim (variação de 2,78 p.p.) e Santa Maria do Pará (variação de 0,9 p.p.). São João da Ponta demarcou a maior diminuição, -12,53 p.p. (Tabela 16).

Tabela 16 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Guamá, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Guamá	**26,42**	**25,17**	**24,55**	**23,07**	**22,19**
Castanhal	22,45	21,12	19,34	18,64	18,61
Colares	25,00	25,13	25,61	24,46	22,93
Curuçá	28,90	27,70	29,12	28,83	24,64
Igarapé-Açu	25,57	28,00	25,71	22,84	23,34
Inhangapi	27,68	29,63	31,43	29,19	25,93
Magalhães Barata	29,46	27,84	28,89	27,96	28,21
Maracanã	27,87	25,85	27,90	24,48	24,57
Marapanim	32,12	30,70	33,02	26,71	25,66
Santa Izabel do Pará	27,78	24,60	24,27	24,04	19,68
Santa Maria do Pará	23,71	29,57	20,09	22,56	24,62
Santo Antônio do Tauá	29,86	27,70	25,05	23,35	22,85
São Caetano de Odivelas	31,76	21,24	26,05	26,43	23,21
São Domingos do Capim	28,19	23,29	31,43	26,60	30,97
São Francisco do Pará	23,47	28,19	26,70	28,10	18,72
São João da Ponta	32,53	25,93	22,99	28,87	20,00
São Miguel do Guamá	29,09	27,47	28,21	23,67	24,95
Terra Alta	30,92	30,46	23,79	34,86	23,08
Vigia	28,63	28,55	27,86	23,53	24,54

Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

[3] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões.

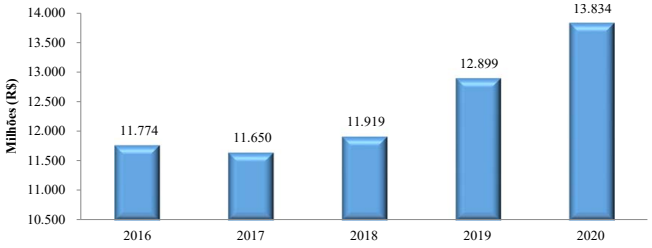
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda na arrecadação, de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

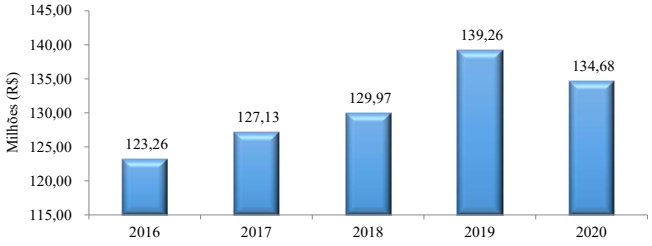
Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado à região ~~do~~ Guamá vivenciou um acréscimo a partir de 2016, registrando R$ 123 milhões, e chegando ao montante de R$ 139,3 milhões, em 2019. Em 2020, este valor decaiu para R$ 134,68 milhões, o que representou 4,9% do total do imposto partilhado entre as 12 regiões.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da RI Guamá, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos repasses para os municípios que compõem a RI Guamá, o de Castanhal foi o que recebeu a maior quantia, em 2020, em torno de, R$ 59 milhões, o que representou 44% do valor destinado para a região. O restante dos municípios recebeu, nesse ano, valores abaixo de 10% do imposto. Os municípios que receberam a menor parcela foram Colares, Magalhães barata e São João da Ponta, com 1,9%, 1,8% e 1,7% do valor total do repasse para a região, respectivamente.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Guamá	**123.258.705**	**127.126.846**	**129.971.116**	**139.255.014**	**134.682.196**
Castanhal	62.920.634	63.795.406	60.462.753	61.210.995	59.201.637
Colares	2.347.785	2.319.833	2.380.423	2.550.458	2.514.347
Curuçá	3.286.899	3.015.783	3.808.677	3.825.687	3.987.836
Igarapé-Açu	4.226.013	4.871.649	5.236.931	5.866.054	5.972.719
Inhangapi	2.347.785	2.783.800	2.856.508	3.060.550	3.094.781
Magalhães Barata	1.878.228	2.087.850	2.142.381	2.295.412	2.438.649
Maracanã	2.817.342	3.015.783	3.094.550	3.570.641	3.743.794
Marapanim	2.817.342	2.783.800	3.332.593	3.570.641	3.820.785
Santa Izabel do Pará	9.156.361	9.047.349	12.140.159	15.557.795	11.009.598
Santa Maria do Pará	3.052.120	3.247.766	3.332.593	3.825.687	4.481.003
Santo Antonio Tauá	3.991.234	3.943.716	4.760.847	6.121.100	6.228.570
São Caetano Odivelas	2.582.563	3.015.783	3.332.593	3.315.596	3.373.455
São Domingos do Capim	3.521.677	3.247.766	3.094.550	3.315.596	3.634.493
São Francisco do Para	2.817.342	3.247.766	3.332.593	3.825.687	3.680.626
São João da Ponta	2.347.785	2.087.850	2.142.381	2.295.412	2.344.371
São Miguel do Guamá	5.634.684	6.031.566	5.951.058	5.866.054	6.026.068
Terra Alta	2.113.006	2.551.816	2.618.466	3.060.550	3.091.098
Vigia	5.399.905	6.031.566	5.951.058	6.121.100	6.038.364

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2021.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Guamá é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (554 km²) e Proteção Integral (10 km²). Assim, de sua área total, 11.525 km², aproximadamente, 4,61% correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

Em relação ao desmatamento acumulado na RI, em 2020, registrou-se o equivalente a 7.881 km², o que corresponde a 68,38% da área da região e 2,85% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 18). Em termos municipais, São Domingos do Capim, Castanhal, São Miguel do Guamá, Igarapé-Açu e Santa Izabel do Pará concentraram mais de 55% do desmatamento acumulado, registrado em 2020, ao passo que, quase 52% dos registros de foco de calor da RI Guamá estavam concentrados em apenas dois municípios, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá.

Tabela 18 – Área Total, Desmatamento Acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Guamá, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
RI Guamá	**11.524,93**	**7.880,80**	**595**
Castanhal	1.029,30	907,20	27
Colares	384,07	90,80	5
Curuçá	676,32	276,20	13
Igarapé-Açu	785,98	688,70	33
Inhangapi	472,61	328,20	10
Magalhães Barata	323,98	165,70	22
Maracanã	807,63	332,10	55
Marapanim	804,63	405,00	39
Santa Izabel do Pará	717,66	538,20	12
Santa Maria do Pará	457,72	415,90	15
Santo Antônio do Tauá	537,62	325,40	1
São Caetano de Odivelas	464,17	235,70	21
São Domingos do Capim	1.686,77	1.357,80	233
São Francisco do Pará	479,44	418,30	19
São João da Ponta	195,92	111,30	5
São Miguel do Guamá	1.094,56	891,60	75
Terra Alta	204,97	172,70	3
Vigia	401,59	220,00	7

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, uma parcela de 51,36% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 19). Entre os municípios que compõem a região, São Domingos do Capim possui a maior proporção de área com CAR efetivado (71,30%), seguido por Terra Alta (65,20%) e Castanhal (61,62%).

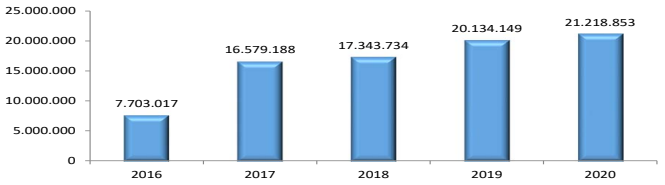
Tabela 19 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Guamá, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Guamá	**12.229,13**	**10.010,80**	**81,86**	**5.141,21**	**51,36**
Castanhal	1.030,68	950,46	92,22	585,68	61,62
Colares	610,67	238,19	39,00	55,68	23,38
Curuçá	673,82	432,36	64,17	92,74	21,45
Igarapé-Açu	786,94	784,00	99,63	444,95	56,75
Inhangapi	472,30	447,30	94,71	249,12	55,69
Magalhães Barata	325,69	213,50	65,55	50,17	23,50
Maracanã	856,61	490,59	57,27	135,74	27,67
Marapanim	797,14	608,80	76,37	161,20	26,48
Santa Izabel do Pará	718,90	686,75	95,53	396,64	57,76
Santa Maria do Pará	458,25	457,50	99,84	238,95	52,23
Santo Antônio do Tauá	538,50	443,74	82,40	197,09	44,42
São Caetano de Odivelas	744,83	301,78	40,52	135,78	44,99
São Domingos do Capim	1.679,86	1.643,69	97,85	1.171,90	71,30
São Francisco do Pará	480,28	479,75	99,89	279,44	58,25
São João da Ponta	196,28	161,43	82,24	59,28	36,72
São Miguel do Guamá	1.111,62	1.081,00	97,25	598,16	55,33
Terra Alta	206,76	206,39	99,82	134,57	65,20
Vigia	540,00	383,56	71,03	154,13	40,19

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, foi registrado para a RI Guamá uma participação média de 9,6% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2016 e 2020. Em 2020, a região contabilizou um montante de R$ 21,219 milhões, com o município de Santa Maria do Pará detendo a maior parcela (7,7%), seguido por Castanhal (6,35%), Igarapé-Açu (6,31%), São Miguel do Guamá (6,31%), Terra Alta (6,25%), São Francisco do Pará (6,18%), Vigia (6,11%), São Caetano de Odivelas (6,08%), Marapanim (6,07%), Maracanã (6,03%), Curuçá (6,00%), Santa Izabel do Pará (5,57%), Santo Antônio do Tauá (5,31%), São Domingos do Capim (4,34%), Inhangapi (3,97%), São João da Ponta (3,97%), Colares (3,72%) e Magalhães Barata (3,69%). (Tabela 20).

Gráfico 07 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Guamá, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Guamá, 2016 a 2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Guamá	**7.703.017**	**16.579.188**	**17.343.734**	**20.134.149**	**21.218.853**
Castanhal	316.852	1.034.309	1.074.917	1.272.465	1.347.604
Colares	536.137	923.028	791.635	834.425	788.320
Curuçá	686.502	707.447	1.135.990	1.245.061	1.273.510
Igarapé-Açu	330.831	1.038.676	1.065.982	1.266.913	1.339.522
Inhangapi	310.008	740.916	643.378	864.835	852.863
Magalhães Barata	78.372	716.829	653.811	831.680	782.150
Maracanã	651.263	995.497	1.136.468	1.238.026	1.279.038
Marapanim	548.235	713.824	1.108.586	1.241.647	1.287.324
Santa Izabel do Pará	289.010	1.277.166	1.089.260	1.262.043	1.182.629
Santa Maria do Pará	152.163	513.172	600.658	849.042	1.634.300
Santo Antônio do Tauá	638.891	729.671	1.126.668	1.246.167	1.127.254
São Caetano de Odivelas	595.299	1.277.168	1.181.675	1.235.051	1.289.131
São Domingos do Capim	458.147	761.538	664.989	902.063	920.809
São Francisco do Pará	366.621	1.036.450	1.059.738	1.249.739	1.310.665
São João da Ponta	629.914	718.253	673.144	835.733	842.351
São Miguel do Guamá	295.343	1.060.874	1.095.356	1.273.085	1.338.565
Terra Alta	232.251	1.057.202	1.064.583	1.243.863	1.325.475
Vigia	587.177	1.277.168	1.176.897	1.242.309	1.297.343

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Guamá**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2022 - 2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	9.967.770,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	7.401.361,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.284.832,00
Cultura	839.066,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	103.060.586,00
Direitos Socioassistenciais	11.579.440,00
Educação Básica	606.973.334,00
Educação Profissional e Tecnológica	143.880.047,00
Educação Superior	11.206.297,00
Esporte e Lazer	6.244.620,00
Governança Pública	45.922.794,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	37.042.495,00
Infraestrutura e Logística	173.173.073,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	3.986.197,00
Saúde	386.662.072,00
Segurança Pública	106.075.989,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.163.362,00
	1.656.463.335,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022- 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	1.019.198.134,00
	1.019.198.134,00

TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura — 9.967.770,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	15.84	06/2019	ADEPARA	19,249,886.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Dendê)	Kg/Hectare	14,298.00	06/2019	IBGE	17,379.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	3.850,00	12/2020	EMATER	2022	3.900,00
					2023	4.000,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	118,00	12/2018	SEDAP	2022	290,00
					2023	414,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	416,00	12/2018	SEDAP	2022	482,00
					2023	506,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar 8 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Implantar 01 Estação Modelo de Aquicultura - Terra Alta

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos — 7.401.361,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	5,50	12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	20,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	33,00
					2023	28,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Castanhal - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	CBM

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 9 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	SEPLAD
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 1.284.832,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.32	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	SECTET
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	SECTET
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 839.066,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	50.00	12/2018	SECULT/FCP	66.67

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 103.060.586,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	19,93	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	19,93
					2023	20,04
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	67,86	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	87,50
					2023	89,83

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Compromisso Regional
Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Jaderlândia, no Município de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicilio Atendido	Un	COHAB
Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional
Concluir as Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 11.579.440,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-40,73	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022 2023	5,00 5,00

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 606.973.334,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3.00	12/2017	INEP/SEDUC	3.60
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3.90	12/2017	INEP/SEDUC	4.60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,60	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	5,00 4,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	15,70	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	13,92 13,76
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	81,70	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	83,70 84,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,30	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	77,10 77,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	12,70	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	11,30 11,00
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	10,01	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	8,98 8,84

Objetivo
Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional
Reformar/Ampliar 9 Escolas Estaduais na Região Guamá - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo
Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional
Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 40 escolas nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Guamá**

TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica — 143.880.047,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	535,00	05/2021	SECTET	2022 2023	615,00 707,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	1.034,00	05/2021	SECTET	2022 2023	1.189,00 1.367,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	625,00	12/2018	SECTET	2022 2023	790,00 740,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos na Região Guamá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Guamá**

TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior — 11.206.297,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	8.73	12/2018	UEPA	5.07

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	2022 2023	15,00 14,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 6.244.620,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	721,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	630,00
					2023	767,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEDOP, SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 45.922.794,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	501,758.00	12/2020	SEFA	568,019.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,25	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	0,38
					2023	0,38

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	HEMOPA, IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	HEMOPA, SEDAP, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 37.042.495,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	(3.20)	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	3.50
Receita gerada pelo turismo	U$	40,582.00	12/2018	SETUR	2,883,686.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	14,00	12/2018	BANPARA	2022	142,00
					2023	170,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	16,00	07/2019	SEDEME	2022	93,00
					2023	95,00
Número de turistas	Unidade	50.000,00	12/2018	SETUR	2022	42.497,00
					2023	43.559,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Implantar o Distrito Industrial de Castanhal (1ª Etapa)

Instalar 07 Agências do Banpará nos Municípios de Colares, Inhangapi, Magalhães Barata, São Domimgos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Setor Privado	Projeto Financiado	Un	FDE
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Incentivo Realizado	Un	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP, SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Guamá**

TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística — 173.173.073,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	59.56	12/2018	SETRAN	60.56

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual		12/2019	CPH	2022	100,00
					2023	100,00
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	6,23	12/2020	SETRAN	2022	52,83
					2023	8,93

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Conservar e Restaurar, com Implantação de Acostamento na Rodovia PA-140, Trecho Rio Guamá (Bujaru) / entr. BR-316 (Santa Izabel do Pará)com extensão de 37,5 Km

Pavimentar a PA-220, Trecho 1: Entroncamento Rodovia PA-136 - Encontro PA-395, sub trecho entroncamento Rodovia PA-136 - Km 22, com extensão de 22 km, Trecho 2: Entroncamento Rodovia PA-136 - Encontro PA-395, sub trecho Km 22 até o Encontro PA-395, com extensão de 20,00 km

Pavimentar a PA-322, no Trecho Entr. BR-010 (São Miguel do Guamá) / Entr. PA-124, com extensão de 48,15 km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Guamá**

TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável — 3.986.197,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0.22	12/2018	PRODES/INPE	0.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	72,22	12/2019	SEMAS	2022	83,33
					2023	88,90

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 01 Título Definitivo para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Guamá**

TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde — 386.662.072,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	6.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	5.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	12.38	12/2019	SIM	9.81
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	352.10	12/2020	MS/SIM	352.07

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	98,10	12/2020	EGESTOR	2022	99,35
					2023	100,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	16,60	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,14	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,14
					2023	1,34
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	41,00	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,27	12/2018	SIA	2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,10	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Apoio à Implementação de Consórcios Públicos em Saúde	Município Consorciado	Un	SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	2º CRS - Santa Izabel
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	2º CRS - Santa Izabel
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Hospital Regional de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	3º CRS - Castanhal, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Região de Integração: **Guamá**

TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública — 106.075.989,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	135.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	129.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	36.50	12/2020	SEGUP	34.20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	21.70	12/2020	SEGUP	19.40
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	757.50	12/2020	SEGUP	678.30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	442.90	12/2020	SEGUP	407.80

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	1,55	12/2018	SEAP	2022	1,43
					2023	1,98
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	2.257,00	12/2018	PMPA	2022	4.287,00
					2023	4.964,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	84,00	12/2018	DETRAN	2022	87,00
					2023	88,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	47,00	12/2018	DETRAN	2022	50,00
					2023	51,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	69,10	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022	78,60
					2023	80,20
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	27,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	31,00
					2023	32,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	91,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo
Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional
Ampliar o Presídio Estadual Metropolitano I, em Santa Isabel do Pará
Construir 2 Blocos na Colônia Penal Agrícola de Santa Isabel do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Ampliar o Videomonitoramento na Região Metropolitana de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Guamá**

TOTAL GERAL: **2.675.661.469,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 1.163.362,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(1.08)	12/2018	MTE/RAIS	0.80

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	-6,67	12/2018	SEASTER/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	2022 2023	1,30 1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	26,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	24,00 28,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	8,70	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	12,00 13,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

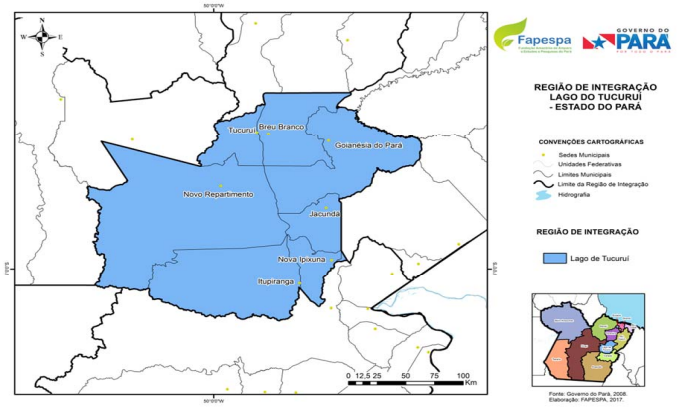
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Região de Integração: Guamá

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor (R$1,00) 2022-2023
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	8.698.079,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	50.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	124.586.464,00
Concessão de Auxílio Fardamento	4.015.394,00
Concessão de Auxílio Transporte	6.663.514,00
Operacionalização das Ações Administrativas	10.098.112,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	865.086.571,00
	1.019.198.134,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO LAGO DE TUCURUÍ



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Lago de Tucuruí, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066 de 19 de junho de 2008, instrumento que reconfigurou regionalmente o Estado do Pará visando orientar a ação governamental, é formada por 7 municípios (Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí). Os primeiros habitantes da região eram os povos indígenas das tribos dos Assurinis-do-Tocantins, Parakanãs e Gaviões. Tomadas pelos portugueses, a região recebeu imigrantes de Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Paraná. A mesma RI Lago de Tucuruí localiza-se na Região Sudeste do Pará, entrecortada pelo Rio Tocantins e pelas rodovias BR-230 (Rodovia Transamazônica) e PA-150 (Rodovia Paulo Fontelles), e detém uma área total de pouco mais de 40 mil quilômetros quadrados, o que representam 3% da área total do Pará.

A população dessa RI estimada em 2020 é de 430.822 habitantes, corresponde a 5% do total do Estado. Tucuruí é o município de maior contingente populacional representando 26,7% da RI, seguido de Novo Repartimento (17,9%) e Breu Branco (15,6%). A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2020, foi de 1,83%, acima da média estadual (1,41%) para o mesmo período.

A RI Lago de Tucuruí responde por 6% do PIB estadual com destaque para a produção de energia pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, criação de gado bovino (11%) e equinos (9%) e destaque na produção de leite (11%).

O dinamismo econômico desenvolvido na região gerou profundas mudanças na vida da população local, na paisagem e na configuração geográfica, cultural, política e econômica. Se por um lado a UHE de Tucuruí contribui com o abastecimento do setor elétrico de todo o Brasil, por outro, grande parte da população do entorno do lago formado com a construção da hidroelétrica, não dispõe de energia elétrica em suas residências, além do que, a explosão demográfica provocou o surgimento de consideráveis problemas sociais.

O turismo nessa região destaca-se pelas manifestações religiosas, festivais regionais, artesanato, monumentos históricos, paisagens naturais como praias, sítios arqueológicos e reservas ecológicas.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

Em 2018, a Região de Integração Lago de Tucuruí teve sua riqueza valorada em R$ 10,4 bilhões, que representou 6% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o da Indústria, com R$ 6,4 bilhões, equivalentes a 61% do PIB da RI, seguido da Administração Pública, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, com R$ 1,6 bilhão e participação de 16% do PIB regional, e o de Serviços, com R$ 1,3 bilhão e participação de 13%. A região destaca-se pela importância energética, através da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, além da metalurgia e a pecuária bovina.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Lago de Tucuruí, 2018.

PIB	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**10.384.928**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**10.101.556**
Valor Adicionado Total %	85,82%	91,04%	97,27%
VA Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**709.075**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	6,83%
VA Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**6.423.192**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	61,85%
VA Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**1.312.939**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	12,64%
Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**1.656.349**
% Administração Pública	14,93%	20,09%	15,95%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**283.372**
% Impostos	14,18%	8,96%	2,73%

Fonte: FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a região Lago de Tucuruí, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Tucuruí, com participação de 72% e Novo Repartimento com 8% de contribuição, que juntos correspondem por 80% do total do VA regional.

Tabela 02 – Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Lago de Tucuruí, 2018.

Item Geográfico	PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil	**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará	**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Lago de Tucuruí	**10.384.928**	**709.075**	**6.423.192**	**1.312.939**	**1.656.349**	**283.372**
Breu Branco	569.751	89.249	59.717	132.980	239.947	47.858
Goianésia do Pará	339.466	54.560	18.739	94.852	150.551	20.763
Itupiranga	519.058	158.487	32.555	110.953	198.414	18.648
Jacundá	484.235	43.140	34.740	175.758	195.226	35.371
Nova Ipixuna	136.342	29.613	6.395	32.062	61.871	6.401
Novo Repartimento	854.122	257.732	33.849	216.303	296.349	49.889
Tucuruí	7.481.954	76.295	6.237.196	550.030	513.991	104.442

Fonte: FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região Lago de Tucuruí, as principais atividades em termos de VA em 2018, foram: a Produção e distribuição de eletricidade e água; as Atividades imobiliárias; a Pecuária; o Comércio e manutenção de veículos, e a Construção civil.

Quadro 01- Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública – RI Lago de Tucuruí, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Lago de Tucuruí	Produção e distribuição de eletricidade e água	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Breu Branco	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Indústria de transformação	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos
Goianésia do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Alojamento e alimentação
Itupiranga	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil	Comércio e manutenção de veículos
Jacundá	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Indústria de transformação	Alojamento e alimentação
Nova Ipixuna	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura
Novo Repartimento	Pecuária	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura
Tucuruí	Produção e distribuição de eletricidade e água	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Alojamento e alimentação	Intermediação financeira

Fonte: FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em Tucuruí, município com maior participação no PIB regional, apresentou como principais atividades: Produção e distribuição de eletricidade e água devido a Hidrelétrica de Tucuruí; o Comércio e manutenção de veículos; as Atividades imobiliárias; o Alojamento e alimentação; e a Intermediação financeira, para 2018.

Para Novo Repartimento, os destaques em termos de VA foram: a pecuária bovina, a Agricultura tendo como principais cultivos a banana e o cacau; o Comércio e manutenção de veículos; as Atividades imobiliárias; e a Produção Florestal, Pesca e Aquicultura.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, em que a RI Lago de Tucuruí contabilizou um saldo de US$ 68,603 milhões. O principal produto exportado é o hidrogênio via município de Breu Branco, correspondendo a 98% de todo valor exportado pela RI.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e RI Lago de Tucuruí, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Lago de Tucuruí	**68.989.520**	**0,34**	**385.835**	**0,03**	**68.603.685**
Breu Branco	67.925.122	98,46	385.835	100,00	67.539.287
Tucuruí	1.064.398	1,54		0,00	1.064.398

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Lago de Tucuruí registrou, em 2019, um total de 31 mil vínculos formais, o que representa 2,9% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve cerca de, 54,8% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 20,7%, e Serviços, 11%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Tucuruí (42,4%), Novo Repartimento (14,6%) e Jacundá (11,5%).

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	127.791
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,84
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	27,11
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**31.598**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	9
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	1.257
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	557
Construção Civil	2.012.211	61.981	702
Comércio	9.453.390	206.789	6.538
Serviços	17.843.857	310.933	3.485
Adm. Pública	8.865.548	356.141	17.302
Agropecuária	1.477.081	49.712	1.748

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2020.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 93 mil trabalhadores na RI estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 3,2% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

A malha rodoviária presente na RI Lago de Tucuruí é composta por rodovias estaduais (PA-151 e PA-156), e federais (BR-422 e BR-230) e um conjunto de vicinais que auxiliam no escoamento da produção agropecuária. Ressalta-se a importância na composição da estrutura logística da região, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e da Hidrovia Araguaia/Tocantins. Estão planejadas para o estado duas obras de infraestrutura que terão grande impacto na dinâmica da RI, as ferrovias Água Boa (MT)/Barcarena (PA – RI Tocantins) e Norte-Sul (Tramo Norte), com investimentos públicos e privados.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Lago de Tucuruí.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Tucuruí
Rodovias	PA-151, PA-156, BR-422 e BR-230
UHE	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
Hidrovia (Eclusas)	Araguaia/Tocantins
Portos	(IP4) Tucuruí
	Itupiranga
	Breu Branco

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange um aeródromo/aeroporto, três portos de pequeno porte, uma hidrovia e quatro rodovias.

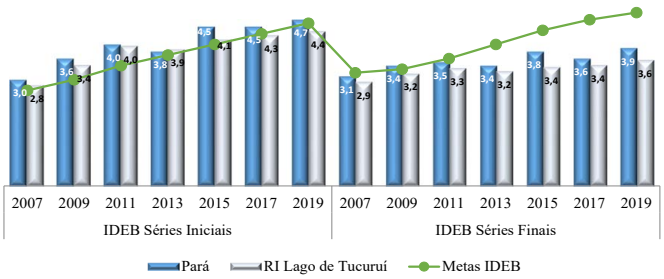
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No Pará, nas séries iniciais, a nota IDEB vem apresentando um indicativo de crescimento, na maioria dos anos observados (2007 a 2019), com exceção do ano de 2013 que apresentou queda da nota, assim como o alcance das metas estabelecidas até o ano de 2017. O mesmo se observou em relação às séries finais, as médias das notas, à exceção de 2013, permaneceu no mesmo patamar, porém, as notas não chegaram a alcançar as metas estabelecidas em nenhum ano observado. No Pará e na RI Guajará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, mas não suficiente para alcançar as metas previstas, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, mostrando o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos, se não aprovados. Assim como no IDEB foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Tucuruí.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[1], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, que propõe a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno as atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

[1] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

A taxa de aprovação do Brasil, Pará, região Lago de Tucuruí e dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficou acima de 95% de aprovação, exceto o município de Nova Ipixuna, que apresentou uma taxa de 72,6%. Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em relação ao estado e municípios da região, com exceção de Goianésia do Pará que apresentou uma taxa de 92,4%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região chegou a 1,4% de reprovados, e o município que apresentou a maior taxa foi Nova Ipixuna, que apresentou uma taxa de 9,4%. No ensino médio, apenas dois municípios registraram taxa de reprovação: Nova Ipixuna (9,4%) e Novo Repartimento (0,1%).

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima do valor alcançado pelo Brasil (1%) e do valor registrado pelo estado do Pará (1,7%), alcançando 3%. de abandono. O município de Nova Ipixuna também registrou o maior percentual da região, de 9,4% de abandono. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e acima da do Pará (0,7%), com o registro de 1,4%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Goianésia do Pará, registrando 7,6% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Lago de Tucuruí	**95,6**	**98,4**	**1,4**	**0,2**	**3,0**	**1,4**
Breu Branco	98,8	99,8	0,0	0,0	1,2	0,2
Goianésia do Pará	99,8	92,4	0,0	0,0	0,2	7,6
Itupiranga	99,5	99,8	0,0	0,0	0,5	0,2
Jacundá	99,7	99,0	0,0	0,0	0,3	1,0
Nova Ipixuna	72,6	99,2	9,4	0,0	18,0	0,8
Novo Repartimento	99,3	100,0	0,1	0,0	0,6	0,0
Tucuruí	99,7	98,6	0,0	1,2	0,3	0,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º

ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade.

Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na RI lago de Tucuruí, o município de Nova Ipixuna destacou-se com a maior taxa de distorção de 39,3% no ensino fundamental e o município de Tucuruí com a menor taxa de 26,1%. No ensino médio, Goianésia do Pará (59,0%) apresentou a pior taxa ficou e a menor distorção foi observada em Tucuruí (41,9%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Lago de Tucuruí	**32,5**	**31,5**	**52,5**	**50,5**
Breu Branco	31,1	30,5	54,6	51,5
Goianésia do Pará	32,3	31,8	60,2	59,0
Itupiranga	31,3	30,8	48,6	47,0
Jacundá	27,5	27,1	49,8	44,3
Nova Ipixuna	41,4	39,3	58,4	58,9
Novo Repartimento	37,2	35,2	52,1	50,8
Tucuruí	26,5	26,1	43,9	41,9

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, a taxa de mortalidade infantil de 14,93 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada pela RI, em 2019, foi levemente inferior à taxa apresentada pelo Pará, 15,14, sendo Nova Ipixuna (nenhum óbito infantil) e Tucuruí (13,97) os municípios com as menores taxas, enquanto Breu Branco (18,30) e Goianésia do Pará (17,92) obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2020, 642 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 85,22% (apenas os municípios de Breu Branco (50,50%), Tucuruí (69,31%) e Goianésia do Pará (76,71%) não alcançaram 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado, de 76,46%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2020, havia 71 equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 59,35%, ligeiramente superior à cobertura apresentada pelo estado, de 57,64%. Até dezembro de 2020, apenas o município de Nova Ipixuna possuía 100% da população estimada coberta, destacando-se Breu Branco e Novo Repartimento, com apenas 31,34% e 49,99% de cobertura, respectivamente.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	14,93
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	85,22
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	59,35
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	13
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	2,81
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,64

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

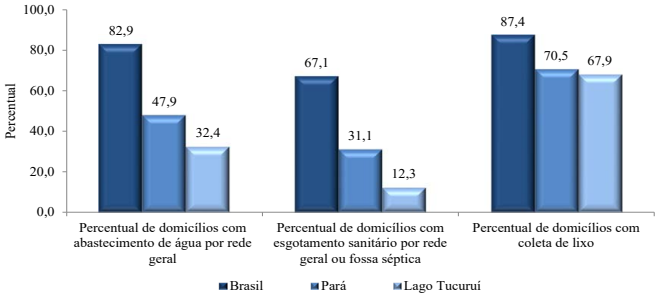
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Lago de Tucuruí, em abril de 2021, conta com treze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional de Tucuruí e o Hospital Municipal de Campanha Covid-19 de Jacundá que estão na linha de frente no tratamento da Covid-19 na região. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada, em 2020, pela RI foi de 2,81, superior à do Pará, de 2,55. Ao contrário, quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a da RI, 1,64, foi menor que a taxa do estado, 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Lago de Tucuruí. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, naquele ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Lago de Tucuruí, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 32,4% dos domicílios, a de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, 12,3%, e a de coleta de lixo, 67,9%. Observa-se que as coberturas dos serviços ofertados na região eram menores do que no estado do Pará, com destaque para o esgotamento sanitário, que não alcançava nem 13% dos domicílios da região.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue, na tabela abaixo, os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RM. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2019, estava presente em dois dos sete municípios que compõem a RI Lago Tucuruí (Breu Branco e Jacundá), segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 09 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI LAGO DE TUCURUÍ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	20.213	23,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	11.911	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.101	29,7
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.329	6,5
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.189	5,8
Total Domicílios	**1.859.165**		**87.675**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Em relação ao SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água, em 2019. Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava aproximadamente 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o déficit era de 23% do total de domicílios.

A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região, coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 29,7% na RI. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 88% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 6,5% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,8% n RI Lago de Tucuruí. Proporcionalmente, em ambos os casos, essas componentes mostraram-se menores na região que no estado.

3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2019, a RI Lago de Tucuruí apresentou taxas inferiores às do estado no indicador taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos, e taxa superior para os indicadores taxa de homicídios e taxa de mortes no trânsito. A taxa de homicídios no Pará atingiu 38,87 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 41,16. Tucuruí e Novo Repartimento apresentaram as menores taxas, 33,43 e 35,56 homicídios, respectivamente, em contraposição a Goianésia do Pará e Jacundá, que figuraram com as maiores taxas, 51,88 e 50,71 homicídios, nesta ordem.

No mesmo ano, a taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada pela RI Lago de Tucuruí ou seja, (68,51 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual (73,33 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Nova Ipixuna (156,46) e Jacundá (87,37) registraram as maiores taxas entre os componentes da região, enquanto Novo Repartimento (55,56) e Tucuruí (57,22) apresentaram as menores taxas.

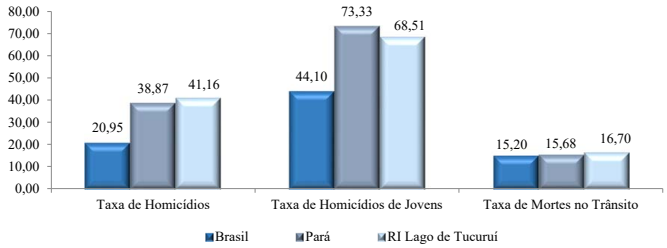
Em 2019, a taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Lago de Tucuruí foi de 16,70 mortes, superior à do Pará, ou seja, 15,68 mortes. Os municípios da região com as maiores taxas foram Jacundá (25,36 mortes) e Goianésia do Pará (24,71 mortes), enquanto Tucuruí (9,68) e Itupiranga (15,02) apresentaram as menores taxas.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em 2019, a RI Lago de Tucuruí apresentou taxa inferior à do Pará apenas para o indicador Taxa de Roubo. A taxa de homicídios da RI foi de 31,10 mortes e a do Pará, de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 11,61 e o Pará, de 9,82. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo, que registrou um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes no estado, enquanto para a região observou 327,98 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 10 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Lago de Tucuruí	
	2019	**2020**	**2019**	**2020**
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	35,04	31,10
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	11,05	11,61
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	478,13	327,98

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Lago de Tucuruí alcançou um total de 39,02% de sua população abaixo da linha da pobreza, também maior que o percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Lago de Tucuruí apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 11 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Lago de Tucuruí	**39,02**	**0,58**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2020, 46,43% da população dos municípios que compõem a RI Lago de Tucuruí estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 77,01% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 58,06% das famílias inscritas receberam o benefício do Programa Bolsa Família. A região possuía, à época, percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 12 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Lago de Tucuruí	**46,43**	**77,01**	**58,06**
Breu Branco	41,34	86,48	69,77
Goianésia do Pará	45,14	67,25	53,93
Itupiranga	60,92	81,13	60,89
Jacundá	47,41	82,10	66,65
Nova Ipixuna	52,25	70,69	54,78
Novo Repartimento	53,01	77,03	58,84
Tucuruí	38,79	81,34	62,13
Breu Branco	46,92	68,94	45,79

Fonte: MDS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Dos municípios que compõem a região, Itupiranga (60,9%), Novo Repartimento (53,01%) e Nova Ipixuna (52,25%) possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Breu Branco (86,5%), Tucuruí (81,34%) e Itupiranga (81,13%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os que se destacaram com o maior número de famílias com o Programa Bolsa Família foram Breu Branco (69,77%) e Jacundá (66,65%).

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (dezenove) anos.

Em 2020, a RI Lago de Tucuruí apresentou quantitativo de 123.172 jovens, equivalente a 28,59% de seu contingente populacional. Dentre seus municípios, em todos os anos, os jovens se mostraram em maior número em Tucuruí (33.361 em 2020) e Novo Repartimento (21.828 em 2020). As maiores participações, em 2020, em relação ao número de habitantes, ocorreram em Breu Branco (29,34%) e Tucuruí (28,97%), enquanto a menor em Nova Ipixuna (26,56%).

Tabela 13 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Lago de Tucuruí	**121.902**	**29,06**	**122.612**	**28,84**	**123.172**	**28,59**
Breu Branco	19.231	29,71	19.510	29,54	19.758	29,34
Goianésia do Pará	11.715	29,39	11.803	29,16	11.874	28,90
Itupiranga	14.947	28,11	14.855	27,89	14.750	27,65
Jacundá	17.191	29,41	17.168	29,02	17.124	28,62
Nova Ipixuna	4.467	27,07	4.474	26,83	4.477	26,56
Novo Repartimento	21.345	28,61	21.598	28,45	21.828	28,27
Tucuruí	33.006	29,43	33.204	29,21	33.361	28,97

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, em 2019, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam 24,28% dos vínculos no Pará e 25,31% dos contabilizados na RI Lago de Tucuruí. Os municípios de Tucuruí e Novo Repartimento concentraram os maiores quantitativos de vínculos de emprego e de jovens no mercado de trabalho; juntos agregaram cerca de 58% dos vínculos ocupados por jovens na RI. No ano analisado na tabela 12, Novo Repartimento liderou na participação de jovens (30,58%), seguido de Itupiranga (27,28%). As menores participações foram observadas em Goianésia do Pará (22,12%) e Nova Ipixuna (22,26%).

Tabela 14: Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Lago de Tucuruí	**31.598**	**7.996**	**25,31**
Breu Branco	3.437	788	22,93
Goianésia do Pará	2.721	602	22,12
Itupiranga	2.958	807	27,28
Jacundá	3.639	920	25,28
Nova Ipixuna	831	185	22,26
Novo Repartimento	4.617	1.412	30,58
Tucuruí	13.395	3.282	24,50

Fonte: MTE/Rais, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade. Estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[3]).

Na RI Lago de Tucuruí, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos foi de 25,75%, em 2019, acusando diminuição de 5,17 p.p. em relação a 2015 (30,92%). O índice percentual desta RI está acima da registrada no Pará (22,64%, em 2019). Dos municípios que compõem a RI Lago de Tucuruí, neste último ano, Nova Ipixuna se destacou com mais alto percentual (30,57%), seguida de Breu Branco (29,41%) e Novo Repartimento (28,5%). Os menores índices foram registrados nos municípios de Goianésia do Pará (23,12%) e Jacundá (23,36%).

Nova Ipixuna foi o único município que teve acréscimo no indicador, entre 2015 e 2019. Por outro lado, Goianésia do Pará obteve maior redução do período, saindo de 34,54% (2015) para 23,12% (2019).

Tabela 15 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Lago de Tucuruí	**30,92**	**29,20**	**28,71**	**27,47**	**25,75**
Breu Branco	32,57	31,85	30,57	27,97	29,41
Goianésia do Pará	34,54	28,29	27,89	26,78	23,12
Itupiranga	31,92	29,64	30,22	27,84	25,06
Jacundá	31,97	30,86	30,12	28,36	23,36
Nova Ipixuna	29,65	31,80	24,31	27,35	30,57
Novo Repartimento	32,68	31,38	31,63	29,44	28,50
Tucuruí	27,55	26,14	25,82	25,68	23,85

Fonte: DATASUS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões

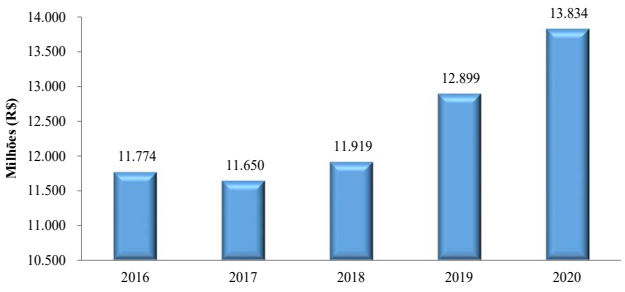
Gráfico 04– Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em 2016, o estado do Pará arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos

Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS do Pará, 2016-2020.



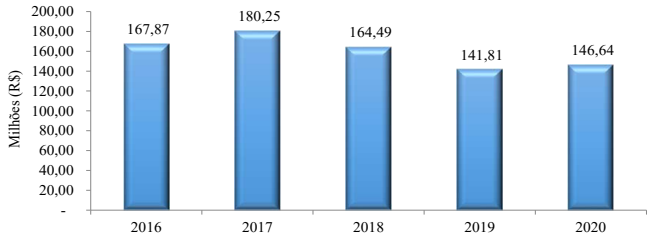
Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado a Região do Lago de Tucuruí registrou pouca flutuação no período compreendido entre 2016 a 2020, registrando R$

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[3] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

167,9 milhões no início desse período, chegando a R$ 146,6 milhões em 2020. Este montante, inclusive, equivale a 5,3% do valor total repassado para a região.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da R.I. Tucuruí, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação ao repasse por município, o de Tucuruí foi o que recebeu a maior parcela, cerca de R$ 92 milhões, o que representa 63% do valor destinado para a Região do Lago de Tucuruí. Dos outros municípios, nenhum atingiu 10% de repasse, sendo que Nova Ipixuna recebeu a menor parcela, 3,4% do valor total de repasse para a região.

Tabela 16 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Lago de Tucuruí	**167.866.618**	**180.251.020**	**164.487.254**	**141.805.472**	**146.639.482**
Breu Branco	9.625.918	10.207.265	10.235.820	9.181.649	9.963.768
Goianésia do Pará	7.043.355	7.423.465	8.093.439	7.651.374	7.410.639
Itupiranga	9.391.139	9.743.298	9.521.693	9.436.695	10.834.230
Jacundá	7.747.690	7.423.465	6.903.228	6.631.191	6.914.630
Nova Ipixuna	3.521.677	4.175.699	4.284.762	4.590.825	4.921.104
Novo Repartimento	15.495.380	15.078.914	14.758.625	13.772.474	14.391.378
Tucuruí	115.041.458	126.198.913	110.689.686	90.541.264	92.203.733

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Lago de Tucuruí é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (5.682 km²) e Terras Indígenas (3.615 km²). Assim, de sua área total, de 39.903 km², 23,30% correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2020 registrou-se o equivalente a 23.747 km², equivalente a 59,51% da área da região e a 8,59% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 17). Em termos municipais, foram registrados em apenas três municípios mais de 73% do desmatamento acumulado na RI: Novo Repartimento, com a maior área de desmatamento acumulado, 8.423 km² ou 35,47%; Itupiranga, 4.981 km² ou 20,98%; e Goianésia do Pará, 3.978 km² ou 16,75%, ao passo que mais de 77% dos 1.179 focos de calor registrados para a RI Lago de Tucuruí concentravam-se nesses municípios: Novo Repartimento, com 43,68%; Itupiranga, com 16,79%; e Goianésia do Pará, com 16,54%.

Tabela 17 – Área Total, Desmatamento Acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
RI Lago de Tucuruí	**39.901,47**	**23.746,90**	**1.179**
Breu Branco	3.941,90	2.852,70	129
Goianésia do Pará	7.023,95	3.977,80	195
Itupiranga	7.880,11	4.981,70	198
Jacundá	2.008,32	1.485,70	33
Nova Ipixuna	1.564,18	1.176,00	43
Novo Repartimento	15.398,72	8.423,20	515
Tucuruí	2.084,29	849,80	66

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo, registrou em 2021, uma parcela de 84,49% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 18). Entre os municípios que compõem a região, Itupiranga possui a maior proporção de área com CAR efetivado (90,00%), seguido por Novo Repartimento (84,99%) e Goianésia do Pará (83,91%).

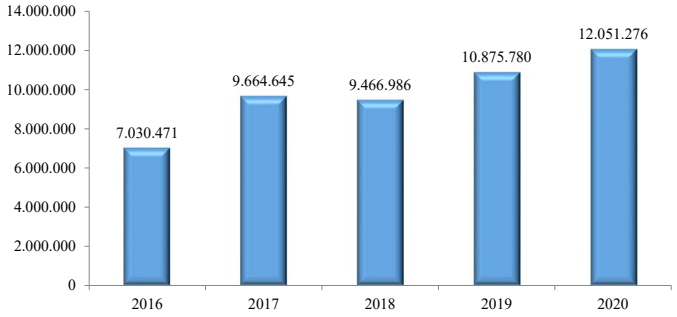
Tabela 18 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Lago de Tucuruí, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Lago de Tucuruí	**39.894,37**	**33.111,31**	**83,00**	**27.976,36**	**84,49**
Breu Branco	3.942,01	3.670,60	93,11	2.878,76	78,43
Goianésia do Pará	7.027,02	6.540,61	93,08	5.488,50	83,91
Itupiranga	7.877,14	6.354,46	80,67	5.718,78	90,00
Jacundá	2.008,74	1.730,95	86,17	1.432,56	82,76
Nova Ipixuna	1.564,42	1.463,40	93,54	1.143,77	78,16
Novo Repartimento	15.389,64	12.008,78	78,03	10.206,46	84,99
Tucuruí	2.085,40	1.342,51	64,38	1.107,55	82,50

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Lago de Tucuruí teve uma participação média de 5,4% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre 2016 e 2020 (Gráfico 07). Em 2020, a região contabilizou um montante de R$12,051 milhões, com o município de Novo Repartimento detendo a maior parcela (18,95%), seguido por Itupiranga (15,75%), Goianésia do Pará (15,21%), Breu Branco (13,38%), Tucuruí (12,39%), Jacundá (12,23%) e Nova Ipixuna (12,08%) (Tabela 19).

Gráfico 07 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 19 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, 2016-2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Lago de Tucuruí	**7.030.471**	**9.664.645**	**9.466.986**	**10.875.780**	**12.051.276**
Breu Branco	1.051.613	1.277.169	1.254.567	1.457.124	1.612.181
Goianésia do Pará	589.005	1.277.170	1.409.017	1.625.231	1.833.552
Itupiranga	1.411.930	1.549.152	1.468.881	1.684.072	1.898.508
Jacundá	648.409	1.277.168	1.153.075	1.360.713	1.474.380
Nova Ipixuna	638.597	1.277.167	1.132.726	1.333.283	1.455.284
Novo Repartimento	1.317.947	1.729.650	1.803.373	2.074.030	2.284.263
Tucuruí	1.372.970	1.277.169	1.245.346	1.341.326	1.493.108

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Lago de Tucuruí**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R$1,00) 2022 - 2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	6.472.967,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	2.839.877,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	352.506,00
Cultura	505.838,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	29.740.547,00
Direitos Socioassistenciais	4.115.064,00
Educação Básica	172.614.743,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.767.710,00
Educação Superior	3.651.904,00
Esporte e Lazer	645.340,00
Governança Pública	9.951.756,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	8.034.147,00
Infraestrutura e Logística	70.371.143,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	1.959.414,00
Saúde	181.706.826,00
Segurança Pública	27.916.738,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.140.023,00
	523.786.543,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022- 2023
Manutenção da Gestão	310.195.899,00
	310.195.899,00

TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura 6.472.967,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	2.28	06/2019	ADEPARA	272,264.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Banana)	Unidade / Hectare	13,698.00	06/2019	IBGE	16,650.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	391,00	12/2020	EMATER	2022	400,00
					2023	500,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	358,00	12/2018	SEDAP	2022	38,00
					2023	55,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.031,00	12/2018	SEDAP	2022	1.194,00
					2023	1.253,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar 3 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas) - DS

Habilitar o Estado para a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 2.839.877,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	14,28	12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	71,00
					2023	43,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	CBM, Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar Estação Cidadania em Tucuruí - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 352.506,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.07	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.13

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	PRODEPA

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	SECTET
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	SECTET

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 505.838,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	14.29	12/2018	SECULT/FCP	71.43

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 29.740.547,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,40	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	31,93
					2023	31,93
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	31,73	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	72,45
					2023	94,54

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 4.115.064,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-59,18	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022	5,00
					2023	5,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Atendimento Socioeducativo no Município de Tucuruí - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 172.614.743,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3.10	12/2017	INEP/SEDUC	3.80
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3.20	12/2017	INEP/SEDUC	38.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	7,50	12/2018	INEP/SEDUC	2022	6,20
					2023	5,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	17,99	12/2018	INEP/SEDUC	2022	15,91
					2023	15,72
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	87,70	12/2018	INEP/SEDUC	2022	89,90
					2023	90,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,70	12/2018	INEP/SEDUC	2022	77,50
					2023	77,80
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	4,80	12/2018	INEP/SEDUC	2022	3,90
					2023	3,80
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,34	12/2018	INEP/SEDUC	2022	6,59
					2023	6,48

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais na Região Lago de Tucuruí - Ds

Reformar/Ampliar 2 Escolas Estaduais na Região Lago de Tucuruí - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 10 Escolas nos Municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 1.767.710,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	120,00	12/2018	SECTET	2022	500,00
					2023	630,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 3.651.904,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	1.74	12/2018	UEPA	1.01

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-15,00	12/2018	UEPA	2022	17,00
					2023	19,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar 3 Cursos Modulares na Região Lago Tucuruí - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 645.340,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	341,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	310,00
					2023	350,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 9.951.756,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	791,647.00	12/2020	SEFA	908,946.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	1,71	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	2,57
					2023	2,57

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Fortalecimento da Gestão Municipal	Município Atendido	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IGEPREV, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 8.034.147,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	(2.50)	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	1.00
Receita gerada pelo turismo	U$	12,174.60	12/2018	SETUR	865,106.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	4,00	12/2018	BANPARA	2022	94,00
					2023	113,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	7,00	07/2019	SEDEME	2022	36,00
					2023	36,00
Número de turistas	Unidade	15.000,00	12/2018	SETUR	2022	12.749,00
					2023	13.068,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Incentivo Realizado	Un	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 70.371.143,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	100.00	12/2018	SETRAN	100.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	0,00	12/2020	SETRAN	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: 833.982.442,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 1.959.414,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	7.16	12/2018	PRODES/INPE	9.84

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 07 Unidades de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro – Tucuruí, Goianésia do Pará, Jacundá , Itupiranga, Novo Repartimento, Breu Branco e Nova Ipixuna

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão

Elaborar Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Lago do Tucuruí

Elaborar Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Alcobaça

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: 833.982.442,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 181.706.826,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	5.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	4.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	14.92	12/2019	SIM	14.15
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	294.40	12/2020	MS/SIM	294.37

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	64,66	12/2020	EGESTOR	2022	65,91
					2023	67,16
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	14,20	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,19	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,19
					2023	1,20
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	29,60	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,11	12/2018	SIA	2022	0,25
					2023	0,30
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,19	12/2018	SIA	2022	0,23
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	11º CRS - Marabá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	11º CRS - Marabá, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	11º CRS - Marabá
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	11º CRS - Marabá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	11º CRS - Marabá
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	SESPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí**

TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública — 27.916.738,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	100.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	94.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	33.40	12/2020	SEGUP	31.30
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	30.40	12/2020	SEGUP	27.20
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	325.20	12/2020	SEGUP	291.20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	295.20	12/2020	SEGUP	272.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	3,91	12/2018	SEAP	2022	2,63
					2023	2,29
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	6.408,00	12/2018	PMPA	2022	12.175,00
					2023	14.098,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	78,00	12/2018	DETRAN	2022	81,00
					2023	82,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2022	38,00
					2023	39,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	79,10	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022	95,90
					2023	97,90
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	31,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	33,00
					2023	35,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	86,00
					2023	86,00

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar a Policlínica de Tucuruí - DS

Implantar o Serviço de Hemodiálise no Município de Tucuruí - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicilio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo
Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Construir a 24ª Companhia Independente da Polícia Militar em Itupiranga
Implantar Centro de Atendimento e Despacho

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **833.982.442,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda 1.140.023,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(0.93)	12/2018	MTE/RAIS	0.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	-1,98	12/2018	SEASTER/FAPESPA/MTE/RAIS/CAGED	2022 2023	1,30 1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	10,00 11,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	26,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	27,50 28,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

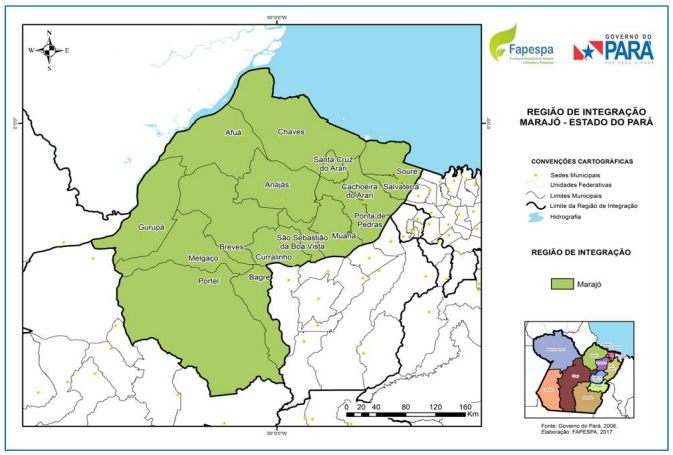
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Região de Integração: Lago de Tucuruí

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	2.615.322,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	40.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	36.556.750,00
Concessão de Auxílio Fardamento	2.079.798,00
Concessão de Auxílio Transporte	2.246.305,00
Operacionalização das Ações Administrativas	4.712.442,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	261.945.282,00
	310.195.899,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO MARAJÓ



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração, (RI) Marajó criada pelo projeto de lei estadual nº 1.066 de 19 de junho de 2008, é composta por 16 municípios (*Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure*). A formação deste território foi iniciada com a descoberta da Ilha do Marajó (Marinatambal), por navegadores portugueses em 1498. Considerada a maior ilha fluviomarinha do mundo, banhada pelo oceano Atlântico e pelos rios Amazonas e Tocantins, a região passou a integrar o mercado mundial europeu como frente de exploração mercantil de atividades extrativistas.

A exploração de vários produtos naturais como a coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca utilizava a mão de obra escrava e indígena, com predomínio do sistema de aviamento. Essa concentração contribuiu para que no século XIX, 80% da população local fosse composta por negros, índios e mestiços.

Evidências arqueológicas como cerâmicas, utensílios e cemitérios indígenas, denominados de sambaquis, apontam para a formação de sociedades complexas, de cultura marajoara, que datam do século V a.C. destacando-se etnias como os Aruãs ou Aruac e Nhambiquaras.

Localizada na Região Norte do Pará, essa Região de Integração abrange uma área que representa 8% da área total do Pará. É Composta por uma grande e complexa rede hidrográfica caracterizada por uma intrincada rede de drenagem formada por vários canais recentes, furos, baías, paranás, meandros abandonados, lagos e igarapés. A região é formada pelos Rios Amazonas, Anapu, Jacundá, Anajás, Tocantins e Pará, com seus inúmeros afluentes, registrando que este último, forma a Baía do Marajó.

A hidrografia regional tem importância vital para a economia da região pelo fato de ser o principal meio de transporte e comunicação para muitas cidades e vilas do arquipélago. A dificuldade de locomoção na região se sofre influência do seu desenho viário, pois, diferente de outras regiões do Estado, as quais são cortadas por eixos rodoviários estratégicos que facilitam o desenvolvimento de grandes projetos agrominerais e agropastoris responsáveis pela dinâmica econômica do Estado.

A população dessa RI em 2020, foi estimada em 571.056 habitantes, correspondendo a 6,5% do total do Estado. Breves é o município de maior contingente populacional representando 18% da RI, seguido de Portel (11%) e Afuá (6,9%). A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2020, foi de 1,60%, acima da média estadual (1,41%) para o mesmo período.

A parte leste da região apresenta os melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da RI. destacando o turismo rural com fazendas centenárias de criação de búfalo, Museu do Marajó, Praia do Pesqueiro, Praia de Joanes, Praia de Barra Velha e Mercado de Artesanato de Soure, além das manifestações religiosas que incentivam o turismo cultural.

A RI Marajó durante algum tempo (a partir da década de 70) viveu da pecuária extensiva em seus campos naturais, principalmente de bubalinos. Esta atividade encontra-se em decadência por falta de modernização e introdução de novas tecnologias, a exemplo da inexistência de infraestrutura de frigoríficos e matadouros, e o gado, quase sempre, é comercializado em pé. A Região é mais populosa no sul-sudeste da Ilha, destacando na economia, o município de Breves, com a exportação de frutas conservadas e madeiras; Soure, considerada a capital do búfalo; e Salvaterra destaca-se pela produção de abacaxi.

A Constituição do Estado do Pará, de 1989, em seu Art. 13, parágrafo 2º, considera o arquipélago do Marajó como Área de Proteção Ambiental (APA Marajó) e abrange doze (12) municípios. Em 2007 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó sob a coordenação de um Grupo Executivo Interministerial. Esse plano faz parte de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia Brasileira, materializado no Plano Amazônia Sustentável PAS, focado em ações de combate à malária, regularização fundiária e implementação de obras de infraestrutura.

A região de integração apresenta o menor IDH do Estado, com a maior taxa de pobreza de 57% e maior taxa de analfabetismo em 22%, conforme Censo 2010.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Marajó, em 2018, contribuiu com R$ 4,9 bilhões, o que corresponde a 3,0% da geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado (VA) é o da Administração Pública, com R$ 2,2 bilhões, ou 46% do total da região, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal. A Agropecuária apresentou valor adicionado de R$ 1,5 bilhão, 30% do valor adicionado da RI, seguido dos Serviços com R$ 860,6 milhões (17,6%) e a Indústria com VA de R$ 188,4 milhões (3,8%).

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Marajó, 2018.

Composição do PIB	Brasil	Pará	Marajó
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**4.904.109**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**4.769.320**
Valor Adicionado Total %	85,82%	91,04%	97,25%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**1.476.512**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	30,11%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**188.437**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	3,84%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**860.625**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	17,55%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**2.243.746**
% VA Administração Pública	14,93%	20,09%	45,75%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**134.789**
% Impostos	14,18%	8,96%	2,75%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

[1]Soma dos valores de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre líquidos de subsídios.

Entre os municípios componentes da região do Marajó, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Portel, com participação de 18%; Breves, com 17% de contribuição e Curralinho, com 10%, que juntos correspondem por 45% do total do VA regional.

Tabela 02 - Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Marajó, 2018.

Item Geográfico	PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil	**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará	**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Marajó	**4.904.109**	**1.476.512**	**188.437**	**860.625**	**2.243.746**	**134.789**
Afuá	357.844	110.608	16.986	50.529	170.283	9.438
Anajás	206.819	34.360	9.330	35.741	118.926	8.461
Bagre	207.936	64.759	6.461	25.023	108.493	3.201
Breves	(17%) 813.768	47.659	36.872	240.209	449.400	39.627
Cachoeira do Arari	183.310	58.601	5.775	27.333	87.370	4.230
Chaves	187.473	67.394	4.597	14.966	97.550	2.966
Curralinho	(10%) 494.536	289.740	18.505	58.129	121.017	7.145
Gurupá	269.765	46.036	8.602	50.878	156.677	7.571
Melgaço	178.160	25.686	5.770	24.364	118.951	3.390
Muaná	257.499	80.078	8.058	37.587	126.069	5.708
Ponta de Pedras	212.067	54.728	5.626	38.887	106.829	5.997
Portel	(18%) 893.633	457.837	39.593	117.640	261.388	17.176
Salvaterra	174.981	23.949	8.404	48.315	87.270	7.043
Santa Cruz do Arari	68.962	23.928	1.308	8.105	34.657	964
São Sebastião da Boa Vista	209.263	58.723	5.337	34.563	105.473	5.167
Soure	188.093	32.425	7.212	48.356	93.394	6.705

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021

O quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas como principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região do Marajó, as principais atividades em termos de VA em 2018, foram: a Agricultura, com destaque para os cultivos de açaí, mandioca, abacaxi e arroz; seguido das Atividades imobiliárias; da Pesca e aquicultura e serviços relacionados; Silvicultura, extração vegetal e serviços; e do Comércio e manutenção de veículos.

Quadro 01- Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública - RI Marajó, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Marajó	**Agricultura**	**Atividades imobiliárias**	**Pesca, aquicultura e serviços relacionados**	**Silvicultura, extração vegetal e serviços**	**Comércio e manutenção de veículos**
Afuá	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e

					técnicas
Anajás	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Bagre	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Breves	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil
Cachoeira do Arari	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Chaves	Pecuária	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades imobiliárias	Construção civil
Curralinho	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos
Gurupá	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Melgaço	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil
Muaná	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos
Ponta de Pedras	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Portel	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos
Salvaterra	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Produção e distribuição de eletricidade e água
Santa Cruz do Arari	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Produção e distribuição de eletricidade e água
São Sebastião da Boa Vista	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Soure	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos	Produção e distribuição de eletricidade e água

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O município de Portel apresentou, em 2018, como principais atividades econômicas, a Agricultura com destaque para os cultivos de mandioca e açaí; a Produção Florestal, Pesca e Aquicultura tendo como produto principal, a extração de madeira; a Construção civil; as Atividades imobiliárias; e o Comércio e manutenção de veículos, ressaltando os segmentos de combustíveis e produtos alimentícios.

Em Breves, as principais atividades na composição do VA municipal em 2018 foram as Atividades imobiliárias; o Comércio e manutenção de veículos, com destaque para os segmentos de combustíveis, de cervejas e refrigerantes e de produtos alimentícios; Produção florestal, pesca e aquicultura, tendo como principais produções a extração de açaí e madeira em tora; as Atividades profissionais, científicas e técnicas; e a Construção civil.

Para o município de Curralinho, em 2018, os destaques foram para as atividades de Agricultura, com produção de açaí, mandioca e palmito; a Produção Florestal, Pesca e Aquicultura, com a extração de madeira em tora; a Construção civil; as Atividades imobiliárias; e o Comércio e manutenção de veículos, com os segmentos de combustíveis, produtos alimentícios e material de construção.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, e a RI Marajó contabilizou um saldo de US$ 2,318 milhões. Os principais produtos exportados foram madeiras serradas e óleos vegetais, respondendo por 92% e 2% do valor total exportado da região, nesta ordem, sendo Afuá e Salvaterra os principais municípios exportadores desses produtos.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Marajó	**2.428.002**	**0,01**	**109.026**	**0,01**	**2.318.976**
Afuá	2.297.522	94,63		0,00	2.297.522
Breves	24.370	1,00	109.026	100,00	-84.656
Muaná	43.524	1,79		0,00	43.524
Salvaterra	62.586	2,58		0,00	62.586

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Marajó, registrou-se um total de 28 mil vínculos formais, o que representa 2,6% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detém, cerca de, 71,8% do total do estoque formal da região, seguido por Serviços, 16,2%, e Comércio, 7,4%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Breves, com 24,7%, Portel, com 14,8%, e Afuá, com 8,7%.

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Marajó
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	155.113
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,81
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	12,77
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**28.254**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	0
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	676
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	84
Construção Civil	2.012.211	61.981	28
Comércio	9.453.390	206.789	2.079
Serviços	17.843.857	310.933	4.564
Adm. Pública	8.865.548	356.141	20.295
Agropecuária	1.477.081	49.712	528

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de, 155 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 5% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

O principal eixo viário da RI Marajó é a PA-154, interligando Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure, municípios que se destacam pela produção bubalina e pelas atividades turísticas. A rodovia PA-368 liga os municípios de Portel e Bagre, embora seu projeto original preveja a ligação com a BR-422, em Oeiras do Pará, permitindo a conexão com outras regiões do estado.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange nove aeródromos/aeroportos, cinco pontes (totalizando 114 m de extensão), quatorze portos de pequeno porte, quatro travessias e sete rodovias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Marajó.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Afuá, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e Soure
Rodovias	7 rodovias (total 127km)
Travessias	PA-395 (Ponta de Pedras - Barcarena)
	PA-154 (Salvaterra - Cachoeira)
	PA-154 (Salvaterra - Soure)
	Acesso Camará (Belém - Camará)
Portos	(IP4) Afuá
	(IP4) Anajás
	(IP4) Breves
	(IP4) Camará
	(IP4) Chaves
	(IP4) Cachoeira do Arari
	(IP4) Curralinho
	(IP4) Melgaço
	(IP4) Muaná
	(IP4) Ponta de Pedras
	(IP4) Salvaterra
	(IP4) Santa Cruz do Arari
	(IP4) São Seastião da Boa Vista
	(IP4) Soure
Pontes	5 pontes (total de 0,114 km)

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

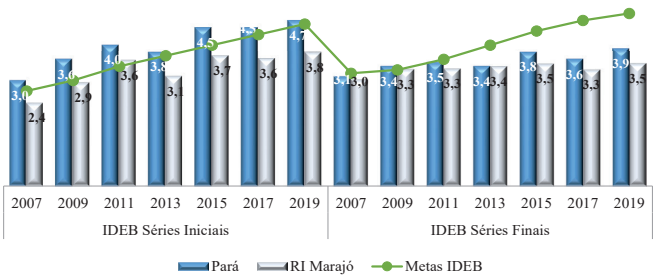
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Marajó, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) e séries finais (8ª Série/9º Ano), tem ficado abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção do ano de 2011 para as séries iniciais, quando a meta foi alcançada, e para as séries finais no ano de 2009. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, enquanto a RI Marajó mantém um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios, Região de Integração Araguaia, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos, se não aprovados. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para composição dos valores da RI Marajó.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[2], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, que propõe a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno as atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

[2] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

A taxa de aprovação do Brasil, Pará, região do Marajó e dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 95% de aprovação, exceto os municípios de Afuá (94,4%), Bagre (91,2%) e Chaves (92,2%). Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em relação ao estado e municípios da região, com exceção de Chaves que apresentou uma taxa de 81%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região chegou a 0,2% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Chaves e Soure, que apresentaram 1,4% e 1,1%, respectivamente. No ensino médio, apenas dois municípios registraram taxa de reprovação: Salvaterra (1,5%) e Breves (0,3%).

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima do valor do Brasil (1%) e igual à registrada pelo estado do Pará (1,7%), alcançando também 1,7% de abandono. Os municípios Bagre (8,8%), Chaves (6,4%) e Afuá (5,6%) registraram os maiores percentuais de abandono da região. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e acima da do Pará (0,7%), com o registro de 1,3% de abandono. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com o município de Chaves, com 19% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Marajó	**98,1**	**98,6**	**0,2**	**0,1**	**1,7**	**1,3**
Afuá	94,4	100,0	0,0	0,0	5,6	0,0
Anajás	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bagre	91,2	100,0	0,0	0,0	8,8	0,0
Breves	100,0	99,4	0,0	0,3	0,0	0,3
Cachoeira do Arari	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chaves	92,2	81,0	1,4	0,0	6,4	19,0
Curralinho	99,9	99,9	0,0	0,0	0,1	0,1
Gurupá	99,9	99,4	0,0	0,0	0,1	0,6
Melgaço	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Muaná	99,8	100,0	0,0	0,0	0,2	0,0
Ponta de Pedras	98,7	100,0	0,0	0,0	1,3	0,0
Portel	99,9	100,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Salvaterra	99,1	98,4	0,3	1,5	0,6	0,1
Santa Cruz do Arari	96,3	100,0	0,5	0,0	3,2	0,0
São Sebastião da Boa Vista	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Soure	98,8	100,0	1,1	0,0	0,1	0,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nessa situação, o aluno dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região, no ensino fundamental, o município de Portel destacou-se com a maior taxa de distorção (48,3%) e a menor taxa ficou com o município de Ponta de Pedras (27,3%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Santa Cruz do Arari (71,5%) e a menor distorção foi observada em Ponta de Pedras (39,5%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, RI Marajó e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Marajó	**40,7**	**39,8**	**58,8**	**57,7**
Afuá	45,9	47,1	56,4	60,0
Anajás	45,6	44,4	66,5	66,3
Bagre	47,2	46,1	71,8	69,1
Breves	44,9	43,4	65,9	66,0
Cachoeira do Arari	34,6	32,5	49,4	48,8
Chaves	47,2	45,5	72,0	71,4
Curralinho	47,3	47,8	65,9	60,9
Gurupá	48,9	44,5	71,4	66,2
Melgaço	45,8	45,7	61,2	55,4
Muaná	35,0	34,0	57,9	54,4
Ponta de Pedras	28,0	27,3	38,7	39,5
Portel	49,3	48,3	58,3	54,8
Salvaterra	29,7	29,8	47,0	49,6
Santa Cruz do Arari	39,3	38,6	65,9	71,5
São Sebastião da Boa Vista	31,5	32,3	45,5	41,0
Soure	30,5	28,9	47,3	48,4

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Marajó, a taxa de mortalidade infantil, em 2019, de 15,74 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi ligeiramente superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,14. Na região, os municípios com as menores taxas, menos de 10 mortes por mil nascidos vivos, foram Melgaço, 6,23 e Soure, 7,77. Por outro lado, os municípios de Bagre, com 25,50, Curralinho, com 24,32, e Cachoeira do Arari, com 23,32, registraram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, em 2020, constam 1.068 ACS, o que representa uma proporção de cobertura de 89,60%, maior que a apresentada para o estado do Pará, de 76,46%. Os municípios de Portel (66,73%), Salvaterra (75,05%), Ponta de Pedras (75,85%), Cachoeira do Arari (77,42%), Melgaço (81,09%), Muaná (85,50%) e Anajás (92,31%) não possuem 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2020, havia 79 equipes implantadas na RI Marajó, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 50,73%, inferior à cobertura apresentada pelo estado, de 57,64%. Até dezembro de 2020, apenas o município de Santa Cruz do Arari alcançou 100% da cobertura, e, entre os municípios com cobertura inferior a 50%, encontravam-se Cachoeira do Arari, sem nenhuma equipe saúde da família, Afuá, com 26,39%, Anajás, com 35,35%, Melgaço, com 37,43%, Curralinho, com 40,06%, e Portel, com 44,49%.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Marajó
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	15,74
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	89,60
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	50,73
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	12

Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	3,80
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,09

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

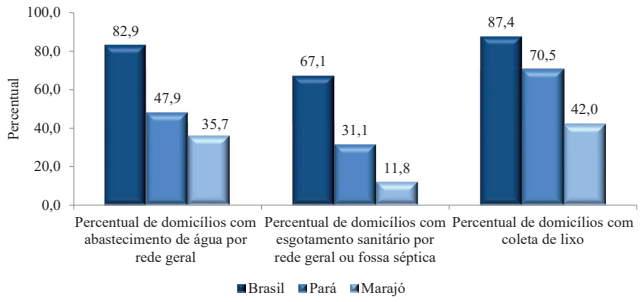
Verificando os indicadores de infraestrutura, em abril de 2021, a RI Marajó conta com 12 hospitais (hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público do Marajó, inaugurado em 2010, em Breves, que oferece atendimentos ambulatoriais e hospitalares de maior complexidade, nas especialidades de clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia de alto risco, neonatologia, pediatria, cardiologia, oftalmologia, traumato-ortopedia, urologia, ginecologia oncológica, mastologia, otorrinolaringologia e medicina intensiva. Ressalta-se também, a implantação do Hospital de Campanha Covid-19 Breves, para suporte nos atendimentos de pacientes da Covid 19. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,80, superior à apresentada pelo Pará, de 2,55. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 1,09, menor que a taxa do estado, de 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tocantins. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Marajó, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35,7% dos domicílios; de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 11,8%; e 42% dos domicílios contavam com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços, na região, encontrava-se abaixo dos percentuais nacional e estadual. A maior preocupação volta-se para o serviço de esgotamento sanitário, inferior a 12% dos domicílios da região.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral aos indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RM. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente em oito dos dezesseis municípios que compõem a região Marajó (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra e Soure), em 2019, segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Marajó, o déficit era de 26,4% do total de domicílios. Em 2010, a componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado e a 56,6% do total da região. "Coabitação familiar" representava 39,2% do total de domicílios no Pará e a 39,8% no Marajó. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no Pará e 96,4% na região Marajó. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 1,7% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e a 1,9% no Marajó.

Tabela 09 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010.

INDICADOR	PARÁ		MARAJÓ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	25.309	26,4
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.544	56,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	10.230	39,8
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	438	1,7
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	495	1,9
Total Domicílios	**1.859.165**		**95.768**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2019, a RI Marajó apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

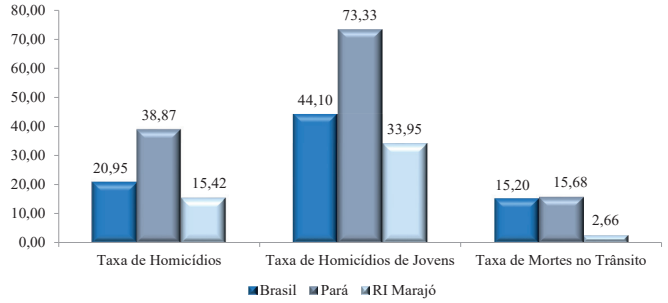
A taxa de homicídios no Pará atingiu 38,87 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 15,42. Anajás e Portel apresentaram as maiores taxas, 34,16 e 30,62 homicídios, respectivamente, em contraposição a Cachoeira do Arari e Chaves, que não apresentaram casos de homicídios.

A taxa de homicídio, com recorte na população jovem, apresentada em 2019, pela RI Marajó, 33,95 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens. Breves e Portel apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 83,83 e 60,42 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente.

Os municípios de Bagre, Cachoeira do Arari, Chaves, Gurupá, Santa Cruz do Arari e Soure não registraram casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2019, para a RI Marajó foi de 2,66 mortes, inferior à do Pará, 15,68 mortes. Os municípios com as maiores taxas foram Cachoeira do Arari, 12,62 mortes, e Salvaterra, 8,42 mortes, enquanto Afuá, Chaves, Curralinho, Gurupá, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa não apresentaram casos de mortes no trânsito.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em 2020, a RI Marajó apresentou taxas muito inferiores às do Pará nos três indicadores. A taxa de homicídios da RI Marajó foi de 11,38 mortes e a do Pará, de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 1,40 e o Pará, de 10,91. O terceiro indicador que compõe essa síntese, taxa de roubo, registrou um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto na RI Marajó, observou 198,93 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 10 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Marajó, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Marajó	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	11,52	11,38
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	0,53	1,40
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	232,90	198,93

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Marajó registrou um total de 57,06% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o dobro do Pará.

Um outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda, é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Marajó apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e, também, para o Brasil, de 0,60.

Tabela 11 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Marajó	57,06	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na RI Marajó, 73,38% da população de seus municípios estava inscrita no CadÚnico em 2020. Desses, 91,34% se declaram com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 75,76% das famílias inscritas, receberam os benefícios do Bolsa Família. A região possuía naquele momento, percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 12 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Marajó e Municípios – dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Marajó	**73,38**	**91,34**	**75,76**
Afuá	83,63	91,03	75,43
Anajás	85,03	91,10	73,29
Bagre	57,35	95,62	80,83
Breves	76,50	92,01	73,56
Cachoeira do Arari	71,19	93,14	77,61
Chaves	67,08	92,52	78,77
Curralinho	78,74	92,40	79,79
Gurupá	86,62	93,19	79,59
Melgaço	77,96	91,40	78,98
Muaná	70,84	90,22	78,92
Ponta de Pedras	62,22	89,64	76,85
Portel	64,87	88,29	72,50
Salvaterra	69,51	87,85	73,34
Santa Cruz do Arari	64,22	92,29	80,22
São Sebastião da Boa Vista	85,25	94,62	78,56
Soure	62,83	86,18	65,09

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Os municípios de Gurupá, São Sebastião da Boa Vista, Anajás, e Afuá apresentaram os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 86,6%, 85,3%, 85% e 83,6%, respectivamente. Todos os municípios apresentaram percentuais de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza acima de 85%, sendo 12 deles com percentuais acima de 90%. O município com maior percentual foi Bagre (95,62%). Os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram Bagre, com 80,8% e Santa Cruz do Arari, com 80,22%.

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Em 2020, havia 166.172 jovens de 15 a 29 anos na RI Marajó. De 2018 a 2020, o percentual de pessoas com essa faixa etária foi cerca de 29%. A maior concentração, em números, foi em Breves e Portel (29.929 e 18.469 jovens, respectivamente, em 2020). Melgaço obteve maior percentual de jovens em relação à sua população (31,5%), seguido de Bagre (31,12%) e Afuá (30,22%).

Tabela 13 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Marajó	**163.527**	**29,35**	**164.940**	**29,23**	**166.172**	**29,10**
Afuá	11.769	30,28	11.870	30,27	11.958	30,22
Anajás	8.553	29,64	8.684	29,66	8.807	29,67
Bagre	9.365	31,21	9.561	31,17	9.748	31,12
Breves	29.687	29,14	29.822	29,04	29.929	28,92
Cachoeira do Arari	6.528	27,82	6.535	27,50	6.532	27,14
Chaves	6.614	28,17	6.652	28,05	6.682	27,90
Curralinho	9.966	29,40	10.093	29,30	10.212	29,18
Gurupá	9.870	29,92	9.963	29,85	10.043	29,75
Melgaço	8.630	31,48	8.712	31,50	8.786	31,50
Muaná	11.761	29,56	11.889	29,47	12.002	29,34
Ponta de Pedras	8.711	28,46	8.774	28,23	8.826	27,98
Portel	17.916	29,31	18.205	29,34	18.469	29,34
Salvaterra	6.640	28,35	6.663	28,05	6.673	27,72
Santa Cruz do Arari	2.924	29,42	2.939	29,02	2.944	28,54
São Sebastião da Boa Vista	7.633	29,02	7.644	28,69	7.650	28,36
Soure	6.960	27,64	6.934	27,33	6.911	27,03

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, em 2019, no Pará, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam 24,28% dos vínculos paraenses, e 16,38% dos pertencentes a RI Marajó. Concernente aos municípios desta região, os maiores percentuais da participação de jovens no mercado de trabalho foram registrados em Portel (21,48%) e Breves (20,03%), que também lideram no total de vínculos empregatícios (6.980, em Breves e 4.189, em Portel), correspondendo a 45,8% dos vínculos ocupados por jovens nessa região. Com menor participação estiveram Muaná (3,65%), Melgaço (8,25%) e São Sebastião da Boa Vista (8,77%).

Tabela 14 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2020.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Marajó	**28.254**	**4.628,00**	**16,38**
Afuá	2.471	410	16,59
Anajás	1.248	232	18,59
Bagre	697	77	11,05

Breves	6.980	1.398	20,03
Cachoeira do Arari	1.092	100	9,16
Chaves	917	162	17,67
Curralinho	1.839	349	18,98
Gurupá	1.836	292	15,90
Melgaço	945	78	8,25
Muaná	1.013	37	3,65
Ponta de Pedras	1.207	146	12,10
Portel	4.189	900	21,48
Salvaterra	1.197	179	14,95
Santa Cruz do Arari	315	32	10,16
São Sebastião da Boa Vista	969	85	8,77
Soure	1.339	151	11,28

Fonte: MTE/RAIS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade. Estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[4]).

No Pará, em 2019, o total de nascidos vivos de mães menores de 19 anos foi de 22,64%, acusando retração de 3,8 p.p. se comparado a 2015 (26,53%). A RI Marajó se encontra com índice acima do contabilizado no estado, apesar de ter sofrido decréscimo no período, saindo de 31,42% (2015) para 28,49% (2019), variação de 2,9 p.p.

Analisando apenas os municípios desta RI, observa-se que o maior percentual do período foi alcançado por Bagre, em 2017, com 35,99% dos nascidos vivos serem de mães menores de 19 anos. Entre 2015 e 2019, Gurupá e Anajás obtiveram maior crescimento, 1,8p.p. e 1,5 p.p., na mesma ordem. Por outro lado, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista reduziram 9,8 p.p. e 9,1 p.p., respectivamente, no mesmo espaço de tempo.

Em 2019, os municípios que registraram os menores índices foram Ponta de Pedras (23,08%) e São Sebastião da Boa Vista (24,9%); enquanto que, Gurupá (32,04%) e Anajás (31,54%) lideraram os maiores percentuais.

[3] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[4] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

Tabela 15 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Marajó, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Marajó	**31,42**	**30,57**	**29,65**	**29,01**	**28,49**
Afuá	29,39	31,94	30,37	29,16	29,78
Anajás	29,65	29,67	29,36	30,77	31,54
Bagre	34,35	35,41	35,99	29,90	28,60
Breves	27,16	27,00	28,39	26,57	26,01
Cachoeira do Arari	34,48	31,27	30,91	30,29	30,61
Chaves	29,86	28,92	24,46	29,36	28,95
Curralinho	35,98	33,38	30,42	31,15	30,19
Gurupá	30,54	30,16	26,72	26,44	32,04
Melgaço	31,04	28,12	29,18	28,21	26,79
Muaná	33,78	33,88	30,24	31,49	31,01
Ponta de Pedras	29,86	26,42	31,90	27,07	23,08
Portel	34,77	32,03	33,24	31,53	29,83
Salvaterra	32,10	29,40	28,31	26,80	28,19
Santa Cruz do Arari	40,78	29,49	23,60	23,46	30,91
São Sebastião da Boa Vista	34,00	33,21	28,85	29,59	24,90
Soure	33,56	36,65	24,08	31,65	26,68

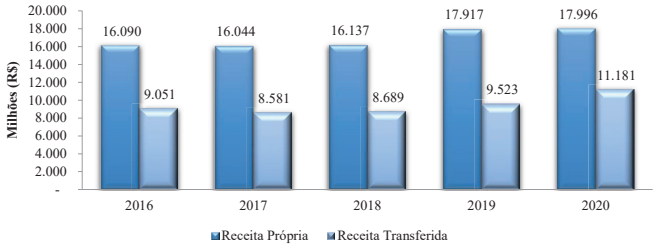
Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões

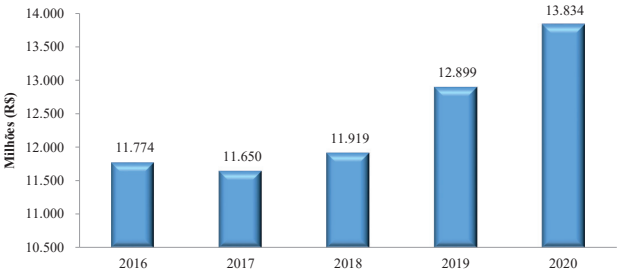
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado do Pará arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

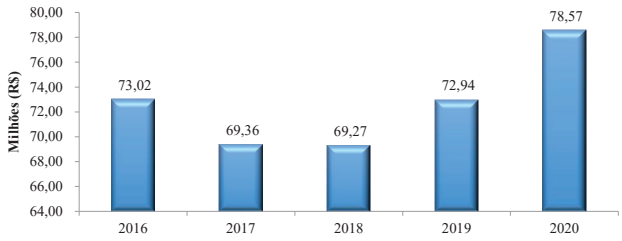
Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado a Região do Marajó vivenciou um decréscimo nesse valor, inicialmente em 2016, registrando R$ 73 milhões, e chegando ao montante de R$ 69 milhões em 2018. A partir de 2019 este valor aumenta, chegando a R$ 72 milhões, e em 2020, R$ 78,6 milhões. O valor de 2020 foi um dos menores dentre os partilhados pelas Regiões de Integração do Estado do Pará, equivalente a 2,8% do total do repasse para os 144 municípios do Pará.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da RI Marajó, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Quanto ao repasse para os municípios, dos R$ 78 milhões destinados à região, Portel e Breves foram os que mais receberam, com 12% e 11% do total, respectivamente. Os municípios de Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e São Sebastião da Boa Vista foram os que menos receberam, com parcelas equivalentes a 4,9% do valor total, cada.

Tabela 16 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Marajó	**73.016.109**	**69.363.005**	**69.270.320**	**72.943.103**	**78.567.180**
Afuá	5.399.905	4.407.683	4.284.762	4.590.825	5.429.510
Anajas	4.695.570	4.175.699	4.046.720	4.335.779	4.906.741
Bagre	3.286.899	3.943.716	3.808.677	3.825.687	4.049.975
Breves	8.686.804	8.119.415	7.855.397	8.161.466	8.645.284
Cachoeira do Arari	3.991.234	3.247.766	3.094.550	3.570.641	3.818.192
Chaves	4.695.570	4.175.699	4.522.804	4.845.870	5.226.142
Curralinho	3.756.456	3.943.716	3.570.635	3.825.687	3.937.736
Gurupá	4.226.013	4.407.683	4.522.804	5.355.962	5.541.412
Melgaco	3.756.456	3.943.716	3.808.677	4.080.733	4.373.141
Muana	3.991.234	4.175.699	4.046.720	3.825.687	4.394.918
Ponta de Pedras	3.991.234	3.479.749	3.332.593	3.570.641	3.838.603
Portel	7.278.133	7.887.432	8.807.566	9.181.649	9.541.643
São Sebastião da Boa Vista	3.521.677	3.479.749	3.570.635	3.570.641	3.769.857
Salvaterra	3.052.120	2.551.816	2.380.423	2.550.458	2.803.568
Santa Cruz Arari	4.226.013	3.247.766	3.570.635	3.570.641	3.883.372
Soure	4.460.791	4.175.699	4.046.720	4.080.733	4.407.086

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2021.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Marajó possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação que somam 53.730 km², equivalentes a 51,91% da área regional. Apenas 4,57% do seu território encontrava-se desmatado em 2020, o que corresponde a uma área de 4.700 km², ou, 1,70% do desmatamento da área total do estado Pará.

Em relação ao desmatamento acumulado, em 2020, o município de Portel apresentou os maiores índices, com uma área desmatada de 2.620 km², seguido por Breves, com 548 km², os quais somam mais de 67% do desmatamento acumulado da região. Da mesma maneira, os registros de focos de calor encontram-se concentrados em poucos municípios, como Portel com 1.527, representando mais de 54% dos registros da RI Marajó.

Tabela 17 – Área Total, Desmatamento acumulado (km²) e Focos de Calor, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
RI Marajó	**102.809,69**	**4.700,20**	**2.117**
Afuá	8.338,44	29,20	6
Anajás	6.913,64	178,30	7
Bagre	4.397,32	215,60	99
Breves	9.566,57	548,50	150
Cachoeira do Arari	3.100,26	73,70	59
Chaves	12.535,00	99,90	56
Curralinho	3.617,25	206,40	166
Gurupá	8.570,29	127,70	83
Melgaço	6.774,07	170,50	64
Muaná	3.763,34	100,90	71
Ponta de Pedras	3.363,75	52,30	85
Portel	25.384,96	2.620,20	1.162
Salvaterra	918,56	117,20	52
Santa Cruz do Arari	1.076,65	0,00	17
São Sebastião da Boa Vista	1.632,25	124,50	12
Soure	2.857,35	35,30	28

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, a RI Marajó registrou, em 2021, uma parcela de 76,48% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, São Sebastião da Boa Vista possui a maior proporção de área com CAR efetivado (95,76%), seguido por Afuá (95,74%) e Soure (87,76%).

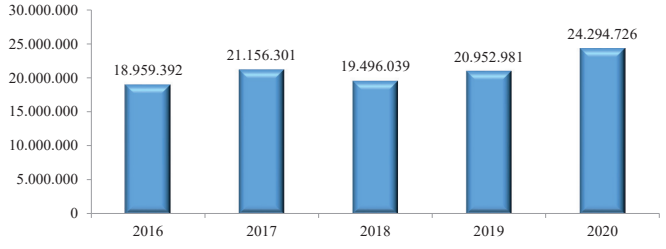
Tabela 18 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Marajó	**104.092,49**	**81.111,58**	**77,92**	**62.034,68**	**76,48**
Afuá	8.366,52	4.867,36	58,18	4.660,13	95,74
Anajás	6.909,98	6.734,41	97,46	4.073,36	60,49
Bagre	4.394,73	4.119,24	93,73	2.043,09	49,60
Breves	9.556,00	7.563,59	79,15	6.533,83	86,39
Cachoeira do Arari	3.102,13	2.609,82	84,13	2.131,10	81,66
Chaves	13.080,34	9.359,69	71,56	7.235,13	77,30
Curralinho	3.615,54	2.025,53	56,02	1.220,30	60,25
Gurupá	8.534,14	5.776,97	67,69	4.858,93	84,11
Melgaço	6.768,97	4.283,55	63,28	2.627,60	61,34
Muaná	3.763,66	3.244,24	86,20	1.859,58	57,32
Ponta de Pedras	3.364,93	2.832,58	84,18	2.069,01	73,04
Portel	25.366,40	22.564,41	88,95	18.529,03	82,12
Salvaterra	1.040,02	730,82	70,27	424,85	58,13
Santa Cruz do Arari	1.076,71	1.038,16	96,42	756,52	72,87
São Sebastião da Boa Vista	1.631,80	781,00	47,86	747,90	95,76
Soure	3.520,62	2.580,24	73,29	2.264,32	87,76

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

No que diz respeito às iniciativas estatuais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, e aperfeiçoado em 2020 (Decreto 1064) configurou-se como um incentivo de política ambiental adotado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 07).

Gráfico 07 - Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde (R$) da RI Marajó, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.

Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Em se tratando da RI Marajó, em 2020 houve uma participação média de 11% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios da Região, contabilizando um montante de R$24,295 milhões, com Portel detendo a maior parcela (9,92%), seguido por Breves (8,23%) e Afuá (7,30%). Os treze demais municípios receberam valores inferiores a 7% do total repassado à região.

Tabela 19 – Valor de ICMS Verde (R$) repassado para os Municípios da Região de Integração Marajó, 2016 a 2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Marajó	**18.959.392**	**21.156.301**	**19.496.039**	**20.952.981**	**24.294.726**
Afuá	1.491.654	1.105.077	974.721	1.181.564	1.774.324
Anajás	1.220.893	1.050.555	978.003	1.069.978	1.636.589
Bagre	762.344	1.581.935	1.364.490	1.353.976	1.572.074
Breves	1.429.423	1.613.595	1.495.362	1.707.791	1.999.600
Cachoeira do Arari	1.216.723	772.577	768.359	983.430	967.769
Chaves	1.209.763	1.110.816	1.102.795	1.216.506	1.308.551
Curralinho	1.162.476	1.555.975	1.301.466	1.296.369	1.394.572
Gurupá	1.172.269	1.619.188	1.392.989	1.548.964	1.682.988
Melgaço	1.010.900	1.596.694	1.342.773	1.416.626	1.614.760
Muaná	1.162.637	1.586.739	1.354.920	1.343.903	1.495.938
Ponta de Pedras	1.126.602	1.006.867	905.137	966.885	1.026.654
Portel	571.676	1.614.223	1.953.484	1.991.865	2.410.444
Salvaterra	1.650.307	1.020.855	1.297.723	1.285.957	1.470.074
Santa Cruz do Arari	1.131.853	1.277.170	1.267.266	883.454	1.084.376
São Sebastião da Boa Vista	1.224.996	1.051.255	607.122	1.330.386	1.391.600
Soure	1.414.876	1.592.780	1.389.431	1.375.325	1.464.411

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Marajó**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R$1,00) 2022 - 2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	11.654.284,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	4.091.353,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	5.475.855,00
Cultura	1.126.184,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	60.213.461,00
Direitos Socioassistenciais	3.174.198,00
Educação Básica	274.560.504,00
Educação Profissional e Tecnológica	52.794.653,00
Educação Superior	5.858.558,00
Esporte e Lazer	555.780,00
Governança Pública	17.576.519,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	9.971.390,00
Infraestrutura e Logística	43.122.488,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	3.632.525,00
Saúde	137.001.656,00
Segurança Pública	32.659.654,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.385.754,00
	664.854.816,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022- 2023
Manutenção da Gestão	410.026.696,00
	410.026.696,00

TOTAL GERAL: 1.074.881.512,00

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: 1.074.881.512,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura 11.654.284,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (bubalino)	Unidade	373.195,00	06/2019	ADEPARA	453.620,00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Açaí)	Kg/Hectare	7.151,00	06/2019	IBGE	8.692,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	2.331,00	12/2020	EMATER	2022	2.400,00
					2023	2.500,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade		12/2018	SEDAP	2022	390,00
					2023	557,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	413,00	12/2018	SEDAP	2022	478,00
					2023	502,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais
Reestruturar 01 Polo Matadouro e Frigorífico para Bovídeos no Município de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 4.091.353,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual		12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	56,00
					2023	63,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	CBM, Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar Estação Cidadania em Breves - DS

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 7 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS, SEASTER
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz, IGEPREV, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 5.475.855,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.06

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022	33,33
					2023	33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	SECTET
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 1.126.184,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	11.76	12/2018	SECULT/FCP	41.18

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Compromisso Regional

Entregar 4 Bibliotecas Pocket, que Atenderão os Municípios de Breves, Melgaço, Muaná e Chaves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Compromisso Regional

Revitalizar o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Atender 100 Jovens com Práticas e Expressões Culturais como Teatro, Cursos de Iniciação, Música, Audiovisual e Outras na Região

Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 80 Empreendedores na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	SECULT
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 60.213.461,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual		12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	43,66
					2023	43,66
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	51,49	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	87,07
					2023	94,78

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 3.174.198,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-23,30	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022	5,00
					2023	5,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 274.560.504,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	2.70	12/2017	INEP/SEDUC	3.20
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3.20	12/2017	INEP/SEDUC	3.70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	7,30	12/2018	INEP/SEDUC	2022	6,60
					2023	6,50
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,13	12/2018	INEP/SEDUC	2022	12,12
					2023	11,95
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	78,00	12/2018	INEP/SEDUC	2022	79,90
					2023	80,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,80	12/2018	INEP/SEDUC	2022	79,70
					2023	80,00
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	14,80	12/2018	INEP/SEDUC	2022	13,50
					2023	13,20
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,11	12/2018	INEP/SEDUC	2022	8,18
					2023	8,05

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 1 Escola Estadual na Região Marajó - DS

Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais na Região Marajó - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 29 Escolas nos Municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 52.794.653,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	120,00	05/2021	SECTET	2022	258,00
					2023	296,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	320,00	05/2021	SECTET	2022	488,00
					2023	561,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	444,00	12/2018	SECTET	2022	560,00
					2023	690,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Cursos de Formação Inicial e Continuada na Região Marajó

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos na Região Marajó

Implantar Educação Profissional na Modalidade EAD - Educação Profissional sem Fronteiras na Região Marajó

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA, SECTET
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 5.858.558,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3.27	12/2018	UEPA	1.90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	1,00	12/2018	UEPA	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar 7 Cursos Modulares na Região Marajó

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 555.780,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	526,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	220,00
					2023	280,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 17.576.519,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	86,671.00	12/2020	SEFA	99,548.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,52	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	0,78
					2023	0,78

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	8º CRS - Breves, ADEPARÁ, CRG - Breves, EGPA, Enc. CBM, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar o Governo Itinerante

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Fortalecimento da Gestão Municipal	Município Atendido	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Breves, SEPLAD
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Breves
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Breves, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 9.971.390,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	(4.20)	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	1.00
Receita gerada pelo turismo	U$	54,406.90	12/2018	SETUR	3,866,059.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	1,00	12/2018	BANPARA	2022	91,00
					2023	110,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	8,00	07/2019	SEDEME	2022	38,00
					2023	50,00
Número de turistas	Unidade	60.423,00	12/2018	SETUR	2022	51.356,00
					2023	52.640,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 05 Agências do Banpará nos Municípios de Bagre, Chaves, Portel, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Incentivo Realizado	Un	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 43.122.488,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	54.15	12/2018	SETRAN	67.50

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	6,67	12/2019	CPH	2022	86,67
					2023	86,67
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	0,00	12/2020	SETRAN	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Adequar o Aeródromo do Município de Soure

Pavimentar a PA-159, Trecho Perímetro Urbano de Breves/Vila Aprocotane (Rio Tucano Açú), com extensão de 20,52 km

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Anajás

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Afuá

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Bagre

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Breves

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Cachoeira do Arari

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Chaves

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Curralinho

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Melgaço

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Muaná

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Ponta de Pedras

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Portel

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Santa Cruz do Arari

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Estudos e Pesquisas de Infraestrutura e Logística	Estudo Realizado	Un	CPH
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 3.632.525,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	3.89	12/2018	PRODES/INPE	5.35

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	62,50	12/2019	SEMAS	2022	68,75
					2023	75,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar o Escritório Regional do Ideflor no Município de Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 01 Título Definitivo para Comunidade Quilombola

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Marajó** TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 137.001.656,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	8.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	7.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15.67	12/2019	SIM	14.88
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	241.30	12/2020	MS/SIM	241.26

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	50,40	12/2020	EGESTOR	2022	61,65
					2023	25,90
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	6,20	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	0,87	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	0,87
					2023	0,90
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	56,50	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,10	12/2018	SIA	2022	0,25
					2023	0,30
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	8º CRS - Breves
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA

Objetivo
Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional
Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Breves - DS
Reforma do Hospital Municipal de Portel - DS
Reforma do Hospital Municipal de Soure - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo
Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional
Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo
Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA

Região de Integração: **Marajó**

TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública — 32.659.654,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	116.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	110.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	15.30	12/2020	SEGUP	14.30
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	11.40	12/2020	SEGUP	10.20
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	197.00	12/2020	SEGUP	176.40
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	365.00	12/2020	SEGUP	336.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	3,50	12/2018	SEAP	2022	2,89
					2023	2,89
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	5.894,00	12/2018	PMPA	2022	11.199,00
					2023	12.967,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	66,00	12/2018	DETRAN	2022	71,00
					2023	72,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	20,00	12/2018	DETRAN	2022	23,00
					2023	24,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	87,00	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022	91,60
					2023	93,40
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	56,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	58,00
					2023	59,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	95,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	95,00
					2023	95,00

Objetivo
Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo
Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Adequar 5 Delegacias de Polícia em Afuá, Anajás, Curralinho, Muaná e Salvaterra
Adequar a Superintendência da Polícia Civil em Soure
Ampliar o Videomonitoramento em Breves - DS
Implantar Base Integrada de Segurança de Antônio Lemos em Breves - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Marajó**

TOTAL GERAL: **1.074.881.512,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 1.385.754,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(0.30)	12/2018	MTE/RAIS	0.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	30,30	12/2018	SEASTER/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	2022 2023	1,20 1,70
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	3,00 3,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	7,10	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	8,50 9,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

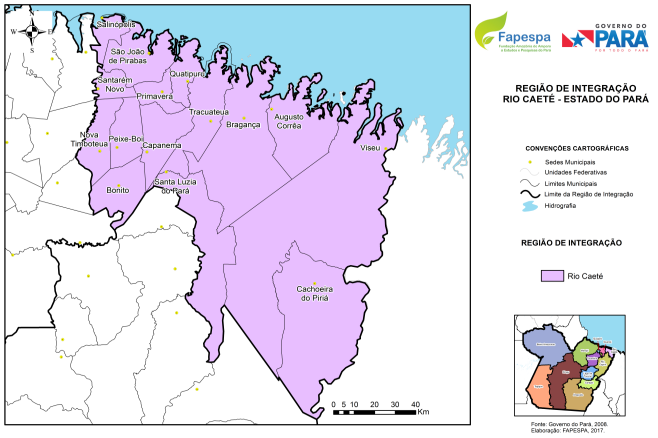
PLANO PLURIANUAL 2020-2023
Revisão: 2022-2023

Região de Integração: Marajó

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	5.395.021,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	100.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	51.646.370,00
Concessão de Auxílio Fardamento	2.816.710,00
Concessão de Auxílio Transporte	97.908,00
Operacionalização das Ações Administrativas	5.053.365,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	344.917.322,00
	410.026.696,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAETÉ



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Caeté, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066 de 19 de junho de 2008, instrumento que reconfigurou regionalmente o Estado do Pará visando orientar a ação governamental. Localizada na Região Nordeste do Pará, é entrecortada pelas rodovias BR-316 e BR-318. Abrange uma área total de quase 17 mil quilômetros quadrados, o que representam 1,5% da área total do Pará.

A população dessa RI em 2020 foi estimada em mais de 527.871 habitantes, correspondendo a 6% do total do Estado. Bragança é o município com o maior contingente de pessoas 129 mil (24,4%), seguido por Capanema com 69 mil (13,2%) e Viseu 62 mil (11,7%). Juntos concentram 49% da população da região (260 mil habitantes). A taxa de crescimento populacional entre 2010 e 2020 foi de 1,18%, abaixo da média estadual (1,41%).

Formada por 15 municípios (Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu). O processo de ocupação dessa região data do período colonial, séc. XVI, em que as primeiras expedições portuguesas chegaram com o intuito de desalojar os franceses, os quais já ocupavam a região. Após a expulsão dos franceses, Portugal desenvolveu uma política de ocupação da região para evitar novas ocupações.

Os habitantes naturais da região eram os índios das tribos Tupinambás, Tremembés, Apotiangas e Cariabas. Os primeiros imigrantes a ocuparem a região, além de franceses e portugueses foram os negros refugiados remanescentes de fazendas. Posteriormente, o território recebe a migração de nordestinos em busca de vida melhor, os quais servirão de mão de obra na construção da Estrada de Ferro de Bragança.

As primeiras vilas, cidades e municípios datam dos séculos XVI e XVII, anteriores a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Até então, o escoamento da produção era realizado exclusivamente pelos rios e que, portanto, era feito com grande dificuldade. Destaques para os rios Gurupí, Peixe-Boi, Timboteua, registrando que sua costa é banhada pelo oceano Atlântico.

Com a construção da estrada de Ferro que se iniciou em 1883, concluída em 1906, intensificou-se o processo de ocupação e colonização dessa região. Porém, com a sua extinção, no ano de 1965, começa o período caracterizado pelo isolamento de vilas e cidades, que passaram a sofrer consequências em diversos setores, que começam a ser superadas com a abertura da Rodovia PA-242 (Bragança-Capanema) e da Rod ovia BR-316 (Belém-Brasília).

O PIB da Região responde por 3% do PIB paraense. Na composição do PIB na RI, a atividade da Administração Pública contribui com 39%, os Serviços com 32%, a Agropecuária com 13%, a Indústria com 9% e, os Impostos sobre produtos com 7%. Ressalta-se que em 2019, a região registrou a maior produção de mel de abelha (31%); a maior produção de Malva (48%) e de Feijão (27%).

O turismo local também representa fonte de renda para a região com a cultura popular local compondo o patrimônio material e imaterial. Portanto, se expressa no conjunto de ruínas históricas, monumentos históricos, festivais regionais, artesanato, culinária, além de praias, dunas, grutas, serra, lugares místicos e paisagens paradisíacas, mangues, a pesca de aventura, corredeiras e cachoeiras. O município de Salinópolis é considerado o principal balneário do interior do Estado e cidade-sede dos principais campeonatos de surfe do País.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

Em 2018, a Região de Integração Rio Caeté teve sua riqueza valorada em R$ 4,8 bilhões, o que representou 3% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi a Administração Pública, com R$1,9 bilhão ou 39% do total da região, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, seguido do setor de Serviços, com R$ 1,5 bilhão, equivalente a 32% do PIB da região e da Agropecuária com R$ 611 milhões (12,7%). Essa região destaca-se na produção de cimento e de óleo vegetal, e no setor agropecuário, ressalta-se o cultivo de dendê, como a principal atividade na agricultura.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Caeté, 2018.

PIB	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**4.808.135**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**4.450.907**
% Valor Adicionado Total	85,82%	91,04%	92,57%
VA Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**611.504**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	12,72%
VA Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**417.697**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	8,69%
VA Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**1.534.413**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	31,91%
Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**1.887.293**
% Administração Pública	14,93%	20,09%	39,25%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**357.228**
% Impostos	14,18%	8,96%	7,43%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a região do Rio Caeté, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Bragança, com participação de 23%; Capanema, com 21% de contribuição e Viseu, com 10%, que juntos ~~já~~ correspondem por 54% do total do Valor Adicionado (VA) regional.

Tabela 02 - Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Rio Caeté, 2018.

Item Geográfico		PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil		**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará		**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Rio Caeté		**4.808.135**	**611.504**	**417.697**	**1.534.413**	**1.887.293**	**357.228**
Augusto Corrêa		305.846	42.910	11.239	56.297	187.022	8.379
Bonito		151.796	19.093	35.352	23.674	53.926	19.751
Bragança	(23%)	1.127.832	147.070	73.247	411.564	421.551	74.400
Cachoeira do Piriá		179.439	31.907	5.275	25.897	111.483	4.877
Capanema	(21%)	1.027.476	37.798	109.548	510.254	241.053	128.823
Nova Timboteua		118.720	21.087	5.639	31.569	54.998	5.428
Peixe-Boi		55.082	9.076	2.361	11.025	30.769	1.850
Primavera		198.977	8.076	77.283	29.755	45.646	38.217
Quatipuru		97.498	24.674	2.987	17.667	49.355	2.816
Salinópolis		470.392	16.159	54.105	213.828	147.087	39.213
Santa Luzia do Pará		163.153	24.822	6.034	45.498	78.518	8.282
Santarém Novo		45.157	7.641	1.855	7.408	27.333	920
São João de Pirabas		164.400	23.966	7.576	34.477	92.244	6.138
Tracuateua		215.701	45.446	7.885	37.851	118.896	5.623
Viseu	(10%)	486.664	151.780	17.311	77.648	227.412	12.512

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021

O quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região Rio Caeté, as principais atividades em termos de VA em 2018, foram: as Atividades imobiliárias; o Comércio e manutenção de veículos com destaque para o comércio atacadista de produtos alimentícios e o comércio varejista de combustíveis; a Agricultura, com relevância para os cultivos de mandioca, açaí, dendê, pimenta-do-reino e banana; seguido da Construção civil e a Indústria de transformação, tendo como principais segmentos os de fabricação de cimento, fabricação de óleo vegetal refinado e Preservação de peixes, crustáceos e moluscos.

Quadro 01- Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública- RI Rio Caeté, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Rio Caeté	**Atividades imobiliárias**	**Comércio e manutenção de veículos**	**Agricultura**	**Construção civil**	**Indústria de transformação**
Augusto Corrêa	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil
Bonito	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção e distribuição de eletricidade e água	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Bragança	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil
Cachoeira do Piriá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Capanema	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Alojamento e alimentação	Agricultura

Nova Timboteua	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Construção civil
Peixe-Boi	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Primavera	Indústria de transformação	Produção e distribuição de eletricidade e água	Atividades imobiliárias	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Quatipuru	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Salinópolis	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil	Alojamento e alimentação	Produção e distribuição de eletricidade e água
Santa Luzia do Pará	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Santarém Novo	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Pecuária
São João de Pirabas	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Tracuateua	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Viseu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021

O município de Bragança apresentou, em 2018, como principais atividades: as Atividades imobiliárias; o Comércio e manutenção de veículos com destaque para os segmentos de produtos alimentícios, de combustíveis e materiais de construção; a Agricultura, com a produção de mandioca, açaí, banana e milho; a Produção Florestal com a extração do açaí; da Pesca e Aquicultura tendo como principais pescados, o tambaqui e tambacu; e Construção civil.

Em Capanema, as principais atividades na composição do VA municipal em 2018 foram: Comércio e manutenção de veículos com os segmentos de produtos alimentícios, de cerveja e refrigerantes e de combustíveis; as Atividades imobiliárias; a Indústria de transformação com destaque para a subatividade de fabricação de cimento; o Alojamento e alimentação; e a Agricultura com os cultivos e mandioca, feijão, pimenta-do-reino, maracujá, açaí e coco-da-baía.

Para o município de Viseu, em 2018 os destaques foram: Agricultura com relevância à produção de açaí, mandioca, arroz, banana e pimenta-do-reino; Atividades imobiliárias; Pecuária com a criação de bovinos e galináceos; Produção Florestal, da Pesca e Aquicultura com destaque para a extração da madeira em tora e o açaí; e a Construção civil.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do estado do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, tendo a RI Rio Caeté contabilizado um saldo de US$ 16,276 milhões. Os principais produtos exportados da região são: peixes congelados, com Bragança respondendo por 58,2% da comercialização regional com o setor externo; e crustáceos, em Bragança e Augusto Corrêa com um volume de comercialização da ordem de 8% do total da comercialização externa da RI.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Rio Caeté	**18.649.629**	**0,09**	**2.373.148**	**0,20**	**16.276.481**
Augusto Corrêa	4.540.755	24,35	96.016	4,05	4.444.739
Bragança	14.063.836	75,41	1.148	0,05	14.062.688
Capanema	45.038	0,24	0	0,00	45.038
Primavera	0	0,00	2.275.984	95,91	-2.275.984

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: Fapespa, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Rio Caeté registrou, em 2019, um total de 32 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública possuía, cerca de, 52,3% do total do estoque formal da região, seguido do Comércio (20,7%) e Serviços (14,1%). Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Capanema (23,6%), Bragança (21,7%) e Salinópolis (11,4%).

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	162.975
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	7,13
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	15,87
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**32.913**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	32
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	2.589
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	102
Construção Civil	2.012.211	61.981	813
Comércio	9.453.390	206.789	6.806
Serviços	17.843.857	310.933	4.653
Adm. Pública	8.865.548	356.141	17.225
Agropecuária	1.477.081	49.712	693

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 137 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,7% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

A RI Rio Caeté possui uma malha viária com duas rodovias federais e seis rodovias estaduais, além de outras vias de tráfego rodoviário. As principais rodovias são a BR-316 e a BR-308. A BR-316 foi construída na década de 1960, a partir da rodovia Belém-Bragança que havia substituído a Estrada de Ferro de Bragança na década de 1950, sendo um dos principais eixos rodoviários do estado ligando-o com o Nordeste e possibilitando acesso a BR-010. A BR-308 tem objetivo de ligar Belém a São Luís, iniciando no entroncamento com a BR-010, o trecho paraense da rodovia foi originado da PA-242, e na RI Caeté torna-se importante eixo de ligação entre Capanema a Bragança. A rodovia beneficia também Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu, dando acesso às praias de Peri-Mirim (Tracuateua) e Ajuruteua (Bragança).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Rio Caeté.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Bragança, Salinópolis e Viseu.
Rodovias	26 vias (total 1.234 km)
Travessias	BR-308 Rio Gurupi: Viseu - Carutapera (MA)
	Rio Piriá: Serra - Tamichila (Viseu)
Portos	(IP4) Bragança
	(IP4) Viseu
Pontes	148 pontes (total de 5km)

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange três aeródromos/aeroportos, 148 pontes (totalizando 5 km de extensão), dois portos de pequeno porte, duas travessias e 26 vias de tráfego rodoviário.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Rio Caeté será contemplada com investimentos de R$ 80 milhões, o que corresponde a 0,1% do total previsto para o estado, destacando projeto de mineração no município de Bonito.

3 DINÂMICA SOCIAL

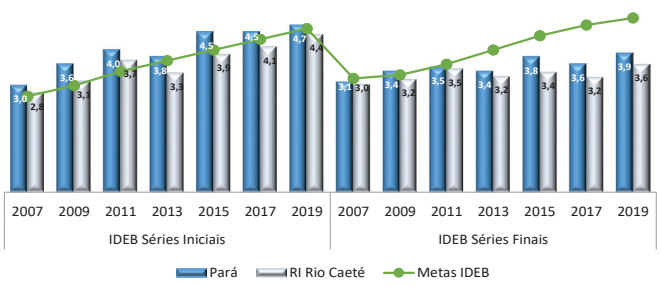
3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Caeté, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), somente nos três primeiros anos da série alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará. Registrou-se queda da nota em 2013 (3,3), mas com a recuperação nos anos seguintes, chegou em 2019 com uma nota (4,4), o que não foi suficiente para o alcance das metas estipuladas. Observou-se também, que a média das notas da região sempre foram menores que as notas do estado do Pará. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as notas da região ficaram abaixo das metas estabelecidas, em todos os anos do período analisado. O mesmo comportamento oscilante foi observado no estado, onde o Pará atingiu a meta até o ano de 2011, e a partir de 2013 as metas estipuladas não foram alcançadas, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Rio Caeté, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais –

2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos, se não aprovados. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores referentes a RI Rio Caeté.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[1], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021 que aponta a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno as atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

[1] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

A taxa de aprovação do Brasil, Pará, região do Rio Caeté e dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 95% de aprovação, exceto os municípios de Viseu e Quatipuru, que apresentaram 91,8% e 94,8%, respectivamente. Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em relação ao estado e municípios da região, com exceção de Cachoeira do Piriá que apresentou uma taxa de 97,4%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região ficou igual a do estado com 6% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Quatipuru e Viseu, que apresentaram 5,0% e 2,5%, respectivamente. No ensino médio, apenas dois municípios registraram taxa de reprovação: Bragança (0,3%) e Cachoeira do Piriá (0,1%).

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou com o valor igual ao registrado pelo Brasil (1%) e abaixo do registrado pelo estado do Pará (1,7%), alcançando também 1,0% de abandono. Os municípios de Viseu (5,7%), Capanema (3,6%) e Cachoeira do Piriá (2,3%) apresentaram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e da do Pará (0,7%), com o registro de 0,5%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Cachoeira do Piriá, com 2,5% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxas de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Rio Caeté	**98,3**	**99,5**	**0,6**	**0,0**	**1,0**	**0,5**
Augusto Corrêa	99,8	99,7	0,0	0,0	0,2	0,3
Bonito	100,0	99,8	0,0	0,0	0,0	0,2
Bragança	98,4	99,3	0,1	0,3	1,5	0,4
Cachoeira do Piriá	97,6	97,4	0,1	0,1	2,3	2,5
Capanema	95,5	99,5	0,9	0,0	3,6	0,5
Nova Timboteua	98,9	100,0	0,0	0,0	1,1	0,0
Peixe-Boi	99,8	100,0	0,0	0,0	0,2	0,0
Primavera	100,0	99,7	0,0	0,0	0,0	0,3
Quatipuru	94,8	100,0	5,0	0,0	0,2	0,0
Salinópolis	99,8	99,5	0,1	0,0	0,1	0,5
Santa Luzia do Pará	99,6	100,0	0,3	0,0	0,1	0,0
Santarém Novo	99,7	99,1	0,3	0,0	0,0	0,9
São João de Pirabas	99,7	100,0	0,0	0,0	0,3	0,0
Tracuateua	99,7	99,9	0,0	0,0	0,3	0,1
Viseu	91,8	98,3	2,5	0,0	5,7	1,7

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. A região Rio Caeté ficou bem acima dos percentuais apresentados pelo Pará e Brasil, observando 29,8% de distorção escolar, no ensino fundamental, e 55,1%, no ensino médio. No ensino fundamental, o município de Quatipuru destacou-se com a maior taxa de distorção, 35,6%, e a menor taxa ocorreu em Salinópolis, 23,1%. No ensino médio, a menor distorção coube ao município de Bragança, com 43,8%, e a pior taxa ao de Quatipuru, 65,1%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Rio Caeté	**31,5**	**29,8**	**55,5**	**55,1**
Augusto Corrêa	34,5	33,6	61,5	62,2
Bonito	32,2	31,4	58,3	58,8
Bragança	30,6	29,4	44,8	43,8
Cachoeira do Piriá	33,9	29,8	49,7	51,0
Capanema	28,0	25,6	52,4	48,7
Nova Timboteua	28,5	25,8	52,0	57,2
Peixe-Boi	32,8	32,0	53,7	55,1
Primavera	33,5	30,9	67,5	64,4
Quatipuru	37,7	35,6	61,0	65,1
Salinópolis	24,6	23,1	49,7	47,7
Santa Luzia do Pará	33,8	30,7	45,1	44,1
Santarém Novo	27,3	26,7	55,2	53,1
São João de Pirabas	30,9	27,5	63,5	60,5
Tracuateua	32,2	32,6	58,0	53,3
Viseu	32,3	32,1	59,7	61,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Caeté, a taxa de mortalidade infantil, em 2019, foi de 12,74 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à do Pará, 15,14. Os municípios da RI com as maiores taxas foram: Santarém Novo (21,05), Viseu (20,11) e São João de Pirabas (19,54), e os que obtiveram os menores índices, Santa Luzia do Pará (nenhum óbito infantil), Bonito (4,76) e Primavera (5,24).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, em análise, constavam em novembro de 2020, 1.217 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 98,45% (apenas o município de Viseu (76,79%) não possuía 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 76,46%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a região contava, em dezembro de 2020, com 183 equipes implantadas, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 96,89%, superior à do estado, de 57,64%, destacando-se Viseu (61,80%), Cachoeira do Piriá (91,59%) e Capanema (99,96%), como os únicos municípios a não atingirem cobertura de 100%.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	12,74
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	98,45
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	96,89
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	4,13

Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,79

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

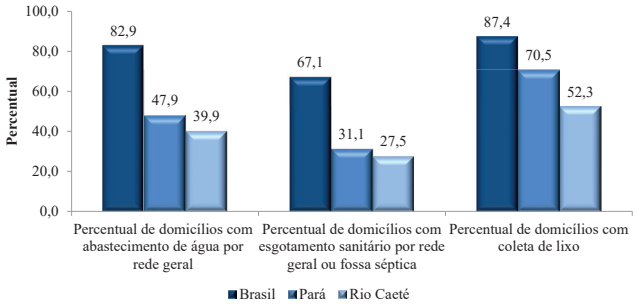
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, em abril de 2021, a RI Rio Caeté conta com onze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Dr. Olímpio Cardoso da Silveira, hospital público que dispõe de urgência e emergência, além de oferecer atendimento ambulatorial e hospitalar nas clínicas básicas (clínica médica, obstetrícia, cirurgia e pediatria); Hospital Regional Público dos Caetés Dr. Jorge Neto da Costa, unidade de média e alta complexidade, referência para neurocirurgia, ortopedia, traumatologia, cirurgia geral e terapia intensiva; e o Hospital de Campanha de Salinópolis, criado para tratamento dos pacientes de Covid-19. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2020, foi de 4,13, superior à do Pará, de 2,55. No entanto, a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, também de 2020, foi menor na região, 1,79, em comparação à estadual, 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Rio Caeté. Observa-se, em 2010, que, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Rio Caeté, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 39,9% dos domicílios, 27,5% de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 52,3% de coleta de lixo. Sendo assim, as coberturas dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo eram menores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RM. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) em 2019, estava presente em nove dos 15 municípios que compõem a RI Rio Caeté (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Salinópolis, Santa Luzia Do Pará, Tracuateua e Viseu), segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios. – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Rio Caeté	**21,16**	**-**	**24,57**
Augusto Corrêa	5,00	-	-
Bonito	-	-	-
Bragança	14,88	-	70,49
Cachoeira do Piriá	20,65	-	-
Capanema	13,76	-	-
Nova Timboteua	19,07	-	-
Peixe-Boi	20,55	-	47,54
Primavera	-	-	73,90
Quatipuru	-	-	-
Salinópolis	89,23	-	-
Santa Luzia do Pará	8,01	-	-
Santarém Novo	-	-	-
São João de Pirabas	93,27	-	-
Tracuateua	12,34	-	-
Viseu	8,45	-	43,56

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O SNIS disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água no ano de 2019. A R.I. Rio Caeté apresentava um percentual um pouco menor, com aproximadamente 21% de cobertura desse serviço, sendo São João de Pirabas e Salinópolis os municípios da região que possuíam maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, com 93,27% e 89,23%, respectivamente. Em relação às informações sobre esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e na região, não houve registro desse serviço nos municípios. Quanto à coleta de lixo, em 2019, 54,5% da população paraense possuía o serviço, sendo que para a região Rio Caeté, este percentual era de 24,6%, com Primavera e Bragança apresentando maior contingente populacional coberto por este serviço, ou seja, 73,9% e 70,5%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 09 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAETÉ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	36.973	33,1
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.333	72,8
Coabitação Familiar	168.684	39,2	8.676	23,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	959	2,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	586	1,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**111.610**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total

de domicílios. Na Região de Integração Rio Caeté, o déficit era de 33,1% do total de domicílios. O componente Domicílios Precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 72,8% do total da região; Coabitação Familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios, no Pará, e 23,1%, na RI Rio Caeté. Juntas, essas duas essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit, no estado do Pará, e 96%, na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 2,6%, na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios, no estado do Pará, e 1,6%, na RI.

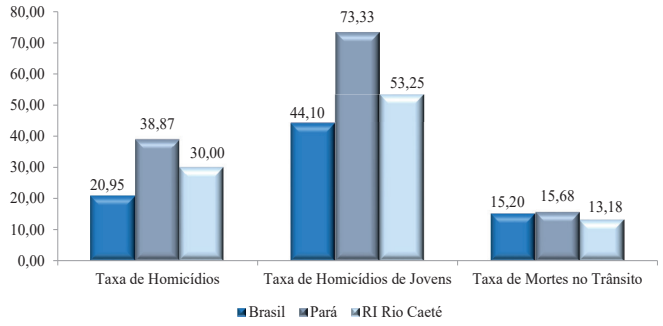
3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2019, a RI Rio Caeté apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 38,87 homicídios, enquanto na RI, esse número foi de 30,00. Capanema e Primavera apresentaram as maiores taxas, 46,36 e 46,19 homicídios, respectivamente, em contraposição a Santarém Novo que não apresentou nenhum homicídio, e a Tracuateua e Viseu, que figuraram com as menores taxas, 9,69 e 9,77 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem, em 2019, apresentada pelo estado foi de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens e a da RI de 53,25 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de Primavera e Salinópolis registraram as maiores taxas, 104,06 e 79,52 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e, por outro lado, Peixe-Boi, Quatipuru e Santarém Novo não apresentaram casos de homicídio de jovens.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Caeté foi de 13,18 mortes, inferior à do Pará, 15,68 mortes, em 2019. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Primavera (64,67 mortes) e Santarém Novo (59,62 mortes), enquanto Bonito não registrou casos de mortes por acidentes no trânsito, e Augusto Corrêa e Viseu, as menores taxas, 4,35 e 4,89 mortes, respectivamente.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Rio Caeté, em 2020, apresentou taxa inferior ao Pará em todos os indicadores analisados. A taxa de homicídios da região foi de 19,32 mortes e para o Pará de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 9,85 e o Pará de 10,91. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo, que alcançou um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Rio Caeté, 415,44 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 10 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Rio Caeté, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Caeté	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	28,28	19,32
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	8,98	9,85
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	519,86	415,44

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Rio Caeté registrou um total de 50,24% de sua população abaixo da linha da pobreza, bem maior que o percentual paraense.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Caeté apresentou um Índice de Gini de 0,57, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 11 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Rio Caeté, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Rio Caeté	**50,24**	**0,57**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2020, na RI Rio Caeté, 63,12% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 82,28% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 70,7% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. Os dados demonstram que a região registrou percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 12 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Rio Caeté	**63,12**	**82,28**	**70,72**
Augusto Corrêa	77,66	85,95	80,51
Bonito	53,01	80,42	69,97
Bragança	61,67	77,24	66,33
Cachoeira do Piriá	46,73	90,64	83,90
Capanema	50,54	75,28	61,49
Nova Timboteua	54,10	79,98	71,09
Peixe-Boi	69,00	71,61	60,50
Primavera	77,53	83,43	68,07
Quatipuru	64,94	86,91	72,64
Salinópolis	54,80	74,94	63,38
Santa Luzia do Pará	82,54	86,39	73,57
Santarém Novo	100,89	87,83	63,89
São João de Pirabas	66,09	80,74	66,02
Tracuateua	71,96	88,16	77,86
Viseu	69,39	90,98	79,63

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Dos municípios que compõem a região, o de Santarém Novo era o que possuía o maior percentual da população inscrita no CadÚnico em 2020, com 100,89%. Esse percentual ultrapassa 100% devido a estimativa da população, elaborada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, ser maior que a população estimada pelo IBGE. Em 2020, pela estimativa populacional do IBGE, a população de Santarém Novo foi de 6.753 habitantes, e a população cadastrada estimatada pelo Ministério foi de 6.813, o que explica o percentual do indicador acima de 100%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Cachoeira do Piriá (90,64%), Viseu (90,98%) e Tracuateua (88,16%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Cachoeira do Piriá (83,9%) e Augusto Corrêa (80,5%).

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Preveem ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Em 2020, a RI Rio Caeté mostrou uma participação estimada em 27,32% de jovens (15 a 29 anos) em relação ao contingente populacional. Dentre seus municípios, Bragança se destacou com o maior número de jovens (34.882), correspondente a 27,06% de participação em sua população, seguido de Capanema (17.794) equivalente a 25,63%). A maior participação em relação ao número de habitantes ocorreu em Cachoeira do Piriá (30,73%), enquanto a menor foi em Nova Timboteua (24,07%).

Tabela 13 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Rio Caeté	**144.819**	**27,91**	**144.605**	**27,63**	**144.229**	**27,32**
Augusto Corrêa	13.080	28,74	13.137	28,56	13.187	28,38
Bonito	4.473	27,89	4.498	27,62	4.519	27,34
Bragança	35.219	27,86	35.071	27,47	34.882	27,06
Cachoeira do Piriá	10.066	30,34	10.359	30,56	10.634	30,73
Capanema	18.136	26,43	17.978	26,04	17.794	25,63
Nova Timboteua	3.781	24,85	3.757	24,45	3.733	24,07
Peixe-Boi	2.061	25,53	2.033	25,17	2.001	24,76
Primavera	2.907	26,94	2.883	26,63	2.851	26,26
Quatipuru	3.742	27,69	3.756	27,60	3.765	27,48
Salinópolis	11.406	28,22	11.318	27,83	11.218	27,41
Santa Luzia do Pará	5.644	28,43	5.563	28,03	5.479	27,61
Santarém Novo	1.872	28,09	1.864	27,78	1.859	27,53
São João de Pirabas	6.354	27,82	6.332	27,48	6.296	27,09
Tracuateua	8.591	28,02	8.567	27,67	8.537	27,31
Viseu	17.487	28,64	17.489	28,48	17.474	28,30

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, em 2019, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam 24,28% dos vínculos no Pará e 22,8% na RI Caeté. O maior número de jovens no mercado de trabalho ocorreu em Capanema (2.347), Bragança (1.517) e Salinópolis (1.042), sendo também esses municípios os que lideravam no total de vínculos formais. O mais alto índice de participação de jovens foi em Bonito (35%) e Capanema (30,2%); enquanto os mais baixos ocorreram em Peixe-Boi (6,3%), Quatipuru (7,9%) e Viseu (8,4%).

Tabela 14 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Rio Caeté	**32.913**	**7.505,00**	**22,80**
Augusto Corrêa	2.546	422	16,58
Bonito	1.928	675	35,01
Bragança	7.156	1.517	21,20
Cachoeira do Piriá	728	192	26,37
Capanema	7.766	2.347	30,22
Nova Timboteua	949	163	17,18
Peixe-Boi	300	19	6,33
Primavera	706	129	18,27
Quatipuru	467	37	7,92
Salinópolis	3.737	1.042	27,88
Santa Luzia do Pará	1.023	145	14,17
Santarém Novo	544	108	19,85
São João de Pirabas	1.312	192	14,63
Tracuateua	1.441	321	22,28
Viseu	2.310	196	8,48

Fonte: MTE/Rais, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade. Estabelecendo-se de forma precoce contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]), e dados preliminares do Datasus acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[3]).

Na RI Rio Caeté, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos foi de 26,91%, em 2019, com diminuição de apenas 2,5 p.p. em relação a 2015. Esse índice se mostrou mais elevado do que o identificado para o Pará (22,64%). De seus municípios, os maiores percentuais de 2019 ocorreram em Quatipuru (37,04%) e Cachoeira do Piriá (33,66%), enquanto os menores foram em Santarém Novo (21,05%) e Capanema (22,85%). Peixe-boi foi município de obteve a maior elevação (11,2 p.p.), entre 2015 e 2019, seguido de Quatipuru (9,82 p.p.); se destacam como os que mais conseguiram diminuir esse índice, Santarém Novo (10,28 p.p.) e Santa Luzia do Pará (7,87 p.p.).

Tabela 15- Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Caeté (2015-2019).

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Rio Caeté	**29,42**	**29,08**	**29,01**	**27,30**	**26,91**
Augusto Corrêa	29,98	28,93	28,24	26,97	30,66
Bonito	31,13	26,92	28,80	24,47	23,81
Bragança	26,69	26,34	27,25	25,24	23,88
Cachoeira do Piriá	35,86	34,59	37,30	37,91	33,66
Capanema	25,48	23,14	23,46	22,28	22,85
Nova Timboteua	25,49	20,00	27,33	28,36	23,66
Peixe-Boi	21,43	31,07	31,58	30,10	32,63
Primavera	34,59	35,47	35,09	33,50	27,75
Quatipuru	27,22	34,52	31,95	31,88	37,04
Salinópolis	31,80	33,89	27,84	28,70	24,71
Santa Luzia do Pará	35,65	30,05	30,81	27,21	27,78
Santarém Novo	31,33	35,24	29,91	26,44	21,05
São João de Pirabas	28,66	32,35	31,07	28,43	23,13
Tracuateua	29,91	29,98	29,68	26,04	27,56
Viseu	33,09	32,73	33,42	31,12	33,62

Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões.

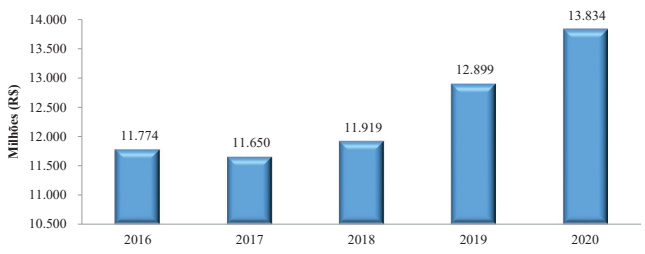
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016 o estado arrecadou em torno de 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017 apresentou uma pequena queda de 1%, nos anos seguintes, 2018 a 2020 apresentaram aumento, com R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.

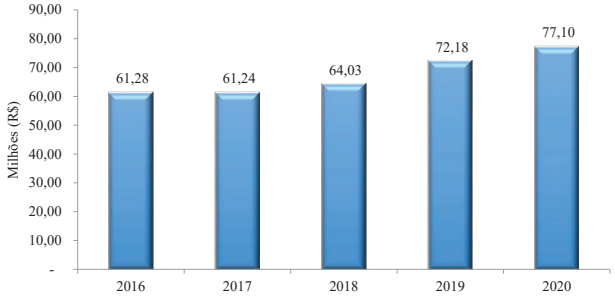


Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020

O repasse da quota-parte do ICMS destinado a Região do Rio Caeté apresenta uma variação crescente desde 2016, registrando R$ 61,3 milhões, chegando em 2020 a R$ 77 milhões. Este valor foi um dos menores dentre os partilhados pelas Regiões de Integração do Estado do Pará, equivalente a 2,8% do total do repasse para os 144 municípios do Pará.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[3] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da R.I. Rio Caeté, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos municípios, dos R$ 77 milhões destinados à região no ano de 2020, Capanema e Bragança foram os que receberam a maior parte, com 15,8% e 12,6% do repasse, enquanto que Santarém Novo, Peixe-Boi e Nova Timboteua foram os municípios aonde o repasse não chegou a 4% cada.

Tabela 16 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2016-2020).

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Rio Caeté	**61.277.185**	**61.243.590**	**64.033.389**	**72.177.965**	**77.100.633**
Augusto Corrêa	2.817.342	3.247.766	3.570.635	3.825.687	3.936.626
Bonito	3.286.899	3.479.749	4.760.847	6.631.191	7.313.437
Bragança	7.982.469	8.815.365	9.045.609	9.436.695	9.677.533
Cachoeira do Piriá	3.991.234	3.015.783	3.332.593	3.570.641	3.448.486
Capanema	14.556.266	14.150.981	12.854.286	12.497.245	12.145.780
Nova Timboteua	2.347.785	2.551.816	2.618.466	3.060.550	3.006.264
Peixe-Boi	2.113.006	2.319.833	2.142.381	2.550.458	2.607.969
Primavera	2.113.006	2.319.833	2.618.466	4.590.825	6.231.680
Quatipuru	2.347.785	1.855.866	2.142.381	2.550.458	3.066.427
Salinópolis	4.460.791	4.871.649	5.236.931	5.355.962	5.633.290
Santa Luzia do Pará	3.521.677	2.551.816	2.856.508	3.315.596	3.857.143
Santarém Novo	2.347.785	2.087.850	2.142.381	2.295.412	2.415.405
São João de Pirabas	2.817.342	3.015.783	3.094.550	3.570.641	3.997.999
Tracuateua	2.582.563	2.783.800	2.618.466	3.315.596	3.813.431
Viseu	3.991.234	4.175.699	4.998.889	5.611.008	5.949.163

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2021.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Rio Caeté é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.092 km²) e Terras Indígenas (393 km. Assim, de sua área total, 17.388 km², 8,54% correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2020, registrou-se o equivalente a 11.689 km², correspondente a 70,14% de área desmatada e a 4,23% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 17). Em termos municipais, foram registrados mais de 68% do desmatamento acumulado na RI em apenas quatro municípios: Viseu (29,97%), Bragança (14,76%), Cachoeira do Piriá (13,22%) e Santa Luzia do Pará (10,70%), ao passo que mais de 56% dos registros de focos de calor estavam concentrados em três municípios: Cachoeira do Piriá (21,28%), Viseu (20,32%) e Bragança (14,72%).

Tabela 17 – Área Total, Desmatamento Acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Rio Caeté, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
Rio Caeté	**16.665,52**	**11.689,00**	**625**
Augusto Corrêa	1.099,62	728,80	44
Bonito	586,98	544,30	22
Bragança	2.124,73	1.725,40	92
Cachoeira do Piriá	2.419,60	1.545,50	133
Capanema	621,48	519,10	22
Nova Timboteua	489,85	379,20	24
Peixe-Boi	450,22	364,00	15
Primavera	258,60	179,40	21
Quatipuru	302,94	82,20	12
Salinópolis	226,12	34,30	6
Santa Luzia do Pará	1.346,50	1.251,20	42
Santarém Novo	229,51	149,10	14
São João de Pirabas	668,43	213,20	22
Tracuateua	868,03	469,80	29
Viseu	4.972,90	3.503,50	127

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, uma parcela de 63,77% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 18). Entre os municípios que compõem a região, Cachoeira do Piriá registrou a maior proporção de área com CAR efetivado (94,78%), seguido por Santa Luzia do Pará (82,10%) e Viseu (77,69%).

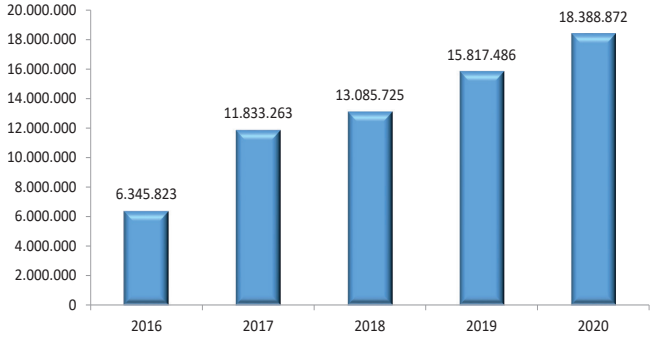
Tabela 18 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Rio Caeté, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Rio Caeté	**16.752,55**	**14.623,38**	**87,29**	**9.325,43**	**63,77**
Augusto Corrêa	1.091,42	679,71	62,28	180,80	26,60
Bonito	587,22	586,58	99,89	382,84	65,27
Bragança	2.092,23	1.781,77	85,16	551,28	30,94
Cachoeira do Piriá	2.461,55	2.446,18	99,38	2.318,52	94,78
Capanema	615,03	613,53	99,76	451,36	73,57
Nova Timboteua	490,32	487,41	99,41	243,62	49,98
Peixe-Boi	450,57	448,36	99,51	246,14	54,90
Primavera	258,75	255,95	98,92	136,91	53,49
Quatipuru	326,25	263,47	80,76	38,28	14,53
Salinópolis	237,95	197,02	82,80	45,55	23,12
Santa Luzia do Pará	1.356,58	979,72	72,22	804,32	82,10
Santarém Novo	229,70	201,52	87,73	93,87	46,58
São João de Pirabas	706,03	612,32	86,73	150,51	24,58
Tracuateua	934,60	656,50	70,24	252,62	38,48
Viseu	4.914,35	4.413,32	89,80	3.428,81	77,69

Fonte: SEMAS, 2021
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Rio Caeté teve uma participação média de 8,3% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios em 2020, (Gráfico 08), contabilizando um montante de R$ 18,389 milhões, sendo que o município de Viseu deteve a maior parcela (8,37%), seguido por Capanema (7,51%), Tracuateua (7,49%), Salinópolis (7,31), Santa Luzia do Pará (7,27%), Primavera (7,16%), Bonito (7,15%), Bragança (7,08%), Augusto Corrêa (8,06%), Quatipuru (6,86%), Santarém Novo (6,72%), São João de Pirabas (6,01%), Cachoeira do Piriá (5,02%), Peixe-Boi (4,56%) e Nova Timboteua (4,54%) (Tabela 19).

Gráfico 07 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Caeté, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 19 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Rio Caeté, 2016 e 2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Rio Caeté	**6.345.823**	**11.833.263**	**13.085.725**	**15.817.486**	**18.388.872**
Augusto Corrêa	212.586	980.435	1.039.102	1.235.374	1.275.715
Bonito	189.713	519.675	1.062.901	1.257.004	1.314.309
Bragança	187.100	1.014.506	1.054.585	1.255.364	1.301.731
Cachoeira do Piriá	1.483.996	986.389	902.786	992.457	923.033
Capanema	151.763	1.031.908	1.055.337	1.261.543	1.381.591
Nova Timboteua	248.950	740.836	625.816	859.735	835.753
Peixe-Boi	255.320	742.399	615.906	852.834	838.932
Primavera	186.132	728.791	617.402	844.681	1.316.304
Quatipuru	438.018	436.333	676.727	830.099	1.262.266
Salinópolis	436.644	963.986	1.218.521	1.230.583	1.344.322
Santa Luzia do Pará	792.890	515.980	621.100	878.010	1.337.357
Santarém Novo	585.789	721.091	610.047	840.550	1.235.111
São João de Pirabas	473.973	986.091	1.174.760	1.235.266	1.104.941
Tracuateua	269.541	729.034	597.069	842.356	1.377.636
Viseu	433.408	735.808	1.213.667	1.401.631	1.539.872

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Rio Caeté**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2022 - 2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	9.598.055,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	1.549.132,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	2.546.213,00
Cultura	925.775,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	59.058.867,00
Direitos Socioassistenciais	5.203.204,00
Educação Básica	497.387.048,00
Educação Profissional e Tecnológica	12.185.504,00
Educação Superior	3.632.640,00
Esporte e Lazer	1.750.542,00
Governança Pública	106.371.734,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	175.612.002,00
Infraestrutura e Logística	64.035.180,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	3.229.722,00
Saúde	392.152.325,00
Segurança Pública	35.125.925,00
Trabalho, Emprego e Renda	926.048,00
	1.371.289.916,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022- 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	599.994.637,00
	599.994.637,00

TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura 9.598.055,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	486,896.00	06/2019	ADEPARA	591,826.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Mandioca)	(kg ou unidades de frutos*) / Hectares	13,751.00	06/2019	IBGE	16,715.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	2.895,00	12/2020	EMATER	2022	2.900,00
					2023	3.000,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	114,00	12/2018	SEDAP	2022	92,00
					2023	132,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.725,00	12/2018	SEDAP	2022	1.997,00
					2023	2.097,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Compromisso Regional

Implantação do Laboratório de Solo em Bragança

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 1.549.132,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual		12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	67,00
					2023	40,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Bragança

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em São João de Pirabas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	CBM, Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	4º CRS - Capanema
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 6 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS, SEASTER
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 2.546.213,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	1.02	12/2018	SIAFEM/SEFA	1.92

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022	33,33
					2023	33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	FAPESPA, PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Compromisso Regional

Implantar 1 Centro Tecnológico do Pescado em Bragança

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 925.775,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	20.00	12/2018	SECULT/FCP	46.67

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 80 Empreendedores na Região - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 59.058.867,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual		12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	5,73
					2023	5,73
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	54,45	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	85,35
					2023	86,83

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 5.203.204,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-30,44	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022 2023	5,00 5,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 497.387.048,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	2.90	12/2017	INEP/SEDUC	3.50
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4.40	12/2017	INEP/SEDUC	5.20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,00	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	4,50 4,40
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	11,92	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	10,26 10,13
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	81,70	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	83,70 84,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,20	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	79,10 79,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	13,30	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	11,80 11,50
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	11,85	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	10,64 10,47

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Reformar/Ampliar 7 Escolas Estaduais na Região Rio Caeté - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 37 escolas nos Municípios de Augusto Correa, Bragança, Cachoeira do Piriá, Bonito, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 12.185.504,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	485,00	12/2018	SECTET	2022 2023	510,00 590,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 03 Novos Cursos Técnicos na Região Rio Caeté - DS

Implantar 04 Cursos de Formação Inicial e Continuada na Região Rio Caeté

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SETUR

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 3.632.640,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual		12/2018	UEPA	2022	100,00
					2023	50,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar 7 Cursos Modulares na Região Rio Caeté - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 1.750.542,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	346,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	375,00
					2023	302,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 106.371.734,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	209,972.00	12/2020	SEFA	236,055.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	1,06	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	1,59
					2023	1,59

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	4º CRS - Capanema, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRS, SEDUC, SEFA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Fortalecimento da Gestão Municipal	Município Atendido	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	HRS
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, HRS, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 175.612.002,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	0.20	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	4.00
Receita gerada pelo turismo	U$	61,451.64	12/2018	SETUR	4,366,646.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	11,00	12/2018	BANPARA	2022	64,00
					2023	77,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	3,00	07/2019	SEDEME	2022	63,00
					2023	67,00
Número de turistas	Unidade	66.568,00	12/2018	SETUR	2022	56.579,00
					2023	57.993,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Cadeia Produtiva Apoioada	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Implantar o Distrito Industrial de São João de Pirabas (1ª Etapa)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Incentivo Realizado	Un	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Compromisso Regional

Construir o Muro de Arrimo e Urbanização da Orla da Avenida Beira Mar em Salinópolis

Requalificar a Orla da Praia do Atalaia em Salinópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP, SETUR
Manutenção de Equipamentos Turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 64.035.180,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	42.90	12/2018	SETRAN	54.91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	6,89	12/2020	SETRAN	2022	22,25
					2023	0,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Pavimentar a PA-448 Vila Miraselva, Trecho: Entroncamento BR-308 (Capanema-Santa Luzia do Pará) / Entroncamento BR-308 (Capanema-Bragança), no Município de Capanema - 27 Km

Pavimentar a PA-462, Trecho: Entroncamento Rodovia BR-308 – Vila Araí, com extensão de 45 km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 3.229.722,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0.12	12/2018	PRODES/INPE	0.17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	73,33	12/2019	SEMAS	2022	86,66
					2023	93,30

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 01 Título Definitivo para Comunidade Quilombola

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 392.152.325,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	4.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	3.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	12.92	12/2019	SIM	12.24
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	310.90	12/2020	MS/SIM	310.92

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	100,00	12/2020	EGESTOR	2022	100,00
					2023	100,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	13,30	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,46	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,46
					2023	1,63
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	51,20	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,24	12/2018	SIA	2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,06	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	4º CRS - Capanema
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	4º CRS - Capanema, ETSUS, HEMOPA, HRS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	HRS
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	4º CRS - Capanema
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	4º CRS - Capanema
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	4º CRS - Capanema
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar a Policlínica de Capanema - DS

Implantar o Serviço de Hemodiálise no Hospital Regional de Capanema - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	HRS
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HRS, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRS, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	4º CRS - Capanema, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	4º CRS - Capanema, SESPA

Região de Integração: **Rio Caeté** TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública 35.125.925,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	116.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	110.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	29.00	12/2020	SEGUP	27.20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	18.60	12/2020	SEGUP	16.60
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	389.60	12/2020	SEGUP	348.90
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	390.20	12/2020	SEGUP	359.40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	2,37	12/2018	SEAP	2022	1,78
					2023	1,53
Índice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	4.016,00	12/2018	PMPA	2022	7.631,00
					2023	8.836,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	86,00	12/2018	DETRAN	2022	89,00
					2023	90,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	46,00	12/2018	DETRAN	2022	49,00
					2023	50,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	79,40	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022	88,20
					2023	89,90
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	40,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	43,00
					2023	44,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	92,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Salinópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Rio Caeté**

TOTAL GERAL: **1.971.284.553,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 926.048,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(0.78)	12/2018	MTE/RAIS	1.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	6,92	12/2018	SEASTER/FAPESPA/MEC/RAIS/CAGED	2022	4,00
					2023	4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022	11,00
					2023	12,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	7,90	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022	9,00
					2023	10,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

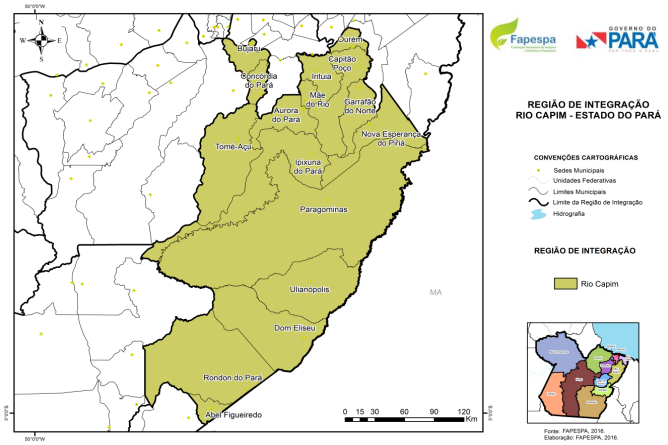
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Região de Integração: Rio Caeté

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	5.029.147,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	360.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	73.380.481,00
Concessão de Auxílio Fardamento	2.420.953,00
Concessão de Auxílio Transporte	2.493.003,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.563.046,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	507.748.007,00
	599.994.637,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM



1 ASPECTOS GERAIS

Localizada na Região Nordeste do Pará, entrecortada pela rodovia BR- 010 (Rodovia Belém-Brasília), a Região de Integração Rio Capim, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066 de 19 de junho de 2008, é formada por 16 municípios (*Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu* e *Ulianópolis*). Abrange uma área territorial total de mais de 62 mil quilômetros quadrados, o que representa 5% da área total do Pará.

Seu processo de ocupação territorial teve início através dos rios Guamá e Capim, com o povoado que viria a ser a cidade de Ourém, datado do século XVIII. Destacam-se ainda os rios Gurupi, que separa o Pará do Maranhão e o Rio Surubiju.

A Região era de difícil acesso, principalmente onde está localizado o município de Tomé-açu, sendo a primeira estrada de terra foi aberta somente em 1974 e, até então, o único meio de transporte era o rio e a viagem de barco até Belém, durava em média, três dias. Essa RI foi inserida no Projeto de Integração Nacional com a abertura da rodovia PA–070 (atual BR-222) e a BR-010 (Belém-Brasília), a partir dos anos de 1960, as quais proporcionaram dinamização e desenvolvimento econômico.

A base econômica se iniciou com a coleta, a pesca artesanal, o extrativismo vegetal com a extração do látex, castanha do Pará e malva. O desenvolvimento da agropecuária, com a criação de bovinos, suínos, equinos, ovinos e bubalinos, as plantações de milho, feijão, mandioca, banana, abacaxi, arroz, pimenta-do-reino, soja, mel, biocombustível, cana-de-açúcar e açúcar, goiaba, laranja, algodão, cacau, açaí e acerola e ainda, o desenvolvimento da agroindústria monocultura do dendê pela empresa BioVale, com incentivos federais. Há ainda a exploração do seixo, brita, areia, bauxita e alumina.

Nos anos de 1980 e 1990, os municípios que hoje formam essa RI despontaram como alguns dos maiores produtores de madeira do estado, mas como a extração era feita de forma predatória, tal pujança foi acompanhada de altos índices de desmatamento.

A população da RI Rio Capim é formada por 703.429 habitantes, 8,1% da população do estado do Pará. PIB de R$ 9,1 bilhões, 6% do PIB paraense, e responde por 14% do PIB agropecuário do estado. Na composição do PIB na RI, a atividade da Administração Pública contribui com 30%, os Serviços, com 27%, a Agropecuária com 24%, a Indústria com 13% e, os Impostos sobre produtos com 6%. Em relação ao estado, a região apresenta os seguintes destaques: maior rebanho de Codornas (69%); Caprinos (14%); Bovino (7%); Equino (9%) e Ovinos (11%); na produção de origem animal se destacam o Mel de abelha (33%) e a produção de ovos de codorna (14%); destaque também na produção de Soja (59%); Arroz (16%); Castanha de caju (65%); Dendê (34%); Feijão (25%); Goiaba (86%); Laranja (91%) e Limão (59%) e Tangerina (96%).

No ano de 2008 foi criado o Projeto Município Verde em Paragominas e posteriormente, o programa estadual Municípios Verdes (2011), estendendo-se a outros municípios. Atualmente, Paragominas lidera a redução de desflorestamento no Estado do Pará e ao mesmo tempo, desponta como importante polo produtor de soja, gado bovino, caulim, bauxita, entre outros.

A região apresenta grande potencial turístico, mas ainda inexplorado. Eventos religiosos, festivais, culinária e artesanato local, feiras agropecuárias, monumentos históricos, balneários, igarapés, trilhas ecológicas e a canoagem, são os principais atrativos turísticos da região.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

Em 2016, a Região de Integração Rio Capim teve seu PIB valorado em R$ 9,1 bilhões, o que representou 6,0% do PIB paraense. Entre os setores econômicos os de maior valor adicionado foram a Administração Pública, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, com R$ 2,2 bilhões ou 30% do valor total da região, seguida dos Serviços com R$ 2,6 bilhões (27%), da Agropecuária com R$ 2,1 bilhões (24%) e da Indústria com R$ 1,1 bilhão (13%). Essa RI constitui-se na maior produtora de grãos do estado, sendo a soja o principal produto com produção de 1.043.600 o que representa 59% da produção estadual. A indústria destaca-se pela extração de minério de ferro.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Capim, 2018.

PIB	Brasil	Pará	Rio Capim
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**9.070.054**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**8.494.169**
Valor Adicionado Total %	85,82%	91,04%	93,65%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**2.147.986**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	23,68%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**1.149.111**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	12,67%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**2.502.804**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	27,59%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**2.694.268**
% VA Administração Pública	14,93%	20,09%	29,71%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**575.885**
% Impostos	14,18%	8,96%	6,35%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a região do Rio Capim, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Paragominas, com participação de 29%; Ulianópolis, com 15% de contribuição e Dom Eliseu, com 8%, que juntos já correspondem por 51% do total do VA regional.

Tabela 02 - Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Rio Capim, 2018.

Item Geográfico		PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil		**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará		**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Rio Capim		**9.070.054**	**2.147.986**	**1.149.111**	**2.502.804**	**2.694.268**	**575.885**
Abel Figueiredo		82.210	15.505	6.956	23.327	31.137	5.285
Aurora do Pará		260.843	72.912	12.935	43.073	124.501	7.422
Bujaru		453.283	252.350	20.513	58.630	114.461	7.328
Capitão Poço		499.402	111.162	28.625	143.979	192.946	22.691
Concórdia do Pará		293.657	44.817	13.862	72.926	148.464	13.588
Dom Eliseu	(8%)	685.451	114.465	44.933	251.210	216.735	58.108
Garrafão do Norte		218.755	46.582	8.717	45.675	111.304	6.478
Ipixuna do Pará		519.093	59.804	109.301	86.459	242.706	20.823
Irituia		213.513	34.506	8.523	53.221	108.796	8.466
Mãe do Rio		293.011	19.146	15.836	114.754	122.960	20.314
Nova Esperança do Piriá		204.614	60.450	8.027	41.478	88.108	6.551
Ourém		169.130	49.297	10.699	40.530	61.009	7.595
Paragominas	(29%)	2.647.150	251.382	651.129	993.299	474.791	276.549
Rondon do Pará		531.904	95.885	39.512	161.890	204.728	29.890
Tomé-Açu		667.854	103.085	53.382	206.651	258.290	46.447
Ulianópolis	(15%)	1.330.185	816.638	116.159	165.702	193.333	38.352

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região do Rio Capim, as principais atividades em termos de VA em 2018, foram: a Agricultura, com destaque para os cultivos de soja, cana-de-açúcar, açaí, dendê, laranja; pimenta-do-reino e mandioca, seguida das Atividades imobiliárias; do Comércio e manutenção de veículos tendo como principal segmento, o comércio atacadista de soja e cereais e o comércio varejista de combustíveis, da Indústria extrativa e da Construção civil.

Quadro 01 - Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública- Região Rio Capim, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Rio Capim	**Agricultura**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio e manutenção de veículos**	**Indústria extrativa**	**Construção civil**
Abel Figueiredo	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Indústria de transformação
Aurora do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Comércio e manutenção de veículos
Bujaru	Agricultura	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Capitão Poço	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Construção civil
Concórdia do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Dom Eliseu	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Indústria de transformação
Garrafão do Norte	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Ipixuna do Pará	Indústria extrativa	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Irituia	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil

Mãe do Rio	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Intermediação financeira	Agricultura
Nova Esperança do Piriá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil	Pecuária
Ourém	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil	Pecuária
Paragominas	Indústria extrativa	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Agricultura	Indústria de transformação
Rondon do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Indústria de transformação
Tomé-Açu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil	Indústria de transformação
Ulianópolis	Agricultura	Indústria de transformação	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O município de Paragominas apresentou, em 2018, como principais atividades: Indústria extrativa com a extração de bauxita; seguida do Comércio e manutenção de veículos com os segmentos de comércio atacadista de cereais, de matérias-primas agrícolas e de soja; Atividade imobiliárias; Agricultura; e da Indústria de transformação com destaque para os segmentos de frigoríficos e fabricação de madeira laminada.

Em Ulianópolis, as principais atividades na composição do VA municipal em 2018 foram: Agricultura com destaque para os cultivos de cana-de-açúcar e de soja; Indústria de transformação com o segmento de fabricação de álcool e de fabricação de madeira laminada; Construção civil; Atividades imobiliárias; e o Comércio e manutenção de veículos com destaque para o comércio varejista de produtos alimentícios e o comércio atacadista de soja.

Para o município de Dom Eliseu, em 2018 os destaques foram para as atividades: Comércio e manutenção de veículos com os segmentos de comércio atacadista de soja e de defensivos agrícolas, e do comércio varejista de combustíveis; seguido da Agricultura com os cultivos de soja, milho e goiaba; Atividades imobiliárias; Pecuária com a criação de bovinos e galináceos; e Indústria de Transformação com destaque para o segmento de Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$ 19,036 bilhões e da RI Rio Capim contabilizou um saldo de US$ 224,490 milhões. Entre os municípios exportadores da RI, Paragominas destaca-se como o maior exportador de soja, com 77,7% do valor total exportado pela da região. Outro produto de grande impulso é o milho, exportado também por Paragominas, que corresponde a 7,1% do valor total exportado pela RI.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
RI Rio Capim	**235.555.687**	**1,16**	**11.065.414**	**0,92**	**224.490.273**
Abel Figueiredo	604.511	0,26		0,00	604.511
Bujaru	54.342	0,02		0,00	54.342
Capitão Poço	5.130.944	2,18		0,00	5.130.944
Dom Eliseu	8.034.457	3,41		0,00	8.034.457
Ipixuna do Pará		0,00	1.086.185	9,82	-1.086.185
Paragominas	213.119.353	90,48	9.974.578	90,14	203.144.775
Rondon do Pará	4.508.965	1,91		0,00	4.508.965
Tomé-Açu	3.862.442	1,64	4.651	0,04	3.857.791
Ulianópolis	240.673	0,10		0,00	240.673

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

Na pauta de importação, a demanda da RI é, em grande parte, por tratores e polímeros agrícola, que corresponderam a 79,6% e 13,4% do total importado pela RI, tendo como principal demandante o município de Paragominas.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Tratando-se especificamente da Região de Integração Rio Capim, em 2019, registrou um total de 58 mil vínculos formais, equivalentes a 5,3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública correspondeu a 35,5% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 17,3%, e Agropecuária, 16,1%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Paragominas (31,9%), Tomé-Açú (11,6%) e Dom Eliseu (7,6%).

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Capim
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	220.348
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	0,58
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	22,15
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**58.452**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	1.843
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	7.902
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	236
Construção Civil	2.012.211	61.981	1.577
Comércio	9.453.390	206.789	10.111
Serviços	17.843.857	310.933	6.623
Adm. Pública	8.865.548	356.141	20.747
Agropecuária	1.477.081	49.712	9.413

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 163 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 6% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

Em relação à infraestrutura de transporte, o principal eixo viário da RI Rio Capim é a rodovia federal BR-010, Belém-Brasília, a qual atravessa sete municípios e integra a região à Região Metropolitana de Belém e à cidade de Castanhal (RI Guamá). Através da BR-010, tem-se acesso a outra rodovia federal, a BR-222, que inicia em Dom Eliseu e termina na cidade de Marabá (RI Carajás).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Rio Capim.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Tomé-Açu
	Paragominas
Rodovias	9 rodovias (total 644km) - 45% pavimentado
Travessias	PA-256 (Santana de Ipixuna - Alto Capim)
	PA-140 (Santa Izabel - Bujaru)
Porto	(IP4) Bujarú
Pontes	57 pontes (total de 1,8 km)

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também dois aeródromos/aeroportos, 57 pontes (totalizando 1,8 km de extensão), um porto de pequeno porte, duas travessias e nove rodovias.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Araguaia será contemplada com investimentos de, cerca de, R$ 210 milhões, o que corresponde a 0,2% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como o da Vila Nova Agroindústria em Tomé-Açú, com investimentos da monta de R$ 182 milhões.

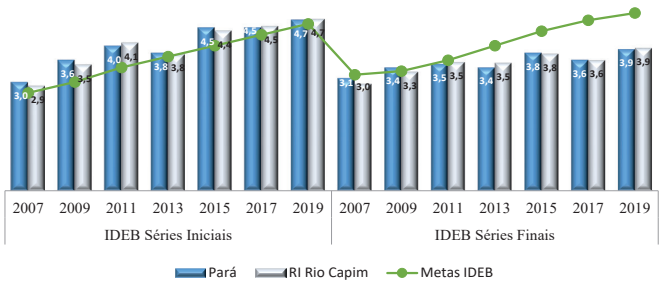
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Capim, a média da nota IDEB dos municípios, entre os anos de 2007 a 2019, alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), no entanto, para as séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, não foram cumpridas as metas. No Pará, a nota IDEB alcançou um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, em especial nas séries iniciais, o qual não é notado na RI Rio Capim, que manteve um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região Integração Rio Capim, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para composição dos valores da RI Rio Capim.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[1], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, que propõe a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno as atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

[1] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

A taxa de aprovação do Brasil, do Pará, da região Rio Capim e da maioria dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 95% de aprovação, exceto os municípios de Rondon do Pará (79,1%), Ourém (92,5%), Garrafão do Norte (92,7%), Abel Figueiredo (93,0%) e Nova Esperança do Piriá (94,4%). Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 99% em relação ao estado e municípios da região, com exceção do município de Bujaru que apresentou uma taxa de 97,2%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região chegou a 6% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Rondon do Pará e Ourém, que apresentaram 15,6% e 6,0%, respectivamente. No ensino médio, apenas dois municípios registraram taxa de reprovação: Capitão Poço (0,2%) e Paragominas (0,1%).

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou abaixo do valor do Brasil (1%) e acima da taxa registrada pelo estado do Pará (1,7%), alcançando 1,6% de abandono. O município de Rondon do Pará registrou o maior percentual de abandono da região, com 5,3%, seguido pelo município de Tomé-Açu com 4,9%. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e da do Pará (0,7%), com o registro de 0,4%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Bujaru, com 2,8% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Rio Capim	**96,3**	**99,6**	**2,1**	**0,0**	**1,6**	**0,4**
Abel Figueiredo	93,0	100,0	3,4	0,0	3,6	0,0
Aurora do Pará	99,9	99,9	0,0	0,0	0,1	0,1
Bujaru	99,8	97,2	0,0	0,0	0,2	2,8
Capitão Poço	99,6	99,0	0,0	0,2	0,4	0,8
Concórdia do Pará	97,1	100,0	2,3	0,0	0,6	0,0
Dom Eliseu	99,8	99,5	0,0	0,0	0,2	0,5
Garrafão do Norte	92,7	99,9	5,3	0,0	2,0	0,1
Ipixuna do Pará	100,0	99,5	0,0	0,0	0,0	0,5
Irituia	99,9	100,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Mãe do Rio	97,9	99,8	0,1	0,0	2,0	0,2
Nova Esperança do Piriá	94,4	99,8	1,1	0,0	4,5	0,2
Ourém	92,5	99,8	6,0	0,0	1,5	0,2
Paragominas	99,9	99,5	0,0	0,1	0,1	0,4
Rondon do Pará	79,1	99,8	15,6	0,0	5,3	0,2
Tomé-Açu	95,0	99,8	0,1	0,0	4,9	0,2
Ulianópolis	99,9	99,6	0,0	0,0	0,1	0,4

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região, foram registradas taxas superiores às do estado, tanto no ensino fundamental (29,0%), como no ensino médio (52,4%). No ensino fundamental, o município de Concórdia do Pará destacou-se com a maior taxa de distorção (38,7%), e Ulianópolis com a menor taxa (15,7%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Ipixuna do Pará (64,5%), e a menor distorção foi observada nos municípios de Abel Figueiredo e Paragominas (44,2%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Rio Capim	**30,3**	**29,0**	**53,6**	**52,4**
Abel Figueiredo	24,9	22,4	46,6	44,2
Aurora do Pará	33,3	31,2	64,6	63,0
Bujaru	34,7	32,4	56,1	55,5
Capitão Poço	32,6	31,0	50,2	49,5
Concórdia do Pará	39,1	38,7	66,6	64,2
Dom Eliseu	23,0	21,3	53,0	50,7
Garrafão do Norte	38,1	36,6	54,4	54,5
Ipixuna do Pará	35,7	33,2	65,6	64,5
Irituia	29,8	29,2	57,0	56,3
Mãe do Rio	32,6	31,5	48,4	50,7
Nova Esperança do Piriá	34,7	34,0	55,9	53,0
Ourém	30,9	29,6	53,3	49,9
Paragominas	24,1	23,6	42,8	44,2
Rondon do Pará	30,0	29,8	41,9	43,4
Tomé-Açu	25,4	24,0	52,9	51,2
Ulianópolis	16,6	15,7	47,7	43,6

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Capim, a taxa de mortalidade infantil apresentada, em 2019, de 11,75 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi inferior à do Pará, 15,14. Os municípios da região com as menores taxas foram Aurora do Pará (4,71), Dom Eliseu (5,03), Ourém (6,45) e Bujaru (6,48), que apresentaram menos de 10 mortes por mil nascidos vivos. Por outro lado, Irituia (19,74) e Concórdia do Pará (16,48) obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada nesta análise, a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em novembro de 2020, 1.360 agentes, número equivalente à uma proporção de cobertura de 93,24%, maior que a do Pará, 76,46%, sendo os municípios de Ulianópolis (61,18%), Rondon do Pará (66,99%), Paragominas (86,90%), Tomé-Açu (89,72%), Dom Eliseu (93,40%) e Mãe do Rio (93,68%) que não atingiram a marca de 100% da população coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em dezembro de 2020, havia 151 equipes implantadas na RI Rio Capim, correspondentes à uma proporção de cobertura média de 74,92%, superior à apresentada pelo estado, de 57,64%. Dentre seus municípios, apenas Abel Figueiredo, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Mãe do Rio e Ourém alcançaram 100% da cobertura, em contraposição a Tomé-Açu (43,50%), Aurora do Pará (44,04%) e Ulianópolis (46,61%), com menores proporção de cobertura.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Capim

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	11,75
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	93,24
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	74,92
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	29
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	3,03
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,84

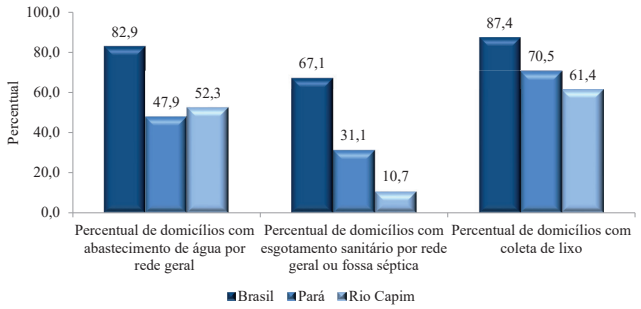
Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Rio Capim dispõe de 29 hospitais (hospitais gerais e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional Público do Leste do Pará, inaugurado em 2014, em Paragominas, que oferece clínica médica e cirúrgica, nas especialidades de neurologia/neurocirurgia, traumatologia/ortopedia, cirurgia geral e suporte de anestesia, além de consultas ambulatoriais em cardiologia, clínica cirúrgica, clínica médica, neurologia/neurocirurgia, urologia, endocrinologia, ginecologia, mastologia e traumatologia/ortopedia. Ressalta-se, também, o Hospital Geral de Ipixuna do Pará, com a oferta de consultas em cardiologia, infectologia, clínica médica e cirúrgica, além de exames complementares, cirurgias eletivas, internações e pronto-atendimento 24h. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa registrada, em 2020, pela RI, foi de 3,03, superior à apresentada pelo Pará, de 2,55. Fato que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na região foi de 1,84, inferior à do estado, 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Capim, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tocantins. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Rio Capim, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 52,3% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, 10,7%, e coleta de lixo, 61,4%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2019, em apenas três dos 16 municípios que compõem a RI Rio Capim (Capitão Poço, Dom Eliseu e Ourém), segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
Rio Capim	**40,36**	**4,32**	**36,64**
Abel Figueiredo	89,00	40,36	89,00
Aurora do Pará	-	-	-
Bujaru	-	-	-
Capitão Poço	22,10	-	-
Concórdia do Pará	56,00	-	75,03
Dom Eliseu	13,06	-	-
Garrafão do Norte	-	-	-
Ipixuna do Pará	-	-	-
Irituia	-	-	-
Mãe do Rio	-	-	-
Nova Esperança do Piriá	-	-	-
Ourém	9,86	-	-
Paragominas	82,33	22,91	85,55
Rondon do Pará	72,72	-	73,88
Tomé-Açu	68,39	-	75,00
Ulianópolis	100,00	1,87	67,78

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em relação ao SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água no ano de 2019.

A R.I. Rio Capim apresentava um percentual maior, com aproximadamente 40,36% de cobertura desse serviço, sendo Ulianópolis, Abel Figueiredo e Paragominas os municípios da região que possuíam maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, com 100%, 89% e 82%, respectivamente. Em relação às informações sobre esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e na região este percentual foi de 4,32%, sendo o município de Abel Figueiredo o que possuía maior cobertura desse serviço, ou seja, 40,4% da população. Quanto ao serviço de lixo domiciliar, 54,5% dos paraenses possuíam, em 2019, o serviço de coleta de lixo domiciliar, sendo que para a região este percentual era de 36,6%, com Abel Figueiredo e Paragominas constituindo os municípios com maior contingente populacional coberto por este serviço, 89% e 85,5%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Capim, o déficit era de 27,7% do total de domicílios. A componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 66% do total da região. Coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 24,2% na região Rio Capim. Juntas, essas duas componentes representaram, cerca de, 87% do déficit no estado do Pará e 90% na região.

O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,5% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,4% na RI.

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e a Região de Integração Rio Capim, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAPIM	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	40.342	27,7
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.045	66,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	9.897	24,2
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.244	5,5
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.791	4,4
Total Domicílios	**1.859.165**		**145.953**	

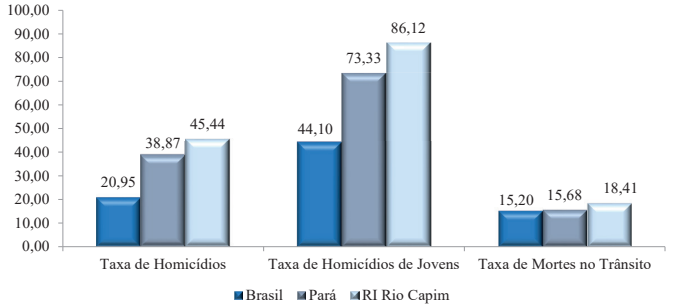
Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.4 Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2019, a RI Rio Capim apresentou taxas superiores às do estado nos três indicadores analisados. A taxa de homicídios no Pará atingiu 38,87 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 45,44. Bujaru e Tomé-Açu atingiram as maiores taxas, 89,25 e 88,26 homicídios, respectivamente, em contraposição a Aurora do Pará e Dom Eliseu, com as menores taxas, 12,76 e 21,77 mortes, respectivamente.

Em 2019, a taxa de homicídio com recorte na população jovem registrada pela RI Rio Capim, 86,12 homicídios a cada 100 mil jovens, foi superior à taxa estadual, de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens. Entre os municípios da região, Bujaru e Tomé-Açu alcançaram as maiores taxas, 214,06 e 208,18 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, enquanto Abel Figueiredo e Aurora do Pará não apresentaram óbitos de jovens no referido ano.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Capim, em 2019, foi de 18,41 mortes, superior à do Pará, 15,68 mortes, ressaltando-se os municípios de Abel Figueiredo (40,36 mortes) e Mãe do Rio (29,92 mortes) com as maiores taxas, e Ipixuna do Pará com a menor taxa de morte no trânsito, 12,49. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

No que diz respeito às informações fornecidas pela SEGUP, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2020, a RI Rio Capim apresentou taxa inferior ao Pará no indicador taxa de roubo, e taxa superior para os indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios no trânsito. A taxa de homicídios da região foi de 35,40 mortes e do Pará, de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI observou taxa de 12,79 e o Pará, de 10,91. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, em 2020, atingiu um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e na RI, 317,87 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 11 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Rio Capim, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Capim	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	37,97	35,40
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	26,90	26,72
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	421,65	317,87

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e na região Rio Capim, 42,39% de sua população estava abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Capim apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Rio Capim, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Rio Capim	42,39	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2020, na RI Rio Capim, 53,86% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 79,96% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza, e 65,02% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
Rio Capim	**53,86**	**79,96**	**65,02**
Abel Figueiredo	66,40	83,89	57,47
Aurora do Pará	51,51	87,94	72,15
Bujaru	75,49	91,23	77,42
Capitão Poço	64,01	77,21	65,00
Concórdia do Pará	65,13	87,02	73,56
Dom Eliseu	37,45	69,07	50,40
Garrafão do Norte	74,55	84,76	75,18
Ipixuna do Pará	36,03	87,03	77,12
Irituia	68,54	87,46	69,77
Mãe do Rio	79,86	83,90	66,79
Nova Esperança do Piriá	82,86	92,05	79,79
Ourém	74,42	82,25	67,99
Paragominas	51,90	64,11	49,78
Rondon do Pará	37,14	69,20	54,07
Tomé-Açu	64,31	85,42	67,94
Ulianópolis	24,54	76,34	65,54

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Os municípios de Nova Esperança do Piriá e Mãe do Rio possuíam, na época, os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 82,86% e 79,86%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Nova Esperança do Piriá (92,05%) e Bujaru (91,23%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias beneficiárias do Bolsa Família também foram Nova Esperança do Piriá e de Bujaru, com 79,79% e 77,42%, respectivamente.

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira, via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, a constar em seu art. 227, os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Preveem, ainda, o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, consideram jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Em 2020, na região Rio Capim a população jovem se mostrou com participação estimada de 29,02% em relação ao seu contingente populacional, acima do estado apontado para o Pará, 27,54%. Dentre seus municípios, Paragominas abrigava o maior número de jovens (34.211), correspondente a 29,88% de sua população, seguido de Ipixuna do Pará (21.235 jovens), com participação de 32,36%, sendo este o mais elevado percentual de participação, seguido de Ulianópolis (31,37%).

Tabela 14 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Rio Capim	**202.024**	**29,40**	**203.198**	**29,22**	**204.162**	**29,02**
Abel Figueiredo	2.008	27,20	2.012	27,06	2.016	26,93
Aurora do Pará	9.217	29,83	9.250	29,52	9.279	29,20
Bujaru	8.321	28,86	8.409	28,87	8.487	28,84
Capitão Poço	15.488	28,59	15.342	28,25	15.183	27,90
Concórdia do Pará	9.776	29,76	9.825	29,49	9.856	29,18
Dom Eliseu	17.393	29,50	17.519	29,34	17.636	29,17
Garrafão do Norte	7.720	29,67	7.680	29,46	7.635	29,24
Ipixuna do Pará	20.310	32,52	20.783	32,45	21.235	32,36
Irituia	8.603	26,47	8.507	26,14	8.401	25,77
Mãe do Rio	8.186	27,36	8.142	27,07	8.091	26,76
Nova Esperança do Piriá	6.401	30,06	6.397	29,94	6.388	29,79
Ourém	4.806	27,12	4.777	26,77	4.744	26,41
Paragominas	33.601	30,06	33.926	29,98	34.211	29,88
Rondon do Pará	14.259	27,47	14.230	27,18	14.189	26,87
Tomé-Açu	17.778	28,28	17.773	28,01	17.750	27,72
Ulianópolis	18.157	31,51	18.626	31,46	19.061	31,37

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, em 2019, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam 24,28% dos vínculos no Pará e 28,02% na RI Rio Capim. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Paragominas (5.611) e Tomé-Açu (2.306). Em termos de participação, os maiores percentuais foram registrados em Ulianópolis (36,21%) e Tomé-Açu (33,97%); enquanto os menores foram em Bujaru (12,92%) e Aurora do Pará (16,11%).

Tabela 15 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Rio Capim	**58.452**	**16.377,00**	**28,02**
Abel Figueiredo	736	168	22,83
Aurora do Pará	1.316	212	16,11
Bujaru	1.316	170	12,92
Capitão Poço	3.357	1.059	31,55
Concórdia do Pará	2.751	648	23,56
Dom Eliseu	4.453	1.373	30,83
Garrafão do Norte	1.698	319	18,79
Ipixuna do Pará	4.036	933	23,12
Irituia	1.720	281	16,34
Mãe do Rio	2.527	625	24,73
Nova Esperança do Piriá	887	230	25,93
Ourém	199	63	31,66
Paragominas	18.642	5.611	30,10
Rondon do Pará	3.952	904	22,87
Tomé-Açu	6.789	2.306	33,97
Ulianópolis	4.073	1.475	36,21

Fonte: MTE/Rais, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade. Estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[3]).

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[3] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

Na RI Rio Capim, em 2019, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos foi de 25,16%, maior que o registrado para o estado do Pará, 22,64%; ambos percentuais apresentaram diminuição de cerca de 4,0 p.p. em relação a 2015. Dos municípios que compõem essa RI, destaca-se com os maiores percentuais, para o ano 2019: Aurora do Pará (30,12%) e Bujaru (28,29%); enquanto os menores índices foram em Paragominas (21,40%), Dom Eliseu (22,32%) e Irituia (22,37%).

Considerando o intervalo de 2015 a 2019, a maioria dos municípios registrou diminuição desse indicador, as exceções foram Abel Figueiredo e Mãe do Rio, com variações de 2,86 p.p. e 0,47 p.p., respectivamente. Por outro lado, quem conseguiu mais êxito na diminuição do índice foi Garrafão do Norte e Nova Esperança do Piriá, com variações de -10,35 p.p. e -8,63 p.p., seguidamente.

Tabela 16 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Rio Capim	**29,29**	**29,61**	**28,00**	**25,70**	**25,16**
Abel Figueiredo	25,17	29,91	32,39	30,77	28,03
Aurora do Pará	32,95	33,67	34,41	26,09	30,12
Bujaru	29,05	33,53	24,95	28,69	28,29
Capitão Poço	28,64	27,63	25,03	25,82	28,01
Concórdia do Pará	27,61	27,60	27,71	27,58	24,36
Dom Eliseu	29,79	28,90	29,91	23,18	22,32
Garrafão do Norte	36,43	31,14	35,04	32,86	26,08
Ipixuna do Pará	30,38	34,56	31,14	27,48	25,55
Irituia	26,84	25,86	22,86	22,35	22,37
Mãe do Rio	27,72	26,90	25,76	21,45	28,19
Nova Esperança do Piriá	36,30	34,83	36,27	32,76	27,67
Ourém	30,75	27,05	27,00	26,09	25,16
Paragominas	25,63	26,34	23,82	22,86	21,40
Rondon do Pará	25,24	29,73	27,63	24,75	24,76
Tomé-Açu	29,05	30,43	28,41	25,47	25,28
Ulianópolis	41,54	35,09	35,27	30,53	28,15

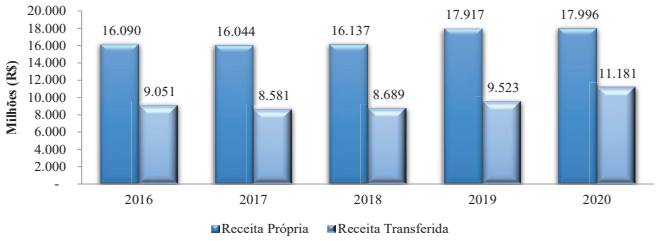
Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões.

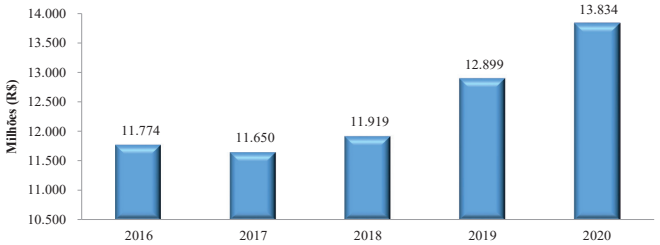
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado do Pará arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.

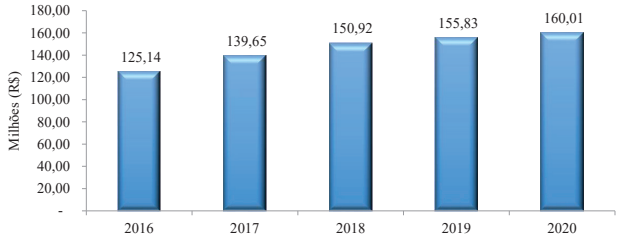


Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.

Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado a Região do Rio Capim apresenta uma crescente desde 2016, registrando R$ 125,1 milhões, chegando em 2020.a R$ 160 milhões, equivalente a 5,8% do total do repasse para os 144 municípios do Pará.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da RI Rio Capim, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos municípios, dos R$ 160 milhões destinados à região no ano de 2020, Paragominas foi o que recebeu a maior parte, com 35,3% do repasse. Do restante dos municípios que compõem a região, nenhum atingiu 10% do total de repasse, sendo Abel Figueiredo e Ourém os menos beneficiados, com 2,2% e 2,3% do total.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Rio Capim	**125.136.933**	**139.653.944**	**150.918.841**	**155.832.992**	**160.006.735**
Abel Figueiredo	2.582.563	3.015.783	3.332.593	3.315.596	3.544.147
Aurora do Pará	3.756.456	3.711.733	3.570.635	3.825.687	3.905.780
Bujaru	3.286.899	3.479.749	3.570.635	3.570.641	3.779.123
Capitão Poço	4.930.348	5.567.599	5.474.974	5.611.008	6.266.597
Concordia do Pará	4.460.791	6.031.566	5.951.058	5.611.008	5.920.942
Dom Elizeu	11.738.924	12.991.065	14.520.583	15.047.703	14.684.005
Garrafão do Norte	3.286.899	3.015.783	3.094.550	3.315.596	4.077.587
Ipixuna do Pará	7.982.469	7.887.432	8.093.439	8.671.558	9.482.836
Irituia	3.286.899	3.711.733	3.808.677	4.080.733	4.393.881
Mae do Rio	5.165.127	4.871.649	4.522.804	4.590.825	4.752.163
Nova Esperança Piriá	4.695.570	3.015.783	3.332.593	3.315.596	3.849.874
Ourém	2.817.342	3.247.766	3.094.550	3.315.596	3.695.254
Paragominas	39.912.343	48.020.542	56.177.991	58.660.537	56.437.684
Rondon do Pará	8.921.582	10.207.265	11.187.990	11.222.016	11.385.726
Tomé-Açu	9.156.361	9.511.315	9.997.778	10.201.833	11.425.589
Ulianópolis	9.156.361	11.367.181	11.187.990	11.477.062	12.405.549

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2021.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Rio Capim, com área de 62.161 km², possui parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação de Proteção Integral (5 km²) e Terras Indígenas (2.670 km²), totalizando 2.695 km² de Áreas Protegidas, o que representa 4,30% de sua área total (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

O desmatamento acumulado da RI (38.714 km²), segundo dados de 2020, representa 62,28% de sua área total e 14% da área desmatada no estado Pará. O município de Paragominas apresentou a maior área desmatada (8.837 km²), seguido por Rondon do Pará (5.668 km²). Juntos, somam 37,47% do percentual de desmatamento acumulado total da região. No tocante aos registros de focos de calor, os números encontram-se mais distribuídos entre os municípios da RI, com Paragominas concentrando o maior número de registros (366), seguido por Rondon do Pará (325), conforme Tabela 18.

Tabela 18 – Área Total, Desmatamento Acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Rio Capim, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
Rio Capim	**62.161,90**	**38.713,70**	**2.347**
Abel Figueiredo	614,13	573,20	33
Aurora do Pará	1.811,84	1.566,00	116
Bujaru	994,69	668,00	113
Capitão Poço	2.901,03	2.579,00	107
Concórdia do Pará	700,59	614,50	85
Dom Eliseu	5.268,81	3.539,70	207
Garrafão do Norte	1.608,01	1.438,30	68
Ipixuna do Pará	5.215,56	2.817,30	227
Irituia	1.385,21	1.217,20	83
Mãe do Rio	469,34	450,10	16
Nova Esperança do Piriá	2.808,20	1.584,00	111
Ourém	561,71	500,90	23
Paragominas	19.342,57	8.837,50	366
Rondon do Pará	8.246,39	5.668,30	325
Tomé-Açu	5.145,36	3.037,50	262
Ulianópolis	5.088,47	3.622,20	205

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Sobre a regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, o total de 87,27% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado (Tabela 19). Entre os municípios que compõem a região, Nova Esperança do Piriá possuiu a maior porção de área com CAR efetivado (94,60%), seguido por Paragominas (94,42%) e Ulianópolis (93,52%).

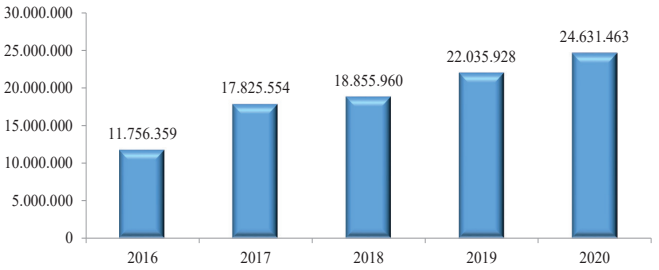
Tabela 19 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Rio Capim, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Rio Capim	**62.229,72**	**59.194,27**	**95,12**	**51.657,87**	**87,27**
Abel Figueiredo	614,86	612,85	99,67	401,77	65,56
Aurora do Pará	1.814,53	1.789,51	98,62	1.441,76	80,57
Bujaru	1.006,98	945,67	93,91	370,44	39,17
Capitão Poço	2.901,68	2.890,11	99,60	2.322,99	80,38
Concórdia do Pará	692,26	691,38	99,87	538,19	77,84
Dom Eliseu	5.277,97	5.250,91	99,49	4.811,42	91,63
Garrafão do Norte	1.599,86	1.588,88	99,31	1.151,77	72,49
Ipixuna do Pará	5.225,27	4.982,90	95,36	4.413,05	88,56
Irituia	1.380,69	1.377,09	99,74	887,75	64,47
Mãe do Rio	470,02	469,31	99,85	337,62	71,94
Nova Esperança do Piriá	2.810,25	1.341,01	47,72	1.268,58	94,60
Ourém	562,73	559,64	99,45	390,56	69,79
Paragominas	19.369,07	18.278,18	94,37	17.259,12	94,42
Rondon do Pará	8.256,37	8.225,99	99,63	7.187,02	87,37
Tomé-Açu	5.153,04	5.117,53	99,31	4.131,14	80,73
Ulianópolis	5.094,14	5.073,31	99,59	4.744,70	93,52

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 07). Em se tratando da RI Rio Capim, em 2020 a região teve uma participação média de 11,1% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, contabilizando um montante de R$24,631 milhões, com o município de Paragominas detendo a maior parcela (10,53%), seguido por Rondon do Pará (8,11%) e Dom Eliseu (7,06%), conforme Tabela 20.

Gráfico 07 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Capim, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Rio Capim, 2016 e 2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Rio Capim	**11.756.359**	**17.825.554**	**18.855.960**	**22.035.928**	**24.631.463**
Abel Figueiredo	371.503	889.631	1.065.594	1.260.071	1.330.782
Aurora do Pará	581.028	764.916	660.603	894.818	941.200
Bujaru	618.944	1.277.167	1.109.917	1.256.801	1.317.715
Capitão Poço	488.222	1.034.801	1.142.503	1.322.131	1.445.984
Concórdia do Pará	408.213	1.035.075	1.074.423	1.257.728	1.354.573
Dom Eliseu	1.049.962	1.277.170	1.363.840	1.585.129	1.738.960
Garrafão do Norte	485.580	538.435	649.425	889.045	1.393.983
Ipixuna do Pará	1.068.428	1.277.169	1.370.412	1.527.913	1.722.542
Irituia	407.641	1.033.600	1.089.219	1.278.309	1.351.591
Mãe do Rio	518.697	1.013.932	1.053.073	1.246.589	1.309.796
Nova Esperança do Piriá	2.024.588	766.361	736.334	887.939	1.359.858
Ourém	374.312	1.028.098	1.072.357	1.269.220	1.340.886
Paragominas	1.197.508	1.788.947	2.249.955	2.486.733	2.593.856
Rondon do Pará	506.164	1.277.169	1.509.861	1.772.699	1.996.930
Tomé-Açu	523.122	1.277.168	1.327.786	1.526.649	1.730.629
Ulianópolis	1.132.447	1.545.916	1.380.656	1.574.155	1.702.178

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Rio Capim**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2022 - 2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	19.032.146,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	957.340,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	443.850,00
Cultura	327.691,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	43.215.960,00
Direitos Socioassistenciais	6.972.522,00
Educação Básica	409.040.419,00
Educação Profissional e Tecnológica	34.753.663,00
Educação Superior	4.924.188,00
Esporte e Lazer	922.017,00
Governança Pública	33.877.863,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	10.870.496,00
Infraestrutura e Logística	310.866.113,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	3.652.459,00
Saúde	138.289.362,00
Segurança Pública	42.690.967,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.204.090,00
	1.062.041.146,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022- 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	487.890.403,00
	487.890.403,00

TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura — 19.032.146,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	1.41	06/2019	ADEPARA	117,498.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Soja)	Kg/Hectare	3,748.00	06/2019	IBGE	4,556.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	1.851,00	12/2020	EMATER	2022	1.900,00
					2023	2.000,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	366,00	12/2018	SEDAP	2022	297,00
					2023	424,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	883,00	12/2018	SEDAP	2022	1.022,00
					2023	1.073,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos — 957.340,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual		12/2018	SEJUDH	2022	20,00
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	25,00
					2023	56,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	CBM, Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 443.850,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.16	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	SECTET
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 327.691,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	18.75	12/2018	SECULT/FCP	43.75

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 43.215.960,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	3,21	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	9,18
					2023	9,18
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	67,46	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	81,44
					2023	81,76

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 6.972.522,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-34,70	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022	5,00
					2023	5,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 409.040.419,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3.10	12/2017	INEP/SEDUC	3.70
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3.60	12/2017	INEP/SEDUC	4.20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,50	12/2018	INEP/SEDUC	2022	4,70
					2023	4,60
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,61	12/2018	INEP/SEDUC	2022	12,79
					2023	12,53
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	85,30	12/2018	INEP/SEDUC	2022	87,40
					2023	87,90
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,50	12/2018	INEP/SEDUC	2022	78,30
					2023	78,70
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	9,20	12/2018	INEP/SEDUC	2022	7,80
					2023	7,60
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,93	12/2018	INEP/SEDUC	2022	8,91
					2023	8,77

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 1 Escola Estadual na Região Rio Capim - DS

Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais na Região Rio Capim - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 23 escolas nos Municípios de Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Dom Eliseu, Irituia, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 34.753.663,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	240,00	05/2021	SECTET	2022	276,00
					2023	317,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	120,00	05/2021	SECTET	2022	138,00
					2023	158,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	558,00	12/2018	SECTET	2022	510,00
					2023	540,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 03 Novos Cursos Técnicos na Região Rio Capim - DS

Implantar 2 Cursos de Formação Inicial e Continuada na Região Rio Capim - DS

Implantar Escola de Ensino Técnico em Tomé-Açu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SETUR

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 4.924.188,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3.61	12/2018	UEPA	2.10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	2022	10,00
					2023	10,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 922.017,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	570,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	320,00
					2023	412,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 33.877.863,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	703,319.00	12/2020	SEFA	777,634.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,25	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	0,38
					2023	0,38

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Fortalecimento da Gestão Municipal	Município Atendido	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, IASEP, SEDAP, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 10.870.496,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	4.30	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	3.50
Receita gerada pelo turismo	U$	12,174.60	12/2018	SETUR	865,106.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	58,00	12/2018	BANPARA	2022	276,00
					2023	331,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	4,00	07/2019	SEDEME	2022	65,00
					2023	74,00
Número de turistas	Unidade	15.000,00	12/2018	SETUR	2022	12.749,00
					2023	13.068,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 04 Agências do Banpará nos Municípios de Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá e Ourém - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 310.866.113,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	52.58	12/2018	SETRAN	64.95

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	0,54	12/2020	SETRAN	2022	57,49
					2023	16,89

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir a Ponte de Concreto sobre o Rio Capim PA-256 (400 Metros) - DS

Pavimentar a PA-256 (Trecho: Entroncamento PA-451 até o Rio Capim no Município de Tomé-Açu- 147 Km) - DS

Pavimentar a Perna Leste, Trecho: Entroncamento da Alça Viária (km 24 Acará) / Entroncamento da PA-140 (km 32 Bujaru), no Município de Bujaru - 45 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 3.652.459,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	2.12	12/2018	PRODES/INPE	2.91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 138.289.362,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	9.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	7.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	11.75	12/2019	SIM	11.09
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	287.20	12/2020	MS/SIM	287.21

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	75,78	12/2020	EGESTOR	2022	77,03
					2023	78,58
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	12,50	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,58	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,58
					2023	1,61
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	63,90	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,29	12/2018	SIA	2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 5º CRS - S. M. do Guamá, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	11º CRS - Marabá, 5º CRS - S. M. do Guamá
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	2º CRS - Santa Izabel
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Ourém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	1,01	12/2018	SEAP	2022 2023	0,89 0,75
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	3.920,00	12/2018	PMPA	2022 2023	8.154,00 9.330,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	2022 2023	86,00 87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	44,00	12/2018	DETRAN	2022 2023	47,00 48,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	64,90	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022 2023	68,00 69,40
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	38,00	12/2018	POL. CIVIL	2022 2023	40,00 40,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	83,00	12/2018	POL. CIVIL	2022 2023	84,00 84,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Cadeia Pública em Tomé-Açu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública 42.690.967,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	108.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	102.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	52.10	12/2020	SEGUP	48.80
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	36.40	12/2020	SEGUP	32.60
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	323.90	12/2020	SEGUP	290.10
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	297.90	12/2020	SEGUP	274.40

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Rio Capim** TOTAL GERAL: **1.549.931.549,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda 1.204.090,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(1.49)	12/2018	MTE/RAIS	1.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	1,71	12/2018	SEASTER/FAPESPA/MTE/RAIS/CAGED	2022 2023	1,40 1,90
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	13,10	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	17,00 18,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	22,70	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	24,00 25,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

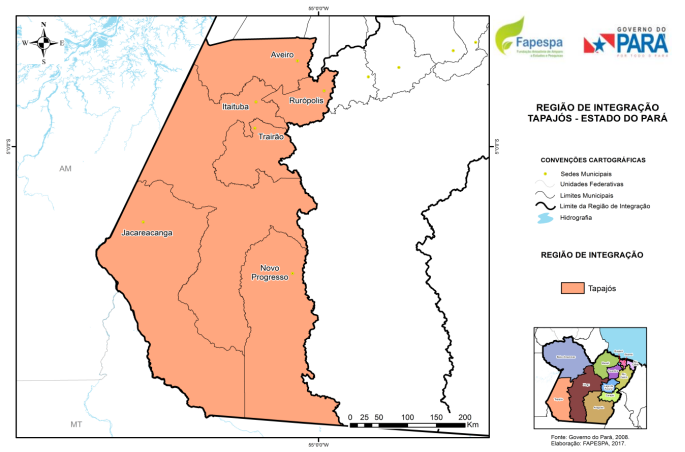
Região de Integração: Rio Capim

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação

Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	5.909.728,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	360.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	56.837.776,00
Concessão de Auxílio Fardamento	2.318.058,00
Concessão de Auxílio Transporte	724.421,00
Operacionalização das Ações Administrativas	4.670.811,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	417.069.609,00
	487.890.403,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TAPAJÓS



1 ASPECTOS GERAIS

Localizada na Região Sudoeste do Pará, BR-163 (Transamazônica), BR-230 (Cuiabá-Santarém) e Rio Tapajós, a Região de Integração (RI) Tapajós, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066 de 19 de junho de 2008, é composta por 6 municípios (*Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão*). Conforme os registros históricos e antropológicos, além dos seus ocupantes naturais Sai Cinza, Mundurukanea, Kayaby, Munduruku, Tapaiuços e Andirá-Maraú, sua população foi formada pelos portugueses e imigrantes oriundos de outras regiões do país como sul, sudeste e nordeste.

Itaituba se desenvolveu pela ocupação portuguesa no Vale do Tapajós no século XVII, com a formação de aldeamentos pelos Jesuítas para a coleta de produtos da floresta e catequização dos índios. O município de Aveiro foi criado a partir dos aldeamentos indígenas nas margens do rio Tapajós. A origem dos municípios da região (Jacareacanga, Novo progresso, Rurópolis e trairão) pode ser associada ao Plano de Integração Nacional (PIN), com o desenvolvimento de grandes projetos na Amazônia a partir dos anos de 1970, como a implantação do modal rodoviário (BR 230 e BR 163); o projeto de colonização realizada pelo INCRA e a exploração de minérios, principalmente do ouro.

A RI Tapajós detém uma área total de pouco mais de 189 mil quilômetros quadrados, o que representam 15% da área total do Pará. A história econômica dessa RI tem início com a coleta das drogas do sertão, desenvolvimento da agricultura de subsistência e familiar com o plantio de banana, feijão, mandioca, arroz, milho e pesca. Em segundo momento, desenvolve-se a cultura do cacau que significou grande rentabilidade, pimenta-do-reino, extrativismo industrial com destaque para o látex no período da borracha e posteriormente a madeira, ouro, chumbo, granito, cimento, pecuária e piscicultura.

A população dessa RI, em 2020, foi estimada em 255.720 habitantes, correspondendo a 3% do total do Estado. Itaituba é o município de maior contingente populacional representando 39,7% da RI, seguido de Rurópolis (20,1%) e Jacareacanga (16,2%). A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2020, foi de 2,01%, acima da média estadual (1,41%) para o mesmo período. O seu PIB corresponde 2% do PIB paraense. Com destaque como 1º na produção de Abacate (100%), destaque na produção de Arroz (11%); Banana (14%); Feijão (10%) e Melancia (14%) e Urucum (31%).

A Região de Integração possui a 7ª com a maior taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais do estado (15%) e 8ª no ranking da pobreza no Pará (39,7%), conforme censo 2010, e em 2019 obteve a 4ª maior taxa de Mortalidade Infantil do Pará, com 16,28 por mil nascidos vivos.

Atualmente, a região desponta no cenário nacional por seu potencial energético que prevê a construção de sete usinas hidrelétricas com a geração de 16.152 MW. A sua localização geográfica permite/facilita o escoamento da produção de grãos da região Centro-Oeste através da integração dos modais rodoviário (BR-163/BR-230) e hidroviário, a partir da construção de estações de transbordo de cargas nos municípios de Itaituba e Rurópolis.

O turismo é uma forte atração na região. Compõem o potencial turístico, as residências e prédios históricos, as festas religiosas, as manifestações folclóricas, festivais e o artesanato local, além das cachoeiras, praias, cavernas com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas, balneários, águas minerais e minero-termais, Tabuleiro de quelônios, Parque Nacional e a Floresta Nacional, áreas de proteção ambiental.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) da RI Tapajós, em 2018, contribuiu com R$ 3,6 bilhões para a economia paraense, o que correspondeu a 2% do PIB estadual. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado refere-se ao setor Serviços, com R$ 1,3 bilhão ou 36% do total a região. A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também do desempenho dos setores industrial e agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário. A Administração Pública, que incorpora tanto as atividades do poder municipal como do estadual e federal, contabilizou uma geração de riqueza de R$ 987 milhões (27%), enquanto a Indústria e a Agropecuária, em conjunto, com agregação de valor de R$ 1 bilhão, aproximadamente.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Tapajós, 2018.

PIB	Brasil	Pará	RI Tapajós
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**3.623.219**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**3.324.162**
Valor Adicionado Total %	85,82%	91,04%	91,75%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**482.873**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	13,33%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**552.368**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	15,25%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**1.302.182**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	35,94%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**986.738**
% VA Administração Pública	14,93%	20,09%	27,23%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**299.057**
% Impostos	14,18%	8,96%	8,25%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a região do Tapajós, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Itaituba, com participação de 50%; Novo Progresso, com 16% de contribuição e Jacareacanga, com 13%, que juntos correspondem por 79% do total do VA regional.

Tabela 02 – Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Tapajós, 2018.

Item Geográfico	PIB		VA	VA indústria	VA Serviços	VA	Impostos
		(Mil Reais)	Agropecuária (Mil Reais)	(Mil Reais)	(Mil Reais)	Administração (Mil Reais)	(Mil Reais)
Brasil		**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará		**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Tapajós		**3.623.219**	**482.873**	**552.368**	**1.302.182**	**986.738**	**299.057**
Aveiro		118.079	34.756	3.357	12.926	65.734	1.305
Itaituba	(50%)	1.814.617	123.161	231.161	856.611	417.403	186.282
Jacareacanga	(13%)	461.547	35.547	218.990	40.438	151.718	14.854
Novo Progresso	(16%)	584.494	134.186	56.536	223.221	115.769	54.781
Rurópolis		350.354	65.879	27.367	75.175	164.157	17.777
Trairão		294.127	89.345	14.957	93.811	71.956	24.058

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região Tapajós, as principais atividades em termos de VA em 2018, foram: o Comércio e manutenção de veículos com destaque para os segmentos de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo; seguido das Atividades imobiliárias; da Produção e distribuição de eletricidade e água; da Pecuária com a criação de bovinos; e da Agricultura com os cultivos de banana, mandioca, soja e milho.

Quadro 01 – Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública, RI Tapajós, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Tapajós	**Comércio e manutenção de veículos**	**Atividades imobiliárias**	**Produção e distribuição de eletricidade e água**	**Criação de bovinos e outros animais**	**Agricultura**
Aveiro	Agricultura	Pecuária	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Itaituba	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Transporte, armazenagem e correio	Construção civil	Pecuária
Jacareacanga	Produção e distribuição de eletricidade e água	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos
Novo Progresso	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Agricultura
Rurópolis	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Indústria extrativa
Trairão	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Atividades imobiliárias	Alojamento e alimentação

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O município de Itaituba apresentou, em 2018, como principais atividades: o Comércio e manutenção de veículos, com destaque para os segmentos de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, comércio varejista de combustíveis para veículos automotores e comércio atacadista de produtos da extração mineral; as Atividades imobiliárias; o Transporte, armazenagem e correio; a Construção civil; e a Pecuária com a criação de bovino.

Em Novo Progresso, as principais atividades na composição do VA municipal em 2018 foram: Pecuária para a criação de bovino; o Comércio e manutenção de veículos com destaque para o comércio varejista de combustíveis e produtos alimentícios e o comércio atacadista de peças e acessórios para motocicletas; as Atividades imobiliárias; a Indústria de transformação e a Agricultura com o cultivo de soja, milho e mandioca.

Para o município de Jacareacanga, em 2018, os destaques foram para Produção de energia elétrica com a hidrelétrica de São Manoel, Agricultura com destaque para os cultivos de mandioca, banana e melancia; Atividades imobiliárias; Pecuária com a criação de bovinos e galináceos; e o Comércio e manutenção de veículos, com os segmentos de combustíveis e de produtos alimentícios.

2.2 Balança Comercial

As relações comerciais do Pará com o mercado externo é um componente que possibilita inferir os patamares da atividade produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, como na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, e a RI Tapajós contabilizou um saldo de US$ 241,666 milhões. Os principais produtos exportados da região são: soja, com Itaituba respondendo por 100% da comercialização regional com o setor externo; ouro bruto com Itaituba respondendo por 100% da comercialização externa da RI.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Tapajós	**243.711.095**	**1,20**	**2.044.234**	**0,17**	**241.666.861**
Itaituba	240.996.431	98,89	1.761.409	86,16	239.235.022
Jacareacanga		0,00	48.246	2,36	-48.246
Novo Progresso	2.292.497	0,94	191.875	9,39	2.100.622
Rurópolis	422.167	0,17	42.704	2,09	379.463

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

2.3 Emprego

Como importante variável de progresso da sociedade, o emprego formal consolida o vínculo na relação entre empregadores e empregados, além de garantir direitos e deveres entre esses segmentos. De acordo com dados da RAIS/ME, a RI Tapajós registrou, em 2019, um total de 19 mil vínculos formais, o que corresponde a 2% dos empregos formais gerados no Pará. Os maiores estoques de vínculos concentram-se na Administração Pública, 33,9% do total gerado na região, seguido pelo Comércio, 26,4%, e Serviços, 22%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Itaituba, 58,4%, Novo Progresso, 20%, e Rurópolis, 9,2%.

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Tapajós
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	81.489
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	6,62
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	21,18
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**19.825**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	682
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	1.653
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	186
Construção Civil	2.012.211	61.981	368
Comércio	9.453.390	206.789	5.231
Serviços	17.843.857	310.933	4.360
Adm. Pública	8.865.548	356.141	6.718
Agropecuária	1.477.081	49.712	627

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em que pese o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, cerca de 64 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 2% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

Do ponto de vista da infraestrutura, a RI dispõe de aeroportos, rodovias (BR-163 e BR-230) e a hidrovia Teles Pires, com 345 km de trecho navegável, além de portos de passageiros e carga. Ressalta-se a BR-163, trecho Cuiabá-Santarém, que interliga as RI Tapajós e Baixo Amazonas, importante eixo de escoamento agrícola, através dos portos de Santarém (RI Baixo Amazonas) e Miritituba, em Itaituba (RI Tapajós).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Tapajós.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Rurópolis
Rodovias	BR-163 e BR-230
Travessias	Itaituba - Miritituba (Itaituba)
	Jardim do Ouro (Transgarimpeira)
Hidrovia	Teles Pires (345 km de trecho navegável)
Portos	Itaituba
	Miritituba (Itaituba)
	Aveiro

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A RI Tapajós faz parte, de forma mais pontual, das principais zonas de tráfego fluvial do estado do Pará, tendo em vista, principalmente, a circulação desenvolvida nos rios Tapajós e Jamaxin e as atividades do porto de Itaituba, situado na margem direita do rio Tapajós, no distrito de Miritituba, em frente à sede municipal. Sobre a infraestrutura fluvial de menor porte, a RI Tapajós apresenta alguns terminais (terminais IP4), em Aveiro e Itaituba.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Tapajós será contemplada com cerca de R$ 12,05 bilhões, o que representa 10,2% do total para o estado, destacando-se projetos como a ferrovia Sinop/MT-Miritituba/PA, com investimentos previstos de R$ 10 bilhões, e um porto da Bunge em Miritituba, estimado em R$ 250 milhões.

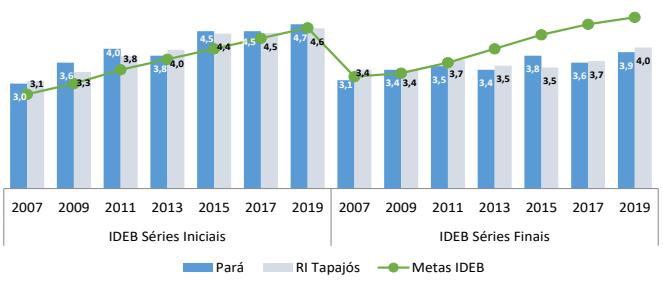
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tapajós, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, sendo esse o mesmo comportamento observado pelo estado. Quanto às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série (2007, 2009 e 2011), tendo, a partir de 2013, uma queda da nota, que, somente em 2017, volta a se recuperar, porém, ficando ainda abaixo das metas. O Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Tapajós, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos, se não aprovados. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Tapajós.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[1], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, que propõe a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Pará.

[1] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno as atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

A taxa de aprovação do Brasil, Pará, da região Tapajós e dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 92% de aprovação, exceto os municípios de Itaituba e Jacareacanga, que apresentaram 85,4% e 90,8%, respectivamente. Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em relação ao estado e municípios da região, com exceção de Rurópolis que apresentou uma taxa de 90,4%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região chegou a 1,6% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Itaituba (6,1%) e Jacareacanga (2,4%). No ensino médio, apenas um município registrou taxa de reprovação, Itaituba com 0,3%.

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima do valor do Brasil (1%) e da taxa registrada pelo estado do Pará (1,7%), alcançando 5,1% de abandono. O município de Itaituba registrou o maior percentual da região, de 8,5%, e o menor registro foi em Trairão, com 0,1%. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e acima da do Pará (0,7%), com o registro de 2,0%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com o município de Rurópolis, com 9,6% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Tapajós	**93,4**	**98,0**	**1,6**	**0,1**	**5,1**	**2,0**
Aveiro	92,9	99,8	0,0	0,0	7,1	0,2
Itaituba	85,4	98,8	6,1	0,3	8,5	0,9
Jacareacanga	90,8	100,0	2,4	0,0	6,8	0,0
Novo Progresso	98,7	98,8	0,1	0,0	1,2	1,2
Rurópolis	92,6	90,4	0,8	0,0	6,6	9,6
Trairão	99,9	100,0	0,0	0,0	0,1	0,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. A região ~~do~~ Tapajós apresenta taxas superiores as do estado, no ensino fundamental e no ensino médio. O município de Jacareacanga se destaca com a maior taxa de distorção idade-série tanto para o ensino fundamental (38,1%), quanto para o ensino médio (76,3%). O município de Novo progresso obteve as menores taxas no ensino fundamental (24,1%) e no ensino médio (39,4%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Tapajós	**32,7**	**31,3**	**54,0**	**50,1**
Aveiro	33,1	33,2	46,4	41,2
Itaituba	29,4	29,8	48,1	48,4
Jacareacanga	40,7	38,1	82,7	76,3
Novo Progresso	24,7	24,1	45,1	39,4
Rurópolis	33,8	31,0	51,1	50,0
Trairão	34,7	31,3	50,3	45,5

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, em 2019, na RI Tapajós, a taxa de mortalidade infantil, de 16,28 mortes infantis a cada mil nascidos vivos, foi superior à apresentada pelo Pará, de 15,14. Os municípios com as menores taxas foram Novo Progresso, 6,84, e Rurópolis, 14,74. Por outro lado, Aveiro, com 20,55, e Jacareacanga, com 20,41, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 488 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (todos os municípios da RI apresentaram cobertura de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 76,46%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2020, haviam quarenta e seis equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 77,60%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 57,64%. Até dezembro de 2020, apenas os municípios de Aveiro e Novo Progresso possuíam 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Rurópolis e Itaituba, com apenas 47,81% e 61,34% de cobertura, respectivamente.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tapajós
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	16,28
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	77,60
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	2,85
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	2,46

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

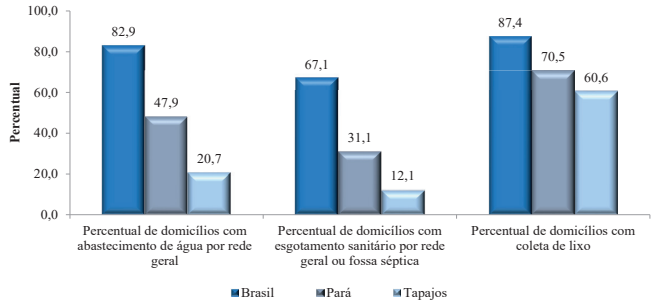
Verificando os indicadores de infraestrutura da saúde, a RI Tapajós dispõe de onze hospitais (todos hospitais gerais), com a maior concentração no município de Itaituba, sete ao todo. Em relação aos postos e centros de saúde por 10 mil habitantes, a taxa apresentada pela RI, em 2020, foi de 2,85, superior à apresentada pelo Pará, de 2,55. Tal fato se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes observada na RI, de 2,46, superior à taxa do estado, de 2,03.

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tapajós, em 2010. Observa-se que, naquele ano, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará, havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tapajós, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 20,7% dos domicílios, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,1%, e de coleta de lixo, 60,6%. Ressalta-se que a cobertura regional dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica estava, em 2010, bem abaixo da proporção nacional e estadual.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tapajós, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: *PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo do Estado. Analisando os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que tem esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada em 2019. Na região metropolitana eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2019, apenas em Itaituba, dos seis municípios que compõem a RI Tapajós, segundo informações do SNIS.

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios. – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Tapajós	**25,62**	**-**	**11,76**
Aveiro	34,59	-	-
Itaituba	8,51	-	-
Jacareacanga	50,98	-	36,41
Novo Progresso	70,52	-	-
Rurópolis	39,60	-	45,54
Trairão	-	-	-

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em relação ao SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água no ano de 2019. A R.I. Tapajós apresentava um percentual um pouco menor, com aproximadamente 26,6% de cobertura desse serviço, sendo Novo Progresso e Jacareacanga os municípios dessa região que possuíam maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, com 70,52% e 51%, respectivamente. Em relação às informações sobre esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e na região não houve registro dessa informação na base do SNIS. 54,5% da população paraense possuía em 2019 o serviço de coleta de lixo domiciliar, sendo que para a região este percentual era de 11,76%, com Rurópolis e Jacareacanga sendo os únicos municípios que registraram cobertura desse serviço, 45,54% e 36,41%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e a Região de Integração Tapajós, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI TAPAJÓS	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	13.240	26,7
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	7.918	58,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	3.888	28,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	786	5,8
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	856	6,4
Total Domicílios	**1.859.165**		**49.586**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

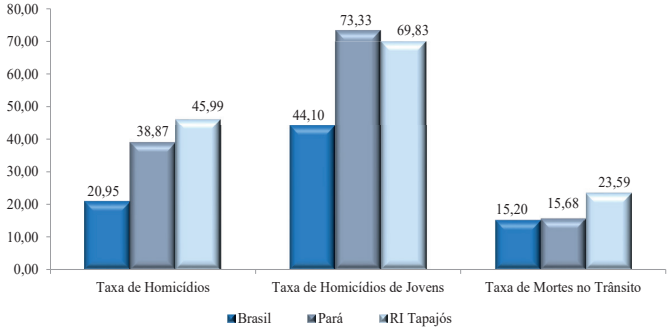
Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Tapajós, o déficit era de 26,7% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58,9% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 28,9% no Tapajós. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no Pará e 88% na região Tapajós. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,8% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e, também, para a região Tapajós.

3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (Taxa de homicídios por 100 habitantes, Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e Taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2019, a RI Tapajós apresentou taxa inferior à apresentada pelo estado no indicador Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para os indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Mortes no Trânsito. A Taxa de Homicídios no Pará atingiu 38,87 homicídios, enquanto que na RI foi de 45,99. Novo Progresso e Itaituba apresentaram as maiores taxas, 77,63 e 73,09 homicídios, respectivamente, em contraposição a Aveiro, que apresentou casos de homicídio no ano em questão.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2019, pela RI Tapajós (69,83 homicídios a cada 100 mil jovens), foi inferior à taxa estadual de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens. Jacareacanga e Novo Progresso observaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 124,48 e 103,65 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. O município de Aveiro não registrou homicídios de jovens, no período.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em 2019, a taxa de mortes por acidente no trânsito para a região foi de 23,59, superior à registrada pelo estado, ou seja, 15,68. Os municípios com as maiores taxas foram Trairão (57,93 mortes) e Novo Progresso (42,70 mortes), enquanto as menores foram registradas em Jacareacanga e Aveiro (2,41 e 6,10, respectivamente). Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela SEGUP, os indicadores analisados são referentes à taxa de homicídios, à taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2020, a RI Tapajós alcançou taxa superior à do Pará nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios no Trânsito e taxa inferior ao estado, apenas para o indicador Taxa de Roubo. Portanto, a Taxa de Homicídios da região foi de 36,37 mortes e a do Pará de 24,94. Em relação à Taxa de Homicídios no Trânsito, a RI apresentou taxa de 24,25 e o Pará de 10,91. Outro indicador que compõe essa síntese é a Taxa de Roubo que registrou um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a região o total foi de 172,85 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 11 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Tapajós, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Tapajós	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	48,75	36,37
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	14,94	24,25
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	193,41	172,85

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil,15,20%, e inferior ao registrado na RI Tapajós, 39,72%.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Tapajós apresentou um Índice de Gini de 0,59, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Tapajós, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Tapajós	39,72	0,59

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2020, na RI Tapajós, 50,88% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 78,05% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 55,75% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. Os percentuais do Cadastro na região são menores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Tapajós	**50,88**	**78,05**	**55,75**
Aveiro	59,52	83,83	72,70
Itaituba	64,45	76,65	50,08
Jacareacanga	34,89	90,69	72,80
Novo Progresso	46,74	57,91	37,68
Rurópolis	34,89	81,84	67,05
Trairão	54,79	80,59	66,94

Fonte: MDS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Dos municípios que compõem a região, Itaituba possuía o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, com 64,45%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Jacareacanga (90,69%), Aveiro (83,83%) e Rurópolis (81,84%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias beneficiárias do Bolsa Família foram Jacareacanga, com 72,8%, e Aveiro, com 72,7% do total.

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

A população estimada de jovens no Pará obteve percentual de 27,54% no ano de 2020, enquanto a RI Tapajós com 29,05%, em relação ao seu contingente populacional. Dentre os municípios desta região, o maior número de jovens esteve em Itaituba (29.428) e Rurópolis (14.864), que juntos correspondem a cerca de 68% do total da região, enquanto o menor quantitativo em Jacareacanga (2.267). O percentual mais elevado de jovens foi demarcado em Novo progresso (30,29%), e o mais diminuto em Aveiro (28,20%).

Tabela 14 – População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Tapajós	**64.397**	**29,21**	**64.438**	**29,14**	**64.432**	**29,05**
Aveiro	4.615	28,19	4.623	28,21	4.626	28,20
Itaituba	29.689	29,37	29.570	29,21	29.428	29,02
Jacareacanga	2.549	28,64	2.410	29,25	2.267	29,87
Novo Progresso	7.636	29,65	7.718	29,96	7.804	30,29
Rurópolis	14.474	29,24	14.675	29,05	14.864	28,86
Trairão	5.434	28,89	5.442	28,66	5.443	28,40

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota 1: População não se altera devido decisão judicial. Processo Judicial nº 798-41.2011.4.01.3902, Seção Judiciária de Itaituba-PA.

No que corresponde aos vínculos de emprego, 266.043 estiveram destinados aos jovens no Pará, no ano de 2019, equivalente a 24,28%. Na RI Tapajós, esses índices foram de 6.053 jovens e 30,53%. Os municípios desta região com maior número de jovens empregados foram Itaituba (3.870) e Novo Progresso (1.344), que concentraram a maior quantidade de vínculos empregatícios, proporcional a 86,1%. Estes também lideraram na participação: Novo progresso (33,89%) e Itaituba (33,44%). Os menores índices ocorreram em Aveiro (4,35%) e Rurópolis (20,11%).

Tabela 15 – Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Tapajós	**19.825**	**6.053**	**30,53**
Aveiro	735	32	4,35
Itaituba	11.572	3.870	33,44
Jacareacanga	763	173	22,67
Novo Progresso	3.966	1.344	33,89
Rurópolis	1.815	365	20,11
Trairão	974	269	27,62

Fonte: MTE/RAIS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade. Estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[3]).

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[3] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

Em 2019, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos na RI Tapajós, foi de 25,89%, maior que o registrado no Pará (22,64%), ressaltando que as taxas acusaram diminuição em relação a 2015. Quanto às taxas referentes aos municípios, os maiores percentuais ocorreram em Trairão (31,27%) e Jacareacanga (31,12%), situação idêntica foi observada em todos os anos analisados (2015 a 2019). No mesmo ano, o município Novo Progresso registrou o menor índice (23,76%). Observou-se que todos os municípios registraram retração nos índices, com destaque para os que obtiveram as maiores variações, Trairão (7,96 p.p.) e Novo progresso (7,21 p.p.).

Tabela 16 – Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Tapajós, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Tapajós	**30,35**	**31,54**	**28,33**	**28,37**	**25,89**
Aveiro	26,77	31,22	26,25	29,12	25,34
Itaituba	29,33	30,40	27,22	28,02	24,54
Jacareacanga	31,60	37,65	32,79	31,73	31,12
Novo Progresso	30,97	29,48	27,05	25,36	23,76
Rurópolis	29,50	31,17	28,71	25,91	25,80
Trairão	39,23	31,72	32,13	34,35	31,27

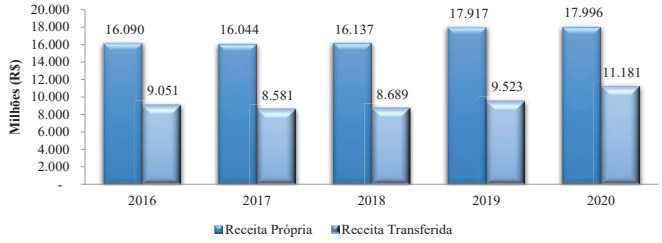
Fonte: DATASUS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2019, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões

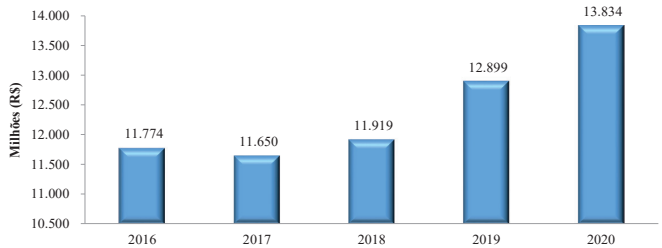
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado do Pará arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

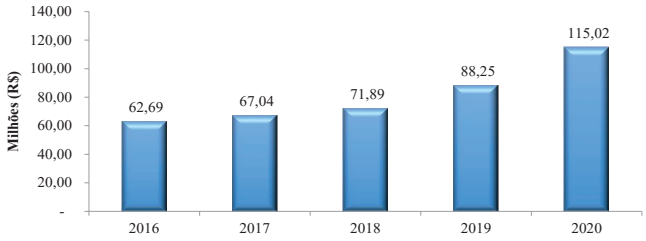
Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado à Região ~~do~~ Tapajós apresenta uma crescente desde 2016, registrando R$ 62,7 milhões, chegando em 2020 a R$ 115 milhões. Este volume, se comparado com 2016, representa um crescimento da ordem de 83%. Este valor é equivalente a 4,2% do total repassado para as 12 Regiões de Integração do estado.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da RI Tapajós, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos municípios, dos R$ 115 milhões destinados à região no ano de 2020, Itaituba e Jacareacanga foram os que receberam a maior parte, com 38,2% e 29,7% do repasse. Aveiro e Trairão receberam as menores parcelas, com 4,9% e 5,1% do repasse.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Tapajós	**62.685.856**	**67.043.172**	**71.888.786**	**88.245.852**	**115.018.192**
Aveiro	4.930.348	4.871.649	4.522.804	4.845.870	5.666.057
Itaituba	24.651.741	28.301.962	31.183.546	36.981.643	43.889.326
Jacareacanga	9.391.139	8.815.365	10.235.820	19.128.436	34.182.729
Novo Progresso	13.382.374	14.150.981	14.282.540	15.302.749	18.659.783
Rurópolis	5.165.127	5.567.599	6.189.101	6.376.145	6.722.105
Trairão	5.165.127	5.335.616	5.474.974	5.611.008	5.898.191

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Tapajós possui 189.595 km² de área total, sendo grande parte do seu território (122.129 km² ou 64,42%) recoberto por Unidades de Conservação de Uso Sustentável (61.638 km²) e Proteção Integral (24.871 km²), e Terras Indígenas (35.620 km²), o que lhe garante um estoque florestal bastante significativo (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

No que diz respeito ao desmatamento acumulado, a RI possui um total de 10,58% (20.061 km²) do seu território desmatado, equivalente a 7,26% da área desmatada acumulada total do estado, segundo dados de 2020. No tocante aos focos de calor, o município de Novo Progresso apresentou os maiores índices (2.376), seguido por Itaituba (1.799), que, juntos, representam mais de 58% do quantitativo registrado na RI Tapajós (Tabela 18).

Tabela 18 – Área Total, Desmatamento acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tapajós, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
Tapajós	**189.595,50**	**20.061,00**	**7.117**
Aveiro	17.074,05	1.398,80	523
Itaituba	62.042,47	6.107,30	1.799
Jacareacanga	53.304,56	1.782,90	860
Novo Progresso	38.162,00	6.853,20	2.376
Rurópolis	7.021,32	2.260,90	771
Trairão	11.991,09	1.657,90	788

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou 63,66% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, em 2021 (Tabela 19). Entre os municípios que compõem a região, Novo Progresso é o município com a maior porção de área com CAR efetivado (83,13%), seguido por Rurópolis (81,08%) e Aveiro (80,00%).

Tabela 19 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tapajós, 2021.

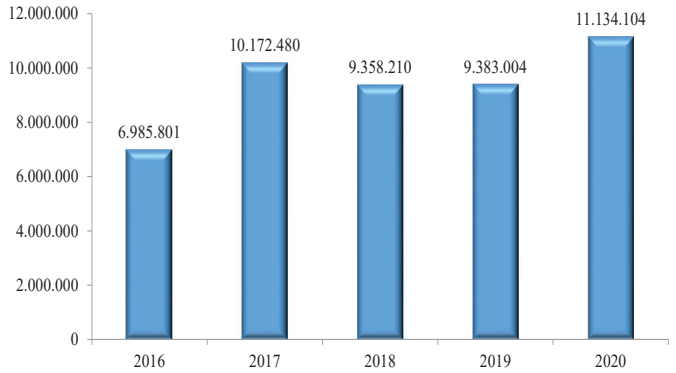
Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Tapajós	**189.501,50**	**65.264,81**	**34,44**	**41.544,97**	**63,66**
Aveiro	17.067,27	7.762,00	45,48	6.209,33	80,00
Itaituba	62.003,56	30.432,84	49,08	15.577,07	51,19
Jacareacanga	53.267,54	8.437,17	15,84	4.994,79	59,20
Novo Progresso	38.154,95	9.795,95	25,67	8.142,90	83,13
Rurópolis	7.022,71	5.101,90	72,65	4.136,85	81,08
Trairão	11.985,47	3.734,95	31,16	2.484,03	66,51

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas governamentais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo governo do estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 07). Tratando-se da RI Tapajós, em 2020, a região teve uma participação média de 5% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios (Tabela 20),

contabilizando um montante de R$ 11,134 milhões, com o município de Novo Progresso detendo a maior parcela (21,04%), seguido por Itaituba (20,33%) e Rurópolis (11,12%).

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS Verde (R$1.000,00) para os municípios da Região de Integração Tapajós, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde (R$1,00) repassado para os municípios da Região de Integração Tapajós, 2016-2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Tapajós	**6.985.801**	**10.172.480**	**9.358.210**	**9.383.004**	**11.134.104**
Aveiro	1.119.775	1.562.160	1.038.718	1.057.428	1.730.872
Itaituba	984.532	2.074.369	1.952.720	1.889.288	2.263.377
Jacareacanga	1.867.064	1.635.785	1.549.102	1.532.051	1.555.166
Novo Progresso	1.328.292	2.085.214	1.976.161	1.937.817	2.342.199
Rurópolis	690.268	1.277.171	1.420.177	1.518.054	1.794.406
Trairão	995.869	1.537.781	1.421.332	1.448.366	1.448.083

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Região de Integração: **Tapajós**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2022 - 2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	5.157.274,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	491.025,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	169.126,00
Cultura	877.420,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	31.074.528,00
Direitos Socioassistenciais	1.899.711,00
Educação Básica	102.607.777,00
Educação Profissional e Tecnológica	38.320.533,00
Educação Superior	0,00
Esporte e Lazer	713.650,00
Governança Pública	9.621.622,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	5.140.362,00
Infraestrutura e Logística	3.328.000,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	2.977.108,00
Saúde	284.536.656,00
Segurança Pública	26.709.004,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.013.258,00
	514.637.054,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022- 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	188.798.177,00
	188.798.177,00

TOTAL GERAL:	**703.435.231,00**

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura 5.157.274,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	1.45	06/2019	ADEPARA	160,881.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Arroz)	Kg/Hectare	3,236.00	06/2019	IBGE	3,934.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	243,00	12/2020	EMATER	2022	400,00
					2023	500,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	61,00	12/2018	SEDAP	2022	49,00
					2023	70,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	226,00	12/2018	SEDAP	2022	262,00
					2023	275,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 491.025,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	16,66	12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	33,00
					2023	33,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 169.126,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	SECTET

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 877.420,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual		12/2018	SECULT/FCP	33.33

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 31.074.528,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,00	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	2,29
					2023	2,29
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	13,24	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	20,91
					2023	77,10

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 1.899.711,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-15,33	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022 2023	5,00 5,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 102.607.777,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,50	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	16,40 16,20
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,40	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	77,20 77,50
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,13	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	6,40 6,30

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais na Região Tapajós - DS

Reformar/Ampliar 2 Escolas Estaduais na Região Tapajós - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 11 Escolas nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Rurópolis e Trairão - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 38.320.533,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	80,00	05/2021	SECTET	2022 2023	92,00 105,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	120,00	05/2021	SECTET	2022 2023	138,00 158,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	193,00	12/2018	SECTET	2022 2023	630,00 670,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Novo Progresso - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 713.650,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade		12/2018	SEDUC/SEEL	2022	32,00
					2023	156,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 9.621.622,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	508,216.00	12/2020	SEFA	590,669.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,98	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	1,47
					2023	1,47

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, CRG - Itaituba, EGPA, Enc. CBM, SEDUC, SEFA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Itaituba
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, DETRAN, IGEPREV, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Itaituba
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Itaituba, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 5.140.362,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	3.10	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	3.00
Receita gerada pelo turismo	U$	8,129.17	12/2018	SETUR	577,645.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	1,00	12/2018	BANPARA	2022	22,00
					2023	26,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	10,00	07/2019	SEDEME	2022	55,00
					2023	54,00
Número de turistas	Unidade	10.000,00	12/2018	SETUR	2022	8.499,00
					2023	8.712,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Cadeia Produtiva Apoioada	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Segmento Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 3.328.000,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual		12/2018	SETRAN	0.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual		12/2019	CPH	2022	50,00
					2023	50,00
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	0,00	12/2020	SETRAN	2022	100,00
					2023	0,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 2.977.108,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	7.67	12/2018	PRODES/INPE	10.55

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Área Outorgada	Ha	IDEFLOR-Bio
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 284.536.656,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	2.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	2.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16.27	12/2019	SIM	15.41
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	269.30	12/2020	MS/SIM	269.26

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	73,12	12/2020	EGESTOR	2022	74,37
					2023	75,62
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	33,30	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	0,94	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	0,94
					2023	1,52
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	22,20	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,34	12/2018	SIA	2022	0,50
					2023	0,55
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,01	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	9º CRS - Santarém
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	9º CRS - Santarém, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicilio	Usuário Beneficiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública 26.709.004,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	105.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	99.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	45.80	12/2020	SEGUP	42.90
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	37.50	12/2020	SEGUP	33.90
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	175.60	12/2020	SEGUP	158.40
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	499.20	12/2020	SEGUP	406.90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	1,98	12/2018	SEAP	2022	1,89
					2023	1,72
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	9.529,00	12/2018	PMPA	2022	18.104,00
					2023	20.963,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2022	87,00
					2023	88,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	39,00	12/2018	DETRAN	2022	42,00
					2023	43,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	63,30	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022	77,40
					2023	78,90
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	62,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	63,00
					2023	64,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	69,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	72,00
					2023	72,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo
Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Adequar Superintendência da Polícia Civil em Itaituba
Adequar Delegacia de Polícia em Aveiro
Implantar Base Integrada Fluvial em Itaituba
Implantar Centro de Atendimento e Despacho
Implantar Unidade Integrada de Segurança de Moraes de Almeida em Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	FESPDS, SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	PMPA

Região de Integração: **Tapajós** TOTAL GERAL: **703.435.231,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda	1.013.258,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(1.23)	12/2018	MTE/RAIS	1.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	4,79	12/2018	SEASTER/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	2022 2023	4,00 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	3,50 4,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	7,00 8,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

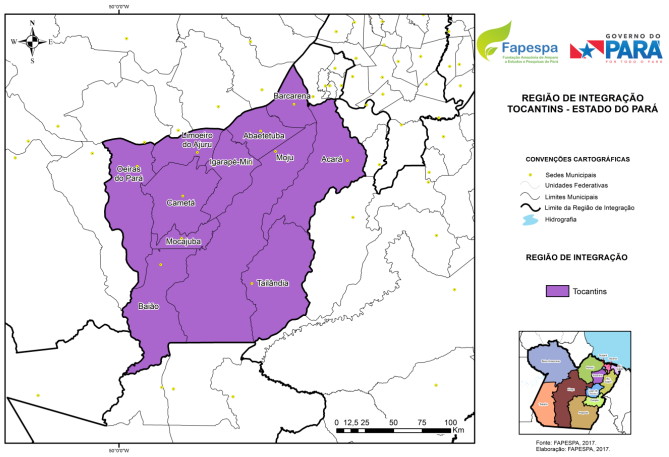
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Região de Integração: Tapajós

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	3.432.807,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	40.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	22.064.597,00
Concessão de Auxílio Fardamento	1.426.068,00
Concessão de Auxílio Transporte	602.034,00
Operacionalização das Ações Administrativas	2.949.394,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	158.283.277,00
	188.798.177,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Tocantins, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 11 municípios (Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia). Sua ocupação ocorreu a partir do século XVII, com a entrada de expedições jesuítas, oficializada pelo Estado português, em direção ao interior do Pará pelo curso dos rios, com a construção de fortes, freguesias, vilas e a sede da capitania hereditária de Cametá, em 1634, situadas às margens do rio Tocantins.

Localizada no nordeste paraense e cortada pelos rios Tocantins e Pará e pela Rodovia PA-150, a RI Tocantins abrange uma área territorial de, quase, 36.000 km^2, o que representa 3% da área total do Pará. A região, habitada, originalmente, pelos índios Caamutas, Gibiries, Mortiguras, Carnapijós e Aruanas, recebeu franceses, portugueses, italianos, africanos, japoneses, entre outros estrangeiros. Posteriormente, migraram milhares de indivíduos das mais variadas regiões do Brasil, atraídos pelos grandes projetos e pela fertilidade do solo. Dessa região, surgiram filhos ilustres como Felipe Patrone, Batista Campos, Pinduca, Dona Onete, Tonny Brasil, Maestro Raimundo Araújo Pinheiro e mestre Vieira, por exemplo.

De acordo com o IBGE, a estimativa populacional da região, em 2020, foi de 878.448 habitantes, 10% da população do estado, sendo Abaetetuba o município mais populoso da região, respondendo por 18,1% dos habitantes (159 mil), Cametá em 2º lugar, 15,9% (139 mil hab.), e Barcarena, 14,7% (127 mil hab.), segue em terceiro, no ranking dos municípios mais populosos da região.

As primeiras atividades econômicas ocorrem com a atividade extrativista da madeira, palmito, açaí, pesca de peixes e mariscos, agricultura familiar, com o cultivo de mandioca e a produção de farinha, cana de açúcar, aguardente, mel da cana e rapadura, além da piscicultura. A região historicamente concentrou grande quantidade de engenhos, que, hoje, quase desapareceram, tendo seus antigos proprietários migrado para Belém

A dificuldade de locomoção e escoação dos produtos dava-se pela ausência de rodovias, pois, o principal meio de transporte eram os rios, o que dificultava o desenvolvimento. Com a abertura de estradas, como as rodovias PA-252 e PA-150, foram instalados diversos projetos agroindustriais, ao mesmo tempo em que se intensificaram o desmatamento e o impacto ambiental devido à exploração de madeiras e palmito, assim como a desapropriação de terras para a instalação de grandes empresas. Com isso, inicia-se um processo de destruição das formas econômicas e sociais originais de vida local.

A partir dos anos de 1950, os japoneses que migraram para a região passaram a produzir cacau e pimenta do reino para a exportação. E foram os japoneses, segundo documentos, um dos primeiros grupos a utilizarem a mão de obra assalariada na região para cultivo da pimenta do reino.

Desenvolveu-se nessa RI um polo industrial responsável pela industrialização, beneficiamento e exportação de caulim, alumina, alumínio e cabos para transmissão de energia elétrica, e nela efetivou-se a construção do maior porto do estado do Pará, o Porto de Vila do Conde.

A RI Tocantins oferece, também, diversas atrações turísticas, como praias, balneários, festivais regionais, festividades religiosas, artesanato local, sítios arqueológicos e patrimônios históricos.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

Em 2018, a Região de Integração Tocantins teve sua riqueza valorada em R$11,9 bilhões, o que representou 7% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado (VA) foi o da Administração Pública, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, com R$ 3,2 bilhões, ou 28% do total da região, seguido dos setores dos Serviços, com R$ 2,8 bilhões (24%), da Indústria, com R$ 2,3 bilhões (19,1%); e da Agropecuária, com R$ 2 bilhões (17%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Tocantins, 2018.

PIB	Brasil	Pará	RI Tocantins
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**11.868.395**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**10.399.147**
% Valor Adicionado Total	85,82%	91,04%	87,62%
VA Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**2.034.635**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	17,14%
VA Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**2.270.162**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	19,13%
VA Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**2.835.325**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	23,89%
Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**3.259.024**
% Administração Pública	14,93%	20,09%	27,46%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**1.469.248**
% Impostos	14,18%	8,96%	12,38%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a RI Tocantins, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Barcarena, com participação de 40%; Abaetetuba, com 12% de contribuição; e Cametá, com 10%, que, juntos, correspondem por 62% do total do VA regional.

Tabela 02: Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Tocantins, 2018.

Item Geográfico		PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil		**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará		**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Tocantins		**11.868.395**	**2.034.635**	**2.270.162**	**2.835.325**	**3.259.024**	**1.469.248**
Abaetetuba	(12%)	1.413.838	160.293	65.836	525.182	558.137	104.390
Acará		914.142	495.212	41.089	120.008	238.243	19.590
Baião		346.807	79.045	10.410	64.254	184.084	9.013
Barcarena	(40%)	4.737.587	86.391	1.891.798	1.122.705	532.248	1.104.445
Cametá	(10%)	1.136.608	286.234	37.099	268.130	503.453	41.692
Igarapé-Miri		389.802	97.611	16.746	89.167	166.804	19.474
Limoeiro do Ajuru		404.871	260.704	4.929	25.390	109.916	3.934
Mocajuba		294.713	67.952	11.645	59.825	144.613	10.678
Moju	(8%)	943.782	230.933	76.198	240.631	324.639	71.381
Oeiras do Pará		388.502	183.535	10.853	48.044	138.971	7.098
Tailândia		897.743	86.726	103.559	271.989	357.917	77.552

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O Quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região Tocantins, as principais atividades em termos de VA, em 2018, foram: a Indústria de transformação, com a produção de alumínio; seguido da Agricultura, com destaque para os cultivos de açaí, dendê e coco-da-baía; da Construção civil; das Atividades imobiliárias; e do Comércio e manutenção de veículos, com os segmentos de combustíveis e produtos alimentícios.

Quadro 01- Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública- RI Tocantins, 2018

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Tocantins	**Indústria de transformação**	**Agricultura**	**Construção civil**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio e manutenção de veículos**
Abaetetuba	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Alojamento e alimentação
Acará	Agricultura	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Baião	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos
Barcarena	Indústria de transformação	Construção civil	Transporte, armazenagem e correio	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Cametá	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Igarapé-Miri	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Produção e distribuição de eletricidade e água
Limoeiro do Ajuru	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte, armazenagem e correio
Mocajuba	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Moju	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil
Oeiras do Pará	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio e manutenção de veículos
Tailândia	Atividades	Agricultura	Comércio e	Indústria de	Construção civil

imobiliárias	manutenção de veículos transformação		

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O município de Barcarena apresentou, em 2018, como principais atividades: Indústria de transformação, sendo o destaque o segmento de metalurgia, com a produção de alumínio; a Construção civil; o Transporte, armazenagem e correio, tendo como principal modal o hidroviário; as Atividades imobiliárias; e as Atividades profissionais, científicas e técnicas.

Em Abaetetuba, as principais atividades na composição do VA municipal, em 2018, foram: Comércio e manutenção de veículos, ressaltando os segmentos de comércio atacadista de animais vivos e de bebidas e o comércio varejista de produtos alimentícios, de móveis e de farmacêuticos; as Atividades imobiliárias; a Agricultura, com os cultivos de açaí, mandioca, dendê e coco-da-baía; a Produção Florestal, da Pesca e Aquicultura; e o Alojamento e alimentação.

Para o município de Cametá, em 2018, os destaques foram para as atividades de: Agricultura, evidenciando-se a produção de açaí, mandioca, cacau e pimenta-do-reino; Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Atividades imobiliárias; Comércio e manutenção de veículos, com os segmentos de comércio varejista de combustíveis, produtos alimentícios; e Construção civil.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, e a RI Tocantins contabilizou um saldo de US$ 1,4 bilhão. Os principais produtos exportados da região são corindo artificial, com 68,3% do valor exportado da RI, seguido pelo alumínio bruto, com 10,3%, ambos produzidos e exportados por Barcarena. Nas importações, o destaque é para a demanda de tratores, com 45,9% das importações da RI, e o coque de petróleo, 11,7%, sendo, novamente, Barcarena o principal importador.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	-	**158.786.824.879**	-	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
RI Tocantins	**1.924.498.267**	**9,51**	**441.274.835**	**36,78**	**1.483.223.432**
Abaetetuba	45.824.870	2,38		0,00	45.824.870
Acará		0,00	876.383	0,20	-876.383
Barcarena	1.816.915.590	94,41	439.019.453	99,49	1.377.896.137
Cametá	25.482	0,00		0,00	25.482
Igarapé-Miri	170.634	0,01		0,00	170.634
Mocajuba	189.758	0,01		0,00	189.758
Moju	55.177.007	2,87	4.800	0,00	55.172.207
Tailândia	6.194.926	0,32	1.374.199	0,31	4.820.727

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Tocantins, esta registrou, em 2019, um total de 73 mil empregos formais, equivalentes a 6,7% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve, cerca de, 41% do total do estoque formal da região, seguido pela Indústria de Transformação (13,4%) e Comércio (13%). Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, estavam Barcarena, 36,2%, Tailândia, 14%, e Abaetetuba, 13,4%.

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Tocantins
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	273.022
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,05
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	20,70
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**73.684**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	374
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	9.851
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	262
Construção Civil	2.012.211	61.981	5.931
Comércio	9.453.390	206.789	9.593
Serviços	17.843.857	310.933	9.423
Adm. Pública	8.865.548	356.141	30.174
Agropecuária	1.477.081	49.712	8.076

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, na RI, cerca de 218 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

As principais rodovias na RI Tocantins são a PA-150 e PA-475, que integram o eixo norte-sul, permitindo interligar a região, ao norte, com a Região de Integração Guajará, e, ao sul, com a Região de Integração Carajás. Além dessas, a PA-151 liga Barcarena até Baião, integrando vários municípios, como Abaetetuba, Igarapé-Miri e Mocajuba. A PA-252 liga Abaetetuba à Mãe do Rio (RI Capim), e conecta a região à BR-010. A PA-483 (Alça Viária), formada por um complexo de estradas e pontes, destaca-se pela integração que possibilita, notadamente, entre a RI Guajará e o nordeste paraense.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Tocantins.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Abaetetuba
	Baião
	Mocajuba
	Tailândia
Rodovias	18 vias (total 924 km)
Travessias	PA-151 Baia do Marajó (Belém - Arapari)
	PA-481 Baia do Marajó (Barcarena - Ponta de Pedras)
	PA-252 Rio Acará
	PA-256 Rio Acará (Alto Acará)
	PA-151 Rio Meruú (Igarapé Miri)
	PA-469 Rio Tocantins (Cametá - Carapajó)
	PA-256 Rio Moju (Cairari - Alto Moju)
Portos	(IP4) Abaetetuba
	(IP4) Acará
	(IP4) Baião
	(IP4) Igarapé Miri
	(IP4) Maiauatá (Igarapé Miri)
	(IP4) Mocajuba
	(IP4) Moju
	(IP4) São Joaquim do Ituquara (Baião)
	(TUP) Porto de Vila do Conde (Barcarena)
	(TUP) Imerys (Barcarena)
	(TUP) Bunge (Barcarena)
	(TUP) Hidrovias (Barcarena)
Pontes	90 pontes (total de 5,5 km)

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange cinco aeródromos/aeroportos, noventa pontes (totalizando 5,5 km de extensão), doze portos de pequeno porte, sete travessias e dezoito rodovias.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Araguaia será contemplada com investimentos de, cerca de, R$ 7,69 bilhões, que correspondem a 6,5% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como: Buritirama Porto, com investimentos previstos de R$ 1 bilhão, em Barcarena; e Petrobras (Belém Bio Energia), com uma perspectiva de R$ 500 milhões em investimentos.

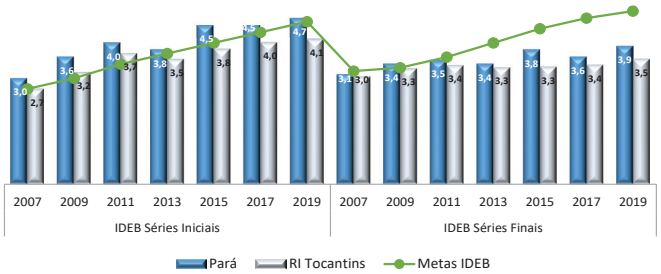
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tocantins, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará, de 2007 até 2011, contudo, a partir de 2013 a 2017, a média das notas ficou abaixo da meta estipulada para o Pará (Gráfico 01). Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as notas da região ficaram abaixo das metas estabelecidas, em todos os anos do período analisado, com exceção do ano de 2009. Esse comportamento oscilante também é notado no estado, em que a meta é atingida até o ano de 2011, e, a partir de 2013, as metas estipuladas não foram alcançadas, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Tocantins, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Tocantins.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[1], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, que propõe a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno às atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

[1] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

A taxa de aprovação da Região de Tocantins (99,1%) ficou acima das taxas registradas para o Brasil (98,2%) e Pará (97,7%), em relação ao ensino fundamental. Quanto aos municípios, a maioria se manteve acima dos 99% de aprovação, com exceção dos municípios de Limoeiro do Ajuru (97,5%), Barcarena (97,8%), Baião (98,5%) e Cametá (98,6%). A taxa de aprovação regional no ensino médio se manteve acima dos 99%, superior à do estado, de 99,2%, assim como em todos os municípios da região.

A taxa de reprovação no ensino fundamental do Pará, em 2020, foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil, de 0,8%. A taxa da região chegou a 0,2% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Tailândia (0,7%) e Baião (0,6%). No ensino médio, apenas três municípios registraram taxa de reprovação: Abaetetuba (0,2%), Cametá (0,1%) e Tailândia (0,2%).

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou abaixo do valor do Brasil (1%) e da taxa registrada pelo estado do Pará (1,7%), alcançando 0,7% de abandono, destacando-se os municípios de Limoeiro do Ajuru e Barcarena com os maiores percentuais de abandono, de 2,1% e 2,0%, respectivamente. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e da taxa do Pará (0,7%), com o registro de 0,2%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com o município de Mocajuba, com 0,7% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, com uma das piores taxas de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Tocantins	**99,1**	**99,7**	**0,2**	**0,0**	**0,7**	**0,2**
Abaetetuba	99,6	99,6	0,1	0,2	0,3	0,2
Acará	99,9	99,9	0,0	0,0	0,1	0,1
Baião	98,5	99,9	0,6	0,0	0,9	0,1
Barcarena	97,8	100,0	0,2	0,0	2,0	0,0
Cametá	98,6	99,5	0,1	0,1	1,3	0,4
Igarapé-Miri	99,9	100,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Limoeiro do Ajuru	97,5	99,9	0,4	0,0	2,1	0,1
Mocajuba	99,8	99,3	0,0	0,0	0,2	0,7
Moju	100,0	99,7	0,0	0,0	0,0	0,3
Oeiras do Pará	99,9	100,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Tailândia	99,1	99,3	0,7	0,2	0,2	0,5

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,5%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região, o município de Oeiras do Pará deteve as maiores taxas de distorções idade-série, no ensino fundamental (46,4%) e no ensino médio (67,0%), contrastando com o município de Abaetetuba, que atingiu as menores taxas de distorção no ensino fundamental (23,0%) e no ensino médio (34,8%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Tocantins	**35,2**	**34,4**	**55,6**	**53,2**
Abaetetuba	24,2	23,0	36,4	34,8
Acará	43,6	42,3	63,9	59,9
Baião	37,2	36,0	57,2	52,7
Barcarena	30,6	29,1	55,1	53,5
Cametá	36,1	36,7	49,8	46,8
Igarapé-Miri	36,6	35,9	50,7	48,5
Limoeiro do Ajuru	42,6	42,0	50,2	49,7
Mocajuba	33,0	31,6	59,8	56,9
Moju	28,1	28,3	59,8	59,0
Oeiras do Pará	46,3	46,4	71,6	67,0
Tailândia	28,7	27,3	56,8	56,7

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Tocantins, a taxa de mortalidade infantil, em 2019, foi de 16,33 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à apresentada pelo Pará, 15,14. Os municípios da região com as maiores taxas foram: Baião (27,94), Moju (26,05) e Oeiras do Pará (25,26). Por outro lado, Barcarena (10,46), Abaetetuba (11,44) e Igarapé-Miri (13,99) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Em 2020, constavam, na região, 1.327 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 81,86%, maior que a apresentada para o Pará, 76,46%. Destacam-se positivamente os municípios de Abaetetuba, Barcarena, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, que alcançaram 100% de cobertura, e, negativamente, o município de Tailândia, com proporção de cobertura de 35,69%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a RI Tocantins contava, em 2020, com 118 equipes, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 47,03%, inferior à do estado, de 57,64%, destacando-se Barcarena (85,78%) e Mocajuba (66,48%) como os municípios com a maior proporção de cobertura, e, por outro lado, Tailândia e Moju, cujos percentuais de cobertura são de apenas 25,95% e 25,21%, respectivamente.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tocantins
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	16,33
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	81,86
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	47,03
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	20
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	2,45
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,20

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Verificando-se os indicadores de infraestrutura, em abril de 2021, a RI Tocantins apresenta 20 hospitais (hospital geral e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional de Cametá que atende a população do nordeste paraense, Hospital Regional Público Materno Infantil de Barcarena, inaugurado em 2018, que presta serviços essenciais para gestantes e recém-nascidos, incluindo partos de alto risco, e o Hospital Regional do Baixo Tocantins Santa Rosa, unidade recém inaugurada que, agora, se torna

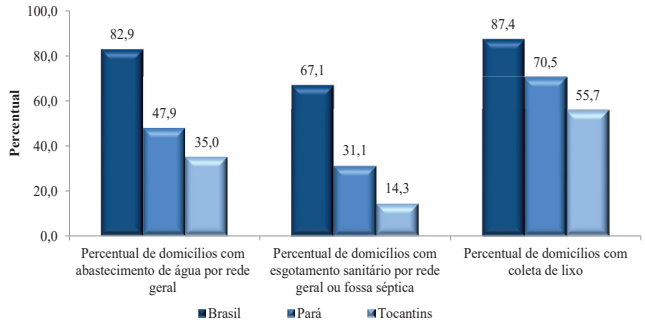
referência para casos de baixa e média complexidade em ortopedia. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 2,45, inferior à do Pará, de 2,55. Analisando-se a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a taxa da RI (1,20) também foi menor em comparação à taxa estadual (2,03).

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tocantins. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tocantins, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35% dos domicílios, de 14,3% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e de 55,7% com coleta de lixo. Portanto, a cobertura dos três serviços era menor na região do que no estado do Pará, no ano em questão, com destaque para a de esgotamento sanitário, que não cobria nem 15% do total de domicílios na região.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue, na tabela abaixo, os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2019, estava presente em sete dos onze municípios da RI Tocantins (Abaetetuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia), segundo informações do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS).

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios. – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Tocantins	**13,58**	**1,31**	**32,13**
Abaetetuba	13,06	-	-
Acará	-	-	26,98
Baião	60,49	-	63,23
Barcarena	22,12	5,52	64,16
Cametá	-	-	-
Igarapé-Miri	7,18	-	-
Limoeiro do Ajuru	19,11	-	-
Mocajuba	27,94	14,45	-
Moju	3,90	-	60,75
Oeiras do Pará	15,16	-	39,98
Tailândia	13,18	-	85,26

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em relação ao SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água, em 2019. A RI Tocantins apresentava um percentual menor, de, aproximadamente, 13,6% de cobertura desse serviço, sendo Baião e Mocajuba os municípios da região com maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, 60,5% e 27,9%, respectivamente.

Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e, na região, este percentual foi de 1,31%, registrando-se apenas dois municípios com este serviço, Mocajuba e Barcarena, com coberturas de 14,4% e 5,5%, respectivamente. Quanto à coleta de lixo domiciliar, em 2019, 54,5% da população paraense possuía o serviço, sendo que para a região este percentual era de 32,1%, tendo os municípios de Tailândia, Barcarena, Baião e Moju com os maiores contingentes populacionais cobertos pelo serviço, 85,3%, 64,2%, 63,2% e 60,8%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI TOCANTINS	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	34.676	21,8
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.059	39,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	17.249	49,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.145	3,3
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	2.767	7,9
Total Domicílios	**1.859.165**		**158.865**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era de 423.437 domicílios, correspondente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios, e, na Região de Integração Tocantins, o déficit equivalia a 21,8% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit estadual e 39,9% do regional. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios no Pará e 49% na região Tocantins. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 89% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era de 8,3% no estado e 3,3% na

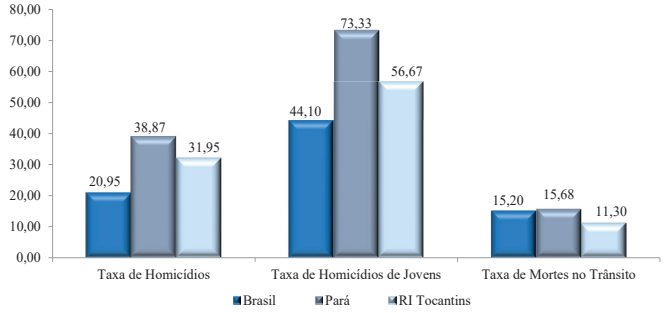
região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 7,9% na RI Tocantins.

3.4 Segurança

Em relação à área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes) foram analisados. Em 2019, a RI Tocantins apresentou taxas inferiores às do estado e do Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 38,87 homicídios, enquanto na RI foi de 31,95. Os municípios de Barcarena e Acará apresentaram as maiores taxas, 46,52 e 43,17 homicídios, respectivamente, em contraposição a Limoeiro do Ajuru, que não apresentou casos de homicídios, e Mocajuba, com 16,06 homicídios por 100 mil habitantes.

Em 2019, a taxa de homicídio com recorte na população jovem para o estado (73,33 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à apresentada pela RI (56,67 homicídios a cada 100 mil jovens). Novamente o município de Barcarena apresenta a maior taxa (87,25 homicídios por 100 mil jovens), seguido de Moju (79,48 homicídios), e em contraposição a Limoeiro do Ajuru, que não apresentou nenhum caso de homicídio de jovem, e Cametá, com a menor taxa, 25,21 homicídios.

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Tocantins, em 2019, foi de 11,30 mortes. O Pará apresentou taxa superior, registrando 15,68 mortes. Os municípios da região com as maiores taxas foram Acará (19,79 mortes) e Barcarena (19,25 mortes), enquanto Limoeiro do Ajuru e Baião não registraram casos de mortes no trânsito.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Tocantins apresentou, em 2020, taxas inferiores às do Pará nos três indicadores analisados. A taxa de homicídios da RI foi de 23,34 mortes e a do Pará, 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou a taxa de 8,31 e o Pará, de 10,91. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo, que, em 2020, indicou um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Tocantins, 670,50 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 11 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Tocantins, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Tocantins	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	27,34	23,34
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	7,15	8,31
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	710,83	670,50

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. Ressalta-se que, na região Tocantins, 48,11% de sua população encontrava-se abaixo da linha da pobreza, o triplo do percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída, e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Tocantins apresentou um Índice de Gini de 0,56, indicando uma desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Tocantins	**48,11**	**0,56**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2020, na RI Tocantins, 63,26% da população de seus municípios estava inscrita no CadÚnico. Desses inscritos, 87,18% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza e 72% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. Na ocasião, a região apontava percentuais maiores do que o estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Tocantins	**63,26**	**87,18**	**72,08**
Abaetetuba	70,91	87,41	74,22
Acará	77,72	90,09	74,94
Baião	52,04	92,76	76,55
Barcarena	50,21	78,23	59,56
Cametá	64,91	89,93	73,73
Igarapé-Miri	69,69	83,76	70,64
Limoeiro do Ajuru	80,18	90,71	78,89
Mocajuba	86,59	89,86	76,93
Moju	66,79	91,65	71,09
Oeiras do Pará	82,44	93,31	87,86
Tailândia	39,29	78,12	65,43

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Dos municípios que compõem a região, Mocajuba e Oeiras do Pará obtiveram os maiores percentuais de população inscrita no CadÚnico, em 2020, com 86,59% e 82,44%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, cinco municípios apresentaram percentual de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza maiores que 90%, Oeiras do Pará (93,31%), Baião (92,76%), Moju (91,65%), Limoeiro do Ajuru (90,71%) e Acará (90,09%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Oeiras do Pará (87,86%) e Limoeiro do Ajuru (78,89%).

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira, via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227, os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Preveem, ainda, o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, consideram jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Em 2020, a RI Tocantins mostrou um quantitativo de 256.895 jovens, cuja participação estimada foi de 29,24% em relação ao seu contingente populacional, acima da demarcada para o estado, 27,54%. Dentre seus municípios, Abaetetuba detinha o maior número de jovens (44.869), seguido de Cametá (39.567). Os mais elevados percentuais de participação ocorreram em Tailândia (33,91%) e Limoeiro do Ajuru (30,16%); enquanto os minoritários foram registrados em Igarapé-Miri (26,98%) e Abaetetuba (28,21%).

Tabela 14 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Tocantins	**254.560**	**29,76**	**255.856**	**29,51**	**256.895**	**29,24**
Abaetetuba	45.615	29,19	45.258	28,70	44.869	28,21
Acará	16.076	28,96	15.977	28,74	15.874	28,51
Baião	13.976	30,11	14.193	29,91	14.396	29,71
Barcarena	36.268	29,66	36.675	29,42	37.031	29,15
Cametá	39.739	29,14	39.671	28,77	39.567	28,39
Igarapé-Miri	17.428	27,95	17.224	27,47	17.004	26,98
Limoeiro do Ajuru	8.746	30,60	8.793	30,39	8.830	30,16
Mocajuba	8.911	28,99	8.958	28,77	8.998	28,54
Moju	23.771	29,35	23.905	29,12	24.012	28,87
Oeiras do Pará	9.203	28,61	9.286	28,56	9.358	28,49
Tailândia	34.827	33,60	35.916	33,78	36.956	33,91

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, no ano de 2019, os jovens de 15 a 29 anos ocupavam 24,28% dos vínculos no Pará e 24,60% na RI Tocantins. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Barcarena (7.043) e Tailândia (3.954), enquanto os mais baixos estiveram em Oeiras do Pará (34) e Limoeiro do Ajuru (89). Em termos proporcionais, as participações mais elevadas se deram em Tailândia (38,24%) e Moju (29,24%).

Tabela 15 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Tocantins	**73.684**	**18.125,00**	**24,60**
Abaetetuba	9.865	2.226	22,56
Acará	4.185	1.016	24,28
Baião	1.651	136	8,24
Barcarena	26.685	7.043	26,39
Cametá	5.951	722	12,13
Igarapé-Miri	3.209	366	11,41
Limoeiro do Ajuru	1.135	89	7,84
Mocajuba	2.003	329	16,43
Moju	7.559	2.210	29,24
Oeiras do Pará	1.101	34	3,09
Tailândia	10.340	3.954	38,24

Fonte: MTE/Rais, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade. Estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[3]).

Na RI Tocantins, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos, em 2019, foi de 24,48%, acima do registrado no Pará, 22,64%. Dos municípios dessa região, destacam-se com os maiores percentuais Oeiras do Pará (30%) e Limoeiro do Ajuru (29,21%), enquanto os menores índices foram observados em Abaetetuba (18,15%) e Barcarena (20,23%). Considerando o intervalo de 2015 a 2019, todos os municípios registraram retração desse indicador, sendo Abaetetuba (7,08 p.p.) e Barcarena (6,7 p.p.) os que demarcaram maiores êxitos na diminuição do índice.

Tabela 16 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Tocantins, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Tocantins	**29,69**	**27,95**	**26,15**	**25,51**	**24,48**
Abaetetuba	25,23	22,12	21,08	21,23	18,15
Acará	32,05	28,61	28,02	30,11	28,67
Baião	31,83	31,39	24,92	27,93	27,74
Barcarena	26,93	24,72	21,68	20,89	20,23
Cametá	28,59	27,02	28,34	26,40	25,76
Igarapé-Miri	31,24	28,91	28,84	26,14	25,52
Limoeiro do Ajuru	34,16	30,48	31,34	30,25	29,21
Mocajuba	32,99	30,43	26,80	26,94	28,48
Moju	32,51	33,47	30,11	26,75	28,35
Oeiras do Pará	34,47	36,67	32,56	32,23	30,01
Tailândia	32,41	31,50	27,85	27,91	26,84

Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[3] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões

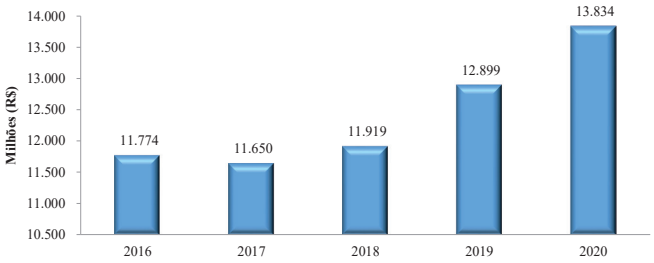
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado do Pará arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos.

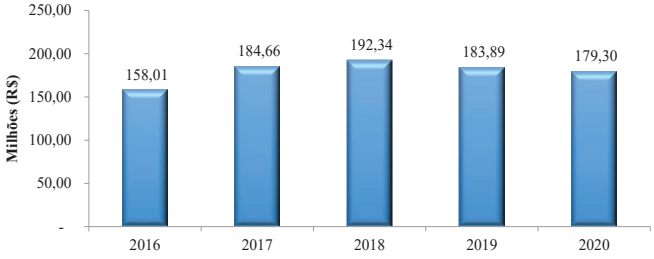
Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado à região Tocantins apresentou um aumento entre 2016 e 2018, que variou de R$ 158 milhões até R$ 192 milhões. A partir desse ano, este montante diminuiu de valor, registrando R$ 179,3 milhões, em 2020, equivalentes a 6,5% do repasse partilhado para as 12 Regiões de Integração.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da RI Tocantins, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos municípios, dos R$ 179 milhões destinados à região, no ano de 2020, Barcarena recebeu mais da metade do valor de repasse, cerca de 52% do total, seguido por Moju, com 11%. Os municípios de Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará foram os que menos receberam repasse, com 2,1%, 2,2% e 2,3%, respectivamente.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Tocantins	**158.005.921**	**184.658.703**	**192.338.208**	**183.888.032**	**179.302.952**
Abaetetuba	15.025.823	17.398.747	14.520.583	13.007.336	14.304.045
Acará	5.869.462	6.031.566	6.427.143	7.141.283	7.704.809
Baião	4.695.570	4.871.649	4.760.847	4.845.870	4.954.681
Barcarena	81.702.913	106.944.299	114.736.406	104.058.692	93.389.194
Cametá	6.573.798	6.959.499	7.379.312	7.396.329	7.990.361
Igarapé-Miri	4.460.791	4.871.649	4.760.847	4.845.870	5.249.040
Limoeiro do Ajuru	3.286.899	3.015.783	2.856.508	3.060.550	3.702.171
Mocajuba	3.052.120	3.015.783	3.094.550	3.315.596	3.907.329
Moju	16.199.716	13.918.998	14.520.583	16.577.978	19.490.116
Oeiras do Pará	3.521.677	3.247.766	3.808.677	3.825.687	4.140.080
Tailândia	13.617.152	14.382.964	15.472.752	15.812.840	14.471.125

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2020.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Tocantins é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.396 km²) e Terras Indígenas (201 km²). Assim, da área total da região, 35.839 km², 4,86% correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

Em relação ao desmatamento acumulado na RI Tocantins, registrou-se, em 2020, o total de 14.895 km², equivalente a 41,56% da área da região e a 5,39% do desmatamento acumulado do estado do Pará (Tabela 17). Em termos municipais, Moju registrou a maior área de desmatamento acumulado, 4.495 km² (30,18%), seguido do Acará, 2.437 km² (16,36%), e Tailândia, 2.343 km² (15,73%). Juntos, esses três municípios responderam por mais de 62% do desmatamento acumulado na RI.

Quanto aos focos de calor, em 2020, cerca de 27% dos registros da região concentraram-se no município de Moju (698), que, somados aos do Acará (591), Tailândia (320) e Cametá (271), alcançaram cerca de 73% do total de registros da RI.

Tabela 18 – Área Total, Desmatamento acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tocantins, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
RI Tocantins	**35.841,63**	**14.894,70**	**2.555**
Abaetetuba	1.610,65	698,40	106
Acará	4.344,38	2.437,00	591
Baião	3.759,83	1.637,20	135
Barcarena	1.310,34	336,70	47
Cametá	3.081,37	1.119,10	271
Igarapé-Miri	1.996,79	484,20	94
Limoeiro do Ajuru	1.490,19	62,30	10
Mocajuba	871,17	493,80	124
Moju	9.094,14	4.494,80	698
Oeiras do Pará	3.852,29	788,00	159
Tailândia	4.430,48	2.343,20	320

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, uma parcela de 66,42% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 18). Entre os municípios que compõem a região, Tailândia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (88,72%), seguido por Moju (78,95%) e Igarapé-Miri (68,56%).

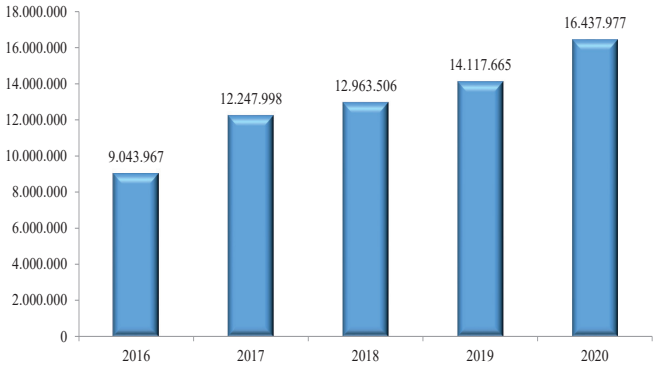
Tabela 19 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tocantins, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Tocantins	**35.850,43**	**30.957,47**	**86,35**	**20.563,21**	**66,42**
Abaetetuba	1.611,33	1.175,93	72,98	783,04	66,59
Acará	4.349,29	4.285,07	98,52	2.817,39	65,75
Baião	3.757,25	2.805,21	74,66	1.480,14	52,76
Barcarena	1.311,78	606,40	46,23	345,38	56,96
Cametá	3.081,02	2.607,08	84,62	928,95	35,63
Igarapé-Miri	1.997,33	1.669,92	83,61	1.144,97	68,56
Limoeiro do Ajuru	1.490,07	972,91	65,29	657,51	67,58
Mocajuba	870,74	794,11	91,20	430,86	54,26
Moju	9.097,35	8.915,98	98,01	7.039,38	78,95
Oeiras do Pará	3.850,63	2.714,58	70,50	1.022,65	37,67
Tailândia	4.433,64	4.410,29	99,47	3.912,93	88,72

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Tocantins teve uma participação média de 7,4% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios em 2020, (Gráfico 07), contabilizando um montante de R$16,438 milhões, com o município de Moju detendo a maior parcela (11,80%), seguido por Tailândia (10,53%), Acará (9,13%), Limoeiro do Ajuru (9,11%), Igarapé-Miri (8,93%), Baião (8,90%), Oeiras do Pará (8,57%), Cametá (8,46%), Abaetetuba (8,40%), Mocajuba (8,11%) e Barcarena (8,07%) (Tabela 20).

Gráfico 07 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Tocantins, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Tocantins, 2016 e 2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Tocantins	**9.043.967**	**12.247.998**	**12.963.506**	**14.117.665**	**16.437.977**
Abaetetuba	924.520	1.156.896	1.281.493	1.275.176	1.381.234
Acará	855.111	1.277.168	1.197.322	1.343.192	1.500.907
Baião	886.191	1.277.168	1.237.927	1.336.555	1.462.613
Barcarena	689.579	1.277.169	1.201.787	1.253.831	1.326.709
Cametá	507.780	998.659	1.158.499	1.275.325	1.390.124
Igarapé-Miri	782.638	1.277.169	1.241.626	1.303.263	1.467.435
Limoeiro do Ajuru	980.376	1.020.292	874.690	948.825	1.496.788
Mocajuba	582.064	725.913	645.206	857.449	1.333.538
Moju	955.445	1.277.171	1.529.123	1.710.507	1.939.447
Oeiras do Pará	782.572	683.223	1.254.152	1.297.258	1.408.141
Tailândia	1.097.692	1.277.170	1.341.682	1.516.283	1.731.041

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Planejamento e Administração- SEPLAD

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Tocantins**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R$1,00) 2022 - 2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	8.036.580,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	1.213.356,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	9.585.175,00
Cultura	275.808,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	49.596.833,00
Direitos Socioassistenciais	5.787.875,00
Educação Básica	571.508.629,00
Educação Profissional e Tecnológica	87.370.402,00
Educação Superior	10.892.728,00
Esporte e Lazer	761.730,00
Governança Pública	19.578.869,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	31.316.192,00
Infraestrutura e Logística	216.500.854,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	3.320.184,00
Saúde	314.405.675,00
Segurança Pública	42.090.349,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.193.770,00
	1.373.435.009,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022- 2023
Manutenção da Gestão	640.596.138,00
	640.596.138,00

TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura 8.036.580,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	634,838.00	06/2019	ADEPARA	771,649.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Açaí)	Kg/Hectare	6,598.00	06/2019	IBGE	8,020.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	2.939,00	12/2020	EMATER	2022	2.950,00
					2023	3.000,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	161,00	12/2018	SEDAP	2022	130,00
					2023	186,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	392,00	12/2018	SEDAP	2022	454,00
					2023	476,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Implantar 01 Entreposto para Hortifruti no Município de Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 1.213.356,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	9,09	12/2018	SEJUDH	2022	10,00
					2023	
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	73,00
					2023	36,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	CBM

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	Fundação ParáPaz, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS, SEASTER
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Promoção dos Direitos Difusos	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 9.585.175,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.07	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.14

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022	33,33
					2023	33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	FAPESPA, PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 275.808,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	45.45	12/2018	SECULT/FCP	81.82

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 49.596.833,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,00	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	0,00
					2023	0,00
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	42,57	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022	64,66
					2023	71,11

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Moju

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 5.787.875,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-15,90	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022	5,00
					2023	5,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 571.508.629,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3.20	12/2017	INEP/SEDUC	3.90
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4.50	12/2017	INEP/SEDUC	5.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	3,50	12/2018	INEP/SEDUC	2022	3,10
					2023	3,00
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,01	12/2018	INEP/SEDUC	2022	12,15
					2023	11,99
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	82,60	12/2018	INEP/SEDUC	2022	84,70
					2023	85,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,80	12/2018	INEP/SEDUC	2022	78,70
					2023	79,00
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	13,90	12/2018	INEP/SEDUC	2022	12,20
					2023	11,90
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	10,20	12/2018	INEP/SEDUC	2022	9,15
					2023	9,01

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais na Região Tocantins - DS

Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais na Região Tocantins - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 39 escolas nos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 87.370.402,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada	Incremento absoluto no número de vagas	540,00	05/2021	SECTET	2022	621,00
					2023	714,00
Incremento do número de vagas à educação profissional subsequente e concomitante	Incremento absoluto no número de vagas	292,00	05/2021	SECTET	2022	335,00
					2023	368,00
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	602,00	12/2018	SECTET	2022	630,00
					2023	710,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 4 Cursos de Formação Inicial e Continuada na Região Tocantins

Implantar Escola de Ensino Técnico em Barcarena - Ds

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET
Implementação da Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 10.892.728,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	12.08	12/2018	UEPA	7.02

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	5,00	12/2018	UEPA	2022	11,00
					2023	8,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Barcarena

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar 2 Cursos Modulares na Região Tocantins

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 761.730,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	395,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	223,00
					2023	38,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 19.578.869,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	957,859.00	12/2020	SEFA	1,119,681.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,28	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	0,42
					2023	0,42

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRCM, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Fortalecimento da Gestão Municipal	Município Atendido	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	HRCM
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, HRCM, PMPA, SEAP, SEFA

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 31.316.192,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	6.10	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	3.00
Receita gerada pelo turismo	U$	24,349.20	12/2018	SETUR	1,730,211.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	38,00	12/2018	BANPARA	2022	125,00
					2023	150,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	21,00	07/2019	SEDEME	2022	91,00
					2023	97,00
Número de turistas	Unidade	30.000,00	12/2018	SETUR	2022	25.498,00
					2023	26.136,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Implantar a ZPE em Barcarena

Realizar Concessão da Ferrovia Paraense (RI Araguaia ao Tocantins)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Incentivo Realizado	Un	CAZBAR, CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 216.500.854,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	69.46	12/2018	SETRAN	75.04

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	66,67	12/2019	CPH	2022	66,67
					2023	66,67
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	3,77	12/2020	SETRAN	2022	11,39
					2023	0,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir a Ponte em Concreto Armado sobre o Rio Meruú com 560,88 metros de extensão, localizada no Km 49,80 da Rodovia PA-151, Trecho: Igarapé Miri / Entr. Rodovia PA-467

Construir a Ponte sobre o Rio Alto Acará em estrutura mista (Concreto e Aço) com 280 metros de extensão, localizada na PA-256, Trecho: PA-475 / PA-451

Pavimentar a PA 407 (Rodovia do Açaí), Trecho: Entroncamento PA-151 / Vila Maiauatá no Município de Igarapé-Miri - 17 Km - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Implantação do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado	Sistema Implantado	Prc	GAS DO PARÁ

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 3.320.184,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	1.26	12/2018	PRODES/INPE	1.73

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 06 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 314.405.675,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	17.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	15.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16.26	12/2019	SIM	15.42
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	234.10	12/2020	MS/SIM	234.07

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	54,57	12/2020	EGESTOR	2022	55,82
					2023	57,07
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	0,00	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	0,94	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,01
					2023	1,01
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	50,90	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,33	12/2018	SIA	2022	0,45
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, ETSUS, HEMOPA, HRCM
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	6º CRS - Barcarena
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Ampliar o Hospital Regional de Cametá - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HRCM, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRCM, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA

Região de Integração: **Tocantins**

TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública — 42.090.349,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	93.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	87.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	36.50	12/2020	SEGUP	34.20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	23.30	12/2020	SEGUP	20.90
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	665.00	12/2020	SEGUP	595.50
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	368.40	12/2020	SEGUP	339.30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	2,38	12/2018	SEAP	2022	1,63
					2023	1,80
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	2.807,00	12/2018	PMPA	2022	5.333,00
					2023	6.175,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	84,00	12/2018	DETRAN	2022	87,00
					2023	88,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2022	38,00
					2023	39,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	67,90	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022	88,70
					2023	90,50
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	34,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	36,00
					2023	38,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	88,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	89,00
					2023	89,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo
Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Adequar 3 Delegacias de Polícia em Barcarena e Limoeiro do Ajurú - DS
Implantar Base Integrada Fluvial em Abaetetuba - DS
Implantar Centro de Atendimento e Despacho
Implantar Delegacia Fluvial em Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Tocantins**

TOTAL GERAL: **2.014.031.147,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — 1.193.770,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(0.52)	12/2018	MTE/RAIS	1.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	7,46	12/2018	SEASTER/FAPESPA/MTE/RAIS/CAGED	2022 2023	4,00 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	22,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	22,00 23,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	29,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022 2023	30,50 31,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

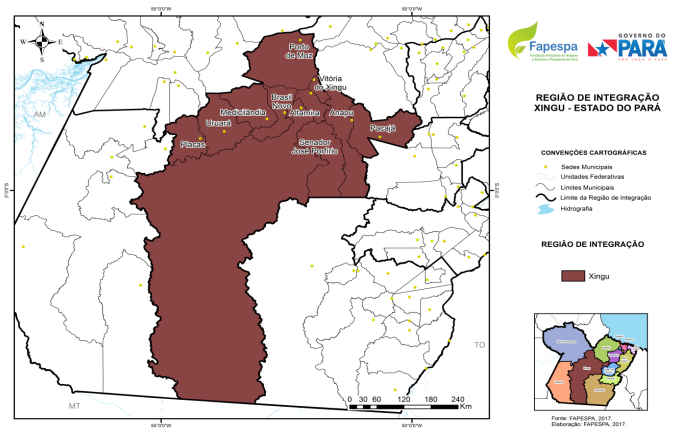
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Região de Integração: Tocantins

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Valor (R$1,00) 2022-2023
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	5.530.914,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	80.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	82.060.256,00
Concessão de Auxílio Fardamento	2.064.905,00
Concessão de Auxílio Transporte	4.774.776,00
Operacionalização das Ações Administrativas	7.052.582,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	539.032.705,00
	640.596.138,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO XINGU



1 ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Xingu, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066 de 19 de junho de 2008 é composta por 9 municípios (*Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu*). Os habitantes naturais da região eram os índios Kaiapós, Baú, Tacuúba, Penes, Jurunas, Achipaiás, Curiarias, Araras e Carajás.

Os primeiros europeus a explorarem a região através do rio Xingu foram os holandeses. Porém, a formação de seu território foi iniciada por meio de diversas missões Jesuítas da companhia de Jesus no século XVII, os padres da Companhia de Jesus ali chegaram e fundaram juntamente com índios, diversos aldeamentos como o de Arucará ou Aricará e o de Muturu. O primeiro município a se originar foi Souzel e a partir dele os municípios Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Porto de Moz e Altamira.

Os municípios de Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Placas, Medicilândia e Uruará se originaram a partir do Programa de Integração Nacional (PIN), instituído no ano de 1970 e implantado a partir de 1971, pelo Governo Federal e da construção da Rodovia BR-230 (Transamazônica), eixo ordenador do PIN. O objetivo era desenvolver um grande programa de colonização dirigida para à Amazônia com a migração de trabalhadores sem-terra de diversos pontos do Brasil, em especial, do Nordeste para povoar a região a partir da construção de agrovilas e o projeto de Colonização do INCRA.

Localizada na Região Sudoeste do Pará, entrecortada pela rodovia BR-230 (Rodovia Transamazônica), a RI Xingu abrange uma área territorial total de 250 mil quilômetros quadrados, o que representa 20% da área total do Pará.

De acordo com o IBGE, a estimativa populacional da região em 2020 foi de 385.602 habitantes, 4,4% da população do estado. Deste contingente populacional, 30,1% estão concentradas em Altamira, seguido por Pacajá (12,6%) e Uruará (11,8%), que juntos respondem por 54% da população da RI. Em relação ao crescimento da população entre 2010 e 2020, a taxa foi de 1,51%, maior que a média do estado (1,41%).

O PIB dessa região corresponde a 6% da população do estado. Na composição do PIB, a Indústria contribui com 48% os Serviços com 20%, a Agropecuária com 14%, atividade da Administração Pública com 14%, e, os Impostos sobre produtos com 4%.

Destaca-se pela importância energética, através da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Na agricultura com os produtos de cacau (maior produtor do estado (83%), banana (38%) e café (38%), na produção do estado; na pecuária com rebanhos de Bovino (13%); Equino (13%); Ovinos (10%); Codornas (9%). Na produção de origem animal destaque para Leite (9%) e ovos de codornas.

O turismo destaca-se pelas festas religiosas, o artesanato local, festivais e Feira Agropecuária; belezas naturais como balneários, açudes, cachoeiras, praias, cavernas, grutas, tabuleiros de quelônios, além de monumentos históricos e pesca esportiva.

2 DINÂMICA ECONÔMICA

2.1 Economia

Em 2018, a Região de Integração Xingu teve sua riqueza valorada em R$ 10,2 bilhões, o que representou 6% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o setor da Indústria com R$ 4,8 bilhões ou 48% do total da região, seguido dos Serviços com R$ 1,9 bilhão (20%), da Agropecuária com R$1,4 bilhão (14%); e da Administração pública com 1,5 milhão (14%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Xingu, 2018.

PIB	Brasil	Pará	RI Xingu
PIB (Mil R$)	**7.004.141.000**	**161.349.602**	**10.165.068**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**6.011.150.000**	**146.889.115**	**9.726.111**
% Valor Adicionado Total	85,82%	91,04%	95,68%
VA Agropecuária (Mil R$)	**309.611.000**	**14.967.854**	**1.405.567**
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	13,83%
VA Indústria (Mil R$)	**1.313.210.000**	**45.502.447**	**4.882.382**
% VA Indústria	18,75%	28,20%	48,03%
VA Serviços (Mil R$)	**3.342.944.000**	**54.001.480**	**1.978.678**
% VA Serviços	47,73%	33,47%	19,47%
Administração Pública (Mil R$)	**1.045.385.000**	**32.417.334**	**1.459.484**
% Administração Pública	14,93%	20,09%	14,36%
Impostos (Mil R$)	**992.991.000**	**14.460.487**	**438.957**
% Impostos	14,18%	8,96%	4,32%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Entre os municípios que compõem a região do Xingu, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Vitória do Xingu, com participação de 43% e Altamira com 27% de contribuição.

Tabela 02 – Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Xingu, 2018.

Item Geográfico		PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil		**7.004.141.000**	**309.611.000**	**1.313.210.000**	**3.342.944.000**	**1.045.385.000**	**992.991.000**
Pará		**161.349.602**	**14.967.854**	**45.502.447**	**54.001.480**	**32.417.334**	**14.460.487**
Xingu		**10.165.068**	**1.405.567**	**4.882.382**	**1.978.678**	**1.459.484**	**438.957**
Altamira	(27%)	2.722.307	234.009	693.436	1.150.643	411.072	233.146
Anapu		368.918	96.753	19.625	112.132	113.142	27.267
Brasil Novo		251.874	92.080	11.308	69.230	65.520	13.737
Medicilândia		614.016	332.824	26.145	120.825	112.467	21.755
Pacajá		595.652	241.630	25.376	119.922	183.022	25.702
Placas		245.465	87.876	8.618	41.390	99.856	7.724
Porto de Moz		309.944	62.283	14.843	58.558	162.921	11.340
Senador José Porfírio		135.571	41.057	6.047	28.146	55.152	5.169
Uruará		545.610	158.466	28.587	157.640	168.780	32.138
Vitória do Xingu	(43%)	4.375.711	58.591	4.048.396	120.192	87.552	60.981

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O quadro 01 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas principais atividades aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município.

Para a região do Xingu, as principais atividades em termos de VA em 2018, foram: Produção de eletricidade; Agricultura com destaque para o cultivo de cacau, banana, soja, mandioca e milho; Construção civil; Comércio e manutenção de veículos ressaltando o comercio atacadista de cacau e o varejista de combustíveis e produtos alimentícios; e as Atividades imobiliárias.

Quadro 01 – Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública, Região de Integração Xingu, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Xingu	**Produção de eletricidade**	**Agricultura**	**Construção civil**	**Comércio e manutenção de veículos**	**Atividades imobiliárias**
Altamira	Construção civil	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Produção e distribuição de eletricidade e água	Pecuária
Anapu	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Alojamento e alimentação
Brasil Novo	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Medicilândia	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil
Pacajá	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Placas	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Porto de Moz	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos
Senador José Porfírio	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos
Uruará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Vitória do Xingu	Produção e distribuição de eletricidade e água	Construção civil	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Agricultura

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021

O município de Vitória do Xingu apresentou, em 2018, como principais atividades: Produção e distribuição de eletricidade e água com destaque para a hidrelétrica de Belo Monte; a Construção civil; o Comércio e manutenção de veículos, com destaque para os segmentos de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, comércio varejista de combustíveis e de produtos alimentícios; as Atividades imobiliárias; e a Agricultura com os cultivos de cacau, banana, mandioca e laranja.

Em Altamira as principais atividades na composição do VA municipal em 2018 foram: a Construção civil; o Comércio e manutenção de veículos, evidenciando os segmentos de comercio varejista de produtos alimentícios e de combustíveis e o comércio atacadista de cacau; as Atividades imobiliárias; a Produção e distribuição de eletricidade e

água com a hidrelétrica de Pimental; e a Pecuária com a criação de bovinos e de galináceos.

2.2 Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$ 19,036 bilhões, e a RI Xingu contabilizou um saldo de US$ 2,258 milhões. Entre os produtos exportados pela região, destaca-se a madeira serra e perfilada, que representou 94,4% do total exportado pela região.

Tabela 03 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	**209.180.241.655**	**-**	**158.786.824.879**	**-**	**50.393.416.776**
Pará	**20.235.721.095**	**100**	**1.199.622.713**	**100**	**19.036.098.382**
Xingu	**2.322.011**	**0,01**	**63.130**	**0,01**	**2.258.881**
Altamira	991.521	42,70	21.303	33,74	970.218
Anapu	920.507	39,64	22.387	35,46	898.120
Uruará	409.983	17,66		0,00	409.983
Vitória do Xingu		0,00	19.440	30,79	-19.440

Fonte: Comexstat/MDIC, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
*Nota: Os demais municípios da RI não tiveram participação na Balança Comercial.

2.3 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em 2019, a RI Xingu registrou um total de 29 mil empregos formais, o que representa 2,7% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha cerca de 36% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 25,5%, e Serviços, 19,8%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Altamira (53%), Uruará (9,6%) e Pacajá (8,7%).

Tabela 04 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Xingu
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	131.668
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	5,65
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	18,49
Empregos Formais (2019)			
Total	**47.554.211**	**1.095.520**	**29.474**
Extrativa Mineral	227.838	22.035	75
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	858
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	393
Construção Civil	2.012.211	61.981	3.049
Comércio	9.453.390	206.789	7.514
Serviços	17.843.857	310.933	5.837
Adm. Pública	8.865.548	356.141	10.599
Agropecuária	1.477.081	49.712	1.149

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 107 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4% do total de ocupados do estado.

2.4 Infraestrutura

Em relação à infraestrutura de transportes, o principal eixo viário na região é a Rodovia Transamazônica (BR-230). Além desse, duas rodovias estaduais, a PA-415 e PA-167, interligam Altamira a Vitória do Xingu e Belo Monte a Senador José Porfírio, respectivamente. De forma geral, as obras de infraestrutura viária, na RI Xingu, estão voltadas para atender à Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Xingu.

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Anapu
	Altamira
	Medicilândia
	Pacajá
	Porto de Moz
	Uruará
Rodovias	BR 230, PA-415 e PA-167
UHE	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Portos	Porto de Moz
	Senador José Porfírio
	Vitória do Xingu

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também seis aeródromos/aeroportos, três portos de pequeno porte e três rodovias.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Xingu será contemplada com investimentos de, cerca de, R$ 6,32 bilhões, o que corresponde a 5,3% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como o Barry Callebaut Brasil S/A (Liquor de Cacau) com investimentos previstos da ordem de R$ 100 milhões em Altamira, e outro de mineração da Belo Sun Mineração avaliado em R$ 5 bilhões em Senador José Porfírio.

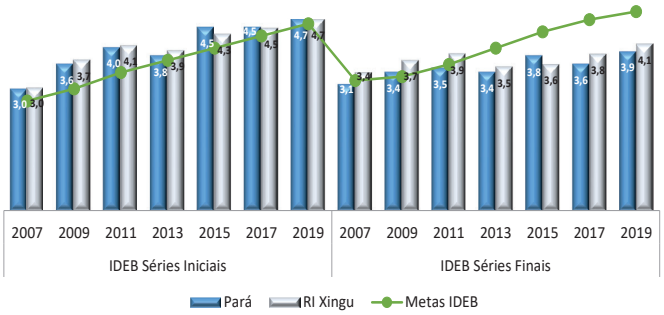
3 DINÂMICA SOCIAL

3.1 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Xingu, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, assim como o estado, de forma global, alcançou. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série, apresentando uma queda a partir de 2013 e voltando a se recuperar somente em 2015, porém mesmo com o comportamento crescente se mantendo até 2019, ainda não superou as metas estabelecidas. O estado do Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Xingu, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Xingu.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA[1], sobre "Continuum" Currículo 2020/2021, que propõe a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual, dispõe: "Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso."

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno as atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

[1] Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

A taxa de aprovação do Brasil, Pará, região do Xingu e da maioria de seus municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 95% de aprovação, exceto os municípios de Pacajá (83,8%), Anapu (91,2%), Porto de Moz (91,8%) e Placas (94,1%). Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em relação ao estado e municípios da região, com exceção do município de Placas que apresentou uma taxa de 86,4%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região chegou a 1,5% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Pacajá (7,6%) e Placas (5,7%). No ensino médio, apenas um município registrou taxa de reprovação, Altamira com 0,2%.

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima do valor do Brasil (1%) e da taxa registrada pelo estado do Pará (1,7%), alcançando 3,2% de abandono. O município de Pacajá (8,6%), Porto de Moz (8,2%) e Anapu (7,9%), registraram os maiores percentuais da região. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e acima da do Pará (0,7%), com o registro de 2,0%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com o município de Placas, com 13,6% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxas de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 05 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	**98,2**	**95,0**	**0,8**	**2,7**	**1,0**	**2,3**
Pará	**97,7**	**99,2**	**0,6**	**0,1**	**1,7**	**0,7**
Xingu	**95,3**	**98,0**	**1,5**	**0,0**	**3,2**	**2,0**
Altamira	99,7	99,7	0,0	0,2	0,3	0,1
Anapu	91,2	100,0	0,9	0,0	7,9	0,0
Brasil Novo	99,6	100,0	0,1	0,0	0,3	0,0
Medicilândia	99,1	98,6	0,2	0,0	0,7	1,4
Pacajá	83,8	99,5	7,6	0,0	8,6	0,5
Placas	94,1	86,4	5,7	0,0	0,2	13,6
Porto de Moz	91,8	99,5	0,0	0,0	8,2	0,5
Senador José Porfírio	97,6	98,9	0,0	0,0	2,4	1,1
Uruará	96,4	98,4	0,6	0,0	3,0	1,6
Vitória do Xingu	100,0	99,3	0,0	0,0	0,0	0,7

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. Na região, o município de Porto de Moz atingiu as maiores taxas de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental (46,6%), quanto no ensino médio (61,9%). O município de Uruará obteve a menor taxa no ensino fundamental (21,1%) e Altamira a menor taxa no ensino médio (33,4%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 06 – Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	**16,2**	**15,5**	**26,2**	**26,2**
Pará	**28,6**	**27,5**	**46,5**	**45,2**
Xingu	**31,4**	**30,0**	**46,1**	**47,6**
Altamira	24,4	23,8	32,1	33,4
Anapu	34,5	33,6	47,2	49,4
Brasil Novo	22,7	21,7	38,9	38,5
Medicilândia	34,1	32,5	46,3	48,3
Pacajá	38,2	36,4	51,0	52,9
Placas	27,6	23,1	35,2	41,4
Porto de Moz	48,2	46,6	62,0	61,9
Senador José Porfírio	33,1	34,9	53,9	56,7
Uruará	22,5	21,1	43,0	43,2
Vitória do Xingu	28,4	26,5	51,7	50,6

Fonte: INEP/FAPESPA, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.2 Saúde

No que diz respeito à saúde, na Região de Integração Xingu, a taxa de mortalidade infantil de 15,88 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2019, foi ligeiramente superior à taxa do Pará, 15,14. Os municípios da RI com as maiores taxas foram Porto de Moz (27,34) e Medicilândia (24,44) e os que obtiveram os menores índices, Vitória do Xingu (8,22) e Brasil Novo (9,23).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, em 2020, constavam 618 agentes, proporção de cobertura de 76,20%, menor que a do estado do Pará, 76,46%, ressaltando-se que apenas os municípios de Placas (14,18%), Senador José Porfírio (34,53%), Altamira (44,16%) e Vitória do Xingu (72,19%) não possuíam 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2020, havia 71 equipes implantadas na região, equivalentes à uma proporção de cobertura média de 63,51%, superior à apresentada pelo estado, de 57,64%. Dentre os municípios, até dezembro de 2020, apenas Brasil Novo alcançou 100% da cobertura, cabendo o destaque negativo para Senador José Porfírio, com cobertura de 29,59%, Placas, com 33,41% e Pacajá, com 43,39%.

Tabela 07 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Xingu
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	15,88
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	76,20
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	63,51
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	13
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	3,24
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,97

Fonte: IBGE/DATASUS/DAB, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

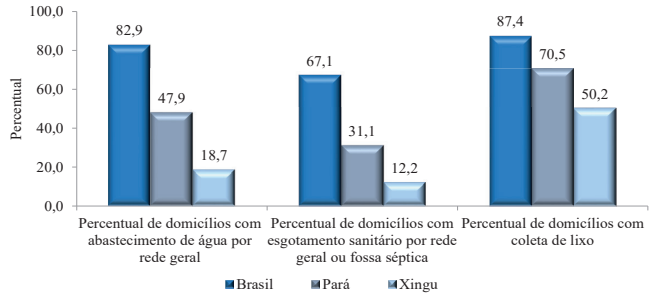
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Xingu contava, em 2020, com 13 hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público da Transamazônica, inaugurado em 2006, em Altamira, que possui perfil de atendimento em mais de vinte especialidades médicas, concentrando a oferta de serviços de média e alta complexidade não disponibilizados por outras unidades da rede pública na região e o Hospital de Campanha Covid-19 de Altamira, criado para auxiliar nos atendimentos dos casos de Covid-19. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa observada pela RI, em 2020, foi de 3,24, superior à do Pará, de 2,55. Resultado oposto em relação à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na RI (1,97) foi menor que à taxa do estado (2,03).

3.3 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 02 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Xingu. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Xingu, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 18,7% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,2%, e com coleta de lixo, era de 50,2%. As coberturas dos três serviços eram menores na região do que no estado, no ano em questão, destacando-se os percentuais para abastecimento de água e esgotamento sanitário, que estavam bem abaixo das proporções nacional e estadual.

Gráfico 02 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010.



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável "Fora RMB", que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da Pnad, além da variável Fora RMB.

Tabela 08 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: * PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também. Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2019, segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, não estava presente em nenhum dos 10 municípios que compõem a RI Xingu.

Tabela 09 – Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	**35,59**	**4,72**	**54,52**
RI Xingu	**13,85**	**11,04**	**40,56**
Altamira	32,38	32,38	84,88
Anapu	-	-	57,57
Brasil Novo	-	-	-
Medicilândia	-	-	-
Pacajá	-	-	41,92
Placas	5,45	-	20,28
Porto de Moz	-	-	-
Senador José Porfírio	66,91	-	60,00
Uruará	-	-	-
Vitória do Xingu	40,97	33,04	53,14

Fonte: IBGE/SNIS, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Em relação ao SNIS, este disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água no ano de 2019. A R.I. Xingu apresentava um percentual menor, com aproximadamente 14% de cobertura desse serviço, sendo Senador José Porfírio e Vitória do Xingu os municípios dessa região que possuíam maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, com 66,9% e 41%, respectivamente. Em relação às informações sobre esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e na região este percentual foi de 11%, ficando registrado apenas dois municípios com esse serviço, Vitória do Xingu e Altamira, com 33% e 32%, respectivamente. 54,5% da população paraense possuía em 2019 o serviço de coleta de lixo domiciliar, sendo que para a região este percentual era de 40,56%, com Altamira, Senador José Porfírio, Anapu e Vitória do Xingu constituindo os municípios com maior contingente populacional coberto por este serviço, 84,9%, 60%, 57,6% e 53%, respectivamente.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 10 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI XINGU	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	21.045	25,6
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.226	66,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	4.842	22,7
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.326	6,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	982	4,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**82.411**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010
Elaboração: FAPESPA, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Xingu, o déficit era de 25,6% do total de domicílios. A componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 66,6% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 22,7% na região Xingu. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado do Pará e 90% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 6,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,6% na RI Xingu.

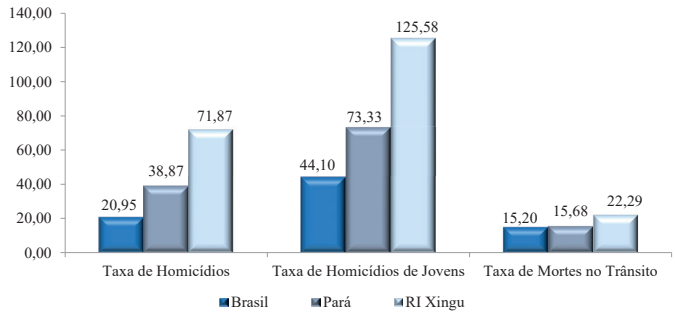
3.4 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2019, a RI Xingu apresentou, nos três indicadores, taxas superiores às do estado e do Brasil.

Em 2019, a taxa de homicídios no Pará atingiu 38,87 homicídios, enquanto na região foi de 71,87. Os municípios de Senador José Porfírio, Anapu e Altamira registraram as maiores taxas, 162,98, 118,32 e 103,84 homicídios, respectivamente, em contraposição a Porto de Moz e Placas, que figuraram com as menores taxas, 24,31 e 25,82 homicídios, nesta ordem.

Na região Xingu, a taxa de homicídio com recorte na população jovem (125,58 homicídios a cada 100 mil jovens), dados de 2019, foi superior à taxa estadual (73,33 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Vitória do Xingu (224,52 mortes), Altamira (215,52 mortes), Anapu (165,02 mortes) e Senador José Porfírio (123,46 mortes) alcançaram as maiores taxas da RI, enquanto as menores couberam aos municípios de Placas (22,18) e Porto de Moz (55,88).

Gráfico 03 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2019.



Fonte: IBGE/DATASUS, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Xingu, em 2019, foi de 22,29 mortes, superior à do Pará, 15,68. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Anapu (46,61 mortes) e Brasil Novo (39,77 mortes), enquanto Porto de Moz (4,86 mortes) e Medicilândia (12,66 mortes) registraram as menores da região.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85-Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) do Pará, que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2020, a RI Xingu apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior apenas para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 42,27 mortes e a do Pará, de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 14,52 e o Pará, de 10,91. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que registrou, no ano de 2020, um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará. Na RI Xingu, observou-se a taxa de 309,91 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 11 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Xingu, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Xingu	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	74,75	42,27
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	12,59	14,52
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	380,58	309,91

Fonte: SEGUP, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

3.5 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro observado no Brasil, 15,20%. Por seu lado, a região Xingu registrou um total de 44,34% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o triplo do percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Xingu apresentou um Índice de Gini de 0,60, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e igual à do Brasil, conforme tabela a seguir.

Tabela 12 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Xingu	44,34	0,60

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2020, na RI Xingu, 61,46% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 82,9% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza, e 75,16% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região obteve percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 13 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Xingu e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**53,01**	**77,03**	**58,84**
RI Xingu	**61,46**	**82,94**	**65,16**
Altamira	51,27	72,75	52,71
Anapu	78,47	92,65	67,44
Brasil Novo	89,14	75,06	54,46
Medicilândia	60,08	84,40	74,90
Pacajá	65,35	88,45	77,39
Placas	44,09	83,13	71,94
Porto de Moz	66,96	90,05	70,62
Senador José Porfírio	117,70	91,22	72,39
Uruará	61,29	85,70	68,20
Vitória do Xingu	49,52	69,68	60,46

Fonte: MC, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Dos municípios que compõem a região, Senador José Porfírio alcançou o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, com 117,7% do total. Esse percentual ultrapassa 100% devido à estimativa da população inscrita elaborada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social ser maior que a população estimada pelo IBGE. Em 2020, pela estimativa populacional do IBGE, a população de Senador José Porfírio foi de 11.480 habitantes, e a população cadastrada estimada pela Secretaria foi de 13.512, o que explica o indicador de 117,7%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Anapu (92,65%), Senador José Porfírio (91,22%) e Porto de Moz (90,05%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias beneficiárias do Bolsa Família foram Pacajá (77,39%) e Medicilândia (74,9%).

3.6 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Em 2020, a RI Xingu mostrou participação de 28,22% de jovens em relação a seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Altamira registrou o maior número de jovens (32.272), seguido de Pacajá (13.301). O maior percentual foi em Porto de Moz (30,34%) e Placas (29,15%). A menor participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em Brasil Novo (24,63%).

Tabela 14 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	**2.384.917**	**28,01**	**2.390.452**	**27,79**	**2.393.527**	**27,54**
Xingu	**107.666**	**28,57**	**108.298**	**28,41**	**108.823**	**28,22**
Altamira	31.864	28,15	32.087	28,00	32.272	27,83
Anapu	7.726	28,45	7.878	28,25	8.023	28,05
Brasil Novo	3.875	25,51	3.785	25,09	3.691	24,63
Medicilândia	8.831	28,29	8.879	28,10	8.918	27,89
Pacajá	13.238	28,17	13.275	27,83	13.301	27,47
Placas	8.799	29,05	9.018	29,11	9.229	29,15
Porto de Moz	12.359	30,55	12.527	30,45	12.681	30,34
Senador José Porfírio	3.289	27,78	3.240	27,79	3.191	27,80
Uruará	13.205	29,01	13.155	28,93	13.098	28,83
Vitória do Xingu	4.480	29,89	4.454	29,43	4.419	28,92

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No campo empregatício, em 2019, os vínculos ocupados por jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 24,28% no Pará, enquanto na RI Xingu, esse percentual foi de 30,31%. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal aconteceram em Altamira (5.437, equivalente a 34,79%) e Uruará (825, correspondendo a 29,07%), sendo o primeiro, o município com maior participação dentre os componentes da região, seguido de Anapu (474, com 31,18% de participação). Por outro lado, os menores quantitativos ocorreram em Senador José Porfírio (56) e Porto de Moz (271), seguidamente com 8,81% e 16% de participação.

Tabela 15 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.095.520**	**266.043**	**24,28**
Xingu	**29.474**	**8.933,00**	**30,31**
Altamira	15.626	5.437	34,79
Anapu	1.520	474	31,18
Brasil Novo	1.225	369	30,12
Medicilândia	1.259	343	27,24
Pacajá	2.551	603	23,64
Placas	946	200	21,14
Porto de Moz	1.694	271	16,00

Senador José Porfírio	636	56	8,81
Uruará	2.838	825	29,07
Vitória do Xingu	1.179	355	30,11

Fonte: MTE/RAIS, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade. Estabelecendo-se de forma precoce, contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]), e dados preliminares do DATASUS acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76 (FAPESPA, 2020[3]).

No Pará, em 2019, 22,64% dos nascidos vivos eram de mães menores de 19 anos, índice 3,8 p.p. abaixo do demarcado no ano de 2015 (26,53%). A RI Xingu obteve percentual acima do registrado no estado, 30,64% (2015) e 25,40% (2019), variação negativa de 5,24 p.p..

Em relação aos municípios da RI Xingu, para o ano 2019, os maiores percentuais ocorreram em Senador José Porfírio (32,79%) e Porto de Moz (31,64%); enquanto os menores índices foram em Altamira (21,21%) e Uruará (21,84%). Considerando a série de 2015 a 2019, a maioria dos municípios da região registrou diminuição desse indicador, destacando-se com mais êxito Uruará (- 9,11 p.p.) e Pacajá (- 8,26 p.p.). Os únicos municípios que aumentaram seus índices foram Placas (4,19 p.p.), Medicilândia (0,32 p.p.) e Vitória do Xingu (0,8 p.p.).

Tabela 16 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Xingu, 2015-2019.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	**26,53**	**25,73**	**24,38**	**23,50**	**22,64**
Xingu	**30,64**	**28,54**	**28,17**	**25,57**	**25,40**
Altamira	28,82	25,72	25,33	22,55	21,21
Anapu	33,50	34,43	30,95	30,34	29,75
Brasil Novo	30,59	27,21	23,72	22,79	22,77
Medicilândia	28,60	32,64	29,59	24,17	28,92
Pacajá	34,55	29,65	26,70	26,61	26,29
Placas	24,18	22,46	24,74	26,79	28,37
Porto de Moz	36,01	31,36	35,52	33,38	31,64
Senador José Porfírio	35,10	32,68	34,01	33,45	32,79
Uruará	30,95	30,71	30,82	23,96	21,84
Vitória do Xingu	25,78	27,02	26,53	20,62	26,58

Fonte: DATASUS/2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

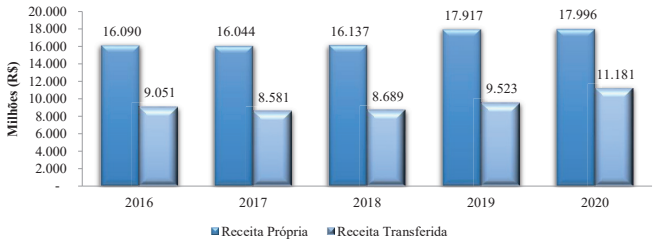
[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.
[3] FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2020.

4 FINANÇAS PÚBLICAS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2019, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9.405 milhões.

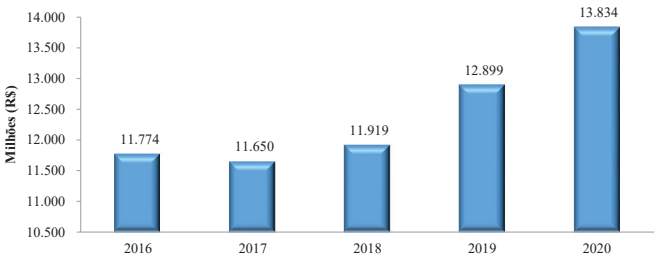
Gráfico 04 – Evolução das Receitas, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016, o estado do Pará arrecadou, em torno de, 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017, apresentou uma pequena queda de 1%, e, nos anos seguintes, 2018 a 2020, apresentou aumento, R$ 11.919 milhões, R$ 12.899 milhões e R$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos

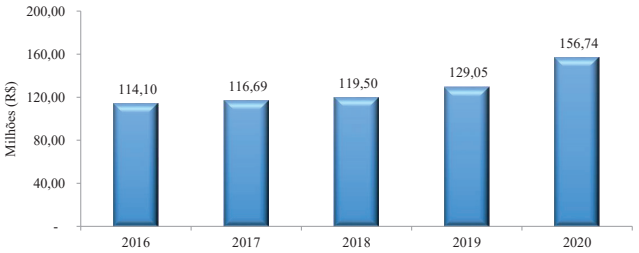
Gráfico 05 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado a Região do Xingu apresentou uma variação crescente desde 2016, registrando R$ 114 milhões, chegando em 2020 a R$ 156,7 milhões. A variação percentual neste período foi de 37% de aumento e observando a partilha do repasse entre as 12 regiões, a do Tocantins recebeu o equivalente a 5,7% do valor total, neste ano.

Gráfico 06 – Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da RI Xingu, 2016-2020.



Fonte: Balanço Geral do Estado 2016-2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos municípios, dos R$ 156,7 milhões destinados à região no ano de 2020, Vitória do Xingu e Altamira foram os que receberam a maior parcela, com 30,8% e 29,4% do repasse. Os municípios de Brasil Novo, com 3,9%, e Placas e Senador José Porfírio, cada um com 3.7%, receberam as menores parcelas do valor destinado a região.

Tabela 17 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios, 2016-2020.

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**2.347.784.865**	**2.319.832.951**	**2.380.423.365**	**2.550.458.138**	**2.766.761.858**
Xingu	**114.102.344**	**116.687.597**	**119.497.253**	**129.053.182**	**156.740.449**
Altamira	50.946.932	49.644.425	44.990.002	43.102.743	46.026.600
Anapu	7.982.469	7.191.482	7.379.312	7.651.374	8.318.602
Brasil Novo	5.634.684	5.567.599	5.951.058	5.611.008	6.050.200
Medicilândia	6.808.576	8.351.399	9.997.778	9.181.649	9.443.027
Pacajá	10.330.253	11.831.148	11.187.990	9.946.787	11.160.830
Placas	4.460.791	4.639.666	5.236.931	5.355.962	5.765.226
Porto de Moz	5.634.684	5.567.599	5.713.016	5.866.054	6.307.559
Senador José Porfírio	5.399.905	4.871.649	5.236.931	5.355.962	5.758.030
Uruará	8.686.804	9.047.349	9.045.609	8.926.603	9.604.133
Vitória Do Xingu	8.217.247	9.975.282	14.758.625	28.055.040	48.306.243

Fonte: SEFA, 2020.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

5 DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Xingu, com área de 250.793 km², é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (42.959 km²) e Proteção Integral (36.470 km²) e Terras Indígenas (95.683 km²). Assim, da área total da região, 175.111 km² (69,82%) correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

Em relação ao desmatamento acumulado na região em 2020, registrou-se o equivalente a 36.150 km², ou 14,41%, da área da RI, e a 13,07% do desmatamento acumulado do estado do Pará (Tabela 18). Em termos municipais, Altamira, Pacajá e Uruará responderam por 57,54% (20.799 km²) do desmatamento acumulado na RI, ao passo que mais da metade dos registros de foco de calor concentraram-se, em 2020, em apenas dois municípios, Altamira e Pacajá, que somaram 5.850 focos, ou 65,20%, dos registros para a RI.

Tabela 18 – Área Total, Desmatamento acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Xingu, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km²)	Desmatamento Acumulado (km²)	Número de Focos de Calor
Pará	**1.245.870,71**	**276.486,54**	**38.603**
RI Xingu	**250.793,17**	**36.150,10**	**8.973**

Altamira	159.533,31	10.536,40	4.865
Anapu	11.895,27	2.932,80	459
Brasil Novo	6.362,58	2.743,10	132
Medicilândia	8.272,63	2.431,80	348
Pacajá	11.832,32	6.486,80	985
Placas	7.173,19	2.473,70	741
Porto de Moz	17.423,02	1.190,00	218
Senador José Porfírio	14.419,92	1.568,20	548
Uruará	10.791,41	3.776,10	632
Vitória do Xingu	3.089,54	2.011,20	45

Fonte: INPE/PRODES, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, 81,05% de suas propriedades rurais inseridas no CAR (Tabela 19). Entre os municípios da região, Medicilândia possui o maior percentual de área com CAR efetivado (90,46%), seguido por Senador José Porfírio (89,17%) e Brasil Novo (88,55%).

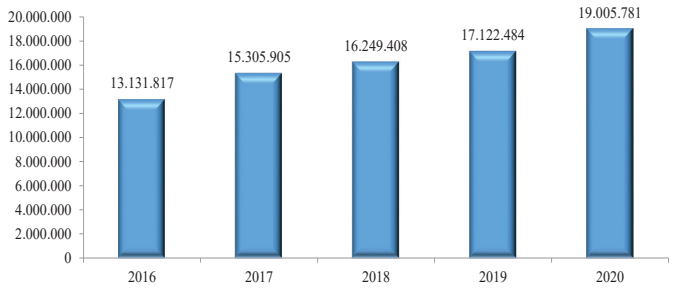
Tabela 19 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Xingu, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
Xingu	**251.103,02**	**75.881,85**	**30,22**	**61.504,86**	**81,05**
Altamira	159.839,66	19.942,35	12,48	4.002,12	70,21
Anapu	11.886,18	6.599,81	55,53	5.473,17	82,93
Brasil Novo	6.363,08	4.781,46	75,14	4.234,02	88,55
Medicilândia	8.278,40	7.963,61	96,20	7.203,69	90,46
Pacajá	11.823,90	11.787,98	99,70	10.396,22	88,19
Placas	7.181,22	5.677,94	79,07	4.844,32	85,32
Porto de Moz	17.422,48	3.186,64	18,29	1.836,54	57,63
Senador José Porfírio	14.411,14	3.712,05	25,76	3.310,15	89,17
Uruará	10.808,98	9.866,32	91,28	8.305,77	84,18
Vitória do Xingu	3.087,98	2.363,69	76,54	1.898,87	80,33

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.

No que diz respeito às iniciativas estatais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Xingu teve uma participação média de 8,6% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios em 2020 (Gráfico 07), contabilizando um montante de R$19,006 milhões, com o município de Altamira detendo a maior parcela (14,48%), seguido por Pacajá (12,81%), Uruará (10,37%), Anapu (9,75%), Medicilândia (9,64%), Placas (9,59%), Brasil Novo (9,12%), Senador José Porfírio (8,58%), Vitória do Xingu (8,01%) e Porto de Moz (7,65%) (Tabela 20).

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Xingu, 2016-2020.



Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 20 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Xingu, 2016-2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	**128.909.957**	**170.253.119**	**173.920.975**	**195.217.991**	**221.340.938**
Xingu	**13.131.817**	**15.305.905**	**16.249.408**	**17.122.484**	**19.005.781**
Altamira	2.236.696	3.373.319	2.720.923	2.707.730	2.752.887
Anapu	1.733.901	1.277.172	1.572.320	1.668.445	1.853.349
Brasil Novo	1.513.346	1.277.171	1.381.970	1.553.252	1.733.504
Medicilândia	1.186.102	708.699	1.498.798	1.666.234	1.831.250
Pacajá	1.096.780	1.688.639	1.840.722	2.102.547	2.433.788
Placas	937.098	1.277.172	1.450.276	1.531.534	1.822.698
Porto de Moz	1.203.222	1.604.572	1.463.271	1.386.489	1.453.103
Senador José Porfírio	1.652.490	1.544.821	1.519.912	1.504.704	1.630.677
Uruará	1.090.826	1.277.172	1.567.087	1.626.110	1.971.412
Vitória do Xingu	481.355	1.277.168	1.234.130	1.375.440	1.523.113

Fonte: SEMAS/PMV, 2021.
Elaboração: FAPESPA, 2021.
Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Região de Integração: **Xingu**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R$1,00) 2022 - 2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	13.757.138,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	690.225,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	606.640,00
Cultura	525.339,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	33.689.891,00
Direitos Socioassistenciais	4.435.035,00
Educação Básica	154.262.481,00
Educação Profissional e Tecnológica	494.000,00
Educação Superior	1.923.323,00
Esporte e Lazer	454.905,00
Governança Pública	20.655.772,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	12.890.001,00
Infraestrutura e Logística	175.301.883,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável	2.923.618,00
Saúde	238.014.576,00
Segurança Pública	29.460.469,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.051.742,00
	691.137.038,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022- 2023
Manutenção da Gestão	323.544.398,00
	323.544.398,00

TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura — 13.757.138,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	2.59	06/2019	ADEPARA	353,370.00
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Cacau)	Kg/Hectare	1,056.00	06/2019	IBGE	1,284.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso a produtos oriundos da prestação de serviços de ATER	Unidade	1.593,00	12/2020	EMATER	2022	1.600,00
					2023	1.700,00
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade		12/2018	SEDAP	2022	38,00
					2023	55,00
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	2.464,00	12/2018	SEDAP	2022	2.852,00
					2023	2.995,00

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Habilitar o Estado para a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor/Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agropecuária, Pesca e Aquicultura	Evento Realizado	Un	EMATER, SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Xingu**

TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos — 690.225,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre álcool e outras drogas	Percentual	10,00	12/2018	SEJUDH	2022	
					2023	20,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2020	SEJUDH	2022	10,00
					2023	50,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	Fundação ParáPaz
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	Fundação ParáPaz

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	10º CRS - Altamira
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Enfrentamento ao Sub-Registro Civil	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	Fundação ParáPaz

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação 606.640,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0.09	12/2018	SIAFEM/SEFA	0.17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2020	FAPESPA	2022 2023	0,00 0,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Acesso Fornecido	Un	FAPESPA, PRODEPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital

Compromisso Regional

Implantar 1 Centro Tecnológico do Cacau em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	SECTET
Fomento à Pesquisa, Iniciativa Científica, Tecnológica e Inovação	Projeto Apoiado	Un	SECTET
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura 525.339,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual		12/2018	SECULT/FCP	20.00

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 40 Empreendedores na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade 33.689.891,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual		12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022 2023	2,91 2,91
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	32,70	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2022 2023	44,76 47,80

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Benefício Habitacional	Benefício Concedido	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Sua Casa	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais 4.435.035,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais	Percentual	-40,87	12/2020	SESATER/CadÚnico/RMA	2022 2023	5,00 5,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica 154.262.481,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	16,72	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	14,35 14,02
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	78,00	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	80,90 81,30
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	5,30	12/2018	INEP/SEDUC	2022 2023	4,75 4,68

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 1 Escola Estadual na Região do Xingu

Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais na Região Xingu - DS

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 12 Escolas nos Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Porto de Moz e Senador José Porfírio.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica 494.000,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	785,00	12/2018	SECTET	2022 2023	460,00 540,00

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior 1.923.323,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	0.78	12/2018	UEPA	0.45

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	12,00	12/2018	UEPA	2022	21,00
					2023	23,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer 454.905,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	18,00	12/2018	SEDUC/SEEL	2022	27,00
					2023	32,00

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública 20.655.772,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	693,561.00	12/2020	SEFA	829,185.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,77	06/2019	SEPLAD/EGPA	2022	1,16
					2023	1,16

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Previdência Itinerante	Beneficiário Atendido	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	10º CRS - Altamira, ADEPARÁ, CRG - Altamira, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, SEDUC, SEFA, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Unidade Conectada	Un	PRODEPA
Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Plano Xingu Sustentável	Município Atendido	Un	FDE
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Altamira
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	HEMOPA, IASEP

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Altamira
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Altamira, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo 12.890.001,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	0.10	12/2017	SEDEME/FAPESPA/ME/RAIS/CAGED	1.50
Receita gerada pelo turismo	U$	9,307.55	12/2018	SETUR	661,378.00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	8,00	12/2018	BANPARA	2022	24,00
					2023	28,00
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1,00	12/2018	JUCEPA	2022	
					2023	
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	41,00	07/2019	SEDEME	2022	49,00
					2023	49,00
Número de turistas	Unidade	12.289,00	12/2018	SETUR	2022	10.445,00
					2023	10.706,00

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	APL Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento Sustentável de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 04 Agências do Banpará nos Municípios de Brasil Novo, Pacajá, Placas e Uruará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização de Crédito Para o Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Atividade Realizada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Prestador de Serviço Turístico Capacitado	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística 175.301.883,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	18.16	12/2018	SETRAN	40.33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual		12/2019	CPH	2022	50,00
					2023	50,00
Variação percentual do número de pontes em concreto construída	Percentual	0,00	12/2020	SETRAN	2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir a Ponte sobre o Rio Tutuí com 50 metros de extensão, localizada na rodovia Trans-Uruará, no Município de Uruará

Pavimentar a Vicinal Transuruará, Trecho Entroncamento BR-230 na Sede do Município Uruará /PA-370 - 88 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial Sustentável 2.923.618,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	17.65	12/2018	PRODES/INPE	24.27

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaboração do Plano de Manejo da APA Floresta Estadual do Iriri

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde 238.014.576,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	3.00	03/2019	MS/SIM/SINASC	3.00
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15.80	12/2019	SIM	15.02
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	308.70	12/2020	MS/SIM	308.74

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	64,25	12/2020	EGESTOR	2022	65,50
					2023	66,75
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	30,00	12/2018	SIPNI	2022	70,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Leitos/Mil Hab	1,36	12/2018	DATASUS(CNES)	2022	1,36
					2023	1,41
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Percentual	75,60	12/2020	SINAN	2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária	Razão	0,62	12/2018	SIA	2022	0,68
					2023	0,70
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,09	12/2018	SIA	2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	10º CRS - Altamira
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Manifestação Finalizada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	10º CRS - Altamira
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Regulação em Saúde	Acesso Regulado	Un	10º CRS - Altamira, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	10º CRS - Altamira, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Procedimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública 29.460.469,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Acidentes de Trânsito por 10.000 veículos	Nº de acidentes para cada 10.000 veículos	150.00	12/2020	Sistema Integrado de Segurança Pública / DETRAN	144.00
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	54.70	12/2020	SEGUP	51.30
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	41.00	12/2020	SEGUP	36.70
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	305.20	12/2020	SEGUP	273.30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	468.70	12/2020	SEGUP	431.60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Nº de Custodiados por Número de Vagas	1,77	12/2018	SEAP	2022	1,00
					2023	0,95
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	4.981,00	12/2018	PMPA	2022	9.465,00
					2023	10.959,00
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2022	85,00
					2023	86,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	34,00	12/2018	DETRAN	2022	37,00
					2023	38,00
Percentual de vistorias executadas	Percentual	55,20	12/2020	CBMPA (DIRETORIA DE SERVIÇOS TÉCNICOS)	2022	65,40
					2023	66,70
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	46,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	48,00
					2023	49,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2022	86,00
					2023	86,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Altamira

Construir a 13ª Companhia Independente da Polícia Militar em Uruará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Un	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **1.014.681.436,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda 1.051.742,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	(2.33)	12/2018	MTE/RAIS	0.90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	-15,36	12/2018	SEASTER/FAPESPA/MERAIS/CAGED	2022	1,50
					2023	2,00
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022	5,00
					2023	6,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	33,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2022	29,00
					2023	30,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o Programa 1º Ofício

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	FET/PA
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	FET/PA
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	FET/PA

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	FET/PA
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	FET/PA
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE

Região de Integração: Xingu

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	Valor 2022-2023 (R$1,00)
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	4.089.830,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	50.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	36.530.504,00
Concessão de Auxílio Fardamento	2.031.754,00
Concessão de Auxílio Transporte	1.911.544,00
Operacionalização das Ações Administrativas	6.578.965,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	272.351.801,00
	323.544.398,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022-2023

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R$ 1,00) 2022-2023
Atuação Jurisdicional	220.404.646,00
Atuação Legislativa	1.300.692.651,00
Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais	510.391.392,00
Controle Externo Municipal	469.244.808,00
Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará	69.915.866,00
Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais	101.261.347,00
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	1.542.509.607,00
O Acesso a Justiça	343.778.456,00
	4.558.198.773,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022-2023
Manutenção da Gestão da Defensoria Pública	143.431.938,00
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	3.035.657.992,00
	3.179.089.930,00
Total para o Estado:	**R$ 7.737.288.703,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 220.404.646,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15, 16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de execução do Planejamento estratégico de TIC (IPETIC)	Percentual	70,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	
Índice de execução do Plano de Gestão (IEPG)	Percentual	81,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	75,00
Índice de melhoria nos temas do Plano de Logística Sustentável (IPLS)	Percentual	85,00	12/2017	COORD. DE ESTATÍSTICA	70,00
Índice de processos judiciais eletrônicos novos (ProcEL)	Percentual	77,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	100,00
Números de Acordos pré-processuais celebrados nos Cejuscs (AcorPre)	Percentual	9.362,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	45,00

Objetivo

- Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica
- Aprimorar a Gestão Judiciária
- Promover a Governança Judiciária

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa — 1.300.692.651,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Número de eventos realizados	Unidade		06/2019	ALEPA	320,00
Percentual de Produção Legislativa	Percentual	8,86	06/2019	ALEPA	21,00

Objetivo

- Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas
- Promover Ações de Cidadania e Prestação de Serviços a População
- Viabilizar a Gestão Administrativa

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais — 510.391.392,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	3, 4, 8, 9, 16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de tempestividade da instrução processual preliminar	Percentual	12,00	12/2018	SECEX	40,00

Objetivo

- Aperfeiçoar a Governança do TCE
- Assegurar a Efetividade das Ações de Controle Externo
- Desenvolver a Governança, a Gestão e o Uso da Tecnologia da Informação (TI)
- Fomentar a Transparência, o Controle Social e o Aprimoramento da Gestão Pública
- Modernizar a Gestão de Pessoas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 469.244.808,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Capacitação de Servidores e Jurisdicionados	Percentual	100,00	12/2018	ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS	80,00
Julgamento de Processos	Percentual	100,00	12/2018	DIPLAN/TCM	51,00

Objetivo

- Fortalecer a Gestão Estratégica
- Modernizar a Infraestrutura Física e Tecnológica
- Otimizar as Atividades de Controle Externo
- Viabilizar a Gestão Administrativa

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará — 69.915.866,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Tempo médio dos processos eletrônicos no MPCM-PA	Dia	21,00	12/2018	DIVISÃO DE INFORMÁTICA	15,00
Tempo médio dos processos físicos no MPCM-PA	Dia	21,00	12/2018	DIVISÃO DE INFORMÁTICA	15,00

Objetivo

- Implementar Ações que Viabilizam a Gestão Administrativa do MPCM-PA
- Promover e Fiscalizar o Cumprimento e a Guarda da Constituição e das Leis na Defesa dos Bens e Valores Públicos

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais — 101.261.347,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Unidade Medida
		Índice	Ano	Fonte	2023
Índice de Execução do Plano de Ação para Estímulo e Promoção do Controle Social	Percentual		12/2019	CAO	75,00
Tempo Médio de Permanência dos Processos em que o MPC atua como Custos Legis	Dia	15,00	12/2018	:RETARIA PROCESS	15,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de Procedimentos Apuratórios Autuados	Unidade	8,00	12/2018	MPC-PA	12,00

Objetivo

- Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais
- Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção
- Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo
- Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)
- Viabilizar a Gestão Administrativa

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 1.542.509.607,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	7,37	12/2018	SIAMP	7,74
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	40,71	12/2018	SIAMP	40,87
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	99,66	12/2018	SIAMP	100,00

Objetivo

- Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional
- Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — 343.778.456,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	704.832,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	856.723,00
Número de participantes em eventos e capacitações	Percentual	0,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	5,00

Objetivo

- Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional
- Promover o Acesso a Justiça

Região de Integração: **Araguaia**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R$ 1,00) 2022-2023
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	1.009.835,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	39.221.843,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	7.873.243,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	451.762,00
	48.556.683,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	88.027.689,00
	88.027.689,00

TOTAL GERAL: **136.584.372,00**

Região de Integração: **Araguaia** — TOTAL GERAL: **136.584.372,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 7.873.243,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

- Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

- Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária e ou Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

- Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

- Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC
- Instalação de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

- Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **136.584.372,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal 451.762,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **136.584.372,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos 39.221.843,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,61	12/2018	SIAMP	2022 3,02 2023 3,17
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	34,67	12/2018	SIAMP	2022 34,78 2023 34,81
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2022 100,00 2023 100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Araguaia** TOTAL GERAL: **136.584.372,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça 1.009.835,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	27.937,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 33.433,00 2023 39.390,00

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Araguaia

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	Valor (R$1,00) 2022- 2023
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	17.817.770,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	62.049.701,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	127.702,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	2.449.349,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	847.394,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	382.651,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	830.817,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	3.522.305,00
	88.027.689,00

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor (R$ 1,00) 2022-2023
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	4.130.306,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	66.856.959,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	16.789.023,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	475.701,00
	88.251.989,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	133.322.529,00
	133.322.529,00
TOTAL GERAL:	**221.574.518,00**

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

TOTAL GERAL: **221.574.518,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 16.789.023,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

TOTAL GERAL: **221.574.518,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 475.701,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

TOTAL GERAL: **221.574.518,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 66.856.959,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	5,50	12/2018	SIAMP	2022 6,37 2023 6,69
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	16,54	12/2018	SIAMP	2022 16,59 2023 16,60
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	97,88	12/2018	SIAMP	2022 98,17 2023 98,27

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

TOTAL GERAL: **221.574.518,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — 4.130.306,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	40.744,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 51.984,00 2023 54.880,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Baixo Amazonas

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	Valor (R$1.00) 2022- 2023
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	27.447.694,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	90.718.227,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	196.466,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	3.825.337,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	1.418.773,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	545.414,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	1.184.819,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	7.985.799,00
	133.322.529,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Carajás**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2022-2023 (R$ 1,00)
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	4.392.679,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	101.962.219,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	7.355.947,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	369.348,00
	114.080.193,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	134.658.005,00
	134.658.005,00

TOTAL GERAL: **248.738.198,00**

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **248.738.198,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 7.355.947,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo: Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo: Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo: Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **248.738.198,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 369.348,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo: Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional:
- 70% das Ações de Publicidade Efetivadas
- 70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo: Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional:
- 70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Carajás** TOTAL GERAL: **248.738.198,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 101.962.219,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	4,06	12/2018	SIAMP	2022 2023	4,70 4,93
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	20,02	12/2018	SIAMP	2022 2023	20,08 20,10
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2022 2023	100,00 100,00

Objetivo: Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo: Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional:
- Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Carajás**

TOTAL GERAL: **248.738.198,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — 4.392.679,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	90.219,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 105.055,0(2023 109.723,0(

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Carajás

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	Valor 2022- 2023 (R$1,00)
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	34.236.440,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	88.374.917,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	245.583,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	3.764.898,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	1.398.477,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	537.075,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	1.166.703,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	4.933.912,00
	134.658.005,00

Região de Integração: Guajará

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor 2022-2023 (R$ 1,00)
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	320.373.122,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	931.856.405,00
PODER: **ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES**	
Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará	69.915.866,00
Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais	101.261.347,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	131.628.637,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Atuação Legislativa	1.300.692.651,00
Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais	510.391.392,00
Controle Externo Municipal	465.188.541,00
	3.831.307.961,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão da Defensoria Pública	143.431.938,00
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	2.032.112.069,00
	2.175.544.007,00
TOTAL GERAL:	**6.006.851.968,00**

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **6.006.851.968,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 131.628.637,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 2º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 2º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - Apoio Indireto a Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional - 2º Grau	Nomeação Efetivada	Un	TJE
Ampliação do Quadro Funcional - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Servidor Nomeado	Un	TJE
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Implementação das ações da Justiça Criminal	Pessoa Atendida	Un	TJE-FRJ
Modernização do Sistema de Precatórios	Sistema Implantado	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Capacitação de Magistrados e Servidores - 2º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Capacitação de Servidores - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Servidor Capacitado	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Área Socioambiental	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	Notícia Divulgada	Un	TJE-FRJ
Implementação do Registro Civil pelos Ofícios de Cidadania	Ressarcimento Realizado	Un	TJPA-FRC
Otimização da Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ
Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **6.006.851.968,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa — 1.300.692.651,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Compromisso Regional

Exercer ações da ALEPA CIDADANIA

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção da Nova Sede da ALEPA	Obra Realizada	Un	ALEPA
Desenvolvimento das Atividades Parlamentares	Proposição Apreciada	Un	ALEPA
Interiorização do Processo Legislativo	Município Atendido	Un	ALEPA
Publicidade das Ações da ALEPA	Divulgação Realizada	Un	ALEPA, RTP Pará

Objetivo

Promover Ações de Cidadania e Prestação de Serviços a População

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica, Odontológica, Ambulatorial e Pssicosocial	Atendimento Realizado	Un	ALEPA
Gestão da Creche	Criança Atendida	Un	ALEPA
Gestão do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	Atendimento Realizado	Un	ALEPA
Produção e Difusão Audiovisual	Produção Realizada	Un	RTP Pará

Objetivo

Viabilizar a Gestão Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	ALEPA
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	Un	ALEPA
Gestão da Escola do Legislativo	Treinamento Realizado	Un	ALEPA
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Plataforma de Sistema Implementado	Un	ALEPA
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	Un	ALEPA, RTP Pará
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	Un	ALEPA, RTP Pará

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **6.006.851.968,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais — 510.391.392,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de celeridade no julgamento	Percentual	21,00	12/2020	SEGER	30,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice da Qualidade das Auditorias	Percentual	25,00	12/2020	SECEX	2022 2023	25,00 30,00
Índice de tempestividade da instrução processual preliminar	Percentual	25,00	12/2020	SECEX	2022 2023	25,00 30,00

Objetivo

Aperfeiçoar a Governança do TCE

Compromisso Regional

Manter em 80% o Índice de Execução das Despesas em Investimentos do TCE até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento de Mecanismo de Governança	Sistema Implantado	Prc	TCE
Modernização da Infraestrutura do TCE	Unidade Administrativa Modernizada	Un	TCE
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Operacional Realizado	Prc	TCE

Objetivo

Assegurar a Efetividade das Ações de Controle Externo

Compromisso Regional

Alcançar 30% do Índice de Celeridade no Julgamento até 2023

Alcançar 30% do Índice de Tempestividade da Instrução Processual Preliminar até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Mecanismos de Fiscalização do Controle Externo	Fiscalização Realizada	Un	TCE

Objetivo

Desenvolver a Governança, a Gestão e o Uso da Tecnologia da Informação (TI)

Compromisso Regional

Implantar 60% dos Projetos de TI, Ano a Ano, até 2023

Manter 80% das Soluções de TI, Ano a Ano, até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Projetos de Tecnologia da Informação (TI)	Projeto Implantado	Prc	TCE
Manutenção de Soluções de Tecnologia da Informação (TI)	Solução de TI Mantida	Prc	TCE

Objetivo

Fomentar a Transparência, o Controle Social e o Aprimoramento da Gestão Pública

Compromisso Regional

Alcançar 80% das Ações de Promoção ao Controle Social - POCS até 2023

Alcançar 90% o Número de Jurisdicionados Capacitados até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Jurisdicionados	Unidade Jurisdicionada Atendida	Prc	TCE
Desenvolvimento de Ferramentas de Comunicação Institucional	Ferramenta de Comunicação Aplicada	Prc	TCE
Implementação de Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Executada	Prc	TCE
Monitoramento das Ações Pedagógicas	Sistema Informatizado Atualizado	Prc	TCE

Objetivo

Modernizar a Gestão de Pessoas

Compromisso Regional

Capacitar 60% dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Administração de Recursos Humanos	Pessoa Atendida	Un	TCE
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	TCE
Desenvolvimento de Ações de Saúde e Qualidade de Vida	Pessoa Atendida	Un	TCE
Implementação de Ações de Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Atendida	Un	TCE
Implementação dos Planos Educacionais da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCE

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **6.006.851.968,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 465.188.541,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

- 70% dos Jurisdicionados Capacitados
- 90% das Ações de Publicidade Efetivadas
- 90% dos Servidores do TCM Capacitados
- Cumprir 70% das Ações Relacionadas à Gestão Estratégica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM
Operacionalização do Plano Estratégico	Plano Implementado	Un	TCM
Publicidade Institucional	Notícia Vinculada	Un	TCM

Objetivo

Modernizar a Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

- 80% da Infraestrutura Aparelhada e Modernizada
- 90% do Parque Tecnológico Modernizado

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento e Adequação das Instalações Físicas	Unidade Atendida	Un	TCM
Operacionalização e Modernização do Parque Tecnológico/TIC	Parque Atendido	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

- 70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Objetivo

Viabilizar a Gestão Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Atendida	Un	TCM
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	TCM
Operacionalização da Gestão Administrativa	Unidade Mantida	Un	TCM
Operacionalização da Gestão de Pessoas	Servidor Beneficiado	Un	TCM

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **6.006.851.968,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará — 69.915.866,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Implementar Ações que Viabilizam a Gestão Administrativa do MPCM-PA

Compromisso Regional

- Capacitar no mínimo 20% dos membros e servidores

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	MPCM
Auxílio Saúde	Servidor Beneficiado	Un	MPCM
Capacitação e Valorização de Servidores e Membros	Servidor e Membro Capacitado	Un	MPCM
Implementação de Ações de Infraestrutura do MPCM-PA	Ação Realizada	Un	MPCM
Operacionalização de Ações Administrativas	Ação Realizada	Un	MPCM

Objetivo

Promover e Fiscalizar o Cumprimento e a Guarda da Constituição e das Leis na Defesa dos Bens e Valores Públicos

Compromisso Regional
Analisar 90% dos processos físicos e eletrônicos recebidos anuais

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações de Defesa dos Bens e Valores Públicos	Processo Analisado	Un	MPCM

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **6.006.851.968,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais — 101.261.347,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo
Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais

Compromisso Regional
Analisar, Em No Máximo 15 Dias, 80% Dos Processos Recebidos No Ano, Até 2023
Aumentar Em 25% O Alcance Das Redes Sociais Do MPC Até 2023
Autuar 48 Procedimentos Apuratórios Até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo	Processo Analisado	Un	MPC/PA
Implementação das Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada	Prc	MPC/PA

Objetivo
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

Compromisso Regional
Disponibilizar 80% das Soluções de TI Planejadas até 2023
Modernizar 85% do Parque Tecnológico, até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada	Prc	MPC/PA
Modernização da Infraestrutura de TI	Parque Tecnológico Modernizado	Prc	MPC/PA

Objetivo
Viabilizar a Gestão Administrativa

Compromisso Regional
Manter 90% De Execução Anual Das Ações De Capacitação Até 2023
Mapear 75% Dos Procedimentos E Processos Internos Até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA
Capacitação de Membros e Servidores	Pessoa Capacitada	Un	MPC/PA
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA
Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada	Un	MPC/PA
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Realizado	Prc	MPC/PA

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **6.006.851.968,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 931.856.405,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	17,39	12/2018	SIAMP	2022 2023	20,13 21,14
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	65,80	12/2018	SIAMP	2022 2023	66,00 66,07
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,16	12/2018	SIAMP	2022 2023	98,47 98,57

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Capacitação e Valorização de Pessoas	Ação Realizada	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP
Publicidade Institucional	Publicidade Executada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Articular a Atuação da Rede na Proteção Integral da Primeira Infância à Adolescência
Atuar Judicialmente e Extrajudicialmente na Responsabilização pela Prática de Infrações Penais
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Guajará**

TOTAL GERAL: **6.006.851.968,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — 320.373.122,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	281.312,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 321.409,00 2023 337.480,00

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública
Implementação de Política de Comunicação Institucional	Plano Operacionalizado	Un	Defensoria Pública
Implementação de Política de Sustentabilidade na Intituição	Plano Elaborado	Un	Defensoria Pública
Nomeação de Defensores e Servidores Públicos	Pessoa Nomeada	Un	Defensoria Pública
Realização de Eventos e Capacitação pela ESDP	Número de Participante	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Defensoria

Objetivo / Ação	
Objetivo: Gerenciar as Atividades Relativas aos Recursos Humanos e as Ações Administrativas da Defensoria Publica	Valor (R$1,00) 2022 - 2023
Concessão de Auxílio Alimentação	17.571.675,00
Concessão de Auxílio Transporte	1.657.256,00
Operacionalização das Ações Administrativas	29.313.817,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	94.889.190,00
	143.431.938,00

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	Valor (R$1,00) 2022- 2023
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	235.918.244,00
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 2º Grau	58.224.651,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	616.158.269,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 2º Grau	197.279.143,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	359.486.627,00
Assistência Médica e Odontológica	639.604,00
Concessão de Auxílio Alimentação - Apoio Indireto à Atividade Judicante	37.550.222,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 2º Grau	102.101,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	11.171.070,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 2º Grau	915.641,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	90.397.617,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 2º Grau	12.864.623,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	29.326.061,00
Concessão de Auxílio Transporte - 2º Grau	1.330.515,00
Concessão de Auxílio Transporte - Apoio Indireto à Atividade Judicante	2.645.370,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	10.456.140,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 2º Grau	2.020.752,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	22.718.819,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores - 2º Grau	5.229.112,00

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores - Apoio Indireto à Atividade Judicante	15.843.427,00
Operacionalização das Ações Administrativas da Escola Judicial	548.417,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	121.180.069,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 2º Grau	40.689.232,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	102.721.105,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos magistrados Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário Estadual	20.076.092,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário Estadual	36.619.146,00
	2.032.112.069,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Guamá**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R$ 1,00) 2022-2023
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	4.383.195,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	113.983.699,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	8.959.959,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	556.350,00
	127.883.203,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	130.879.781,00
	130.879.781,00

TOTAL GERAL: **258.762.984,00**

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **258.762.984,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 8.959.959,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **258.762.984,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 556.350,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **258.762.984,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 113.983.699,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,09	12/2018	SIAMP	2022 2023	3,58 3,76
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	21,99	12/2018	SIAMP	2022 2023	22,06 22,08
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2022 2023	100,00 100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Guamá** TOTAL GERAL: **258.762.984,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça 4.383.195,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	43.739,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 55.479,00 2023 57.549,00

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública
Implementação de Política de Sustentabilidade na Intituição	Plano Elaborado	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Guamá

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	Valor 2022- 2023 (R$1,00)
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	21.941.711,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	97.001.743,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	157.173,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	3.794.095,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	1.299.000,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	466.133,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	1.012.593,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	5.207.333,00
	130.879.781,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Lago de Tucuruí**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2022-2023 (R$ 1,00)
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	1.296.586,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	34.353.705,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	2.203.219,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	288.698,00
	38.142.208,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	49.337.452,00
	49.337.452,00

TOTAL GERAL: **87.479.660,00**

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **87.479.660,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional 2.203.219,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **87.479.660,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal 288.698,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **87.479.660,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos 34.353.705,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,11	12/2018	SIAMP	2022 2023	3,60 3,78
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	18,45	12/2018	SIAMP	2022 2023	18,50 18,52
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,06	12/2018	SIAMP	2022 2023	98,36 98,46

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** TOTAL GERAL: **87.479.660,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça 1.296.586,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	37.189,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 2023	38.339,00 40.257,00

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Lago de Tucuruí

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	Valor (R$1,00) 2022- 2023
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	10.959.305,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	34.166.604,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	78.586,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	1.314.529,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	441.456,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	190.089,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	412.935,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	1.773.948,00
	49.337.452,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Marajó**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2022-2023 (R$ 1,00)
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	1.003.054,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	33.421.108,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	17.450.266,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	361.678,00
	52.236.106,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	75.153.262,00
	75.153.262,00

TOTAL GERAL: **127.389.368,00**

Região de Integração: **Marajó** — TOTAL GERAL: **127.389.368,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 17.450.266,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Marajó** — TOTAL GERAL: **127.389.368,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 361.678,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Marajó** — TOTAL GERAL: **127.389.368,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 33.421.108,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	8,11	12/2018	SIAMP	2022 2023	9,39 9,86
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	28,99	12/2018	SIAMP	2022 2023	29,08 29,11
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2022 2023	100,00 100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Articular a Atuação da Rede na Proteção Integral da Primeira Infância à Adolescência
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Marajó**

TOTAL GERAL: **127.389.368,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — 1.003.054,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	29.000,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 29.434,00 2023 36.473,00

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Marajó

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	Valor 2022- 2023 (R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	17.809.465,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	50.660.830,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	127.703,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	2.011.171,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	700.245,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	289.483,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	628.852,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	2.925.513,00
	75.153.262,00

Região de Integração: **Rio Caeté**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2022-2023 (R$ 1,00)
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	2.037.225,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	33.101.358,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	4.936.006,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	361.678,00
	40.436.267,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	82.550.817,00
	82.550.817,00

TOTAL GERAL: **122.987.084,00**

Região de Integração: **Rio Caeté**

TOTAL GERAL: **122.987.084,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 4.936.006,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Rio Caeté**

TOTAL GERAL: **122.987.084,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 361.678,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Rio Caeté**

TOTAL GERAL: **122.987.084,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 33.101.358,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,08	12/2018	SIAMP	2022 2023	2,41 2,53
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	15,46	12/2018	SIAMP	2022 2023	15,50 15,52
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	99,47	12/2018	SIAMP	2022 2023	99,77 99,87

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Rio Caeté**

TOTAL GERAL: **122.987.084,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — 2.037.225,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	48.874,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 2023	55.893,00 63.916,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Rio Caeté

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	Valor 2022- 2023 (R$1,00)
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	20.545.274,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	54.980.744,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	147.349,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	2.115.332,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	710.388,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	306.041,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	664.821,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	3.080.868,00
	82.550.817,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Rio Capim**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2022-2023 (R$ 1,00)
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	1.587.889,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	37.465.289,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	7.994.932,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	361.678,00
	47.409.788,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	107.662.539,00
	107.662.539,00

TOTAL GERAL: **155.072.327,00**

Região de Integração: **Rio Capim** — TOTAL GERAL: **155.072.327,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 7.994.932,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo: Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo: Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional: Instalação de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo: Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Rio Capim** — TOTAL GERAL: **155.072.327,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 361.678,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo: Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional:
- 70% das Ações de Publicidade Efetivadas
- 70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo: Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional: 70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Rio Capim** — TOTAL GERAL: **155.072.327,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 37.465.289,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índices Esperados	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,74	12/2018	SIAMP	2022 2023	4,33 4,55
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	16,17	12/2018	SIAMP	2022 2023	16,21 16,23
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	96,17	12/2018	SIAMP	2022 2023	96,46 96,56

Objetivo: Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo: Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional: Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Rio Capim**

TOTAL GERAL: **155.072.327,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — 1.587.889,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	27.692,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 32.031,00 2023 39.841,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Rio Capim

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	Valor 2022- 2023 (R$1,00)
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	26.016.587,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	73.045.847,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	186.643,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	2.810.370,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	943.802,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	406.529,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	883.116,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	3.369.645,00
	107.662.539,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Tapajós**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2022-2023 (R$ 1,00)
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	1.250.847,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	16.196.144,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	2.773.365,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	245.469,00
	20.465.825,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	27.862.855,00
	27.862.855,00

TOTAL GERAL: **48.328.680,00**

Região de Integração: **Tapajós**

TOTAL GERAL: **48.328.680,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 2.773.365,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Tapajós**

TOTAL GERAL: **48.328.680,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 245.469,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Tapajós**

TOTAL GERAL: **48.328.680,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 16.196.144,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,27	12/2018	SIAMP	2022 2023	2,63 2,78
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	11,89	12/2018	SIAMP	2022 2023	11,93 11,94
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	97,23	12/2018	SIAMP	2022 2023	97,52 97,62

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Tapajós**

TOTAL GERAL: **48.328.680,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — 1.250.847,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	23.239,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 2023	22.204,00 23.315,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Tapajós

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	Valor (R$1,00) 2022- 2023
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	5.486.043,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	19.635.981,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	39.294,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	755.476,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	253.711,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	109.203,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	237.224,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	1.345.923,00
	27.862.855,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020-2023
REVISÃO: 2022 - 2023

Região de Integração: **Tocantins**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2022-2023 (R$ 1,00)
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	985.441,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	103.507.584,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	7.666.542,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	315.194,00
	112.474.761,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2022 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	101.884.443,00
	101.884.443,00

TOTAL GERAL: **214.359.204,00**

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **214.359.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — 7.666.542,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações da Corregedoria Geral de Justiça	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **214.359.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — 315.194,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **214.359.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — 103.507.584,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índices Esperados	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,82	12/2018	SIAMP	2022 2023	3,26 3,43
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	17,71	12/2018	SIAMP	2022 2023	17,76 17,78
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,55	12/2018	SIAMP	2022 2023	99,81 99,91

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Atuar na Prevenção de Riscos e na Responsabilização de Impactos no Meio Ambiente
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Tocantins** TOTAL GERAL: **214.359.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça 985.441,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	24.122,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 29.501,00 2023 20.836,00

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Tocantins

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	Valor (R$1,00) 2022- 2023
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	21.922.404,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	71.082.248,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	157.173,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	2.734.821,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	918.430,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	395.416,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	853.310,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	3.820.641,00
	101.884.443,00

Região de Integração: **Xingu**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor (R$ 1,00) 2022-2023
PODER: **DEFENSORIA PÚBLICA**	
O Acesso a Justiça	1.328.277,00
PODER: **MINISTÉRIO PÚBLICO**	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	30.583.294,00
PODER: **PODER JUDICIÁRIO**	
Atuação Jurisdicional	4.773.507,00
PODER: **PODER LEGISLATIVO**	
Controle Externo Municipal	268.711,00
	36.953.789,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2022 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	72.206.551,00
	72.206.551,00

TOTAL GERAL: **109.160.340,00**

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **109.160.340,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional 4.773.507,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC
Instalação de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **109.160.340,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal 268.711,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **109.160.340,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos 30.583.294,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,48	12/2018	SIAMP	2022 4,03 2023 4,23
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	17,62	12/2018	SIAMP	2022 17,67 2023 17,69
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2022 100,00 2023 100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílios e Benefícios	Integrante Beneficiado	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Governança e Gestão - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar na Prevenção de Riscos e na Responsabilização de Impactos no Meio Ambiente

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais - DOCC	Integrante Lotado	Un	MP

Região de Integração: **Xingu** TOTAL GERAL: **109.160.340,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça 1.328.277,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	31.914,00	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2022 41.165,00 2023 33.063,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Xingu

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	Valor (R$1,00) 2022- 2023
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	15.097.314,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	49.089.951,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	108.057,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	1.913.507,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	652.545,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Magistrados - 1º Grau	276.089,00
Contribuição do Poder Judiciário à Assistência à Saúde dos Servidores - 1º Grau	599.756,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	4.469.332,00
	72.206.551,00

Protocolo: 749532

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, sexta-feira, 7 de janeiro de 2022 às 22:09:18.